JOAO AUGUSTO BARBOSA DIAS:903621-0

Digitally signed by JOAO AUGUSTO BARBOSA DIAS:903621-0
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, ou=Cert-JUS Institucional - A3, ou=Tribunal de Justica/Bahia - TJ/BA, ou=SERVIDOR, cn=JOAO AUGUSTO BARBOSA DIAS:903621-0
Date: 2011.01.26 03:36:34 -03'00'




# DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Data da disponibilização: Quarta-feira, 26 de janeiro de 2011. Edição nº 405

## COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

### MESA DIRETORA

Presidente:
Desª. TELMA Laura Silva BRITTO
1ª Vice-Presidente:
Desª. Ma.JOSÉ SALES PEREIRA
2º Vice-Presidente
Des. SINÉSIO CABRAL Filho
Corregedor-Geral:
Des. JERÔNIMO DOS SANTOS
Corregedora das Comarcas do Interior
Desª. LÍCIA de Castro Laranjeira CARVALHO

### TRIBUNAL PLENO

**Sessões Ordinárias**
Às quartas-feiras do mês, das 8h30 às 13h;

Desa. TELMA Laura Silva BRITTO – **Presidente**
Desa. Ma.JOSÉ SALES PEREIRA - **1ª Vice-Presidente**
Des. SINÉSIO CABRAL Filho - **2º Vice-Presidente**
Des. JERÔNIMO DOS SANTOS – **Corregedor-Geral**
Desa. LÍCIA de Castro Laranjeira CARVALHO - **Corregedora das Com. do Interior**
Des. PAULO Roberto Bastos FURTADO
Des. CARLOS Alberto Dultra CINTRA
Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF
Des. MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Des. RUBEM DÁRIO Peregrino Cunha
Des. ESERVAL ROCHA
Desa. VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
Des. ANTONIO PESSOA CARDOSO
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz
Desa. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
Des. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS
Desa. VILMA COSTA VEIGA
Desa. SARA SILVA DE BRITO
Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Des. ABELARDO VIRGÍNIO DE CARVALHO
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE
Des. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA
Desa. MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
Desa. DAISY LAGO Ribeiro Coelho
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
Desa. MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU
Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Desa. ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO
Desa. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO

### PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Dr. WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA

### CONSELHO DA MAGISTRATURA

(Sessões às 2ªs e 4ªs segundas-feiras do mês, às 13h30)
Desa. TELMA Laura Silva BRITTO – **Presidente**
Desa. Ma.JOSÉ SALES PEREIRA - **1ª Vice-Presidente**
Des. SINÉSIO CABRAL Filho - **2º Vice-Presidente**
Desa. Des. JERÔNIMO DOS SANTOS – **Corregedor-Geral**
Desa. LÍCIA de Castro Laranjeira CARVALHO - **Corregedora das Com. do Interior**
Des. ESERVAL ROCHA
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA (Suplente)
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO (Suplente)

### SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PRIVADO

(Sessões às 2ªs quintas-feiras do mês, às 8h30)
Des. PAULO Roberto Bastos FURTADO
Desa. VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
Des. ANTONIO PESSOA CARDOSO – Presidente
Desa. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
Des. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS
Desa. SARA SILVA DE BRITO
Desa. MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU
Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

### SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO

(Sessões às 4ªs quintas-feiras do mês, às 8h30)

Des. CARLOS Alberto Dultra CINTRA – Presidente
Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF
Des. RUBEM DÁRIO Peregrino Cunha
Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA
Des. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA
Desa. MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
Desa. DAISY LAGO Ribeiro Coelho
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
Desa. ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO
Desa. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

## 1ª CÂMARA CÍVEL

(Sessões às segundas-feiras, às 13h30)
Desa. VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO – Presidente
Desa. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
Desa. SARA SILVA DE BRITO
Desa. MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

## 2ª CÂMARA CÍVEL

(Sessões às terças-feiras, às 8h30)
Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Des. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA – Presidente
Desa. MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

## 3ª CÂMARA CÍVEL

(Sessões às terças-feiras, às 8h30)
Des. CARLOS Alberto Dultra CINTRA
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA
Desa. DAISY LAGO Ribeiro Coelho
Desa. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

## 4ª CÂMARA CÍVEL

(Sessões às terças-feiras, às 14h)
Des. PAULO Roberto Bastos FURTADO
Des. ANTONIO PESSOA CARDOSO
Des. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS – Presidente
Desa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

## 5ª CÂMARA CÍVEL

(Sessões às terças-feiras, às 8h30)
Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF
Des. RUBEM DÁRIO Peregrino Cunha
Des. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
Desa. ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

## SEÇÃO CRIMINAL

(Sessões: 1ª sexta-feira de cada mês, às 8h30)
Des. MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Des. ESERVAL ROCHA – Presidente
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz
Desa. VILMA COSTA VEIGA
Des. ABELARDO VIRGÍNIO DE CARVALHO
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO

## 1ª CÂMARA CRIMINAL

(Sessões: última terça-feira de cada mês, às 8h30)
Des. MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Des. ESERVAL ROCHA
Desa. VILMA COSTA VEIGA
Des. ABELARDO VIRGÍNIO DE CARVALHO
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE
Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO – Presidente

## 1ª CÂMARA CRIMINAL -1ª TURMA

(Sessões às 1ª, 2ª e 3ª terças-feiras de cada mês, às 8h30)
Des. MÁRIO ALBERTO SIMÕES HIRS
Desa. VILMA COSTA VEIGA – Presidente
Des. ABELARDO VIRGÍNIO DE CARVALHO

## 1ª CÂMARA CRIMINAL -2ª TURMA

(Sessões às 1ª, 2ª e 3ª Quintas-feiras de cada mês, às 14h)
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE– Presidente
Des. ESERVAL ROCHA
Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO

## 2ª CÂMARA CRIMINAL

(Sessões às quintas-feiras, às 8h30)
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz – Presidente
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Desa. NÁGILA MARIA SALES BRITO

## CONSELHO SUPERIOR DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Desa. VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
Desa. IVETE CALDAS Silva Freitas Muniz
Desa.. SARA SILVA DE BRITO
Des. GESIVALDO NASCIMENTO BRITO

## COMISSÃO DE MEMÓRIA

Des. ANTONIO PESSOA CARDOSO
Desa. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
Des. ABELARDO VIRGÍNIO DE CARVALHO

## COMISSÃO DE REFORMA JUDICIÁRIA, ADMINISTRATIVA E REGIMENTO INTERNO

Desa. SÍLVIA Carneiro Santos ZARIF
Desa. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Desa. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA
Desa. MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

## COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA, REVISTA, DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

Desa. VILMA COSTA VEIGA
Desa. SARA SILVA DE BRITO
Desa. DAISY LAGO Ribeiro Coelho
Des. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

## SUPLENTES

Desa. MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
Des. JANDYR ALÍRIO GUTTEMBERG DA COSTA

## COMISSÃO DE CONCURSO

Des. CARLOS Alberto Dultra CINTRA
Des. LOURIVAL Almeida TRINDADE
Des. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA (Suplente)

## COMISSÃO DE INFORMÁTICA

Des. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS – Presidente
PEDRO ROGÉRIO CASTRO GODINHO (Juiz de Direito)
AFRÂNIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR (Servidor)
ELIZABETH MARIA ORGE LORENZO MENEZES (Servidora)

## *PRESIDÊNCIA*

## *GABINETE*

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 23.05.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato José Cardoso dos Reis Filho, aprovado em 1º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUCIANA OLIVEIRA RAMOS, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Liana Santos Conceição, aprovada em 3º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 51568/2008,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear VICTOR FREDERICO LAGO ZECH, habilitado em concurso público, classificado em 8o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Martina Matos Oliveira, aprovada em 4º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 51570/2008,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ ANDRADE SOARES NETO, habilitado em concurso público, classificado em 9o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear MARCELO MAGALHÃES SOUZA, habilitado em concurso público, classificado em 10o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JULIANA QUEIROZ SAMPAIO, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JOADSON DA CRUZ SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARLY DOS SANTOS LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear SERGIO MODESTO FONSECA NETO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008281-81.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO SÉRGIO BRITO SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MATHEUS JOSÉ BATISTA CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FÁBIO CARAPIÁ RABELO VITA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO ROBERTO GOMES TENÓRIO, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FLAVIO HENRIQUE LUCENA, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DJALMA LUCIO DA SILVA REIS, habilitado em concurso público, aprovado em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear MARCIO HENRIQUE DA CUNHA, habilitado em concurso público, classificado em 11o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ROBSON NASCIMENTO CALDAS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear SHEILA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LILIAN MARIA ALMEIDA DE CERQUEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARJORY FLARRIELLY CARVALHO DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear EVA RAMOS DE OLIVEIRA CUNHA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RAFAEL DA CRUZ OLIVEIRA SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MILEIDE SOUZA SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0014636-10.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JAQUELINE COSTA BATISTA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Alagoinhas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear SIMONE DIAS FÉLIX MARTINS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JANDERSON DE CARVALHO SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear EUNAIDES ALMEIDA DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RICARDO CARLOTO VIELMO, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear SIBELE DE OLIVEIRA MARQUES, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear HALLERRANDRA PAULINO DE SANTANA, habilitada em concurso público, aprovada em 9o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Normínio Charu Ramos Júnior, aprovado em 1º lugar para o cargo de Secretário,e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0014636-10.2010-805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear CARLOS ALBERTO SOUZA ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear CARLOS ALBERTO DE SOUZA, habilitado em concurso público, classificado em 4o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 000.2382-73.2008.805.000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear IZAULINO FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,
RESOLVE

Nomear MAGAIVER SILVA FERREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 002.2382-73.2008.805.000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear WEMERSON RICHARD CASSAROTTI, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 000.2382-73.2008.805.000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANDRÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 000.2382-73.2008.805.000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear SILVANA FERREIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DIEGO DA CÂMARA PASSOS, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FÁBIO OSSAMU HASEGAWA, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GLAICON ARANTES GUEDES DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 26.09.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Ricardo Sausen Kober, aprovado em 1º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear KALESSON MARTINS DE ALENCAR, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Tânia Almeida Silva, aprovada em 2º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LÍLIAN ISIS DE AZEVEDO BARBOSA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CLÉRISTON CLEY MIRANDA DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0011781-58.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ELAINE CRISTINA DIAS DE SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0000621-70.2009-805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear CIANA ALMEIDA SOUZA, habilitada em concurso público, classificada em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear DUILIO DE NOVAES ALVES, habilitado em concurso público, classificado em 9o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ELIETE DA ROCHA LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear NÚBIA DE MENDONÇA BARROS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Barreiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Marcos Paulo Costa Ramos, aprovado em 1º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear FABRICIA CORDEIRO BARROSO, habilitada em concurso público, classificada em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Jorge Eduardo dos Santos Filho, aprovado em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear WALTER ROBERTO PIMENTA MOTTA, habilitado em concurso público, classificado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Natália Myrian Vieira, aprovada em 3º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear FRANCISCO JOSÉ COELHO, habilitado em concurso público, classificado em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ROGÉRIO SILVA DE CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ROSILENE PEREIRA DA SILVA SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 25.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Cícera Cristiana Seixas, aprovada em 2º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ALBA JACQUELINE OLIVEIRA SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear HEDSON DIÓGENES DE SOUZA DANTAS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear SILVANIA SILVA PEREIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MAURICIO SILVA DA CRUZ, habilitado em concurso público, classificado em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Marcelo de Sousa Santos, aprovado em 1º lugar para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear FÁBIO TEIXEIRA DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi classificada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear VIRGINELANI SOUZA DOS SANTOS, habilitada em concurso público, classificada em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Bom Jesus da Lapa.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LORENA DE SOUZA ARAÚJO, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Brumado.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LEANDRO VIANA LESSA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Brumado.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ARTUR FIGUEIREDO CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Brumado.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Robson Santana dos Reis, aprovado em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DANIELLA AMARAL POZZI MALHEIROS, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear DANIELE FONSECA VILAS BOAS, habilitada em concurso público, classificada em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear IVANILDO FIGUEIREDO SAMPAIO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MAIARA DA SILVA CORDEIRO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no MS nº 0005382-12.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear NEUZIANE DA CONCEIÇÃO SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear CLÁUDIA FRANCO VIEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear VALDEIR DE JESUS DIAS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear TAISEANE DA CRUZ RAMOS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUIZ CARLOS ALVES DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear CÁSSIO MURILO PINTO DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JOEL SOUZA XAVIER JUNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GUSTAVO DE CARVALHO VIEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Camaçari.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Leandro Matos Macedo, aprovado em 4º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 35630/2008,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ESDRAS MURTA BISPO, habilitado em concurso público, classificado em 8o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Rodrigo Sampaio Correa, aprovado em 6º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 2276/2011,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear ELIZETH FELIX DE SOUZA, habilitada em concurso público, classificada em 9o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos

Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Yury Alexander Mota Bispo, classificado em 7º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 49949/2010,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear WENDELL GARDEL RODRIGUES DA SILVA, habilitado em concurso público, classificado em 10o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Cleofas Pereira da Silva, aprovado em 2º lugar para o cargo de Secretário, conforme PA nº 1682/2011,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear TALIA DANTAS CARVALHO, habilitada em concurso público, classificada em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RAIMUNDO CÉLIO DE CARVALHO PINTO, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOÃO CLÉBER LIMA SOARES, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANDERSON DI LAURO CUNHA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PÉRICLES OLIVEIRA DE JESUS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDIMÁRIO ANDRÉ DA ROCHA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ELIENE FRANCISCA DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA BISPO DE JESUS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear SIDNEY DIAS DANTAS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Elba Valverde de Araújo, aprovada em 5º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 1414/2011,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear QUÉSIA EVANGELISTA DE SOUZA, habilitada em concurso público, classificada em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03/07/2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Soraia Rodrigues Sobral, aprovada em 1º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUIZ PALLONI QUINTO DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LAÍS FERREIRA SILVA, habilitada em concurso público, classificada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ITACYR TAVARES PEÇANHA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear THIARA PINHEIRO NASCIMENTO, habilitada em concurso público, classificada em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LUCI MADEIRA DE MELO, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Canavieiras, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ALEI BRUNO VIANA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA ÁGTHA CHRISTIANE DOS SANTOS PIRES, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear VERONICA BATISTA DE ALMEIDA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GLEDSON COSTA DA PAZ SOUSA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ MAURÍCIO CARVALHO LEITE, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DENY WILSON ANDRADE DE MORAIS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JÚLIO CESAR MOURA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RAFAEL OLIVEIRA FIGUEIREDO MATOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no MS nº 0008281-81/2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MATHEUS ALVES DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no MS nº 0003129-23.2008.805.000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ROMILSON DE SOUZA BARRETO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EVERTON SANTOS DE ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear DANUZIA CARVALHO BATISTA DIAS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ROSILANGE SANTOS SANTANA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO CEZAR SANTOS ANJOS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no MS nº 0003139-67.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ROSINETE VIEIRA DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FABRÍCIO VIANA DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Cícero Dantas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear VINICIUS CERQUEIRA SAMPAIO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Quelson Vilian de Lima, aprovado em 1º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUIZ HENRIQUE SANTOS NOGUEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Melchisedeck Lemos Nascimento, aprovado em 2º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear FELIPPE SANTOS BRANDÃO, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Rodrigo Lichotto de Abreu Ávila, aprovado em 3º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear CAROLINA DOS ANJOS NUNES OLIVEIRA, habilitada em concurso público, classificada em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Felipe Figueiredo Goes, aprovado em 4º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear TONE ROCHA DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, classificado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ROMILDO GONÇALVES DA COSTA, habilitado em concurso público, classificado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MAICKEL ANDRADE LEAL, habilitado em concurso público, classificado em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DANILO HENRIQUE GUIMARÃES, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DANIELLE FRANCIANE CELESTINO SIMÕES SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear PAULO OLIVEIRA DO NASCIMENTO JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear TAYANA SALETTE VIEIRA VEIGA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Coaraci.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ANA CALILA OLIVEIRA E COUTO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LYGIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ GUSTAVO PINTO SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear AGILIO TOMAZ MARQUES, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CHRISTIANO MACHADO PEDREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ADRIANO OLIVEIRA DE QUEIROZ, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GIDEONE LOPES CARNEIRO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear SOSTENES LIMA DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ENEIDA PENALVA NASCIMENTO DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ALEXSANDRA OLIVEIRA COSTA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear VANESSA SANTOS DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Conceição do Coité.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear VANESSA SENA DIEZ DE BALDEON, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CELIO ROBERTO TRAPIÁ, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ CLAUDIO RIBEIRO VIANA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear BRUNO JADER SILVA CAMPOS, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RUBENILSON SILVA CAMPOS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FÁBIO GOMES SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JONATHAN MOREIRA CARDOZO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0014636-10.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GILDASIO RODRIGUES DE ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ALDA PATRICIA DE OLIVEIRA TRINDADE, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ELINEIDE DA SILVA PINHEIRO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CÍCERO ANTONIO BEZERRA LIMA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CARLIANE OLIVEIRA RIBEIRO, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ELISANGELA ALMEIDA LOPES DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MÁRCIA CELESTE SOARES DE ARAÚJO, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ANA PAULA RIBEIRO DE SOUZA CRUZ, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CLETO JOSÉ DE CASTRO NETO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ROBERIO MORENO LIMA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JACINAIDE CAVALCANTE DE MACEDO ANDRADE, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Euclides da Cunha, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 11.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Cibele Cotta Cenachi, aprovada em 1º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear KYLLY DAIANE DE ALENCAR DEAN PASSOS, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 11.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Hevana Olímpia Maia da Silva, aprovada em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear SEMYLLA OLIVEIRA MARQUES, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Gabriela Cardoso Taffarello, aprovada em 3º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear IVÃ AUGUSTO DE OLIVEIRA FEDULO, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear BRUNO SOUZA LIMA NAPOLI, habilitado em concurso público, classificado em 8o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE
Nomear MARCO AURÉLIO PEREIRA VIEIRA, habilitado em concurso público, classificado em 9o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE
Nomear JOSÉ JAPIASSU DE ALMEIDA JUNIOR, habilitado em concurso público, classificado em 10o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear DIOMEDES OLIVEIRA CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE
Nomear JAKLINE DA SILVA OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear THIAGO LINHARES LEITE, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear MICHAEL MACHADO DA PAIXÃO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CAMILO ALESSANDRO OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear WILLIAM DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear VINÍCIUS DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear ALAN SANTOS DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear TIRZAH LUPPI BATISTA, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE
Nomear WELITON DO NASCIMENTO PEREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear GERALDO ANSELMO DELLEPRANE, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear TELMA ARAÚJO LAPA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear VANDERLEIA PEREIRA ALMEIDA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE
Nomear GILDÁSIO ALMEIDA JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GILVANDO ALEXANDRINO DE SOUSA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear JOAB DOS SANTOS SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear OSCAR BERNARDINO DE BRITO DO VALE, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Eunápolis, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Daniela de Santana Pires, aprovada em 2º lugar para o cargo de Secretário,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DIOGO LUIZ CARNEIRO RIOS, habilitado em concurso público, classificado em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear ANTONIO FERNANDO PINHO LOPES FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Alex Castro Bittencourt, aprovado em 3º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear PABLO VASCONCELOS RODRIGUES, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ANTONIO CARLOS PAIM CERQUEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear THAÍSSI NEVES SAMPAIO, habilitada em concurso público, classificada em 11o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 11.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Wilson Fernandes de Souza Filho, aprovado em 2º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear FLÁVIO SILVA PEREIRA, habilitado em concurso público, classificado em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 11.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Francisco Marcos Araújo de Souza, aprovado em 4º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear FERNANDA LEAL DANTAS ESTRELA, habilitada em concurso público, classificada em 8o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Marizaide Rios Santos, aprovada em 6º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear TAIS BRAGA E CERQUEIRA, habilitada em concurso público, classificada em 9o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ILDEFONSO NASCIMENTO NETO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear NÚBIA SOARES NOVAIS, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GISLENE RODRIGUES MACEDO, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EVERALDO ALVES CARNEIRO, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 00047981-75.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JOSIEL SOARES DE SOUSA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 00047981-75.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear GISELE BRITO LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Pedro Henrique Vittori Piana, aprovado em 5º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 57360/2010,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear PEDRO PEREIRA TEIXEIRA NETO, habilitado em concurso público, classificado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear AIRON DE SOUZA SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JUSSELINO PEREIRA LIMA JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ADRIANO MARINHO PINTO SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LINSMAR ALVES RODRIGUES, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear VERONICA MARIA DE QUEIROZ COSTA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ARIOMAR LIMA SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ROGERIO RANGEL DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear ARIOSVALDO OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear ERISVALDO LISBOA DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Gandu.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação de Elsiene Guimarães Aranha, aprovada em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MURILO MARTINS CAMELO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0003711-52.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LUCIANA CHAVES DE ARAÚJO MIRANDA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear LEIDIANE CARVALHO FRAGA, habilitada em concurso público, classificada em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear WALTER SOARES DE SOUSA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear SANDRO RODRIGUES SANTANA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LUCILENE ALVES BEZERRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear PATRÍCIA SOARES DE MATOS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DINALVA COTRIM DA TRINDADE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Guanambi.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 21.10.2010, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Claudia Maria de Lavor Cosmo, aprovada em 5º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear GABRIELLE PISSUTTI PIRES SAMPAIO, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES NOVAES, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JOSÉ SOUTO VELOSO NETO, habilitado em concurso público, classificado em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Jadson de Souza, aprovado em 1º lugar para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008281-81.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ADMAR DE ARAÚJO QUINTO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Rosenilto Moreira Ribeiro, aprovado em 2º lugar para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme PA nº 57997/2008,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear SARA MENDES, habilitada em concurso público, classificada em 4o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO DOS S. MACHADO, habilitada em concurso público, classificada em 5o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DIEGO TÁCIO AZEVEDO CEDRO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear TIAGO SANTOS DE QUADROS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Ícaro de Almeida e Lacerda, aprovado em 4º lugar para o cargo de Digitador,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear FLÁVIO SANTOS DE FREITAS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DUILIO BENJOINO MATOS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear SALOMÃO PATRICK AFRA SANTOS, habilitado em concurso público, classificado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MÁRCIO FERRAZ ROCHA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CINDERELA RIGAUD DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ROMILDA DA CONCEIÇÃO SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear RAFAEL BARRETO CARDOSO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear SAMILLE BARRETO NASCIMENTO, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Ipiaú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 06.11.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Delvane Pinheiro de Almeida, aprovada em 1º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JOSAFAH CARMO DE ALMEIDA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Ipirá.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LORENA RIBEIRO MACHADO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Ipirá.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JESSICA VITORIA NASCIMENTO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Ipirá.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LUCIENE LIMA BISPO SANTOS, habilitada em concurso público, classificada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Ipirá.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18/01/11, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Rodrigo Nóbrega Ribeiro Vilela, aprovado em 1º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear EVELINE COSTA NEVES DOURADO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Paulo Edson Teles de Oliveira, aprovado em 5º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 49327/2008,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear MABEL VILELA ALMEIDA, habilitada em concurso público, classificada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear VALQUIRIA BARBOSA DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, classificada em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 11/07/08, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Wesley Adileu Gomes e Silva, aprovado em 1º lugar para o cargo de Secretário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear HIGOR DA SILVA CARDOSO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear MARCO VINICIUS PIRES BASTOS, habilitado em concurso público, classificado em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear PAULA DANIELA PESSOA LOPES, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CRISTIANO PIRES DE CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear LUIZ ALVES DOS SANTOS FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARCOS FERREIRA MACHADO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MILLER QUEIROZ PAIVA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear QUELI GONSALVES DE ANDRADE, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JAILSON FERREIRA DE ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008281-81.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA RITA BATISTA ROCHA SOUSA MACHADO, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ELISANGELA CRISTINA MEDEIROS DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JANDILMA CAMBUI COSTA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 5681-87.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear SAUL ROCHA MIRANDA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Irecê, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GISLIANNE DE SOUZA COUTO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RODRIGO GALVÃO DE ALENCAR, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001507-69.2009.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JANCER TUPINAMBÁ DE QUEIROZ CERQUEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0000146-17.2009.805.000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear IRACEMA BRANDÃO DE LIMA MARQUES, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JORGE SILVA RODRIGUES, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARDEY MACHADO PEREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ MÁRIO BASTOS DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear IBRAIM SUED LIMA CHAVES, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUCIANO OLIVEIRA ANDRÉ DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Jacqueline da Cunha Benevides, aprovada em 4º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 706/2011,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MAIRA DE QUEIROZ MACEDO, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear FLÁVIA MOREIRA PINHEIRO, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MELBA CRUZ RODRIGUES, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear WAGNER LUZ VIDAL, habilitado em concurso público, classificado em 8o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0007792-44.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear INDIARA SALES DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RICARDO LIMA DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EVERTON SOUZA BORGES, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MANOEL DA SILVA ALMEIDA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MANOEL MESSIAS NUNES DA CRUZ, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Itaberaba, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Thiago Assunção Rodrigues, aprovado em 3º lugar para o cargo de Digitador, publicada no Diário do Poder Judiciário de 11.04.2008

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUIZ ANTONIO DO AMARALA RAFFAELI, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear OSIRES MIGUEL BARBOSA DE ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear MIGUEL ANGELO CARDOSO LAGO, habilitado em concurso público, classificado em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em decorrência da desistência do candidato José Marcos Lima Rios, aprovado em 1º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 15388/08, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0000013-72.2009.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ANDERSON DE SOUZA SANTOS, habilitado em concurso público, classificado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MISLEIDE SOUZA ROCHA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIANGELA CARVALHO VITA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0016571-85.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FÁBIO EDUARDO FRAGA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GÍLBIA SAMPAIO LOPES, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear SAULO DE CARVALHO PEREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA CRISTINA ALMEIDA CLEMENT OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0007788-07.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE
Nomear JEAN SOUZA SIQUEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0007788-07.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear RITA DE CASSIA CHAOUI BARRETO, habilitada em concurso público, classificada em 10o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARIA APARECIDA MENDES DE SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LETICIA BOMFIM DE AZEVEDO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear CLAUDIA COSTA DE JESUS CONRADO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Itabuna.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Daniela Caumo, aprovada em 4º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 2654/2011,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear ULISSES LOPES BRITO, habilitado em concurso público, classificado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ELMO SOANE SILVA LYRA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear IZAIS SANTANA DA CRUZ, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RENAN RIBEIRO DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MURILO ZAVARISE CORREIA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDSON CRUZ BENTO FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Gabriel Alves Mondin, aprovado em 3º lugar para o cargo de Digitador, conforme PA nº 2512/2011,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear MOAB ALIPIO DA SILVA NASCIMENTO, habilitado em concurso público, classificado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear PAULO CESAR DIAS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear LEIDIMAR DE LASARI, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear VALMINEIA NOVAIS DE SOUSA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear EMILY CAMPO DALLORTO, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ROBSON LUIZ DE SOUZA BRAGA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JERUSCA RODRIGUES DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no MS nº 0014636-10.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JORGE LUIZ CIRINO DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Itamarajú, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 001053-26.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear THIAGO BECK, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CAMILA AGUIAR SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear NORMA LUCIA EDUARDO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 001053-26.2008.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MAURÍCIO SILVA ARAÚJO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ALESSANDRA ALMEIDA E ALMEIDA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 001053-26.2008.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CARLOS ANTONIO OLIVEIRA DIAS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001053-26.2008.805.0000-0,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear FLÁVIA TORRES VIEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001053-26.2008.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FABRÍCIO RIBEIRO SANTANA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001053-26.2008.805.0000-0,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear PAULA CAMPOS ESTRELA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear UELITON CERQUEIRA DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOAQUIM BORGES MARTINEZ, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear VIVIANE NERES DE QUEIROZ, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear TATIANE BARBOSA FERREIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CAMILA GONÇALVES DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FELIPE RICARDO A. DOS SANTOS BITENCOURT, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DAVI DOS REIS SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CARLOS MOURA SANTOS JUNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LUCIA TANIA NASCIMENTO GONÇALVES, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANDRÉ PEREIRA DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANDRÉ LUIZ NOVAIS FERRAZ, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ERIC BARBOSA BEHRENS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FLÁVIO CERQUEIRA MARTINS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EVANDRO FERRAZ POSSIDONIO, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FERNANDO VALERIO DOS SANTOS ENCARNAÇÃO, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CLODOALDO LOPES MACEDO, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear RONISE NUNES BRITO, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE
Nomear SILVANA SILVA RODRIGUES, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0011781-58.2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE
Nomear JOSANA DOS SANTOS CRUZ, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE
Nomear MARCIA CONCEIÇÃO ABDALLA LEITE, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear SILVIO MOREIRA BASTOS DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Itaparica ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LUIZA DE SANTANA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Itaparica, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0003630-74.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear KELLY RODRIGUES DE SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear WELLINGTON BARBOSA ALVES, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JOYMAR GUSMÃO SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear HELGA BRITO PINHEIRO CARDOSO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0003325-90.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear NAETE DIAS DURVAL RIBEIRO, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANDRE BRITO DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA CRISTINA MACIEL DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear PEDRINA ALVES MOREIRA OLIVEIRA VIANA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear LEANDRO MARTINS DE JESUS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Itapetinga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Karoline Candido Carneiro, aprovada em 1º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 13383/2008 e em razão da reserva de vaga concedida no MS nº 0008919-17.2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear RAFAEL FREIRE MOURA, habilitado em concurso público, classificado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Jacobina.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Guilherme Gonçalves Loura, aprovado em 2º lugar para o cargo de Atendente de Recepção.
CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear FERNANDO SANTANA DE OLIVEIRA SANTOS, habilitado em concurso público, classificado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jacobina.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Rubens Ferreira de Andrade Júnior, aprovado em 2º lugar para o cargo de Oficial de Justiça.

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JAQUELINE CERQUEIRA DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jacobina.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DIONES SOUZA MAIA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jacobina, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA LUIZA FERREIRA CLEMENTINO, habilitada em concurso público, classificada em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jacobina, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Célia Maria da Silva Moura, aprovada em 2º lugar para o cargo de Secretário, conforme PA nº 709/2011,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE
Nomear HIGIA SOUZA RIBEIRO, habilitada em concurso público, classificada em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 04.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Iran Barros Lima, aprovado em 2º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DARIO MOTTA PIMENTA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em decorrência da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0005687-94.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear RAFAEL DA CONCEIÇÃO SANTANA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear THIAGO PORTO DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DIOGENES FERNANDES LOUSADO, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear LIANA SOUZA MEIRA, habilitada em concurso público, classificada em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Alberto Luiz Souza Santana Filho, aprovado em 2º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 51647/2008,
CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear REGIANE LEITE MOREIRA, habilitada em concurso público, classificada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MARCOS GERTRUDES OLIVEIRA RAMOS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MATEUS DE SOUZA ALMEIDA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RODRIGO ALMEIDA LIMA OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear KARINE DA SILVA COELHO, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0015203-41.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LADY PATRICIA SILVA ROSA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANA PAULA DAMASCENO DE MATOS, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0014636-10.2010.805.0000/0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DJAIR BASTOS MARQUES, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0014636-10.2010.805.0000/0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MARCELO DE JESUS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ELIANE DA SILVA FERREIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Jequié, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Juliana Lopes Ribeiro, aprovada em 1º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 52179/2010,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ALAN LINS AZEVEDO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JAILMA AUGUSTA DE BRITO DODO REIS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JAMES DE MAGALHÃES SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Rodrigo Saito Barreto, aprovado em 5º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 52181/2010,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARINA RUTH SILVA DE ASSUNÇÃO, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ LUIS TONINI, habilitado em concurso público, classificado em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear GUSTAVO BARROS NORMANDE, habilitado em concurso público, classificado em 8o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MELISA FLORINA LIMA TEIXEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FÁBIO DE LUCENA MELO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Marcelo Alves Torres, aprovado em 1º lugar para o cargo de Supervisor de Expediente, conforme PA nº 25553//2008,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANA CARINA SILVA NOSSA DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear SILAS CARDOSO DE ALMEIDA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RENILSON COSTA SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DANILO SOUZA SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO ROGERIO NASCIMENTO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDUARDO DA SILVA ARAUJO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. n° 0001465.83.2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear BRUNO CESAR LARANJEIRA FERRAZ, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDUARDO ALVES DE FRANÇA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear IGOR ANDREYSON MENDES LOPES, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA GISELE DE SÁ, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RICARDO BRUNO DE MAGALHÃES PRIMO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MONALISA SILVA BARBOSA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear UBIRAJARA DOS SANTOS VASCONCELOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ELIANA FEITOSA SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear SELMA PEREIRA DIAS, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear WILLY FERREIRA MENDES FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JUSCELIA DE AGUIAR FERNANDES, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Atendente de

Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARCIO MEDEIROS DA SILVA ABREU, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARCIA DANIELA NATIVIDADE SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear EDVANIA SOUZA DA HORA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JÚLIO CÉSAR BARBOSA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOÃO JOSÉ DOS SANTOS BOMFIM, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Jeremoabo ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JOSEFA PATRICIA BATISTA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Jeremoabo, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Kévia Duarte Muniz, aprovada em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear RICARDO LINO DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JOSÉ ANTEMIO ALVES ARRUDA FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear TANUSIA SANTANA DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MÔNICA MAIA FERNANDES DE ARAÚJO, habilitada em concurso público, classificada em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Allan Klenisson de Carvalho Oliveira, aprovado em 2º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JOÃO PAULO DA FONSECA AMORIM, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CINTIA VANESSA ALVES DE SANTANA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000/0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LENIVALDO RIBEIRO DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear RAMOM GOMES DE JESUS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JACKSON RIBEIRO DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LUCAS AYRES SILVA MARTINS, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear RAFAEL SANTOS ROCHA, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FRANCISCO DONIZETI DA SILVA JUNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GLAUBER VINICIUS RODRIGUES DANTAS, habilitado em concurso público, classificado em 11o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GLADSON BATISTA DE SOUZA, habilitado em concurso público, classificado em 12o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear WASHINGTON PEREIRA DE SOUZA, habilitado em concurso público, classificado em 13o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Elton Luiz Freitas Morreira, aprovado em 3º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 57606/2010,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DEISE EMANUELA OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Maria Rosana Nunes Fonseca Maciel, aprovada em 4º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 57605/2010

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear IVO RICARDO MACEDO ALMEIDA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DARCI DE ATHAYDE FRAGA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Magno José Xavier de Souza, aprovado em 8º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 57605/2010,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear PRISCILLA DA SILVA ARAÚJO, habilitada em concurso público, classificada em 9o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear CARLA FELIX LINO DA SILVA, habilitada em concurso público, classificada em 10o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JANICLÉCIA DE ALENCAR SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LUCIANO FERNANDES ROCHA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JUCÉLIO SILVA SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CRISTIANO WILSON SILVA DE SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MARCELO SILVA GOMES, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear LUIZ CARLOS DE AQUINO, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANDREIA JUNIA POMBO CAMPOLINA, habilitada em concurso público, aprovada em 9o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARCELO CARLOS GUEDES BRITO, habilitado em concurso público, aprovado em 10o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ILDEMARIA ANTUNES SERAFIM, habilitada em concurso público, aprovada em 11o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LARISSA BAHIA CABRAL COUTINHO, habilitada em concurso público, aprovada na vaga destinada a portadores de necessidades especiais, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ALANNA SOUZA MENDES, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CARLOS EMANUEL DE OLIVEIRA MENDES, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0005678.35.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GERCIRA MARTINS CARIBÉ, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Juazeiro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da nomeação da candidata Carolina Miranda Sousa, aprovada em 5º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 9752/09,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LORENA DE CASTRO COSTA, habilitada em concurso público, classificada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Miguel Pereira de Carvalho Júnior, aprovado em 1º lugar para o cargo de Secretário, conforme PA nº 34051/2008 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0004112-22.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RODRIGO CESAR INACIO LOBO, habilitado em concurso público, classificado em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011 que tornou sem efeito a nomeação do candidato Leonardo Costa Rezende, aprovado em 2º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ARLEN SILVA BRITO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear RODRIGO BEZERRA CHAGAS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LUCIANO SANTA BÁRBARA SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear DEUSDEDIT ALVES DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LEANDRO PEREIRA SPÍNOLA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GRIMALDO LOPES DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear VALDEMAR LIMA VELAME, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ RICARDO DE CERQUEIRA PEREIRA, habilitado em concurso público, classificado em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CATARINA MARGARIDA CUNHA DE MELLO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear IVANA DE SANTANA NASCIMENTO SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear POLLYANE SILVA DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LIVIA PRATES RIVAS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ROSINALVA SARAIVA RIBAS DE ORNELAS, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ROGEL MALTA DE SANTANA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MONICA PONDÉ FRAGA LIMA DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0015050-08.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ELISA GARCIA MARTINEZ LESSA, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear IRAMAIA SOUZA EVANGELISTA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Lauro de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOÃO GUSTAVO DE ALMEIDA SEIXAS, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear LEONARDO MAXIMO BARBOSA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARTA RIBEIRO OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GILMARA MARIA DE JESUS COSTA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0014636-10.2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GRAZIELLA NEGREIROS E NEGREIROS, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANDRÉA DOS ANJOS OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JOELMA OLIVEIRA TELES MARQUES, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CLAUDIO ROBERTO MATOS DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear RAQUEL ALVES DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MANUELA OLIVEIRA LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ROBERTO DOURADO MACEDO, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0014636-10.2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DANIEL DE ARGOLO BRITO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO MARCOS SIQUEIRA SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear HEBERT CARVALHO SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear LUCIANO SOARES NASCIMENTO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDUARDO COSTA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANDERSON BISPO DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDGAR DE JESUS RODRIGUES, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JADSON BATISTA DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RODRIGO BONFIM PAIVA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear NEY RIBEIRO MORAES, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RODRIGO DAMIÃO DA COSTA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FRANCISCO VIEIRA DE SÁ FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA LOPES, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ROSINEIDE SOUZA DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSUÉ BRITO DOS REIS, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear NELSON DE SOUZA FRANCISCHINI, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARCELA ARAÚJO DE LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear THAIZE REIS DE SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear NIWMA CRISTINA VIEIRA CARVALHO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO ROBERTO MENDES ALVES, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de Paripiranga ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CHARLES SANTOS DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Paripiranga, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Manuela Mutti Carvalho Almeida de Santana, aprovada em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA PORTO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ANTONIEL CORDEIRO DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear LINDELANIA BARBOSA DA SILVA, habilitada em concurso público, classificada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0005047-62.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear KLEYDSON MUNIZ DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JOSÉ NILTON FERREIRA TEODORO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JUCINALDO LIMA FRAZÃO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CARINE SANTOS XAVIER, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear NUBIA DE JESUS MATOS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Paulo Afonso, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 05.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Cristina Caldeira Brandão, aprovada em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear EDERSON HENRIQUE DEVENS ALMEIDA, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 25.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Joarez Allisson Sampaio Reis, aprovado em 3º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear RENATO BEZERRA MACHADO VILHENA, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear EUGENIA BEATRIZ VASCONCELOS WERNECK NUNES, habilitada em concurso público, classificada em 10o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear NILSON LUIS DE OLIVEIRA CÉZAR, habilitado em concurso público, classificado em 11o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Juliano Silva Cangussu, aprovado em 1º lugar para o cargo de Secretário,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear GUSTAVO CARNEIRO DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, classificado em 5o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 21.08.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Gianfranco Leskwscz Nunes de Castro, aprovado em 2º lugar para o cargo de Secretário,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear JÚLIO CEZAR BORGES GÓES, habilitado em concurso público, classificado em 6o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear BERTIM SILVA DE OLIVEIRA FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001471-90.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FREDISON DA SILVA EVANGELISTA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ALINE MENDES PEREIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear IONE OLIVEIRA DAS NEVES, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear WILSON SANTOS NASCIMENTO FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear CLEUBIA APARECIDA DANTAS, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 00014636-10.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear TANIA ROSEMEIRE FORTI, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANTONIO CLAUDIO OLIVEIRA LESSA, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RUBENS LOURENÇO DAMASCENO JUNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear KELLY REIS DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato José Henrique Correia da Silva, aprovado em 1º lugar para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerias,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear IDERLICE DE SOUZA PINTO REIS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear MYLLENE GONSALVES DOS SANTOS, habilitada em concurso público, classificada em 4o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerias dos Juizados Especiais da Comarca de Porto Seguro, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUIZ SERGIO CARNEIRO MOREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Riachão do Jacuípe.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARCOS EDNEY SOUZA DE MIRANDA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Riachão do Jacuípe, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001220-43.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear DENISE MATOS DE ARAÚJO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Riachão do Jacuípe, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Liana de Carvalho Carvalho, aprovada em 10º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DANILLO COSTA ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 55o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS Nº 0008281-81/2010.805.0000-0 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Rodrigo Cezar Luz da Motta e Silva, aprovado em 21º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARCELO MASCARENHAS MENEZES, habilitado em concurso público, aprovado em 56o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Luciana de Castro Brandão, aprovada em 50º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARCOS ANTÔNIO SANTOS OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 57o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS Nº 0008280-96.2010.805.0000-0 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Alexandre Augusto do Patrocínio Cavalcanti, aprovado em 53º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear BRUNO TIBIRICÁ NASCIMENTO, habilitado em concurso público, aprovado em 58o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RENATA CRISTINA DA CRUZ PAIXÃO , habilitada em concurso público, aprovada em 59o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear PATRICIA DE CÁSSIA PEREIRA DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 60o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LAURA PATRÍCIA BEZERRA DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 1207o lugar, nas vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem proferida nos autos do MS nº 0000049-85.2007.805.0000 - 0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JOSÉ CARLOS DA SILVA, habilitado em concurso público, nas vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem proferida nos autos do MS nº 0001815-13.2006.805.0000 - 0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LUIZ ALBERTO ALVES TORRES, habilitado em concurso público, aprovado em 2025 lugar, nas vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear CARMEN LÚCIA BRITO DE LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 61o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0005690-49.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear EDSON MOREIRA JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 62º, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DANIELA SAMPAIO CASAL, habilitada em concurso público, aprovada em 63o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0005701-78.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear SANDRO CAMPOS DE MELLO, habilitado em concurso público, aprovado em 64º, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LEONARDO DANTAS FERNANDES MOREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 65º, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JOSÉ AUGUSTO MARIANO DE ANDRADE CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 66º, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear KARINE ARAÚJO PORTELA, habilitada em concurso público, aprovada em 67o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GERMANA BRILHANTE RIVERO, habilitada em concurso público, aprovada em 68o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GILMARA ESPÍRITO SANTO CARVALHO, habilitada em concurso público, aprovada em 69o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0007787-22.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LILIAN SANTANA LEAL LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 70o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0005700-93.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARIA LÍCIA DE ALMEIDA TEIXEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 71o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear FAIRUSE DOS REIS NEGREIROS FALCÃO, habilitada em concurso público, aprovada em 72o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DINALVO OLIVEIRA CUNHA FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 73o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARTHA MARIA LIBÓRIO BANDEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 74o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ANDREIA SILVA SANTANA, habilitada em concurso público, aprovada em 75o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ISABELA BARRETO DA CUNHA, habilitada em concurso público, aprovada em 76o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GUSTAVO MEHMERI GUSMÃO DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 77o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear BRUNO MORAIS BISCARDE, habilitado em concurso público, aprovado em 78o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear NEUZADETE SILVA GOMES DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 79o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear SUSILA RIBEIRO MACHADO, habilitada em concurso público, aprovada em 80o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LARISSA SANTOS FIGUEIREDO BARBOSA, habilitada em concurso público, aprovada em 81o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MÁRCIO SANTANA BESTETTI, habilitado em concurso público, aprovado em 82o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Heron Boanerges Cury Copello, aprovada em 83º lugar para o cargo de Oficial de Justiça, conforme PA nº 40794/2010,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GRACIELA MAIA CAPPELLETTI, habilitada em concurso público, aprovada em 84o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e e da ordem concedida nos autos do MS nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ANDREZZA RAISSA OLIVEIRA LEITE, habilitada em concurso público, aprovada em 85o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ANDENICE FERREIRA DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 86o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FABIAN FERNANDES DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 87o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GESILDA MARIA DA SILVA REIS, habilitada em concurso público, aprovada em 88o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ ADRIANO GANDARELA PEREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 89o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANALICE PEREIRA NASCIMENTO, habilitada em concurso público, aprovada em 90o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CARINA LIED PEREIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 91o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANA SELMA DOS ANJOS BARREIROS, habilitada em concurso público, aprovada em 92o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear SUZANA DE OLIVEIRA DOS REIS, habilitada em concurso público, aprovada em 93o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0014636-10.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARILENA DOS SANTOS PINHEIRO FERREIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 94o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear DANIELE MAGNAVITA OLIVA, habilitada em concurso público, aprovada em 95o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARTA MICHELA TEIXEIRA ARAÚJO, habilitada em concurso público, aprovada em 96o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear DANIELA ROMANO DA CUNHA, habilitada em concurso público, aprovada em 97o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIA IGNEZ DE SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 98o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDUARDO SOARES NASCIMENTO, habilitado em concurso público, aprovado em 99o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO WILLIAM SANTANA MATOS, habilitado em concurso público, aprovado em 100o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DIOMÁRIO DE BARROS GALO, habilitado em concurso público, aprovado em 101o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CARLOS AUGUSTO SOBREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 102o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANA BEATRIZ BASTOS MELLO, habilitada em concurso público, aprovada em 103o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0008021-04.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear HOSANA OLIVEIRA DE JESUS DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 104o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0008281-81/2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARIANA CANTOLINO OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 105o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ALICE VERENA NOVAES OTON, habilitada em concurso público, aprovada em 106o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CÉLIA JANAÍNA LOPES RIOS, habilitada em concurso público, aprovada em 107o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear FERNANDA PRESTES GONÇALVES, habilitada em concurso público, aprovada em 108o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0003550-13.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear DÉBORA SILVA DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 109o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear SIMONE RIBEIRO SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 110o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear TATIANA BASTOS LIMA, habilitada em concurso público, aprovada em 111o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ROSE MEIRE BACELAR DE ALMEIDA MIRANDA, habilitada em concurso público, aprovada em 112o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear PRISCILLA PORTO RAMOS, habilitada em concurso público, aprovada em 113o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e da ordem concedida nos autos do MS nº 0014636-10.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JULIANO AUGUSTO CANELLA, habilitado em concurso público, aprovado em 114o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GABRIELLE DE ARAÚJO GONÇALVES, habilitada em concurso público, aprovada em 115o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear TISSIANA SILVA DE MELLO, habilitada em concurso público, aprovada em 116o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ALESSANDRA REGINA BARRETO SILVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 117o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JOSIE FLÁVIA ALVIM DE MELLO, habilitada em concurso público, aprovada em 118o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DANIEL DOS SANTOS BRANDÃO JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 119o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LAURISTELA SANTOS SOUZA GRITTA, habilitada em concurso público, aprovada em 120o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LUCIANE DA SILVA LABORDA, habilitada em concurso público, aprovada em 121o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GEORGE COHIM RIBEIRO NOGUEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 122o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RAIMUNDO NONATO LOPES JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 123o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear THIAGO OLIVEIRA DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 124o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear REBECA SANTOS GALDERICE PEIXOTO, habilitada em concurso público, aprovada em 125o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MYNA LIZZIE OLIVEIRA SILVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 126o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear EDINARA KUNZ, habilitada em concurso público, aprovada em 127o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ LUCIANO CHANAKIAN DE MORAES, habilitado em concurso público, aprovado em 128o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear ANDRÉ ELBACHÁ VIEIRA, habilitado em concurso público, classificado em 129o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear ROBERTA SANTANA LEAL LIMA, habilitada em concurso público, classificado em 130o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear JAILDE DOS SANTOS, habilitada em concurso público, classificado em 131o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear ANGELA ARAÚJO MENEZES, habilitada em concurso público, classificado em 132o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear ALINE CERQUEIRA V DOS SANTOS, habilitada em concurso público, classificado em 133o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear RENATA OLIVEIRA CASTANHEIRA, habilitada em concurso público, classificado em 134o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para o qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear CAROLINA VENTURINI MARCELINO, habilitada em concurso público, classificado em 135o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Salvador, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear KAROL VIRGINIA DOS SANTOS FREITAS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RUSENIL BATISTA LEITE, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear KAMILA THATYANE DOS REIS SOUZA, habilitada em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear VALDEQUE BORGES SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear TELMO GONÇALVES LIMA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RODRIGO PEREIRA ALVES, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MILCA SOUZA DOS SANTOS ARAUJO LEAL, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear LARISSA DE ARAÚJO SILVA, habilitada em concurso público, classificada em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDMILTON SILVA DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear TIAGO OLIVEIRA BARRETO MELO, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DIEGO FREITAS DE LIMA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FABIO ARAUJO DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARCUS LEANDRO FERREIRA SOARES PEREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ROBSON DE OLIVEIRA COELHO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOÃO PAULO MATOS DE ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JAILSON DE SOUZA RODRIGUES, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Estevão, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RAFAEL DA PAZ BITTENCOURT MARTINS, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear VILMA DANTAS DE OLIVEIRA ABREU, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ALVARO HENRIQUE MENEGHEL, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear VITOR GOES DO NASCIMENTO RIBEIRO, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear VINICIUS VASCONCELOS LESSA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ITALO MARINOT SANTOS LYRIO, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ALFREDO OTTONI DE CARVALHO NETO, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear SEBASTIÃO DE SÁ TELES, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CLARISSA MONTEIRO MIRANDA, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RAFAEL GONZAGA DA SILVA NETO, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear WELLINGTON SILVA DE BARROS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EMANUEL MATOS DE SANTANA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ RAIMUNDO SANTOS SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOÃO LUIZ DANTAS JÚNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear AURI DA SILVA COTIAS FILHO, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GILSON CONCEIÇÃO OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear BRUNO SANTOS ARAÚJO, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008281-81/2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO DOS SANTOS SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DENILSON DE CARVALHO MENDES, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear NÍVEA REJANE SANTOS VIEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ANTONIO ADAILTON MODESTO DA SILVA JUNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GILBERTO SANTOS DIAS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MARGARETH FERREIRA MENDES, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear EVANILDA DA SILVA SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CARMEM ANGÉLICA ALVES DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARCOS DOUGLAS DOS SANTOS NASCIMENTO, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S .nº 0001466-68.2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANA BARBARA SOUZA CASTRO, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0003058-21.2008.805.0000-0,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear LAERCIO DA SILVA ASSUNÇÃO, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0011781-58.2010.805.0000-0,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE
Nomear JOILMA MARTINS NUNES DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata na Unidade para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ANA CRISTINA DA SILVA BOA MORTE, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,
CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que o Juizado Especial da Comarca de São Francisco do Conde ainda não foi instalado;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato na Unidade para o qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CESAR AUGUSTO VELOSO DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de São Francisco do Conde, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear CRISTIANE DE JESUS BATISTA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear APARECIDA GABRIELA CARVALHO ROCHA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear SOLANIELLY CRISTINA DE MACEDO SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear PHABLO ALEXANDRE LUCAS ANGELIM, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 21.10.10, que tornou sem efeito a nomeação do candidato George Henrique Batista Dias, aprovado em 1º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ROBERTA DOS SANTOS OTTONI, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008281-81.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ALINE DA SILVA PASSOS, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear WELLINGTON CESAR CAVALCANTE DA SILVA, habilitado em concurso público, classificado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JED JUNIOR FIGUEREDO BATISTA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CLEIDE RODRIGUES COELHO, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CLARISON DE SOUZA DIAS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Cliver Campos Santos, aprovado em 1º lugar para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme PA nº 52865/2008,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ABEDNIGO SILVA DA PAIXÃO, habilitado em concurso público, classificado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Senhor do Bonfim.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Johne Hellysson das Merces, aprovado em 3º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, conforme PA nº 23434/09,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RUBEN FERREIRA DE JESUS, habilitado em concurso público, classificado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Serrinha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear GERSIANA LIMA ALVES, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Serrinha, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FABRICIO SOARES DE QUEIROZ PEREIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Serrinha, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 00047981-75.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LUANA ROSA DOS REIS LOPES, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Serrinha, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001191-22.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear WERNER ANTONIO PIMENTA KUEHNITZSCH, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001191-22.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CAMILA DE CARVALHO GALIANO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0001994-73.2008.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARCELO FERREIRA DA CRUZ, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 16.05.08, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Priscila Cunha Lima, aprovada em 1º lugar para o cargo de Secretário,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LUCIANA TEIXEIRA RIBEIRO, habilitada em concurso público, classificada em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MANOEL SANTOS RODRIGUES JUNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DAVID HENOCH SENA DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSAILTON GÓES DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear DEIVID LUDUVICO ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear MARLOS LISBOA DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear CAROLINE NOVAES DA CUNHA, habilitada em concurso público, aprovada em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CELSO SANTANA DANTAS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.08, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Joman dos Santos Dias, aprovado em 1º lugar para o cargo de Atendente de Recepção, e, em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008281-81.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

RESOLVE

Nomear ALAN FABIO SENA COSTA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JACKSON LESSA DOS SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência da candidata Andreya de Oliveira Santana, aprovada em 5º lugar para o cargo de Oficial de Justiça, conforme nº PA 28030/10 e,em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0015114.18.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ARIVALDO DE JESUS BARROS, habilitado em concurso público, classificado em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear HILDALAURA GONÇALVES SANTANA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Simões Filho, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17/07/2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Daniel Souto Novais, aprovado em 1º lugar para o cargo de Atendente de Judiciário,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE
Nomear LEANDRO DOS SANTOS PENA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LARISSA TONHÁ DE CASTRO, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ROBERTO ALVES NUNES FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear ADRIANO TEIXEIRA MEDEIROS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 10/11/08, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Alberto Pessoa Albuquerque Silva, aprovado em 1º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LEONARDO BRANDÃO DIAS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear MELVYN FLORES LARANJEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDER CARDOSO FERNANDES, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear SAULOELVIS OLIVEIRA SARAIVA, habilitado em concurso público, classificado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18/01/2011, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Anizia Neri de Souza, aprovada em 1º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear LEANDRO JAMERSON DA SILVA FARIAS, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0007786-37.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear SUELY DE SOUZA OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LEILA BETANIA SILVA DA CRUZ, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear RENZO GABE CAVALCANTI LISBOA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear JOSE LUIZ RODRIGUES BRAGA, habilitado em concurso público, classificado em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e em razão da reserva de vaga concedida no M.S. nº 0008280-96.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GICELI RIBEIRO DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear PAULO CESAR DE LIMA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JEFFERSON AUGUSTO DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santa Maria da Vitória, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear PABLO SOUZA ROCHA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17/07/2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Leandro Scaldaferri Silva de Brito, aprovado em 4º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JULIANNE HAGENBECK ANDRADE REIS, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificada,

RESOLVE

Nomear JULIANA BRANDÃO DE ANDRADE, habilitada em concurso público, classificada em 8o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARIA EUGENIA RIBEIRO SANCHES, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear SANDRA FONSECA DE OLIVEIRA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CARLOS EDUARDO MELO DE ANDRADE, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Supervisor de Expediente dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear WILLIAN GUTEMBERG SILVA SANTANA, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear FERNANDO TADEU RAMOS DE CARVALHO SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear WILLIAM SHAKSPEARE LEITE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ERIOSVALDO PEREIRA CAMPOS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear RAIMUNDA JOSÉ DOS SANTOS, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSE ADRIANO SOUZA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JEAN MICHEL FERREIRA SANTOS, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CARLOS ALBERTO CASAL ALVES, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE
Nomear JOUSE BORGES ANDRADE, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RICARDO LIMA MELO CARVALHAL FRANÇA, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear EDUARDO FERREIRA DE JESUS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOÃO CARLOS MACHADO CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear JOSEMARY DA GUARDA DE SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 06/11/2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Piero Matos de Gomes, aprovado em 1º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ANDREA DE SOUZA ROCHA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RONALDO DA SILVA ASSIS, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear PRISCILA RAMOS VICTORIA, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ROSEMARY DOS SANTOS ANDRADE SACRAMENTO, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear GERBESON BARRETO RODRIGUES, habilitado em concurso público, aprovado em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi classificado,

RESOLVE

Nomear LEONARDO CARVALHO PINTO, habilitado em concurso público, classificado em 9o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear AGNALDO PEDRO SANTOS FILHO, habilitado em concurso público, aprovado em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOANES CARDOSO DO CARMO JUNIOR, habilitado em concurso público, aprovado em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE
Nomear CLAUDIA MARIA DE SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Santo Antônio de Jesus, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RODRIGO SANTOS LEMOS, habilitado em concurso público, aprovado em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear TADEU CINCURA DE ANDRADE SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear THAYANE SOUSA ARAUJO LOURA, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear ALEX PRADO DA SILVA, habilitado em concurso público, aprovado em 7o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência da desistência do candidato Augusto Joaquim de Azevedo Júnior, aprovado em 8º lugar para o cargo de Atendente Judiciário, conforme PA nº 50226/10,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear RENATA APARECIDA RICO TEIXEIRA LEITE, habilitada em concurso público, classificada em 9o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear GISELE FERREGUETT, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ALINE SANTOS FERNANDES, habilitada em concurso público, aprovada em 3o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear LIZZIANE DE SOUZA TRINDADE, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARCIO ARTHUR REZENDE TRINDADE, habilitado em concurso público, aprovado em 3o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MIRANDA CHUAITH MIRANDA, habilitada em concurso público, aprovada em 4o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CRISTOVÃO SILVA BOREL, habilitado em concurso público, aprovado em 5o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JONATHAS ALVES DIAS, habilitado em concurso público, aprovado em 6o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ILCA GONÇALVES SAÚDE, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ELIZETE MARCELINA DA SILVA NUNES, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 16.06.08, que tornou sem efeito a nomeação do candidato José Eduardo de Andrade Ramos, aprovado em 2º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear JOSÉ ROBERTO FIGUEIREDO TOSTES, habilitado em concurso público, classificado em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Márcio Victor da Silva, aprovado em 5º lugar para o cargo de Oficial de Justiça,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear BRUNA BOAMORTE PASSOS, habilitada em concurso público, classificada em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear ALDA FERREIRA SOUTO, habilitada em concurso público, aprovada em 1o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Teixeira de Freitas.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 03.07.08, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Bruno Maltez de Miranda, aprovado em 2º lugar para o cargo de Atendente Judiciário,

CONSIDERANDO que a candidata se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear KATIA SALETTE LOPES DO ROSARIO, habilitada em concurso público, classificada em 4o lugar, para o cargo de Atendente Judiciário dos Juizados Especiais da Comarca de Valença.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.11, que tornou sem efeito a nomeação da candidata Ester Maria Correia Madureira, aprovada em 3º lugar para o cargo de Secretário,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DANILO BRUNO LOURO DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, classificado em 4o lugar, para o cargo de Secretário dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006 e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17.07.08, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Rogério Santiago Guerra, aprovado em 3º lugar para o cargo de Digitador,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear RUBENS VINÍCIUS FREITAS CARVALHO, habilitado em concurso público, aprovado em 10o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 18.01.2011, que tornou sem efeito a nomeação do candidato Alexandre Silva Sousa, aprovado em 9º lugar para o cargo de Digitador, e, em razão do M.S. nº 0014636-10.2010.805.0000-0,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DELVANEI FIGUEIREDO SANTANA, habilitado em concurso público, aprovado em 11o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARIANA RIBEIRO DE SÁ TELES, habilitada em concurso público, aprovada em 12o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear MARCIO SANTOS DE OLIVEIRA, habilitado em concurso público, classificado em 13o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear AGENOR PEREIRA DOS SANTOS NETO, habilitado em concurso público, classificado em 14o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JEAN LUGI TORRES SOUSA, habilitado em concurso público, classificado em 15o lugar, para o cargo de Digitador dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006, e, em decorrência do Decreto publicado no Diário do Poder Judiciário de 17.07.2008, que tornou sem efeito a nomeação do candidato José Luiz Jesus Sousa, aprovado em 2º lugar para o cargo de Atendente de Recepção,

CONSIDERANDO que o candidato se encontra dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear JEAN CARLOS ALVES DE SOUSA, habilitado em concurso público, classificado em 5o lugar, para o cargo de Atendente de Recepção dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear VÂNIA COSTA SOUSA BATISTA DAMASCENO, habilitada em concurso público, aprovada em 6o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear VALERIA CRISTINA DA SILVA, habilitada em concurso público, aprovada em 7o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação da candidata extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar a candidata no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovada,

RESOLVE

Nomear ELIANA GUSMÃO MIRANDA, habilitada em concurso público, aprovada em 8o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista, colocando-a à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que o candidato foi aprovado dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006;

CONSIDERANDO que a classificação do candidato extrapola a estrutura legal prevista para os turnos de Juizados em funcionamento;

CONSIDERANDO a impossibilidade de lotar o candidato no Sistema do Juizado da Comarca para a qual foi aprovado,

RESOLVE

Nomear CARLOS JULIÃO SIMÕES NETO, habilitado em concurso público, aprovado em 9o lugar, para o cargo de Oficial de Justiça dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista, colocando-o à disposição da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do Edital nº 001/2006,

CONSIDERANDO que a candidata foi aprovada dentro do número de vagas oferecidas no Edital nº 001/2006,

RESOLVE

Nomear DANIELLE NASCIMENTO SOUZA, habilitada em concurso público, aprovada em 2o lugar, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais dos Juizados Especiais da Comarca de Vitória da Conquista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.02

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 37, DE 25 DE JANEIRO DE 2011.

Dispõe sobre a gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET aos ocupantes de cargo comissionado de Diretor de Secretaria de Vara.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a concessão da gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET deve observar a disponibilidade orçamentária e financeira, de acordo com a Lei nº 11.919, de 22 de junho de 2010, e Resolução nº 10, de 06 de outubro de 2010;

CONSIDERANDO a nomeação de 725 (setecentos e vinte e cinco) servidores aprovados em concurso público, referente ao Edital nº 001, de 17 de maio de 2006, conforme Decretos Judiciários publicados no DJE, edição de 26 de janeiro de 2011;

CONSIDERANDO que ao Escrivão e ao Diretor de Secretaria de Vara são atribuídas idênticas competências, consoante disposto no artigo 247 da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO os percentuais assegurados aos escrivães a título de gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET, definidos no artigo 6º da Resolução nº 10, de 06 de outubro de 2010; e

CONSIDERANDO a previsão de cargos comissionados de Diretor de Secretaria de Vara, símbolo TJ-FC-3, em número igual ao de Cartórios Judiciais existentes na Comarca de Salvador e na entrância intermediária, de acordo com o artigo 315, VI, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º A gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET será concedida aos ocupantes de cargo comissionado de Diretor de Secretaria de Vara, Símbolo TJ-FC-3, nos seguintes percentuais:

I - 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico ou sobre o valor do símbolo, o que for mais vantajoso, para o Diretor de Secretaria de Vara de entrância final; e

II - 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico ou sobre o valor do símbolo, o que for mais vantajoso, para o Diretor de Secretaria de Vara de entrância intermediária.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do que consta do processo nº 2963/2011,

RESOLVE

Lotar a servidora ANA DE FREITAS SANTOS, cadastro 171.642-5, no Gabinete da Desembargadora Daisy Lago Ribeiro Coelho.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO
A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Lotar os servidores LUIZ FERNANDO PINTO DO NASCIMENTO, LARISSA MAIA TEIXEIRA NOU e KAROLINNE DE OLIVEIRA GOMES na Secretaria Jurídica do Balcão.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.

Desª. TELMA BRITTO
Presidente.

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista do que consta do Processo nº 458/2011,

RESOLVE

Lotar a servidora LYSANDRA COELHO LIMA LOURENÇA, cadastro 807.098-9, no Gabinete do Desembargador Jefferson Alves de Assis.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Lotar o servidor WALTER NOGUEIRA NETO, cadastro 903.817-5, no Núcleo de Atendimento Judiciário-NAJ.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 25 de janeiro de 2011.

Desª. TELMA BRITTO
Presidente

## *ATOS ADMINISTRATIVOS*

DESPACHO EXARADO PELO JUIZ ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA II, RICARDO AUGUSTO SCHMITT, EM 25 DE JANEIRO DE 2011:

2667/2011 CONSTRUMETEL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, faz solicitação.
Trata-se de pedido de credenciamento ao Clube de Desconto Especial do Poder Judiciário, no âmbito do PROGRAMA SER, em que o(a) Requerente encaminha documentos e termos, de adesão e de credenciamento, já preenchidos.
O Clube de Desconto Especial foi instituído pelo Decreto Judiciário nº 28, de 14 de janeiro de 2011 e, posteriormente, regulamentado pela Presidência, tendo sido dada a devida publicidade por meio do Edital nº 04, de 19 de janeiro de 2011.
Diante disso, como forma de atestar a regularidade do ato, encaminhe-se à Consultoria Jurídica para pronunciamento.

## *CHEFIA DE GABINETE*

DECISÃO EXARADA NO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS A SEGUIR INDICADO:

Processo : PA 38992/2010
Interessado(s) :

Nome Efigênia Sampaio de Carvalho Andrade
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados
Período 15 e 22/07/10
Destino Pov. Barra do Tarrachil

Nome Efigênia Sampaio de Carvalho Andrade
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados
Período 20/07/10
Destino Faz. Barra da Areia

Nome Efigênia Sampaio de Carvalho Andrade
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados
Período 23/07/10
Destino Fazenda Sítio

Nome Efigênia Sampaio de Carvalho Andrade
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados
Período 26/07/10
Destino Fazenda Tapera

Nome Efigênia Sampaio de Carvalho Andrade
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados
Período 27 e 28/07/10
Destino Pov. Várzea da Ema

Nome Eudete Luiz da Silva
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Intimação
Período 09,14, 16 e 24/07/10
Destino Distrito de Bandeira do Colônia

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados
Período 05/07/10
Destino Itabatan/Costa Dourada

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 08/07/10
Destino Cruzelândia/Nova Brasília

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 19/07/10
Destino Itabatan/Sem Terras

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 20/07/10
Destino Itabatan/Fazendas

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 21 e 29/07/10
Destino Itabatan/31 de março

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 23/07/10
Destino Itabatan/Belo Cruzeiro

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 26/07/10
Destino Itabatan

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 27/07/10
Destino Itabatan/Cruzelândia

Nome Fernando de Bulhões Ramos Marculino
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandados judiciais
Período 28/07/10
Destino Itabatan/Fazendas sem terras

Nome Filogônio Rodrigues da Silva
Cargo Oficial de Justiça
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandado judicial
Período 13/07/10
Destino Wanderley - Município de Barra/BA

Nome Filogônio Rodrigues da Silva
Cargo Oficial de Justiça
Ativ. Desenv. Mandado de citação
Período 15/07/10
Destino Distrito de Ibiraba - Barra/BA

Nome Filogônio Rodrigues da Silva
Cargo Oficial de Justiça
Ativ. Desenv. Mandado de citação
Período 22/07/10
Destino Brejo Olhos D'Água - Zona rural de Barra/BA

Nome Gilmar Fernandes de Oliveira
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Intimação de advogado por ofício
Período 01 e 23/07/10
Destino Comarca de Itapetinga - BA

Nome Gilmar Fernandes de Oliveira
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Intimação
Período 09/07/10
Destino Comarca de Itapetinga - BA

Nome Gilmar Fernandes de Oliveira
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Citação
Período 13/07/10
Destino Comarca de Itapetinga - BA

Nome Gilmar Fernandes de Oliveira
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Efetuar estudo social em residências
Período 16/07/10
Destino Catolezinho - Distrito de Itambé - BA

Nome Gilmar Fernandes de Oliveira
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Citação
Período 19/07/10
Destino Comarca de Itapetinga - BA

Nome Gilmar Fernandes de Oliveira
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Intimação de testemunhas e acusado
Período 21/07/10
Destino Catolezinho - Distrito de Itambé - BA

Nome Gilmar Fernandes de Oliveira
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Citação de acusado
Período 26/07/10
Destino Fazenda Paraná - Município de Ribeirão do Largo - BA

Nome Gilmar Silva Tavares
Cargo Agente de Proteção ao Menor
Ativ. Desenv. Exercer a função de Tabelião de Notas e Protestos - Designado
Período 07, 14, 21 e 28/07/10
Destino Bom Jesus da Serra - Bahia

Nome Hudson Luz Pita
Cargo Oficial de Registro Civil c/ Funções Notariais
Ativ. Desenv. Substituição ao cartório de Marcolino Moura
Período 08, 09, 15, 16, 22, 23, 29 e 30/07/10
Destino Distrito de Marcolino Moura

Nome Inês Gomes Bastos de Macedo
Cargo Oficiala de Registros Públicos
Ativ. Desenv. Atendimento ao cartório de registro civil
Período 01, 08, 15, 22 e 29/07/10
Destino Wagner/Bahia

Nome Irando Pereira dos Santos
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandado de intimação
Período 19/07/10
Destino Distrito de Sambaituba

Nome Irando Pereira dos Santos
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandado de intimação
Período 20/07/10
Destino Distrito de Ponta do Ramo

Nome Irando Pereira dos Santos
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Cumprimento de mandado de intimação
Período 23/07/10
Destino Distrito de Santo Antônio

Nome Iranildo Torres dos Santos
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Intimação
Período 21 e 26/07/10
Destino Mandacaru

Nome Iranildo Torres dos Santos
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Intimação
Período 22/07/10
Destino Projeto Tourão

Nome Iranildo Torres dos Santos
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Ativ. Desenv. Intimação
Período 23/07/10
Destino Projeto Maniçoba

Nome Itanalva Maria de Souza Gama
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Citações e Intimações - Vara Cível e Vara Crime
Período 05/07/10
Destino R. João Bacelar, Av. ACM, R. João Rodrigues Costa, R. Dep. João Alves, Faz. Várzea Grande do Saco - Filadélfia - Ba

Nome Itanalva Maria de Souza Gama
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Notificações, Citação, Intimações - Vara Crime e Vara Cível
Período 07/07/10
Destino Faz. Algodões, Várzea da Serra, Av. ACM, R. Dep. João Alves, - Filadélfia - Ba

Nome Itanalva Maria de Souza Gama
Cargo Oficiala de Justiça Avaliadora
Ativ. Desenv. Citações e Intimações - Vara Cível
Período 09/07/10
Destino R. João Rodrigues Costa, R. João Bacelar, R. Antônio Cesário, Av. ACM, BR 324 - Filadélfia - Ba e Senhor do Bonfim - Ba

Considerando a certificação de regularidade das despesas promovidas pela Coordenação de Liquidação da Diretoria de Finanças, autorizo o pagamento das diárias em favor dos servidores acima listados. Ao Serviço de Execução Orçamentária deste Tribunal de Justiça para adoção das providências cabíveis.

Chefia de Gabinete da Presidência, 25 de janeiro de 2011.

Salvador Neuraci dos Santos
Chefe de Gabinete da Presidência

DESPACHO PROFERIDO NO PROCESSO ABAIXO:

Tendo em vista o requerimento de fl. 05, homologo a renúncia formulada. Arquivem-se.

7941/2010 Edilton da Silva Barbosa

Chefia de Gabinete da Presidência, em 14 de janeiro de 2011.
Bel. SALVADOR NEURACI DOS SANTOS
Chefe de Gabinete da Presidência

## *SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO*

## *GABINETE*

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS Nº 02/11-RD*
Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e PROMAT LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.140.521/0001-32. Objeto: Reconhecer o débito retroativo da repactuação do preço contratual do período correspondente a 03 de fevereiro de 2010 até 02 de fevereiro de 2011, no valor total de R$176.080,31. O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia se obriga a efetuar o pagamento da referida importância, abrangendo o principal e eventuais acessórios no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial, consoante PA nº. 30145/2010. Data: 24/01/2011.

*Republicação corretiva.

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 117/10-ALI
Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e NILZETE LUZ AGUIAR SILVA, inscrita no CPF/MF sob o nº 523.166.535-53. Objeto: Aditar o contrato de locação de imóvel nº 116/08-LI, firmado em 25/11/2008, situado na Avenida José Correia, s/n, Centro, município de Contendas do Sincorá-Bahia, destinado ao funcionamento do Cartório de Registro Civil da Comarca de Ituaçu-Bahia, consoante PA nº 11664/2006, prorrogando a vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados na forma da legislação aplicável e à vista da publicação no DJE. Valor global estimado: R$5.352,00, que será atendida, pela Unidade Orçamentária 204.001, Unidade Gestora 176, Atividade 4557, Elemento de Despesa 3.3.90.36, Subelemento 36.03-0 e Fonte 20. Data: 25/01/2011.

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 129/10-ALI
Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e JOCÉLIO DE LIMA PEREIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.546.345-15. Objeto: Aditar o contrato de locação de imóvel nº 118/08-LI, firmado em 05/12/2008, situado na Rua Dr. Manoel Ribeiro, s/n, Distrito de Buranhém, destinado ao funcionamento do Cartório de Registro Civil da Comarca de Guaratinga-Bahia, consoante PA nº 236/2006, prorrogando a vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados na forma da legislação aplicável e à vista da publicação no DJE. Valor global estimado: R$4.008,00, que será atendida, pela Unidade Orçamentária 204.001, Unidade Gestora 232, Atividade 4557, Elemento de Despesa 3.3.90.36, Subelemento 36.03-0 e Fonte 20. Data: 25/01/2011.

TERMO DE RECEBIMENTO DIFINITIVO Nº 07/11
Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e CONSTRUTORA RIBEIRO TEIXEIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.967.561/0001-15. Objeto: Construção civil do Fórum da Comarca de Coribe (lote II), consoante PA nº 23502/2010, Contrato nº 31/09-EM. Data: 25/01/2011.

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 03/11-AS
Partes: O ESTADO DA BAHIA, por intermédio do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA e ÂNGELO FREITAS E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.730.010/0001-08. Objeto: Aditar o contrato de prestação de serviços de limpeza e controle de água em reservatórios superiores e inferiores de unidades judiciárias do Estado da Bahia, nº 47/07-S, firmado em 28/12/2007, consoante PA nº 938/2011, prorrogando a vigência pelo prazo de 06 (seis) meses, com início em 06 de janeiro de 2011 e término em 05 de janeiro de 2012. Valor global estimado: R$38.718,00, que será atendida, pela Unidade Orçamentária 204.410, Unidade Gestora 004, Atividade 4559, Elemento de Despesa 3.3.90.39, Subelemento 39.23-3 e Fonte 20. Data: 25/01/2011.

## *NÚCLEO DE LICITAÇÃO*

Aviso de edital - Pregão Eletrônico nº 071/2010 - PA 43050/2010 - Objeto:Registro de preços para futura e eventual aquisição de 1.200 (um mil e duzentas) camisas para estagiários de nível médio do Poder Judiciário do Estado da Bahia. O Núcleo de Licitação comunica aos interessados que se encontra à disposição o Edital do processo licitatório em referência nos endereços eletrônicos: www.tjba.jus.br: ícone: licitações - editais/publicações e www.licitacoes-e.com.br. Abertura das propostas: 08/02/2011 às 15:00 horas. Início da sessão de disputa de preços: 08/02/2011 às 16:00 horas.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Júlia Karina Galvão Morais Teles
Chefe do Núcleo de Licitação.

Aviso de edital - Pregão Eletrônico nº 40/2010 - PA 28994/2010 - Objeto: Aquisição de 500(quinhentas) camisas, gola polo, em malha piquet, sendo 350(trezentos e cinquenta) para o NAJ- Núcleo de Atendimento Judiciário e 150 (cento e cinquenta) para CJC- Casa de Justiça e Cidadania- BA, com as logomarcas das referidas unidades do Poder Judiciário da Bahia. O Núcleo de Licitação comunica aos interessados que se encontra à disposição o Edital do processo licitatório em referência nos endereços eletrônicos: www.tjba.jus.br: ícone: licitações - editais/publicações e www.licitacoes-e.com.br. Abertura das propostas: 08/02/2011 às 10:00 horas. Início da sessão de disputa de preços: 08/02/2011 às 11:00 horas.

Aviso de edital - Pregão Eletrônico nº 78/2010 - PA 54488/2009 - Objeto: Fornecimento de 04 (quatro) Motores com instalação para os Portões do Fórum Ruy Barbosa e Edf. Orlando Gomes. O Núcleo de Licitação comunica aos interessados que se encontra à disposição o Edital do processo licitatório em referência nos endereços eletrônicos: www.tjba.jus.br: ícone: licitações - editais/publicações e www.licitacoes-e.com.br. Abertura das propostas: 08/02/2011 às 10:00 horas. Início da sessão de disputa de preços: 08/02/2011 às 11:00 horas.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Júlia Karina Galvão Morais Teles
Chefe do Núcleo de Licitação.

## *TRIBUNAL PLENO*

TRIBUNAL PLENO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0017362-54.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR
IMPETRANTE: EDILTON CARLOS PARANHOS DO ROSÁRIO
ADVOGADO: ANTONIO JOÃO GUSMÃO CUNHA
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
RELATOR: DES. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS

D E C I S Ã O

Vistos estes autos de Mandado de Segurança nº 0017362-54.2010.805.0000-0, de Salvador, sendo Impetrante EDILTON CARLOS PARANHOS DO ROSÁRIO e Impetrado GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA.
EDILTON CARLOS PARANHOS DO ROSÁRIO impetrou Mandado de Segurança contra ato acoimado de omissivo, imputado ao Governador do Estado da Bahia, alegando em síntese, que, a despeito de sua aprovação no Concurso Público para provimento do cargo de Agente de Polícia Civil, regido pelo Edital SAEB/1997, inclusive com a realização do Curso de Formação Técnico-Profissional (pontuação final 131,60), até a presente data a administração não promoveu a nomeação do impetrante. Considerando violado direito seu, líquido e certo, pugna, liminarmente, pela concessão de liminar, para efeito de imediata nomeação e posse no cargo de Agente de Polícia-Salvador, ou a reserva de vaga, seguindo-se a concessão da ordem definitiva.
É o breve relatório.

Decido.

Concedo ao impetrante os favores da Lei nº 1060/50.
Muito embora de induvidosa presença o fumus boni iuris - candidatos aprovados em concurso público têm direito subjetivo à nomeação dentro do prazo de validade do concurso e a recusa do Poder Público em prover cargos vagos é suscetível de apreciação pelo Judiciário - não vislumbro a possibilidade de concessão da liminar, com vistas à nomeação do impetrante, eis que, medida de caráter nitidamente satisfativa, esgotaria por completo o objeto da ação esbarrando na vedação do art. 7º, § 2º da Lei 12016/09.
Todavia, está a merecer do juízo o acautelamento proporcionado mediante a reserva de vaga, apta a resguardar o direito à tutela definitiva, na hipótese de êxito da demanda.
Nessa conformidade, defiro, em parte, o pedido inicial, determinando à autoridade indigitada coatora as providências necessárias à reserva da respectiva vaga, em favor do candidato, até julgamento de mérito do writ.
Cite-se o Estado da Bahia, para intervir no feito, na condição de litisconsorte passivo necessário.
Submeta-se ao crivo do Ministério Público, retornando-me após.
Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS
RELATOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO
PROCESSO Nº 0000430-88.2010.805.0000-0
ORIGEM: SINDICÂNCIA Nº 3491-25.2008.805.0000-0
PROCESSANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSADA: A. G. T. DE F.
ADVOGADOS: LÉA MÁRCIA BRITTO MESQUITA e CELSO LUIZ BRAGA DE CASTRO
RELATORA: DESª MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

DESPACHO

Concedo à parte processada o prazo de 10 (dez) dias para que, querendo, apresente suas razões finais.

Intime-se a parte processada, pessoalmente, e o seu advogado através do DJE, acerca do presente ato, em atendimento ao quanto determina o artigo 391, § 2ª do RITJBA.

Publique-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Relatora

TRIBUNAL PLENO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 0013348-27.2010.805.0000-0.
IMPETRANTES : NAVANXO POUSADA E EVENTOS LTDA.
ADVOGADOS : OAB/BA 11010 - OLIVETE DE OLIVEIRA MARQUES.
IMPETRADOS : DESA. RELATORA DO AGRAVO 0008153-61.2010-0000-0 E OUTROS
RELATOR : DES. ANTONIO PESSOA CARDOSO

DESPACHO

Requisite-se os autos.

Salvador, 18 de janeiro de 2011.

DES. ANTONIO PESSOA CARDOSO
RELATOR

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0014832-77.2010.805.0000-0 DE SALVADOR
IMPETRANTES:AERTON SILVA COSTA E OUTROS
ADVOGADOS: MARCOS ANTONIO TAVARES GRISI E OUTROS
IMPETRADO: RELATORA DO AGRAVO D EINSTRUMENTO Nº 0012115-92.2010.805.0000-0
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

D E C I S Ã O

Tratam os autos de Mandado de Segurança tombado sob o n° 0014832-77.2010.805.0000-0, impetrado por Aerton Silva Costa e outros em face da Desa. Relatora do Agravo de Instrumento nº 0012115-92.2010.805.0000-0.

Narra a exordial que a autoridade apontada coatora deu provimento ao agravo, com base no art. 557, §1º-A do CPC, para cassar a decisão atacada que determinou a republicação da sentença e deferiu aos agravados o pedido de devolução do prazo para recorrer.

Alegou que a decisão objurgada é claramente inconstitucional, nula, ilegal e abusiva, expressa violação ao direito líquido e certo dos impetrantes, nela consistindo o objeto da impetração.

Sinalizou, assim, a manifesta ofensa do ato coator ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa.

Pleiteou a concessão de medida liminar, para sustar os efeitos da decisão liminarmente proferida nos autos do agravo de instrumento nº 012115-92.2010.805.0000-0 e ratificada pela juíza da 27ª Vara Cível da Comarca de Salvador a fim de que os impetrantes sejam mantidos ou, se já expulsos, que seja prontamente restabelecida a posse dos acionantes da residência objeto da lide de imissão em posse, até o seu trânsito em julgado, sendo ainda garantida ainda a devolução do prazo deferida pelo juízo da 27ª Vara Cível.

Despacho de fls. 244 no qual o relator originário se reservou a apreciação do pleito liminar, após as notificações de praxe.

Informações às fls. 250/252 e às fls. 254/255.

Nestes termos, os autos a mim vieram.

É o breve relatório. Passo ao exame do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

Ensejam os impetrantes a suspensão os efeitos da decisão liminarmente proferida nos autos do agravo de instrumento nº 012115-92.2010.805.0000-0 e ratificada pela juíza da 27ª Vara Cível da Comarca de Salvador a fim de que os impetrantes sejam mantidos ou, se já expulsos, que seja prontamente restabelecida a posse dos acionantes da residência objeto da lide de imissão em posse, até o seu trânsito em julgado, sendo ainda garantida ainda a devolução do prazo deferida pelo juízo da 27ª Vara Cível.

Conforme se depreende do artigo 7°, inciso III da Lei 12016, o deferimento da tutela antecipada (parcial ou total) em sede de Mandado de Segurança é medida excepcional, somente conferida mediante a ocorrência concomitante de dois requisitos: a relevância do fundamento da impugnação e a possibilidade de ineficácia da medida, quando do provimento final.

Dúvidas não remanescem quanto à configuração do perigo da demora, quanto ao direito dos impetrantes no que concerne a republicação da sentença e a consequente revogação do mandado de imissão de posse, tendo em vista o erro material constatado, vez que não constou na publicação o nome correto do advogado dos acionados na publicação.

Nesse sentido, o art. 236, §1º do CPC:

Art. 236 - No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.
§ 1º - É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação.

Seguem excertos jurisprudenciais:

EMENTA: EXECUÇÃO PROVISÓRIA - INTIMAÇÃO - ÓRGÃO OFICIAL - PUBLICAÇÃO - SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES - ADVOGADOS - NOMES DOS SUBSTABELECIDOS - NULIDADE.Na intimação feita pelo órgão oficial, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, sob pena de nulidade (CPC, art. 236, § 1º). Havendo substabelecimento sem reserva de poderes, é imprescindível a publicação dos nomes dos advogados substabelecidos para a regularidade da intimação.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 1.0145.07.425727-3/001 - COMARCA DE JUIZ DE FORA - AGRAVANTE(S): LUIZ CARLOS

SANTOS - AGRAVADO(A)(S): CIA SEGUROS MINAS BRASIL - RELATOR: EXMO. SR. DES. DUARTE DE PAULA Data do Julgamento: 19/08/2009 Data da Publicação: 08/09/2009

INTIMAÇÃO - SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA. AUSÊNCIA DO NOME DO ADVOGADO SUBSTABELECIDO. NULIDADE. Se a publicação não consta o nome do advogado substabelecido sem reservas, o ato praticado é nulo, art. 236, § 1º do CPC. (Apelação Cível 1.0024.07.480672-0/001, Rel. Des. Cabral da Silva, j. 19/02/08);

AGRAVO DE INSTRUMENTO - INTIMAÇÃO - ADVOGADO SUBSTABELECIDO - AUSÊNCIA - REQUERIMENTO EXPRESSO - NULIDADE. Havendo requerimento expresso para que as intimações sejam direcionadas ao advogado substabelecido, é nula a intimação feita ao advogado substabelecente, independentemente de o substabelecimento ter sido firmado com reserva de poderes. (Agravo de Instrumento 1.0512.03.008537-1/001, Rel. Des. Lucas Pereira, j. 14/02/08);

Coadunando a tais posicionamentos, o colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, já teve oportunidade de decidir.

PROCESSUAL CIVIL. PROCURAÇÃO SUBSTABELECIDA A ADVOGADOS 'SEM RESERVAS' PARA OS SUBSTABELECENTES. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 236, § 1º E 247 DO CPC E PRECEDENTE DA CORTE (RESP. 125.019-RS). Decisões proferidas e atos processuais praticados sem a ciência ou intimação dos advogados substabelecidos sem reservas de poderes conferida ao anteriores são nulos, mormente quando o erro material (ou lapso) que tornou viciado o provimento prolatado deveu-se à negligência da administração da Justiça, não devendo ser suportado pelo jurisdicionado o cerceamento de seu direito pela ausência da defesa que constituíra. Recurso conhecido e provido para cassar os decisórios e atos praticados e até mesmo o fazendo com o saneador para daqui prosseguir com o processo como de direito. (REsp. 136107/RJ; Rel. Min. Waldemar Zveiter, DJ 17/04/00, p. 56);

PROCESSO CIVIL. JULGAMENTO DA APELAÇÃO. FALTA DA INTIMAÇÃO. NULIDADE. A PUBLICAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 552 DO CPC SUJEITA-SE AO DISPOSTO NO ART. 236, PARAG. 1., DO MESMO CODIGO, DEVENDO DELA CONSTAR OBRIGATORIAMENTE, SOB PENA DE NULIDADE, OS NOMES DAS PARTE E DE SEUS ADVOGADOS. HIPOTESE EM QUE HOUVE SUBSTABELECIMENTO, SEM RESERVA DE PODERES, NÃO CONSTANDO DA PUBLICAÇÃO O NOME DO ADVOGADO SUBSTABELECIDO. NULIDADE RECONHECIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (REsp 88743/PE, Rel. Min. Paulo Costa Leite, Terceira Turma, p. 26354);

Assim, a meu ver, agiu com acerto o ilustre julgador primevo, pois as publicações de intimação dos atos processuais deveriam constar, obrigatoriamente, os nomes corretos dos advogados. Verificando que a referida publicação foi feita sem os nomes dos advogados, conclui-se pelo reconhecimento da mencionada nulidade processual, com a consequente anulação dos atos processuais posteriores.

Em assim sendo e considerando a sumariedade do exame da questão nesta fase recursal, à luz do direito invocado, vislumbro a existência do "periculum in mora" e do " fumus boni iuris", razão pela qual, sem adentrar ao mérito da causa, defiro a liminar requerida para sustar os efeitos da interlocutória, ora objetada, restituindo-se as partes impetrantes, na causa de origem, ao status quo ante, até o final processamento deste recurso e seu inexorável julgamento pelo Órgão Colegiado.

Tendo em vista que já apresentadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público, para emissão de opinativo.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011

Juíza Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Relatora

TRIBUNAL PLENO
AÇÃO PENAL Nº 0001598-33.2007.805.0000-0 (29879-6/2007) - DE SÃO FRANCISCO DO CONDE.
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO.
PROC. GERAL DE JUSTIÇA: RÔMULO DE ANDRADE MOREIRA.
PROM. PÚBLICO: VALMIRO SANTOS MACEDO.
RÉU: ANTÔNIO PASCOAL BATISTA, EX-PREFEITO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE.
ADVOGADOS: ANTÔNIO JOSÉ MARQUES NETO, LUIZ HENRIQUE DE CASTRO MARQUES, ANTÔNIO TERÊNCIO MARQUES, PAULO HENRIQUE GOUVÊA LUZ MARQUES E LEONARDO JOSÉ GOUVÊA LUZ MARQUES.
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA.

D E C I S Ã O

Cuida-se de Ação Penal Originária ajuizada contra Antônio Pascoal Batista, ex-prefeito de São Francisco do Conde.

Todavia, a teor do art. 158, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, "a distribuição de processos de competência originária do Tribunal Pleno será feita, conforme a matéria, a Desembargador de Câmara Cível ou Criminal".

Diante do exposto, declino da competência para julgar o presente feito, determinando o envio dos autos ao Secomge, para que o processo seja redistribuído a um dos Desembargadores integrantes das Câmaras Criminais.

P. I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TRIBUNAL PLENO
Carta Precatória, nº 0000297-12.2011.805.0000-0, do Espirito Santo
Deprecante: Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, Des. Relator Pedro Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça
Deprecado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Interessados: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Aliatar Costa Dias Filho e Outros
Eliomar Melo de Britto e Outros

D E S P A C H O

I - R. H.
II - Vistos etc...
III - Cumpra-se.
IV - Publique-se.

Cidade do Salvador, BA., 20 de janeiro de 2011.

DESª. TELMA BRITTO,
Presidente do Tribunal de Justiça
.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

TRIBUNAL PLENO
Carta Precatória, nº 0017152-03.2010.0000-0, de São Paulo
Deprecante: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Des. Relator Xavier de Aquino
Deprecado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Interessados: Ministério Público do Estado de São Paulo
Francisco Armando Noschang e Outros
Adriana Vieira da Costa Zulauf

D E S P A C H O

I - R. H.
II - Vistos etc...
III - Cumpra-se.
IV - Publique-se.

Cidade do Salvador, BA., 20 de janeiro de 2011.

DESª. TELMA BRITTO,
Presidente do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL PLENO
MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000007-94.2011.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR
IMPETRANTE: LUIS EDUARDO ROLIN CARNEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS: LUIS EDUARDO ROLIN CARNEIRO DE OLIVEIRA - OAB/BA 32.317 e ANDERSON BERNARDO COHIM MARINHO GOMES - OAB/BA 22.019
IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO DA DEFENSORIA PÚBLICA E DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DA BAHIA e DIRETOR GERAL DO CESPE - CENTRO DE SELEÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
RELATORA: DESª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando-se que o pleito liminar formulado na presente ação mandamental já foi apreciado pela Juíza Plantonista (fls. 69-71) que, na oportunidade, também determinou a notificação das indigitadas Autoridades Coatoras para prestar informações, acrescento, por ora, apenas a determinação de intimação pessoal do Procurador Geral do Estado da Bahia para oferecer defesa.

Ademais, verifica-se que da autuação do presente mandamus, falta a importante informação de que a Presidente da Comissão de Concurso é também Defensora Pública Geral do Estado da Bahia, Cargo que, aliás, na hipótese presente fixa a competência do Tribunal Pleno desta Corte.

No mesmo sentido e igualmente carente de correção, deixou de ser autuado como Autoridade Coatora o Diretor Geral do Cespe, conforme apontado pelo Impetrante em sua inicial.

Diante do exposto, retornem-se os autos à Secretaria do Tribunal Pleno para que tome as providências referentes à correção da autuação conforme destacado, bem como para cumprir as ordens de comunicação processual determinadas.

Publique-se. Cumpra-se.
Salvador, 24 de Janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TRIBUNAL PLENO
MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0019127-94.2009.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR
IMPETRANTE: MUNICÍPIO DE BOQUIRA
ADVOGADOS: PAULA GUERRA VARELA - OAB/BA 25.408 e LUIS VINÍCIUS DE ARAGÃO COSTA - OAB/BA 22.104
IMPETRADO: DESEMBARGADOR RELATOR DO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 49758-8/2009
LITISCONSORTE PASSIVO: IBRASCON - INSTITUTO BRASILEIRO DE CONCURSOS
ADVOGADA: ZENIRA MARIA RAMOS ARAÚJO - OAB/BA 11.400
RELATORA: DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Tendo em vista que a presente ação se trata de um mandado de segurança originário, a teor do art. 53, X, do Regimento Interno desta Corte, determino sejam encaminhados os autos à Douta Procuradoria de Justiça para, querendo, manifestar-se no feito.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de Janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

## *1ª VICE-PRESIDÊNCIA*

## *SECOMGE - SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES GERAIS*

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

SECOMGE PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO

Ata de Distribuição

_____

Ata da distribuição dos processos do Tribunal de Justiça, na data de 25 de janeiro de 2011.

| Ordem | Processo | |
|---|---|---|
| ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS | 199 | 0000781-27.2011.805.0000 - 0 |
| ABDON BERDÊDE DE CARVALHO | 137 | 0000903-40.2011.805.0000 - 0 |
| ABÍLIO FREIRE DE MIRANDA NETO | 158 | 0042886-02.2000.805.0001 - 0 |
| ADILSON F. ALMEIDA | 054 | 0000772-65.2011.805.0000 - 0 |
| ADRIANA REIS SANTOS | 017 | 0000675-65.2011.805.0000 - 0 |
| ADRIANNE MUNIZ DE MORAES | 138 | 0000906-92.2011.805.0000 - 0 |
| ADRIANNE MUNIZ DE MORAES | 191 | 0000908-62.2011.805.0000 - 0 |
| ADRIANNE MUNIZ DE MORAES | 139 | 0000907-77.2011.805.0000 - 0 |
| ADRIANO BASTOS SILVA | 103 | 0000665-21.2011.805.0000 - 0 |
| ADRIANO MUNIZ REBELLO | 099 | 0000510-18.2011.805.0000 - 0 |
| AGNALDO EDSON RAMOS FERREIRA | 050 | 0000603-78.2011.805.0000 - 0 |
| ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO | 015 | 0000605-48.2011.805.0000 - 0 |
| ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO | 050 | 0000603-78.2011.805.0000 - 0 |
| ALESSANDRA SCHMIDT CHEVALIER | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| ALESSANDRA SCHURIG CARRILHO ROSA | 106 | 0000687-79.2011.805.0000 - 0 |
| ALEXEI ESTEVEZ DE CARVALHO | 116 | 0000295-58.2010.805.0200 - 0 |
| ALOISIO GONÇALVES PEREIRA NETO | 113 | 0144971-51.2009.805.0001 - 0 |
| ALOÍSIO SILVEIRA NETO | 026 | 0000928-53.2011.805.0000 - 0 |
| ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES | 157 | 0000699-87.2010.805.0078 - 0 |
| ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES | 059 | 0000708-49.2010.805.0078 - 0 |
| ANA CARINA NASCIMENTO PASSOS | 189 | 0000840-15.2011.805.0000 - 0 |
| ANA CRISTINA D´AVILA ARGOLLO | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| ANA CRISTINA NERY DE SOUSA | 031 | 0005423-84.2004.805.0001 - 0 |
| ANDRÉ LUIZ BERRO PEREIRA | 125 | 0065226-22.2009.805.0001 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| ANDRÉ LUIZ CORREIA DE AMORIM | 199 | 0000781-27.2011.805.0000 - 0 |
| ANGELITA MASCARENHAS CARNEIRO DIAS | 050 | 0000603-78.2011.805.0000 - 0 |
| ANISIO PINHEIRO DE JESUS | 182 | 0062165-03.2002.805.0001 - 0 |
| ANTONIEL CORDEIRO DA SILVA | 014 | 0000600-26.2011.805.0000 - 0 |
| ANTÔNIO ALVES DE LIMA JÚNIOR | 063 | 0000172-79.2009.805.0205 - 0 |
| ANTONIO AUGUSTO GRAÇA LEAL | 192 | 0000918-09.2011.805.0000 - 0 |
| ANTONIO AUGUSTO GRAÇA LEAL | 149 | 0000676-50.2011.805.0000 - 0 |
| ANTONIO BRUNO COSTA SABACK | 129 | 0038471-92.2008.805.0001 - 0 |
| ANTONIO CARLOS ALVES MACEDO | 064 | 0000340-24.2004.805.0119 - 0 |
| ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO | 027 | 0018369-15.2009.805.0001 - 0 |
| ANTONIO CARLOS PEREIRA TRINDADE | 040 | 0000040-21.2008.805.0249 - 0 |
| ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO JÚNIOR | 151 | 0000708-55.2011.805.0000 - 0 |
| ANTONIO CARLOS SOUTO COSTA | 052 | 0000673-95.2011.805.0000 - 0 |
| ANTONIO EDILIPE BAHIANA NERI | 108 | 0000759-66.2011.805.0000 - 0 |
| ANTONIO JORGE MOREIRA GARRIDO JÚNIOR | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| ANTONIO LISBOA LIMA DE CARVALHO | 082 | 0000184-79.1989.805.0113 - 0 |
| ANTONIO OTTO CORREIA PIPOLO | 081 | 0175337-83.2003.805.0001 - 0 |
| ARCHIMEDES CUSTODIO ALMADA DE MELLO JUNIOR | 022 | 0000727-61.2011.805.0000 - 0 |
| ARCHIMEDES CUSTODIO ALMADA DE MELLO JUNIOR | 146 | 0000586-42.2011.805.0000 - 0 |
| ARNALDO LAGO DOS SANTOS RAMOS | 114 | 0110137-95.2004.805.0001 - 0 |
| ÁTILA DE ALMEIDA OLIVEIRA | 181 | 0000439-13.2009.805.0153 - 0 |
| AUGUSTO CESAR RIBEIRO LIMA | 023 | 0000754-44.2011.805.0000 - 0 |
| BETÂNIA ROCHA RODRIGUES | 026 | 0000928-53.2011.805.0000 - 0 |
| BRAULIO LEAL TEIXEIRA SANTOS | 171 | 0000810-77.2011.805.0000 - 0 |
| BRUNO CALMON CARVALHO SAMPAIO | 183 | 0000102-87.2007.805.0090 - 0 |
| BRUNO GUSTAVO FREITAS ADRY | 190 | 0000890-41.2011.805.0000 - 0 |
| BRUNO GUSTAVO FREITAS ADRY | 177 | 0000972-72.2011.805.0000 - 0 |
| BRUNO RODRIGUES LIMA DE SOUZA SILVA | 176 | 0000946-74.2011.805.0000 - 0 |
| BRUNO SANTOS NOGUEIRA | 099 | 0000510-18.2011.805.0000 - 0 |
| BRUNO TOMMASI COSTA CARIBÉ | 086 | 0000765-73.2011.805.0000 - 0 |
| CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA | 062 | 0139488-11.2007.805.0001 - 0 |
| CANDICE DE ALMEIDA ROCHA | 146 | 0000586-42.2011.805.0000 - 0 |
| CARLA JERÔNIMA RAMOS ARLEO | 029 | 0006054-47.2003.805.0103 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| CARLOS GLASS NETO | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| CARLOS HENRIQUE MAGNAVITA RAMOS JÚNIOR | 175 | 0000932-90.2011.805.0000 - 0 |
| CARLOS TELES DE MENEZES | 152 | 0000761-36.2011.805.0000 - 0 |
| CAROLE CARVALHO DA SILVA | 052 | 0000673-95.2011.805.0000 - 0 |
| CAROLE CARVALHO DA SILVA | 149 | 0000676-50.2011.805.0000 - 0 |
| CAROLE CARVALHO DA SILVA | 147 | 0000609-85.2011.805.0000 - 0 |
| CAROLE CARVALHO DA SILVA | 017 | 0000675-65.2011.805.0000 - 0 |
| CAROLE CARVALHO DA SILVA | 100 | 0000608-03.2011.805.0000 - 0 |
| CAROLE CARVALHO DA SILVA | 061 | 0000446-67.2009.805.0003 - 0 |
| CAROLE CARVALHO DA SILVA | 105 | 0000674-80.2011.805.0000 - 0 |
| CAROLINA BERTÃO DE JESUS | 113 | 0144971-51.2009.805.0001 - 0 |
| CELSO DAVID ANTUNES | 104 | 0000669-58.2011.805.0000 - 0 |
| CELSO DAVID ANTUNES | 082 | 0000184-79.1989.805.0113 - 0 |
| CESAR DE OLIVEIRA ARNAUT | 021 | 0000706-85.2011.805.0000 - 0 |
| CHRISTIANE BALAZEIRO BORGES DOMINGUES | 037 | 0111368-31.2002.805.0001 - 0 |
| CLAUDIA BEZERRA BATISTA NEVES | 115 | 0033411-75.2007.805.0001 - 0 |
| CLAUDIA REGINA COSTA CARVALHO SANTOS | 117 | 0000573-37.2009.805.0057 - 0 |
| CLAUDIA REGINA DIAS ARAKAKI ISHIKAWA | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| CLAUDIO FERREIRA DE MELO | 099 | 0000510-18.2011.805.0000 - 0 |
| CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO | 120 | 0012759-18.1999.805.0001 - 0 |
| CLEBER LACERDA BOTELHO JUNIOR | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| COSME JOSÉ DOS REIS | 193 | 0000989-11.2011.805.0000 - 0 |
| CRISTIANE RAMOS DA SILVA | 118 | 0084556-05.2009.805.0001 - 0 |
| CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO | 107 | 0000725-91.2011.805.0000 - 0 |
| DANIEL MARQUES BASTOS | 134 | 0000773-50.2011.805.0000 - 0 |
| DANIEL MORENO CASTILLO | 116 | 0000295-58.2010.805.0200 - 0 |
| DANIELA GURGEL FERNANDES GIÁCOMO | 153 | 0000837-60.2011.805.0000 - 0 |
| DANILO AGUIAR | 003 | 0000364-74.2011.805.0000 - 0 |
| DARCI BOMFIM VIGAS | 035 | 0092040-81.2003.805.0001 - 0 |
| DAVY JOSE NUNES DE OLIVEIRA | 099 | 0000510-18.2011.805.0000 - 0 |
| DÉBORA CRISTINA BISPO DOS SANTOS | 156 | 0001023-83.2011.805.0000 - 0 |
| DENISE FERRAGI HUNGRIA | 062 | 0139488-11.2007.805.0001 - 0 |
| DERLI SOUZA DOS ANJOS DIAS | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| DEUSDETE MACHADO DE SENA FILHO | 065 | 0000264-93.2009.805.0096 - 0 |
| DILSON BARBOSA CAMPOS | 071 | 0000599-41.2011.805.0000 - 0 |
| DINA MARIA DE ALMEIDA PINHEIRO | 119 | 0133337-63.2006.805.0001 - 0 |
| EDINEI BALLIN | 087 | 0000770-95.2011.805.0000 - 0 |
| EDSON LEAL DA SILVA | 108 | 0000759-66.2011.805.0000 - 0 |
| EDUARDO FERRAZ PEREZ | 019 | 0000686-94.2011.805.0000 - 0 |
| EDUARDO GONCALVES DE AMORIM | 073 | 0000656-59.2011.805.0000 - 0 |
| EDUARDO GONCALVES DE AMORIM | 102 | 0000657-44.2011.805.0000 - 0 |
| EDUARDO GONCALVES DE AMORIM | 016 | 0000659-14.2011.805.0000 - 0 |
| EDUARDO LIMA SODRÉ | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |
| EDUARDO MASCARENHAS BRITTO | 125 | 0065226-22.2009.805.0001 - 0 |
| ELIETE SANTANA MATOS | 103 | 0000665-21.2011.805.0000 - 0 |
| ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA | 052 | 0000673-95.2011.805.0000 - 0 |
| ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA | 061 | 0000446-67.2009.805.0003 - 0 |
| ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA | 147 | 0000609-85.2011.805.0000 - 0 |
| ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA | 100 | 0000608-03.2011.805.0000 - 0 |
| ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA | 149 | 0000676-50.2011.805.0000 - 0 |
| EMANUEL FARO BARRETTO | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| EPIFÂNIO DIAS FILHO | 077 | 0000792-56.2011.805.0000 - 0 |
| EPIFÂNIO DIAS FILHO | 110 | 0000791-71.2011.805.0000 - 0 |
| EPIFÂNIO DIAS FILHO | 055 | 0000790-86.2011.805.0000 - 0 |
| EPIFÂNIO DIAS FILHO | 056 | 0000794-26.2011.805.0000 - 0 |
| ERACTON SERGIO PINTO MELO | 003 | 0000364-74.2011.805.0000 - 0 |
| ÉRICA DINIZ GONÇALVES JASMIN | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| ERIKA VAQUEIRO TARQUINIO DE SOUZA | 075 | 0000784-79.2011.805.0000 - 0 |
| ERMIRO FERREIRA NETO | 172 | 0000863-58.2011.805.0000 - 0 |
| EUNAIDES ALMEIDA DOS SANTOS | 174 | 0000904-25.2011.805.0000 - 0 |
| EVELIN DIAS DE CARVALHO | 163 | 0000135-17.2011.805.0000 - 0 |
| EVELIN DIAS DE CARVALHO | 164 | 0000136-02.2011.805.0000 - 0 |
| FABIANE AZEVEDO DE SOUZA | 179 | 0000992-63.2011.805.0000 - 0 |
| FABIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH | 176 | 0000946-74.2011.805.0000 - 0 |
| FABIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH | 062 | 0139488-11.2007.805.0001 - 0 |
| FABIO ROCHA | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| FABÍOLA THEREZA DE SOUZA MUNIZ DOS SANTOS | 036 | 0039710-97.2009.805.0001 - 0 |
| FABÍOLA THEREZA DE SOUZA MUNIZ DOS SANTOS | 126 | 0042224-23.2009.805.0001 - 0 |
| FABRÍCIO VILA HENRIQUE DOS SANTOS | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| FAGNER SANTANA DE ARAÚJO | 059 | 0000708-49.2010.805.0078 - 0 |
| FAGNER SANTANA DE ARAÚJO | 157 | 0000699-87.2010.805.0078 - 0 |
| FELIPE BEZERRA DE SOUZA | 098 | 0000504-11.2011.805.0000 - 0 |
| FERNANDA OLIVEIRA DE ALMEIDA | 120 | 0012759-18.1999.805.0001 - 0 |
| FERNANDO FIOREZZI DE LUIZI | 057 | 0000797-78.2011.805.0000 - 0 |
| FIDELIS FERREIRA SACERDOTE | 030 | 0002869-98.2009.805.0229 - 0 |
| FLÁVIA PRESGRAVE BRUZDZENSKY | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| FLÁVIA SMARCEVSCKI PEREIRA | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |
| FLÁVIA TRINDADE DE ALMEIDA | 113 | 0144971-51.2009.805.0001 - 0 |
| FLORIVALDO MAGALHÃES JUNIOR | 040 | 0000040-21.2008.805.0249 - 0 |
| FRANCINEIDE MARQUES DA CONCEIÇÃO SANTOS | 148 | 0000672-13.2011.805.0000 - 0 |
| FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |
| GABRIEL QUEIROZ NOGUEIRA | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| GENIVALDO MASCARENHAS CINTRA | 041 | 0000013-72.2008.805.0270 - 0 |
| GERALDO GOUVEIA JUNIOR | 057 | 0000797-78.2011.805.0000 - 0 |
| GERALDO VALE DO ESPIRITO SANTO JUNIOR | 132 | 0000681-72.2011.805.0000 - 0 |
| GETULIO BEZERRA RESENDE | 107 | 0000725-91.2011.805.0000 - 0 |
| GILDO LOPES PORTO JÚNIOR | 202 | 0000898-18.2011.805.0000 - 0 |
| GILDSON GOMES DOS SANTOS | 117 | 0000573-37.2009.805.0057 - 0 |
| GILSON ARAÚJO DA CRUZ | 061 | 0000446-67.2009.805.0003 - 0 |
| GIORDHAN NOGUEIRA REIS | 109 | 0000768-28.2011.805.0000 - 0 |
| GLAUCO ALVES MENDES | 060 | 0001201-62.2009.805.0142 - 0 |
| GRACIELA IURK MARINS | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| GUSTAVO CUNHA PRAZERES | 023 | 0000754-44.2011.805.0000 - 0 |
| GUSTAVO PEIXOTO NUNES | 155 | 0000944-07.2011.805.0000 - 0 |
| GUY DE ALCOVIA REGO AGULHA | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| GYZELLA PARANHOS DOS SANTOS SOUSA | 036 | 0039710-97.2009.805.0001 - 0 |
| GYZELLA PARANHOS DOS SANTOS SOUSA | 126 | 0042224-23.2009.805.0001 - 0 |
| HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| HENRIQUE HEINE TRINDADE CARMO | 164 | 0000136-02.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| HIRAN LEAO DUARTE | 103 | 0000665-21.2011.805.0000 - 0 |
| HUMBERTO ADOLFO GATTAS NASCIF FONSECA NASCIMENTO | 203 | 0000980-49.2011.805.0000 - 0 |
| HUMBERTO COLONNEZI JUNIOR | 188 | 0000830-68.2011.805.0000 - 0 |
| HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA | 126 | 0042224-23.2009.805.0001 - 0 |
| HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA | 036 | 0039710-97.2009.805.0001 - 0 |
| HUMBERTO VIEIRA BARBOSA NETTO | 146 | 0000586-42.2011.805.0000 - 0 |
| HUMBERTO VIEIRA BARBOSA NETTO | 022 | 0000727-61.2011.805.0000 - 0 |
| IRAN DOS SANTOS D'EL-REI | 101 | 0000649-67.2011.805.0000 - 0 |
| ISABEL HELENA STROBEL BECKER PEREIRA | 053 | 0000711-10.2011.805.0000 - 0 |
| IVANILDO ALVES LIMA DA SILVA | 194 | 0001447-37.2009.805.0052 - 0 |
| JAIME D'ALMEIDA CRUZ | 157 | 0000699-87.2010.805.0078 - 0 |
| JAIME D'ALMEIDA CRUZ | 059 | 0000708-49.2010.805.0078 - 0 |
| JANAINA ELISA BENELI | 113 | 0144971-51.2009.805.0001 - 0 |
| JANE APARECIDA SILVA DE SANTANA | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| JANISSON LUIS BARROS | 002 | 0000114-41.2011.805.0000 - 0 |
| JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |
| JOÃO GABRIEL CRUZ PINTO RODRIGUES DA COSTA | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| JOAO GILBERTO DE SOUSA NEVES | 075 | 0000784-79.2011.805.0000 - 0 |
| JOÃO PINTO RODRIGUES DA COSTA | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| JOÃO VITOR DE JESUS LIMA | 103 | 0000665-21.2011.805.0000 - 0 |
| JOAQUIM ARTHUR PEDREIRA FRANCO DE CASTRO | 032 | 0145558-78.2006.805.0001 - 0 |
| JORGE ALVES DE ALMEIDA | 064 | 0000340-24.2004.805.0119 - 0 |
| JORGE PEDREIRA LAPA | 038 | 0212758-68.2007.805.0001 - 0 |
| JORGE SANTOS ROCHA JUNIOR | 050 | 0000603-78.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ ANDRADE SOARES NETO | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA GARRIDO | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |
| JOSÉ ANTÔNIO MAIA GONÇALVES | 153 | 0000837-60.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ DE CARVALHO LEITE FILHO | 141 | 0000916-39.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ FERNANDO TOURINHO JUNIOR | 081 | 0175337-83.2003.805.0001 - 0 |
| JOSÉ LÁZARO DA FONSECA | 159 | 0018120-50.1998.805.0001 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 043 | 0000448-75.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 095 | 0000476-43.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 044 | 0000450-45.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 096 | 0000496-34.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 142 | 0000456-52.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 145 | 0000480-80.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 008 | 0000466-96.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 143 | 0000478-13.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 048 | 0000483-35.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 067 | 0000453-97.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 070 | 0000495-49.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 094 | 0000471-21.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 097 | 0000498-04.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 011 | 0000477-28.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 093 | 0000465-14.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 006 | 0000458-22.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 010 | 0000475-58.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 068 | 0000457-37.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 069 | 0000469-51.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 045 | 0000451-30.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 046 | 0000468-66.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 047 | 0000474-73.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 004 | 0000449-60.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 007 | 0000464-29.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 009 | 0000472-06.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 012 | 0000484-20.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 144 | 0000479-95.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 005 | 0000455-67.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | 013 | 0000500-71.2011.805.0000 - 0 |
| JOSE PEREIRA REIS | 030 | 0002869-98.2009.805.0229 - 0 |
| JOSE RAIMUNDO DE SOUZA | 152 | 0000761-36.2011.805.0000 - 0 |
| JOSE REIS ABOBOREIRA DE OLIVEIRA | 025 | 0000894-78.2011.805.0000 - 0 |
| JOSÉ ROBERTO SILVA ANDRADE | 122 | 0022633-80.2006.805.0001 - 0 |
| JOSÉ SANTANA LEÃO | 060 | 0001201-62.2009.805.0142 - 0 |
| JOSEMY ARAÚJO LOPES | 130 | 0004619-49.2007.805.0248 - 0 |
| JULIA LOPES DOS SANTOS | 014 | 0000600-26.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| JULIANA RAMIRO PIRES BARBOSA | 120 | 0012759-18.1999.805.0001 - 0 |
| JULIANA BÁRBARA JESUS DA SILVA | 031 | 0005423-84.2004.805.0001 - 0 |
| JULIANA MAIA DOS SANTOS | 104 | 0000669-58.2011.805.0000 - 0 |
| JULIANA MARQUES DE MEIRELES MEDEIROS | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| JULIO CESAR VALERIANO DA SILVA | 079 | 0062040-54.2010.805.0001 - 0 |
| JUSCELINO LEMOS SANTOS JÚNIOR | 140 | 0000912-02.2011.805.0000 - 0 |
| KARINY COSTA AGUIAR | 063 | 0000172-79.2009.805.0205 - 0 |
| KARLA SANTOS DA CUNHA | 031 | 0005423-84.2004.805.0001 - 0 |
| KATHIA NORBERTO MATTOS | 022 | 0000727-61.2011.805.0000 - 0 |
| KATHIA NORBERTO MATTOS | 146 | 0000586-42.2011.805.0000 - 0 |
| KATIA SALETTE LOPES DO ROSÁRIO | 156 | 0001023-83.2011.805.0000 - 0 |
| KITIAN DE JESUS RIBEIRO | 088 | 0000833-23.2011.805.0000 - 0 |
| KITIAN DE JESUS RIBEIRO | 089 | 0000834-08.2011.805.0000 - 0 |
| LAIR ALVES DOS SANTOS | 032 | 0145558-78.2006.805.0001 - 0 |
| LAIZE REGINA PASSINHO DO CARMO | 121 | 0126814-30.2009.805.0001 - 0 |
| LEANDRO SANTOS BARRETO | 184 | 0001686-76.2009.805.0105 - 0 |
| LENA MÉRCIA ANDRADE BORGES | 160 | 0002288-11.1997.805.0001 - 0 |
| LEONARDO DOS HUMILDES GUIMARÃES | 153 | 0000837-60.2011.805.0000 - 0 |
| LEONARDO PEREIRA DE MATOS | 164 | 0000136-02.2011.805.0000 - 0 |
| LEONARDO PEREIRA DE MATOS | 162 | 0017097-52.2010.805.0000 - 0 |
| LÍCIA MARIA SILVA SANTOS | 109 | 0000768-28.2011.805.0000 - 0 |
| LIZ ESTEVES FERREIRA | 018 | 0000679-05.2011.805.0000 - 0 |
| LORENA DE SOUZA ANDRADE | 022 | 0000727-61.2011.805.0000 - 0 |
| LUCIANA BARGHE | 031 | 0005423-84.2004.805.0001 - 0 |
| LUCIANA DOS SANTOS BARBOSA | 084 | 0197686-07.2008.805.0001 - 0 |
| LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA | 072 | 0000645-30.2011.805.0000 - 0 |
| LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA | 051 | 0000644-45.2011.805.0000 - 0 |
| LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA | 079 | 0062040-54.2010.805.0001 - 0 |
| LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO | 082 | 0000184-79.1989.805.0113 - 0 |
| LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO | 104 | 0000669-58.2011.805.0000 - 0 |
| LUIS CLAUDIO ALVES PEREIRA | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| LUIS RENATO LEITE DE CARVALHO | 118 | 0084556-05.2009.805.0001 - 0 |
| LUIZ AMERICO BARRETO ALBIANI ALVES | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| LUIZ FERNANDO GIACON LESSA ALVERS | 026 | 0000928-53.2011.805.0000 - 0 |
| LUIZ GONZAGA DE PAULA VIEIRA | 062 | 0139488-11.2007.805.0001 - 0 |
| LUIZ TADEU DE SOUZA NUNES | 203 | 0000980-49.2011.805.0000 - 0 |
| MANUELA LOPES FERNANDES DE BARROS | 018 | 0000679-05.2011.805.0000 - 0 |
| MANUELA SAMPAIO SARMENTO SILVA | 118 | 0084556-05.2009.805.0001 - 0 |
| MARCEL LEANDRO RIOS MATOS SOBRINHO | 049 | 0000505-93.2011.805.0000 - 0 |
| MARCELA FERREIRA NUNES | 098 | 0000504-11.2011.805.0000 - 0 |
| MARCELLE FERRAZ DE GOUVEIA GRANJA | 121 | 0126814-30.2009.805.0001 - 0 |
| MARCELO DIAS CARDOSO | 031 | 0005423-84.2004.805.0001 - 0 |
| MARCELO JATOBÁ MAIA | 018 | 0000679-05.2011.805.0000 - 0 |
| MARCIO ROGERIO DOS SANTOS BRITO | 014 | 0000600-26.2011.805.0000 - 0 |
| MARCIO VINHAS BARRETTO | 029 | 0006054-47.2003.805.0103 - 0 |
| MARCONE SODRÉ MACEDO | 173 | 0000888-71.2011.805.0000 - 0 |
| MARCONI DE SOUZA REIS | 165 | 0000891-26.2011.805.0000 - 0 |
| MARCOS FERRER SANTIAGO | 203 | 0000980-49.2011.805.0000 - 0 |
| MARCUS VINICIUS BRITO PASSOS SILVA | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ | 120 | 0012759-18.1999.805.0001 - 0 |
| MARIA CLOTILDE ROCHA SARMENTO | 028 | 0002476-08.2005.805.0103 - 0 |
| MARIA DE FATIMA SAWABINI ASSEMANY MONIZ BANDEIRA | 038 | 0212758-68.2007.805.0001 - 0 |
| MARIA INÊS MURGEL | 018 | 0000679-05.2011.805.0000 - 0 |
| MARIA IZABEL MACHADO | 124 | 0000534-50.2004.805.0078 - 0 |
| MARIA JOSSELIA DA SILVA CARRILHO ROSA | 106 | 0000687-79.2011.805.0000 - 0 |
| MARIA LUCILIA GOMES | 039 | 0014480-53.2009.805.0001 - 0 |
| MARIA TEREZA COSTA DA ROCHA | 114 | 0110137-95.2004.805.0001 - 0 |
| MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES | 120 | 0012759-18.1999.805.0001 - 0 |
| MARISA RIBEIRO LEITE | 098 | 0000504-11.2011.805.0000 - 0 |
| MARISTELA CHAGAS FREITAS | 021 | 0000706-85.2011.805.0000 - 0 |
| MATHEUS DE OLIVEIRA BRITO | 042 | 0000106-64.2011.805.0000 - 0 |
| MAURÍCIO ALEXANDRINO ARAÚJO SOUZA | 019 | 0000686-94.2011.805.0000 - 0 |
| MAURICIO TRINDADE MIRANDA | 103 | 0000665-21.2011.805.0000 - 0 |
| MIGUEL ANGELO ALVES CERQUEIRA | 125 | 0065226-22.2009.805.0001 - 0 |
| MILENA ARAUJO DA SILVA SANTOS | 090 | 0000841-97.2011.805.0000 - 0 |
| MILENA CINTRA DE SOUZA | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| MILENA DE ANDRADE OLIVEIRA | 031 | 0005423-84.2004.805.0001 - 0 |
| MILENA GILA FONTES | 071 | 0000599-41.2011.805.0000 - 0 |
| MILENA GILA FONTES | 121 | 0126814-30.2009.805.0001 - 0 |
| MILTON DE ARAÚJO SALES FILHO | 082 | 0000184-79.1989.805.0113 - 0 |
| MILTON FAUSTINO DOS SANTOS SEGUNDO | 088 | 0000833-23.2011.805.0000 - 0 |
| MILTON FAUSTINO DOS SANTOS SEGUNDO | 089 | 0000834-08.2011.805.0000 - 0 |
| MOISES DE SALES SANTOS | 091 | 0000847-07.2011.805.0000 - 0 |
| MOISÉS FIGUEIREDO DE CARVALHO | 190 | 0000890-41.2011.805.0000 - 0 |
| MONACITA MOURA SANTANA CAMPOS | 133 | 0000771-80.2011.805.0000 - 0 |
| MORENA JÚLIA DE JESUS RIBEIRO | 089 | 0000834-08.2011.805.0000 - 0 |
| MORENA JÚLIA DE JESUS RIBEIRO | 088 | 0000833-23.2011.805.0000 - 0 |
| MURILO FERREIRA NUNES | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| NAIANA SOUZA DE SANTANA LIMA | 104 | 0000669-58.2011.805.0000 - 0 |
| NANDIR CARDOSO SIMÕES | 200 | 0000870-50.2011.805.0000 - 0 |
| NARRYMA KEZIA DA SILVA JATOBA | 147 | 0000609-85.2011.805.0000 - 0 |
| NATALIA SANTOS BONFIM | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| NELSON PASCHOALOTTO | 124 | 0000534-50.2004.805.0078 - 0 |
| NELSON PASCHOALOTTO | 113 | 0144971-51.2009.805.0001 - 0 |
| NEWTON VITOR ALVES DA SILVA | 111 | 0000896-48.2011.805.0000 - 0 |
| NILA NAIARA NUNES NASCIMENTO | 117 | 0000573-37.2009.805.0057 - 0 |
| NILSON SALUM CARDOSO DOURADO | 058 | 0000850-59.2011.805.0000 - 0 |
| NILSON SALUM CARDOSO DOURADO | 154 | 0000853-14.2011.805.0000 - 0 |
| NILSON SALUM CARDOSO DOURADO | 078 | 0000852-29.2011.805.0000 - 0 |
| OTONEY REIS DE ALCÂNTARA | 032 | 0145558-78.2006.805.0001 - 0 |
| PABLO FERRAZ MIRANDA | 054 | 0000772-65.2011.805.0000 - 0 |
| PATRICIA BIZERRA OLIVEIRA | 057 | 0000797-78.2011.805.0000 - 0 |
| PATRICIA CLEIA PEREIRA BATISTA | 148 | 0000672-13.2011.805.0000 - 0 |
| PATRICIA SANTOS MACIEL DE OLIVEIRA | 003 | 0000364-74.2011.805.0000 - 0 |
| PATRÍCIA SOUTO VIANA | 147 | 0000609-85.2011.805.0000 - 0 |
| PATRÍCIA SOUTO VIANA | 105 | 0000674-80.2011.805.0000 - 0 |
| PATRÍCIA SOUTO VIANA | 100 | 0000608-03.2011.805.0000 - 0 |
| PATRÍCIA SOUTO VIANA | 017 | 0000675-65.2011.805.0000 - 0 |
| PAULA SARNO BRAGA | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| PAULO ABBEHUSEN JUNIOR | 071 | 0000599-41.2011.805.0000 - 0 |
| PAULO FELIPE GONZALEZ SABACK | 129 | 0038471-92.2008.805.0001 - 0 |
| PAULO HENRIQUE FERREIRA | 079 | 0062040-54.2010.805.0001 - 0 |
| PAULO RODRIGUES VIEIRA | 003 | 0000364-74.2011.805.0000 - 0 |
| PAULO TADEU HAENDCHEN | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| PAULO VINICIUS ACCIOLY CALDERARI DA ROSA | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| PEDRO AUGUSTO MACEDO MACHADO | 107 | 0000725-91.2011.805.0000 - 0 |
| PEDRO DE AZEVEDO SOUZA FILHO | 164 | 0000136-02.2011.805.0000 - 0 |
| PEDRO DE AZEVEDO SOUZA FILHO | 163 | 0000135-17.2011.805.0000 - 0 |
| PERICLES NOVAIS FILHO | 105 | 0000674-80.2011.805.0000 - 0 |
| RAFAEL FERNANDES DE MELO LOPES | 086 | 0000765-73.2011.805.0000 - 0 |
| RAFAEL FERREIRA IVO VIANA | 032 | 0145558-78.2006.805.0001 - 0 |
| RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA | 092 | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |
| REGINA PAULA DE CAMPOS HAENDCHEN ROCHA | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| RENATA BAHIA DE LACERDA | 113 | 0144971-51.2009.805.0001 - 0 |
| RENATO ALBERTO DOS HUMILDES OLIVEIRA | 086 | 0000765-73.2011.805.0000 - 0 |
| RENATO AMARAL ELIAS | 111 | 0000896-48.2011.805.0000 - 0 |
| RENATO DE LUIZI JUNIOR | 057 | 0000797-78.2011.805.0000 - 0 |
| RENATO FERREIRA DE MATOS JUNIOR | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| RICARDO CHAGAS DE FREITAS | 021 | 0000706-85.2011.805.0000 - 0 |
| RICARDO KEY SAKAGUTI WATANABE | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA | 119 | 0133337-63.2006.805.0001 - 0 |
| RICARDO MATOS DAMASCENO | 167 | 0000368-14.2011.805.0000 - 0 |
| RICARDO MATOS DAMASCENO | 166 | 0000367-29.2011.805.0000 - 0 |
| RICARDO MATOS DAMASCENO | 168 | 0000369-96.2011.805.0000 - 0 |
| RICARDO MATOS DAMASCENO | 169 | 0000370-81.2011.805.0000 - 0 |
| RITA SOUZA DA SILVA | 123 | 0000002-76.1991.805.0096 - 0 |
| RODOLFO GERD SEIFERT | 078 | 0000852-29.2011.805.0000 - 0 |
| RODRIGO MOSKALENKO MONTENEGRO GOMES | 066 | 0000434-91.2011.805.0000 - 0 |
| ROGERIO VIEIRA DE MELO DA FONTE | 098 | 0000504-11.2011.805.0000 - 0 |
| ROMOLO DIAS COSTA NETO | 022 | 0000727-61.2011.805.0000 - 0 |
| ROMOLO DIAS COSTA NETO | 146 | 0000586-42.2011.805.0000 - 0 |
| ROMULO ALMEIDA VAZ LISBOA | 107 | 0000725-91.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| RONADY MORENO BOTELHO | 180 | 0000886-04.2011.805.0000 - 0 |
| RONALDO SOARES | 150 | 0000690-34.2011.805.0000 - 0 |
| ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO | 075 | 0000784-79.2011.805.0000 - 0 |
| ROSEANO FRANCISCO BESERRA | 201 | 0000885-19.2011.805.0000 - 0 |
| ROSEANO FRANCISCO BESERRA | 136 | 0000884-34.2011.805.0000 - 0 |
| RUI CELSO REALI FRAGOSO | 062 | 0139488-11.2007.805.0001 - 0 |
| RUTH SERRAVALLE BALLIN | 087 | 0000770-95.2011.805.0000 - 0 |
| SANZIO CORREA PEIXOTO | 197 | 0000760-51.2011.805.0000 - 0 |
| SANZO KACIANO BIONDI CARVALHO | 177 | 0000972-72.2011.805.0000 - 0 |
| SARA LOPES DA SILVA | 027 | 0018369-15.2009.805.0001 - 0 |
| SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS | 026 | 0000928-53.2011.805.0000 - 0 |
| SERGIO RICARDO DA SILVA SANTOS | 001 | 0000812-47.2011.805.0000 - 0 |
| SILVIO DE SOUSA PINHEIRO | 086 | 0000765-73.2011.805.0000 - 0 |
| SINVAL AMARAL CIRNE | 034 | 0092899-87.2009.805.0001 - 0 |
| SOCRATES PIRES DOURADO | 080 | 0096979-36.2005.805.0001 - 0 |
| SORAYA JONES EL-CHAMI | 158 | 0042886-02.2000.805.0001 - 0 |
| TADEU BARBERINO RIOS | 054 | 0000772-65.2011.805.0000 - 0 |
| TAINARA REIS AFLITOS | 077 | 0000792-56.2011.805.0000 - 0 |
| TAINARA REIS AFLITOS | 110 | 0000791-71.2011.805.0000 - 0 |
| TAINARA REIS AFLITOS | 056 | 0000794-26.2011.805.0000 - 0 |
| TAINARA REIS AFLITOS | 055 | 0000790-86.2011.805.0000 - 0 |
| TÂMARA DOS REIS DE ABREU | 112 | 0000923-31.2011.805.0000 - 0 |
| TÂMARA NEVES SANTOS | 128 | 0000780-42.2011.805.0000 - 0 |
| TÂMARA NEVES SANTOS | 161 | 0000902-55.2011.805.0000 - 0 |
| TATIANA ROCHA DE ARAGÃO FARIAS | 031 | 0005423-84.2004.805.0001 - 0 |
| THAIS ANDRADE DAS NEVES | 146 | 0000586-42.2011.805.0000 - 0 |
| THAÍS LARISSA SCHRAMM CARVALHO | 128 | 0000780-42.2011.805.0000 - 0 |
| THAÍS LARISSA SCHRAMM CARVALHO | 161 | 0000902-55.2011.805.0000 - 0 |
| THAÍS LOPES DA SILVA | 021 | 0000706-85.2011.805.0000 - 0 |
| THERESINHA SCHINDLER SANT'ANNA | 049 | 0000505-93.2011.805.0000 - 0 |

| | | |
|---|---|---|
| THIAGO ANTONIO TUPINIQUIM SENA | 075 | 0000784-79.2011.805.0000 - 0 |
| THIAGO GAMA DE AVELOES | 113 | 0144971-51.2009.805.0001 - 0 |
| TICIANA CARVALHO DA SILVA | 052 | 0000673-95.2011.805.0000 - 0 |
| TICIANA CARVALHO DA SILVA | 149 | 0000676-50.2011.805.0000 - 0 |
| TUANE DANUTA DA SILVA | 100 | 0000608-03.2011.805.0000 - 0 |
| UBALDO DE SOUZA SENNA NETO | 061 | 0000446-67.2009.805.0003 - 0 |
| UENDEL RODRIGUES DOS SANTOS | 122 | 0022633-80.2006.805.0001 - 0 |
| VANESKA PIRES DOURADO PINHO | 076 | 0000786-49.2011.805.0000 - 0 |
| VANESKA SILVA SOUZA | 152 | 0000761-36.2011.805.0000 - 0 |
| VANESKA SILVA SOUZA | 187 | 0000774-35.2011.805.0000 - 0 |
| VANESSA NATHACHE RODRIGUES DE OLIVEIRA | 153 | 0000837-60.2011.805.0000 - 0 |
| VANIA APARECIDA SILVA | 146 | 0000586-42.2011.805.0000 - 0 |
| VANIA APARECIDA SILVA | 022 | 0000727-61.2011.805.0000 - 0 |
| VERBENA MOTA CARNEIRO | 050 | 0000603-78.2011.805.0000 - 0 |
| VERBENA MOTA CARNEIRO | 015 | 0000605-48.2011.805.0000 - 0 |
| VICENTE ROMANO SOBRINHO | 057 | 0000797-78.2011.805.0000 - 0 |
| VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM MARTINS | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| VICTOR ALEXANDRE BOMFIM MARTINS | 020 | 0000697-26.2011.805.0000 - 0 |
| VICTOR SANTOS GAMA DA SILVA | 085 | 0000811-62.2011.805.0000 - 0 |
| VINICIUS MEIRA DANTAS | 024 | 0000821-09.2011.805.0000 - 0 |
| VINICIUS MISAEL PORTELA | 064 | 0000340-24.2004.805.0119 - 0 |
| VINICIUS MOREIRA BATISTA | 036 | 0039710-97.2009.805.0001 - 0 |
| VINICIUS MOREIRA BATISTA | 126 | 0042224-23.2009.805.0001 - 0 |
| VINICIUS MOREIRA BATISTA | 127 | 0054101-57.2009.805.0001 - 0 |
| VINICIUS VIEIRA ARAÚJO | 074 | 0000739-75.2011.805.0000 - 0 |
| VOKTON JORGE RIBEIRO ALMEIDA | 029 | 0006054-47.2003.805.0103 - 0 |
| WALDOMIRO AZEVEDO SILVA | 114 | 0110137-95.2004.805.0001 - 0 |
| WALTER ALVES SOARES | 015 | 0000605-48.2011.805.0000 - 0 |
| WALTER FERNANDES JUNIOR | 201 | 0000885-19.2011.805.0000 - 0 |
| WALTER FERNANDES JUNIOR | 136 | 0000884-34.2011.805.0000 - 0 |
| ZAQUEU BARBOSA DE LIMA | 033 | 0112750-88.2004.805.0001 - 0 |

CONSELHO DA MAGISTRATURA

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

001 Processo: 0000812-47.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0018088-25.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

REPRESENTADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 8ª VARA DA FAZENDA PUBLICA

REPRESENTANTE: SERGIO RICARDO DA SILVA SANTOS

ADVOGADO(S): SERGIO RICARDO DA SILVA SANTOS

RELATOR: Des(a). JERÔNIMO DOS SANTOS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO

041 Processo: 0000013-72.2008.805.0270 - 0

Comarca: UTINGA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000013-72.2008.805.0270 (03/2008)

Procedimento Ordinário

APELANTE: MARIA DALVA DE SENA CARVALHO

ADVOGADO(S): GENIVALDO MASCARENHAS CINTRA

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

APELAÇÃO

038 Processo: 0212758-68.2007.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0212758-68.2007.805.0001

DESPEJO

APELADO: EMPASS EMPREENDIMENTOS PATRIMONIAIS SAO SEBASTIAO LTDA

ADVOGADO(S): JORGE PEDREIRA LAPA

APELANTE: LUIS EDUARDO DE SOUZA CUNHA

ADVOGADO(S): MARIA DE FATIMA SAWABINI ASSEMANY MONIZ BANDEIRA

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

AGRAVO DE INSTRUMENTO

002 Processo: 0000114-41.2011.805.0000 - 0

Comarca: JAGUARIPE

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000039-72.2008.805.0140 (87/2008)

Ação Civil de Improbidade Administrativ

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

AGRAVANTE: DERALSITA ANTONIA TEIXEIRA DE PINHO

ADVOGADO(S):

PROMOTOR PUBLICO: RENATA SOARES TALLARICO

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

003 Processo: 0000364-74.2011.805.0000 - 0

Comarca: CONDEÚBA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000050-61.2010.805.0066

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: RONALDO PEREIRA DA COSTA

ADVOGADO(S): PATRICIA SANTOS MACIEL DE OLIVEIRA
PAULO RODRIGUES VIEIRA

AGRAVANTE: VIACAO NOVO HORIZONTE LTDA

ADVOGADO(S): DANILO AGUIAR
ERACTON SERGIO PINTO MELO

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

004 Processo: 0000449-60.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000947-55.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ADELMA SANTA FE DE JESUS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

AGRAVO DE INSTRUMENTO

005 Processo: 0000455-67.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000960-54.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: WELINGTON JOSE DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

006 Processo: 0000458-22.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000983-97.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: PAULA REGINA DA COSTA

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

007 Processo: 0000464-29.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000977-90.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: GEOVANIA DE ALMEIDA SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

008 Processo: 0000466-96.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000969-16.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: MARIA COSTA DE SOUZA

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

009 Processo: 0000472-06.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000973-53.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: GILCIVANIA NEVES CARVALHO LIMA

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

010 Processo: 0000475-58.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000943-18.2010.805.0142

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ADROVANIA PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

011 Processo: 0000477-28.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000975-23.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ERALDO LIMA DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

012 Processo: 0000484-20.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000939-78.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: AUDICÉLIA SANTOS DIAS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

013 Processo: 0000500-71.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000948-40.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ELIANA MARTINS SANTANA

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

014 Processo: 0000600-26.2011.805.0000 - 0

Comarca: PAULO AFONSO

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0003985-25.2010.805.0191

Nunciação de Obra Nova

AGRAVADO: JOSE GIOVALDO PEREIRA ALMEIDA

ADVOGADO(S): MARCIO ROGERIO DOS SANTOS BRITO

AGRAVANTE: MARIA DO SOCORRO BARBOSA DA SILVA

ADVOGADO(S): JULIA LOPES DOS SANTOS
ANTONIEL CORDEIRO DA SILVA

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

015 Processo: 0000605-48.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0087754-16.2010.805.0001

Reintegração / Manutenção de Posse

AGRAVADO: TRANSPORTES DOIS DE JULHO LTDA

ADVOGADO(S): WALTER ALVES SOARES

AGRAVANTE: BANCO SAFRA LEASING S/A

ADVOGADO(S): ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO
VERBENA MOTA CARNEIRO

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

016 Processo: 0000659-14.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 15ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0053541-81.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A

AGRAVANTE: RONIE EDSON FIGUEIREDO COSTA

ADVOGADO(S): EDUARDO GONCALVES DE AMORIM

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

017 Processo: 0000675-65.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0018703-69.2010.805.0080

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MARISOL MEDIANEIRA OLIVEIRA DE CARVALHO

ADVOGADO(S): ADRIANA REIS SANTOS

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A

ADVOGADO(S): CAROLE CARVALHO DA SILVA

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

018 Processo: 0000679-05.2011.805.0000 - 0

Comarca: SENHOR DO BONFIM

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0003547-68.2009.805.0244

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: JOÃO MARTINS DA SILVA

ADVOGADO(S): MARCELO JATOBÁ MAIA

AGRAVANTE: PREVI - CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

ADVOGADO(S): MANUELA LOPES FERNANDES DE BARROS
MARIA INÊS MURGEL
LIZ ESTEVES FERREIRA

RELATOR: Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

019 Processo: 0000686-94.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 21ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0129228-98.2009.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: SILVANA SALES SILVA DE ALCANTARA

ADVOGADO(S): MAURÍCIO ALEXANDRINO ARAÚJO SOUZA

AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A

ADVOGADO(S): EDUARDO FERRAZ PEREZ

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

020 Processo: 0000697-26.2011.805.0000 - 0

Comarca: BARREIRAS

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0007211-60.2010.805.0022

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: JOSE VOLTER LAURINDO DE CASTILHOS

| | |
|---|---|
| ADVOGADO(S): | CARLOS GLASS NETO<br>VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM MARTINS<br>GRACIELA IURK MARINS<br>VICTOR ALEXANDRE BOMFIM MARTINS<br>RICARDO KEY SAKAGUTI WATANABE<br>PAULO VINICIUS ACCIOLY CALDERARI DA ROSA<br>ALESSANDRA SCHMIDT CHEVALIER |
| AGRAVANTE: | MATOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA |
| ADVOGADO(S): | FABIO ROCHA<br>REGINA PAULA DE CAMPOS HAENDCHEN ROCHA<br>LUIS CLAUDIO ALVES PEREIRA<br>PAULO TADEU HAENDCHEN<br>DERLI SOUZA DOS ANJOS DIAS<br>CLAUDIA REGINA DIAS ARAKAKI ISHIKAWA |
| RELATOR: | Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA |

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 021 | Processo: | 0000706-85.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 26ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0060804-38.2008.805.0001 | |

Reintegração / Manutenção de Posse

| | |
|---|---|
| AGRAVADO: | CONSTROL S/A - COMERCIO INDUSTRIA E CONSTRUCAO |
| ADVOGADO(S): | THAÍS LOPES DA SILVA<br>MARISTELA CHAGAS FREITAS<br>RICARDO CHAGAS DE FREITAS |
| AGRAVANTE: | RODRIGO ADOLFO DE OLIVEIRA GUEDES PINHEIRO |
| ADVOGADO(S): | |
| RELATOR: | Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU |

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 022 | Processo: | 0000727-61.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 19ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0001196-07.2011.805.0001 | |

Procedimento Ordinário

| | |
|---|---|
| AGRAVADO: | MARIA JOSE DE JESUS |
| AGRAVANTE: | SANTA CASA DE MISERICORDIA DA BAHIA |
| ADVOGADO(S): | LORENA DE SOUZA ANDRADE<br>VANIA APARECIDA SILVA<br>HUMBERTO VIEIRA BARBOSA NETTO<br>ROMOLO DIAS COSTA NETO<br>ARCHIMEDES CUSTODIO ALMADA DE MELLO JUNIOR<br>KATHIA NORBERTO MATTOS |

DEFENSOR: DONILA GONZALEZ DE SA FONSECA

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

023 Processo: 0000754-44.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0084228-41.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: A.TELECON S/A

AGRAVANTE: FABRICA DE BISCOITOS TUPY S/A

ADVOGADO(S): AUGUSTO CESAR RIBEIRO LIMA
GUSTAVO CUNHA PRAZERES

ESTAGIARIO: LEONARDO OTERO MARTINEZ GARRIDO

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

024 Processo: 0000821-09.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0119659-39.2010.805.0001

Mandado de Segurança

AGRAVADO: KAREN REIS CARVALHO BARROS

ADVOGADO(S): VINICIUS MEIRA DANTAS

AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERRARI SANTANA

RELATOR: Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

025 Processo: 0000894-78.2011.805.0000 - 0

Comarca: CAMACÃ

Vara: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000054-51.2011.805.0038

Mandado de Segurança

AGRAVADO: MAURICIO SOUZA SANTOS

AGRAVANTE: AGENOR BIRSCHNER

ADVOGADO(S): JOSE REIS ABOBOREIRA DE OLIVEIRA

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

026 Processo: 0000928-53.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0093289-23.2010.805.0001

Reintegração / Manutenção de Posse

AGRAVADO: LEMOS PASSOS ALIMENTAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRA TIVOS LTDA

ADVOGADO(S): SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS
ALOÍSIO SILVEIRA NETO

AGRAVANTE: JULIO SIMÕES LOGÍSTICA S/A

ADVOGADO(S): LUIZ FERNANDO GIACON LESSA ALVERS
BETÂNIA ROCHA RODRIGUES

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

APELAÇÃO

028 Processo: 0002476-08.2005.805.0103 - 0

Comarca: ILHÉUS

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0002476-08.2005.805.0103

Procedimento Ordinário

APELADO: LUZIA FRANCO ROCHA DE FREITAS

ADVOGADO(S):

APELANTE: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERREIRA DA SILVA

RELATOR: Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

---

APELAÇÃO

030 Processo: 0002869-98.2009.805.0229 - 0

Comarca: SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0002869-98.2009.805.0229

Separação Litigiosa

APELADO: ZÉLIA MARIA DA SILVA XAVIER

ADVOGADO(S): JOSE PEREIRA REIS
FIDELIS FERREIRA SACERDOTE

APELANTE: LOURIVAL DOS SANTOS XAVIER

DEFENSOR: JOSELINE MARIA MOTA BARRETTO

RELATOR: Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

---

APELAÇÃO

031 Processo: 0005423-84.2004.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0005423-84.2004.805.0001

PROCEDIMENTO ORDINARIO

APELADO: EDITH DEJESUS CRUZ

ADVOGADO(S): KARLA SANTOS DA CUNHA
TATIANA ROCHA DE ARAGÃO FARIAS

APELANTE: BANCO PANAMERICANO S/A

ADVOGADO(S): JULIANA BÁRBARA JESUS DA SILVA
MARCELO DIAS CARDOSO
ANA CRISTINA NERY DE SOUSA
LUCIANA BARGHE
MILENA DE ANDRADE OLIVEIRA

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

APELAÇÃO

029 Processo: 0006054-47.2003.805.0103 - 0

Comarca: ILHÉUS

Vara: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0006054-47.2003.805.0103

INDENIZATORIA (REPARACAO DE DA

APELADO: RICARDO NASCIMENTO TAVARES

ADVOGADO(S):

APELANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO(S): MARCIO VINHAS BARRETTO
VOKTON JORGE RIBEIRO ALMEIDA

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

APELAÇÃO

039 Processo: 0014480-53.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0014480-53.2009.805.0001

Busca e Apreensão em Alienação Fiduci

APELADO: JOSE CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

APELANTE: BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S): MARIA LUCILIA GOMES

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

---

APELAÇÃO

027 Processo: 0018369-15.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0018369-15.2009.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO

APELANTE: ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO FIGUEIREDO

ADVOGADO(S): SARA LOPES DA SILVA

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

---

APELAÇÃO

036 Processo: 0039710-97.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0039710-97.2009.805.0001

Reintegração / Manutenção de Posse

APELADO: AGNALDO BRITO DIOGO

APELANTE: BANCO FINASA S/A

ADVOGADO(S): HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA
VINICIUS MOREIRA BATISTA
GYZELLA PARANHOS DOS SANTOS SOUSA
FABÍOLA THEREZA DE SOUZA MUNIZ DOS SANTOS

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

APELAÇÃO

035 Processo: 0092040-81.2003.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0092040-81.2003.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: JOAO BATISTA DA SILVA

ADVOGADO(S):

APELANTE: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: ANDREA GUSMAO SANTOS

RELATOR: Des(a). MARIA MARTA KARAOGLAN MARTINS ABREU

---

APELAÇÃO

034 Processo: 0092899-87.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0092899-87.2009.805.0001

Exceção de Incompetência

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELANTE: FUNDACAO SILVINO NUNES PEIXOTO

ADVOGADO(S): SINVAL AMARAL CIRNE

PROMOTOR PUBLICO: LUIZ EUGENIO FONSECA MIRANDA

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

APELAÇÃO

037 Processo: 0111368-31.2002.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0111368-31.2002.805.0001

DISSOLUCAO DE SOCIEDADE

APELADO: ANA EMILIA TERCEIRO E TEIXEIRA

ADVOGADO(S): CHRISTIANE BALAZEIRO BORGES DOMINGUES

APELANTE: EDUARDO SANTOS DE JESUS

DEFENSOR: RICARDO CLAUDIO CARILLO SA

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

APELAÇÃO

033 Processo: 0112750-88.2004.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0112750-88.2004.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: ESTADO DA BAHIA

APELANTE: RONALDO OLIVEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(S): ZAQUEU BARBOSA DE LIMA

PROCURADOR DO ESTADO: JOSE HOMERO SARAIVA CAMARA FILHO

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

APELAÇÃO

032 Processo: 0145558-78.2006.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0145558-78.2006.805.0001

INDENIZATORIA (REPARACAO DE DA

APELADO: FILIPE SILVA DE CASTRO

APELANTE: LOJAS AMERICANAS S/A

ADVOGADO(S): JOAQUIM ARTHUR PEDREIRA FRANCO DE CASTRO
RAFAEL FERREIRA IVO VIANA
LAIR ALVES DOS SANTOS
OTONEY REIS DE ALCÂNTARA

RELATOR: Des(a). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

---

APELAÇÃO

040 Processo: 0000040-21.2008.805.0249 - 0

Comarca: SERROLÂNDIA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000040-21.2008.805.0249 (832/2008)

Procedimento Ordinário

APELADO: ARIONETE GUIMARAES SOUSA

ADVOGADO(S): FLORIVALDO MAGALHÃES JUNIOR

APELANTE: JOSE ORACIO PIRES

ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS PEREIRA TRINDADE

RELATOR: Des(a). SARA SILVA DE BRITO

QUARTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO

061 Processo: 0000446-67.2009.805.0003 - 0

Comarca: ACAJUTIBA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000446-67.2009.805.0003

Procedimento Ordinário

APELADO: HORACIO BISPO DOS SANTOS FILHO

ADVOGADO(S):

APELANTE: BV FINANCEIRA S/A

ADVOGADO(S): ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA
UBALDO DE SOUZA SENNA NETO
CAROLE CARVALHO DA SILVA

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

AGRAVO DE INSTRUMENTO

052 Processo: 0000673-95.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 31ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0075014-26.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: ANA RIBEIRO DOS SANTOS

ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS SOUTO COSTA

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A -CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO(S): TICIANA CARVALHO DA SILVA
CAROLE CARVALHO DA SILVA
ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

AGRAVO DE INSTRUMENTO

049 Processo: 0000505-93.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Proc. Originário: 0016848-89.1996.805.0001

AGRAVADO: HELENA PIRES REBOUCAS

ADVOGADO(S): THERESINHA SCHINDLER SANT'ANNA

AGRAVANTE: GEAP - FUNDACAO DE SEGURIDADE SOCIAL

ADVOGADO(S): MARCEL LEANDRO RIOS MATOS SOBRINHO

RELATOR: Des(a). CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

---

APELAÇÃO

063 Processo: 0000172-79.2009.805.0205 - 0

Comarca: PRESIDENTE JÂNIO QUADROS

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000172-79.2009.805.0205 (5851/09)

Embargos de Terceiro

APELADO: ROSALINA BRITO LIMA

ADVOGADO(S):

APELANTE: JOÃO DUTRA DA SILVA

ADVOGADO(S): KARINY COSTA AGUIAR

RELATOR: Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

048 Processo: 0000483-35.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000956-17.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: SOLANGE JESUS DE MORAIS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO

---

APELAÇÃO

060 Processo: 0001201-62.2009.805.0142 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0001201-62.2009.805.0142

Mandado de Segurança

APELADO: MUNICIPIO DE SITIO DO QUINTO

ADVOGADO(S): GLAUCO ALVES MENDES

APELANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SITIO DO QUINTO

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

047 Processo: 0000474-73.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000982-15.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: EZEQUIEL SECUNDINO DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

058 Processo: 0000850-59.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 16ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0097128-56.2010.805.0001

Busca e Apreensão em Alienação Fiduci

AGRAVADO: DENILSON PROENCA DE JESUS

AGRAVANTE: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

ADVOGADO(S): NILSON SALUM CARDOSO DOURADO

RELATOR: Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO

---

APELAÇÃO

064 Processo: 0000340-24.2004.805.0119 - 0

Comarca: ITAJUÍPE

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000340-24.2004.805.0119 (1636250-6/2007)

COBRANCA

APELADO: JOÃO BARBOSA BATISTA

ADVOGADO(S):

APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS ALVES MACEDO
VINICIUS MISAEL PORTELA

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

AGRAVO DE INSTRUMENTO

057 Processo: 0000797-78.2011.805.0000 - 0

Comarca: SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000383-43.2009.805.0229

AGRAVADO: DAL PONTE & CIA LTDA

ADVOGADO(S): RENATO DE LUIZI JUNIOR
GERALDO GOUVEIA JUNIOR
VICENTE ROMANO SOBRINHO
FERNANDO FIOREZZI DE LUIZI

AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S.A

ADVOGADO(S): PATRICIA BIZERRA OLIVEIRA

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

056 Processo: 0000794-26.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0110147-32.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A

AGRAVANTE: RIAN FELIPE NEVES VASQUES

ADVOGADO(S): EPIFÂNIO DIAS FILHO
TAINARA REIS AFLITOS

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

046 Processo: 0000468-66.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000981-30.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: PATRICIA BISPO DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 055 | Processo: | 0000790-86.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 17ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0069761-57.2010.805.0001 | |
| Procedimento Ordinário | | |
| AGRAVADO: | BANCO ITAUCARD FINANCEIRA S/A | |
| AGRAVANTE: | DANILO PIMENTEL DOS REIS | |
| ADVOGADO(S): | TAINARA REIS AFLITOS<br>EPIFÂNIO DIAS FILHO | |
| RELATOR: | Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS | |

---

APELAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| 065 | Processo: | 0000264-93.2009.805.0096 - 0 |
| Comarca: | IBIRATAIA | |
| Vara: | VARA CÍVEL | |
| Proc. Originário: | 0000264-93.2009.805.0096 | |
| Execução de Título Extrajudicial | | |
| APELADO: | VALDOMIRO ALVES DE OLIVEIRA | |
| APELANTE: | CALHEIRA, ALMEIDA S/A | |
| ADVOGADO(S): | DEUSDETE MACHADO DE SENA FILHO | |
| RELATOR: | Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO | |

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 042 | Processo: | 0000106-64.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | FEIRA DE SANTANA | |
| Vara: | 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0019090-84.2010.805.0080 | |
| AGRAVADO: | BANCO BV FINANCEIRA S/A | |
| AGRAVANTE: | LUCAS DA SILVA MENEZES | |
| ADVOGADO(S): | MATHEUS DE OLIVEIRA BRITO | |
| RELATOR: | Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO | |

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 054 | Processo: | 0000772-65.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | NOVA VIÇOSA | |

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0001352-68.2010.805.0182

Busca e Apreensão

AGRAVADO: TADEU ALVES ARAÚJO

ADVOGADO(S): TADEU BARBERINO RIOS
PABLO FERRAZ MIRANDA

AGRAVANTE: JEAN DOS SANTOS NUNES

ADVOGADO(S): ADILSON F. ALMEIDA

RELATOR: Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

045 Processo: 0000451-30.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000976-08.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ROZENILDA PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

053 Processo: 0000711-10.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000907-74.2011.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: AMS ASSISTENCIA MULTIDISCIPLINAR DE SAUDE

AGRAVANTE: AFSV REP. ANA MARIA ELIAS DE SOUZA

ADVOGADO(S): ISABEL HELENA STROBEL BECKER PEREIRA

RELATOR: Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO

---

APELAÇÃO

059 Processo: 0000708-49.2010.805.0078 - 0

Comarca: EUCLIDES DA CUNHA

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000708-49.2010.805.0078

APELADO: IHONIS BATISTA DA SILVA

ADVOGADO(S): FAGNER SANTANA DE ARAÚJO

APELANTE: MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA

ADVOGADO(S): ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES
JAIME D'ALMEIDA CRUZ

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

050 Processo: 0000603-78.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 13ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0095608-61.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: ANA LUCIA PEDRA DE SANTANA

ADVOGADO(S): AGNALDO EDSON RAMOS FERREIRA
ANGELITA MASCARENHAS CARNEIRO DIAS
JORGE SANTOS ROCHA JUNIOR

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

ADVOGADO(S): ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO
VERBENA MOTA CARNEIRO

RELATOR: Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

051 Processo: 0000644-45.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 14ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0099950-18.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: BANCO SOFISA S/A

AGRAVANTE: GIOVANETE DE SOUZA FERREIRA

ADVOGADO(S): LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA

RELATOR: Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

043 Processo: 0000448-75.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000936-26.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ANTONIO RILDO DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

044 Processo: 0000450-45.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000986-52.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: JOSEFA ELIZANGELA DOS SANTOS

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS

---

APELAÇÃO

062 Processo: 0139488-11.2007.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 14ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES

Proc. Originário: 0139488-11.2007.805.0001

DECLARATORIA

APELADO: PAULO SERGIO FREIRE DE CARVALHO GONCALVES TOURINHO

ADVOGADO(S): CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA
FABIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH

APELANTE: ANA AMELIA FERNANDEZ BARRETO DE ARAUJO

ADVOGADO(S): DENISE FERRAGI HUNGRIA
LUIZ GONZAGA DE PAULA VIEIRA
RUI CELSO REALI FRAGOSO

RELATOR: Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS

---

QUINTA CÂMARA CÍVEL

---

APELAÇÃO

081 Processo: 0175337-83.2003.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0175337-83.2003.805.0001

APELADO: MARIA DA PURIFICACAO TELES DE OLIVEIRA

ADVOGADO(S): ANTONIO OTTO CORREIA PIPOLO
JOSÉ FERNANDO TOURINHO JUNIOR

APELANTE: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: ANTONIO SERGIO MIRANDA SALES

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

APELAÇÃO

080 Processo: 0096979-36.2005.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0096979-36.2005.805.0001

COBRANCA

APELADO: GILENE COSTA DOURADO

ADVOGADO(S): SOCRATES PIRES DOURADO

APELANTE: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: ALOYSIO MORAES PORTUGAL JUNIOR

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

APELAÇÃO

079 Processo: 0062040-54.2010.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0062040-54.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: BANCO FINASA S/A

ADVOGADO(S): JULIO CESAR VALERIANO DA SILVA

APELANTE: NAILTON CEZAR DA SILVA ALVES

ADVOGADO(S): LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

APELAÇÃO

083 Processo: 0003581-84.1995.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0003581-84.1995.805.0001

Execução Fiscal

APELADO: CONSTRUTORA E INCORPORADORA A. S. OLIVEIRA LTDA

APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR

PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

078 Processo: 0000852-29.2011.805.0000 - 0

Comarca: ITAPETINGA

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0004430-44.2010.805.0126

Busca e Apreensão em Alienação Fiduci

AGRAVADO: HEDEM DE OLIVEIRA LIMA

AGRAVANTE: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

ADVOGADO(S): NILSON SALUM CARDOSO DOURADO
RODOLFO GERD SEIFERT

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

HABEAS CORPUS

085 Processo: 0000811-62.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 6ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES

Proc. Originário: 0130126-24.2003.805.0001

ALIMENTOS

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 6ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES

IMPETRANTE: VICTOR SANTOS GAMA DA SILVA

PACIENTE: ALFONSO ALAN COSTAL CARREIRO

ADVOGADO(S): VICTOR SANTOS GAMA DA SILVA

RELATOR: Des(a). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

077 Processo: 0000792-56.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 20ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0081788-72.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: FINASA BMC BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

AGRAVANTE: LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA DAMASCENA

ADVOGADO(S): EPIFÂNIO DIAS FILHO
TAINARA REIS AFLITOS

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

076 Processo: 0000786-49.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0023898-15.2009.805.0001

Execução Fiscal

AGRAVADO: MUNICIPIO DO SALVADOR

ADVOGADO(S): VANESKA PIRES DOURADO PINHO

AGRAVANTE: JOSE DANTAS DE ANDRADE

PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDERSON BARROSO

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

075 Processo: 0000784-79.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0050591-02.2010.805.0001

Execução Fiscal

AGRAVADO: MUNICIPIO DO SALVADOR

AGRAVANTE: CLINICA DE FRATURAS S/C LTDA

ADVOGADO(S): THIAGO ANTONIO TUPINIQUIM SENA
JOAO GILBERTO DE SOUSA NEVES
ERIKA VAQUEIRO TARQUINIO DE SOUZA
ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO

PROCURADOR DO MUNICIPIO: RAFAEL CARRERA FREITAS

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

074 Processo: 0000739-75.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 16ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0021571-63.2010.805.0001

Despejo por Falta de Pagamento

AGRAVADO: CLAUDIA GOMES POLON

AGRAVANTE: GILBERTO MENDES DOS SANTOS

ADVOGADO(S): VINICIUS VIEIRA ARAÚJO

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

073 Processo: 0000656-59.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 14ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0099310-15.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A

AGRAVANTE: CLAUDIO ARAUJO BOMFIM

ADVOGADO(S): EDUARDO GONCALVES DE AMORIM

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

APELAÇÃO

084 Processo: 0197686-07.2008.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0197686-07.2008.805.0001

Busca e Apreensão em Alienação Fiduci

APELADO: ROSE CLEIDE DE ANDRADE LEITE

APELANTE: CONSORCIO NACIONAL HONDA S/A

ADVOGADO(S): LUCIANA DOS SANTOS BARBOSA

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

071 Processo: 0000599-41.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0023080-83.2010.805.0080

AGRAVADO: BELU MODAS LTDA

ADVOGADO(S):

AGRAVANTE: COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

ADVOGADO(S): MILENA GILA FONTES
PAULO ABBEHUSEN JUNIOR

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

070 Processo: 0000495-49.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000993-44.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: MARIA ELZA DE ASSIS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

069 Processo: 0000469-51.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000941-48.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: JUSSILENE PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

068 Processo: 0000457-37.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000955-32.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: IRENE PEREIRA DE ALMEIDA

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

067 Processo: 0000453-97.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000974-38.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: JUSCELINO ELIAS DE OLIVEIRA

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

066 Processo: 0000434-91.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Proc. Originário: 0137577-90.2009.805.0001

AGRAVADO: PJ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

ADVOGADO(S): MARCUS VINICIUS BRITO PASSOS SILVA
JOSÉ ANDRADE SOARES NETO
EMANUEL FARO BARRETTO
CLEBER LACERDA BOTELHO JUNIOR

AGRAVANTE: EMBASA - EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO

ADVOGADO(S): JOÃO PINTO RODRIGUES DA COSTA
ÉRICA DINIZ GONÇALVES JASMIN
JOÃO GABRIEL CRUZ PINTO RODRIGUES DA COSTA
ANTONIO JORGE MOREIRA GARRIDO JÚNIOR
GUY DE ALCOVIA REGO AGULHA
RODRIGO MOSKALENKO MONTENEGRO GOMES
JULIANA MARQUES DE MEIRELES MEDEIROS
NATALIA SANTOS BONFIM
ANA CRISTINA D´AVILA ARGOLLO

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

APELAÇÃO

082 Processo: 0000184-79.1989.805.0113 - 0

Comarca: ITABUNA

Vara: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000184-79.1989.805.0113 (185/89)

EXECUÇÃO

APELADO: ITAJUCAL COM. E REP. DE CACAU LTDA

APELANTE: BANCO DO BRASIL S.A

ADVOGADO(S): LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO
CELSO DAVID ANTUNES
ANTONIO LISBOA LIMA DE CARVALHO
MILTON DE ARAÚJO SALES FILHO

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

072 Processo: 0000645-30.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 14ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0110178-52.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVANTE: JOELSON BATISTA DE SANTANA

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

086 Processo: 0000765-73.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: PRINCE NUTRICAO LTDA

ADVOGADO(S): RENATO ALBERTO DOS HUMILDES OLIVEIRA
SILVIO DE SOUSA PINHEIRO
BRUNO TOMMASI COSTA CARIBÉ
RAFAEL FERNANDES DE MELO LOPES

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

087 Processo: 0000770-95.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DA EDUCACAO DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: GREICE SILVA CONCEIÇAO DE CASTRO

ADVOGADO(S): RUTH SERRAVALLE BALLIN
EDINEI BALLIN

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

MANDADO DE SEGURANÇA

091 Processo: 0000847-07.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DA EDUCACAO DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: KLECIA NOVAIS ALMEIDA

ADVOGADO(S): MOISES DE SALES SANTOS

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

MANDADO DE SEGURANÇA

089 Processo: 0000834-08.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DA EDUCACAO DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: RSSF REP. ELISANGELA ALEXANDRE DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO(S): KITIAN DE JESUS RIBEIRO
MILTON FAUSTINO DOS SANTOS SEGUNDO
MORENA JÚLIA DE JESUS RIBEIRO

RELATOR: Des(a). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

090 Processo: 0000841-97.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DA EDUCACAO DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: NAYANE DE OLIVEIRA LIMA

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

MANDADO DE SEGURANÇA

088 Processo: 0000833-23.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DA EDUCACAO DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: JVCS REP. ARLETE ALVES COSTA MELO

ADVOGADO(S): MORENA JÚLIA DE JESUS RIBEIRO
MILTON FAUSTINO DOS SANTOS SEGUNDO
KITIAN DE JESUS RIBEIRO

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

---

APELAÇÃO

123 Processo: 0000002-76.1991.805.0096 - 0

Comarca: IBIRATAIA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000002-76.1991.805.0096 (912/91)

Anulação e Substituição de Títulos ao Po

APELADO: GILBERTO NOGUEIRA DOS SANTOS

APELANTE: ESPOLIO DE GILDESIO CALHEIRA SILVA,REP. POR IRENE CALHEIRA

ADVOGADO(S): RITA SOUZA DA SILVA

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

APELAÇÃO

116 Processo: 0000295-58.2010.805.0200 - 0

Comarca: POJUCA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000295-58.2010.805.0200

Mandado de Segurança

APELADO: MUNICIPIO DE POJUCA

ADVOGADO(S): ALEXEI ESTEVEZ DE CARVALHO

APELANTE: TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

ADVOGADO(S): DANIEL MORENO CASTILLO

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

093 Processo: 0000465-14.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000949-25.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ELENADJA PEREIRA DE JESUS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

094 Processo: 0000471-21.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000992-59.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: LUCIVANIA MARIA DE JESUS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

095 Processo: 0000476-43.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000984-82.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: JOSEANE CARVALHO DE ANDRADE DIAS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

096 Processo: 0000496-34.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000937-11.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: VALNIDES VIEIRA NASCIMENTO

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

097 Processo: 0000498-04.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000940-63.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: SYLVIA RENATA BATISTA DA CONCEICAO

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

098 Processo: 0000504-11.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 13ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0159731-05.2009.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MONIQUE VALENTE SANTOS

ADVOGADO(S): MARISA RIBEIRO LEITE

AGRAVANTE: CRESAUTO VEICULOS S.A

ADVOGADO(S): ROGERIO VIEIRA DE MELO DA FONTE
MARCELA FERREIRA NUNES
FELIPE BEZERRA DE SOUZA

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

099 Processo: 0000510-18.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0019375-77.2010.805.0080

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MARIA DO CARMO SANTOS SILVA

ADVOGADO(S):

AGRAVANTE: OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO(S): CLAUDIO FERREIRA DE MELO
ADRIANO MUNIZ REBELLO
DAVY JOSE NUNES DE OLIVEIRA

RELATOR: Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

---

APELAÇÃO

124 Processo: 0000534-50.2004.805.0078 - 0

Comarca: EUCLIDES DA CUNHA

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000534-50.2004.805.0078

INDENIZACAO

APELADO: BANCO FIAT S/A

ADVOGADO(S): NELSON PASCHOALOTTO

APELANTE: JOSE WILLIAM BARBOSA

ADVOGADO(S): MARIA IZABEL MACHADO

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

APELAÇÃO

117 Processo: 0000573-37.2009.805.0057 - 0

Comarca: CICERO DANTAS

Vara: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000573-37.2009.805.0057

Mandado de Segurança

APELADO: AMBROSIO SILVA GAMA

ADVOGADO(S): CLAUDIA REGINA COSTA CARVALHO SANTOS

APELANTE: FAZENDA PUBLICA DE CICERO DANTAS

ADVOGADO(S): GILDSON GOMES DOS SANTOS
NILA NAIARA NUNES NASCIMENTO

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

100 Processo: 0000608-03.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0099347-42.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: JOSE ADRIANO

ADVOGADO(S): TUANE DANUTA DA SILVA

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A -CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO(S): PATRÍCIA SOUTO VIANA
ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA
CAROLE CARVALHO DA SILVA

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

101 Processo: 0000649-67.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 20ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0015924-87.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: BANCO GMAC S.A

AGRAVANTE: ANDERSON IGOR SANTOS DA PURIFICACAO

ADVOGADO(S): IRAN DOS SANTOS D'EL-REI

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

102 Processo: 0000657-44.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0099318-89.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: BANCO ITAUCARD S/A

AGRAVANTE: ALESSANDRO MARCIO SANTANA SOARES

ADVOGADO(S): EDUARDO GONCALVES DE AMORIM

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

103 Processo: 0000665-21.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0011623-54.2010.805.0080

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: P L B TRANSPORTES LTDA ME

ADVOGADO(S): ADRIANO BASTOS SILVA

AGRAVANTE: MERCEDES BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

ADVOGADO(S): HIRAN LEAO DUARTE
MAURICIO TRINDADE MIRANDA
ELIETE SANTANA MATOS
JOÃO VITOR DE JESUS LIMA

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

104 Processo: 0000669-58.2011.805.0000 - 0

Comarca: IBIRATAIA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000682-94.2010.805.0096

Procedimento Sumário

AGRAVADO: VALDEMAR ARCANJO

ADVOGADO(S): NAIANA SOUZA DE SANTANA LIMA

AGRAVANTE: UNICARD BANCO MULTIPLO S/A

ADVOGADO(S): CELSO DAVID ANTUNES
JULIANA MAIA DOS SANTOS
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

105 Processo: 0000674-80.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0008662-43.2010.805.0080

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: FRANCISCO SANTIAGO SOBRINHO

ADVOGADO(S):

AGRAVANTE: BANCO BV FINANCEIRA S/A

ADVOGADO(S): CAROLE CARVALHO DA SILVA
PATRÍCIA SOUTO VIANA

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

106 Processo: 0000687-79.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0062933-89.2003.805.0001

Execução Fiscal

AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA

AGRAVANTE: BENEDITO GONCALVES NETO

ADVOGADO(S): ALESSANDRA SCHURIG CARRILHO ROSA
MARIA JOSSELIA DA SILVA CARRILHO ROSA

PROCURADOR DO ESTADO: PLINIO LOPES DA COSTA

RELATOR: Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

107 Processo: 0000725-91.2011.805.0000 - 0

Comarca: PAULO AFONSO

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000723-04.2009.805.0191

Procedimento Sumário

AGRAVADO: JOSE RENATO RODRIGUES GOUVEIA

ADVOGADO(S): ROMULO ALMEIDA VAZ LISBOA

AGRAVANTE: LOCADORA ARATU TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

ADVOGADO(S): CRISTIANO REGO BENZOTA DE CARVALHO
PEDRO AUGUSTO MACEDO MACHADO

RELATOR: Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

108 Processo: 0000759-66.2011.805.0000 - 0

Comarca: IRARÁ

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000465-46.2009.805.0109

Reintegração / Manutenção de Posse

AGRAVADO: BANCO ITAUCARD S/A

AGRAVANTE: OTAVIA PAULA DOS SANTOS

ADVOGADO(S): ANTONIO EDILIPE BAHIANA NERI
EDSON LEAL DA SILVA

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

109 Processo: 0000768-28.2011.805.0000 - 0

Comarca: PORTO SEGURO

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0012591-12.2010.805.0201

Reintegração / Manutenção de Posse

AGRAVADO: ROSILENE MOTA SANTOS

AGRAVANTE: JOSE DOMINGOS DE JESUS

ADVOGADO(S): LÍCIA MARIA SILVA SANTOS
GIORDHAN NOGUEIRA REIS

DEFENSOR: PRISCILA BERTO DA SILVA

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

MANDADO DE SEGURANÇA

128 Processo: 0000780-42.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR DO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - EXTENSÃO BROTAS

IMPETRANTE: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO(S): THAÍS LARISSA SCHRAMM CARVALHO
TÂMARA NEVES SANTOS

RELATOR: Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

110 Processo: 0000791-71.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 14ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0100119-05.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: BANCO BFB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

AGRAVANTE: ANTONIO CLOVES DAS MERCES

ADVOGADO(S): EPIFÂNIO DIAS FILHO
TAINARA REIS AFLITOS

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

111 Processo: 0000896-48.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 10ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES

Proc. Originário: 0059513-32.2010.805.0001

Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

AGRAVADO: G L S DE M E R L S DE M REP. POR ROSA MARIA LOPES SANTOS

ADVOGADO(S):

AGRAVANTE: IVANILDO JOSE FERREIRA DE MOURA

ADVOGADO(S): NEWTON VITOR ALVES DA SILVA

RELATOR: Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

112 Processo: 0000923-31.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0049897-43.2004.805.0001

INDENIZACAO

| | |
|---|---|
| AGRAVADO: | ESPÓLIO DE MARIA DE LOURDES BARREIRO LOPES, REP. POR CRISTINA ERQUICIA BARREIROS |
| ADVOGADO(S): | |
| AGRAVANTE: | BOMPRECO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA |
| ADVOGADO(S): | MILENA CINTRA DE SOUZA<br>MURILO FERREIRA NUNES<br>TÂMARA DOS REIS DE ABREU<br>FABRÍCIO VILA HENRIQUE DOS SANTOS<br>FLÁVIA PRESGRAVE BRUZDZENSKY<br>HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE<br>GABRIEL QUEIROZ NOGUEIRA<br>RENATO FERREIRA DE MATOS JUNIOR |
| RELATOR: | Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL |

APELAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| 120 | Processo: | 0012759-18.1999.805.0001 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0012759-18.1999.805.0001 | |
| Embargos à Execução | | |
| APELADO: | GERALDO JORGE GOMES ORNELAS | |
| ADVOGADO(S): | FERNANDA OLIVEIRA DE ALMEIDA | |
| APELANTE: | SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS | |
| ADVOGADO(S): | MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES<br>MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ<br>CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO<br>JULIANA RAMIRO PIRES BARBOSA | |
| RELATOR: | Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO | |

AÇÃO RESCISÓRIA

| | | |
|---|---|---|
| 092 | Processo: | 0017318-35.2010.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0020843-95.2005.805.0001 | |
| Procedimento Ordinário | | |
| AUTOR: | FASEB - FUNDACAO ASSISTENCIAL DOS MAGISTRADOS DA BAHIA | |
| ADVOGADO(S): | | |
| REU: | MOACIR REIS FERNANDES FILHO | |

ADVOGADO(S): FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR
EDUARDO LIMA SODRÉ
JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA GARRIDO
PAULA SARNO BRAGA
RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA
FLÁVIA SMARCEVSCKI PEREIRA
JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA

RELATOR: Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

---

APELAÇÃO

122 Processo: 0022633-80.2006.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0022633-80.2006.805.0001

IMISSAO DE POSSE

APELADO: ABELARDO ABRAMOVITZ VIEIRA

ADVOGADO(S):

APELANTE: MARIA BETANIA DOS SANTOS FERREIRA SILVA

ADVOGADO(S): JOSÉ ROBERTO SILVA ANDRADE

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

APELAÇÃO

115 Processo: 0033411-75.2007.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0033411-75.2007.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DA BAHIA

APELANTE: CELESTE MARIA DE SANTANA

ADVOGADO(S): CLAUDIA BEZERRA BATISTA NEVES

PROCURADOR JURIDICO: MARIA AUXILIADORA TORRES ROCHA

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

APELAÇÃO

126 Processo: 0042224-23.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0042224-23.2009.805.0001

Busca e Apreensão em Alienação Fiduci

APELADO: JULIO CESAR DE JESUS ALMEIDA

APELANTE: BANCO FINASA S/A.

ADVOGADO(S): HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA
VINICIUS MOREIRA BATISTA
GYZELLA PARANHOS DOS SANTOS SOUSA
FABÍOLA THEREZA DE SOUZA MUNIZ DOS SANTOS

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

APELAÇÃO

127 Processo: 0054101-57.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0054101-57.2009.805.0001

Busca e Apreensão

APELADO: CLEIDE MACIEL DE CARVALHO

APELANTE: BANCO FINASA S.A

ADVOGADO(S): VINICIUS MOREIRA BATISTA

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

APELAÇÃO

125 Processo: 0065226-22.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0065226-22.2009.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: AABANEB - ASSOCIACAO ATLETICA BANEB

ADVOGADO(S): EDUARDO MASCARENHAS BRITTO

APELANTE: DORIVAL SANTANA

ADVOGADO(S): MIGUEL ANGELO ALVES CERQUEIRA

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

APELAÇÃO

118 Processo: 0084556-05.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0084556-05.2009.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: BANCO PANAMERICANO S.A

ADVOGADO(S): MANUELA SAMPAIO SARMENTO SILVA

APELANTE: CLAUDIO MAXIMO HORTA DA CRUZ

ADVOGADO(S): CRISTIANE RAMOS DA SILVA
LUIS RENATO LEITE DE CARVALHO

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

APELAÇÃO

114 Processo: 0110137-95.2004.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0110137-95.2004.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: FAELBA - FUNDACAO COELBA DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR

ADVOGADO(S): ARNALDO LAGO DOS SANTOS RAMOS

APELANTE: GUILHERMINA MARIA SOUZA OLIVEIRA

ADVOGADO(S): MARIA TEREZA COSTA DA ROCHA
WALDOMIRO AZEVEDO SILVA

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

APELAÇÃO

121 Processo: 0126814-30.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 8ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0126814-30.2009.805.0001

Procedimento Ordinário

APELADO: ROZANIA ANDRADE SANTOS

ADVOGADO(S): LAIZE REGINA PASSINHO DO CARMO

APELANTE: CAIXA VIDA E PREVIDENCIA S.A.

ADVOGADO(S): MARCELLE FERRAZ DE GOUVEIA GRANJA
MILENA GILA FONTES

RELATOR: Des(a). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

---

APELAÇÃO

119 Processo: 0133337-63.2006.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0133337-63.2006.805.0001

Ação Civil Coletiva

APELADO: BANCO VOLKSWAGEN S.A

ADVOGADO(S):

APELANTE: ELPIDIO ELIO DOS SANTOS

ADVOGADO(S): DINA MARIA DE ALMEIDA PINHEIRO

RELATOR: Des(a). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

---

APELAÇÃO

113 Processo: 0144971-51.2009.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0144971-51.2009.805.0001

Busca e Apreensão em Alienação Fiduci

APELADO: GILVAN NASCIMENTO PEREIRA

APELANTE: BANCO HONDA S/A

ADVOGADO(S): THIAGO GAMA DE AVELOES
CAROLINA BERTÃO DE JESUS
ALOISIO GONÇALVES PEREIRA NETO
FLÁVIA TRINDADE DE ALMEIDA
NELSON PASCHOALOTTO
RENATA BAHIA DE LACERDA

RELATOR: Des(a). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

---

SEGUNDA CÂMARA CRIME - COMPETÊNCIA TURMA CRIMINAL

---

HABEAS CORPUS

131 Processo: 0000385-50.2011.805.0000 - 0

Comarca: IPIRÁ

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0001027-30.2010.805.0106

Inquérito Policial

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE IPIRA VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INF E JUVENTUDE

IMPETRANTE: MARINEIDE SANTOS MACENA

PACIENTE: DANILO MACENA SANTANA

RELATOR: Des(a). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

---

HABEAS CORPUS

132 Processo: 0000681-72.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: VARA DOS FEITOS RELAT TÓXICOS E ACID DE VEÍCULOS

Proc. Originário: 0021782-56.2010.805.0080

Auto de Prisão em Flagrante

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE FEIRA DE SANTANA VARA DOS FEITOS RELAT TÓXICOS E ACID DE VEÍCULOS

IMPETRANTE: GERALDO VALE DO ESPIRITO SANTO JUNIOR

PACIENTE: PAULO CESAR PEREIRA SOUZA

ADVOGADO(S): GERALDO VALE DO ESPIRITO SANTO JUNIOR

RELATOR: Des(a). NAGILA MARIA SALES BRITO

---

HABEAS CORPUS

133 Processo: 0000771-80.2011.805.0000 - 0

Comarca: SENHOR DO BONFIM

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0004232-41.2010.805.0244

Liberdade Provisória com ou sem fianç

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SENHOR DO BONFIM , VARA CRIME, JURI, EXEC.PENAIS, INFANCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: MONACITA MOURA SANTANA CAMPOS

PACIENTE: ELIENE OLIVEIRA SOARES DA SILVA

ADVOGADO(S): MONACITA MOURA SANTANA CAMPOS

RELATOR: Des(a). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ

---

HABEAS CORPUS

134 Processo: 0000773-50.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 8ª VARA CRIMINAL

Proc. Originário: 0014968-76.2007.805.0001

FURTO QUALIFICADO

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 8ª VARA CRIME

IMPETRANTE: DANIEL MARQUES BASTOS

PACIENTE: MARCELO DO NASCIMENTO FERRAZ

ADVOGADO(S): DANIEL MARQUES BASTOS

RELATOR: Des(a). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ

HABEAS CORPUS

| | | |
|---|---|---|
| 135 | Processo: | 0000836-75.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 16ª VARA CRIMINAL | |
| Proc. Originário: | 0055278-22.2010.805.0001 | |
| Ação Penal - Procedimento Ordinário | | |
| DEFENSOR: | USSIEL ELIONAI DANTAS XAVIER FILHO | |
| IMPETRADO: | JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 16ª VARA CRIMINAL | |
| IMPETRANTE: | DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA | |
| PACIENTE: | NILSON JOSE DOS SANTOS MENDES | |
| RELATOR: | Des(a). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ | |

---

HABEAS CORPUS

| | | |
|---|---|---|
| 136 | Processo: | 0000884-34.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | CONCEIÇÃO DA FEIRA | |
| Vara: | VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE | |
| Proc. Originário: | 0000299-27.2010.805.0061 | |
| Ação Penal - Procedimento Ordinário | | |
| IMPETRADO: | JUIZ DE DIREITO DE CONCEICAO DA FEIRA, VARA CRIME, JURI, EXEC. PE NAIS, INFANCIA E JUVENTUDE | |
| IMPETRANTE: | WALTER FERNANDES JUNIOR | |
| PACIENTE: | EMANUEL BORGES FREITAS FILHO | |
| ADVOGADO(S): | WALTER FERNANDES JUNIOR<br>ROSEANO FRANCISCO BESERRA | |
| RELATOR: | Des(a). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO | |

---

APELAÇÃO

| | | |
|---|---|---|
| 129 | Processo: | 0038471-92.2008.805.0001 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 10ª VARA CRIMINAL | |
| Proc. Originário: | 0038471-92.2008.805.0001 | |
| ACAO PENAL | | |
| APELADO: | MINISTERIO PUBLICO | |
| APELANTE: | RIVALDO REIS DOS SANTOS JUNIOR | |
| ADVOGADO(S): | PAULO FELIPE GONZALEZ SABACK<br>ANTONIO BRUNO COSTA SABACK | |

PROMOTOR PUBLICO: MARILENE PEREIRA MOTA

RELATOR: Des(a). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

---

HABEAS CORPUS

138 Processo: 0000906-92.2011.805.0000 - 0

Comarca: ALAGOINHAS

Vara: 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂN E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0004734-55.2009.805.0004

Ação Penal - Procedimento Ordinário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE ALAGOINHAS 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂN CIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: ADRIANNE MUNIZ DE MORAES

PACIENTE: VALDÍVIO COSTA DE SOUZA

ADVOGADO(S): ADRIANNE MUNIZ DE MORAES

RELATOR: Des(a). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ

---

HABEAS CORPUS

139 Processo: 0000907-77.2011.805.0000 - 0

Comarca: ALAGOINHAS

Vara: 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂN E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0002984-86.2007.805.0004

PORTE ILEGAL DE ARMA

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE ALAGOINHAS 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂN CIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: ADRIANNE MUNIZ DE MORAES

PACIENTE: VALDÍVIO COSTA DE SOUZA

ADVOGADO(S): ADRIANNE MUNIZ DE MORAES

RELATOR: Des(a). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ

---

HABEAS CORPUS

140 Processo: 0000912-02.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª VARA DE TÓXICOS

Proc. Originário: 0108263-65.2010.805.0001

Auto de Prisão em Flagrante

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 1ª VARA DE TOXICOS

IMPETRANTE: JUSCELINO LEMOS SANTOS JUNIOR

PACIENTE: JACSON RODRIGUES SENA

ADVOGADO(S): JUSCELINO LEMOS SANTOS JÚNIOR

RELATOR: Des(a). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

---

HABEAS CORPUS

141 Processo: 0000916-39.2011.805.0000 - 0

Comarca: JUAZEIRO

Vara: 2ª VARA CRIME

Proc. Originário: 0000025-65.2011.805.0146

Ação Penal - Procedimento Ordinário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE JUAZEIRO 2ª VARA CRIME

IMPETRANTE: JOSE DE CARVALHO LEITE FILHO

PACIENTE: DORALISCE BARRETO CUNHA

ADVOGADO(S): JOSÉ DE CARVALHO LEITE FILHO

RELATOR: Des(a). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

---

APELAÇÃO

130 Processo: 0004619-49.2007.805.0248 - 0

Comarca: SERRINHA

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0004619-49.2007.805.0248

ACAO PENAL

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELANTE: JOÃO ARAUJO DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSEMY ARAÚJO LOPES

PROMOTOR PUBLICO: NUBIA ROLIM DOS SANTOS

RELATOR: Des(a). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ

---

HABEAS CORPUS

137 Processo: 0000903-40.2011.805.0000 - 0

Comarca: MATA DE SÃO JOÃO

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0001374-83.2010.805.0164

Ação Penal - Procedimento Sumário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE MATA DE SAO JOAO VARA CRIME, JURI, EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: ABDON BERDEDE DE CARVALHO

PACIENTE: JOSE OLIVIO DE SOUZA SANTOS

ADVOGADO(S): ABDON BERDÊDE DE CARVALHO

RELATOR: Des(a). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

---

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

---

APELAÇÃO

159 Processo: 0018120-50.1998.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 2ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES

Proc. Originário: 0018120-50.1998.805.0001

OUTRAS

APELADO: VALDIRA CASTOR

APELANTE: PAULO CESAR OLIVEIRA LINS

ADVOGADO(S): JOSÉ LÁZARO DA FONSECA

DEFENSOR: IEDA MACIEL GUIMARAES

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

142 Processo: 0000456-52.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Proc. Originário: 0000959-69.2010.805.0142

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: VALDIRENE DIAS DE JESUS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

APELAÇÃO

160 Processo: 0002288-11.1997.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: VARA DE ACIDENTE DE TRABALHO

Proc. Originário: 0002288-11.1997.805.0001

ACIDENTE DE TRABALHO

APELADO: SILVANA DA SILVA GARCIA

ADVOGADO(S): LENA MÉRCIA ANDRADE BORGES

APELANTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR FEDERAL: CARLOS DE SOUZA FALCON

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

156 Processo: 0001023-83.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Proc. Originário: 0005076-07.2011.805.0001

Mandado de Segurança

AGRAVADO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

AGRAVANTE: JULIO CEZAR DAMAS BRANDAO

ADVOGADO(S): DÉBORA CRISTINA BISPO DOS SANTOS
KATIA SALETTE LOPES DO ROSÁRIO

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

151 Processo: 0000708-55.2011.805.0000 - 0

Comarca: JUAZEIRO

Vara: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000947-19.2005.805.0146

DESPEJO

AGRAVADO: NILTON PEDRO EVANGELISTA DE SALES

AGRAVANTE: JOAQUIM PEREIRA DO VALE

ADVOGADO(S): ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO JÚNIOR

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

APELAÇÃO

157 Processo: 0000699-87.2010.805.0078 - 0

Comarca: EUCLIDES DA CUNHA

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0000699-87.2010.805.0078

APELADO: KARLOS FERNANDO SANTOS CANARIO

ADVOGADO(S): FAGNER SANTANA DE ARAÚJO

APELANTE: MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA

ADVOGADO(S): JAIME D'ALMEIDA CRUZ

RELATOR: Des(a). CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

150 Processo: 0000690-34.2011.805.0000 - 0

Comarca: VITÓRIA DA CONQUISTA

Vara: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0004925-66.2009.805.0274

Ação Civil Pública

AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA

AGRAVANTE: RESTAURANTE BOCA DE FORNO

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

149 Processo: 0000676-50.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0017931-09.2010.805.0080

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: ROQUE FERREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(S): ANTONIO AUGUSTO GRAÇA LEAL

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A -CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO(S): TICIANA CARVALHO DA SILVA
CAROLE CARVALHO DA SILVA
ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

155 Processo: 0000944-07.2011.805.0000 - 0

Comarca: MAIRI

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000010-60.2011.805.0158

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MARIA DA CONCEICAO COTIAS LIMA

AGRAVANTE: EDUARDO PEIXOTO NUNES

ADVOGADO(S): GUSTAVO PEIXOTO NUNES

RELATOR: Des(a). ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

148 Processo: 0000672-13.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 5ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES

Proc. Originário: 0115970-84.2010.805.0001

Regulamentação de Visitas

AGRAVADO: REVAILTON DE SOUZA CASTRO

ADVOGADO(S): PATRICIA CLEIA PEREIRA BATISTA

AGRAVANTE: CIOMAR OLIVEIRA BARBOSA

ADVOGADO(S): FRANCINEIDE MARQUES DA CONCEIÇÃO SANTOS

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

147 Processo: 0000609-85.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0073126-22.2010.805.0001

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: ANTONIO GOMES BASILIO

ADVOGADO(S): NARRYMA KEZIA DA SILVA JATOBA

AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A -CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO(S): PATRÍCIA SOUTO VIANA
ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA
CAROLE CARVALHO DA SILVA

RELATOR: Des(a). ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

---

MANDADO DE SEGURANÇA

161 Processo: 0000902-55.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: JUIZA RELATORA DO PROCESSO N° 0089235- 19.2007.805.0001

IMPETRANTE: BANCO BRADESCO S.A

ADVOGADO(S): TÂMARA NEVES SANTOS
THAÍS LARISSA SCHRAMM CARVALHO

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO

146 Processo: 0000586-42.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Proc. Originário: 0000914-66.2011.805.0001

AGRAVADO: GDRM REPR. POR ELIANE SILVA RAMOS

AGRAVANTE: SANTA CASA DE MISERICORDIA DA BAHIA

ADVOGADO(S): CANDICE DE ALMEIDA ROCHA
HUMBERTO VIEIRA BARBOSA NETTO
ROMOLO DIAS COSTA NETO
ARCHIMEDES CUSTODIO ALMADA DE MELLO JUNIOR
KATHIA NORBERTO MATTOS
VANIA APARECIDA SILVA

DEFENSOR: GISELE AGUIAR R. PEREIRA

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

145 Processo: 0000480-80.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000964-91.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: NEUZA JOSEFA DE ARAUJO SILVA

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

144 Processo: 0000479-95.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000938-93.2010.805.0142

Procedimento Ordinário

AGRAVADO: MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA

AGRAVANTE: ELIZANGELA SECUNDINA DOS SANTOS

ADVOGADO(S): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO

RELATOR: Des(a). ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 143 | Processo: | 0000478-13.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | JEREMOABO | |
| Vara: | VARA CÍVEL | |
| Proc. Originário: | 0000971-83.2010.805.0142 | |
| Procedimento Ordinário | | |
| AGRAVADO: | MUNICIPIO DE CORONEL JOAO SA | |
| AGRAVANTE: | MARIA LUCIA DE JESUS MORAIS | |
| ADVOGADO(S): | JOSÉ LUIZ OLIVEIRA NETO | |
| RELATOR: | Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO | |

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 154 | Processo: | 0000853-14.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 16ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0087815-71.2010.805.0001 | |
| Busca e Apreensão em Alienação Fiduci | | |
| AGRAVADO: | DJALMA CERQUEIRA REIS | |
| AGRAVANTE: | AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A | |
| ADVOGADO(S): | NILSON SALUM CARDOSO DOURADO | |
| RELATOR: | Des(a). ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA | |

---

AGRAVO DE INSTRUMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 153 | Processo: | 0000837-60.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| Vara: | 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS | |
| Proc. Originário: | 0113848-98.2010.805.0001 | |
| Nunciação de Obra Nova | | |
| AGRAVADO: | CONDOMINIO VILLAGE TANGARA | |
| ADVOGADO(S): | DANIELA GURGEL FERNANDES GIÁCOMO<br>VANESSA NATHACHE RODRIGUES DE OLIVEIRA<br>LEONARDO DOS HUMILDES GUIMARÃES | |
| AGRAVANTE: | ALOISIO HERMELINO TUDE DE MELO FILHO M.E | |
| ADVOGADO(S): | JOSÉ ANTÔNIO MAIA GONÇALVES | |
| ESTAGIARIO: | LEONARDO XAVIER DA SILVA SANTOS | |
| RELATOR: | Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO | |

AGRAVO DE INSTRUMENTO

152 Processo: 0000761-36.2011.805.0000 - 0

Comarca: BUERAREMA

Vara: VARA CÍVEL

Proc. Originário: 0000703-02.2009.805.0033

Reintegração / Manutenção de Posse

AGRAVADO: LILIAN SOUZA SANTOS DE SANTANA

ADVOGADO(S): CARLOS TELES DE MENEZES

AGRAVANTE: JOSE ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS

ADVOGADO(S): VANESKA SILVA SOUZA
JOSE RAIMUNDO DE SOUZA

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

APELAÇÃO

158 Processo: 0042886-02.2000.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

Proc. Originário: 0042886-02.2000.805.0001

PROCEDIMENTO ORDINARIO

APELADO: YDSON CERQUEIRA AMORIM

ADVOGADO(S):

APELANTE: BANCO CITICARD S.A.

ADVOGADO(S): SORAYA JONES EL-CHAMI

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

TRIBUNAL PLENO

---

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

162 Processo: 0017097-52.2010.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

EXECUTADO: ESTADO DA BAHIA

EXEQUENTE: ADEOMAR RIBEIRO

ADVOGADO(S): LEONARDO PEREIRA DE MATOS

RELATOR: Des(a). PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

179 Processo: 0000992-63.2011.805.0000 - 0

Comarca: JUAZEIRO

IMPETRADO: DESEMBARGADOR RELATOR DO AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0015667-65.2010.805.0000-0

IMPETRANTE: DIANA DALVA DE CARVALHO FRANÇA

ADVOGADO(S): FABIANE AZEVEDO DE SOUZA

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

MANDADO DE SEGURANÇA

178 Processo: 0000976-12.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

DEFENSOR: CLECIA SOUZA MOURA

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: GERBESON BARRETO RODRIGUES

RELATOR: Des(a). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

177 Processo: 0000972-72.2011.805.0000 - 0

Comarca: CONCEICÃO DO ALMEIDA

IMPETRADO: DESEMBARGADOR RELATOR DO AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0017375-53.2010.805.0000-0

IMPETRANTE: CAMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇAO DO ALMEIDA

ADVOGADO(S): SANZO KACIANO BIONDI CARVALHO
BRUNO GUSTAVO FREITAS ADRY

RELATOR: Des(a). SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

---

MANDADO DE SEGURANÇA

176 Processo: 0000946-74.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: LÍVIA PRATES RIVAS

ADVOGADO(S): FABIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH
BRUNO RODRIGUES LIMA DE SOUZA SILVA

RELATOR: Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

---

MANDADO DE SEGURANÇA

175 Processo: 0000932-90.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: VANESSA BESSA RAMOS

ADVOGADO(S): CARLOS HENRIQUE MAGNAVITA RAMOS JÚNIOR

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

MANDADO DE SEGURANÇA

174 Processo: 0000904-25.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: NADSON SARDEIRO COELHO

ADVOGADO(S): EUNAIDES ALMEIDA DOS SANTOS

RELATOR: Des(a). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

---

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

165 Processo: 0000891-26.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

EXECUTADO: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA

EXEQUENTE: ADEP- ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PUBLICOS DA BAHIA

ADVOGADO(S): MARCONI DE SOUZA REIS

RELATOR: Des(a). ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

---

MANDADO DE SEGURANÇA

173 Processo: 0000888-71.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: TATIANA DE OLIVEIRA LAVIGNE

ADVOGADO(S): MARCONE SODRÉ MACEDO

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

180 Processo: 0000886-04.2011.805.0000 - 0

Comarca: VITÓRIA DA CONQUISTA

AUTOR: MUNICIPIO DE PIRIPA

ADVOGADO(S): RONADY MORENO BOTELHO

REU: MUNICIPIO DE TREMEDAL

RELATOR: Des(a). ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA

---

MANDADO DE SEGURANÇA

172 Processo: 0000863-58.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: VILMA DANTAS DE OLIVEIRA ABREU

ADVOGADO(S): ERMIRO FERREIRA NETO

LITISCONSORTE PASSIVO: RAFAEL DA PAZ BITTENCOURT MARTINS

RELATOR: Des(a). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

171 Processo: 0000810-77.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: ANDREA SILVA SANTANA

ADVOGADO(S): BRAULIO LEAL TEIXEIRA SANTOS

RELATOR: Des(a). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

170 Processo: 0000748-37.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: ELAINE ALMONDES DA LUZ

RELATOR: Des(a). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

169 Processo: 0000370-81.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DA ADMINISTRACAO DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: JURITELMA DA SILVA SANTOS

ADVOGADO(S): RICARDO MATOS DAMASCENO

RELATOR: Des(a). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

---

MANDADO DE SEGURANÇA

168 Processo: 0000369-96.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

IMPETRADO: SECRETARIO DA ADMINISTRACAO DO ESTADO DA BAHIA

IMPETRANTE: ANA CLAUDIA MONTEIRO SANTOS

ADVOGADO(S): RICARDO MATOS DAMASCENO

RELATOR: Des(a). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

MANDADO DE SEGURANÇA

| | | |
|---|---|---|
| 167 | Processo: | 0000368-14.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| IMPETRADO: | SECRETARIO DA ADMINISTRACAO DO ESTADO DA BAHIA | |
| IMPETRANTE: | CRISTINA MARIA MATIAS COSTA | |
| ADVOGADO(S): | RICARDO MATOS DAMASCENO | |
| RELATOR: | Des(a). ANTONIO PESSOA CARDOSO | |

---

MANDADO DE SEGURANÇA

| | | |
|---|---|---|
| 166 | Processo: | 0000367-29.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| IMPETRADO: | SECRETARIO DA ADMINISTRACAO DO ESTADO DA BAHIA | |
| IMPETRANTE: | LILIANE SANDRA BARRETO DE JESUS | |
| ADVOGADO(S): | RICARDO MATOS DAMASCENO | |
| RELATOR: | Des(a). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL | |

---

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

| | | |
|---|---|---|
| 163 | Processo: | 0000135-17.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| EXECUTADO: | ESTADO DA BAHIA | |
| EXEQUENTE: | ALFREDO RODRIGUES DE CARVALHO | |
| ADVOGADO(S): | PEDRO DE AZEVEDO SOUZA FILHO<br>EVELIN DIAS DE CARVALHO | |
| RELATOR: | Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS | |

---

EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

| | | |
|---|---|---|
| 164 | Processo: | 0000136-02.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | SALVADOR | |
| EXECUTADO: | ESTADO DA BAHIA | |
| EXEQUENTE: | AGNELO VINHAS VALENTE | |
| ADVOGADO(S): | PEDRO DE AZEVEDO SOUZA FILHO<br>LEONARDO PEREIRA DE MATOS<br>EVELIN DIAS DE CARVALHO<br>HENRIQUE HEINE TRINDADE CARMO | |
| PROCURADOR DO ESTADO: | CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA | |
| RELATOR: | Des(a). JOSÉ OLEGÁRIO MONÇÃO CALDAS | |

1ª TURMA CRIMINAL - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO

183 Processo: 0000102-87.2007.805.0090 - 0

Comarca: IAÇU

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0000102-87.2007.805.0090 (055/2007)

Ação Penal - Procedimento Ordinário

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELANTE: IVAN SILVA ALVES

ADVOGADO(S): BRUNO CALMON CARVALHO SAMPAIO

PROMOTOR PUBLICO: MARIANA PACHECO DE FIGUEIREDO

RELATOR: Des(a). MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

APELAÇÃO

181 Processo: 0000439-13.2009.805.0153 - 0

Comarca: LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0000439-13.2009.805.0153

Ação Penal - Procedimento Ordinário

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

APELANTE: ANDRE DA SILVA LIMA

ADVOGADO(S): ÁTILA DE ALMEIDA OLIVEIRA

PROMOTOR PUBLICO: MARCELO SANTOS AGUIAR

RELATOR: Des(a). MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

HABEAS CORPUS

186 Processo: 0000762-21.2011.805.0000 - 0

Comarca: PAULO AFONSO

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0003522-83.2010.805.0191

Ação Penal - Procedimento Ordinário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE PAULO AFONSO DA VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INFANCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: EDVALDO JOSE FELIX DA SILVA

PACIENTE: EDVALDO JOSE FELIX DA SILVA

RELATOR: Des(a). MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

HABEAS CORPUS

| | | |
|---|---|---|
| 187 | Processo: | 0000774-35.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | ITABUNA | |
| Vara: | 1ª VARA CRIME | |
| Proc. Originário: | 0015533-87.2010.805.0113 | |
| Procedimento Especial da Lei Antitóxico | | |
| IMPETRADO: | JUIZ DE DIREITO DE ITABUNA 1ª VARA CRIME | |
| IMPETRANTE: | VANESKA SILVA SOUZA | |
| PACIENTE: | VILMA LIMA FERREIRA | |
| ADVOGADO(S): | VANESKA SILVA SOUZA | |
| RELATOR: | Des(a). VILMA COSTA VEIGA | |

HABEAS CORPUS

| | | |
|---|---|---|
| 188 | Processo: | 0000830-68.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | IPIRÁ | |
| Vara: | VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE | |
| Proc. Originário: | 0000024-06.2011.805.0106 | |
| Liberdade Provisória com ou sem fianç | | |
| IMPETRADO: | JUIZ DE DIREITO DE IPIRA SUBSTITUTO VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INFANCIA E JUVENTUDE | |
| IMPETRANTE: | HUMBERTO COLONNEZI JUNIOR | |
| PACIENTE: | RENILDA ROSA DIAS | |
| ADVOGADO(S): | HUMBERTO COLONNEZI JUNIOR | |
| RELATOR: | Des(a). VILMA COSTA VEIGA | |

HABEAS CORPUS

| | | |
|---|---|---|
| 189 | Processo: | 0000840-15.2011.805.0000 - 0 |
| Comarca: | CIPÓ | |
| Vara: | VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE | |
| Proc. Originário: | 0000663-08.2010.805.0058 | |
| Ação Penal - Procedimento Ordinário | | |
| IMPETRADO: | JUIZ DE DIREITO DE CIPO VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INF E JUVENTUDE | |
| IMPETRANTE: | ANA CARINA NASCIMENTO PASSOS | |
| PACIENTE: | JOSE EDIMILSON DA SILVA | |
| ADVOGADO(S): | ANA CARINA NASCIMENTO PASSOS | |

RELATOR: Des(a). VILMA COSTA VEIGA

---

APELAÇÃO

182 Processo: 0062165-03.2002.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 2ª VARA CRIMINAL

Proc. Originário: 0062165-03.2002.805.0001

CRIME CONTRA A FE PUBLICA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELANTE: JESIEL SOUZA CERQUEIRA

ADVOGADO(S): ANISIO PINHEIRO DE JESUS

PROMOTOR PUBLICO: RAMYRES TYRONE DE A.CARVALHO

RELATOR: Des(a). ABELARDO VIRGINIO DE CARVALHO

---

HABEAS CORPUS

191 Processo: 0000908-62.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 1ª VARA DE TÓXICOS

Proc. Originário: 0081746-23.2010.805.0001

Ação Penal - Procedimento Ordinário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 1ª VARA DE TOXICOS

IMPETRANTE: ADRIANNE MUNIZ DE MORAES

PACIENTE: EDILOURDES SANTOS DO AMOR DIVINO

ADVOGADO(S): ADRIANNE MUNIZ DE MORAES

RELATOR: Des(a). VILMA COSTA VEIGA

---

HABEAS CORPUS

192 Processo: 0000918-09.2011.805.0000 - 0

Comarca: FEIRA DE SANTANA

Vara: VARA DO JÚRI E DELITOS DE IMPRENSA

Proc. Originário: 0005458-06.2001.805.0080

Ação Penal - Procedimento Ordinário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE FEIRA DE SANTANA VARA DO JÚRI E DELITOS DE IM PRENSA

IMPETRANTE: ANTONIO AUGUSTO GRAÇA LEAL

PACIENTE: JÚLIO SANDRO MIRANDA

ADVOGADO(S): ANTONIO AUGUSTO GRAÇA LEAL

RELATOR: Des(a). MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

---

APELAÇÃO

185 Processo: 0000986-60.2007.805.0044 - 0

Comarca: CANDEIAS

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0000986-60.2007.805.0044 (106/07)

ROUBO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELANTE: WASHINGTON DAMASCENO DOS SANTOS

DEFENSOR: VIVIANE LUCHINI LEITE

PROMOTOR PUBLICO: MARIA EUGENIA PASSOS DA SILVA OLIVEIRA

RELATOR: Des(a). ABELARDO VIRGINIO DE CARVALHO

---

HABEAS CORPUS

193 Processo: 0000989-11.2011.805.0000 - 0

Comarca: ITORORÓ

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0000931-02.2008.805.0133 (48/08)

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE ITORORO SUBSTITUTO,VARA CRIME,JURI,EXEC.PENAIS E INFANCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: COSME JOSE DOS REIS

PACIENTE: JACKSON VICENTE PEREIRA
ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). VILMA COSTA VEIGA

---

APELAÇÃO

184 Processo: 0001686-76.2009.805.0105 - 0

Comarca: IPIAÚ

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0001686-76.2009.805.0105

Ação Penal - Procedimento Ordinário

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELANTE: ANTONIO CARLOS REIS DO NASCIMENTO

ADVOGADO(S): LEANDRO SANTOS BARRETO

PROMOTOR PUBLICO: JANINA SCHUENCK BRANTES SACRAMENTO

RELATOR: Des(a). MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

---

HABEAS CORPUS

190 Processo: 0000890-41.2011.805.0000 - 0

Comarca: JEREMOABO

Proc. Originário: 0000561-25.2010.805.0142 (86/2010)

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE JEREMOABO SUBSTITUTO DA VARA CRIME, JURI, EXEC. PENAIS,INFANCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: BRUNO GUSTAVO FREITAS ADRY

PACIENTE: ANTONIO NUNES DA SILVA

ADVOGADO(S): MOISÉS FIGUEIREDO DE CARVALHO
BRUNO GUSTAVO FREITAS ADRY

RELATOR: Des(a). MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

---

2ª TURMA CRIMINAL - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

---

HABEAS CORPUS

197 Processo: 0000760-51.2011.805.0000 - 0

Comarca: ITABUNA

Vara: VARA DO JURI

Proc. Originário: 0006272-11.2004.805.0113 (217/2004)

HOMICIDIO

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE ITABUNA VARA DO JURI

IMPETRANTE: SANZIO CORREA PEIXOTO

PACIENTE: ERICK ROCHA DE ALMEIDA

ADVOGADO(S): SANZIO CORREA PEIXOTO

RELATOR: Des(a). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

---

HABEAS CORPUS

198 Processo: 0000763-06.2011.805.0000 - 0

Comarca: ITABELA

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0000832-30.2010.805.0111

Ação Penal - Procedimento Ordinário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE ITABELA VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: LUCAS AGUIAR LACERDA

PACIENTE: GUSTAVO AGUIAR LACERDA

RELATOR: Des(a). NILSON SOARES CASTELO BRANCO

---

HABEAS CORPUS

199 Processo: 0000781-27.2011.805.0000 - 0

Comarca: IRECÊ

Vara: 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂN E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0004578-06.2010.805.0110

Ação Penal - Procedimento Ordinário

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE IRECÊ 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS

PACIENTE: ODELAN DE SOUSA FREITAS

ADVOGADO(S): ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS
ANDRÉ LUIZ CORREIA DE AMORIM

RELATOR: Des(a). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

---

HABEAS CORPUS

200 Processo: 0000870-50.2011.805.0000 - 0

Comarca: MUNDO NOVO

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0000930-23.2010.805.0173

Liberdade Provisória com ou sem fianç

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE MUNDO NOVO VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: NANDIR CARDOSO SIMOES

PACIENTE: SILVIO SILVA ALMEIDA

ADVOGADO(S):

RELATOR: Des(a). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

---

APELAÇÃO

196 Processo: 0121143-60.2008.805.0001 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 2ª VARA CRIMINAL

Proc. Originário: 0121143-60.2008.805.0001

FALSIDADE IDEOLÓGICA

APELADO: CARINA SANTANA DE JESUS

APELANTE: MINISTERIO PUBLICO

DEFENSOR: MAIARA SOUZA CALMON DE PASSOS

PROMOTOR PUBLICO: CLAUDIA CARVALHO CUNHA DOS SANTOS

RELATOR: Des(a). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

---

HABEAS CORPUS

202 Processo: 0000898-18.2011.805.0000 - 0

Comarca: SALVADOR

Vara: 2ª VARA DE TÓXICOS

Proc. Originário: 0120020-56.2010.805.0001

Liberdade Provisória com ou sem fianç

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 2ª VARA DE TOXICOS

IMPETRANTE: GILDO LOPES PORTO JUNIOR

PACIENTE: CARLOS ANDRE GENEBRA FREIRE

ADVOGADO(S): GILDO LOPES PORTO JÚNIOR

RELATOR: Des(a). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

---

HABEAS CORPUS

203 Processo: 0000980-49.2011.805.0000 - 0

Comarca: PORTO SEGURO

Vara: 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC. PEN INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0013842-65.2010.805.0201

Pedido de Prisão Preventiva

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE PORTO SEGURO 1ª VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INF E JUVENTUDE

IMPETRANTE: LUIZ TADEU DE SOUZA NUNES

PACIENTE: EDER DOS SANTOS ARAUJO ALEGRE

ADVOGADO(S): HUMBERTO ADOLFO GATTAS NASCIF FONSECA NASCIMENTO
LUIZ TADEU DE SOUZA NUNES
MARCOS FERRER SANTIAGO

RELATOR: Des(a). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

---

APELAÇÃO

194 Processo: 0001447-37.2009.805.0052 - 0

Comarca: CASA NOVA

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0001447-37.2009.805.0052 (IP 074/2009)

Ação Penal - Procedimento Sumário

APELADO: MINISTERIO PUBLICO

APELANTE: RUDNEY PINHEIRO CRUZ

ADVOGADO(S): IVANILDO ALVES LIMA DA SILVA

PROMOTOR PUBLICO: SEBASTIAO COELHO CORREIA

RELATOR: Des(a). NILSON SOARES CASTELO BRANCO

---

APELAÇÃO

195 Processo: 0006283-60.2010.805.0103 - 0

Comarca: ILHÉUS

Vara: 2ª VARA CRIME

Proc. Originário: 0006283-60.2010.805.0103

Ação Penal - Procedimento Ordinário

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

APELANTE: JOCELIO CARDOSO SANTOS

DEFENSOR: ELIZETE REIS DOS SANTOS

PROMOTOR PUBLICO: PEDRO NOGUEIRA COELHO

RELATOR: Des(a). ESERVAL ROCHA

---

HABEAS CORPUS

201 Processo: 0000885-19.2011.805.0000 - 0

Comarca: SANTO AMARO

Vara: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE

Proc. Originário: 0000086-10.2007.805.0228

ACAO PENAL

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SANTO AMARO VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂN CIA E JUVENTUDE

IMPETRANTE: WALTER FERNANDES JUNIOR

PACIENTE: ITANAELSON GAMA DE SOUZA

ADVOGADO(S): WALTER FERNANDES JUNIOR
ROSEANO FRANCISCO BESERRA

RELATOR: Des(a). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

Ratifico a distribuição na data 25 de janeiro de 2011

Salvador,25 de janeiro de 2011

SecomgeDistribuição

# *2ª VICE-PRESIDÊNCIA*

## *ATOS ADMINISTRATIVOS*

Despachos exarados pelo Desembargador CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA,
em exercício na 2ª. Vice-Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia, em 25 de janeiro de 2011.

2485/2011 ADRIANO ESPINDOLA SANDES, Juiz de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de férias, relativas ao 1º. período de 2011, para fruição em data oportuna. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

2488/2011 ADRIANO ESPINDOLA SANDES, Juiz de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de férias, relativas ao 2º. período de 2011, para fruição em data oportuna. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

1108/2011 CESAR AUGUSTO BORGES DE ANDRADE, Juiz de Direito, faz solicitação.
Ciente. Ao NDI para arquivamento.

54795/2009 CMC DE BARRA, faz solicitação.
Solicitação atendida. Ao NDI para arquivamento.

55294/2009 CMC DE TEOFILÂNDIA , faz solicitação.
Solicitação atendida. Ao NDI para arquivamento.

55295/2009 CMC DE TEOFILÂNDIA , faz solicitação.
Solicitação atendida. Ao NDI para arquivamento.

38504/2010 CRISTIANE MENEZES SANTOS BARRETO, Juíza de Direito, faz solicitação.
Em face da informação às fls.07, transformo o afastamento no dia 27/08/2010, publicado no DJE de 03/09/2010 com base no art. 69,I da Lei Complementar, para a base no art.168, V, da Lei nº.10.845/2001. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

37404/2010 FERNANDA KARINA VASCONCELLOS SIMARO, Juíza de Direito, faz solicitação.
Solicitação atendida através do processo nº.2417/2011. Ao NDI para arquivamento.

2417/2011 FERNANDA KARINA VASCONCELLOS SIMARO, Juíza de Direito, faz solicitação.
Considerando o pedido de desistência às fls. 02, ao NDI para arquivamento.

2315/2011 JONNY MAIKEL DOS SANTOS, Juiz de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de 04 dias de licença prêmio restantes, relativas ao período de 23/12/2002 a 22/12/2007, para fruição no período de 14/02 a 17/02/2011. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

2246/2011 JOSÉ ONOFRE ALVES JÚNIOR, Juiz de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de licença paternidade ao Magistrado, por cinco dias, no período compeendido entre 24 a 28/01/2011, condicionando a apresentação de certidão de nascimento corrrespondente.

2318/2011 JOSEVANDO SOUSA ANDRADE, Juiz de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de férias, relativas ao 1º. período de 2011, para fruição em data oportuna. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

45776/2010 PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD, Juiz de Direito, faz solicitação.
Ciente. Ao NDI para arquivamento.

2247/2011 RENATA MIRTES BENZANO DE CERQUEIRA, Juíza de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de suspensão de 3 dias de férias correspondentes aos dias 01/02/2011 a 03/02/2011, em face da publicação da Portaria nº.09/2011/CCI, que instaura a Correição Geral Extraordinária nas Comarcas do Interior, para gozo em 14/03/2011 a 16/03/2011.À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

2484/2011 RODRIGO DUARTE BONATTI, Juiz de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de férias, relativas ao 1º. período de 2011, para fruição em data oportuna. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

2669/2011 THÉA CRISTINA MUNIZ CUNHA SANTOS, Juíza de Direito, faz solicitação.
Defiro o pedido de suspensão de 2 dias de férias correspondentes aos dias 03 e 04/02/2011, em face da publicação da Portaria nº.09/2011/CCI, que instaura a Correição Geral Extraordinária nas Comarcas do Interior, e o gozo na forma requerida. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

Despacho válido para os processos abaixo relacionados:
Defiro licença para tratamento de saúde, concedida por meio de atestado médico oficial,
original anexo, com base no Art. 69, I da Lei Complementar.
À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

1295/2011 CARINE NASSRI DA SILVA, Juíza de Direito, solicita afastamento no(s) dia(s) 16/12/2010.

852/2011 RODRIGO DUARTE BONATTI, Juiz de Direito, solicita afastamento no(s) dia(s) 07 a 14/01/2011.

44908/2010 SERGIO MURILO NAPOLI LAMEGO, Juiz de Direito, solicita afastamento no(s) dia(s) 03 a 07/12/2010.

1347/2011 WILMA MARIA LOPES DE SANTANA, Juíza de Direito, solicita afastamento no(s) dia(s) 13 e 14/01/2011.
Despacho válido para o processo abaixo relacionado:
Ciente do afastamento, condicionando seu deferimento à apresentação de atestado médico oficial correspondente,
com base no Art. 69, I da Lei Complementar

2486/2011 MARLISE FREIRE ALVARENGA, Juíza de Direito, solicita afastamento no(s) dia(s) 25 a 28/02/2011.

Despacho válido para os processos abaixo relacionados:
Ciente. À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

967/2011 BERNARDO MÁRIO DANTAS LUBAMBO, Juiz de Direito faz solicitação.

55112/2010 REGINA DA COSTA CANDAL MOREIRA, faz solicitação.

1294/2011 SÉRGIO HEATHROW, faz solicitação.

417/2011 SÉRGIO LUIS ROCHA PINHEIRO, Juiz de Direito, faz solicitação.

Despacho válido para os processos abaixo relacionados:
Solicitação idêntica . Ao NDI para arquivamento.

1533/2011 ADRIANA HELENA DE ANDRADE CARVALHO, Juíza de Direito faz solicitação. Processo correlato nº.1539/2011.

2396/2011 ELDSAMIR DA SILVA MASCARENHAS, Juiz de Direito, faz solicitação. Processo correlato nº.2126/2011.

1143/2011 EZIR ROCHA DO BOMFIM Juíza de Direito, faz solicitação. Processo correlato nº.531/2011.

1812/2011 LEO ANDRÉ CERVEIRA, Juiz de Direito, faz solicitação.Processo correlato nº.923/2011.

579/2011 WALTER RIBEIRO COSTA JÚNIOR, Juiz de Direito, faz solicitação. Processo correlato nº.493/2011.

Despacho válido para os processos abaixo relacionados:
Defiro o afastamento do Magistrado(a), com base no Art. 168, V, da Lei 10.845/2007.
À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

2206/2011 ALFREDO SANTOS COUTO, Juiz de Direito solicita afastamento no(s) dia(s) 23 a 25/02/2011.

2094/2011 ANTONIO ALBERTO FAIÇAL JUNIOR, Juiz de Direito solicita afastamento no(s) dia(s) 24 e 25/02/2011.

847/2011 EDUARDO AUGUSTO LEOPOLDINO SANTANA, Juiz de Direito solicita afastamento no(s) dia(s) 14 a 16/02/2011.

2413/2011 MARCIA DA SILVA ABREU, Juíza de Direito, solicita afastamento no(s) dia(s) 21/01/2011.

2409/2011 RENATA DE MORAES ROCHA, Juíza de Direito solicita afastamento no(s) dia(s) 07 e 08/02/2011.

2565/2011 RICARDO COSTA E SILVA, Juiz de Direito solicita afastamento no(s) dia(s) 28 e 31/01/2011.

2562/2011 RODRIGO ALEXANDRE RISSATO, Juiz de Direito solicita afastamento no(s) dia(s) 14 a 16/02/2011.

2347/2011 VANDERLEY ANDRADE DE LACERDA, Juiz de Direito solicita afastamento no(s) dia(s) 19 a 21/01/2011.

Despacho válido para os processos abaixo relacionados:
Defiro o pedido do magistrado(a), com base no Art. 2º § 3º - Resolução 04/2005,
c/c Resolução 03/2006 DPJ nº 3956 de 19/03/2006.
À Coordenação de Registros e Concessões para anotações.

2489/2011 ADRIANO ESPINDOLA SANDES, Juiz de Direito.
Solicita afastamento de 18 dias para gozo oportuno, referente ao recesso de 2010/2011, publicado no DPJ de 14/12/2010.

1617/2011 ALDENILSON BARBOSA DOS SANTOS, Juiz de Direito.
Solicita afastamento de 18 dias para gozo no período de 04 a 21/03/2011, referente ao recesso de 2010/2011, publicado no DPJ de 14/12/2010.

1525/2011 ERICO RODRIGUES VIEIRA, Juiz de Direito.
Solicita afastamento de 18 dias para gozo no período de 21/02 a 10/03, referente ao recesso de 2010/2011, publicado no DPJ de 14/12/2010.

1469/2011 JOÃO BATISTA BONFIM DANTAS, Juiz de Direito.
Solicita afastamento de 18 dias para gozo no período de 15/02 a 04/03/2011, referente ao recesso de 2008/2009, publicado no DPJ de 19/12/2008.

2169/2011 JOÃO PAULO GUIMARÃES NETO, Juiz de Direito.
Solicita afastamento de 18 dias para gozo no período de 14/02 a 03/03/2011, referente ao recesso de 2010/2011, publicado no DPJ de 14/12/2010.
**923/2011

LEO ANDRÉ CERVEIRA, Juiz de Direito.
Em face da petição inicial, retifique-se o ato publicado no DJE de 21/01/2011, para gozo de 14 a 31/01/2011, referente ao recesso de 2008/2009, publicado no DPJ de 19/12/2008.

58924/2010 MARIA DE LOURDES MELO, Juíza de Direito.
Solicita afastamento de 18 dias para gozo no período de 14 a 31/03/2011, referente ao recesso de 2010/2011, publicado no DPJ de 14/12/2010.

2597/2011 RODRIGO ALEXANDRE RISSATO, Juiz de Direito.
Solicita afastamento de 18 dias para gozo no período de 07 a 12/02/2011 referente ao recesso de 2006/2007, publicado no DPJ de /20/12/2006
**Republicado por incorreção.

Despacho válido para os processos abaixo relacionados:
O atestado médico original foi apensado ao processo nº.30977/2010, 852/2011, 44908/2010, 1347/2011, respectivamente.

57239/2010 ELBIA ROSANE SOUSA ARAUJO DE OLIVEIRA, Juíza de Direito, faz solicitação.

2368/2011 RODRIGO DUARTE BONATTI, Juiz de Direito faz solicitação.

58480/2010 SÉRGIO MURILO NAPOLI LAMEGO, Juiz de Direito faz solicitação.

2179/2011 WILMA MARIA LOPES DE SANTANA, Juíza de Direito, faz solicitação.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.
Justino Farias
Assessor da Seção Magistrados - SEMAG

## *CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA*

## *GABINETE*

Nº CGJ 101/2011-GSEC

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o quanto estabelecido na Portaria nº CGJ - 821/2010-GSEC, que determinou a realização de Inspeção nas diversas Serventias Judiciais da Comarca de Salvador e,

Considerando o quanto requerido pelo Juiz de Direito do 3º Juizado Especial Cível de Causas Comuns-FTC, turno matutino,

RESOLVE:

Suspender o expediente externo do 3º Juizado Especial Cível de Causas Comuns-FTC, turno matutino, nos dias 27, 28 e 31 de janeiro do corrente ano.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 24 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Nº CGJ 102/2011-GSEC

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o quanto estabelecido na Portaria nº CGJ - 821/2010-GSEC, que determinou a realização de Inspeção nas diversas Serventias Judiciais da Comarca de Salvador e,

Considerando o quanto requerido pelo Juiz de Direito do 2º Juizado Especial Criminal - Largo do Tanque, turno matutino (ofício nº INS-002/2001),

RESOLVE:

Suspender o expediente externo da Extensão do 2º Juizado Especial Criminal - Largo do Tanque, turno matutino, nos dias 07 a 11 de fevereiro do corrente ano.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 24 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Nº CGJ 103/2011-GSEC

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o quanto estabelecido na Portaria nº CGJ - 821/2010-GSEC, que determinou a realização de Inspeção nas diversas Serventias Judiciais da Comarca de Salvador e,

Considerando o quanto requerido pelo Juiz de Direito do 3º Juizado Especial Cível de Causas Comuns-FTC, turno vespertino,

RESOLVE:

Suspender o expediente do 3º Juizado Especial Cível de Causas Comuns-FTC, turno vespertino, nos dias 31 de janeiro, 01 e 02 de fevereiro do corrente ano.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 24 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Nº CGJ 106/2011-GSEC

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o quanto estabelecido na Portaria nº CGJ - 821/2010-GSEC, que determinou a realização de Inspeção nas diversas Serventias Judiciais da Comarca de Salvador e,

Considerando o quanto requerido pelo Juiz de Direito do Juizado Especial Modelo - Extensão Jorge Amado, turno vespertino (ofício 25/2011),

RESOLVE:

Suspender o expediente do Juizado Especial Modelo - Extensão Jorge Amado, turno vespertino, nos dias 26, 27 e 28 de janeiro do corrente ano.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 24 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº CGJ - 1/2011

*Republicação corretiva

Modifica o Provimento nº CGJ-07/2010, no dispositivo que adiante especifica.

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 88 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do Provimento nº CGJ-07/2010, notadamente disposição do seu ANEXO I;

CONSIDERANDO o propósito de melhor resguardar os princípios insculpidos no artigo 5° da Carta Constitucional, em especial o respeito à integridade física e moral dos presos;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de atentar para melhoria das condições de segurança das Unidades Prisionais do Estado, notadamente o Conjunto Penal de Jequié, em razão da superpopulação carcerária.

RESOLVE:

Art. 1º - Modificar o inciso I, do Anexo I, do Provimento nº CGJ-07/2010, que passa a ter a seguinte redação:

ANEXO I

UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DA BAHIA

I - PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO: destina-se ao recolhimento de presos condenados ao regime fechado das comarcas abaixo relacionadas:

Endereço: Rua Direta da Mata Escura, s/n, Mata Escura, Complexo Penitenciário, CEP: 41.225-000, Salvador - BA. Tel.: (71) 3171-2947 / 2974 / 2975 / 2979 /2980

Capacidade: 1402 vagas.

a) Comarcas:

1) Amargosa;
2) Andaraí;
3) Angical;
4) Baianópolis;
5) Barra;
6) Barra da Estiva;
7) Barra do Mendes;
8) Barreiras;
9) Boa Vista do Tupim;
10) Bom Jesus da Lapa;
11) Boquira;
12) Botuporã;
13) Brotas de Macaúbas;
14) Brumado;
15) Cachoeira;
16) Caculé;
17) Caetité;
18) Camaçari;
19) Canarana;
20) Candeias;
21) Carinhanha;
22) Catu;
23) Central;
24) Cocos;
25) Conceição do Almeida;
26) Condeúba;
27) Coribe;
28) Correntina;
29) Cotegipe;
30) Cristópolis;
31) Cruz das Almas;
32) Dias D'Ávila;
33) Formosa do Rio Preto;
34) Gentio do Ouro;
35) Gov. Mangabeira;
36) Guanambi;
37) Iaçu;
38) Ibiquera;
39) Ibitiara;

40) Ibititá;
41) Ibotirama;
42) Igaporã;
43) Inhambupe;
44) Iramaia;
45) Iraquara;
46) Irecê;
47) Itaeté;
48) Itaparica;
49) Ituaçu;
50) Jacaraci;
51) João Dourado;
52) Jussara;
53) Lapão;
54) Lauro de Freitas;
55) Lençóis;
56) Livramento de N. Sra.;
57) Macaúbas;
58) Malhada;
59) Maragogipe;
60) Marcionílio Souza;
61) Mata de São João;
62) Milagres;
63) Morporá;
64) Morro do Chapéu;
65) Mucugê;
66) Muritiba;
67) Oliveira dos Brejinhos;
68) Palmas de Monte Alto;
69) Palmeiras;
70) Paramirim;
71) Paratinga;
72) Piatã;
73) Pindaí;
74) Pojuca;
75) Presidente Dutra;
76) Pres. Jânio Quadros;
77) Riachão das Neves;
78) Riacho de Santana;
79) Rio de Contas;
80) Rio do Antonio;
81) Salvador;
82) Santa Maria da Vitória;
83) Santa Rita de Cássia;
84) Santana;
85) São Desidério;
86) São Felipe;
87) São Félix;
88) S. Francisco do Conde;
89) São Gabriel;
90) S. Sebastião do Passé;
91) Santo Amaro;
92) Sapeaçu;
93) Seabra;
94) Serra Dourada;
95) Simões Filho.

b) Destina-se, ainda, à custódia de condenados no regime fechado da Comarca de Vitória da Conquista.

Art. 2º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Corregedoria Geral da Justiça, 24 de janeiro de 2011

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº CGJ - 96/2011-GSEC

*Republicação corretiva

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o quanto estabelecido na Portaria nº CGJ - 821/2010-GSEC, que determinou a realizaçãode Inspeçãonas diversas Serventias Judiciais da Comarca de Salvador e,

Considerando o quanto requerido pelo Juiz de Direito da 4ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comercias da Comarca da Capital (PA- 2455/2011),

RESOLVE:

Manter suspenso o expediente externo da 4ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comercias da Comarca da Capital, por mais dois dias improrrogáveis (24 e 25 de janeiro do corrente ano), para conclusão dos trabalhos de inspeção.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 25 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº. CGJ -108/2011-GSEC

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o que consta do PA-14192/2008,

RESOLVE:

Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da sindicância nº. PA-14192/2008, instaurada mediante Portaria nº CGJ-791/2010-GSEC, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 03 de dezembro de 2010.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 25 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR -GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº CGJ- 109/2011-GSEC.

*Republicação corretiva

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Estabelecer, para conhecimento público, especialmente dos senhores Advogados, Defensores Públicos e Representantes do Ministério Público, a ESCALA DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DO PRIMEIRO GRAU para o período compreendido entre 01 a 28 do mês de fevereiro, em funcionamento no andar térreo do Fórum Criminal, situado na Rua do Tingui, Nazaré, telefone nº 3320-6657, fax 3241-4043, nesta Capital, nos dias úteis, das dezoito às oito horas do dia seguinte, e, em horário integral, nos sábados, domingos e feriados, nos termos da decisão plenária:

| **Período: 01 a 28 de fevereiro de 2011** | | | |
|---|---|---|---|
| **DIAS** | **HORÁRIO** | **JUIZ / VARA** | **JUIZ SUBSTITUTO / VARA** |
| **01** | 18 às 08 hs | Augusto César Silva Britto 31ª Substituições | Ana Queila Loula 32ª Substituiçõs |
| **02** | 18 às 08 hs | Ana Queila Loula 32ª Substituições | Maria do Socorro N. De Souza P.Batista 36ª Substituições |
| **03** | 18 às 08 hs | Maria do Socorro N. de Souza P.Batista 36ª Substituições | Maria do Socorro N. De Souza P.Batista 36ª Substituições |
| **04** | 18 às 08 hs | Maria do Socorro N. De Souza P.Batista 36ª Substituições | Arlindo Alves dos Santos Júnior 52ª Cível. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **05** | 08 às 20 hs | Arlindo Alves dos Santos Júnior 52ª Cível. | Márcio Reinaldo M. Braga 54ª Substituições |
| | 20 às 08 hs | Márcio Reinaldo M. Braga 54ª Substituições | Liz Rezende de Andrade 57ª Substituições. |
| **06** | 08 às 20 hs | Liz Rezende de Andrade 57ª Substituições | Fabiana Andréa de Almeida O. Pellegrino 58ª Substituições. |
| | 20 às 08 hs | Fabiana Andréa de Almeida O. Pellegrino 58ª Substituições | José Alfredo Cerqueira da Silva 59ª Substituições. |
| **07** | 18 às 08 hs | José Alfredo Cerqueira da Silva 59ª Substituições. | José Carlos Rodrigues do Nascimento 60ª Substituições. |
| **08** | 18 às 08 hs | José Carlos Rodrigues do Nascimento 60ª Substituições. | Josevando Souza Andrade 62ª Substituições |
| **09** | 18 às 08 hs | Josevando Souza Andrade 62ª Substituições | Josevando Souza Andrade 62ª Substituições |
| **10** | 18 às 08 hs | Josevando Souza Andrade 62ª Substituições | Mário Augusto Albiani A. Júnior 63ª Substituições |
| **11** | 18 às 08 hs | Mário Augusto Albiani A.Júnior 63ª Substituições | Delma Margarida Gomes Lobo 72ª Substituições. |
| **12** | 08 às 20 hs | Delma Margarida Gomes Lobo 72ª Substituições. | Vera Lúcia Medauar Reis Moreira 74ª Substituições. |
| | 20 às 08 hs | Vera Lúcia Medauar Reis Moreira 74ª Substituições. | Eduardo Afonso Maia Carricchio 75ª Substituições |
| **13** | 08 às20 hs. | Eduardo Afonso Maia Carricchio 75ª Substituições | Ana Lúcia Matos de Souza 77ª Substituições |
| | 20 às 08 hs | Ana Lúcia Matos de Souza 77ª Substituições | Ana Lúcia Matos de Souza 77ª Substituições |
| **14** | 18 às 08 hs | Ana Lúcia Matos de Souza 77ª Substituições | Aliomar Silva Britto 78ª Substituições |
| **15** | 18 às 08 hs | Aliomar Silva Britto 78ª Substituições | Aliomar Silva Britto 78ª Substituições |
| **16** | 18 às 08 hs | Aliomar Silva Britto 78ª Substituições | Maria Cristina Ladeia de Souza 80ª Substituições. |
| **17** | 18 às 08 hs | Maria Cristina Ladeia de Souza 80ª Substituições. | Nadja de Carvalho Esteves 81ª Substituições |
| **18** | 18 às 08:00hs | Nadja de Carvalho Esteves 81ª Substituições | Antônio Luiz Cunha 85ª Substituições. |
| **19** | 08 às 20 hs | Antônio Luiz Cunha 85ª Substituições | Antônio Luiz Cunha 85ª Substituições |
| | 20 às 08 hs | Antônio Luiz Cunha 85ª Substituições. | João Lopes da Cruz 2ªSubstituições. |
| **20** | 08 às 20 hs | João Lopes da Cruz 2ªSubstituições. | João Lopes da Cruz 2ªSubstituições. |
| | 20 às 08 hs | João Lopes da Cruz 2ªSubstituições. | Manuel Carneiro Bahia de Araújo 4ª Substituições |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **21** | 18 às 08 hs | Manuel Carneiro Bahia de Araújo 4ª Substituições | Joséfison Silva Oliveira 12ª Substituições |
| **22** | 18 às 08 hs | Joséfison Silva Oliveira 12ª Substituições | Albênio Lima da Silva Honório 14ª Substituições |
| **23** | 18 às 08 hs | Albênio Lima da Silva Honório 14ª Substituições | Luciana Viana Barreto 21ª Substituições. |
| **24** | 18 às 08 hs | Luciana Viana Barreto 21ª Substituições | Luciana Viana Barreto 21ª Substituições. |
| **25** | 18 às 08 hs | Luciana Viana Barreto 21ª Substituições | Ícaro Almeida Matos 23ª Substituições |
| **26** | 08 às 20 hs | Ícaro Almeida Matos 23ª Substituições | Marineis Freitas Cerqueira 24ª Substituições |
| | 20 às 08 hs | Marineis Freitas Cerqueira 24ª Substituições | Álvaro Marques de Freitas Filho 25ª Substituições |
| **27** | 08 às20 hs | Álvaro Marques de Freitas Filho 25ª Substituições | Márcia Borges Faria 26ª Substituições |
| | 20 às 08 hs | Márcia Borges Faria 26ª Substituições | Sandra Inês Moraes R. Azevedo 27ª Substituições |
| **28** | 18 às 08 hs | Sandra Inês Moraes R. Azevedo 27ª Substituições | Vera Lúcia Barreto Martins Lima 28ª Substituições |

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 25 de janeiro de 2011.

DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº CGJ - 110/2011-GSEC

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o quanto estabelecido na Portaria nº CGJ - 821/2010-GSEC, que determinou a realizaçãode Inspeçãonas diversas Serventias Judiciais da Comarca de Salvador e,

Considerando o quanto requerido pelo Juiz de Direito da 14ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comercias da Comarca da Capital,

RESOLVE:

Manter suspenso o expediente externo da 14ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comercias da Comarca da Capital, por mais dois dias improrrogáveis (26 e 27 de janeiro do corrente ano), para conclusão dos trabalhos de inspeção.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 25 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº CGJ - 111/2011-GSEC

O DESEMBARGADOR JERÔNIMO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e considerando o quanto estabelecido na Portaria nº CGJ - 821/2010-GSEC, que determinou a realizaçãode Inspeçãonas diversas Serventias Judiciais da Comarca de Salvador e,

Considerando o quanto requerido pela Juíza de Direito Titular da 30ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comercias da Comarca da Capital,

RESOLVE:

Manter suspenso o expediente externo da 30ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comercias da Comarca da Capital, por mais dois dias improrrogáveis (27 e 28 de janeiro do corrente ano), para conclusão dos trabalhos de inspeção.

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 25 de janeiro de 2011.

DES. JERÔNIMO DOS SANTOS
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

## *ATOS ADMINISTRATIVOS*

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Concessão de Licença Médica

Nº do Processo: 56069/2010
Beneficiário (a): ANA RITA DA SILVA
Cargo: Escrevente de Cartório
Cadastro nº: 149.910-6
Comarca: Salvador
Período: 90 (noventa) dias
Vigência: 06.12.10 a 05.03.11
Art./Lei: 145 - 6677/94

Nº do Processo: 57725/2010
Beneficiário (a): JUDITE MAIA DE CERQUEIRA RODRIGUES
Cargo: Escrevente de Cartório
Cadastro nº: 146.243-1
Comarca: Salvador
Período: 04(quatro) dias
Vigência: 15.12.10 a 18.12.10
Art./Lei: 145 - 6677/94

Nº do Processo: 312/2011
Beneficiário (a): ANA RITA CARIA DA MATTA PIRES
Cargo: Subescrivã
Cadastro nº: 801.408-6
Comarca: Salvador
Período: 30(trinta) dias
Vigência: 06.12.10 a 04.01.11
Art./Lei: 145 - 6677/94

Nº do Processo: 327/2011
Beneficiário (a): EMMANUELLE SANTOS COSTA
Cargo: Secretário
Cadastro nº: 900.110-7
Comarca: Salvador
Período: 30 (trinta) dias
Vigência: 07.01.10 a 05.02.11
Art./Lei: 145 - 6677/94

Nº do Processo: 404/2011
Beneficiário (a): ALICÉLIA BRAGA SANTANA
Cargo: Oficial de Justiça Avaliador
Cadastro nº: 802.114-7

Comarca: Salvador
Período: 90 (noventa) dias
Vigência: 27.12.10 a 26.03.11
Art./Lei: 145 - 6677/94

Concessão de Licença Paternidade

Nº Processo 58954/2010
Beneficiário (a) PATRIC SILVA GUIMARÃES
Cargo Oficial de Justiça Avaliador
Cadastro nº 901.230-3
Comarca Salvador
Período 05(cinco) dias
Vigência 27.12.2010 a 31.12.2010
Art./Lei 155 - 6677/94

Concessão de Folga referente a Período Eleitoral

Nº Processo 635/2011
Beneficiário (a) PEDRITA RIBEIRO DE QUEIROZ
Cargo Agente de Proteção ao Menor
Cadastro nº 231.827-0
Comarca Salvador
Período 10(dez) dias
Vigência 07.02.2011 a 16.02.2011
Art./Lei Federal 98 - 9504 de 30/09/1997

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 24 de janeiro de 2011

Belª ADRIANA RODRIGUES DA SILVEIRA
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça

AVISO Nº 020/2011-SEC

Considerando que alguns advogados que sofreram pena de suspensão em processos disciplinares com trânsito em julgado, tentam burlar a condenação sofrida, praticando o exercício ilegal da profissão, e, atendendo à solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Bahia (Proc. nº 708/2011), a Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça cientifica a todos os Magistrados de 1º Grau, que realizem consultas no banco de dados, através do site www.oab-ba.org.br, a fim de averiguar a existência de pena aplicada aos advogados abaixo relacionados, os quais estão com as inscrições suspensas, evitando prejuízos às partes e ao regular andamento processual.

| ADVOGADO (ª)s | OAB/BA Nº |
|---|---|
| EDSON PAIVA BARRETO | OAB-SE 2578 |
| JOSÉ ARMANDO BUGERIO DE LIMA | OAB-PE 8511 |
| AGNALDO SANTANA MACHADO | 4739 |
| ALOYSIO RIBEIRO CANELLAS | 208A |
| ANA CÉLIA SOUZA LIMA CRISTIANO | 6353 |
| ANASTÁCIO GOMES BARBOSA NETO | 387A |
| ANDRÉ AMANCIO DE CARVALHO | 15481 |
| ANGELA ALENCAR GONDIM LAVIGNE | 6641 |
| ANTONINA MARIA CAMPOS ALMEIDA | 11897 |
| ANTONIO SAMPAIO DOS SANTOS | 11238 |
| ARYVALDO SÁ SILVA | 5200 |
| AZILTON SOUZA SILVANY | 4134 |
| BENJAMIM DOURADO DE MORAES | 8892 |
| CAIO PEREIRA BRITO | 12880 |
| CARLA MADALENA DOS SANTOS | 16133 |
| CARLOS AUGUSTO GUIMARÃES DE FREITAS | 4036 |
| CELSO ALVES DE SOUZA | 1013A |
| CLÓVIS GUSMÃO MELO | 3719 |
| CRISTIANE CARVALHO DE MOURA FREITAS | 13171 |
| DEBORAH VIRGINIA V. GUIMARÃES | 12827 |
| DIANE MARTA LELIS COSTA | 14118 |
| DINALVA PINHO DOS ANJOS | 5717 |

| | |
|---|---|
| EDUARDO DO VALE BARBOSA | 234A |
| EDUARDO PEDRO SCOFIELD FERREIRA | 669A |
| EDVALDO BOMFIM DOS SANTOS | 6995 |
| ELIS ALVES | 7970 |
| ELLEN CARNEIRO SILVA | 728A |
| ELTON KAINE DA HORA VIEIRA | 19081 |
| ENEIDA CARVALHO DOS SANTOS | 10388 |
| ERASMINO DE SOUZA MORENO | 561A |
| EVERALDO CAMARGO MOTA | 9586 |
| EVERALDO CARDOSO BISPO | 11592 |
| FAUTO DA COSTA NUNES JÚNIOR | 8749 |
| FELIPE VITAL DOS SANTOS | 12832 |
| FERNANDO ANTONIO PEDREIRA FILHO | 4682 |
| FRANCISCO SALES SANTANA | 6708 |
| GABRIEL DE JESUS LIMA | 13846 |
| GERALDO DODÔ SILVA | 9818 |
| GERSON RODRIGUES CORREA | 9084 |
| GILSON BERNARDO DA PAIXÃO | 603B |
| GUILHERME TUDE CELESTINO DE SOUZA | 16965 |
| HAMILTON CARDOSO DE ALMEIDA | 8309 |
| HARLEY AREDIL VIEIRA | 11790 |
| HENRIQUE PAIXÃO MASCARENHAS | 8750 |
| HILDEBRANDO SEABRA GONÇALVES DA SILVA | 347A |
| HUMBERTO PERCIVAL CARAPIÁ LIMA | 7684 |
| IRACEMA SANTANA FERREIRA | 14753 |
| IRACI FARIAS VIANNA | 16458 |
| IRAMAR VIANA MARTINEZ DE ALMEIDA | 16576 |
| ISRAEL MOREIRA DE AZEVEDO | 6256 |
| JACQUELINE LINS SILVA | 9981 |
| JAIR CONCEIÇÃO PITTA | 6196 |
| JANACYARA ALVES DE OLIVEIRA | 17256 |
| JANETE CAMPELO DE ALMEIDA | 5367 |
| JOACI DE SOUZA CUNHA | 9250 |
| JOÃO FLOQUET AZEVEDO | 12419 |
| JOÃO PEDRO NOGUEIRA MODESTO DA SILVA | 1995 |
| JOÃO VICENTE PINHEIRO DA FONSECA | 12402 |
| JORGE ANTONIO DE SOUZA FERREIRA | 6055 |
| JORGE LUIZ CARDOSO LOPES | 13116 |
| JOSE DA SILVA MOREIRA | 777A |
| JOSÉ DE OLIVEIRA BARROS NETO | 11254 |
| JUARY DIAS SANTOS | 8905 |
| LOURIVAL GONÇALVES DOS SANTOS | 12927 |
| LÚCIO BALEEIRO DE SOUZA | 528B |
| LUIS CARLOS DA LUZ | 4594 |
| LUIS ELISIO RAMOS HEMERLY | 506A |
| LUIZ ALBERTO LOPES E SILVA | 9470 |
| LUIZ ALEXANDRE FERREIRA PÓVOAS | 10940 |
| LUIZ ANTONIO ATAYDE SOUTO | 6693 |
| LUIZ HENRIQUE LIMA VELAME | 6970 |
| MANOEL DIAS PARENTE | 8773 |
| MARCUS ANTONIO FERREIRA DE BRITO | 20476 |
| MARIA DAS GRAÇAS RAMOS RAPOLD | 13688 |
| MARIA DAS GRAÇAS FONSECA BARBOSA | 14601 |
| MARIA DAS GRAÇAS NAZARETH MOTA | 5293 |
| MARIA DAS GRAÇAS QUEIROZ | 8253 |
| MARIA DO CARMO SANTOS | 12767 |
| MARIA HELENA SANTOS FRAGA | 4665 |
| MARIA ISABELLA DE OLIVEIRA SIMÕES | 7278 |
| MARIA LÚCIA DE CERQUEIRA | 5793 |
| MARINEIDE FRANCISCA DA SILVA PACHECO | 9615 |
| MARTA CRISTINA GRAVE DE MARCELO | 10647 |
| MARUSYA SANTOS CORREIA | 16069 |
| MARYLUCE MELO NASCIMENTO | 13466 |
| MIGUEL DE ALMEIDA FERNANDES | 5155 |
| MILTON DANTAS PIEDADE | 4620 |

| | |
|---|---|
| NEIDE DE SALES SODRE JACOBINA | 5810 |
| NILCEA SILVA | 9094 |
| NILZAMAR SILVA ARAÚJO MACEDO | 21924 |
| NORMA SUELY FILARDI DE ANDRADE | 9016 |
| ONIVALTER LEAL MOTA | 8509 |
| OSVALDO NUNES DE ARAÚJO | 8245 |
| OSVALDO PAULO DA SILVA | 7717 |
| PAULA MARIA DE CERQUEIRA | 6849 |
| PAULO ATHAYDE DE CARVALHO | 13815 |
| PEDRO DO NASCIMENTO | 3782 |
| PLACIDINO GOMES DE OLIVEIRA | 348A |
| REGINA CÉLIA LIMA BRANDÃO | 8882 |
| RENILTO LIMA BANDEIRA | 4496 |
| RITA DE CÁSSIA RAMOS DOS SANTOS GOMES | 11113 |
| RITA DE CÁSSIA RIBEIRO DE OLIVEIRA ADRY | 7946 |
| ROGÉRIO ADOLFO DA COSTA | 10322 |
| ROGÉRIO ZANETTI | 836A |
| RONALDO DE CARVALHO BASTOS | 12277 |
| RUI MENEZES BARBOSA ROMEU | 4561 |
| SANDRA MARCIA MEIRA LEITE | 8303 |
| TITO MOREIRA SÉRGIO | 5226 |
| VALMIR ARAÚJO MOTA | 6021 |
| VIRGINIA AMÁLIA MARQUES NAPOLI | 14086 |
| WALFREDO DE OLIVEIRA LIMA | 6066 |
| WALNIGNO SILVA PEREZ | 4290 |
| WYLDES GOMES BARBOSA | 9130 |

Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, 25 de janeiro de 2011.

Belª Adriana Rodrigues da Silveira
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça

DESPACHOS EXARADOS PELO DESEMBARGADOR JERÔMINO DOS SANTOS, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA.

PA-2862/2011
Bela. Maria de Fátima Silva Carvalho, Juíza de Direito, encaminha expediente.
Defiro o pedido formulado. Oficie-se ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia, enviando cópia integral do presente procedimento administrativo, para as providências que entender cabíveis.

PA-56333/2010
Dione Mendes Doria, Subescrivã, solicita remoção.
Já tendo sido a servidora relotada para a 11ª Vara Crime da Capital, arquivem-se os autos.

PA-13253/2010 ap.30955-9/01
Sandra Mara Mendes Magalhães, Escrevente de cartório, faz solicitação.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica(Parecer nº CGJ-2504/10-ASJUC), que opinou pela retificação da natureza jurídica do CREA/RS na Certidão e Mapa de Tempo de Serviço da requerente, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida na ADIN nº 1.717-6, que declarou inconstitucional o art. 58, caput, da Lei nº 9.649/98 e atribuiu, destarte, caráter público aos serviços de fiscalização de profissões regulamentadas. Ademais, como consectário lógico dessa decisão, torna-se recomendável a adequação do adicional por tempo de serviço da servidora, bem como o pagamento retroativo das verbas remuneratórias, cuja análise, entretanto, compete à Presidência deste Tribunal, a quem devem ser encaminhados os autos.

PA-43562/2010
Letícia Barbosa Santos, Escrevente de Cartório, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica (Parecer nº CGJ- 2456/2011 - ASJUC), pelos seus próprios fundamentos jurídicos, para convalidar os atos especificados na portaria nº 785/96 e praticados pela Escrevente de Cartório, LETÍCIA BARBOSA SANTOS, cadastro nº 801.931-2, a partir da data da publicação do provimento nº 12/2007, até a presente data, no Tabelionato do Sétimo Ofício de Notas desta Comarca, ao tempo em que, considerando a carência de serventuários e o grande volume de trabalho no citado Ofício, designo, em caráter excepcional, a referida servidora, para exercer, sem prejuízo de suas funções, as atribuições do cargo de Suboficial pelo período de 01 (um) ano, a partir desta data. Baixe-se o ato. À Secretaria da CGJ, para adoção das providências cabíveis. Após, à Presidência, para conhecimento.

PA-49689/2010
Luiz Ferreira de Oliveira, Escrivão aposentado, solicita indenização das férias não usufruídas.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica(Parecer nº CGJ-120/11-ASJUC), que opinou pelo indeferimento da indenização correspondente ao período de férias não usufruídas, em face da consumação da prescrição do correspondente pleito. Determino a remessa dos presentes autos à Presidência do Tribunal de Justiça, a quem compete, em última análise, decidir sobre a matéria.

PA-51146/2010
Maria Cristina Ladeia de Souza, Juíza de Direito, solicita concessão de abono pecuniário à servidora.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica(Parecer nº CGJ-123/11-ASJUC), nos termos nele expostos e com base na fundamentação invocada. Determino a remessa dos presentes autos à Presidência do Tribunal de Justiça, a quem compete, em última análise, decidir sobre a matéria.

PA-57324/2010
Maurício Andrade de Salles Brasil, Juiz de Direito, solicita designação de servidor.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica (Parecer nº CGJ- 122/2011 - ASJUC) para determinar o encaminhamento dos presentes autos à Presidência deste Tribunal de Justiça, a quem compete deliberar. À Secretaria da CGJ, para adoção das providências cabíveis.

PA-22161/2004
Monica de Castro Moura Menezes, Escrevente de cartório, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica (Parecer nº CGJ-118/11-ASJUC), que opinou pela impossibilidade jurídica do pedido de ampliação de jornada de trabalho da serventuária requerente, pelos fundamentos invocados no opinativo.

PA-110/2011
Hérica Pèret, Suboficial, faz solicitação.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica (Parecer nº CGJ- 013/2011 - ASJUC) para deferir o pedido formulado, com supedâneo no art. 2º, do Provimento nº 12/2007, considerando a carência de servidores e o grande volume de trabalho no Cartório do Segundo Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas, desta Comarca, designando, em caráter excepcional, a Escrevente de Cartório ANA MARIA LIGUORI, cadastro nº 084.329-6, para exercer, sem prejuízo de suas funções, as atribuições do cargo de Suboficial do referido Ofício, pelo período de 01 (um) ano,a partir da publicação. Baixe-se o ato. À Secretaria da CGJ, para adoção das providências cabíveis. Após, à Presidência, para conhecimento.

PA-54317/2010
Claudice Guimarães Reis, Escrevente de cartório, faz solicitação.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica (Parecer nº CGJ- 103/2011 - ASJUC), para deferir o pedido formulado, com supedâneo no art. 2º, do Provimento nº 12/2007, considerando a carência de servidores e o grande volume de trabalho no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Subdistrito da Penha, desta Comarca, designando, em caráter excepcional, a Escrevente de Cartório CLAUDICE GUIMARÃES REIS, cadastro nº 803.011-1, para exercer, sem prejuízo de suas funções, as atribuições do cargo de Suboficial do referido Cartório, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 27 de janeiro de 2011. Baixe-se o ato. À Secretaria da CGJ, para adoção das providências cabíveis. Após, à Presidência, para conhecimento.

PA-42998/2010
Bel. Fábio Alexsandro Costa Bastos, Juiz de Direito, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica(Parecer nº CGJ-110/11-ASJUC), que opinou pela impossibilidade jurídica da redução de carga horária de 08 (oito) para 06 (seis) horas, haja vista a incorporação de adicional de função pelo servidor requerente, com base na fundamentação invocada. Encaminhem-se os autos à Presidência, a quem compete decidir acerca da matéria.

PA-54707/2010
Bel. Vilebaldo José de Freitas Pereira, Juiz de Direito, solicita designação.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica (Parecer nº CGJ- 125/2011 - ASJUC) para determinar o encaminhamento dos presentes autos à Presidência deste Tribunal de Justiça, a quem compete deliberar acerca de cargo comissionado. À Secretaria da CGJ, para adoção das providências cabíveis.

PA-51270/2010
Janete Falcão dos Anjos Silva, Coordenadora substituta da SEREN, encaminha expediente.
Encaminhem-se os autos à Secretaria de Administração do TJBA, para que sejam adotadas as providências necessárias ao guarnecimento do prédio em que funciona a SEREN, ante a insegurança relatada pela requerente.

PA-46052/2007
Des. Gustavo Lanat, Corregedor Regional do TRT 5ª Região, faz solicitação.
Acolho o pronunciamento da Juíza Auxiliar desta Corregedoria, Maria Helena Lordêlo de S. Ribeiro de fls. 24/25, por seus próprios fundamentos para determinar o arquivamento do feito.

PA-11715/2010
Ricardo Luis da Silva Carvalho, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento da Juíza Auxiliar desta Corregedoria, Maria Helena Lordêlo de S. Ribeiro de fls. 15/16, por seus próprios fundamentos para determinar a expedição da portaria instaurando sindicância contra o cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital.

PA-64272/2009
Teresa Helena da Rocha Basevi, Coordenadora da Quarta Turma do STJ, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento da Juíza Auxiliar desta Corregedoria, Maria Helena Lordêlo de S. Ribeiro de fls. 33/34, por seus próprios fundamentos para determinar o arquivamento do feito.

PA-55741/2008
Lucila da Silva Noaves, Suboficial do Registro Civil, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento da Juíza Auxiliar desta Corregedoria, Maria Helena Lordêlo de S. Ribeiro de fls. 06/07, por seus próprios fundamentos para determinar a expedição da portaria instaurando sindicância contra o cartório do Registro Civil de Paripe.

PA-53492/2010
Paulo Roberto Sant'Anna Junior, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento da Juíza Auxiliar desta Corregedoria, Maria Helena Lordêlo de S. Ribeiro de fls. 46/47, por seus próprios fundamentos para determinar o arquivamento do feito.

PA-57583/2010
Marilene Bonfim, Oficial de Registro Civil, solicita designação.
Acolho o pronunciamento de fl. 06, por seus próprios fundamentos para determinar a expedição da portaria.

PA-50433/2010
Josefa Maria de Jesus, através do Bel. Garibaldi Joaquim de Santana, OAB/BA 9.746, apesenta reclamação.
Acolho o pronunciamento da Juíza Auxiliar desta Corregedoria, Bela. Maria Mercês Mattos Miranda Neves, por seus próprios fundamentos, para determinar o arquivamento dos autos. Intimem-se os interessados. Serve o presente, por cópia, como ofício.

PA-30970/2010 ap PA-32982/2010
Bela. Eliene Simone Silva Oliveira, Juíza de Direito, encaminha expediente.
Acolho o pronunciamento de fl. 78, e , determino a instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de eventual prática de faltas funcionais contidas no art. 256, inciso I; art. 262, incisos I, VI da Lei nº 10.845/2007-LOJ, combinado com o art. 175 e art. 192 inciso VI da Lei Estadual 6677/94, conforme fatos noticiados nos autos. Para direção os trabalhos, designo a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Dra. Maria Mercês Mattos Miranda Neves, assinando-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento dos autos para apresentação do parecer conclusivo. Publique-se e espeça-se o competente ato.

PA-2256/2011
Bela. Delma Margarida Gomes Lobo, Juíza de Direito, informa realização de seleção para agentes de proteção voluntários.
Ciente. Arquive-se.
PA-2732/2011
Des. Nilson Soares Castelo Branco, encaminha expediente.
Ciente. Arquive-se.

PA-5865/2010
Bel. Joelson dos Santos Reis, Coordenador da Polinter, solicita transferência de preso.
Acolho o pronunciamento de fls. 15 do Juiz Corregedor CLÁUDIO Augusto DALTRO de Freitas, por seus próprios fundamentos, fazendo-o integrar esta decisão, e, por consequência, autorizo a transferência do réu FABIO GUIMARÃES DOS SANTOS, atualmente recolhido na carceragem da Polinter, nesta Capital, para a Comarca de São Bernardo do Campo/SP. O traslado ocorrerá sob as expensas e responsabilidade da Polinter-BA ou órgão equivalente.
Oficiem-se o Juízo da Vara Criminal da Comarca de São Bernardo do Campo/SP e o Delegado Coordenador da Polinter-BA, dando-lhes conhecimento desta decisão e do pronunciamento para adoção das providências necessárias. Publique-se. Serve a presente, por cópia, como OFÍCIO.

PA-1046/2011
Bela. Katia Maria Pereira Brasil, Coordenadora I do DEPIN, solicita transferência de presos.
Acolho o pronunciamento de fls. 14/15 do Juiz Corregedor CLÁUDIO Augusto DALTRO de Freitas, por seus próprios fundamentos, fazendo-o integrar esta decisão, e, por consequência, autorizo a transferência dos seguintes presos, todos custodiados na carceragem da 24ª Coordenadoria de Polícia do Interior, em Bom Jesus da lapa-BA: COSMO COSTA SOUSA, ADILSON DA CONCEIÇÃO SANTANA, JOSÉ ORLI PEREIRA BRITO, RAMON OLIVEIRA FERREIRA, STARLEY OLIVEIRA DOS SANTOS, JEFFERSON FELIX DA ROCHA, ALDO NUNES FERREIRA, GETULIO LEANDRO DA SILVA, JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS, JOEL RODRIGUES, FERNANDO MONTEIRO FERREIRA, CÁSSIO SANTANA SILVA, MAROSAN AVELINO DOS SANTOS, PEDRO NASCIMENTO DOS SANTOS E HUMAXSON SOUZA ALVES pra o Presídio Salvador; e CLEUZA TAVARES DE SOUZA, SHEILA JANAÍNA GOMES DE SOUZA e ELY GUEDES DA SILVA para o Conjunto Penal Feminino, ambos situados nesta Capital. Oficiem-se a requerente, o Juízo da Comarca de Bom Jesus da Lapa-BA, o Delegado de Polícia Coordenador da 24ª COORPIN, a Direção do presídio Salvador e a Direção do Conjunto Penal Feminino, para adoção das providências necessárias. Publique-se. Serve a presente, por cópia, como OFÍCIO.

Secretaria da Corregedoria da Justiça, 25 de Janeiro de 2011.

Belª Adriana Rodrigues da Silveira
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça

## *CORREGEDORIA DAS COMARCAS DO INTERIOR*

## *GABINETE*

PORTARIA Nº CCI - 37/2011-GSEC

A DESEMBARGADORA LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO, CORREGEDORA DAS COMARCAS DO INTERIOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Revogar a Portaria nº CCI-28/2011-GSEC, que designou Áurea Cristiane Oliveira dos Santos, cadastro nº 902.591-0, para ter exercício na 1ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus, publicada no DJE de 24.01.2011.

Secretaria da Corregedoria, 25 de janeiro de 2011.

Desª. LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO

Corregedora das Comarcas do Interior

PORTARIA Nº CCI - 38/2011-GSEC

A DESEMBARGADORA LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO, CORREGEDORA DAS COMARCAS DO INTERIOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Determinar que o servidor ALEXIOS WEYLL CHACON, ocupante do cargo de Atendente Judiciário, cadastro nº 902.639-8, tenha exercício na 1ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Ilhéus, turno matutino, até ulterior deliberação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Corregedoria, 25 de janeiro de 2011.

Desª. LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
Corregedora das Comarcas do Interior

## *ATOS ADMINISTRATIVOS*

DESPACHOS EXARADOS PELA DESEMBARGADORA LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO, CORREGEDORA DAS COMARCAS DO INTERIOR.

Comarca de Itaberaba
PA-56000/2010
Bel. Raymundo César Dória Costa, Juiz de Direito, encaminha habilitação à promoção por merecimento.
Acolho o pronunciamento da Juíza Corregedora, Bela. Graça Marina Vieira da Silva, para determinar o encaminhamento destes autos ao Conselho da Magistratura. Publique-se. Cumpra-se.

Comarca de Euclides da Cunha
PA-57303/2010
Bel. Ricardo José Vieira de Santana, Juiz de Direito, encaminha habilitação à remoção por merecimento.
Determino o encaminhamento destes autos ao Conselho da Magistratura, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Comarca de Bom Jesus da Lapa (Republicação Corretiva)
PA-48646/2010
Andrea Luciana Cursino Silva de Melo, Escrevente de Cartório, encaminha Portaria nos termos do Provimento 12/2007.
Acolho o pronunciamento da Assessoria Jurídica (Parecer nº CGJ-2325/10-ASJUC) para referendar a Portaria de nº 15/2010, designando, em caráter excepcional, por restar constatada a imperiosa necessidade da substituição, a servidora ANDRÉA LUCIANA CURSINO SILVA DE MELO, Escrevente de Cartório, cadastro nº 900.621-4, para exercer, sem prejuízo de suas funções, as atividades inerentes ao cargo de Subescrivã da Vara Crime da Comarca de Bom Jesus da Lapa, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 31 de dezembro de 2010. Após as devidas anotações, à Presidência, para conhecimento. Publique-se.

Comarca de Cruz das Almas
PA-57596/2010 e ap. 57598/2010
Bela. Daniela Preiera Garrido Pazos, Juíza de Direito Diretora, encaminha Portarias 22/2010 e 23/2010.
Não é possível respaldar as Portarias nº 22/2010 e 23/2010, pois mesmo com as dificuldades enfrentadas diuturnamente pelos Cartórios Judicias e Extrajudiciais, solucionar a questão com a redução do horário de expediente externo pode acarretar prejuízos irreversíveis aos jurisdicionados. Sendo assim, determino a revogação das aludidas Portarias nº 22/2010 e 23/2010. Publique-se. Comunique-se.

Comarca de Gandu
PA- 1967/2011
Vânia Costa Ribeiro, Escrevente de Cartório, solicita gozo de licença prêmio.
Tendo em vista o manejo de Mandado de Segurança nº 10372-47.2010.805.0000-0, por Servidor do Poder Judiciário do Estado da Bahia, impedido de usufruir licença prêmio, ante a vedação imposta através do Decreto nº 96/2010 de 23/03/2010, apontando esta Corregedora das Comarcas do Interior como autoridade coatora, encaminhem-se os autos à Presidência, para os devidos fins.

Comarca de Santa Rita de Cássia
PA- 1856/2011
Sabina Rocha dos Santos, Administradora, solicita gozo de licença prêmio.
Tendo em vista o manejo de Mandado de Segurança nº 10372-47.2010.805.0000-0, por Servidor do Poder Judiciário do Estado da Bahia, impedido de usufruir licença prêmio, ante a vedação imposta através do Decreto nº 96/2010 de 23/03/2010, apontando esta Corregedora das Comarcas do Interior como autoridade coatora, encaminhem-se os autos à Presidência, para os devidos fins.

Comarca de Gavião (Republicação Corretiva)
PA-56505/2010
José Orlando Lopes de Oliveira, Escrevente de Cartório, encaminha Portaria nos termos do Provimento 12/2007.
Tendo em vista a manifestação supra, da Assessoria Jurídica da Corregedoria, e verificando, no presente processo, que a designação submetida a referendo é indispensável para a preservação da prestação jurisdicional na Comarca de Gavião, decido REFERENDAR a Portaria nº 13/2010, que designa o servidor JOSÉ ORLANDO LOPES DE OLIVEIRA, Escrevente de Cartório, cadastro nº 807.768-1, para exercer, sem prejuízo de suas funções, as atividades inerentes ao cargo de Oficial do cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 19 de janeiro de 2011. À Secretaria da CGJ, para adoção das providências cabíveis. Após, à Presidência para conhecimento.

Comarca de Oliveira dos Brejinhos
PA- 26695/2008
Bel. Oclei Alves da Silva, Juiz Substituto, encaminha relatório de Vitaliciamento.
Acolho o relatório final de acompanhamento do estágio probatório do Juiz Vitaliciando, Bel. Oclei Alves da Silva, apresentado pelo Juiz Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira. Encaminhem-se os autos ao Conselho da Magistratura, solicitando a inclusão em pauta de julgamento, nos termos do § 3º do art. 14 do Provimento CGJ nº 017/2007-GSEC.

Comarca de Ipiaú
PA- 1971/2011
Bel. Rodrigo Duarte Bonati, Juiz de Direito, faz solicitação.
Acolho o pronunciamento da Juíza Corregedora, Bela. Graça Marina Vieira da Silva, pelo seu próprio fundamento, e designo o Bel. FÁBIO MELLO VEIGA, Juiz da Comarca de Ibirapitanga, para, em substituição ao Bel. Rodrigo Duarte Bonati, presidir os processos administrativos disciplinares indicados, assinalando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do relatório conclusivo. Edite-se o ato competente. Publique-se. Cumpra-se.

Comarca de Itabuna
PA- 3546/2010
Des. Antônio Carlos Munhoz Soares, Corregedor Geral da Justiça da Comarca de São Paulo, solicita providências para cumprimento e devolução de Carta Precatória.
Acolho o pronunciamento do Juiz Corregedor da 2ª Região, Osvaldo de Almeida Bomfim e, considerando a motivação ali explicitada, determino a instauração de sindicância para apurar os fatos nele descritos e constantes deste processo. Para direção dos trabalhos, designo o Bel. André de Souza Dantas Vieira, Titular da 2ª Vara de Família da Comarca de Itabuna/BA, fixando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório circunstanciado. Publique-se, expeça-se a Portaria e sejam os autos encaminhados ao Magistrado sindicante.

Comarca de Andaraí
PA- 51393/2010
Bel. Marlos Augusto Melek, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, encaminha representação por excesso de prazo.
Representante: Miguel Maria Botelho Osório.
Acolho o pronunciamento da Juíza Corregedora, Bela. Graça Marina Vieira da Silva, pelos seus próprios fundamentos, fazendo integrar a esta decisão a motivação ali exposta, para determinar o arquivamento dos presentes autos. Comunique-se aos interessados. Encaminhe-se cópia ao CNJ. Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Comarca de Aurelino Leal
PA- 36528/2010
Bel. Nicolau Lupianhes Neto, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, encaminha representação por excesso de prazo.
Representante: Raimundo Ramos de Andrade.
Acolho o opinativo do Juiz Corregedor, Bel. Arnaldo J. Lemos de Souza, pelos seus próprios fundamentos, e determino o arquivamento deste expediente, com as devidas anotações e baixa. Publique-se. Dê ciência ao Reclamante, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Magistrado.

Secretaria da Corregedoria da Justiça, 25 de Janeiro de 2011.

Belª Adriana Rodrigues da Silveira
Secretária da Corregedoria da Justiça

## *SECRETARIA ESPECIAL DE RECURSOS*

SECRETARIA ESPECIAL DE RECURSOS

DECISÕES PROLATADAS PELO DESEMBARGADOR SINÉSIO CABRAL FILHO, 2º VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

RECURSOS ESPECIAIS INADMITIDOS:

APELAÇÃO CÍVEL Nº0000538-39.2007.805.0060-0 DE COCOS
RECORRENTE: CÍCERO FERREIRA CALISTO
ADVOGADO: BEL. PEDRO HARRY HOFFMANN
RECORRIDO: CINGREPE-CIA INDUSTRIAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
ADVOGADO: BEL LEANDRO ZAGO E OUTRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001902-98.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: CARLOS ALBERTO JESUS DE SANTANA
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002268-40.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: DIOLICIO DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: BEL. VERA LÚCIA LAUAR GANEM

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000834-16.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: BENEDITA LARANJEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000890-49.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BELª GISELE FERREGUETT E OUTROS
RECORRIDO: POLIANE NOVAES DOS SANTOS
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº0001012-62.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: GISELLE NASCIMENTO DOS SANTOS
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº0000991-86.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: ZULMIRA FERREIRA NETO
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº0001458-65.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: ANTÔNIO DOS SANTOS
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº0002721-35.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: JOSÉ CARLOS DE JESUS LACERDA
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº0002243-27.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BEL JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA E OUTROS
RECORRIDO: FRANK AUER ZON
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002269-25.2007.805.0172-0 DE MUCURI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MUCURI
ADVOGADO: BELª GISELE FERREGUETT E OUTROS
RECORRIDO: TÂNIA MARIA CORDEIRO SAÚDE
ADVOGADO: BEL. CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO E OUTRO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº0001297-86.2007.805.0000-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR: BEL RENATO DUNHAM E OUTROS
RECORRIDO: ALTRIDES MOREIRA DE ANDRADE E OUTROS
ADVOGADO: BEL MARCUS BARBOSA ANDRADE E OUTROS

APELAÇÃO CÍVEL Nº0160441-25.2009.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: RUBENS FREITAS PESSOA
ADVOGADO: BEL. RUBENS FREITAS PESSOA
RECORRIDO: MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADOR: BEL THAÍS DE SÁ PIRES CALDAS E OUTROS

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº0012263-11.2007.805.0000-0 DE LAURO DE FREITAS
RECORRENTE: LOURIVAL MELVINO DA SILVA, MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA
ADVOGADO: BEL. JAMES ADORNO E OUTROS
RECORRIDO: ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA, KARIN MEDINA ROCHA
ADVOGADO: BEL LEONIDAS FERNANDES LEÃO JÚNIOR

RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS INADMITIDOS:

MANDADO DE SEGURANÇA Nº0001480-23.2008.805.0000-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR: BEL. HÉLIO VEIGA E OUTROS
RECORRIDO: REINALDO CARVALHO DE SANTANA
ADVOGADO: BEL MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO

APELAÇÃO CÍVEL Nº0073624-89.2008.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: WASHINGTON LUIZ PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: BEL. VITOR HUGO GUIMARÃES REZENDE
RECORRIDO: MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADOR: BEL ROBERTO O'DWYER E OUTROS

DECISÕES PROLATADAS E DESPACHOS EXARADOS PELO DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA , 2º VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA CAUTELAR INOMINADA Nº0003350-69.2009.805.0000-0 DE NAZARÉ
EMBARGANTE: JAGUARIPE AGRO-INDUSTRIAL S/A
ADVOGADO: BEL. SÉRGIO RICARDO OLIVEIRA E OUTROS

EMBARGADO: COELBA-COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: BELª PATRÍCIA MARIA TEIXEIRA CRUZ E OUTROS

"...Ante o exposto, inexistindo o vício apontado, NÃO SE ACOLHE os presentes embargos declaratórios.
Publique-se .
Salvador,24 .janeiro.2011"

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL NA SUSPENSÃO DE LIMINAR Nº0018523-70.2008.805.0000 -0 DE NAZARÉ
EMBARGANTE: JAGUARIPE AGRO-INDUSTRIAL S/A
ADVOGADO: BEL. SÉRGIO RICARDO OLIVEIRA E OUTROS
EMBARGADO: COELBA-COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: BELª PATRÍCIA MARIA TEIXEIRA CRUZ E OUTROS

"...Ante o exposto, nego seguimento ao agravo interposto.
Publique-se .
Salvador,24 .janeiro.2011"

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0006130-18.2005.805.0001 -0 DE SALVADOR
RECORRENTE: DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA
BAHIA - DERBA
PROCURADOR: BEL LUIZ SOUZA CUNHA E OUTROS
RECORRIDO: ADONAI FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO: BELª. IZABEL URPIA E OUTROS

"...Ante o exposto, cumprindo determinação do Superior Tribunal de Justiça, encaminhem-se os presentes autos ao Secomge para redistribuição ao relator, face o juízo de retratação previsto no § 7º, inciso II, do art. 543-C do Código de Processo Civil.
Publique-se.
Salvador, 13.janeiro.2011"

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº0006130-18.2005.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA
BAHIA - DERBA
PROCURADOR: BEL LUIZ SOUZA CUNHA E OUTROS
RECORRIDO: ADONAI FERREIRA DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO: BELª. IZABEL URPIA E OUTROS

"...Ante o exposto, amparada no art. 543-B, § 1º do CPC , determino o sobrestamento do recurso até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal.
Publique-se .
Salvador,13 .janeiro.2011"

RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº0132358-09.2003.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO: BEL DANIEL PEREIRA BELLO, IRACEMA MACEDO DE SOUZA E
OUTROS
RECORRIDO: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR: BEL SHELI FRANCO DE PAULA E OUTROS

"Homologo a desistência do recurso especial interposto pelo Banco Itaú S/A, inserta às fls. 188, formulada por advogados com bastante poderes.
Rematam-se os autos à origem
Salvador, 12 de janeiro.2011".

RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO Nº0106210-63.2000.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: RENATO DE SOUZA BOMFIM
ADVOGADO: BEL THYERS NOVAIS CERQUEIRA LIMA FILHO E OUTROS
RECORRIDO: MARGARIDA FREITAS LOPES
ADVOGADO: BEL FABIO OLIVEIRA ARMENTANO

"...Assim, comprovado o obstáculo que impediu o advogado da parte adversa de ter acesso aos autos, pela certidão passada pela Secretaria especial de Recursos às fls. 235, devolvo ao recorrido, integralmente, o prazo para recorrer(art. 180 do CPC).
Publique-se.
Salvador, 13 de janeiro.2011".

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº0059824-43.1998.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR: BELª ROSANA BARBOSA E OUTROS
RECORRIDO: SCIPIÃO EDMUND BONESS E OUTROS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS

"...Ante o exposto, admito o recurso especial.
Remetam-se os presentes autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Por conta da decisão retro restou prejudicado o julgamento dos embargos opostos às fls. 83/86.
Publique-se.
Salvador, 18 de janeiro.2011".

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº0023817-08.2005.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR: BELª ROSANA BARBOSA E OUTROS
RECORRIDO: HD TELECOM LTDA.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS

"...Ante o exposto, admito o recurso especial.
Remetam-se os presentes autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça.
Por conta da decisão retro restou prejudicado o julgamento dos embargos opostos às fls. 99/103.
Publique-se.
Salvador, 18 de janeiro.2011".

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº0029861-24.1997.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: TRANSPORTES ONDINA LTDA
ADVOGADO: BEL. RENATO DA C. L. DE G. BARROS E OUTROS
RECORRIDO: MARY SUELY MACALLISTER
ADVOGADO: BEL LUIS CARLOS CALDAS E OUTROS

"...Diante do exposto, não admito o recurso.
Transitada em julgado esta decisão, remetam-se os autos à origem para que sejam apensados aos autos da ação principal.
Publique-se.
Salvador, 17 de janeiro.2011".

ECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO Nº0100739-85.2008.805.0001-0 DE SALVADOR
RECORRENTE: ANILTON NUNES SANTOS
ADVOGADO: BEL WILKER FABIAN MAGALHÃES MURITIBA E OUTROS
RECORRIDO: BANCO BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADO: BEL GABRIELA VIANA MENEZES E OUTROS

"À vista do acordo celebrado pelas partes às fls. 311/312, remetam-se os presentes autos à 29ª Vara dos Feitos da Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais para homologação.
Fica prejudicado, em consequência, os recursos especial e extraordinário interpostos às fls. 267/285 e 288/302.
Publique-se .
Salvador,12.janeiro.2011".

DESPACHOS EXARADOS PELA DRª. SÍLVIA LÚCIA BONIFÁCIO ANDRADE CARVALHO, JUÍZA ASSESSORA DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA:

APELAÇÃO CÍVEL Nº0010305-80.2003.805.0080-0 DE FEIRA DE SANTANA
RECORRENTE: HSBC SEGUROS BRASIL S/A
ADVOGADO: BELª TÂNIA VAINSENCHER E OUTROS
RECORRIDO: JOSÉ NAILTON COSTA MACHADO, REPRESENTADO POR MÁRCIA ELAINE MACHADO DE ALMEIDA
ADVOGADO: BEL ANTONIVAL AUGUSTO JATOBÁ E OUTROS

"Remetam-se os presentes autos à 5ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Feira de Santana
Publique-se .
Salvador,13.janeiro.2011".

APELAÇÃO CÍVEL Nº0008447-30.2009.805.0039-0 DE CAMAÇARI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE CAMAÇARI
ADVOGADO: BEL. DALTON CAVALCANTI REIS E OUTRO
RECORRIDO: ARAÚJO CARDOSO COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

ADVOGADO: BEL EDGAR SILVA

"Indefiro o requerimento de fls. 152/155, tendo em vista que pende de apreciação agravo de instrumento pelo STJ. Salvador,14.janeiro.2011".

DESPACHOS EXARADOS PELA EXMª. DRª. SÍLVIA LÚCIA BONIFÁCIO ANDRADE CARVALHO, JUÍZA ASSESSORA DA 2ª VICE- PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA:

"FICA(M) O(S) RECORRIDO(S) INTIMADO(S) A APRESENTAR CONTRARRAZÕES NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. PUBLIQUE-SE."

PROCESSOS:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0009509-91.2010.805.0000-0
RECORRENTE: BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO: THAÍS LARISSA SCHRAMM CARVALHO E OUTROS
RECORRIDO: JUIZ DE DIREITO DO 2º JUIZADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR EXTENSÃO BROTAS
PROCURADOR DO ESTADO: HÉLIO VEIGA

RECURSO ESPECIAL
APELAÇÃO Nº 0160808-59.2003.805.0001-0
RECORRENTE: MARIA AMÉLIA GUEDES CARVALHO
ADVOGADO: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM
RECORRIDO: BANCO CITIBANK S.A.
ADVOGADO: ARLINDO GOMES DO PRADO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO
APELAÇÃO Nº 0017175-53.2004.805.0001-0
RECORRENTE: EDVALDO MOURA DE OLIVEIRA JÚNIOR
ADVOGADO: ABDON ANTÔNIO ABBADE DOS REIS
RECORRIDO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERRARI SANTANA

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO
APELAÇÃO Nº 0138618-97.2006.805.0001-0
RECORRENTE: PAES MENDONÇA S.A.
ADVOGADO: IZAAK BRODER E OUTROS
RECORRIDO:MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADORA DO MUNICÍPIO: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO REGO

RECURSO ORDINÁRIO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0008263-60.2010.805.0000-0
RECORRENTE: CIDADE EMPREENDIMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.
ADVOGADO: LUCI GUIMARÃES SANTANA E OUTROS
RECORRIDO: JUIZ DE DIREITO DE 26ª VARA CÍVEL DE SALVADOR.
PROCURADOR DO ESTADO: HÉLIO VEIGA

RECURSO ESPECIAL
APELAÇÃO Nº 0161652-09.2003.805.0001-0
RECORRENTE: EURÍPEDES BRITO CUNHA
ADVOGADO: RÔMOLO DIAS COSTA NETO
RECORRIDO: ÉDILA BRITO CUNHA
DEFENSOR PÚBLICO: JÂNIO CÂNDIDO SIMÕES NERI2

RECURSO ESPECIAL
APELAÇÃO Nº 0000346-94.2002.805.0250-0
RECORRENTE: ALUMINAL QUÍMICA DO NORDESTE LTDA.
ADVOGADO: PEDRO ROGÉRIO CASTRO GODINHO E OUTROS
RECORRIDO: LUIZ GONZAGA LANZI
ADVOGADO: BENEDITO SANTANA PRESTES E OUTROS

RECURSO ESPECIAL
APELAÇÃO Nº 0000001-62.2002.805.0272-0
RECORRENTE: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S.A.

ADVOGADO: BOLIVAR FERREIRA COSTA
RECORRIDO: NERIVALDO FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: LUCIANA NAVAES FREIRE LOPES E OUTROS

RECURSO ESPECIAL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000661-18.2010.805.0000-0
RECORRENTE: BANCO FINASA S.A.
ADVOGADO: LORENA DE SOUSA SIMÕES E OUTROS
RECORRIDO: ANDRÉ FRANCISCO DA SILVA, REPRESENTADO POR NILO FERREIRA DANTAS
ADVOGADO: BRUNO SANTOS NOGUEIRA

Bela. Gabriela Ribeiro de Souza
Diretora de Secretaria

## *SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
GABINETE DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000286-85.2008.805.0000-0
IMPETRANTE: MARCIO SANTOS CARDOSO
ADVOGADOS: VALLERIA SOUSA BASTOS e outros
IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINSTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
RELATOR: DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

DECISÃO

Junte-se. Defiro. Oficie-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. José Cícero Landin Neto
Relator

SEÇÃO CIVEL DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA
PROCESSO Nº 0017109-66.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE SALVADOR
IMPETRANTES: CLEONDINA LOPES DOS SANTOS e outros
ADVOGADO: ROBERTTO LEMOS E CORREIA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
RELATORA: DESª MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

DECISÃO

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido de concessão de liminar, impetrado por CLEONDINA LOPES DOS SANTOS e outros, auditores fiscais aposentados, contra ato reputado abusivo e ilegal atribuído ao SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, consistente na fixação de estornos nos proventos dos impetrantes, sob a rubrica de "INDENIZAÇÃO FAZENDÁRIA - LIMITE CONSTITUCIONAL", em decorrência do estabelecimento do denominado limite constitucional.

Sustentam os impetrantes a observância do prazo decadencial, eis que incidente o ato coator no último mês de outubro, quando, por ocasião da incorporação do Prêmio de Desempenho Fazendário, aplicou, de forma equivocada, o redutor constitucional.

Defendem ser ilegal o ato da autoridade coatora, na medida em que, esta adotou o limite constitucional com base nos subsídios do Governador do Estado da Bahia, em manifesta afronta a dispositivo da Constituição Estadual, que fixa como teto constitucional dos servidores o limite dos vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Instruem a petição inicial com as procurações e documentos acostados às folhas 18-126.

Vislumbro a presença do fumus boni iuris, tendo em vista que a inserção do § 5º ao artigo 34 da Constituição Estadual estabeleceu que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores e não do Governador do Estado, a saber:

Art.34, § 5º, da Constituição do Estado da Bahia: A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores.

Por seu turno, presente também se encontra o periculum in mora, ante os estornos dos proventos dos impetrantes de parcela de natureza alimentar, pois na hipótese de não ser de logo concedida a liminar as deduções continuarão a ocorrer até que seja julgado o mérito da presente ação mandamental.

Forte nas razões acima, vislumbrando a presença dos requisitos necessários à concessão da medida postulada pela parte impetrante, CONCEDO A LIMINAR, para determinar que a autoridade coatora adote as medidas necessárias para que os impetrantes tenham como teto de remuneração o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sob pena de aplicação de multa diária no importe de R$1.000,00 (um mil reais), na hipótese de descumprimento da decisão.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora do inteiro teor da presente decisão, mediante ofício, para que apresente, no prazo de 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias.

Cientifique-se o ESTADO DA BAHIA, através de seu órgão de representação legal, na forma do art. 7º, II, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, para que, querendo, intervenha no presente feito.

Decorrido o prazo legal para a manifestação da autoridade coatora e do Estado da Bahia, colha-se o parecer da Procuradoria da Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Relatora

SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO
AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA
PROCESSO Nº 0009351-36.2010.805.0000 - 0
ORIGEM: COMARCA DE SALVADOR
AGRAVANTE: INTEX INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A
ADVOGADO: ISALBERTO ZAVÃO LIMA
AGRAVADO: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO: DIRETOR DA EMPRESA BAHIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A - EMBASA
ADVOGADO DA EMBASA: LÍCIO BASTOS SILVA NETO
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO DA BAHIA: RENÉ RIBEIRO
RELATORA: DESª MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

DESPACHO

Trata-se de AGRAVO REGIMENTAL interposto pela INTEX IND. PLÁSTICO S/A, nos autos do mandado de segurança (processo nº 0009351-36.2010.805.0000-0), em face da decisão de folhas 165-166, em que determinei a suspensão do processo até que o Supremo Tribunal Federal decida idêntica questão.

Manifestem-se as partes agravadas.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Relatora

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Seção Cível de Direito Público

Mandado de Segurança nº 0008758-17.2004.805.0000-0 - Comarca de Salvador
Impetrante : Emerson Santos Sacramento
Advogadas : Béis. Regina Maria Ribeiro Travassos e outra
Requerido : Juiz de Direito da 3ª Vara Cível de Salvador
Relatora : Desª. Telma Laura Silva Britto
Despacho
Vistos, etc.:
Indevidamente retidos os autos, durante mais de cinco anos, por advogada do Espólio irregularmente representado, sem reclamações do Impetrante, proceda-se à sua intimação pessoal, para que diga, em 48 horas, se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

Manifestado o desejo de prosseguir, requisitem-se, de logo, informações ao Juízo Impetrado, colhendo-se, à seguir, o pronunciamento do Ministério Público.

Outrossim, porque desatendido o despacho de fls. 36, desentranhem-se as peças de fls. 22 a 24, 27 a 33 e 37 a 41, apresentadas por Espólio sem representação nos autos.

Intimem-se.

Salvador, 25.01.2011

Telma Britto
Relatora

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA N° 0014385-89.2010.805.0000-0
IMPETRANTE: ADRIANA REZENDE VALENÇA
ADVOGADO: OAB/BA 25900 LEANDRO NEVES DE SOUZA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
RELATORA: Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

ADRIANA REZENDE VALENÇA, servidora pública da Secretária de Educação do Estado da Bahia, impetrou mandado de segurança contra o ato indeferitório do pedido de prorrogação da licença gestante por mais 60 (sessenta) dias, formulado nos autos do procedimento administrativo de nº 0051694-7/2010.

Argumenta, em síntese, ser líquido e certo o direito à prorrogação da licença gestante de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do disposto na Lei nº 11.770/2008, uma vez que está atestado por médicos que sua filha necessita de aleitamento materno exclusivo por esse período.

Requer a concessão de liminar.

Instrui a minuta com os documentos de fls. 09/26.

É o relatório.

DECIDO.

Em exame das condições da ação, tem-se que o mandumus foi tempestiva e adequadamente impetrado, com prova documental pré-constituída, restando presentes a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual no resultado da lide.

Ressalte-se, de logo, que o feito aponta para a idéia de urgência do provimento almejado nesta Instância, não sendo razoável impor à Impetrante que aguarde a decisão final do presente mandamus, para ter avaliada a sua pretensão de ver protegida a maternidade e, conseqüentemente, a saúde de sua filha Lorena Rezende Valença Lobo (certidão de nascimento à fl. 17), consoante determinam os artigos 6º e 201, inciso II da Constituição Federal de 1988 e o artigo 279, parágrafo 1º da Constituição do Estado da Bahia de 1989.

O direito à licença gestante pelo prazo de 120 (cento e vinte dias) é assegurado, a todas as servidoras públicas, pelo inciso XVIII do artigo 7º combinado com o parágrafo 3º do artigo 39 da Constituição Federal.

Por outro lado, a prorrogação do prazo desse direito por mais 60 (sessenta) dias, está previsto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.770/2008, in verbis:

Art. - 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º - É a administração pública, direta, indireta e fundacional, autorizada a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos do que prevê o art. 1º desta Lei.

Consoante firme posicionamento da Seção Cível de Direito Público deste Tribunal, em sintonia ao de outros Tribunais Pátrios, o disposto na Lei nº 11.770/2008 é direito auto-aplicável, independendo de regulamentação por lei estadual, bem resumido nos seguintes julgados:

MANDADO DE SEGURANÇA DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. LICENÇA-MATERNIDADE. PRORROGAÇÃO PARA 180 DIAS. LEI 11770/2008. NORMA AUTO-APLICÁVEL. POSSIBILIDADE.
A norma insculpida na Lei Federal n°11770/2008, que institui o programa Empresa Cidadã, ampliando de 120 para 180 dias o prazo de licença-maternidade, é norma autoaplicável, sendo dispensável a regulamentação da matéria por lei estadual própria. SEGURANÇA CONCEDIDA.
(MS nº 0005993-63.2010.805.0000-0, rel. Des. Carlos Alberto Dultra Cintra, Seção Cível de Direito Público, TJ/BA)

MANDADO DE SEGURANÇA - PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE DE 120 PARA 180 DIAS - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL - APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 11.770/2008 - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA.
1. O art. 2º da Lei nº 11.770/08 se trata de uma norma de aplicabilidade imediata, não necessitando, portanto, de qualquer regulamentação para a sua aplicação;
2. O direito à licença-maternidade previsto no art. 7º, inciso XVIII da CR/88, é direito social auto-aplicável, não sendo razoável entender que a lei infraconstitucional necessitaria de regulamentação para ser efetivamente aplicada.
(MS nº 0002958-32.2009.805.0000 - 0, rel. Desª. Maria do Socorro Barreto Santiago, Seção Cível de Direito Público, TJ/BA)

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. LICENÇAMATERNIDADE. PRETENSÃO A PRORROGAÇÃO. LEI FEDERAL Nº 11.770/2008. NORMA AUTO-APLICÁVEL. OBSERVÂNCIA DO ART. 7º, INCISO XVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO.
(MS nº 0001034-49.2010.805.0000-0 - 0, rel. Desª. Rosita Falcão de Almeida Maia, Seção Cível de Direito Público, TJ/BA)

Sendo assim, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016/2009, impositivo é o deferimento da liminar para determinar, ao Secretário de Educação do Estado da Bahia, a concessão de mais 60 (sessenta) dias de licença maternidade à impetrante a partir do recebimento da notificação desta decisão, sem prejuízo de quaisquer direitos a que essa tenha direito.

Nestes termos, DEFIRO A LIMINAR POSTULADA.

Notifique-se, imediatamente, a autoridade coatora, solicitando informações no prazo de 10 (dez) dias, consoante determina o inciso I do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009, e intime-se a Procuradoria do Estado da Bahia para, querendo, integrar o lide.

Após, remetam-se os autos à Douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 11 de Janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO
PETIÇÃO Nº. 92193-8/2010, referente ao
MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 0014138-11.2010.805.0000-0
IMPETRANTE: JULIANE MACHADO CARVALHO RIBEIRO
ADVOGADO: OAB/BA 16520 DANIELA MACHADO CARVALHO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
RELATORA: Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DESPACHO

Nos autos. Cls.

Em 18.01.11

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000103-12.2011.805.0000-0 DE SALVADOR
IMPETRANTE: MAINA SHEILA DIAS GOMES
ADVOGADO: HOSTILIO FRANCISCO DOS SANTOS
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

D E C I S Ã O

Tratam os autos de Mandado de Segurança tombado sob o n° 0000103-12.2011.805.0000-0, impetrado por Maina Sheila Dias Gomes em face do Secretário de Saúde do Estado da Bahia.

Narra a exordial que a impetrante é servidora pública estadual; que, em razão do nascimento do seu filho, encontra-se em gozo de licença maternidade.

Alegou a impetrante que requereu na instância administrativa a prorrogação da licença-maternidade, nos termos da Lei 11770/2008, mas que o pedido administrativo não foi recebido por falta de amparo legal. Defendeu que a mencionada Lei Federal é auto-aplicável e de eficácia imediata; que a jurisprudência deste Tribunal de Justiça já se consolidou neste sentido.

Pleiteou a concessão de medida liminar, para que seja assegurada a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 (sessenta) dias, e, ao final, a concessão definitiva da segurança.

Nestes termos, os autos a mim vieram.

É o breve relatório. Passo ao exame do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

Defiro a gratuidade requerida.

Enseja a impetrante que seja prorrogado o prazo de licença-maternidade por mais 60 (sessenta) dias, nos termos da Lei Federal n° 11.770/2008, e, analisando atentamente os autos, verifico que merece acolhimento o pedido liminar formulado, senão vejamos:

Conforme se depreende do artigo 7°, inciso III da Lei 12016, o deferimento da tutela antecipada (parcial ou total) em sede de Mandado de Segurança é medida excepcional, somente conferida mediante a ocorrência concomitante de dois requisitos: a relevância do fundamento da impugnação e a possibilidade de ineficácia da medida, quando do provimento final.

Dúvidas não remanescem quanto à configuração do perigo da demora, uma vez que a pretensão deduzida demanda cumprimento imediato, já que objetiva assegurar o contato entre a genitora e o recém-nascido justamente durante os primeiros meses de vida.

Quanto à fumaça do bom direito, este Tribunal tem entendido reiteradamente que a norma insculpida na Lei Federal n° 11770/2008, que institui o programa Empresa Cidadã, ampliando de 120 para 180 dias o prazo de licença-maternidade, é norma auto-aplicável, sendo dispensável a regulamentação da matéria por lei estadual própria. Vejamos, pois:

"MANDADO DE SEGURANÇA - PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE DE 120 PARA 180 DIAS - SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL - APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 11.770/2008 - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA.
1. O art. 2º da lei nº 11.770/08 se trata de uma norma de aplicabilidade imediata, não necessitando, portanto, de qualquer regulamentação para a sua aplicação;
2. O direito à licença-maternidade previsto no art. 7º, inciso XVIII da CR/88, é direito social auto-aplicável, não sendo razoável entender que a lei infraconstitucional necessitaria de regulamentação para ser efetivamente aplicada". (TJBA - MS n° 2958-3/2009. Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago. Data do Julgamento: 03/03/2010.)

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. LICENÇA-MATERNIDADE. PRORROGAÇÃO PARA 180 DIAS. LEI 11770/2008. NORMA AUTO-APLICÁVEL. POSSIBILIDADE. A NORMA INSCULPIDA NA LEI FEDERAL N° 11770/2008, QUE INSTITUI O PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ, AMPLIANDO

DE 120 PARA 180 DIAS O PRAZO DE LICENÇA-MATERNIDADE, É NORMA AUTOAPLICÁVEL, SENDO DISPENSÁVEL A REGULAMENTAÇÃO DA MATÉRIA POR LEI ESTADUAL PRÓPRIA. SEGURANÇA CONCEDIDA. Número do Processo: 0005993-6/2010 Órgão Julgador: SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO Relator: CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA. Data do Julgamento: 23/09/2010

E dito entendimento decorre do quanto expressamente consignado no artigo 2° da mencionada lei, que regulamenta, no âmbito da administração pública, direito social auto-aplicável, consagrado no art. 7º, inciso XVIII da Carta Magna.

Ante o exposto, presentes os requisitos legais, defiro a liminar pleiteada, e ordeno à autoridade coatora que conceda a prorrogação da licença-maternidade, em favor da servidora, por mais 60 (sessenta) dias, nos termos da Lei 11770/2008.

Notifique-se a autoridade coatora, comunicando-lhe do teor desta decisão.

Cientifique-se o Estado da Bahia para que, querendo, integre a lide.

Após, apresentadas as manifestações ou decorrido o prazo legal, encaminhem-se os autos ao Ministério Público, para emissão de opinativo.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011

Juíza Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Relatora

SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000699-93.2011.805.0000-0
IMPETRANTE: MARIA DO CARMO DOS SANTOS
ADVOGADOS: TATIANY PACÍFICO DE OLIVEIRA E OUTRO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
RELATORA: DESª MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

D E S P A C H O

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar interposto por MARIA DO CARMO DOS SANTOS, em face de ato omissivo imputado ao SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA, que não teria autorizado o fornecimento do medicamento "TRASTUZUMABE", conhecido também por "HERCEPTIN", necessário ao tratamento da patologia que acomete a Impetrante - "câncer de mama" CID C50.8 -, razão pela qual requer, em sede liminar, ordem judicial determinando a disponibilização do aludido fármaco, na dosagem e número de aplicações indicadas pelo médico do SUS que acompanha a paciente.

Não se vê, todavia, na documentação que ladeia a inicial, a prova do ato coator, ou seja, a negativa à solicitação do medicamento, sequer indireta, como a sugestão de tratamento alternativo ou apresentação de justificativa da qual se pudesse inferir a resistência da autoridade pública.

Sendo assim, considerando a especial circunstância dos autos, oportunizo a emenda da inicial, no prazo de 10(dez) dias, sob as cominações do Parágrafo Único do art.284 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador/BA, 25 de janeiro de 2011.

DESª MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
RELATORA

SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0000978-50.2009.805.0000-0
IMPETRANTE: GIOVANE PIMENTA DA SILVA
ADVOGADO: CARLOS AUGUSTO PEREIRA GUIMARÃES - OAB/BA 11.978
IMPETRADOS: SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA e DIRETOR DA ACADEPOL - ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: FERNANDO FONTES
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Compulsando os autos verifica-se que o Impetrante informa, em petição juntada às folhas 268-269, que até a presente data a decisão proferida por esta Corte, colacionada às folhas 217-226, não foi cumprida pelas Autoridades Coatoras. Com efeito, intime-se os Impetrados, por meio da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, para que se manifestem, no prazo de dois dias, acerca do quanto alegado pelo autor da presente ação mandamental.

Publique-se. Cumpra-se

Salvador, 24 de Janeiro de 2011.

Desª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA N.º 0017191-97.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR
IMPETRANTE: JERÔNIMO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: FRANKLIM DA SILVA PEIXINHO - OAB/BA 29.379
IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA e COORDENADOR GERAL DO PLANSERV - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS
RELATORA: DESª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando-se que o pleito liminar formulado na presente ação mandamental já foi apreciado pela Juíza Plantonista (fls. 28-31) que, na oportunidade, também determinou a notificação da indigitada Autoridade Coatora para prestar informações e intimação da Procuradoria Geral do Estado da Bahia para oferecer defesa, determino o retorno dos autos à Secretaria da Seção Cível de Direito Público para aguardar o transcurso do prazo de cumprimento das mencionadas comunicações processuais e, posteriormente, promover a juntada da informação e defesa respectivas ou, se for o caso, certificar a sua inexistência.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de Janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

## *PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL*

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL N.º 0198185-88.2008.805.0001-0
APELANTE: SINDSEPS - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DE SALVADOR
ADVOGADO: DANILO SOUZA RIBEIRO
APELADO: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR: RAFAEL OLIVEIRA
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
DESPACHO
Em atenção ao princípio do contraditório, determino a intimação do Apelante para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos pelo Município do Salvador, Apelado.
P. I.
Salvador, ___24___ de janeiro de 2011,
DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA
ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000018-11.2009.805.0157-0 - MACURURÉ
APELANTE: CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA
ADVOGADO: RICARDO KIYOSHI T. NAKAMURA (25.277 - BA)
APELADA: BELISA FONSECA DE CARVALHO SOARES
ADVOGADO: PAULO JOSÉ DE MENEZES (10.850 - BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

O presente Recurso de Apelação foi interposto pelo CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEM LTDA, em face da sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Macururé que, nos autos da Ação Indenizatória nº 0000018-11.2009.805.0157, proposta por BELISA FONSECA DE CARVALHO SOARES, julgou procedente o pedido da exordial, nos seguintes termos:

ISTO POSTO, julgo procedente o pedido encetado na inicial, para condenar a parte ré - CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN -, a pagar à autora - BELISA FONSECA DE CARVALHO SOARES -, indenização correspondente à quitação do saldo devedor vincendo após o óbito do consorciado, referente ao contrato de consórcio de nº 942941, firmado com Edvaldo Soares do Nascimento, cônjuge falecido da autora. O valor da indenização acima referida deverá ser atualizado monetariamente pelo INPC, contado do ajuizamento da ação e juros moratórios de 1% ao mês, contados da citação, e apurado em liquidação de sentença. Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários de advogado, estes, arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor liquidado da condenação.

Irresignado, o CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEM LTDA interpôs Recurso de Apelação (fls. 47/54), requerendo a reforma da sentença de piso. No entanto, deixou o Apelante de recolher o porte de remessa e de retorno, que é devido na hipótese, já que o processo tramitou em comarca do interior do Estado.
Foram apresentadas contra-razões ao recurso às fls. 66/69.
Às fls. 73/76, o Apelante protocolizou petição, apresentando novos argumentos, além de juntar novos documentos, requerendo, ao final, a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art.267, VI, do CPC.
Constatada a insuficiência do preparo, foi determinado, às fls. 91, que o Apelante, no prazo de 5 (cinco) dias, completasse o preparo, sob pena de deserção.
Intimado do referido despacho em 23/08/2010 (fls. 92), o Recorrente juntou a Guia de Recolhimento em 01/09/2010, consoante documentos de fls. 93/95.
É o relatório.
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que a presente Apelação deixou de preencher os requisitos formais de admissibilidade, posto que realizado seu preparo de forma extemporânea, senão vejamos.
O §2º, do art. 511, do CPC dispõe que:
A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias.

Assim, conforme o dispositivo acima citado, constatada a insuficiência do preparo, deve o Recorrente ser intimado para completá-lo no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção.
Na hipótese, o Apelante foi regularmente intimado para sanar o defeito apontado, consoante despacho de fls. 91 e certidão de fls. 92. Contudo, o Recorrente não supriu o defeito no prazo legal, uma vez que a intimação foi disponibilizada no DJE em 23/08/2010 (fls. 92), sendo considerada a data de sua publicação em 24/08/2010 e iniciada a contagem do prazo em 25/08/2010, conforme dispõe o art. 4º, §3º e §4º da Lei 11.419/06. Assim, considerando que o prazo era de 05 (cinco) dias, o mesmo se encerrou em 30/08/2010, já que 29/08/2010 foi domingo, no entanto a juntada da Guia de Recolhimento foi realizada em 01/09/2010, 02 (dois) dias após o encerramento do prazo, consoante fls. 93, restando evidente sua extemporaneidade.
Ante o exposto, caracterizada a deserção do presente Apelo, NEGA-SE PROVIMENTO ao mesmo, nos termos do art. 511, § 2º do CPC.
P.I.C.
Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0016446-20.2010.805.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: SÔNIA MARIA DE CASTRO
ADVOGADO: JOSÉ ANTÔNIO MAIA GONÇALVES (8.618 - BA)
AGRAVADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

SÔNIA MARIA DE CASTRO interpôs Agravo de Instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo ativo, em face da decisão proferida pela MM. Juíza de Direito da Vara de Acidente de Trabalho desta Capital que, nos autos da Ação Ordinária nº 0007791-56.2010.805.0001, indeferiu o pedido de tutela antecipada.
Aduziu que ajuizou a ação previdenciária, visando restabelecer o benefício de auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho, que foi suspenso pelo Agravado sob a alegação de que a Recorrente estaria apta a retornar às suas atividades.
Disse que, no exercício de suas funções, foi vítima de acidente de trânsito que lhe deixou sequelas, fato que a afastou do trabalho, sendo concedido o benefício do auxílio-doença no período de 13/11/2003 a 15/05/2004, salientando que, cessado o benefício retornou às suas atividades. Contudo, as sequelas se agravaram, levando a Recorrente a requerer administrativamente o restabelecimento do benefício, o que foi negado pelo Agravado.
Realizou um breve histórico da demanda, que fora proposta inicialmente na Justiça Federal, tendo esta, após a realização de perícia, na qual se afirmou que a Agravante sofreu acidente de trabalho, declinado da competência e remetido os autos para Justiça Estadual.
Afirmou, também, que o juízo a quo, ao apreciar o pedido de tutela antecipada, o qual foi indeferido, deixou de apreciar os pedidos de justiça gratuita e de realização de nova perícia.
Argumentou que o art. 59, da Lei 8.213/91 exige o preenchimento de dois requisitos para a concessão do benefício, quais sejam: o cumprimento do período de carência exigido por lei; e a incapacidade laborativa ou para o exercício da atividade

habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. Ressaltou que preenche ambos os requisitos, alegando que já cumpriu o período de 12 meses de contribuição exigido pelo art. 25, I, da Lei 8.213/91, bem como comprovou a incapacidade laborativa com a apresentação de relatórios médicos.
Por fim, disse que a atitude do Recorrido vem agravando seu estado de saúde, além de lhe causar prejuízos financeiros, salientando que o benefício previdenciário é um meio de seu sustento e de sua família.
Concluiu, requerendo a concessão do efeito suspensivo ativo, a fim de que o Agravado restabeleça o benefício de auxílio-doença da Recorrente, além de ser concedido o benefício da justiça gratuita, para, ao final, ser dado provimento ao presente Recurso, com a manutenção da decisão de efeito suspensivo, além de ser determinada a realização de nova perícia.
É o relatório.
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que o presente Agravo preenche os requisitos necessários para seu recebimento por instrumento, conforme preceitua o art. 522 do CPC, pois trata-se de pedido de tutela antecipada para restabelecimento de benefício de auxílio-doença e, considerando a natureza alimentar do aludido benefício, resta configurado a possibilidade da decisão agravada causar lesão grave ou de difícil reparação.
Diante disso, recebo o recurso como Agravo de Instrumento.
De relação ao pedido de efeito suspensivo, em conformidade com os arts. 558, caput, e 527, III do CPC, só cabe ao relator conceder o efeito suspensivo ativo, quando presentes dois pressupostos simultâneos: a relevância da motivação do agravo e o receio de lesão grave e de difícil reparação, resultante do cumprimento da decisão agravada até o julgamento definitivo do agravo, devendo o agravante evidenciar a relevância dos fundamentos.
No entanto, os fundamentos apresentados no recurso não se mostram relevantes, uma vez que, prima facie, a Agravante não preenche um dos requisitos exigidos pelo art. 59, da Lei 8.213/91 para o recebimento do auxílio-doença, qual seja, a incapacidade laborativa, consoante opinativo do perito judicial constante do laudo de fls. 89/93.
De relação ao pedido de assistência judiciária gratuita, verifica-se da decisão agravada que o juízo a quo não se manifestou, ainda, sobre a questão, fato que impede este Tribunal de decidir sobre a matéria, sob pena de inegável supressão de instância.
Diante disso, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ativo ao presente Agravo de Instrumento.
Dê-se ciência ao juízo da causa, solicitando-lhe informações em dez dias.
Intime-se o Agravado, para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso.
P.I.C.
Salvador, 19 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0016757-11.2010.805.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: CARLOS JOSÉ COSTA BARROS
ADVOGADOS: MATHEUS DE OLIVEIRA BRITO (20.717 - BA)
CLÁUDIO GARCIA CHETTO (15.287 - BA)
AGRAVADO: BANCO FINASA S/A
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

CARLOS JOSÉ COSTA BARROS interpôs Agravo de Instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo ativo, em face da decisão proferida pela MM. Juíza de Direito da 27ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comercial desta Capital que, nos autos da Ação Revisional de Contrato nº 0047749-49.2010.805.0001, concedeu parcialmente a liminar pretendia "para determinar que o Acionado se abstenha de incluir o nome do Acionante no SPC, SERASA e demais cadastros de proteção ao crédito, enquanto perdurar a tramitação do presente feito, ou, se já efetivado o registro, proceda a exclusão no prazo de 24 horas, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), sem prejuízo das demais cominações legais. Determinando ainda que o Acionante seja mantido na posse do bem em questão, enquanto pendente a lide, condicionada a eficácia desta decisão ao depósito em juízo, pela parte Autora, das parcelas vencidas e vincendas, mensalmente, nos valores contratados, até o julgamento final desta Ação". (fls. 120).
Aduziu que ajuizou Ação Revisional de Contrato, alegando abusividade das cláusulas contratuais, questionando, em síntese, o valor das prestações mensais estipuladas no contrato de financiamento de veículo.
Requereu a concessão do efeito suspensivo ativo ao presente Recurso, para autorizar ao Agravante que efetue o depósito judicial das prestações vencidas e vincendas nos valores incontroversos e, ao final, que seja dado provimento ao presente Agravo de Instrumento, reformando a decisão recorrida no tocante ao depósito dos valores incontroversos.
É o relatório
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que, ao contrário do que disse o Agravante, a decisão guerreada não indeferiu a liminar pretendida, pois determinou que o Agravado se abstenha de inserir o nome do Agravante nos órgãos de proteção ao crédito, ou caso já o tenha feito, proceda a exclusão, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), bem como manteve o Recorrente na posse do bem. Ademais, foi autorizado o depósito judicial das parcelas, devendo, no entanto, serem realizadas nos valores contratados.
Estabelece o artigo 522, do CPC, que das decisões interlocutórias caberá Agravo na forma retida, exceto quando a decisão recorrida for suscetível de causar a parte lesão grave ou de difícil reparação.
No caso em tela, não se vislumbra a possibilidade da decisão agravada causar danos ao Agravante, pois determinou a retirada

do seu nome dos cadastros de inadimplentes e a permanência do bem em sua posse, condicionada apenas ao depósito das parcelas no valor pactuado, tudo em conformidade com reiterada jurisprudência deste Tribunal, conforme decisão abaixo transcrita:
"(...)É certo, assim, que o agravante não demonstrou como a decisão combatida lhe é passível de causar lesão de difícil reparação, a tal ponto que mereça ser apreciada em sede de agravo de instrumento, neste momento da lide, uma vez que têm sido reiteradas as decisões deste Tribunal, no sentido de que os depósitos das parcelas devem ser feitas nos valores originalmente contratados.
Neste sentido, a causa é passível de ser examinada ao fim da lide, devendo ser a questão reiterada no momento do julgamento da apelação, se for o caso.
Ante o exposto, tendo em vista a ausência dos requisitos necessários à sustação da decisão vergastada, nos moldes do artigo 527, II, Código de Ritos, converto o presente Agravo em RETIDO,determinando a remessa dos autos ao juízo de origem, para que sejam apensados aos autos originários."
(TJ/BA - AGRAVO DE INSTRUMENTO n° 70763-7/2009 - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL- Rel. JOSEVANDO DE SOUZA ANDRADE - Data do Julgamento: 29/10/2009).

De outro modo, a manutenção do bem em posse do Agravante, desde que depositado o valor mensal contratado, e a proibição de registro nos cadastros de restrição ao crédito, conforme determinado na decisão recorrida, prestam-se a garantir amplamente o direito de revisão do contrato como forma de assegurar os preceitos da probidade e boa-fé contratuais, previstos no art. 422 do Código Civil.
Por fim, o periculum in mora, necessário ao deferimento da liminar pretendida, é inverso, uma vez que, estando o bem sujeito a perda de valor ou ainda a ser danificado, evidencia-se o risco de lesão de difícil reparação ao Agravado, que pode vir a ser privado do bem, ou de seu valor correspondente, se autorizado o depósito apenas do valor que o Agravante entende devido.
Ante o exposto, converto o presente agravo de instrumento em retido, determinando a remessa dos autos ao juiz da causa, nos termos do art. 527, II, do CPC.
P.I.C.
Salvador, 19 de janeiro de 2011.

Juiz convocado Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
REEXAME NECESSÁRIO Nº 0000055-23.2009.805.0065-0 - CONDE
REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CONDE
INTERESSADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERESSADO: A SÁ BARRETO E CIA LTDA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DESPACHO

Trata-se de Remessa Necessária na qual, em decisão colegiada, a Primeira Câmara Cível declarou a incompetência desta Corte para processar e julgar o presente feito, determinando a remessa dos autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (fls. 47/50).
Concedida vista dos autos à Procuradoria-Geral Federal, a fim de que tomasse ciência do Acórdão, a mesma peticionou informando que compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atuar em processos de execução fiscal relativos a débitos previdenciários, conforme o disposto no art. 23 c/c art. 16, da Lei 11.457.
Diante do exposto, determino que a intimação do INSS seja realizada por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
Após, cumpra-se o quanto determinado na decisão colegiada, com a remessa dos presentes autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
P.I.C.

Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO Nº 0001342-88.2007.805.0033-0 - BUERAREMA
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: MILTON DE ARAÚJO SALES FILHO (13.785 - BA)
APELADO: ALBERTO GERFSON OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSÉ CARLOS DA SILVA (5.077 - BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

O presente Recurso de Apelação foi interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A, contra a sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Buerarema que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança n° 0001342-88.2007.805.0033, proposta por ALBERTO GERFSON OLIVEIRA, julgou procedente os pedidos do Autor.
A aludida ação visou o recebimento da diferença de correção monetária dos depósitos em poupança, em decorrência dos planos econômicos implementados no país, espacialmente o Plano Collor I.
Conforme se observa da leitura da decisão abaixo transcrita, o objeto da demanda versa sobre assunto pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, sendo cabível a suspensão do feito até decisão final, com base na Lei de Recursos Repetitivos.
Nesse sentido:
Ante o exposto, determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, do Plano Collor I, especificamente em relação aos critérios de correção monetária introduzidos pelas legislações que editaram o Plano Collor I, de março de 1990 a fevereiro de 1991, aplicando-se a legislação vigente no momento do fim do trintídio (concernente aos valores não bloqueados), em trâmite em todo o País, em grau de recurso, até julgamento final da controvérsia pelo STF. Não é obstada a propositura de novas ações, a distribuição ou a realização de atos da fase instrutória.
Não se aplica esta decisão aos processos em fase de execução definitiva e às transações efetuadas ou que vierem a ser concluídas.
(RE 591.797/SP - Rel. MIN. DIAS TOFFOLI. J. 26/08/2010. P. 01/09/2010).

Diante do exposto, suspendo o julgamento da presente Apelação Cível, determinando que o processo fique sobrestado até o julgamento pelo STF do Recurso referido acima.
P.I.C.
Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO Nº 0194992-65.2008.805.0001-0 - SALVADOR
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS: JOSÉ EDGARD DA CUNHA B. FILHO (126.504 - SP)
VICTOR FERREIRA S. DE SOUZA (25.050 - BA)
APELADO: GUILARDO MASCARENHAS DA COSTA, REPRESENTADO POR NORMA MARIA MASCARENHAS FONTOURA
ADVOGADA: NARRYMA KEZIA DA SILVA JATOBÁ (25.651 - BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

O presente Recurso de Apelação foi interposto pelo BANCO BRADESCO S/A, contra a sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 31ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais desta Capital que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança n° 0194992-65.2008.805.0001, proposta por GUILARDO MASCARENHAS DA COSTA, REPRESENTADO POR NORMA MARIA MASCARENHAS FONTOURA, julgou procedente os pedidos do Autor.
A aludida ação visou o recebimento da diferença de correção monetária dos depósitos em poupança, em decorrência dos planos econômicos implementados no país.
Conforme se observa da leitura das decisões abaixo transcritas, o objeto da demanda versa sobre assunto pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, sendo cabível a suspensão do feito até decisão final, com base na Lei de Recursos Repetitivos.
Nesse sentido:
Ante o exposto, determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, dos Planos Econômicos Bresser e Verão, em curso em todo o País, em grau de recurso, independentemente de juízo ou tribunal, até julgamento final da controvérsia pelo STF. Não é obstada a propositura de novas ações, nem a tramitação das que forem distribuídas ou das que se encontrem em fase instrutória.
Não se aplica esta decisão aos processos em fase de execução definitiva e às transações efetuadas ou que vierem a ser concluídas.
(RE 626.307 SP. Rel:MIN. DIAS TOFFOLI. J. 27/08/2010. P. 01/09/2010).

Ante o exposto, determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, do Plano Collor I, especificamente em relação aos critérios de correção monetária introduzidos pelas legislações que editaram o Plano Collor I, de março de 1990 a fevereiro de 1991, aplicando-se a legislação vigente no momento do fim do trintídio (concernente aos valores não bloqueados), em trâmite em todo o País, em grau de recurso, até julgamento final da controvérsia pelo STF. Não é obstada a propositura de novas ações, a distribuição ou a realização de atos da fase instrutória.
Não se aplica esta decisão aos processos em fase de execução definitiva e às transações efetuadas ou que vierem a ser concluídas.
(RE 591.797/SP - Rel. MIN. DIAS TOFFOLI. J. 26/08/2010. P. 01/09/2010).

Diante do exposto, suspendo o julgamento da presente Apelação Cível, determinando que o processo fique sobrestado até o julgamento pelo STF do Recurso referido acima.
P.I.C.
Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO Nº 0193034-44.2008.805.0001-0 - SALVADOR
APELANTE: BANCO BANORTE S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: CIRANO MACEDO LEAL FILHO (6.031 - BA)
APELANTE: UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADOS: LUIS CARLOS LAURENÇO (16.780 - BA)
MARIANA ANDRADE BORGES (26.073 - BA)
APELADO: JOÃO ALBERTO FREIRE SOBRAL
ADVOGADOS: RICARDO JÚLIO COSTA OLIVEIRA (25.775 - BA)
MARIA DE FÁTIMA COSTA OLIVEIRA (4.229 - BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

Cuidam os autos de Recursos de Apelação interpostos pelo BANCO BANORTE S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL e pelo UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, contra a sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais desta Capital que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança n° 0193034-44.2008.805.0001, proposta por JOÃO ALBERTO FREIRE SOBRAL, julgou procedente os pedidos do Autor.
A aludida ação visou o recebimento da diferença de correção monetária dos depósitos em poupança, em decorrência dos planos econômicos implementados no país.
Conforme se observa da leitura das decisões abaixo transcritas, o objeto da demanda versa sobre assunto pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, sendo cabível a suspensão do feito até decisão final, com base na Lei de Recursos Repetitivos.
Nesse sentido:
Ante o exposto, determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, dos Planos Econômicos Bresser e Verão, em curso em todo o País, em grau de recurso, independentemente de juízo ou tribunal, até julgamento final da controvérsia pelo STF. Não é obstada a propositura de novas ações, nem a tramitação das que forem distribuídas ou das que se encontrem em fase instrutória.
Não se aplica esta decisão aos processos em fase de execução definitiva e às transações efetuadas ou que vierem a ser concluídas.
(RE 626.307 SP. Rel:MIN. DIAS TOFFOLI. J. 27/08/2010. P. 01/09/2010).

Ante o exposto, determino a incidência do artigo 238, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, do Plano Collor I, especificamente em relação aos critérios de correção monetária introduzidos pelas legislações que editaram o Plano Collor I, de março de 1990 a fevereiro de 1991, aplicando-se a legislação vigente no momento do fim do trintídio (concernente aos valores não bloqueados), em trâmite em todo o País, em grau de recurso, até julgamento final da controvérsia pelo STF. Não é obstada a propositura de novas ações, a distribuição ou a realização de atos da fase instrutória.
Não se aplica esta decisão aos processos em fase de execução definitiva e às transações efetuadas ou que vierem a ser concluídas.
(RE 591.797/SP - Rel. MIN. DIAS TOFFOLI. J. 26/08/2010. P. 01/09/2010).

Diante do exposto, suspendo o julgamento da presente Apelação Cível, determinando que o processo fique sobrestado até o julgamento pelo STF do Recurso referido acima.
P.I.C.
Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0016418-52.2010.805.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: CARLOS JOSÉ COSTA BARROS
ADVOGADO: CLÁUDIO GARCIA CHETTO (15.287 - BA)
MATHEUS DE OLIVEIRA BRITO (20.717 - BA)
AGRAVADA: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADA: GYZELLA PARANHOS DOS S. SOUSA (25.357 - BA)

RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

CARLOS JOSÉ COSTA BARROS interpôs Agravo de Instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, em face da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 7ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais desta Capital que, nos autos da Ação de Reintegração de Posse nº 0098514-24.2010.805.0001, deferiu o pedido liminar, determinando que o Agravado seja reintegrado na posse do bem descrito na inicial.
Inicialmente, requereu a concessão da assistência judiciária gratuita, alegando que não pode arcar com os encargos processuais, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
Aduziu que os princípios do contraditório, do devido processo legal e da isonomia processual, previstos na CF/88, não mais autorizam a concessão de liminares em processos de busca e apreensão disciplinados pelo Decreto-Lei 911/69, salientando que a decisão agravada encontra-se eivada de nulidade, uma vez que não possui fundamentação.
Alegou que não há qualquer documento hábil capaz de comprovar a sua mora, bem como de que recebeu pessoalmente a notificação constituindo-o em mora, ressaltando que são pressupostos processuais essenciais para a propositura da ação e consequente concessão da liminar de busca e apreensão.
Disse, ainda, que os valores cobrados pelo Agravado são abusivos, uma vez que baseados em contrato com cláusulas leoninas, no tocante aos juros remuneratórios, a capitalização mensal, juros de mora, dentre outros encargos.
Afirmou que é incontestável que a decisão agravada pode causar danos graves e de difícil reparação, uma vez que corre o risco de perder o bem e ainda continuar com a dívida.
Ressaltou, também, que as cláusulas do contrato estão sendo discutidas na Ação Revisional nº 0047749-49.2010.805.0001, proposta na 27ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais desta Capital.
Concluiu, requerendo a concessão do efeito suspensivo da decisão combatida, para, ao final, ser dado provimento ao presente Agravo, revogando a liminar de reintegração de posse.
É o relatório.
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que o presente Agravo preenche os requisitos necessários para seu recebimento por instrumento, conforme preceitua o art. 522 do CPC, pois, caso seja convertido em retido, o Agravante correrá o risco de perder a posse do bem, apesar de estar questionando as cláusulas do contrato de financiamento na Ação Revisional nº 0047749-49.2010.805.0001.
Diante disso, recebo o recurso como Agravo de Instrumento.
De relação ao pedido de efeito suspensivo, em conformidade com os arts. 558, caput, e 527, III do CPC, só cabe ao relator suspender os efeitos da decisão, quando presentes dois pressupostos simultâneos: a relevância da motivação do agravo e o receio de lesão grave e de difícil reparação, resultante do cumprimento da decisão agravada até o julgamento definitivo do agravo, devendo o agravante evidenciar a relevância dos fundamentos.
Na espécie, a possibilidade dos Agravantes sofrerem lesão grave ou de difícil reparação, caso não seja concedido o efeito suspensivo pretendido, restou demonstrada, pois, conforme foi dito acima, o Agravante pode perder a posse do bem, mesmo estando em curso uma ação revisional que discute as cláusulas do contrato de financiamento.
Os fundamentos apresentados no recurso também são relevantes, uma vez que a ação revisional, na qual se discute os valores cobrados pelo Agravado, foi ajuizada antes da ação de reintegração de posse, conforme consta dos documentos acostados aos autos. Ademais, em consulta ao SAIPRO, foi constatado o deferimento de liminar na aludida ação revisional, garantindo a manutenção do bem na posse do Autor, o que, prima facie, torna prejudicada a liminar de reintegração de posse.
Ademais, ao consumidor deve ser garantida a oportunidade de purgar a mora ou de rebater a alegação da existência de inadimplência no pagamento das parcelas contratuais, posto que o deferimento liminar de reintegração de posse, em casos em que a medida não se revela adequada, é mais danoso ao consumidor do que seu indeferimento para o agente financeiro, mesmo nas hipótese quando deve ser adotada.
Ante o exposto, concedo a suspensão dos efeitos da decisão agravada, dando-se conhecimento ao juízo a quo e solicitando-lhe informações em dez dias.
Intime-se o Agravado, para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso.
P.I.C.
Salvador, 20 de janeiro de 2011.

Bel. Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001694-16.2006.805.0022-0 - BARREIRAS
APELANTE: IDEMAR ANTÔNIO FROLDI
ADVOGADO: JONAS REGIS DE AZEVEDO (14.013 - BA)
APELADO: CLEODON ALBERTO DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO: JOÃO RAYMUNDO DE SOUZA (812A - BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por IDEMAR ANTÔNIO FROLDI, em face da sentença proferida pelo Juízo de

Direito da 2ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Barreiras que, nos autos da Ação de Usucapião nº 0001694-16.2006.805.0022, proposta pelo próprio Apelante, julgou improcedente o pedido e condenou o Autor nas custas e honorários advocatícios, fixados em R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Em virtude de refletir satisfatoriamente a realidade dos atos até então realizados no curso do presente processo, adota-se o relatório alinhavado na sentença de fls. 80/81, acrescentando, mais, o seguinte.
No referido decisum, o magistrado a quo, alegou que a demanda era infundada, uma vez que a posse exercida pelo Autor é em nome da sociedade empresarial que ele representa, como um dos sócios e gerente, se equiparando ao fâmulo da posse, não podendo possuir o imóvel em nome próprio.
Aduziu que não pode o administrador pretender obter originariamente o imóvel em detrimento da sociedade que ele representa, ressaltando, ainda, que o Réu não tem legitimidade passiva para figurar na relação processual.
Concluiu, julgando improcedente o pedido e condenando o Autor nas custas e honorários advocatícios, fixados em R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
A sentença foi publicada no DPJ em 26/06/2009, consoante certidão de fls. 82, tendo o Autor apresentado pedido de reconsideração às fls. 83/85 em 30/06/2009.
Às fls. 93, o juízo de 1º grau julgou improcedente o pedido de reconsideração, argumentando que tal expediente só pode ser utilizado quando se trata de matéria de ordem pública ou de direito indisponível, afastando, ainda, o pleito do Autor de que o pedido de reconsideração fosse recebido como embargos de declaração, isso porque esse remédio processual tem suas hipóteses previstas de forma taxativa no texto legal e não encontra similitude com o pedido do Autor, salientando que receber o pedido de reconsideração seria criar uma nova espécie recursal.
Irresignado, IDEMAR ANTÔNIO FROLDI interpôs Recurso de Apelação (fls. 94/96), alegando que o Recorrente mantém a posse incontestada sobre a área por mais de 25 anos com ânimo de dono, salientando que seu sócio, além de não manter qualquer posse sobre a área que se pretende usucapir, alegou em sua defesa que o imóvel pertence a terceiros, estranhos à sociedade.
Aduziu que a posse era para ser exercida em nome da sociedade, contudo somente o Apelante exerceu a posse em seu próprio nome, com animus de dono, ressaltando que quando foi proposta a Ação de Dissolução da Sociedade a área foi incluída como patrimônio social, entretanto o Recorrido negou ser área de patrimônio comum, atribuindo seu domínio a terceiros e renunciando a quaisquer direitos sobre o imóvel.
Argumentou, ainda, que vem dedicando todos os cuidados à área usucapienda, como elaboração de cercas, plantio de capineiras, conservação da posse e das referidas cercas, entre outros atos de defesa e de dono do bem.
Concluiu o Apelante pedindo o provimento do recurso, para reformar a sentença hostilizada e decretar o usucapião do imóvel especificado na inicial.
Recebida a Apelação em seu duplo efeito, foi determinada a intimação do Recorrido para apresentar contra-razões ao recurso.
Às fls. 102/117, o Apelado apresentou suas contrarrazões, alegando, preliminarmente, que o Recurso é intempestivo, devendo ser negado seu seguimento e, no mérito, refutou os argumentos levantados na Apelação.
Encaminhados os autos a esta Corte, foi dado vista à Douta Procuradoria de Justiça, tendo sua ilustre Representante opinado pelo não conhecimento do Apelo em razão da sua intempestividade e, caso seja superada a preliminar, pugnou pelo improvimento do Recurso.
É o Relatório.
Analisando os requisitos de admissibilidade, verifica-se que a apelação é intempestiva, devendo ter seu seguimento negado nos termos do art. 557 do CPC, senão vejamos.
A r. sentença de fls. 80/81 foi publicada no DPJ em 26/06/2009, conforme certidão de fls. 82, tendo o Recorrente apresentado pedido de reconsideração às fls. 83/85, em 30/06/2009, que foi julgado improcedente pelo juízo a quo, em razão da inviabilidade da utilização de tal expediente para o fim pretendido, além de não ter sido recebido como embargos de declaração, pois o pedido do autor não encontrava similitude com as hipóteses de admissibilidade taxativamente explicitados no texto legal.
Após a aludida decisão, publicada em 09/12/2009 (certidão de fls. 93v), o Recorrente interpôs a Apelação em 18/12/2009 (fls. 94/96).
Inicialmente, cumpre destacar que o pedido de reconsideração formulado pelo Apelante não tem o condão de suspender ou interromper o prazo para interposição da Apelação, ressaltando, ainda, que o mesmo não foi recebido como embargos de declaração ante a falta de previsão legal.
Assim, como a sentença foi publicada em 26/06/2009 (sexta-feira) e considerando que o prazo para interposição de Apelação é de 15 (quinze) dias, consoante art. 508 do CPC, consta que este se encerrou em 13/07/2009, enquanto que o Apelante só protocolou o Recurso em 18/12/2009, ou seja, mais de 05 meses após o encerramento do prazo, restando evidente sua intempestividade.
Ante o exposto, em conformidade com o disposto no art. 557, do CPC, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO por ser intempestivo.

Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0017055-03.2010.805.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: IRACEMA ÉRICA RIBEIRO OLIVEIRA
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE SALVADOR

RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOACYR MONTENEGRO SOUTO

D E C I S Ã O

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS interpôs Agravo de Instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo ativo, em face da decisão proferida pelo M.M. Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com pedido de dano moral e cominação de multa diária, tombada sob o nº 0148096-27.2009.805.0001, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, por entender que os documentos anexados não evidenciam, satisfatoriamente, a deficiência locomotiva do agravante, de modo a lhe ser garantida a concessão do passe livre.
Nas suas razões de recurso (fls. 02/32), sustentou, o recorrente, em síntese, o equívoco da decisão agravada, uma vez que satisfaz os critérios previstos no art. 5º, §1º, inciso II, do Decreto Federal 5296/2004 e do art. 247, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Salvador e, em consequência, enquadra-se nos critérios estabelecidos pela lei de acesso ao transporte coletivo urbano, ou seja, no disposto no art. 2º, §1º, da Lei Municipal nº 7.201/2008, conforme demonstra o lastro probatório consistentes nos relatórios médicos anexados aos autos.
Disse que o fundado receio de dano irreparável e de difícil reparação justifica a concessão da medida antecipatória, pois o recorrente necessita utilizar de transporte coletivo para realizar tratamento de saúde e, diante da negativa indevida da Administração, fica inviabilizada a continuidade do tratamento, pois possui um apertado orçamento.
Juntou jurisprudências no sentido da tese esposada e concluiu pugnando pela antecipação dos efeitos da tutela recursal, assegurando-se o direito ao benefício da gratuidade no transporte coletivo, com direito a acompanhante e, ao final, para que seja provido o recurso.
Requereu, ainda, a concessão da assistência judiciária gratuita.
É o relatório.
Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 4º, da Lei 1060/50, já que o recorrente afirma não ser capaz de arcar com as custas do processo sem prejudicar o seu sustento e da sua família.
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que o presente agravo preenche os requisitos necessários para seu recebimento por instrumento, conforme preceitua o art. 522 do CPC.
No caso em tela, a decisão, em tese, pode causar lesão de difícil reparação, uma vez que foi negado ao agravante a concessão do passe livre, o que lhe impede, segundo alega, a continuidade do tratamento de saúde, haja vista não ter condições econômicas de custear seu transporte.
Assim, recebo o Agravo na forma de Instrumento.
Analisando o pedido do Agravante, nos termos do artigo 527, III e 558, do CPC, verifica-se que somente poderia ser deferido observados dois requisitos, a saber: o perigo de lesão grave ou de difícil reparação (periculum in mora) e a relevância do fundamento do recurso (fumus boni iuris).
Na hipótese os argumentos levantados pelo agravante se mostram relevantes ao menos em exame perfunctório. O inciso II, do parágrafo primeiro, do art. 5°, do Decreto 5.296/2004, equipara a pessoa com mobilidade reduzida a deficiente físico, para fins de atendimento prioritário, senão vejamos:
Art. 5° Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1o Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:
(...)
II - pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Na hipótese, em tela, o agravante é portador de artrose e outras enfermidades que dificultam sua mobilidade, necessitando de tratamento fisioterápico, conforme relatório médico de fls. 66.
Assim, por se tratar de pessoa hipossuficiente economicamente e, diante da possibilidade da interrupção do tratamento até o julgamento definitivo da demanda, defiro o pedido de antecipação da tutela, para determinar que lhe seja assegurado o direito ao benefício da gratuidade no transporte coletivo, com direito a acompanhante até decisão de mérito.
Dê-se ciência ao Juízo da causa, solicitando informações no prazo de 10 (dez) dias.
Intime-se o Agravado para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso.
P.I.C.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relatora

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO Nº 0000441-69.2010.805.0113-0 - ITABUNA

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PÚBLICO: RENATA DACACH ASSIS
APELADO: SHIRLEY DOS SANTOS JACOME
ADVOGADO: WELLINGTON RODRIGUES DE MATOS (14928 OAB/BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

A presente Ação Penal foi distribuída, por sorteio, para a relatoria do signatário, em 15 de dezembro de 2010, em evidente equívoco, uma vez que a matéria versada nos presentes autos deve ser submetida à Jurisdição Penal.
Ante o exposto, encaminhem-se os presentes autos ao SECOMGE, para serem redistribuídos a uma das Câmaras Criminais deste E. Tribunal de Justiça.
P.I.C.
Salvador, 20 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Juiz Convocado

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0016664-48.2010.805.0000-0 - MUCUGÊ
AGRAVANTE: SCHUICHI HAYASHI
ADVOGADO: CÁSSIA ALVES DE OLIVEIRA (16683 OAB/BA) E OUTROS
AGRAVADO: HAYDEE ALVES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO: MONA LISA MACHADO TRINDADE (16870 OAB/BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

D E C I S Ã O

SHUICHI HAYASHI interpôs Agravo de Instrumento contra decisão da MM. Juiz de Direito da Comarca de Mucugê, proferida nos autos da Ação de Atentado n° 317-09.2010.805.0171, proposta pelo agravado, que deferiu a liminar determinando que os requeridos, em 24 horas, retirassem da área objeto do litígio todo e qualquer maquinário ali existente e semoventes, bem assim para que encerrasse qualquer atividade iniciada no local, arbitrando, em caso de descumprimento, uma multa diária de R$ 1.000,00 (hum mil reais), por parte do réu Silvério Barbosa Medrado, e de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), por parte de Schuishi Hayashi, ora recorrente.
Em suas razões de recurso (fls. 02/16), arguiu, o agravante, em síntese, sua ilegitimidade passiva, porque não integrou o polo passivo na ação principal de manutenção de posse, sustentando que sua inclusão na ação de atentado não se encontra em conformidade com o disposto no art. 42, do CPC, diferente do que alegou o recorrido e do entendimento do magistrado a quo, requerendo, com base nesse fundamento, que a decisão vergastada seja declarada nula.
Alegou a excepcionalidade da concessão de liminares inaudita altera pars em ações cautelares, mormente na ação de atentado, sendo requisito sine qua non para sua concessão a possibilidade do agravante tornar a medida ineficaz, fundamento que sequer foi citado na decisão objurgada.
Asseverou a ausência de elementos probatórios para demonstrar o atentado, como também para individualizar o hipotético imóvel objeto da tutela.
Com estes fundamentos, pugnou pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso e concluiu pugnando pelo provimento do agravo.
É o relatório.
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que o presente agravo preenche os requisitos necessários para seu recebimento por instrumento, conforme preceitua o art. 522 do CPC.
No caso em tela, a decisão, em tese, pode causar lesão de difícil reparação ao agravante, ante a possibilidade de ser desapossado de um bem que possui, em decorrência de sua propriedade.
Assim, recebo o Agravo na forma de Instrumento.
Examinando o pedido de suspensão da decisão agravada, nos termos do artigo 527, III e 558, do CPC, verifica-se que o deferimento exige a observância de dois requisitos, a saber: o perigo de lesão grave ou de difícil reparação (periculum in mora) e a relevância do fundamento do recurso (fumus boni iuris).
Na hipótese, os argumentos levantados na irresignação, em exame perfunctório que caracteriza esta fase recursal, mostram-se relevantes, uma vez que, de fato, o agravante não foi parte na ação de manutenção de posse, onde foi proferida decisão liminar e, no entanto, foi incluído no pólo passivo da Ação de Atentado conexa, juntamente com o primeiro réu daquela ação possessória, o Sr. Silvério Moisés Barbosa Medrado, inexistindo obrigação do recorrente de cumprir decisão judicial numa ação em que não foi parte, nem dela participou de qualquer forma, caracterizando autêntico cerceamento do direito de defesa, exsurgindo, daí, a fumaça do bom direito.
Ademais, não ficou definida a área que deveria sofrer os efeitos da decisão vergastada, conforme se pode observar da ressalva do juiz a quo que determina ao oficial verificar se a área citada na inicial coincide com a constante nos documentos acostados, mostrando-se prematura e passível de causar prejuízos de difícil reparação a concessão da liminar enquanto não se define a área objeto da manutenção. Eis aí a presença do periculum in mora.
Por tudo quanto exposto, concedo o efeito suspensivo pleiteado, suspendendo a decisão que determinou que o agravante, em

24 horas, retire da área objeto do litígio todo e qualquer maquinário ali existente e semoventes, bem assim para que encerre atividade iniciada no local.
Dê-se ciência ao juízo da causa, solicitando informações no prazo de 10 (dez) dias.
Intime-se o Agravado para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
RELATOR

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AÇÃO RESCISÓRIA N.º 0017155-26.2008.805.0000-0
AUTORA: JOSENICE SILVA SANTOS
ADVOGADO: DANIELA DOS SANTOS ROCHA E OUTROS
RÉU: JOSÉ CARLOS DOS SANTOS
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

DESPACHO

Frustrada a citação por oficial de justiça (fl. 83v), defiro a citação por edital requerida à fl. 75, devendo ser observado o disposto no art. 232 do CPC, especialmente quanto à determinação constante no seu inciso III, ficando estabelecido o prazo do edital de 20 (vinte) dias (inciso IV). PI.

Salvador, __24___ de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0003281-93.1993.805.0001-0
APELANTE: UBALDINO DE JESUS DOS REIS
ADVOGADO: ABDON ANTONIO ABADE DOS REIS
APELADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: FERNANDA VILLA
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
DESPACHO

Em atenção ao princípio do contraditório, determino a intimação do Estado da Bahia para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos pelo Apelante.
P. I.

Salvador, __24____ de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015773-27.2010.805.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: FABIANA TAVARES BRITO
ADVOGADO: EDUARDO G. DE AMORIM (214.067 - SP)
AGRAVADO: BANCO PANAMERICANA S/A
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

FABIANA TAVARES BRITO interpôs Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, em face da decisão proferida pelo M.M. Juízo de Direito da 17ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comercial desta Capital, nos autos da Ação Revisional de Contrato, tombada sob o nº 0067460-40.2010.805.0001, que deferiu parcialmente o pedido de tutela antecipada "para o fim de determinar que o demandado se abstenha de incluir o nome do acionante no SPC, SERASA e demais cadastros de proteção ao crédito, decorrente da inadimplência das cláusulas firmadas no contrato de financiamento, bem como se abstenha de protestar os títulos vinculados ao contrato, enquanto perdurar a tramitação do presente feito, ou, caso já o tenha feito, proceda a devida exclusão, no prazo de vinte e quatro horas, tudo sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00, sem prejuízo das demais cominações legais. Defiro, também, a manutenção de posse do bem ao autor enquanto pendente o litígio, condicionada a eficácia desta decisão ao depósito regular das parcelas do financiamento, nos valores efetivamente contratados, devendo as primeiras (vencidas) serem pagas no prazo de cinco dias e as demais (vincendas) nas datas de seus respectivos vencimentos...." (fls.44 e 45).

Disse que a taxa mensal de juros do contrato foi superior à 3%, o que demonstra a abusividade da cobrança, e já pagou 07 (sete) parcelas na forma que foi pactuada, totalizando o valor de R$ 3.756,95 (três mil quinhentos e cinqüenta e seis reais e noventa e cinco centavos), porém que o valor devido era de R$ 2.321,90 (dois mil trezentos e vinte e um reais e noventa centavos). Assim, considerando a quantia que alegou ter pago a maior, afirmou que compensando nas parcelas ainda devidas, que também devem ter seus valores revisados, o novo valor das parcelas vincendas deve ser de R$ 282, 22 (duzentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos).
Acrescentou que no contrato existem cláusulas permissivas de cumulatividade de comissão de permanência, correção monetária e juros remuneratórios bem acima do praticado pelo mercado, além da cobrança da TAC e de IOF, este de forma equivocada.
Alegou que o juiz a quo indeferiu a antecipação da tutela requerida, decisão que causa prejuízos ao Agravante, uma vez que poderá ter seu nome incluído nos órgãos de proteção ao crédito e ficou impossibilitado de depositar judicialmente os valores que entende devidos, podendo acarretar a busca e apreensão do seu veículo.
Colacionou entendimentos jurisprudenciais que entendeu pertinentes para a defesa da tese levantada na peça recursal e, com base nesses argumentos, requereu a concessão de efeito suspensivo ativo ao recurso, a fim de proibir o Agravado de inscrever seu nome nos órgãos de proteção ao crédito ou excluí-lo, caso já tenha realizado o registro, sob pena de multa diária, assim como seja autorizado o deposito judicial das parcelas vencidas no valor pactuado no contrato e vincendas no valor que entende devido, sendo mantido na posse do veículo durante a tramitação da Ação Revisional, podendo anda haver determinação de prestar compromisso como seu depositário nos autos principais, ficando a antecipação de tutela condicionada ao depósito mensal dos valores que a Agravante entende devidos, observado o valor principal, juros de 12% ao anoe variação pelo IGPM.
Caso assim não entenda o relator que seja determinado o depósito judicial de um novo valor tomando por base os juros simples, desconsiderando em contrapartida os juros compostos e abusivos exigidos pela parte ré e, ao final, que seja o Agravo conhecido e provido, com a reforma da decisão atacada.
Requereu, ainda, o benefício da assistência judiciária gratuita no recurso.
Cabendo-me, por sorteio, a Relatoria do feito, vieram-me os autos conclusos para apreciação.
Inicialmente, vale esclarecer que o beneficio da assistência judiciária gratuita já foi objeto de apreciação do juízo a quo, sendo concedido, conforme pode ser verificado na decisão às fls.42.
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que não estão presentes os requisitos necessários para o recebimento do presente Agravo na forma de instrumento, conforme preceitua o art. 522 do CPC. Isso porque, a decisão atacada não é suscetível de causar lesão grave ou de difícil reparação ao Agravante, uma vez que a alegada perda de objeto da ação revisional não restou configurada, pois, em caso de procedência da ação, o Agravante terá direito à restituição dos valores pagos a maior.
Ademais, na hipótese o periculum in mora é inverso, uma vez que, estando o bem sujeito a perda de valor, ou ainda a ser danificado, evidencia-se o risco de lesão de difícil reparação ao Agravado, que pode vir a ser privado do bem, ou de seu valor correspondente, se autorizado o depósito apenas do valor que o Agravante entende devido.
Por fim, necessário ressaltar que a decisão agravada se encontra em consonância com reiterada jurisprudência deste Tribunal, conforme julgado abaixo transcrito:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - FINANCIAMENTO VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO UNILATERAL DO CONTRATO. DIREITO DE PERMANÊNCIA COM O BEM, CONDICIONADO AO PAGAMENTO DAS PARCELAS INICIALMENTE ACORDADAS. DISCUSSÃO JUDICIAL. NÃO INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Na hipótese sub judice, afigura-se mesmo temerário o decreto liminar, que em antecipação da tutela, autorize o depósito de prestações, em valores nitidamente inferiores ao livremente pactuado, não somente pelo dano material manifesto, mais ainda pela carga de lesividade à segurança jurídica dos contratos, permitindo a sua alteração de forma unilateral. - fls. por tais razões, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia tem sedimentado a viabilidade da medida de preservação da posse do bem litigioso, assim como o impedimento do registro do nome do devedor, em cadastros de inadimplentes, desde que deposite as prestações, nos valores originalmente pactuados, restando discutir os encargos contratuais, considerados abusivos. (TJBa. - AGI nº 47159-7/2009 - Rel. Antonio Roberto Goncalves - julg. 15/09/2009 - in site: www.tjba.jus.br).

Ante o exposto, converto o presente agravo de instrumento em retido, determinando a remessa dos autos ao juiz da causa, nos termos do art. 527, II, do CPC.
P.I.C.

Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Juiz convocado Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015779-34.2010.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: EDUARDO G. DE AMORIM (214.067 - SP)
AGRAVADO: BANCO ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

PATRÍCIA DA CONCEIÇÃO interpôs Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, em face da decisão

proferida pelo M.M. Juízo de Direito da 7ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comercial desta Capital, nos autos da Ação Revisional de Contrato, tombada sob o nº 0021854-86.2010.805.001, que se reservou para apreciar o pedido de antecipação de tutela após a resposta do réu, nos seguintes termos: "Reservo-me a apreciar o pedido de antecipação de tutela após a resposta do réu. CITE-SE a parte ré para, querendo, contestar o pedido em 15 dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (revelia).".
Depois de relatar os fundamentos de direito da ação revisional e destacar os danos que a decisão atacada pode lhe causar, a agravante requereu a concessão de efeito suspensivo ativo ao recurso, a fim de proibir o Agravado de inscrever seu nome nos órgãos de proteção ao crédito ou excluí-lo, caso já tenha realizado o registro, sob pena de multa diária, assim como seja autorizado o deposito judicial das parcelas vencidas e vincendas no valor que entende devido, sendo mantido na posse do veículo durante a tramitação da Ação Revisional e, ao final, que seja o Agravo conhecido e provido, com a reforma da decisão atacada.
Requereu, ainda, o benefício da assistência judiciária gratuita no recurso.
É o relatório.
Examinando o que dos autos consta, observo que o presente recurso é manifestamente inadmissível, tendo em vista que o despacho agravado não possui conteúdo decisório.
De fato dispõe o art. 522, do CPC:
"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10(dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento."

Diante disso, não resta a menor dúvida que o recurso de agravo somente pode ser manejado contra "decisão interlocutória."
Por outro lado, o art. 162, do aludido diploma legal, define textualmente o que vem a ser decisão interlocutória ao estabelecer expressamente:
Art. 162. Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
§ 1º Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei.
§ 2º Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente.
§ 3º São despachos todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma.
§ 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário. "
No caso dos autos, o juiz naquele momento processual, não tendo elementos para conceder a antecipação da tutela, que exige prova inequívoca (art. 273, do CPC), apenas postergou a sua apreciação para depois da resposta do réu.
Insta acentuar que, em regra, num Estado Democrático de Direito, todas as decisões judiciais, deferindo um pedido de uma pessoa em relação à outra, deveria ser precedida do contraditório e da ampla defesa, porque assim se encontra assegurado no art. 5º, da Constituição Federal, sendo garantido a todos, e não apenas ao autor, o devido processo legal e a ampla defesa, em processos judiciais e administrativos.
A lei, contudo, excepcionalmente, permite a antecipação da tutela apenas em homenagem ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, porém exigindo, de forma muito clara, o atendimento de determinados requisitos, previstos no art. 273, do CPC, que não podem deixar de ser observados, sob pena de se institucionalizar o arbítrio.
Assim, não tendo sido resolvida nenhuma questão incidente, contra a aludida decisão é inadmissível a interposição de agravo de instrumento, como foi feito.
Isto posto, na hipótese em apreço o despacho hostilizado, com vistas a impulsionar o processamento do feito, não possui caráter decisório, não podendo ser incluído no conceito de decisão interlocutória, contra as quais caberia a interposição do agravo de instrumento (artigo 522 do CPC), tratando-se de questão de ordem pública, num exame mais apurado observa-se que o agravo é manifestamente inadmissível, devendo ter o seu seguimento negado, a teor do disposto no art. 557, do CPC, que assim dispõe:
"O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com Súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior."

O posicionamento ora esposado encontra-se em sintonia com a jurisprudência dos Tribunais pátrios, como se constata nos seguintes arestos:
DESPACHO QUE POSTERGA APRECIAÇÃO DE PEDIDO PARA APÓS A VINDA DA CONTESTAÇÃO - DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE - DESCABIMENTO DE AGRAVO [...] Despacho que unicamente protrai decisão para época futura determinada não tem carga decisória interlocutória a ensejar agravo de instrumento, porquanto não resolve qualquer questão incidente. (TRF 3ª Região - AG 189863 - (2003.03.00.061428-1) - 5ª T. - Rel. Des. Fed. André Nabarrete - DJU 17/02/2004 - p. 298). Nos termos do art. 162, §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, 'decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente' e 'são despachos todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma'. A diferenciação está na existência, ou não, de conteúdo decisório, bem como de agravame. Enquanto a decisão interlocutória possui conteúdo decisório, podendo trazer prejuízos a uma das partes, os despachos são pronunciamentos meramente ordinatórios, sem solucionar controvérsias, visando a impulsionar o andamento do
processo. II. Nos termos do art. 504 do Código de Processo Civil, não é cabível recurso algum dos despachos de mero expediente. (STJ - AgRg no REsp. 760733/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, 5ª Turma, j. em 11/10/2005).
PROCESSUAL CIVIL - PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - EXAME POSTERGADO PARA APÓS A CONTESTAÇÃO - LEGALIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE RECURSO - PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO - Inexiste ilegalidade de o juízo

de 1ª Instância postergar o exame de pedido de tutela antecipada para após a contestação. Ausência de decisão acerca da matéria impossibilita se manifeste o 2º Grau sobre a questão, originariamente, sob pena de ofensa ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição. Inviabilidade do recurso. Recurso a que se nega seguimento. Decisão monocrática. (TJRS - 10ª CC - AI 70008508111 - Rel. Des. Jorge Alberto Schreiner Pestana - j. em 07/04/2004).
AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA ANTECIPADA - POSTERGAÇÃO PARA APÓS OITIVA DA PARTE RÉ - ATO JUDICIAL SEM LESIVIDADE - IRRECORRIBILIDADE - NÃO-CONHECIMENTO. O ato judicial que posterga a análise do pedido de antecipação dos efeitos da tutela possui a natureza jurídica de despacho de mero expediente e, por isso, não comporta a interposição de recurso. (TJSC - Agravo de Instrumento n. 2008.066028-8, de Itajaí, Rel. Des. Fernando Carioni, j. em 12/02/2009).PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO QUE Gabinete Des. Paulo Roberto Sartorato
POSTERGOU A ANÁLISE DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA MOMENTO POSTERIOR À RESPOSTA DA RÉ. AUSÊNCIA DE CARÁTER DECISÓRIO (CPC, ART. 504). RECURSO INADMISSÍVEL. Não cabe recurso contra provimento jurisdicional sem conteúdo decisório (TJSC - Ag n. 2007.024751-3, da Capital, Rel. Des. Luiz Carlos Freyesleben, j. em 29/08/2008).
AGRAVO. ART. 557 DO CPC. POSTERGAÇÃO DA APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE, SEM CONTEÚDO DECISÓRIO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DESPROVIDO. O despacho judicial que adia decisão interlocutória para depois da consumação de determinado ato processual não ultrapassa os limites do impulso de mero expediente, e não se reveste de caráter decisório. Ademais, o exame do pedido pela Corte implicaria em supressão de instância. Tão-somente nas hipóteses de urgência, "in casu" indemonstrada, seria possível o agravo, não para que o Tribunal apreciasse o pleito, mas para que determinasse que o togado "a quo' assim o fizesse. (TJSC - AI n. 2004.032413-9, Desa. Rela. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, j. em 9/12/2004).

Isto posto, em conformidade com o disposto no art. 557, do CPC, nega-se seguimento ao recurso, revogando a decisão anterior.
P. I.C.
Salvador, 18 de janeiro de 2011

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

ÓRGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015640-82.2010.805.0000-0 - JEQUIÉ
AGRAVANTE: FLORISVALDO MUNIZ SANTOS
ADVOGADO: ALDENICIO SOUZA LIMA (9254BA)
AGRAVADO: BANCO BRADESCO LEASING S.A.
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DECISÃO

FLORISVALDO MUNIZ DOS SANTOS interpôs Agravo de Instrumento contra decisão do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Jequié, proferida nos autos da Ação Ordinária n° 0006007-12.2010.805.0141, proposta pelo agravante, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, entendendo inexistir elementos de convicção para sua concessão.
Nas suas razões de recurso (fls. 02/08) o agravante requereu preliminarmente, a concessão do benefício da gratuidade da justiça alegando não dispor de recursos financeiros para arcar com o pagamento das custas sem que houvesse prejuízo para o seu sustento e de sua família.
Argumentou que o efeito suspensivo deve ser concedido, visto estarem presentes os requisitos inerentes à espécie, quais sejam, o periculum in mora e o fumus boni iuris, afirmando que sendo deferida a liminar para depósito e retirada do nome do Agravante dos órgãos de proteção ao crédito, inexistirá a mora no caso em tela.
Afirmou que há incontornável questão prejudicial, em face da discussão judicial do contrato celebrado entre as partes, uma vez que o Agravante ajuizou ação com o objetivo de rever os encargos abusivos cobrados pelo Agravado e, o despacho inicial foi negativo, não podendo prevalecer a decisão que encontra-se em divergência com a Lei nº 8.078/90. Neste sentido a jurisprudência do Tribunal de Justiça da Bahia.
Disse ainda que diante da vasta jurisprudência enquanto estiver pendente ação judicial com vistas a discutir a validade das cláusulas contratuais abusivas do contrato de alienação fiduciária celebrado com o Agravado haverá questão prejudicial, todavia o Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia já decidiu que a solução para o caso em comento já foi encontrada em reiterados julgamentos de Ação de Busca e Apreensão que deve ser suspensa enquanto estiver pendente Ação Ordinária que discute as cláusulas contratuais do contrato firmado entre as partes, sob pena de perda do objeto da Ação Ordinária.
Por fim, pugnou pela reforma da decisão agravada, requerendo a concessão de feito suspensivo ao recurso nos termos do art. 527, inciso II, do CPC, para que seja dado provimento ao recurso e autorizando o depósito judicial, a manutenção da posse do veículo, bem como a exclusão que por ventura tenha feito, sob pena de multa diária de um salário mínimo, o registro do nome do Agravante nos cadastro de proteção ao crédito.
É o relatório.
Inicialmente, concedo a assistência judiciária gratuita pretendida, de acordo com o disposto na Lei 1.060/50, uma vez que o Agravante declarou não ter recursos suficientes para arcar com as despesas do processo.
Examinando o que dos autos consta, verifica-se que o presente agravo preenche os requisitos necessários para seu recebimento por instrumento, conforme preceitua o art. 522 do CPC, pois a decisão agravada poderá causar lesão grave ou de difícil

reparação, com a possibilidade do Agravante ter seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, embora pendente de julgamento ação onde se discute o valor do débito.
Diante disso, recebo o recurso como Agravo de Instrumento.
De relação ao pedido de antecipação da tutela recursal, em conformidade com o art. 527, III do CPC, só cabe ao relator antecipar os efeitos da pretensão recursal, respeitado dois pressupostos simultâneos: a relevância da motivação do agravo e o receio de lesão grave e de difícil reparação, resultante do cumprimento da decisão agravada até o julgamento definitivo do agravo, devendo o agravante evidenciar a relevância dos fundamentos.
Analisando os autos, observa-se que os fundamentos do pedido são relevantes, pois, em conformidade com o CDC, o consumidor tem o direito de requerer a revisão de cláusulas contratuais consideradas abusivas, tendo este Tribunal, em diversos julgados, já se manifestado no sentido de ser direito do consumidor a possibilidade de propositura de ação revisional, com a proibição da instituição financeira de inscrever o nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito e a garantia de posse do bem, desde que depositadas as prestações nos valores pactuados no contrato, conforme se verifica no julgado abaixo transcrito:
AGRAVO DE INSTRUMENTO - FINANCIAMENTO VEÍCULO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO UNILATERAL DO CONTRATO. DIREITO DE PERMANÊNCIA COM O BEM, CONDICIONADO AO PAGAMENTO DAS PARCELAS INICIALMENTE ACORDADAS. DISCUSSÃO JUDICIAL. NÃO INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Na hipótese sub judice, afigura-se mesmo temerário o decreto liminar, que em antecipação da tutela, autorize o depósito de prestações em valores nitidamente inferiores ao livremente pactuado, não somente pelo dano material manifesto, mais ainda pela carga de lesividade à segurança jurídica dos contratos, permitindo a sua alteração de forma unilateral. - fls. por tais razões, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia tem sedimentado a viabilidade da medida de preservação da posse do bem litigioso, assim como o impedimento do registro do nome do devedor, em cadastros de inadimplentes, desde que deposite as prestações, nos valores originalmente pactuados, restando discutir os encargos contratuais, considerados abusivos. (TJBa - Agravo de Instrumento Nº 47159-7/2009 - Rel. ANTONIO ROBERTO GONCALVES - Julg. 15/09/2009 - In site: www.tjba.jus.br).

Ademais, na hipótese é evidente o receio de lesão grave e de difícil reparação para o Agravante, pois caso não seja deferida a liminar, seu nome pode ser inscrito nos cadastros de inadimplentes, prejudicando o seu crédito.
Ante o exposto, concedo parcialmente a antecipação da tutela recursal, para manter o Agravante na posse do veículo e para determinar que o Agravado se abstenha de inscrever o nome do Agravante nos órgãos de proteção ao crédito, durante a tramitação da ação revisional, ou caso já o tenha feito, para que providencie a exclusão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de incidir na multa diária de R$ 50,00 (cinquenta reais), desde que deposite judicialmente as parcelas nos valores contratados no prazo de cinco dias as vencidas e as demais nas datas aprazadas, dando-se conhecimento dessa decisão ao juízo a quo, solicitando-lhe informações em dez dias.
Determino, ainda, a intimação do Agravado para apresentar contra-razões ao recurso, nos termos do art. 527, V do CPC, através de correspondência enviada ao endereço informado às fls. 03, pois ainda não constituiu advogado, uma vez que não foi citado no processo de origem, assegurando-se, assim, o respeito ao contraditório e ao devido processo legal.
P.I.C.

Salvador, 17 de janeiro de 2011.

Juiz Convocado Moacir MONTENEGRO Souto
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL N° 0005556-29.2004.805.0001-0
ORIGEM: SALVADOR
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO: RODRIGO OLIVIERI MACEDO (OAB 26036/BA)
APELADO: JOSELITO FERREIRA DE BRITO
ADVOGADO: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM (OAB19337/BA)
RELATOR: JUIZ CONVOCADO Moacyr MONTENEGRO Souto

DESPACHO

Examinando-se os autos, observa-se que JOSELITO FERREIRA DE BRITO também interpôs recurso de apelação às fls. 231/236, contra sentença proferida nos autos, entretanto, o HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO, ora recorrido, não foi intimado da Apelação.
Sendo assim, retornem à Secretaria da Câmara, a fim de que seja promovida a intimação do apelado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar suas contra-razões ao recurso interposto.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte, retornem os autos conclusos.
Salvador, 21 de janeiro de 2011.

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0000083-21.2011.805.0000-0
AGRAVANTE: LEONARDO CORREIRA REIS - ME E OUTROS
ADVOGADO: 7822BA - RAIMUNDO BARRETO FILHO
AGRAVADO : ANA CATARINA CINTRA LIMA
ADVOGADO: 17839BA - FLAVIA MILENA LIA BARBOSA E OUTROS.
RELATOR: Moacyr MONTENEGRO Souto

DESPACHO

LEONARDO CORREIRA REIS - ME interpôs este Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, contra decisão do MM. Juízo da 2ª Vara Cível e Comercial da Comarca de Alagoinhas, Bahia, que no auto da Ação de Despejo nº 0004774-03.2010.805.0004 movida por ANA CATARINA CINTRA LIMA deferiu o pedido liminar formulado na inicial, determinando ao Réu a desocupação do imóvel no prazo de 15 dias, nos termos do art. 59, § 1º, da Lei 8.245/91, sob pena de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) (art.461, CPC), sem prejuízo das demais cominações legais, mediante caução equivalente a três meses de aluguel, por parte da Autora.
Distribuídos o recurso para esta 1ª Câmara Cível a Agravada, manifestando-se ciente da interposição do mesmo ( fls. 116), informou que a decisão recorrida já havia sido cumprida com a desocupação do imóvel, juntando cópia do respectivo auto de despejo, restando prejudicado o recurso.
Examinando-se o teor do auto de despejo acostado, verifico que ele registra 10.01.2010 como data da efetivação do despejo do imóvel objeto da lide, enquanto o ajuizamento da respectiva ação data de 15.10.2010 e a prolação da decisão vergastada de 20.10.2010. Há, portanto, desencontro de informações, pressupondo a existência de erro material na digitação do auto de despejo acostado.
Assim, ad cautelam, considerando que o esclarecimento do fato é necessário à análise do recurso, transformo o julgamento em diligência, determinando que se oficie à MM Juíza de direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Alagoinhas para que informe sobre a data do cumprimento decisão agravada (data do despejo liminar).
P.I.C
Salvador, 24 de janeiro de 2011

Moacyr MONTENEGRO Souto
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0008486-13.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: MARIA MENEZES DE AGUIAR
ADVOGADO: HILDÉCIO MACEDO DE FARIA
AGRAVADO: MARIA JOSÉ AGUIAR DOS REIS E OUTROS
ADVOGADO: CARLOS EDUARDO OLIVEIRA SANTOS
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

DESPACHO

Peticionou a Agravante à fl. 82 informando a ausência de interesse no feito e a sua intenção de desistir deste recurso.

Contudo, analisando a procuração de fl. 19, verifico que ao advogado que subscreveu a petição não foi outorgado poderes especiais expressos para desistir, conforme exige o art. 38 do CPC.

Dessa forma, determino a intimação da Agravante, para que promova a juntada aos autos de procuração outorgando, ao seu advogado, poder especial para desistir, a fim de que, regularizada a questão, possa ser homologado o pedido por si formulado.

P. I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0011759-34.2009.805.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: SINDICATO DOS BANCÁRIOS E TRABALHADORES DO SISTEMA FINANCEIRO DO EXTREMO SUL DA BAHIA
ADVOGADO: HERBERT MARTINS GUIMARÃES
AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: ALESSANDRA CRISTINA MOURO E OUTROS
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão, proferida nos autos do Interdito Proibitório n.º 2858382-4/2009, que determinou a expedição de mandado proibitório a favor do Requerente sobre o imóvel descrito na inicial, determinando, ainda que, as pessoas que para o local se dirigirem no intuito de molestar a posse daquele ser retiradas, e, de igual modo, que se proceda à retirada de quaisquer objetos que possam impedir o livre trânsito dos funcionários do requerente e de seu clientes, sob pena de multa de R$ 10.000,00.

Em suas razões, sustenta o Agravante, em síntese, a incompetência absoluta do juízo, eis que a matéria tratada envolve o direito de greve, passível de ser discutido na Justiça do Trabalho. Afirma que não há qualquer tipo de violência na conduta do Agravante, na persecução dos seus legítimos direitos. Sustenta que o movimento já deflagrado e a greve já instalada são, desde o início, pacíficos. Afirma que a lei permite a utilização de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar trabalhadores a aderirem á greve. Aduz que não houve turbação à posse do Agravado. Alega que o Agravado está tentando impedir o exercício do direito de greve.

Requer a concessão de efeito suspensivo e o provimento final do recurso.

Às fls. 74/75, o recurso foi recebido sem o efeito suspensivo.

À fl. 82, certificou-se que o Agravado não apresentou contra-razões.

À fl. 87, o Juízo a quo prestou informações.
É o relatório. Passo a decidir.
Destaca-se que o objeto deste recurso consiste na impugnação da decisão interlocutória que concedeu liminar em ação de interdito proibitório, destinada ao resguardo da posse do Agravado.

Ocorre que a proteção ao livre exercício da posse reclamada pelo Agravado e deferida na medida liminar recorrida referia-se à iminência de turbação ou esbulho em virtude de movimento grevista dos bancários e trabalhadores do Sistema Financeiro do Estado da Bahia iniciado em 24.09.2009, o qual, todavia, encerrou-se no mês de outubro do mesmo ano, conforme divulgado através dos meios de comunicação.

Dessa forma, perdeu o objeto o presente agravo de instrumento, nos termos da jurisprudência a seguir exemplificada:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERDITO PROIBITÓRIO. GREVE DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS. No caso concreto, houve perda do objeto, porquanto desde antes da interposição do recurso a greve já havia encerrado, como consta na petição recursal e também no despacho que indeferiu a concessão de efeito suspensivo. De qualquer sorte, o entendimento jurisprudencial consolidado no âmbito deste colegiado é de que, embora sopesadas as garantias constitucionais ao direito de greve, deve ser resguardada a garantia de permanência do possuidor e a abstenção, por parte de terceiros, da prática de turbação ou esbulho. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravo de Instrumento Nº 70027172519, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Glênio José Wasserstein Hekman, Julgado em 17/12/2008)

Ante todo o exposto, nego seguimento ao recurso, julgando prejudicado o agravo, por perda de objeto superveniente, com fulcro no art. 557 do CPC.

P.I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0004094-64.2009.805.0000-0 (2709-7/2009) - DE SALVADOR.
AGRAVANTE: DESENBAHIA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A.
ADVOGADOS: CRISTINA MENEZES PEREIRA E MARCELO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA.
AGRAVADA: OLVEBASA ÓLEOS VEGETAIS DA BAHIA S/A.
ADVOGADO: ARISTÓTENES DOS SANTOS MOREIRA.
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA.

D E C I S Ã O

Interpôs a agravante o presente recurso contra decisão do juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital (fls. 31-35 e 36-37) que, nos autos da ação ordinária proposta pelo agravado, deferiu pedido de antecipação da tutela, determinando que a recorrente se abstivesse de proceder a cobrança de qualquer parcela decorrente das operações de crédito originadas da Cédula de

Crédito Industrial e da Escritura de Abertura de Crédito sub judice, e que o creditamento do valor correspondente à diferença deveria ocorrer em conta de titularidade da recorrida.

A agravante, todavia, peticionou às fls. 227-228, através de seu patrono, com poderes para tal (fls. 38-39), pela desistência do agravo de instrumento, o que enseja a extinção do procedimento recursal.

Nessas circunstâncias, homologo a desistência para que possa produzir seus legais e jurídicos efeitos, com fulcro no art. 501 do CPC, e extingo o procedimento recursal.

Procedam-se às anotações e regular baixa dos autos.

P. I.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0014256-21.2009.805.0000-0 (36855-7/2009) - DE SALVADOR.
AGRAVANTES: JAYRO LUIZ LESSA, EDMILSON VIEIRA DE ÁVILA E VIAÇÃO OCEÂNICA LTDA.
ADVOGADOS: LEONARDO DE ALMEIDA AZI, JOSÉ CARLOS TEIXEIRA TORRES JÚNIOR, DIEGO LUIZ LIMA DE CASTRO, PRISCILA SOUZA PINTO E TIAGO VILAN MONTEIRO.
AGRAVADA: MERCEDEZ-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A.
ADVOGADO: FERNANDO MÁRIO PIRES DALTRO.
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA.

Defiro o pedido de fls. 484-485. Procedam-se as alterações e anotações necessárias. Intimem-se pessoalmente os os agravantes e os representantes legais da agravante, referidos no contrato social de fl. 72 dos autos da apelação cível nº 0095665-31.2000.805.0001-0, para que regularizem a representação judicial, em 5 (cinco) dias, e tenham conhecimento do acórdão de fls. 473-476, que deu provimento ao recurso.
P. I.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL nº 0087174-88.2007.805.0001-0
APELante: ESPÓLIO DE TRÍPOLI FRANCISCO GAUDENZI, REP POR TRIPOLI FRANCISCO BRITTO GAUDENZI
ADVOGADO: PATRÍCIA BRESSAN LINHARES GAUDENZI E OUTROS
APELADO: BANCO ITAÚ S.A
ADVOGADO: ANDREA FREIRE CHAGAS DE OLIVEIRA TYNAN E OUTROS
APELADO: BANCO ECONÔMICO S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS: ADRIANA ANDRADE E ADELMO RIBEIRO PINTO
RELATOR: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

DECISÃO

Analisando os autos, observo que o Banco Econômico em Liquidação Extrajudicial peticionou requerendo a suspensão do feito, em cumprimento à decisão proferida STF, até o julgamento final dos Recursos Extraordinários n.º 626307 e 591797.

Tal pedido, contudo, deve ser indeferido. Isso porque a sobrestamento do processo justifica-se apenas nos feitos em grau recursal nos quais estejam em discussão o mérito da demanda, relativamente à questão dos expurgos inflacionários decorrentes da implantação dos Planos Bresser, Verão e Collor.

Ocorre que, no caso presente, a ação foi extinta, sem resolução do mérito, tendo o recurso de apelação versado apenas sobre questão processual, relativa à ausência ou não de documento obrigatório, bem como acerca da ausência de intimação da parte para apresentação do mesmo.

O recurso de apelação já foi, inclusive, julgado, dando-se provimento ao apelo, para o fim de anular a sentença, determinando o retorno dos autos ao Juízo de origem. Encontra-se pendente apenas o julgamento dos embargos de declaração, que se trata de recurso de alcance limitado, passível apenas de ensejar a correção de eventual omissão, obscuridade ou contradição.

Sendo assim, a questão de mérito que constitui o objeto da demanda ainda não foi submetido à apreciação judicial e não

constitui o cerne do recurso de apelação interposto pela parte. Dessa forma, o presente caso, nesta oportunidade processual, não se enquadra dentre aqueles cuja suspensão fora determinada pelo STF.

Superado este ponto, determino à Secretaria que cumpra o quanto consignado no despacho de fl. 270.

P. I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0011115-57.2010.805.0000-1.
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0011115-57.2010.805.0000-0 - DE FEIRA DE SANTANA.
EMBARGANTE/AGRAVANTE: IVONEIDE XAVIER DA SILVA.
ADVOGADO: MATHEUS DE OLIVEIRA BRITO.
EMBARGADO/AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A.
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA.

D E C I S Ã O

Inconformada com a decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento, por existência de jurisprudência dominante neste tribunal contrária à sua pretensão, opôs a agravante os presentes embargos declaratórios.

Em suas razões, de fls. 125-152, pugnou pela reconsideração da decisão, sustentando que estaria contrária ao entendimento do próprio Tribunal e dos Tribunais Superiores, de que é possível o depósito do valor incontroverso para assegurar a mautenção da posse do bem e a não inclusão do nome do autor nos cadastros de inadimplentes.

Reiterou os argumentos lançados nas razões do agravo de instrumento, pugnando pelo acolhimento do presente recurso, oposto com finalidade de prequestionar a matéria, especialmente em relação à violação ao disposto nos arts. 51, § 1º, do CDC, as Súmulas 297 do STJ e 121 do STF, além dos arts. 273, I, e 282, do CPC, c/c art. 84, caput e §§ 3º, 4º e 5º do CDC, 5º XXXII e XXXV da Constituição Federal.

É o relatório.

A função dos embargos de declaração é afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade e extinguir qualquer contradição, devendo ser rejeitados, caso não exista qualquer um desses pressupostos.

Ainda que a pretensão dos declaratórios seja manifestamente de prequestionar a matéria decidida, devem ser apontadas as referidas irregularidades a macular o aresto, a fim de serem devidamente analisadas sob esse prisma, o que não ocorreu na espécie, em que a embargante limitou-se a transcrever decisões judiciais que convergem ao seu entendimento.

Vale salientar que, conforme salientado no decisum impugnado, dispõe o art. 557, caput, do CPC, que "o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior".

Com efeito, afigura-se incabível a alegação de que o decisum embargado excluiu a matéria da análise do judiciário, consistindo a afirmativa no mesmo que sustentar que a aplicação do referido dispositivo violaria o disposto no art. 5º da Constituição da República.

De igual forma, não há como prosperar qualquer assertiva no sentido de que decisão negou a aplicabilidade do CDC às instituições financeiras.

Conforme ficou decidido, este tribunal tem solidificado o entendimento segundo o qual, nas ações revisionais, o valor do depósito das prestações em juízo deve ser determinado na forma prevista no contrato, firmando jurisprudência dominante no sentido de que a antecipação dos efeitos da tutela não pode estar fundamentada em alteração unilateral do contrato efetivada pelo consumidor, sem a prova de fato superveniente que a autorize, razão pela qual, para efeito de depósito em juízo das parcelas vencidas e vincendas, devem prevalecer as cláusulas contratuais e, portanto, o valor originariamente contratado.

Não houve, portanto qualquer omissão, contradição ou obscuridade a macular o acórdão embargado, e tampouco ofensa aos dispositivos prequestionados.

Em face do exposto, não se acolhem os embargos declaratórios, para manter inalterada a decisão impugnada.

P.I.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0011354-95.2009.805.0000-1.
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0011354-95.2009.805.0000-0 (64724-8/2009) - de SEABRA.
EMBARGANTE/AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A.
ADVOGADAS: ROSANA CAIRES PEREIRA E THAÍS LARISSA SCHRAMM CARVALHO.
EMBARGADO/AGRAVADO: CARLOS ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS.
ADVOGADO: JULIANA RITA DE SOUZA.
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA.

D E C I S Ã O

Cuida-se de embargos de declaração no agravo de instrumento nº 0011354-95.2009.808.0000-0, de Seabra, em que figuram, como embargante/agravante, o Banco Bradesco S/A e, como embargado/agravado, Carlos Alberto Pereira dos Santos.

Em suas razões, de fls. 77-79, sustentou o embargante que o acórdão embargado não teria apreciado questão relativa à sua falta de qualidade para suportar os efeitos da demanda quanto às contas do Banco Econômico, uma vez que não tem responsabilidade pelos fatos, ressaltando que a referida instituição jamais lhe pertenceu, encontrando-se em fase de liquidação extrajudicial.

Aduziu que tampouco foi enfrentada a questão da incidência da decadência da pretensão que, caso acolhida, ensejará a extinção do feito com resolução do mérito.

Prequestionou os arts. 5º, LIV, e 93, IX, da Constituição Federal.

Todavia, não pode ser admitido o recurso, ante a sua manifesta intempestividade.

Como é cediço, o prazo para interposição dos embargos declaratórios é de 5 (cinco) dias, conforme disposto no art. 536 do CPC, contando-se a partir da data da intimação das partes que, na espécie, considera-se realizada quando da publicação da intimação.

Conforme se infere dos autos, consta que a publicação do aresto foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico, no sítio do Tribunal de Justiça, na terça-feira, dia 23/11/2010.

De acordo com o Decreto Judiciário nº 064/2009, que instituiu o Diário da Justiça Eletrônico no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, considera-se a data da publicação o dia útil seguinte (24/11/2010).

Por outro lado, sendo o início do prazo recursal o primeiro dia útil seguinte ao da publicação, conforme dispõem os arts. 184, § 2º, e 240, parágrafo único, do CPC, no caso em tela começou a correr em 25/11/2010 (quinta-feira), e o seu término ocorreu em 30/11/2010 (terça-feira).

Contudo o embargante somente protocolizou os embargos em 10/12/2010, quando já precluso o prazo para a prática do referido ato, restando, assim, transitado em julgado o acórdão impugnado.

Diante do exposto, considerando a ausência de pressuposto objetivo de admissibilidade do recurso, qual seja, a tempestividade, nego seguimento aos embargos, com fulcro no art. 557, do CPC.

P. I.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003387-48.1999.805.0000-0
AGRAVANTE: ICTEBA - INSITUTO CULTURAL E DE PRÁTICA TÉCNICA E CIENTÍFICA DA BAHIA

ADVOGADO: WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA BASTOS
AGRAVADO: MARIA CELESTE MEDINA ATAIDE
ADVOGADO: IVAN LUIZ MOREIRA DE SOUZA BASTOS
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão, proferida nos autos da Ação de Despejo, que fixou caução em 15 meses de aluguel e omitiu-se de analisar e julgar os embargos de declaração da entidade locatária, ora Agravante.

O recurso foi distribuído, em 23/07/1999, para o Des. José Geminiano da Conceição, o qual se reservou para apreciar o pedido de efeito suspensivo após as informações do Juízo a quo.

À fl. 296, o Des. José Geminiano da Conceição determinou a redistribuição do feito, por prevenção, para o Des. Francisco Dantas Motta.

À fl. 322, foi determinada a redistribuição do processo, em virtude da aposentadoria do Des. Francisco Dantas Motta. O feito foi distribuído para a Desa. Ruth Pondé Luz, a qual, em 17/10/2006, determinou a redistriubuição, também em virtude de sua aposentadoria.

O recurso foi redistribuído para a Juíza convocada Heloísa Pinto de Freitas, a qual determinou a redistribuição do processo em 23/03/2010. Distribuído o processo para o Des. Rubem Dário Peregrino Cunha, a Juíza Substituta deste, Ilza Maria da Anunciação, determinou a redistribuição do processo, por prevenção, para a 1ª Câmara Cível, cabendo-me a relatoria do feito.

Às fls. 341/342, foi determinada a intimação do Agravante, para manifestar interesse no feito, e a expedição de ofício ao Juízo a quo, tendo em vista o tempo transcorrido desde a interposição do recurso.

À fl. 345, o advogado Otoney Reis de Alcântara informou ter renunciado aos poderes que lhe foram concedidos, requerendo a retirada do seu nome da capa dos autos.

Às fls. 353/354, o Juízo a quo informou que o recurso de apelação interposto contra a sentença foi julgado em 19/11/2009, tendo os autos baixado em janeiro de 2010, sem que houvesse, posteriormente, qualquer requerimento das partes.

É o relatório.

Inicialmente, defiro o pedido do advogado Otoney Reis de Alcântara de retirada do seu nome da capa dos autos, tendo em vista a renúncia ao mandato, notificada ao mandatário, ora Agravante, conforme documento de fl. 346.

Entendo desnecessária a intimação do Agravante para constituição nestes autos de novo procurador, tendo em vista que permanece constituído o advogado Washington Luiz de Oliveira Bastos, o qual havia substabelecido "com reserva de poderes" ao advogado Otoney Reis de Alcântara (fl. 318).

Superado este ponto, destaca-se que o objeto deste recurso consiste na impugnação da decisão interlocutória que, nos termos da Lei 8245/1991, estabeleceu caução para a hipótese de execução provisória da sentença.

Ocorre que, conforme informação prestada pelo Juízo a quo, já houve o julgamento do recurso de apelação interposto e, em seguida, o trânsito em julgado da sentença, com a correspondente baixa dos autos. Assim, não há mais que se falar em execução provisória da sentença, perdendo o presente agravo de instrumento o seu objeto.

Ante todo o exposto, nego seguimento ao agravo, julgando prejudicado este recurso, por perda de objeto superveniente, com fulcro no art. 557 do CPC.

Determino a retirada da capa dos autos do nome do advogado Otoney Reis de Alcântara, substituindo-o por Washington Luiz de Oliveira Bastos.

P.I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL - TJBA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0098509-70.2008.805.0001-0
NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0098509-70.2008.805.0001-0 - DE SALVADOR
EMBARGANTE/APELADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MARIANA MATOS DE OLIVEIRA E OUTROS
EMBARGADO/APELANTE: TECLIMP-SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LIMPEZA LTDA.
ADVOGADO: FÁBIO COSTA GOUVÊA E OUTROS
RELATORA: DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

DESPACHO

Analisando os autos, observo que o Apelado/Embargante apresentou Embargos de Declaração, fls.270/272, com pedido de efeito modificativo do acórdão de fls.264/267.

Sendo assim, em atenção ao princípio do contraditório, determino a intimação do Apelante/Embargado, para que se manifeste no prazo de 05(cinco) dias.

P. I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011

DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
RELATORA
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

FEITOS QUE DEVERÃO SER JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL A REALIZAR-SE EM 31 DE JANEIRO DE 2011, A PARTIR DAS 13:30 HORAS, NA SALA DE SESSÕES Nº 03, 2º ANDAR, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 5ª AVENIDA

ATENÇÃO

OS PEDIDOS DE PREFERÊNCIA PARA JULGAMENTO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS À SECRETARIA DA MESA, NO DECORRER DOS 30 (TRINTA) MINUTOS ANTERIORES AO INÍCIO DA SESSÃO

1 - 0056918-94.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: PRISCILA FABIO DANTAS, FABIO MACEDO PIMENTEL
APELADO: RAUL EZIDIO VALERIO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

2 - 0034902-49.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A
ADVOGADO: LEONARDO DE ALMEIDA CERQUEIRA LIMA, MARÍLIA CAROLINE RIBEIRO DOS SANTOS, LINDOÍCIO ARAÚJO DOS SANTOS JÚNIOR, VICTOR PARANHOS DOS SANTOS SOUSA, ANDRÉA SAYURI NISHIYAMA, JONAS BENÍCIO DE SOUZA NETTO, PABLO SALGADO ZENHA FERNANDEZ
APELADO: LILIANE PEREIRA BARBOSA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

3 - 0000664-70.2010.805.0000 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0000664-70.2010.805.0000 - 0
COMARCA: ILHÉUS
VARA: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: GENERAL ELETRIC DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: SÉRGIO RAIMUNDO TOURINHO DANTAS, BIANCA SANTANA CAVALCANTE DE SOUZA, MARIANA DA SILVA LARANGEIRA, DAIANA DE ABREU FREIRE, ALEXANDRE LINS MORATO, MARIA VITORIA TOURINHO DANTAS, JOSE CARLOS COELHO WASCONCELLOS JUNIOR, JENNER AUGUSTO DA SILVEIRA KRUSCHEWSKY
EMBARGADO: IMAGENS ASSOCIADOS LTDA
ADVOGADO: VANESSA LESSA LEMOS DE SANTANA FARIA, MATHEUS PÓLVORA COSTA, ANTONIO JORGE O. PELTIER CAJUEIRO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

4 - 0014731-40.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 13ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: PATRIMONIAL 3C LTDA
ADVOGADO: EDSON NUNO ALVARES PEREIRA FILHO
AGRAVADO: MILTON MOREIRA DA SILVA FILHO
ADVOGADO: MARCOS MENDO DE MENDONÇA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

5 - 0014731-40.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0014731-40.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 13ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVADO: PATRIMONIAL 3C LTDA
ADVOGADO: EDSON NUNO ALVARES PEREIRA FILHO
AGRAVANTE: MILTON MOREIRA DA SILVA FILHO
ADVOGADO: MARCOS MENDO DE MENDONÇA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

6 - 0147366-55.2005.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0147366-55.2005.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: CREUZA LOBO DOS SANTOS
EMBARGADO: MARLUCIA SILVA CASTRO
ADVOGADO: IZABEL BATISTA URPIA
PROCURADOR DO ESTADO: JOSE CARLOS WASCONCELOS JR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

7 - 0017091-79.2009.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 13ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
AGRAVANTE: HUMBERTO FIGUEIREDO PINTO
ADVOGADO: LARISSA PEREIRA LEMOS DO COUTO, GENALDO LEMOS DO COUTO, LEONICE PEREIRA LEMOS DO COUTO
AGRAVADO: NATALIA E MARIA LUIZA ALCANTARA PINTO,REP. POR ROMILDA ALCANTARA FONSECA SIMÕES PINTO
ADVOGADO: MAURICIO JOSÉ MINHO GONÇALVES, ZENIA FERREIRA NUNES, GERSON JOSÉ CORDEIRO LIMA, MARIA BERNADETH GONCALVES DA CUNHA CORDEIRO, IVONE PEREIRA NASCIMENTO, IRANI ASSUNCAO SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
PROCURADOR(A): CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS

8 - 0065425-44.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 32ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: PABLO SALGADO ZENHA FERNANDEZ
APELADO: GIRLEDE MARIA PEREIRA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

9 - 0021597-61.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO: RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA, LUIS EDUARDO PIRES SANTOS, RODOLFO GERD SEIFERT, FABIO FRASATO CAIRES, MAURICIO SANITA CRESPO, NILSON SALUM CARDOSO DOURADO
APELADO: JOSE RAIMUNDO DA CRUZ
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

10 - 0003343-10.2001.805.0113 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0003343-10.2001.805.0113 - 0
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: J JUNIOR MAGAZINE LTDA

PROCURADOR GERAL DO ESTADO: JAMIL CABUS NETO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

11 - 0000717-38.2008.805.0124 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPARICA
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE ITAPARICA
ADVOGADO: CARLOS FREDERICO PINTO FRAGA, GIOVANNA FORTI MENDONÇA
APELADO: ELZA DA SILVA B. DE SANTANA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

12 - 0011507-04.2004.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0011507-04.2004.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: BEIRA MAR CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: LUCIANO CAMPOS DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

13 - 0024033-66.2005.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: DEUSDETE ALVES SANTOS
ADVOGADO: EDVALDO DO ESPIRITO SANTO
APELADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: JOSE HOMERO SARAIVA CAMARA FILHO
RELATOR(A): DES(A). MOACYR MONTENEGRO SOUTO (JUIZ CONVOCADO)
Substituindo: Desa. Maria Marta Karaoglan M. Abreu
PROCURADOR(A): PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

14 - 0000738-18.2009.805.0176 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: NAZARÉ
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: CREUZA SANTOS ANUNCIAÇÃO
ADVOGADO: ALBERTO JORGE SOUZA PASSOS
APELADO: MUNICIPIO DE SALINAS DA MARGARIDA
ADVOGADO: ANDRÉIA PRAZERES BASTOS DE SOUZA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
PROCURADOR(A): PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA

15 - 0115822-54.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: MAQPLAN LOCACAO DE MAQUINAS TERRAPLENAGEM E CONSTRUCOES LTDA
RELATOR(A): DES(A). MOACYR MONTENEGRO SOUTO (JUIZ CONVOCADO)
Substituindo: Desa. Maria Marta Karaoglan M. Abreu

16 - 0000366-73.2009.805.0013 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: APORÁ
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: CLARINDO GONCALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: JEAN CARLOS MARQUES, FABIO RANGEL MARIM TOLEDO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL: ANTONIO BRAZ LOUZADA VIANA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

17 - 0010571-69.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 30ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA
AGRAVADO: ANTONIO CARLOS CONCEICAO DOS SANTOS

ADVOGADO: EPIFÂNIO DIAS FILHO, ANGELITA MASCARENHAS CARNEIRO DIAS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

18 - 0005264-37.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 27ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVADO: DANIEL ALEM REGO
ADVOGADO: CANDICE SANTANA FERNANDES
AGRAVANTE: CASSI CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO: MÁRCIO CUNHA DÓRIA, TEREZA CRISTINA GUERRA DÓRIA, MARCELO CUNHA DÓRIA, MAURICIO CUNHA DORIA, HERSEN CUMMING E SILVA JUNIOR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

19 - 0017407-92.2009.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 31ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: VAGNER SILVA FRANÇA
ADVOGADO: LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA
ESTAGIARIO: JOSELITO FREITAS DE SOUSA
AGRAVADO: BV FINANCEIRA S/A-CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

20 - 0010350-23.2009.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 24ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: LEYLA PATRICIA DE OLIVEIRA MORAIS
ADVOGADO: EDUARDO GONCALVES DE AMORIM
ESTAGIARIO: BARBARA DOURADO
AGRAVADO: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: TICIANA CARVALHO DA SILVA, CARLOS MARCELO SOUTO DE ABREU, PATRÍCIA SOUTO VIANA, CAROLE CARVALHO DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

21 - 0012765-42.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0012765-42.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: JOSE CAMILO DAS NEVES
ADVOGADO: LÁZARO AUGUSTO DE ARAÚJO PINTO
AGRAVADO: BANCO ITAUCARD S/A
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

22 - 0012988-92.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0012988-92.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 17ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: HAMILTON GOMES DE SANTANA
ADVOGADO: JULIANA FERREIRA CUNHA, RITA MARIA SOARES FERREIRA DA SILVA, LIANE NASCIMENTO DA COSTA
AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

23 - 0005445-38.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: BARREIRAS
VARA: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: LEONARDO MOTA COSTA RODRIGUES
AGRAVADO: DIEGO RUAN FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: ALEXSANDRO PINHEIRO DA SILVA, JOIGNA DE CARLA PINTO TEIXEIRA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

24 - 0024373-68.2009.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0024373-68.2009.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGADO: MIRANI DE MATOS SANTOS

ADVOGADO: CRISTIANE RAMOS DA SILVA
EMBARGANTE: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO: ANTÔNIO JOSÉ SOUZA BASTOS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

25 - 0012274-35.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0012274-35.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
AGRAVANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO: GUSTAVO CARVALHO DE MENEZES, MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES, MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ
AGRAVADO: GENALDO RODRIGUES DE SANTANA
ADVOGADO: CLÁUDIO MORAES SODRÉ
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

26 - 0009591-25.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
VARA: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: JOSÉ JORGE SOUZA BRAGA
ADVOGADO: POLLYANA RIBEIRO FREITAS KUHN, GUTEMBERG DANIEL VASCONCELOS KUHN PEREIRA
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ALOYSIO MORAES PORTUGAL JUNIOR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

27 - 0175915-70.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 16ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: ANTONIO ROCHA COSTA
ADVOGADO: ARMENIO SIMOES PINTO DE CARVALHO JUNIOR
APELANTE: BAPEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
ADVOGADO: RUY SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA, KEYNA MENEZES MACHADO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

28 - 0004498-81.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ROBERTO LIMA FIGUEIREDO
AGRAVADO: ANTONIO ANDRE DE SOUZA FILHO
DEFENSOR: MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES
DEFENSOR: CARMELLA MARIA DE ALENCAR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

29 - 0012617-02.2008.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: DEMETRIO LOURES RAFAEL DOS SANTOS, PAULO ROBERTO FERREIRA SANTOS, ANDREIA DAS NEVES DA SILVA PEREIRA, FERNANDA NOVAIS CRUZ LIMA COSTA, MARCIO CUNHA RAFAEL DOS SANTOS, ADAUTA VALGUEIRO DINIZ
AGRAVADO: RICARDO LEAN LINS DE SOUZA
AGRAVADO: WALTER SANTOS MAGALHAES JUNIOR
AGRAVADO: ROSIVALDO VIEIRA DE MELO
AGRAVADO: JOSE GOMES DE SOUZA
AGRAVADO: ADALTO GOMES DE SOUZA
ADVOGADO: JUVENCIO DE SOUZA LADEIA FILHO
AGRAVADO: ANARBAL DA SILVA
AGRAVADO: VALENTINA DO AMARAL SOUZA
AGRAVADO: HYPERIDES DA SILVA MAGALHAES
AGRAVADO: JOSE CARLOS BOTELHO DE OLIVEIRA
AGRAVADO: JOALDO BOTELHO DE OLIVEIRA
AGRAVADO: ROQUE FELIX BOTELHO DE OLIVEIRA
AGRAVADO: JOSE ANTONIO DA COSTA

AGRAVADO: IVANA DE SOUZA GONZAGA
AGRAVADO: JOSE CARLOS GANEM HARFUSH
ADVOGADO: HENRIQUE SERAPIAO DOS SANTOS, FRANKLIN MONTEIRO DE ALMEIDA LINS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

30 - 0001010-21.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVADO: MILITAO DA SILVA
ADVOGADO: PEDRO DO NASCIMENTO, CÉLIA OTERO ROCHA
AGRAVANTE: ARNALDO DE SIQUEIRA
ADVOGADO: REJANE AMORIM DE ANDRADE OLIVEIRA, ADRIANO ALMEIDA FONSECA, MATHEUS DE CERQUEIRA Y COSTA, PETER CHRISTIAN TERAN TROELSEN, FLAVIA PEIXOTO RIBEIRO, LARISSA TEIXEIRA ARGOLLO, TIAGO AVILA DE SOUZA
AGRAVADO: TRANSPORTES SAO SALVADOR S.A.
ADVOGADO: WALTER SOARES, IVAN ALVES SOARES, ADRIANA TAPIOCA BASTOS SOUSA, REINAN DE SOUSA BARRETO, SERGIO SANTOS SILVA, CARLOS ALBERTO SUDARIO
RELATOR(A): DES(A). MOACYR MONTENEGRO SOUTO (JUIZ CONVOCADO)
Substituindo: Desa. Maria Marta Karaoglan M. Abreu

31 - 0106839-37.2000.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0106839-37.2000.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 25ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGADO: MARIA JOSE SAMPAIO DE SOUZA
ADVOGADO: LUIZ DE JESUS BARROS
EMBARGANTE: HOSPITAL SAGRADA FAMILIA
ADVOGADO: JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA
EMBARGANTE: ANDERSON PASSOS FIGUEIREDO
ADVOGADO: VITOR SERVA VAZQUEZ
RELATOR(A): DES(A). MOACYR MONTENEGRO SOUTO (JUIZ CONVOCADO)
Substituindo: Desa. Maria marta Karaoglan M. Abreu

DENISE ABREU LOPES, TÉCNICO JUDICIÁRIO, DIGITEI
ONEIDA IRMA BARBOSA, DIRETORA E SECRETÁRIA

## *SEGUNDA CÂMARA CÍVEL*

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0099775-29.2007.805.0001-0
EMBARGANTE: ANTONIEL FERREIRA JÚNIOR
ADVOGADO: RENATO SOUZA SANTANA
EMBARGADA: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL
ADVOGADOS: LORENA MAGALHÃES SANCHO E OUTROS
RELATOR: DES. GESIVALDO BRITTO

DECISÃO

Vistos, etc.

Sob os mesmos fundamentos da decisão de fl. 308, determino a expedição de mandado de notificação à Embargada, na pessoa do seu Reitor, para que proceda a todos os atos necessários à viabilização da matrícula do Embargante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) pelo descumprimento.

Após, retornem para julgamento.

Publique-se e intimem-se.

Salvador - BA, janeiro 25, 2011.

DES. GESIVALDO BRITTO
RELATOR

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0001549-59.2008.805.0225-0

ORIGEM: COMARCA DE ITAPITANGA
APELANTE: DERNIVAL DIAS FERREIRA
ADVOGADO: KITIAN DE JESUS RIBEIRO
APELADOS: ERIVALDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO: DERALDO JOSÉ CASTRO DE ARAÚJO
RELATOR: DES. GESIVALDO BFRITTO

DECISÃO

Vistos, etc.

Mantenho a decisão de fls. 2.076/2.079, por seus próprios fundamentos, e indefiro a petição de fls. 2.082/2.084.

Conforme se constata às fls. 2.090/2.093 destes fólios, o Exmo. Sr. Desembargador Relator Sinésio Cabral Filho negou seguimento à Correição Parcial esposada pelo Embargado, haja vista falta de atendimento a requisito de admissibilidade.

Por esta razão, determino o envio dos autos ao Juízo de Primeiro Grau para cumprimento do quanto determinado no Acórdão de fls. 2.008/2.020.

Procedam-se às baixas de estilo.

Publique-se e intimem-se.

Salvador-BA, janeiro 25, 2011.

DES. GESIVALDO BRITTO
RELATOR

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0017063-77.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR / 2ª VARA DOS FEITOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS
AGRAVANTE: UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
ADVOGADOS: DILAZE PATRÍCIA AMORIM GONÇALVES E OUTROS
AGRAVADOS: MIGUEL GERALDO FARIAS PIRES E JOANA FARIAS PIRES
DEFENSORA PÚBLICA: MARTA DE OLIVEIRA TORRES
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, aviado por UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS, contra decisão liminar que lhe determinou o restabelecimento do plano de saúde de MIGUEL GERALDO FARIAS PIRES e JOANA FARIAS PIRES, ora agravados, e o fornecimento de cobertura para internação domiciliar (home care) aos mesmos, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais).

Noticiam os autos que MIGUEL GERALDO FARIAS PIRES e JOANA FARIAS PIRES, pessoas idosas com 80 (oitenta) e 76 (setenta e seis) anos de idade, respectivamente, mantêm contrato de prestação de serviços com o plano de saúde Unimed por meio da ASSIBGE, da qual fazem parte, estando em dia com suas mensalidades. Ocorre que os recorridos apresentaram graves quadros de saúde, necessitando de acompanhamento médico e fisioterápico; na ocasião, foram noticiados que o referido plano havia sido cancelado junto ao Sindicato, sem que aos filiados fosse dado o direito de manutenção do contrato.

Da análise dos relatórios médicos acostados às fls. 34 e 35 dos autos, infere-se que, de fato, os agravados necessitam para sua sobrevivência e recuperação de tratamentos médicos e fisioterápicos especializados.

A agravante/seguradora, por sua vez, se negou a autorizar o procedimento solicitado, sob a alegação de que o contrato estava rescindido desde julho de 2009, o que ensejou a propositura de ação ordinária pelos agravados, com pleito liminar, visando à obtenção da cobertura requerida.

Deferida a liminar, a agravante se insurge, manejando o presente instrumento, em que deduz a impossibilidade de restabelecimento de um contrato rescindido mediante acordo homologado judicialmente há mais de um ano, não merecendo respaldo as alegações dos autores/agravados de que estavam em dia com as mensalidades, vez que essas sequer continuaram a ser emitidas após a referida rescisão. Ressalta que se acaso o contrato estivesse em vigor e pudesse ser mantido, ainda assim não poderia ser concedida a cobertura para home care, ante a ausência de pedido médico nesse sentido. Postulou, então, a concessão de efeito suspensivo ao agravo, para que não fosse compelida a arcar com despesas de um contrato extinto e, ao final, o provimento do recurso.

Decido.

Ab initio, examinando os pressupostos de admissibilidade recursal, observa-se que o agravo é manifestamente intempestivo.

A intimação da decisão objurgada ocorreu em 29/11/2010 (segunda-feira), conforme cópia da juntada do mandado positivo aos autos, de fls. 79. O agravo de instrumento foi protocolizado em 16/12/2010 (quinta-feira), o que se infere das fls. 02. Destarte, constata-se que restou descumprido o decêndio legal constante do art. 522 do Código de Processo Civil.

O recurso sub oculi fora interposto 7 (sete) dias após encerrado o prazo de lei, que, in casu, finalizou-se em 09/12/2010 (quinta-feira). Logo, impõe-se o não conhecimento do agravo, eis que não preenchido o requisito consistente na tempestividade, ficando prejudicada a apreciação meritória.

Ex positis, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO, ante a sua evidente intempestividade, na forma do art. 557, caput, do CPC.

Publique-se. Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos ao Juízo da causa, a fim de que sejam apensados aos da ação principal.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CIVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO
PROCESSO Nº 0011969-51.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA
ADVOGADOS: JAIME D'ALMEIDA CRUZ e ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES
AGRAVADA: MARIA ISABEL MATOS TELES BITENCOURT
ADVOGADOS: RANULFO DE ABREU CAMPOS e FAGNER SANTANA DE ARAÚJO
RELATORA: DESª MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

DESPACHO

Cumpra-se o quanto solicitado pela Procuradoria de Justiça à folha 156, no sentido de juntar aos autos o aviso de recebimento correspondente à intimação da parte agravada ou, na sua impossibilidade, a realização de nova intimação.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Relatora

SEGUNDA CÂMARA CIVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO
PROCESSO Nº 0011947-90.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA
AGRAVANTES: MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA E OUTRO
ADVOGADO: ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES
AGRAVADO: ROQUE NASCIMENTO REHM
ADVOGADOS: RANULFO DE ABREU CAMPOS e FAGNER SANTANA DE ARAÚJO
RELATORA: DESª MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

DESPACHO

Manifeste-se a parte agravante acerca das informações prestadas pelo juízo de origem à folha 101, que noticia a perda do objeto do presente recurso de agravo de instrumento.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0016996-15.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR / 9ª VARA DOS FEITOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS

AGRAVANTE: ROBSON MAGALHÃES DOS SANTOS
ADVOGADOS: DÉBORA SOUTO COSTA E OUTROS
AGRAVADO: BANCO ITAUCARD S/A
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento manejado por ROBSON MAGALHÃES DOS SANTOS contra decisão proferida em ação de revisão contratual, que move em desfavor do BANCO ITAUCARD S/A.

Infere-se dos fólios que as partes celebraram contrato de financiamento de um veículo VW/GOL, 2001/2001, PP JPG 4137, ficando o agravante obrigado ao pagamento de 48 (quarenta e oito) prestações mensais no valor de R$ 451,58 (quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos). Inconformado com os encargos avençados, o mutuária ajuizou demanda revisional, com pedido de tutela antecipada, pugnando, em suma, o depósito judicial do montante de R$145,00 (cento e quarenta e cinco reais), correspondentes a cada parcela; que a instituição bancária se abstivesse de incluir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito; e a manutenção do veículo em sua posse.

A magistrada a quo deferiu parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela, porém condicionou a autora, ora agravante, ao depósito em juízo das prestações inicialmente ajustadas, o que ensejou a interposição deste recurso.

Decido.
O agravo é tempestivo, encontra-se instruído com as peças obrigatórias, estando o preparo dispensado, uma vez deferido o pedido de assistência judiciária gratuita.

Examinando o recurso aviado, observa-se que a tese sustentada pelo recorrente afronta o posicionamento reiteradamente adotado por este Sodalício. Prevalece o entendimento de que, em se tratando de demandas revisionais, o devedor poderá permanecer na posse do bem fiduciariamente alienado enquanto pendente a lide em que se discute o contrato. Todavia, a posse e a impossibilidade de inscrição do nome do mutuário nos órgãos de proteção ao crédito ficam estritamente condicionadas ao depósito dos valores originariamente pactuados.

Destarte, conclui-se pelo acerto da decisão agravada que, embora tenha deferido parcialmente a tutela pleiteada pelo consumidor, assegurando, inclusive, a posse do automóvel e a não inserção do seu nome em cadastros de restrição ao crédito, vinculou a eficácia do decisum ao depósito judicial das parcelas no importe contratado.

Ex positis, considerando que a decisão objurgada fora proferida em consonância com a jurisprudência dominante neste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento proposto por ROBSON MAGALHÃES DOS SANTOS, na forma do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos ao Juízo da causa, a fim de que sejam apensados aos da ação revisional.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0016976-24.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR / 21ª VARA DOS FEITOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS
AGRAVANTE: ANA MARIA DE ASSIS SILVA
ADVOGADOS: JOSÉ MARQUES MUNIZ SANTOS E OUTROS
AGRAVADO: BANCO ITAU S/A
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento manejado por ANA MARIA DE ASSIS SILVA contra decisão proferida em ação de revisão contratual, que move em desfavor do BANCO ITAU S/A.

Infere-se dos fólios que as partes celebraram contrato de financiamento de um veículo VW/FOX 1.0 G II, 09/10, TOTAL FLEX, PP JSX 3297, ficando a agravante obrigada ao pagamento de 48 (quarenta e oito) prestações mensais no valor de R$ 1.221,58 (hum mil duzentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos). Inconformada com os encargos avençados, a mutuária ajuizou demanda revisional, com pedido de tutela antecipada, pugnando, em suma, o depósito judicial do montante de R$785,00

(setecentos e oitenta e cinco reais), correspondentes a cada parcela; que a instituição bancária se abstivesse de incluir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito; e a manutenção do veículo em sua posse.

A magistrada a quo deferiu parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela, porém condicionou a autora, ora agravante, ao depósito em juízo das prestações inicialmente ajustadas, o que ensejou a interposição deste recurso.

Decido.

O agravo é tempestivo, encontra-se instruído com as peças obrigatórias, estando o preparo dispensado, uma vez deferido o pedido de assistência judiciária gratuita.

Examinando o recurso aviado, observa-se que a tese sustentada pela recorrente afronta o posicionamento reiteradamente adotado por este Sodalício. Prevalece o entendimento de que, em se tratando de demandas revisionais, o devedor poderá permanecer na posse do bem fiduciariamente alienado enquanto pendente a lide em que se discute o contrato. Todavia, a posse e a impossibilidade de inscrição do nome do mutuário nos órgãos de proteção ao crédito ficam estritamente condicionadas ao depósito dos valores originariamente pactuados.

Destarte, conclui-se pelo acerto da decisão agravada que, embora tenha deferido parcialmente a tutela pleiteada pelo consumidor, assegurando, inclusive, a posse do automóvel e a não inserção do seu nome em cadastros de restrição ao crédito, vinculou a eficácia do decisum ao depósito judicial das parcelas no importe contratado.

Ex positis, considerando que a decisão objurgada fora proferida em consonância com a jurisprudência dominante neste Tribunal, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento proposto por ANA MARIA DE ASSIS SILVA, na forma do art. 557, caput, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos ao Juízo da causa, a fim de que sejam apensados aos da ação revisional.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0000061-60.2011.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR/ 19ª VARA DOS FEITOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS
AGRAVANTE: CACIQUE S.A. COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
ADVOGADOS: THEODORO CARVALHO DE FREITAS E OUTROS
AGRAVADO: BRASÍLIA AGRO COMERCIAL E INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA
ADVOGADO: JURACY SANTOS SOUZA
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento manejado por CACIQUE S.A. COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, inconformado com a decisão proferida em audiência preliminar, no bojo dos autos de Embargos à Execução movidos contra BRASÍLIA AGRO COMERCIAL E INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA, na qual foi determinada a expedição de Carta Rogatória para Madri, atendendo-se ao pleito do agravado.
Infere-se dos fólios que a agravada propôs ação de execução por quantia certa contra a agravante, fulcrada em duas letras de câmbio no valor total de R$842.945,30 (oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos). A executada, ora recorrente, foi regularmente citada por Carta Precatória endereçada ao Juízo da Comarca de Arapiraca da Serra, Alagoas, tendo diversos bens de sua propriedade penhorados para garantia da execução. Por tal razão, opôs Embargos à Execução em 12.11.1999, não havendo até o presente momento decisão sobre seu pleito. Em que pese este fato, em 15.08.2007 a agravada inova no feito ao pleitear a expedição de Carta Rogatória para Madri, a fim de determinar a citação e penhora de bens da empresa ALTADIS SA, controladora da Cacique S.A. O magistrado a quo, por sua vez, intimou a exequente, em 22.10.2010, para que esta informasse acerca do interesse em expedir a referida carta, o qual foi confirmado, sendo tal pedido deferido em audiência preliminar realizada em 14.12.2010.
Inconformado com a decisão supramencionada, insurge-se o agravante, alegando que a execução já está garantida e seu andamento suspenso até que sejam julgados os Embargos à Execução. Pugna pela concessão de efeito suspensivo ao presente, e, por fim, o seu provimento, para ver reformada a decisão hostilizada, bem como seja determinado ao Magistrado de origem que proceda ao julgamento dos Embargos à Execução opostos.

Decido.

O agravo é tempestivo, encontra-se instruído com as peças obrigatórias, estando isento de preparo.
Da análise dos autos, denota-se que a decisão agravada, de fato, incorreu em equívoco, senão vejamos.
Conforme se observa, a execução da qual decorre a decisão hostilizada já está devidamente garantida por bens oferecidos e aceitos pela agravada, consistindo nos armazéns I, II, III e IV para estocagem e beneficiamento de fumo, situado na Rua Antônio Vital da Silva 36, na Cidade de Arapiraca da Serra, Alagoas, inscritos no Cartório de Imóveis competente sob as matrículas nºs 27.237, 27.237 e 14.784; esteira elevatória; balança portátil Toledo com capacidade de 200 kg; e balança Filizola para caminhão com capacidade de 30.000 kg.
Além disso, a lide pende de julgamento de Embargos à Execução opostos pelo recorrente, que, muito embora não se tenha provado nos autos terem sido recebidos com efeito suspensivo, tratam dos bens citados anteriormente, dados em garantia.
Não há, portanto, razão a justificar a expedição de Carta Rogatória para uma terceira empresa, estranha à presente lide e segundo a exequente, controladora da Cacique S.A, situada em Madri - Espanha. Havendo garantia do juízo e suspensão da execução deveria a exequente/agravada aguardar o julgamento dos Embargos à Execução para que, somente na hipótese de serem julgados improcedentes, pudesse realizar os demais atos de expropriação dos bens penhorados.

O entendimento ora exarado encontra respaldo no art. 667 do Código de Processo Civil, que elenca hipóteses de admissibilidade de segunda penhora. Conforme se verifica da transcrição do dispositivo legal a seguir, o presente caso não se encaixa em nenhuma dessas hipóteses:

Art. 667. Não se procede à segunda penhora, salvo se:

I - a primeira for anulada;

II - executados os bens, o produto da alienação não bastar para o pagamento do credor;
III - o credor desistir da primeira penhora, por serem litigiosos os bens, ou por estarem penhorados, arrestados ou onerados.

Diante de tudo o quanto exposto, é de se atribuir efeito suspensivo ao presente agravo, pois não há razão que justifique a expedição de Carta Rogatória para citação e penhora de bens num processo de execução cujo débito encontra-se garantido por bens já penhorados, pendente de julgamento de Embargos à Execução.

Em assim sendo, atribuo EFEITO SUSPENSIVO AO PRESENTE AGRAVO, na forma do art. 527, inciso III, do CPC, de forma a suspender a determinação do juízo de primeiro grau de expedição de carta rogatória para Madri - Espanha, até ulterior deliberação.

Comunique-se, com urgência, o juízo originário, solicitando-lhe as informações de praxe, para que as preste no prazo legal.

Publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0017052-48.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR / 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DANIEL SOUZA TOURINHO
AGRAVADO: LUIZ CARLOS RIBEIRO FRANCA
ADVOGADA: MARIA TERESA PONDÉ FRAGA LIMA
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento manejado por MUNICÍPIO DO SALVADOR contra decisão proferida em sede de embargos à execução fiscal, que lhe move AUREA LUIZA LOBÃO ALVES.

Infere-se dos fólios que o recorrente ajuizou a execução fiscal tombada sob o n. 0058695-03.1998.805.0001, visando à cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, exercícios de 1993 a 1996, incidente sobre o imóvel de inscrição municipal n. 171166-0, em desfavor de Carlos Romel Silva Alves e sua esposa, Áurea Luíza Lobão Alves. Percorridos os trâmites legais, o imóvel foi levado à hasta pública e arrematado por Luiz Carlos Ribeiro Franca, após o que a Sra. Áurea Luíza Alves, na qualidade de esposa do executado, propôs os embargos de n. 0095513-75.2003.805.0001, argumentando que a execução estava eivada de nulidade, tendo-se em vista a ausência de citação regular da ora embargante.

De fato, a referida arrematação fora anulada, ingressando o arrematante, ora agravado, nos autos dos Embargos à Execução

com pedido de restituição dos valores pagos a caráter de IPTU relativos aos exercícios de 2001 a 2003, em referência ao imóvel em questão, bem como das taxas judiciárias.
O magistrado a quo proferiu decisão determinando que o Município de Salvador restituísse imediatamente o valor recolhido correspondente ao IPTU dos exercícios de 2001 a 2003 do imóvel, contra a qual insurge-se o agravante.
Aduz o recorrente que o fato gerador do IPTU ocorreu regularmente e o arrematante ostentava a condição de proprietário e possuidor do bem quando efetuou o pagamento do imposto, sendo este devido, pelo que pleiteia, por meio do presente agravo, a reforma da decisão, para reconhecer que à época do recolhimento do tributo o seu pagamento se deu de forma regular por quem ostentava a condição de contribuinte.

Decido

O agravo é tempestivo, encontra-se instruído com as peças obrigatórias, estando isento de preparo.

Da análise dos autos, denota-se o acerto da decisão agravada. Evidentemente, não há dúvida de que o arrematante deve ser indenizado pelos prejuízos advindos com a anulação da arrematação judicial, na medida em que não deu causa a esta.
No caso, trata-se de anulação de ato jurídico (arrematação de bem penhorado) por irregularidade no processo executório praticada pelo Município.
Determinam os artigos 168, parágrafo único, e 169 do Código Civil, respectivamente, que:
Art. 168, parágrafo único: As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.
Art. 169: O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
Nessa linha de raciocínio, cumpre-nos analisar os efeitos da declaração de nulidade do negócio jurídico. Para Rodolfo Pamplona Filho, "por se tratar de sentença proferida no bojo de ação declaratória de nulidade, salvo norma especial em sentido contrário, os seus efeitos retroagem até a data de realização do ato, invalidando-o ab initio (efeitos ex tunc). Declarado nulo o ato, as partes restituir-se-ão ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente".
Ora, considerando-se que foi exigido ao arrematante o pagamento das parcelas relativas ao IPTU dos exercícios de 2001 a 2003 para que houvesse liberação do Imposto de Transmissão Inter Vivos - ITIV e, ainda, tendo em vista que o recorrido sequer exerceu a posse e o domínio do bem, fato este aduzido pelo próprio Município de Salvador (fls. 53), é perfeitamente aplicável a restituição dos valores pagos, diante da anulação da arrematação.

Ex positis, aferida a manifesta inadmissibilidade deste agravo, NEGO-LHE SEGUIMENTO, ex vi do art. 557, caput, do Código de Ritos.

Encaminhem-se os autos ao Juízo da causa, a fim de que sejam apensados aos da ação principal.

Publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0016769-25.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR/ 10ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, ÓRFÃOS E INTERDITOS
AGRAVANTE: ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ALBENZIO PEREIRA DE JESUS
AGRAVADA: TANIA MARIA DA CRUZ BARBOSA
ADVOGADO: IGOR HOLANDA TINOCO CORREIA
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento manejado por ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA, inconformado com a decisão que indeferiu o seu pleito de desentranhamento dos autos de petição confeccionada pela agravada, no bojo da ação de alimentos que lhe move TANIA MARIA DA CRUZ BARBOSA.
Infere-se dos fólios que o agravante peticionou às fls. 483/485 dos autos originais, argumentando que o cartório concedera vista indevida do processo ao advogado da autora/agravada, os quais teriam sido devolvidos com petição intempestiva e fora de prazo. Em razão do ocorrido, seu acesso aos autos fora impedido. Por tais razões, pleiteou o desentranhamento da petição juntada pela autora/agravada e a revogação do despacho de fls. 474.
O magistrado a quo indeferiu os pleitos formulados pelo réu/agravante, sob o fundamento de não haver pertinência nas suas alegações, uma vez que o causídico da autora/recorrida fez carga dos autos e os devolveu na mesma data, manifestando-se acerca do acórdão proferido em 01.06.2010 pela 2ª Câmara Cível, não havendo qualquer falha ou equívoco a ensejar nulidade

do despacho outrora exarado. Insurge-se o agravante contra tal decisão (fls. 29/30), pleiteando a concessão de efeito suspensivo ao presente, bem como o desentranhamento da petição juntada pela autora às fls. 472/473 dos autos originais e, por fim, o provimento do recurso.

Decido.

Conforme dicção do art. 525, I, do Código de Processo Civil, a petição de agravo de instrumento deve ser instruída obrigatoriamente com cópias da decisão agravada, da certidão de intimação e das procurações outorgadas aos advogados das partes. No caso em tela, observa-se que o advogado que subscreveu a petição de interposição e as razões do recurso, em nome do agravante, não detém poderes para representá-lo em Juízo. Não há nos autos o instrumento do mandato, sem o qual ele não está autorizado a procurar em nome da parte.
O que há, em verdade, é a juntada do substabelecimento (fls. 16), que sem o mandato do qual deriva não serve para transferir atos a terceiro. Nesse sentido posiciona-se a jurisprudência pátria, in verbis:
O substabelecimento desacompanhado de procuração outorgada ao advogado substabelecente não atende as exigências do artigo 525, inciso I, do Código de Processo Civil. 2º TACivSP - AI 554.398 - 2ª Câm. - Rel. Juiz ANDREATTA RIZZO - J. 9.11.98. No mesmo sentido: AI 601.305 - 2ª Câm. - Rel. Juiz PEÇANHA DE MORAES - J. 27.9.99.
Agravo de instrumento. Cópia da procuração outorgada ao patrono do agravante que firmou substabelecimento para a advogada subscritora do agravo. Ausência. Descumprimento do disposto no artigo 525, I, do Código de Processo Civil (Redação dada pela Lei n° 9139/95). Agravo não conhecido. 2º TACivSP - AI 804.555-00/0 - 10ª Câm. - Rel. Juiz NESTOR DUARTE - J. 20.8.2003.
Processo civil. Agravo de instrumento. Peça obrigatória incompleta. Ausência de procuração outorgada ao advogado da agravante. Juntada de substabele-cimentos sem as procurações originais. Mantida a decisão agravada. Aplicação da Súmula 115/STJ. Desprovimento. I. 'Na instância especial é inexistente o recurso interposto por advogado sem procuração nos autos' (Súmula n. 115/STJ). II. A juntada de substabelecimentos sem as respectivas procurações outorgadas pelos advogados substabelecentes não subsistem por si sós, sendo indispensável a apresentação dos mandatos para comprovar a legítima outorga de poderes. III. Não se conhece do agravo de instrumento instruído com cópia de peça obrigatória incompleta. IV. Agravo regimental a que se nega provimento. AgRg no Ag 714624 / GO - 4ª Turma - Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR - J. 15.12.2005 - in DJ 27.03.2006 p. 294.
E não se alegue que se está diante de mera irregularidade sanável a qualquer tempo. Remediável seria que o Agravante tivesse dado cumprimento aos ditames do Código de Processo Civil, no prazo por ele fixado. Não cumpriu e nada requereu. Nenhum fato foi alegado como impeditivo da correta formação do instrumento e da instrução do recurso.
Sendo assim, não é possível o suprimento por determinação do Relator ou por requisição à Vara de origem. Trata-se de faculdade prevista no artigo 527 do Código de Processo Civil, para hipóteses diversas, em que se julgue útil complementar informações, mas não para suprir a falha do Recorrente na instrução sobre as peças indispensáveis ao julgamento. Veja-se:
A lei exige que os dois atos (interposição do recurso e juntada das razões e documentos) sejam praticados simultaneamente, isto é, no mesmo momento processual. Caso não ocorra essa prática simultânea, terá havido preclusão consumativa, vedado ao agravante juntar, posteriormente à interposição do agravo, razões ou documentos. TJSP - AI 899.091-00/3 - 27ª Câm. - Rel. Des. JESUS LOFRANO - J. 17.5.2005.

Por fim, muito embora o preparo não tenha sido efetuado, dispenso-o, deferindo o pedido de assistência judiciária gratuita formulado pela recorrente.

Ex positis, com espeque nos arts. 525 e 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento proposto por DÉBORA SANTOS ALMEIDA.

Publique-se. Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos ao Juízo da causa, a fim de que sejam apensados aos da ação revisional.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0000109-19.2011.805.0000-0
ORIGEM: ITABUNA/ 4ª VARA DOS FEITOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS
AGRAVANTE: DÉBORA SANTOS ALMEIDA
ADVOGADOS: ZUEINE SOUSA DOS SANTOS E OUTROS
AGRAVADO: MOISÉS SANTOS ALMEIDA SOBRINHO
ADVOGADO: SÉGIO ALEXANDRINO MACHADO
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento manejado por DÉBORA SANTOS ALMEIDA, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão proferida em sede ação monitória que indeferiu a impugnação feita pela ora agravante ao cumprimento de sentença. O magistrado a quo afirmou que a incidência de juros moratórios resta pacificada desde o advento da súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual se convenceu pelo improvimento do pleito formulado pela acionada.
Pugna a recorrente pela concessão do efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e, por fim, pelo provimento do mencionado recurso.
Decido.

A Lei Processual Civil estabelece, em seu art. 525, inciso I, que a petição de agravo de instrumento será obrigatoriamente instruída com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. A ausência de quaisquer destas peças implica na formação equivocada do instrumento, o que prejudica a apreciação do recurso de agravo.

Examinando-se os autos, constata-se faltar requisito de admissibilidade recursal, porquanto o agravante deixa de colacionar peças obrigatórias, elencadas pela norma processual, quais sejam, as cópias da respectiva intimação e da procuração outorgada ao advogado do agravado. Destarte, não preenchido os pressupostos constantes do art. 525, inciso I, do CPC, fica obstado o conhecimento do presente agravo.

É o entendimento pacificado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. FALTA DE PROCURAÇÃO DO AGRAVADO. Na análise da admissibilidade, se verifica, dentre outros requisitos, se o recurso interposto está perfeitamente instruído, de acordo com a regra do artigo 525 do CPC. A falta de peças obrigatórias implica o não recebimento do recurso. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO. (Agravo de Instrumento Nº 70036507432, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Julgado em 21/05/2010)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE.
1. A ausência de documento obrigatório previsto no art. 525, I do CPC, que outorga poderes ao advogado representar a agravante, ou seja, a ausência de procuração, resulta no não conhecimento do agravo.
AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO. (Tribunal de Justiça do RS, 3ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento Nº 70037255429, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Dorval Bráulio Marques, Julgado em 29/06/2010)) - grifos aditados

Vale ressaltar que a certidão da respectiva intimação tem por finalidade permitir a aferição da tempestividade do agravo de instrumnto, de forma que a sua ausência acarreta a inadmissibilidade do recurso.

Neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS. PROVA DA TEMPESTIVIDADE. A falta de documento exigido pelo art. 525, do CPC - no caso, prova da tempestividade - impõe o não seguimento do recurso, de acordo com inciso I, do mesmo dispositivo legal. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO. (Tribunal de Justiça do RS, 3ª Câmara Cível, Agravo de Instrumento nº 70024714552, Relator: Rogério Gesta Leal, Julgado em 10/06/2008) - grifos aditados

Ademais, observa-se que a agravante deixou de cumprir o disposto no art. 524, III, do CPC, no momento em que não apresenta o requisito nele disposto, qual seja, o nome e o endereço completo do advogado do agravado. Evidente ser do conhecimento do agravante o nome do patrono do agravado que atuou no processo de conhecimento, por óbvio sendo também seu defensor no processo de execução. A falta de indicação também enseja a negativa de seguimento do recurso, por manifesta inadmissibilidade.
Por fim, muito embora o preparo não tenha sido efetuado, dispenso-o, deferindo o pedido de assistência judiciária gratuita formulado pela recorrente.

Ex positis, com espeque nos arts. 525 e 557 do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao agravo de instrumento proposto por DÉBORA SANTOS ALMEIDA.

Publique-se. Decorrido o prazo recursal, encaminhem-se os autos ao Juízo da causa, a fim de que sejam apensados aos da ação revisional.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0017154-70.2010.805.0000-0 DE SALVADOR
AGRAVANTE: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS: ANTONIO BRAZ DA SILVA E OUTROS

AGRAVADOS: FRANKLIN PASSOS DE ARAÚJO JUNIOR
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO SUBSTITUINDO DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

D E C I S Ã O

HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO interpôs o presente agravo de instrumento para adversar interlocutória proferida pelo M.M. Juiz de Direito da 6ª Vara dos feitos da Relação de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador que, nos autos da ação Hipotecária nº 0047698-24.1999.805.0001, aforado pelo ora Agravado, suspendeu o curso do processo principal, inclusive a ordem de desocupação de fls.138, recolhendo-se o respectivo mandado com ou sem cumprimento.

Aduziu que a interlocutória está em choque com a legislação aplicável às Execuções Hipotecárias, ao direito civil, processual, jurisprudência e fatos que emergem dos autos.

Alegou que não há justificativa para que a agravada permaneça na posse de um imóvel arrestado, uma vez que a sua manutenção trará sérios prejuízos à continuidade da ação de Execução Hipotecária.
Sinalizou que o arresto e as incessantes diligências nos autos da ação de execução hipotecária configuram meios de proteção à posse do imóvel ao credor hipotecário, sendo falsa a idéia de posse manda e pacífica.

No mais, em seu longo arrazoado, abordou questões meritórias, objeto de enfrentamento pelo M.M. a quo em Juízo de Cognição exauriente e disse que o fato da agravada ter ajuizado uma ação de usucapião não é suficiente para afastar os atos praticados pelo Juízo prevento da Execução Hipotecária, conforme balizada jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Concluiu sua narrativa pugnando a impressão de efeito suspensivo ao presente recurso, a fim de que sejam obstados os efeitos da interlocutória invectivada.

Eis em epítome o relato. Decido.

Presentes os requisitos de admissibilidade do presente recurso interposto, conheço do mesmo.

Ressalte-se, inicialmente, que o caso sob análise é incompatível com a regra de retenção, prevista na primeira parte do caput do artigo 522 do Código de Processo Civil, porque a decisão de primeiro grau foi proferida nos autos do processo de execução fiscal, onde, em princípio, não se vislumbra a possibilidade do uso de recurso de apelação para apreciação preliminar de agravo retido.

É a conclusão que se extrai do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:

"(...) 2. De acordo com as novidades introduzidas pela Lei 11.187/05, o agravo interposto contra decisão de natureza interlocutória deve, em regra, ser processado na modalidade retida. O agravo de instrumento passou a ser exceção, na medida em que será cabível contra a decisão que causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão de apelação ou em relação aos efeitos em que é recebida.

3. Além das hipóteses previstas na lei, o agravo de instrumento deve ser regularmente processado, em regra, quando interposto contra decisão de natureza interlocutória proferida em execução. (...)" Grifei
(RMS 27.194/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2010)

"(...) III - O recurso cabível contra decisão interlocutória proferida em sede de ação executiva é o agravo de instrumento, sendo o agravo retido incompatível com a sistemática do processo de execução. (...)"
(REsp 418.349/PR, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2009)

Recebo o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.

No que concerne ao pedido de atribuição liminar de efeito suspensivo, em juízo de cognição superficial e não exauriente, próprio desse momento, não vislumbro a presença simultânea dos requisitos exigidos para tanto.

Cinge-se o debate dos autos acerca da legalidade ou não da decisão que suspendeu o curso do processo principal, inclusive a ordem de desocupação de fls.138, recolhendo-se o respectivo mandado com ou sem cumprimento.

Perscrutando os fólios, verifico que a decisão objurgada foi deferida fulcrada no art. 1052 do CPC que preleciona:

Art. 1.052 - Quando os embargos versarem sobre todos os bens, determinará o juiz a suspensão do curso do processo principal; versando sobre alguns deles, prosseguirá o processo principal somente quanto aos bens não embargados.

Em razão da constrição de bens de pessoas alheias ao processo revelar uma violência contra direitos fundamentais do cidadão, entre os quais, o devido processo legal e o da propriedade, a restauração desses direitos transgredidos é uma necessidade

premente, o que enseja a instrumentalização de uma tutela de urgência. Á semelhança dos interditos possessórios, que é o primeiro remédio jurídico que o ordenamento oferece para tutelar a propriedade, a ação de embargos de terceiro têm uma fase inicial de cognição superficial cujo efeito antecipa os efeitos da tutela desejada.

Analisando o processado, assim, restaram demonstradas as circunstâncias mencionadas na referida norma e o magistrado agiu, a priori, corretamente ao determinar a suspensão.

Seguem excertos jurisprudenciais:

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - RECEBIMENTO PARA DISCUSSÃO, SEM DEFERIMENTO LIMINAR - CONTROVÉRSIA DOUTRINÁRIA - POSIÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - POSSIBILIDADE - CIRCUNSTÂNCIA QUE ACARRETA, APENAS, A SUBSISTÊNCIA DA CONSTRIÇÃO, COM A NÃO EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE MANUTENÇÃO OU REINTEGRAÇÃO - SUSPENSÃO DO PROCESSO PRINCIPAL - OBRIGATORIEDADE - ARTIGOS 1.051 E 1.052 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - INTELIGÊNCIA - RECURSO PROVIDO. TJPR - Agravo de Instrumento: AI 1528543 PR Agravo de Instrumento - 0152854-3 Órgão Julgador: Sexta Câmara Cível Publicação: 05/05/2010
DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO VERSANDO SOBRE O ÚNICO BEM PENHORADO. RECEBIMENTO COM A SUSPENSÃO DO PROCESSO PRINCIPAL. OBRIGATORIEDADE. EXEGESE DA PRIMEIRA PARTE DO ARTIGO 1.052, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

O recebimento dos embargos de terceiro implica, necessariamente, na suspensão do feito principal, na forma do art. 1.052 do CPC, desde que a discussão instalada envolva a totalidade dos bens constritos, a fim de evitar a prática inócua de atos processuais e prejuízos de difícil ou incerta reparação às partes litigantes, também como medida de racionalidade e de economia processual. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. TJPR - Agravo de Instrumento: AI 1481676 PR Agravo de Instrumento - 0148167-6 Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível Publicação: 10/11/2010 DJ: 5755

Sendo assim, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, entendo ser necessária a manutenção do ato agravado.

Nesse diapasão considerando a sumariedade do exame da questão nesta fase recursal, à luz do direito invocado, vislumbro a inexistência do "periculum in mora" e do " fumus boni iuris" , razão pela qual, sem adentrar ao mérito da causa, indefiro a suspensividade requerida.

Oficie-se o Juízo da Vara da 6ª Vara dos feitos de Relação de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador, comunicando-o o teor desta decisão, e requisitando-lhe as informações de estilo, no prazo legal.

Intime-se o Agravado, por seu Advogado, para, querendo, responder ao presente recurso, no prazo de 10 dias, na forma dom art. 527 do CPC, inciso V e parágrafo único.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Juíza Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0000122-18.2011.805.0000-0 DE EUCLIDES DA CUNHA
AGRAVANTES: MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA E OUTROS
ADVOGADOS: ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES E OUTROS
AGRAVADOS: JURACY PENEDO DA SILVA
ADVOGADOS: LAURENTINO SILVA CAMPOS NETO E OUTROS
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO SUBSTITUINDO DES.
CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara dos Feitos Cíveis, Comerciais, Relações de Consumo e Fazenda Pública da Comarca de Euclides da Cunha que, nos autos do mandado de segurança nº 0001977-26.2010.805.0078, deferiu pedido liminar para que o impetrante fosse nomeado e empossado em cargo para o qual fora aprovado em concurso público, em caráter provisório.

Em suas razões o agravante sinalizou, decadência do direito de impetração; Ausência de prova pré-constituída; Carência de ação; obrigatoriedade de litisconsórcio passivo necessário; existência de mera expectativa de direito.

Relatou a vedação existente no art. 1º da Lei 8.437/92 que preleciona que não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

Disse que não se pode ignorar esta previsão legal, que sem dúvida visa proteger a administração de prejuízos irreparáveis diante do caráter alimentar das verbas por ventura percebidas em consequência do comando decisório.

Requereu fosse o agravo recebido na forma instrumental e a concessão de efeito suspensivo.

Eis o escorço dos autos. Decido

A nova redação atribuída pela Lei n. 11.187/05 ao inciso II do artigo 527 do Código de Processo Civil, traz como regra a conversão do agravo de instrumento para a forma retida, salvo exceções. Vejamos:

"Art. 527. Recebido o agravo de Instrumento no tribunal e distribuído incontinenti, o relator: II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa;" (grifei).
Do exame dos autos, exsurge claramente a potencialidade lesiva da decisão atacada.

Com efeito, a simples imposição do agravante a ser obrigado a convocar e empossar candidato que, em seu dizer, sequer acolheu a convocação anterior e tempestiva já satisfaz a exigência legal que, frise- se, contenta-se com a lesividade potencial da decisão vergastada, não exigindo que o dano esteja configurado ou se mostre iminente. Assim, caracterizada a adequação do agravo na forma de instrumento para combater a decisão que se entende incorreta, de se avançar na pretensão de deferimento de efeito suspensivo da medida guerreada. De início, vejamos o que diz a legislação.

"Art. 558 - O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação,sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara."(grifei).

Ao exame do artigo reproduzido, constata-se que o risco de dano grave e de difícil reparação que autoriza o recebimento do agravo na forma de instrumento também conduz à concessão do efeito suspensivo. Embora via de regra isso se concretize, cabe destacar que a suspensão da decisão de primeiro grau, além da constatação do seu potencial lesivo, impõe a relevância da fundamentação, ou seja, o fumus boni iuris. Nesse aspecto, a interpretação sistemática que a jurisprudência pátria vem dando ao artigo 1°, § 3°, da Lei 8437/92, converge para a vedação da concessão de medida liminar contra a Fazenda Pública - que esgote o objeto da ação - salvo quando demonstrada a indispensabilidade da prestação da tutela, como salvaguarda do provimento final.

In casu, a nomeação e posse do impetrante/agravado, não só esgotaria o objeto da lide, como ainda seria de reversibilidade impraticável, quando consumada. Nesse sentido, recente decisão do STF:

"...A nomeação e posse dos candidatos, por seu turno, são eventos que tendem a consolidar quadro de difícil reversão. Presente, portanto, o fumus boni iuris. Ante o exposto, defiro a Petição no149794/2008 e concedo parcialmente a medida liminar pleiteada, para suspender os efeitos da decisão que determinou a nomeação e a posse dos candidatos em cargo público, até o julgamento final desta reclamação. Comunique-se o teor desta decisão, com urgência, à autoridade reclamada. Na mesma oportunidade, solicitem-se informações, no prazo legal. Após, abra-se vista dos autos ao procurador-geral da República. Publique-se. Brasília, 22 de outubro de 2008. Ministro JOAQUIM BARBOSA Relator. (Rcl 6829 MC, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 22/10/2008, publicado em DJe-205 DIVULG 29/10/2008 PUBLIC 30/10/2008)" Grifamos.

Frise-se que, cautelosamente, a magistrada responsável pela decisão agravada ressaltou o caráter provisório da medida, indicando que o fim colimado seria a garantia da vaga. Ocorre que tal desiderato pode ser alcançado sem que se imponha a nomeação e posse do candidato, cujo direito se encontra sub judice.

É, portanto, o caso de se assegurar a reserva de vaga sem a consolidação de um quadro de difícil reversão em caso de insucesso na investida do impetrante.

Neste sentido, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, entendo ser necessária a reforma parcial do ato agravado.

Em assim sendo e considerando a sumariedade do exame da questão nesta fase recursal, à luz do direito invocado, vislumbro a existência do "periculum in mora" e do " fumus boni iuris" , razão pela qual, sem adentrar ao mérito da causa, defiro em parte a suspensividade requerida para sustar os efeitos da interlocutória quanto a ordem de nomeação e posse, mas para manter incólume a determinação de reserva da vaga do agravado, até o final processamento deste recurso e seu inexorável julgamento pelo Órgão Colegiado.

Oficie-se o Juízo da Vara da 2ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Euclides da Cunha, comunicando-o o teor desta decisão, e requisitando-lhe as informações de estilo, no prazo legal.

Intime-se o Agravado, por seu Advogado, para, querendo, responder ao presente recurso, no prazo de 10 dias, na forma dom art. 527 do CPC , inciso V e parágrafo único .

Em seguida dê-se vista dos presentes autos ao Ilustre Representante do Ministério Público, consoante dispõe o inciso VI do art. 527 do CPC.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Juíza Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0000094-50.2011.805.0000-0 DE SALVADOR
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR: GISANE TOURINHO DANTAS
AGRAVADO: ANDRE G CONST IND COM LTDA
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO SUBSTITUINDO DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

O Município do Salvador interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida nos autos da Ação de Execução Fiscal nº 0069286-04.2010.805.0001, movida contra André G Const. Ind. Com LTDA, que declarou prescrita a dívida pertinente aos IPTU dos exercícios de 2005 cobrado, na forma do inciso IV do art. 269 do CPC, podendo a execução seguir pertinente ao exercício de 2006.
Sinalizou a impossibilidade do reconhecimento ex officio da prescrição em matéria tributária; ausência de intimação do Município para informar acerca de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição; nulidade da decisão e ofensa ao devido processo legal.
Afirmou a inocorrência de prescrição no caso concreto, tendo em vista que a única hipótese em que o juiz pode reconhecer de ofício a prescrição, em sede de execução fiscal, é aquela descrita no art. 40, §4º, da Lei nº 6830/80, que se refere à prescrição intercorrente.
Alegou que na hipótese dos autos, mesmo não sendo o caso de prescrição intercorrente, não há que se falar em prescrição direta/regular, isto porque os créditos tributários objetos da presente execução fiscal são decorrentes do não pagamento de IPTU e TL, sendo notório que tais tributos podem ser pagos pelo contribuinte, em parcelas mensais, vencendo a última em novembro de cada ano.
Enfatizou que para a fixação do termo inicial da prescrição, mister se faz considerar as causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário decorrente da previsão de pagamento parcelado do tributo e da norma inserta no art. 2º, §3º, da Lei 6830/1980.
Por derradeiro, salientou que é forçoso concluir que a presente ação foi ajuizada antes de findado o prazo prescricional de cinco anos e requereu a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, com o seu consequente provimento.
É o relatório.
DECIDO.
Ressalte-se, inicialmente, que o caso sob análise é incompatível com a regra de retenção, prevista na primeira parte do caput do artigo 522 do Código de Processo Civil, porque a decisão de primeiro grau foi proferida nos autos do processo de execução fiscal, onde, em princípio, não se vislumbra a possibilidade do uso de recurso de apelação para apreciação preliminar de agravo retido.
É a conclusão que se extrai do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:
"(...) 2. De acordo com as novidades introduzidas pela Lei 11.187/05, o agravo interposto contra decisão de natureza interlocutória deve, em regra, ser processado na modalidade retida. O agravo de instrumento passou a ser exceção, na medida em que será cabível contra a decisão que causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão de apelação ou em relação aos efeitos em que é recebida.
3. Além das hipóteses previstas na lei, o agravo de instrumento deve ser regularmente processado, em regra, quando interposto contra decisão de natureza interlocutória proferida em execução. (...)" Grifei
(RMS 27.194/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2010)
"(...) III - O recurso cabível contra decisão interlocutória proferida em sede de ação executiva é o agravo de instrumento, sendo o agravo retido incompatível com a sistemática do processo de execução. (...)"
(REsp 418.349/PR, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2009)
Recebo o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.
No que concerne ao pedido de atribuição liminar de efeito suspensivo, em juízo de cognição superficial e não exauriente, próprio desse momento, não vislumbro a presença simultânea dos requisitos exigidos para tanto.
É sabido que o prazo que lei assegura à Fazenda Pública para ajuizar execução fiscal é de cinco anos, conforme determina o art. 174 do CTN e neste ínterim não foi ajuizada a ação para cobrança do exercício de 2005.
Ademais, os Tribunais têm linha de cognição que respalda esse entendimento, conforme se infere do seguinte julgado:

admite, em se tratando de direitos patrimoniais, a decretação, de ofício, da prescrição. 4. Correlatamente, o art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80 foi alterado pela Lei nº 11.051/04, passando a vigorar desta forma:"Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato." 5. Porém, com o advento da Lei nº 11.280, de 16/02/06, com vigência a partir de 17/05/06, o art. 219, § 5º, do CPC, alterando, de modo incisivo e substancial, os comandos normativos supra, passou a viger com a seguinte redação: "O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição". 6. Id est, para ser decretada a prescrição de ofício pelo juiz, basta que se verifique a sua ocorrência, não mais importando se refere-se a direitos patrimoniais ou não, e desprezando-se a oitiva da Fazenda Pública. Concedeu-se ao magistrado, portanto, a possibilidade de, ao se deparar com o decurso do lapso temporal prescricional, declarar, ipso fato, a inexigibilidade do direito trazido à sua cognição. 7. Por ser matéria de ordem pública, a prescrição há ser decretada de imediato, mesmo que não tenha sido debatida nas instâncias ordinárias. In casu, tem-se direito superveniente que não se prende a direito substancial, devendo-se aplicar, imediatamente, a nova lei processual. 8. "Tratando-se de norma de natureza processual, tem aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso, cabendo ao juiz da execução decidir a respeito da sua incidência, por analogia, à hipótese dos autos" (REsp nº 814696/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0000094-50.2011.805.0000-0 DE SALVADOR
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR: GISANE TOURINHO DANTAS
AGRAVADO: ANDRE G CONST IND COM LTDA
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO SUBSTITUINDO DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

O Município do Salvador interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida nos autos da Ação de Execução Fiscal nº 0069286-04.2010.805.0001, movida contra André G Const. Ind. Com LTDA, que declarou prescrita a dívida pertinente aos IPTU dos exercícios de 2005 cobrado, na forma do inciso IV do art. 269 do CPC, podendo a execução seguir pertinente ao exercício de 2006.
Sinalizou a impossibilidade do reconhecimento ex officio da prescrição em matéria tributária; ausência de intimação do Município para informar acerca de causa suspensiva ou interruptiva da prescrição; nulidade da decisão e ofensa ao devido processo legal.
Afirmou a inocorrência de prescrição no caso concreto, tendo em vista que a única hipótese em que o juiz pode reconhecer de ofício a prescrição, em sede de execução fiscal, é aquela descrita no art. 40, §4º, da Lei nº 6830/80, que se refere à prescrição intercorrente.
Alegou que na hipótese dos autos, mesmo não sendo o caso de prescrição intercorrente, não há que se falar em prescrição direta/regular, isto porque os créditos tributários objetos da presente execução fiscal são decorrentes do não pagamento de IPTU e TL, sendo notório que tais tributos podem ser pagos pelo contribuinte, em parcelas mensais, vencendo a última em novembro de cada ano.
Enfatizou que para a fixação do termo inicial da prescrição, mister se faz considerar as causas suspensivas da exigibilidade do crédito tributário decorrente da previsão de pagamento parcelado do tributo e da norma inserta no art. 2º, §3º, da Lei 6830/1980.
Por derradeiro, salientou que é forçoso concluir que a presente ação foi ajuizada antes de findado o prazo prescricional de cinco anos e requereu a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, com o seu consequente provimento.
É o relatório.
DECIDO.
Ressalte-se, inicialmente, que o caso sob análise é incompatível com a regra de retenção, prevista na primeira parte do caput do artigo 522 do Código de Processo Civil, porque a decisão de primeiro grau foi proferida nos autos do processo de execução fiscal, onde, em princípio, não se vislumbra a possibilidade do uso de recurso de apelação para apreciação preliminar de agravo retido.
É a conclusão que se extrai do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:
"(...) 2. De acordo com as novidades introduzidas pela Lei 11.187/05, o agravo interposto contra decisão de natureza interlocutória deve, em regra, ser processado na modalidade retida. O agravo de instrumento passou a ser exceção, na medida em que será cabível contra a decisão que causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão de apelação ou em relação aos efeitos em que é recebida.
3. Além das hipóteses previstas na lei, o agravo de instrumento deve ser regularmente processado, em regra, quando interposto contra decisão de natureza interlocutória proferida em execução. (...)" Grifei
(RMS 27.194/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2010)
"(...) III - O recurso cabível contra decisão interlocutória proferida em sede de ação executiva é o agravo de instrumento, sendo o agravo retido incompatível com a sistemática do processo de execução. (...)"
(REsp 418.349/PR, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2009)
Recebo o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.
No que concerne ao pedido de atribuição liminar de efeito suspensivo, em juízo de cognição superficial e não exauriente, próprio desse momento, não vislumbro a presença simultânea dos requisitos exigidos para tanto.
É sabido que o prazo que lei assegura à Fazenda Pública para ajuizar execução fiscal é de cinco anos, conforme determina o art. 174 do CTN e neste ínterim não foi ajuizada a ação para cobrança do exercício de 2005.

Ademais, os Tribunais têm linha de cognição que respalda esse entendimento, conforme se infere do seguinte julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. ART. 219, § 5º, DO CPC (REDAÇÃO DA LEI Nº 11.280/2006). DIREITO SUPERVENIENTE E INTERTEMPORAL.
1. Tratam os autos de execução fiscal proposta pelo Município de Porto Alegre para cobrança de débito tributário decorrente de IPTU. 2. Vinha entendendo, com base em inúmeros precedentes desta Corte, pelo reconhecimento da possibilidade da decretação da prescrição intercorrente, mesmo que de ofício, visto que: - O art. 40 da Lei nº 6.830/80, nos termos em que admitido no ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação há de sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN.
- Repugnam os princípios informadores do nosso sistema tributário a prescrição indefinida. Assim, após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada, deve-se estabilizar o conflito, pela via da prescrição, impondo-se segurança jurídica aos litigantes.
- Os casos de interrupção do prazo prescricional estão previstos no art. 174 do CTN, nele não incluídos os do artigo 40 da Lei nº 6.830/80. Há de ser sempre lembrado que o art. 174 do CTN tem natureza de lei complementar.
3. Em pós, a 1ª Turma do STJ reconsiderou seu entendimento no sentido de que o nosso ordenamento jurídico material e formal não admite, em se tratando de direitos patrimoniais, a decretação, de ofício, da prescrição. 4. Correlatamente, o art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80 foi alterado pela Lei nº 11.051/04, passando a vigorar desta forma:"Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato." 5. Porém, com o advento da Lei nº 11.280, de 16/02/06, com vigência a partir de 17/05/06, o art. 219, § 5º, do CPC, alterando, de modo incisivo e substancial, os comandos normativos supra, passou a viger com a seguinte redação: "O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição". 6. Id est, para ser decretada a prescrição de ofício pelo juiz, basta que se verifique a sua ocorrência, não mais importando se refere-se a direitos patrimoniais ou não, e desprezando-se a oitiva da Fazenda Pública. Concedeu-se ao magistrado, portanto, a possibilidade de, ao se deparar com o decurso do lapso temporal prescricional, declarar, ipso fato, a inexigibilidade do direito trazido à sua cognição. 7. Por ser matéria de ordem pública, a prescrição há ser decretada de imediato, mesmo que não tenha sido debatida nas instâncias ordinárias. In casu, tem-se direito superveniente que não se prende a direito substancial, devendo-se aplicar, imediatamente, a nova lei processual. 8. "Tratando-se de norma de natureza processual, tem aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso, cabendo ao juiz da execução decidir a respeito da sua incidência, por analogia, à hipótese dos autos" (REsp nº 814696/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 10/04/2010).
Aplica-se o referido dispositivo, porque as normas gerais de direito tributário, segundo mandamento constitucional (art. 146, inc. III, alínea "b"), devem ser reguladas por lei complementar, que, no caso, se sobrepõe à Lei de Execuções Fiscais, e o crédito tributário, assim como o ajuizamento da respectiva ação se deram na vigência do CTN, antes das referidas alterações operadas pela LC n° 118/2005. Por isso, não há falar em prescrição intercorrente, mas, sim, em prescrição anterior à citação do réu.
Igualmente, não se pode acolher a tese de que a decisão a quo é nula porque a prescrição fora decretada sem a oitiva da Fazenda Pública, pois a Lei nº. 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, encerrou a controvérsia doutrinária e jurisprudencial em torno da viabilidade do conhecimento da prescrição liberatória sem iniciativa do interessado. Afastou o óbice de direito material, revogando o art. 194 do Código Civil. Simultaneamente, ampliou os poderes do juiz, conferindo, ao art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, a seguinte redação: "O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição".
Sendo assim, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, entendo ser necessária a manutenção do ato agravado.
Nestes termos, INDEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO.

Oficie-se ao Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador, comunicando-o o teor desta decisão, e requisitando-lhe as informações de estilo, no prazo legal.
Intime-se o Agravado, por seu Advogado, para, querendo, responder ao presente recurso, no prazo de 10 dias, na forma dom art. 527 do CPC, inciso V e parágrafo único.
Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Juíza Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Relatora

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. ART. 219, § 5º, DO CPC (REDAÇÃO DA LEI Nº 11.280/2006). DIREITO SUPERVENIENTE E INTERTEMPORAL.
1. Tratam os autos de execução fiscal proposta pelo Município de Porto Alegre para cobrança de débito tributário decorrente de IPTU. 2. Vinha entendendo, com base em inúmeros precedentes desta Corte, pelo reconhecimento da possibilidade da decretação da prescrição intercorrente, mesmo que de ofício, visto que: - O art. 40 da Lei nº 6.830/80, nos termos em que admitido no ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação há de sofrer os limites impostos pelo art. 174 do CTN.
- Repugnam os princípios informadores do nosso sistema tributário a prescrição indefinida. Assim, após o decurso de determinado tempo sem promoção da parte interessada, deve-se estabilizar o conflito, pela via da prescrição, impondo-se segurança jurídica aos litigantes.
- Os casos de interrupção do prazo prescricional estão previstos no art. 174 do CTN, nele não incluídos os do artigo 40 da Lei nº 6.830/80. Há de ser sempre lembrado que o art. 174 do CTN tem natureza de lei complementar.
3. Em pós, a 1ª Turma do STJ reconsiderou seu entendimento no sentido de que o nosso ordenamento jurídico material e formal não

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0000121-33.2011.805.0000-0 DE EUCLIDES DA CUNHA
AGRAVANTES: MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA E OUTROS
ADVOGADOS: ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES E OUTROSAGRAVADOS: PAULO CESAR MOREIRA CALDAS E OUTROS
ADVOGADO: TARCISIO BATISTA DE LIMA
D E C I S Ã O

O Município de Euclides da Cunha e outros interpuseram o presente agravo de instrumento para adversar interlocutória proferida pelo M.M. Juiz de Direito da 2ª Vara dos feitos de relação de consumo cíveis e comerciais da Comarca de Euclides da Cunha que, nos autos da ação de Mandado de Segurança nº 0000121-33.2011.805.0000-0, acolheu em parte o pedido liminar formulado a fim de determinar que o Município agravante incluísse, de imediato, em folha de pagamento os recorridos, sob pena de multa diária de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por dia.

Aduziu que a interlocutória não se sustenta perante a legislação que regulamenta a espécie, tendo em vista que o art. 1º da Lei 8.437/92 é claro ao prelecionar que não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. Alegou que não há dúvidas que o deferimento desta medida antecipatória causa sérios danos às finanças públicas, com repercussões graves sobre todo o quadro econômico e social, especialmente neste caso em que haverá fator multiplicador.

Sinalizou que a medida liminar deferida em processos ou ações de caráter coletivo, dificultam não só a execução como o eventual controle dos pagamentos e pode causar grave prejuízo a coletividade diante da atropelada transição do corpo de funcionários a despeito da continuidade e qualidade dos serviços públicos.

No mais, em seu longo arrazoado, abordou questões meritórias, como a ausência de prova pré-constituída, inexistência de ofensa do direto líquido e certo do impetrante, via eleita inadequada e falta de interesse de agir.

Concluiu sua narrativa pugnando a impressão de efeito suspensivo ao presente recurso, a fim de que sejam obstados os efeitos da interlocutória invectivada.

Eis em epítome o relato. Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso, porque próprio, tempestivo, regularmente processado, isento do preparo em face do disposto no art. 511, §1º do CPC.

Cinge-se o debate dos autos acerca da legalidade ou não da decisão prolatada pela magistrada de piso que acolheu em parte o pedido liminar formulado a fim de determinar que o Município agravante incluísse, de imediato, em folha de pagamento os recorridos, sob pena de multa diária de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por dia.

Inicialmente, no que tange à alegação do error in procedendo, fundada em suposta infração ao disposto no art. 1º, §3º, e art. 2º da Lei 8.437/92, tenho que razão não assiste ao Município agravante.

Isso porque, com a devida vênia, entendo ser possível a concessão da liminar pretendida na espécie, devendo, para tanto, apenas ser observadas as limitações estabelecidas nas Leis 8.437/92 e 9.494/97, que assim dispõem sobre a matéria:

Lei 8437/92:

"Art. 1° Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

Insta aclarar que a concessão da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública é possível quando a hipótese concreta não se enquadra nas exceções previstas nas Leis nº. 9494/97 e nº. 8437/92. A presença de prova inicial que revela a relevância dos fundamentos despendidos no Mandado de Segurança, aliada ao fundado receio de dano, torna imperiosa a concessão liminar da tutela específica perseguida.

Na hipótese em apreço, não vislumbro violação a qualquer desses dispositivos legais, que não obstam a antecipação de tutela com o objetivo de que a Administração propicie ao cidadão o salário devido, como lhe assegura a CF/88.

Perscrutando os fólios, verifica-se que através da Ata da Assembléia acostada restou ratificada a fundação do SINSPEC, bem como os agravados foram eleitos para os cargos de Presidente e Secretária de Administração, Patrimônio e Finanças.

Soma-se a isso o fato que a eleição foi devidamente noticiada ao ente municipal e que de acordo com a regra prelecionada no art. 100 da Lei Municipal nº 1033/97 é assegurado ao servidor o direito à licença para desempenho de mandato em sindicato representativo de sua categoria, sem prejuízo de seu vencimento e das vantagens de caráter permanente.

Nesse diapasão, é inconteste que a decisão objurgada obedeceu aos ditames legais, tendo em vista a natureza alimentícia da verba retirada abruptamente pela parte agravante.

Ademais, não há que se falar em impacto financeiro negativo ao Município, tendo em vista que os agravados são funcionários do mesmo e seus salários já estavam previstos na folha de pagamento.
A propósito:

EMENTA: ADMINISTRATIVO - MUNICÍPIO DE RIO DO PRADO - CONCESSÃO DE LICENÇA DE SERVIDOR PÚBLICO PARA EXERCER ATIVIDADES EM ENTIDADE SINDICAL - PREVISÃO LEGAL - SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO - INOBSERVÂNCIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - ABUSO DE PODER CONFIGURADO - CONCESSÃO DA ORDEM POSTULADA - SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO. Observa-se dos autos que a licença para exercer atividades em entidade sindical foi concedida ao impetrante por ato administrativo aparentemente lícito e regular, que goza de presunção de veracidade e legitimidade, o qual não pode a Administração Pública Municipal desconsiderar. Se o impetrante passou a não mais se apresentar no serviço público desde a data da concessão da licença é porque detinha uma autorização formal emitida pelo Ex-Prefeito Municipal, ao qual possuía inegável competência legal para conceder o benefício postulado, sendo de todo desarrazoado que, posteriormente, se suspenda o pagamento da remuneração desse servidor, sem qualquer direito deste à ampla defesa e ao contraditório. O colendo STJ firmou entendimento no sentido de que é indispensável a instauração de processo administrativo para a revisão de qualquer ato que repercuta no patrimônio pessoal do servidor. (STJ: MS nº 7978/DF, 3ª Seção, rel. Min. Hamilton Carvalhido, v.u., DJ de 16/12/2002)

APELAÇÃO CÍVEL / REEXAME NECESSÁRIO N° 1.0017.09.040236-7/002 - COMARCA DE ALMENARA - REMETENTE: JD 1 V COMARCA ALMENARA - APELANTE(S): MUNICÍPIO RIO PRADO - APELADO(A)(S): HELDER RAMON PEREIRA DE OLIVEIRA - AUTORID COATORA: PREFEITO MUN RIO PRADO - RELATOR: EXMO. SR. DES. EDIVALDO GEORGE DOS SANTOS Data do Julgamento: 27/04/2010 Data da Publicação: 14/05/2010

Em sendo, assim, entendo, como correta a decisão exarada, vez que pautada nos ditames legais, não devendo, no momento, ser modificada.

Nesse diapasão considerando a sumariedade do exame da questão nesta fase recursal, à luz do direito invocado, vislumbro a inexistência do "periculum in mora" e do " fumus boni iuris" , razão pela qual, sem adentrar ao mérito da causa, indefiro a suspensividade requerida.

Oficie-se o Juízo da Vara da 2ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo Cíveis e Comercias da Comarca de Euclides da Cunha, comunicando-o o teor desta decisão, e requisitando-lhe as informações de estilo, no prazo legal.

Intimem-se os Agravados, por seu Advogado, para, querendo, responder ao presente recurso, no prazo de 10 dias, na forma dom art. 527 do CPC, inciso V e parágrafo único.

Em seguida dê-se vista dos presentes autos ao Ilustre Representante do Ministério Público, consoante dispõe o inciso VI do art. 527 do CPC.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Juíza Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0000039-02.2011.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR/ 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: EDMUNDO AMISSI GARCIA
ADVOGADOS: LEONARDO SOUZA DE SANTANA E OUTROS
AGRAVADO: SUCOM - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E ORDENAMENTO DO USO DO SOLO DO MUNICÍPIO
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
SUBSTITUINDO O DES. CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento manejado por EDMUNDO AMISSI GARCIA, inconformado com a decisão que indeferiu a liminar pleiteada no bojo de mandado de segurança, impetrado em face da SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E ORDENAMENTO DO USO DO SOLO DO MUNICÍPIO - SUCOM, apontando como autoridade coatora o seu SUPERINTENDENTE.
Aduz o agravante que impetrou ação mandamental, com pedido liminar, a fim de ver uma obra realizada em sua propriedade. Salienta que, em 07.10.2010, solicitou à SUCOM análise de projeto de ampliação e reforma com a finalidade de otimizar

estacionamento e prédio de sua propriedade, integrado à Unifacs - Paralela, mantendo-se o órgão inerte por mais de vinte dias.
Considerando o disposto no art. 44 da Lei 3903/88, que autoriza o requerente a dar início à obra quando ultrapassado este prazo, sem que o processo receba despacho final, o recorrente deu início à execução da aludida reforma, procedendo ao pagamento de todas as taxas municipais.
Sucede que, após iniciadas as obras, o recorrido comunicou o indeferimento do pleito, lastreando-se na ausência de atestado de responsabilidade do proprietário e responsável técnico na execução, requisitos estes, segundo o agravante, não previstos em lei.
Nesse passo, alega o recorrente que o embargo somente se justificaria no caso de risco ao público ou à segurança de operários, o que não ocorre na presente situação, razão pela qual não é possível constatar motivação que fundamente a fiscalização senão a ausência de alvará, que, diga-se, ainda não foi expedido, mesmo tendo sido pleiteado regularmente. Pugna, dessa forma, pela reforma da decisão agravada, para que se determine à recorrida que se abstenha de praticar quaisquer atos que obstaculizem o prosseguimento da obra ou desobstrução de eventuais restrições postas pelo agravado ao agravante.

Decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, conheço o mesmo.
De início, cumpre salientar que é pacífica na doutrina e na jurisprudência a possibilidade de controle jurisdicional dos atos administrativos no tocante ao exame da regularidade e legalidade dos mesmos.
Da análise dos documentos juntados aos autos, depreende-se que o Agravante, de fato, apresentou certidão em que se responsabiliza por quaisquer danos ocasionados em decorrência da obra (fls. 62 e 84). Contudo, essa declaração somente fora assinada pelo proprietário do imóvel, não constando o crivo do responsável técnico pelo empreendimento.
Dispõe o art. 5º da Lei Municipal n. 3903/88, que há responsabilidade dos autores de projetos e do responsável pela obra.
Percebe-se que o dispositivo legal exige a assunção de responsabilidade tanto do proprietário do imóvel quanto do construtor (responsável técnico), sendo o ato administrativo em apreço acompanhado por tal elucidação. Dessa forma, a supressão de um deles na referida declaração ensejou o indeferimento pela Superintendência agravada em relação à continuidade da obra.
Há que se pontuar, todavia, a possibilidade de sanar tal defeito, por meio da apresentação de uma nova declaração à agravada, desta vez com a assinatura do proprietário do imóvel e do responsável técnico, assumindo a responsabilidade pelos danos que a obra porventura venha a causar a terceiros ou ao meio ambiente. É cabível, assim, a antecipação dos efeitos da tutela recursal, desde que o recorrente apresente o referido atestado, vinculando portanto a produção dos efeitos desta decisão, ao cumprimento do quanto exigido pela Administração.
Ex positis, no caso de o agravante apresentar declaração de responsabilidade assinada pelo proprietário da obra e pelo responsável técnico no prazo de 10 (dez) dias, é de se atribuir efeito suspensivo ao presente agravo, de forma a garantir a continuação das obras em questão, dada a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação ao recorrente.

Em assim sendo, atribuo EFEITO SUSPENSIVO AO PRESENTE AGRAVO, na forma do art. 527, inciso III, do CPC, condicionado à apresentação, pelo agravante à SUCOM, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de declaração de responsabilidade assinada pelo proprietário da obra e pelo responsável técnico.

Comunique-se, com urgência, o juízo originário, solicitando-lhe as informações de praxe, para que as preste no prazo legal. Ouça-se, em seguida, o Órgão Ministerial (art. 527, inciso VI, do CPC).

Publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0016682-69.2010.805.00000-0
ORIGEM: SALVADOR / 21ª VARA DOS FEITOS DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, CÍVEIS E COMERCIAIS
AGRAVANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: JULIO CESAR VALERIANO DA SILVA
AGRAVADA: NOEMIA DE JESUS SANTANA
ADVOGADA: CRISTIANE RAMOS DOS SANTOS
RELATORA: JUÍZA CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento manejado por BANCO FINASA S/A contra decisão proferida em ação de reintegração de posse, que move em desfavor de NOEMIA DE JESUS SANTANA.

Infere-se dos fólios que as partes celebraram contrato de arrendamento mercantil, por meio do qual a agravada obteve recursos para aquisição do veículo GM/CELTA LIFE 2P, 07/06, placa policial MWE9954, e que, segundo a agravante, a recorrida teria deixado de adimplir algumas prestações, ensejando o instrumento de notificação extrajudicial para constitui-la em mora. Dentre

os requerimentos feitos pelo BANCO FINASA S/A na ação originária, um deles foi a concessão de liminar inaudita altera pars para reintegrar a instituição financeira na posse do automóvel, sendo a medida deferida pelo Juízo a quo.
Com a apresentação da contestação pela ré, restou esclarecido que a notificação extrajudicial realizou-se de forma irregular, eis que procedida por Cartório localizado em comarca diversa do domicílio do devedor, razão pela qual, em sede de sentença, foi tida por inválida, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito (fls. 44/46). Após, a juíza de primeiro grau determinou ao BANCO FINASA S/A a restituição do veículo à agravada (fl. 49). Ocorreu que, ao ser intimada para cumprir a obrigação, a ora agravante deixou de fazê-lo, em virtude de já ter sido o bem leiloado no dia 27.07.2010. Por tal razão, determinou aquele juízo que fosse depositado o valor correspondente ao de mercado do automóvel à época de sua alienação, sob pena de multa diária no importe de R$1.000,00 (hum mil reais).

Da análise dos autos, presume-se que mais uma vez a obrigação não foi cumprida, considerando a decisão da magistrada de piso (fls. 52), de que, diante da notícia da existência do veículo, determinou-se à instituição financeira a devolução do bem, fixando na ocasião a multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais) em caso de descumprimento.
Inconformado com a decisão supra, insurge-se o Banco agravante, aduzindo que de fato o veículo fora vendido, pelo que pleiteia o depósito em juízo do valor correspondente, interpondo este recurso, com pedido de efeito suspensivo, para ver reformada a decisão que determinou a aplicação de multa diária em caso de descumprimento da obrigação.

Decido.

O agravo é tempestivo, encontra-se instruído com as peças obrigatórias, além de estar o preparo devidamente demonstrado às fls. 59.
O agravante salienta que não se negou a cumprir o quanto determinado pela juíza a quo, de forma que não caberia a imposição de multa diária no importe de R$1.000,00 (hum mil reais). Não obstante, examinando os fólios, observa-se que a decisão objurgada faz menção às fls. 121 da ação originária, em que, supostamente, se noticia a possibilidade de devolução do veículo, sendo esta a nova determinação feita pelo juízo, sob pena de multa diária, ora questionada. Todavia, o agravante deixa de juntar ao presente recurso o conteúdo das fls. 119 a 129 da ação de reintegração de posse, ao passo que informa, no presente recurso, que o veículo fora vendido, comprometendo-se a depositar em juízo o valor correspondente.
Percebe-se, dessa forma, que o agravado incorre em contradições ao longo do seu recurso, ao passo que deixa de colacionar documentos importantes à apreciação do mesmo por esta Corte, quais sejam, provas de que o veículo fora realmente alienado.
O que se pode constatar, portanto, é que a notificação extrajudicial promovida pelo recorrente efetivamente fora inválida, fazendo-se imprescindível a devolução do bem à agravada, ou, na ausência deste, a devolução dos valores relativos ao preço de mercado do automóvel à época da alienação.
Ademais, é profícua a cominação de multa diária para a hipótese de descumprimento da decisão judicial, tendo em vista a moderna processualística e a efetividade do processo. No caso sub oculi, verifica-se que o valor da multa para o caso de descumprimento da decisão atacada merece redução, já que foi fixada em patamar bastante elevado.

Ex positis, DEFIRO EM PARTE, A SUSPENSIVIDADE REQUERIDA, para sustar apenas os efeitos da interlocutória que versam sobre o valor da multa diária, reduzindo-a para R$200,00 (duzentos reais) ao dia.

Requisite-se, com urgência, o juízo originário, para que preste as informações pertinentes no prazo legal (art. 527, inciso IV, do CPC). Intime-se a parte agravada para, querendo, contra-minutar o agravo no prazo de 10 (dez) dias.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Carmem Lúcia Santos Pinheiro
Juíza Relatora

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000614-10.2011.805.0000-0
AGRAVANTE: BAVIERA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADOS: JÚLIO ULISSES CORREIA NOGUEIRA E OUTROS
AGRAVADO: PAULO CÉSAR NOVAES VALVERDE
ADVOGADO: ALEX GONÇALVES DE JESUS
RELATORA: DESª MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

D E C I S Ã O

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto contra a decisão prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Jequié, que, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer cumulada com Reparação por Perdas e Danos manejada por PAULO CÉSAR NOVAES VALVERDE em face de BAVIERA VEÍCULOS LTDA e WOLKSVAGEM DOP BRASIL S/A, concedeu medida liminar determinando que os réus realizassem os reparos necessários no veículo do autor, ora agravado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de incidência de multa diária arbitrada em 01 (um) salário mínimo.

Em suas razões, a agravante afirma que a decisão hostilizada carece de reforma, eis que a medida deferida foi satisfativa sob

o rótulo de liminar. Alega a impossibilidade da concessionária agravante proceder os reparos no veículo do agravado, uma vez que este negligenciou com o programa de revisões obrigatórias, não mais fazendo jus a serviços em garantia contratual.

Assevera que a multa imposta pelo Juízo a quo é excessiva e informa que a liminar já foi cumprida, mesmo sob forte contrariedade. Ao final, argumenta que a decisão combatida é suscetível de causar-lhe lesão grave ou de difícil reparação e pugna pela concessão do efeito suspensivo. No mérito, requer o provimento do Agravo.

É o relatório.

A regra atual é de interposição e processamento do Agravo na forma retida.

Com efeito, dispõe o art. 527, inciso II, do Código de Processo Civil, com a nova redação dada pela Lei nº 11.187/2005, que o relator "converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa".

A propósito, preleciona NELSON NERY JÚNIOR, in "Código de Processo Civil e Legislação Extravagante", 9ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, p. 757, verbis:
"O agravo será de instrumento quando a decisão tiver aptidão para causar à parte lesão grave e de difícil reparação. A verificação desses requisitos legais deverá ser feita caso a caso e competirá ao tribunal - onde o agravante deverá interpor diretamente o seu recurso -, por ato do relator que é o juiz preparador do recurso, der concretude a esse conceito indeterminado "lesão grave e de difícil reparação". Não sendo o caso de agravo de instrumento, o relator deverá convertê-lo em agravo retido, por decisão irrecorrível, remeter os autos do instrumento ao juízo de primeiro grau para que fiquem retidos nos autos (CPC 527 e par. único). A conversão já era possível no sistema revogado pela Lei nº 11.187/05, só que por meio de decisão recorrível. A inovação do texto atual é a irrecorribilidade da decisão do relator que converte o agravo de instrumento em agravo retido ".

Corroborando o escólio doutrinário transcrito, o entendimento firmado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO RETIDO. APLICAÇÃO DO ART. 527, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. Não identificada lesão grave e de difícil ou incerta reparação, nem se tratando de provisão jurisdicional de urgência, correta, no caso, a aplicação do art. 527, II, do Código de Processo Civil.
2. Recurso especial não conhecido." (RESp 736510/SC, 3ª T do STJ, rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, publ. 20.03.2006, p. 270)

Na hipótese, não restaram comprovados os requisitos indispensáveis ao processamento do Agravo na forma de instrumento. Vê-se que a decisão hostilizada está em consonância com os elementos constantes dos autos, uma vez que a Magistrada observou que se trata de veículo novo - adquirido na própria concessionária ré - que apresentou defeitos no motor antes de completado um ano da compra.

Assim, ao contrário do que afirma a agravante, percebe-se a presença do periculum in verso, pois, a postergação da medida pelo Juízo de primeiro grau poderia ocasionar maiores dissabores ao autor/agravado. Outrossim, não se pode olvidar que, acaso a demanda originária seja julgada improcedente, terá a concessionária agravante os meios legais para reaver possível prejuízo.

Desse modo, ante as razões expostas, não há o que se falar em lesão grave ou de difícil reparação, nem provisão jurisdicional de urgência, capaz de autorizar o processamento do recurso na modalidade de instrumento.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 522 e 527, inciso II, do CPC, CONVERTO EM RETIDO o presente Agravo, determinando a remessa dos autos ao Juízo de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador/BA, 25 de janeiro de 2011.

DESª MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO

FEITOS QUE DEVERÃO SER JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL A REALIZAR-SE EM 01 DE FEVEREIRO DE 2011, A PARTIR DAS 08:30 HORAS.

OBSERVAÇÃO: OS PEDIDOS DE PREFERÊNICA DO JULGAMENTO DEVERÃO SER FORMULADOS PELOS ADVOGADOS, NO DECORRER DOS 30 MINUTOS ANTECEDENTES AO INÍCIO DA SESSÃO, SALA 04.

1 - 0003332-87.2005.805.0000 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0003332-87.2005.805.0000 - 0
ORIGEM: INTERDITO PROIBITÓRIO
EMBARGANTE: MARIO PINTO LOPES
EMBARGANTE: MARIA CAROLINA BARBOSA LOPES
ADVOGADO: JOÃO PAULO BORGES
EMBARGADO: PANAYOTE SARIDAKIS
EMBARGADO: HALHA SARIDAKIS
ADVOGADO: JORGE LUIZ CAMANDAROBA CASTELO BRANCO, LOIA PETERSEN DIAS DA COSTA, LUCIANA MUBARACK GARCIA, EDMILSON JORGE BRITO DA SILVA, CLÍVIA NOGUEIRA DE SOUZA
RELATOR(A): DESA. VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO

2 - 0003506-96.2005.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0003506-96.2005.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: BENICIO DE AZEVEDO MACHADO FILHO
AGRAVANTE: MARIA CRISTINA CARDOSO DE ALMEIDA MACHADO
ADVOGADO: MARCELO CARDOSO DE ALMEIDA MACHADO
AGRAVADO: BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: ANA GABRIELA MENDES CUNHA E COSTA, ADEMAR RIBEIRO AFONSO, VALTERNAN PINHEIRO PRATES, ABNER CARDOSO DO RÊGO JUNIOR, ANA CAROLINA SARAIVA BARTOLOMEU, ANTÔNIO CÍCERO ÂNGELO DA COSTA, JOSE DE LIMA COUTO NETO, FABIO AUGUSTO SANTANA HAGE, JOÃO DE DEUS BARBOSA, JOZILDE MARIA RODRIGUES, JUVENCIO DE SOUZA LADEIA FILHO, PAULO ROBERTO FERREIRA SANTOS, PRISCILLA SANTOS CORDEIRO DE ANDRADE, RUI NUNES DE OLIVEIRA, LUIZ GONZAGA PINA SANTOS NETO, ADAUTA VALGUEIRO DINIZ, EDNA SANTOS BARBOZA, CLEUDES DE MARIA MACHADO MONTE CLARO, JOSE UNDARIO ANDRADE, JOSE CELINO FERREIRA NOBRE, MARIA IDICEMA SANTOS AMORIM, EXPEDITO MELO CARLOS, IVANA NEVES SOARES, JULIANA LAIS CARDOSO DE OLIVEIRA, MARCOS FIRMINO DE QUEIROZ, ULYSSES MOREIRA FORMIGA
RELATOR(A): DESA. VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO

3 - 0003084-24.2005.805.0000 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0003084-24.2005.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO CONTRATUAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: SOLANGE CARIBÉ COSTA, SANDRA MARIA SPÍNOLA SACRAMENTO, AMAURI FIGUEIREDO LEAL, ANEILTON JOÃO REGO NASCIMENTO, FRANCINEIDE MARQUES DA CONCEIÇÃO SANTOS
EMBARGADO: VANUSA DIAS DE BRITTO FIRPO CRUZ
ADVOGADO: MARIA SUZETE SANTOS DE LIMA RIBEIRO, FERNANDO CESAR DOS REIS CALDAS
RELATOR(A): DESA. VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO

4 - 0012842-56.2007.805.0000 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0012842-56.2007.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: RESTAURAÇÃO DE AUTOS
VARA: 25ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGADO: LEMUEL BRUNO TAETS
ADVOGADO: ANTONIO WALDEMAR AVENA
EMBARGANTE: PORCINO LOPO DOS SANTOS NETO
ADVOGADO: RENATA PINTO CARDOSO
EMBARGANTE: WANDA MARIA NERY FRANCO LOPO
ADVOGADO: EDUARDO COUTINHO
RELATOR(A): DES(A). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
PROCURADOR(A): ZUVAL GONÇALVES FERREIRA

5 - 0010429-02.2009.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO
VARA: 22ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: ALEX MUNIZ FERREIRA

ADVOGADO: SÉRGIO RICARDO OLIVEIRA DOS SANTOS, LEONARDO VIEIRA SANTOS, DANILO VALVERDE CALASANS, LUCIANO OLIVEIRA DOS SANTOS, MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES, JOSÉ EMILLIANO LARANJEIRA PEREIRA, VITOR CHAVES BOMFIM
AGRAVADO: CATHARINO MESQUITA E FONSECA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADO: CARLA SILVA DE ARAUJO BARRETO, RODRIGO MAGALHÃES FONSECA
RELATOR(A): DES(A). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
OBSERVAÇÃO: PEDIDO DE VISTA DA DESA. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

6 - 0027078-54.2000.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ANULATÓRIA
VARA: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: SULAMERICA - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO: JULIANA RAMIRO PIRES BARBOSA, MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES, CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO
APELADO: ESPOLIO DE JOSE AUGUSTO MONTENEGRO MOTA REP.POR, MARIA DAS GRAÇAS MONTENEGRO MOTA
ADVOGADO: ARIVALDO AMANCIO DOS SANTOS, JEAN TARCIO ALVES FRANCHI, TIAGO FALCÃO FLORES
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA
REVISOR(A): DES. MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

7 - 0010029-85.2009.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: AÇÃO CIVIL PÚBLICA
VARA: 30ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: UNIRB- UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA S/C LTDA
ADVOGADO: GEORGE VIEIRA DANTAS
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: AURISVALDO MELLO SAMPAIO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARIA DAS GRACAS SOUZA E SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
PROCURADOR(A): MARIA DAS GRACAS SOUZA E SILVA

8 - 0015484-31.2009.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: BOM JESUS DA LAPA
ORIGEM: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: DISTRITO DE IRRIGACAO FORMOSO
ADVOGADO: KARYNE THAYS ALVES ALEXANDRE DOURADO
AGRAVADO: NEUELIO PEREIRA DE BASTOS
ADVOGADO: ROGÉRIO DA SILVA VIEIRA, JAZIEL VIEIRA CONCEICAO
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

9 - 0000214-77.2009.805.0125 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPEBI
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: EDVANDE RIBEIRO TAMANDARÉ
APELADO: CLAUDIA GOMES RIBEIRO SANTOS
ADVOGADO: CLEMENTE ALEXANDRINO ESTEVES NETO
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA
REVISOR(A): DES. MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

10 - 0066422-37.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: INDENIZATÓRIA
VARA: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: UPB - UNIAO DAS PREFEITURASS DA BAHIA
ADVOGADO: JAMES GAUTERIO JULIANO, ADRIANA CAMPOS SILVA
APELANTE: ROBERTO PEREIRA DE BRITTO
ADVOGADO: JOSUELITO DE SOUSA BRITTO, ABELARDO PEREIRA PALMA NETO
APELADO: PAULO HENRIQUE BARRETO ALBIANI ALVES
ADVOGADO: JOSE AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA
REVISOR(A): MARIA DA GRAÇA O. P. LEAL

11 - 0000372-07.2009.805.0102 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: IGUAÍ
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: FIRMA NETANIAS ALVES VEIGA
ADVOGADO: JOSE RODRIGUES DA SILVA
APELADO: ARISDETE SANTOS SOUZA
ADVOGADO: JOSE ANAILTON RIBEIRO DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA
REVISOR(A): MARIA DA GRAÇA O. P. LEAL

12 - 0008992-13.2003.805.0039 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: CAMAÇARI
ORIGEM: INDENIZATÓRIA
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: LITORANEA TRANSPORTES E CARGAS LTDA
ADVOGADO: ARISTOTELES GOMES TARDIN
APELADO: OZORIO JOSE DA SILVA
ADVOGADO: VICENTE PAULO OLIVA E SILVA
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

13 - 0000458-46.2009.805.0144 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JITAÚNA
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
ADVOGADO: MARIA DA CONCEIÇÃO TELES DE OLIVEIRA GARRIDO, ROSSANE GOMES LIMA DOS SANTOS, CRISTIANO MOTA PEREIRA, GUSTAVO LUCAS MACIEL DOS SANTOS, TIAGO MIRANDA LIMA, JAMILE BÁRBARA DA HORA SERRANO
APELANTE: BANCO BONSUCESSO S/A
ADVOGADO: ANTÔNIO LAGO JÚNIOR, PAULA SARNO BRAGA, BRENO HENRIQUE HEINE NOVELLI DE OLIVEIRA, MÁRCIO BARROCA SILVEIRA, ALVARO ALEXIS LOUREIRO JUNIOR
APELADO: KATIA SOUZA BARRETO
ADVOGADO: MARIA SHIRLEY FROES SOUZA CANDIDO
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

14 - 0013130-47.2008.805.0039 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: CAMAÇARI
ORIGEM: INDENIZATÓRIA
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: JOSE MESSIAS DOS SANTOS
ADVOGADO: GISELE DOS ANJOS OLIVEIRA
APELADO: VIACAO SOL DE ABRANTES LTDA
ADVOGADO: MARCO ANTONIO LEAL SILVA, LUIS AUGUSTO MELLO LOBO, RAFAEL OLIVEIRA SOUZA
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

15 - 0015855-41.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: FENIX-IMOVEIS URBANOS LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

16 - 0008451-36.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: ORLANDO PESSOA GARCIA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

17 - 0030883-20.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: LUIZA E DA COSTA VARGENS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

18 - 0153715-45.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: RUBEM MONTEIRO DOREA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

19 - 0045264-33.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACEUTICOS RIO GRANDE LTDA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: LUIZ CLÁUDIO GUIMARÃES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

20 - 0000173-14.2009.805.0157 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MACURURÉ
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
APELANTE: TEREZA CRISTINA DE OLIVEIRA CARNEIRO
ADVOGADO: TEREZA CRISTINA DE OLIVEIRA CARNEIRO
APELADO: SILVINO ALVES DO NASCIMENTO
ADVOGADO: OTAVIO LEAL PIRES
APELADO: EUGENIO PACELLI ALMEIDA GONCALVES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO CARMEM LUCIA SANTOS PINHEIRO

21 - 0098097-52.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: PATRIMONIAL ATLANTIDA LTDA
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DE BROUTELLES S. TANURE
PROCURADOR DO MUNICIPIO: SHEILI FRANCO DE PAULA
RECURSO ADESIVO: PATRIMONIAL ATLANTIDA LTDA
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DE BROUTELLES S. TANURE
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

22 - 0064585-20.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: DOMINGOS ALVES BOA MORTE
PROCURADOR DO MUNICIPIO: JOSE ANTONIO GARRIDO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

23 - 0097583-70.2000.805.0001 - 0 APELAÇÃO

COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: DROGARIA E FARMACIAS TRIUNFANTE LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

24 - 0012305-62.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: CHESF COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

25 - 0106018-91.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: FRANCISCA FERREIRA SILVA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

26 - 0024103-64.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PAULO MARCELO G. ARAGÃO
APELADO: ALFREDO AGLLE
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

27 - 0036428-71.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: PROPARTI PROJETOS PARTICIPAÇÕES E IMOVEIS LTDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

28 - 0039122-66.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: SHELL BRASIL S/A
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO DO REGO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

29 - 0024557-44.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: JESUS ALONSO BARROS

PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

30 - 0018866-49.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: FRONTEIRA TURISMO LTDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

31 - 0011764-05.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: COMPASSO PROJETOS CONSTRUCOES E SERVICOS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

32 - 0038062-05.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EMANUEL FARO BARRETTO
APELADO: CIA BAHIANA DE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

33 - 0057045-81.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: LUIS CARLOS ANUNCIACAO ARAUJO
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

34 - 0026512-81.1995.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: CONSTRUTORA ASTRO LTDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

35 - 0050810-35.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: NILSON BISPO DE AGUIAR
APELADO: IVAN PEREIRA DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

36 - 0028199-25.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO

COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: JORGE AMERICO BARRETO
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

37 - 0148033-12.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: JOSE PINTO ALMEIDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EMANUEL FARO BARRETO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

38 - 0124583-40.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: IVO OLIVEIRA DA ROCHA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

39 - 0146033-39.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: JANDIMAR MOTA DIAS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

40 - 0000828-96.1991.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: FABIANA DUARTE ALMEIDA
APELADO: ESTRUTURA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
PROCURADOR(A): NÁGILA MARIA SALLES BRITO
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

41 - 0059326-44.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: JOSE NOGUEIRA JUNIOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: NILSON BISPO DE AGUIAR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

42 - 0000746-20.1991.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
APELADO: WAGNER JOSE DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

43 - 0045587-67.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: PACTUAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PEDRO LEONARDO SUMMERS CAYMMI
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

44 - 0091889-91.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
APELADO: IMOBILIARIA VIANA BRAGA S/A
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

45 - 0092883-22.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: JOSE NOGUEIRA JUNIOR
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

46 - 0028870-87.1993.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: JOSE ANTONIO GARRIDO
APELADO: INFOTELEMARKETING LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

47 - 0072104-07.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: STILO CONST E IMOB LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

48 - 0064889-19.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: MARIA DE LOURDES SANTOS
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

49 - 0134739-87.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: MARIA ELVIRA PEDREIRA DE FREITAS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

50 - 0057063-05.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: VILA NOVA DA RAINHA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

51 - 0002398-62.1997.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: ROSÂNGELA BOMFIM SILVA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

52 - 0036927-89.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: MATIAS GUEDES FRANCA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PEDRO LEONARDO SUMMERS CAYMMI
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

53 - 0055254-14.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
APELADO: MARIO SANTOS SILVEIRA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

54 - 0024053-38.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: ESPOLIO DE SILVIO PEDREIRA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

55 - 0062959-63.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR

APELADO: LUIZ P FERNANDES NETO
PROCURADOR DO MUNICIPIO: NILSON BISPO DE AGUIAR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

56 - 0024385-68.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: CASA CORCOVADO LTDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

57 - 0003115-12.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: JORDINO CLAUDIO NASCIMENTO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

58 - 0048485-87.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: EMPRESA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EMANUEL FARO BARRETTO
ESTAGIARIO: GERALDO MAGELA JUNIOR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

59 - 0128657-40.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: URSULA MARTINS CATHARINO
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

60 - 0059059-33.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: AGRIC. IMOB. LARANJEIRA LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

61 - 0036881-03.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: JCR COM COMUNICACOES PROMOCOES E EVENTOS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PEDRO LEONARDO SUMMERS CAYMMI
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

62 - 0032915-95.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EMANUEL FARO BARRETTO
ESTAGIARIO: LUIZ FILIPE SA DE FREITAS
APELADO: ALBERTO CASTRO LIMA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

63 - 0064540-16.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: FABIANA DUARTE ALMEIDA
APELADO: MATEUS ODEMAR DA SILVA MAIA E OUTROS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

64 - 0165994-63.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: DATACON CONTABILIDADE E CONSULTORIA S/C
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

65 - 0104371-66.2001.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: FARMACIA SAO TOMAZ LTDA.
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

66 - 0015184-18.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EMANUEL FARO BARRETTO
ESTAGIARIO: LUIZ FILIPE SA DE FREITAS
APELADO: MARIA ASUCION CARRERA GARCIA CAVALCANTI
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

67 - 0000530-31.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: FAUSTO'S REFEICOES COMERCIAIS LTDA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ANTONIA OLIVEIRA BOAVENTURA MARTINS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

68 - 0001376-66.1997.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL

VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: ITAJUCAL COM E REPRESENTAÇÕES DE CACAU LTDA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

69 - 0049613-45.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: ANTONIO LOPES SANTOS
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PEDRO LEONARDO SUMMERS CAYMMI
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

70 - 0044315-09.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: PAPOS LANCHONETE LTDA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ANTENOGENES FARIAS CONCEICAO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

71 - 0171258-61.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: ANALIA REGINA DA SILVA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

72 - 0080674-79.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
APELADO: JOSE CHAISUK
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

73 - 0033904-04.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: JOAO PALMA NETO
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

74 - 0067716-03.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: EMPREEND - EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

75 - 0005476-46.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: ELSON CACHAFEIRO SOIDAN
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: NILSON BISPO DE AGUIAR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

76 - 0073484-94.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: COLEGIO MARIA CANCIO DE SOUZA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

77 - 0040543-04.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PAULO MARCELO G. ARAGÃO
APELADO: PREDIAL SER IMOB LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

78 - 0000181-81.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: CONSTRUTORA SUAREZ LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

79 - 0001804-25.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: ETEC ENGENHARIA LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

80 - 0063514-46.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: JARDIM DOS NAMORADOS BAR E RESTAURANTE LTDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: JOSE ANTONIO GARRIDO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

81 - 0043218-37.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL

VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: GILDETH LOPES ALMEIDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

82 - 0114851-74.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: DAVID BITTENCOURT LUDUVICE NETO
APELADO: EDEZIO DOS SANTOS MENEZES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

83 - 0018861-61.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ANTENOGENES FARIAS CONCEICAO
APELADO: FORJINOX ACESSORIOS INDUSTRIAIS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

84 - 0036849-95.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: JORGE LUIZ DA SILVA BATISTA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

85 - 0149656-14.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: NILSON BISPO DE AGUIAR
APELADO: EVERALDO DE SOUZA BACELAR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

86 - 0001760-92.1998.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: COPERGEL COMÉRCIO DE PETRÓLEO E PNEUS LTDA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

87 - 0014586-64.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: ESMERALDA N DOS SANTOS
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

88 - 0050418-95.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
APELADO: MARIA C DO PRADO V SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

89 - 0001207-56.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: MARIA MERCES N SOBRINHO
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

90 - 0054106-65.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: RENATO J P DO LAGO
PROCURADOR DO MUNICIPIO: NILSON BISPO DE AGUIAR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

91 - 0007084-50.1994.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: CONSTRUTORA VILELA ROSSI LTDA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PEDRO LEONARDO SUMMERS CAYMMI
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

92 - 0034161-29.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: ALFREDO W STURZENEGGER
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

93 - 0000309-09.2000.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: ALEXANDRE ALVES GOMES
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

94 - 0035463-30.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR

PROCURADOR DO MUNICIPIO: EMANUEL FARO BARRETTO
ESTAGIARIO: LUIZ FILIPE SA DE FREITAS
APELADO: ION INSTITUTO DE ORG NEUROLOGIA DA BAHIA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
OBSERVAÇÃO: JUÍZO DE RETRATAÇÃO

95 - 0068071-27.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EMBARGOS À EXECUÇÃO
VARA: 22ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: DENISE GENTIL PEREIRA
APELANTE: LEOPOLDO GRAMACHO CABALERO JUNIOR
APELANTE: ROGERIO LESSA DA PAIXAO
APELANTE: WELLINGTON SHAKESPEARE NASCIMENTO TEIXEIRA
APELANTE: ANA CLAUDIA DE SOUZA SILVA
APELANTE: UBIRAJARA SOUZA DOS SANTOS
APELANTE: CARLOS BENEDITO SILVA SANTOS
APELANTE: GRAZIELA CRIVEL GONCALVES DOS SANTOS
APELANTE: ANA CARLA BARRETO SANTOS
APELANTE: HERPO JULIO DAGIR RIBEIRO
APELANTE: MARCOS HENRIQUE DA SILVA SANTOS
APELANTE: SAMUEL NONATO FAHEL
APELANTE: PATRICIA CELINA MACHADO FRAGA
APELANTE: SERGIO DE LUCENA FERREIRA
APELANTE: JOSE RICARDO SANTOS FIGUEIREDO
ADVOGADO: CLÁUDIO DE CARVALHO SANTOS, ANTONIO FERNANDO GUEUDEVILLE SILVEIRA
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: JARVIS CLAY COSTA RODRIGUES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

96 - 0149632-10.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO
APELADO: EDITE DE LIMA BARBOSA
ADVOGADO: SARA LOPES DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

97 - 0011091-16.2007.805.0103 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ILHÉUS
ORIGEM: INDENIZATÓRIA
VARA: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: JOELMA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: NELSON MALINARDI
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: ROBSON BARRETO FEDULO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

98 - 0001580-79.2008.805.0225 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SANTA CRUZ CABRÁLIA
ORIGEM: ALIMENTOS
APELANTE: OSCAR FORTUNATO GOMES FILHO
ADVOGADO: KARINA GOMES DA SILVA
APELADO: EMERSON TEIXEIRA GOMES,REP. POR GENILDA DA SILVA TEIXEIRA
ADVOGADO: MAGALY DE SOUZA MENEZES
PROCURADOR DE JUSTIÇA: REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
PROCURADOR(A): REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO

99 - 0134470-43.2006.805.0001 - 0 APELAÇÃO

COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 30ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ITAU S/A
ADVOGADO: NOEMI LEMOS FRANÇA, LUCIO FLÁVIO CAMARGO BASTOS FILHO, FLÁVIA CARDOSO DE SOUZA, ARACELY VANESSA JARDIM SOUBHIA, MARCELA FERREIRA NUNES, KAMILA COSTA MORAIS, ANTONIO BRAZ DA SILVA DA SILVA
APELADO: JOSE ROQUE CONCEICAO
ADVOGADO: JOB MEDRADO BRASILEIRO, MÁRCIO BESERRA GUIMARÃES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

100 - 0155748-37.2005.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: OUTROS
VARA: VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
APELANTE: ROMARIO DA CONCEICAO RAMOS
APELADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DEFENSOR: MARIA TEREZA SALLES MESSEDER
PROCURADOR FEDERAL: ELAINE VIRGINIA CASTRO CORDEIRO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

101 - 0000180-57.2005.805.0153 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA
ORIGEM: ALIMENTOS
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO EM FAVOR DE PAULO HENRIQUE MIRANDA SANTOS, REP. POR EDNA DE JESUS MIRANDA
PROMOTOR PUBLICO: MOISES ANDERSON COSTA RODRIGUES DA SILVA
APELADO: LORIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: WASHINGTON ARAUJO CARIGE
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
PROCURADOR(A): WASGHINGTON CARIGE

102 - 0132010-15.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO GMAC S/A
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO
APELADO: ANTONIO FERREIRA SOBRINHO
ADVOGADO: CATUCHA OLIVEIRA PACHECO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

103 - 0002776-93.2007.805.0201 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: PORTO SEGURO
ORIGEM: EMBARGOS DO DEVEDOR
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: LUCIA VALERIA RAPIER
ADVOGADO: FERNANDO MAURO CAVALCANTI DE SEGADAS VIANNA, LÍCIA MARIA SILVA SANTOS
APELADO: ANTONIO DOS SANTOS ALVARES NAVARRO
ADVOGADO: FREDERICO MORENO LAGE ALEIXO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

104 - 0000489-22.2008.805.0267 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: UNA
ORIGEM: DECLARATÓRIA
VARA: VARA CÍVEL
APELADO: EDMEIRE SOUZA SANTOS
ADVOGADO: VERONIQUE KYOKO TATEISHI
APELANTE: BANCO PORTOSEG S/A - CREDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: LUCIANA MASCARENHAS NUNES, LINDOÍCIO ARAÚJO DOS SANTOS JÚNIOR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

105 - 0159860-10.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MARIA DA CONCEICAO MERCES DA SILVA
ADVOGADO: VICTOR DOS ANJOS CORDEIRO
APELADO: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: LUCIANA MASCARENHAS NUNES, CARLOS MOACIR DA SILVA SANTOS JÚNIOR
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

106 - 0188894-64.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ADILSON RODRIGUES SOUZA
ADVOGADO: ALEXANDRE RIBEIRO CAETANO
APELADO: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO: MANUELA SAMPAIO SARMENTO SILVA, ADNA ALVES AVANCINI, ADOLFO SOUSA ROZA, ADRIANO BALBINO SANTOS JUNIOR, ALEX RAMON BATISTA CORREIA, ALAN RONEY BATISTA CORREIA, LUCIANA BARGHE
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

107 - 0111725-98.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO CONTRATUAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ISMAILTON APARECIDO PEREIRA
ADVOGADO: ISMAILTO APARECIDO PEREIRA
APELADO: CREDILAPA - COOPERATIVA DOS PRODUTOS RURAIS DE BOM JESUS DA LAPA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

108 - 0001057-45.2001.805.0150 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: LAURO DE FREITAS
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: UFS PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO: ANTONIO ROBERTO VALENÇA BOVE, ROSE MEIRE ELIAS
APELADO: AYMAR DE ALMEIDA PINHEIRO LIMA
ADVOGADO: ALEXANDRE RAMOS DE ALMEIDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

109 - 0000057-70.2010.805.0222 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SANTA LUZIA
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: PAULO SERTORIO DE SOUZA
APELANTE: MARIA AMELIA DE OLIVEIRA SOUZA
ADVOGADO: FRANCO SERTÓRIO DE OLIVEIRA SOUZA
APELADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: MARIA RITA CERQUEIRA DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

110 - 0000331-21.2007.805.0034 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: CACHOEIRA
ORIGEM: DECLARATÓRIA
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS
PROCURADOR FEDERAL: LUCIANA VELLOSO GUIMARÃES SODRÉ
APELADO: MARIVALDA CUSTODIA DO LAGO

ADVOGADO: FRANKLIN DOS REIS GUEDES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
PROCURADOR(A): ZUVAL GONÇALVES FERREIRA

111 - 0090667-39.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO CONTRATUAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: FLAVIO ALMEIDA PARANA
ADVOGADO: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM
APELADO: BANCO BMG S/A
ADVOGADO: JULIA PEREIRA CHAVEZ, TICIANO BOAVENTURA FERREIRA, RODRIGO OLIVIERI MACEDO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL
REVISOR(A): DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

112 - 0016054-14.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISIONAL
VARA: 32ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ITAU S/A
ADVOGADO: JOÃO FRANCISCO COELHO NARVAES
APELADO: MARIA CELIA DANTAS DE FARIA
ADVOGADO: JANAINA BARBOSA DE SOUZA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

113 - 0002807-32.2010.805.0000 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0002807-32.2010.805.0000 - 0
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
ORIGEM: INDENIZATÓRIA
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO: JOÃO MATHEUS DE ARAUJO SILVA, ABELARDO RIBEIRO DOS SANTOS FILHO, RODRIGO ANDRIOTTI GAMA
EMBARGADO: OSVANIO MORAES LIMA
ADVOGADO: DAVID LEAL DINIZ
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

114 - 0007105-67.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 14ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: SUL AMERICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDENCIA S/A
ADVOGADO: MATEUS BARBOSA GOMES ABREU, JULIA GOIANA MODESTO FERRAZ, RIVIANNE OLIVEIRA RIELA DA COSTA, MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ, JULIANA RAMIRO PIRES BARBOSA, MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES, GUSTAVO CARVALHO DE MENEZES, CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO, MARIA ISABEL GARCIA DURÁN ALVAREZ, TÁCIO NEI CARDOSO RIBEIRO ELPÍDIO, TALITA VIEIRA MATOS, CÉSAR BRAGA RODRIGUEZ MARTINS, VERENA ANDRADE DE MELO, IANA LIBORIO BENEVIDES
AGRAVADO: MARIA AUXILIADORA SILVA ROSA
ADVOGADO: POLLYANA SILVA CARRILHO ROSA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

115 - 0000011-87.2007.805.0060 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0000011-87.2007.805.0060 - 0
COMARCA: COCOS
ORIGEM: MANUTENÇÃO/REINTEGRAÇÃO DE POSSE
VARA: VARA CÍVEL
EMBARGANTE: MARIA DA GLORIA BOTELHO PRADO
ADVOGADO: FÚLVIO TIOSSO ZILIOLI, LEANDRO ZAGO
EMBARGADO: MARIA DA PENHA DEMO BOTELHO COELHO
EMBARGADO: MAELY GUILHERME BOTELHO COELHO
ADVOGADO: ALESSANDRO SALLES SOARES
EMBARGADO: JAIR EDSON XAVIER
EMBARGADO: JOSE EURICO DA SILVA
EMBARGADO: JOAQUIM ALVES PEREIRA
ADVOGADO: PEDRO HARRY HOFFMANN, ALESSANDRO SALLES SOARES

RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

116 - 0004455-51.2006.805.0141 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JEQUIÉ
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE JEQUIE
ADVOGADO: MANOEL MONTEIRO FILHO
APELADO: MARA RUBIA SOUZA MACHADO
ADVOGADO: ANTONIO ITALMAR PALMA NOGUEIRA FILHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

117 - 0038575-50.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: BUSCA E APREENSÃO
VARA: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: ANTONIO JOSÉ DE SOUZA GUERRA, PRISCILA FABIO DANTAS
APELADO: FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

118 - 0047920-06.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: BUSCA E APREENSÃO
VARA: 31ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BV FINANCEIRA S.A. CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: JULIO CESAR VALERIANO DA SILVA, FLAVIA DE ALBUQUERQUE, PAULO HENRIQUE FERREIRA
APELADO: BENEDITO FERREIRA DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

119 - 0012112-45.2007.805.0000 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0012112-45.2007.805.0000 - 0
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: DESAPROPRIAÇÃO
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: KAUFMANN CACAU INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A
ADVOGADO: FERNANDO WEIBEL KAUFMANN
EMBARGADO: MUNICIPIO DE ITABUNA
ADVOGADO: ISAIAS ANDRADE LINS FILHO
RELATOR(A): DES(A). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

120 - 0078806-22.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO SUMÁRIO
VARA: 26ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ELCINELIA DOS SANTOS NERY
ADVOGADO: LUDMILA DANTAS GAMA
APELANTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADO: MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ, CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO
APELADO: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
APELADO: ELCINELIA DOS SANTOS NERY
RELATOR(A): DES(A). MARIA DA GRAÇA OSÓRIO PIMENTEL LEAL

121 - 0012063-96.2010.805.0000 - 2 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) MANDADO DE SEGURANÇA 0012063-96.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SANTA CRUZ CABRÁLIA
ORIGEM: CAUTELAR INOMINADA
VARA: VARA CÍVEL
AGRAVANTE: JURGEN LECHTE
ADVOGADO: PEDRO ROCHA NUNES
AGRAVADO: MELISSA RIOS SANTINI
ADVOGADO: FLÁVIO AUGUSTO DE MOURA SANTOS
RELATOR(A): DES(A). CLÉSIO RÔMULO CARRILHO ROSA

122 - 0005753-45.2008.805.0000 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0005753-45.2008.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISIONAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: BANCO ALFA S/A
ADVOGADO: ELISA RÊGO PIRES DE SOUZA, JOSÉ ANDRADE SOARES NETO, IANNA CARLA CÂMARA GOMES, CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO DO REGO, ANDRE MONTEIRO DO REGO, WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
EMBARGADO: FRANCISCO JOSE MENDES FREIRE
ADVOGADO: ISMAILTO APARECIDO PEREIRA
RELATOR(A): JUIZ(A) SUBSTITUTO(A) MARIA DAS GRAÇAS GUERRA DE SANTANA HAMILTON

123 - 0114362-66.2001.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0114362-66.2001.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGADO: AGF BRASIL SEGUROS S/A
ADVOGADO: DENISE ELAINE SANTOS DE MEIRELLES
EMBARGANTE: EDNA MARIA SILVA SANTOS
ADVOGADO: JOAQUIM VALTER SANTOS JUNIOR, CARLOS EUGENIO QUEIROZ DE CASTRO
RELATOR(A): JUIZ(A) SUBSTITUTO(A) MARIA DAS GRAÇAS GUERRA DE SANTANA HAMILTON

124 - 0009369-91.2009.805.0000 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0009369-91.2009.805.0000 - 0
COMARCA: CAMAÇARI
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: ASSOCIAÇÃO ALPHAVILLE LITORAL NORTE
ADVOGADO: RODRIGO PEDREIRA DE OLIVEIRA, PEDRO ROCHA NUNES
EMBARGADO: MUNICIPIO DE CAMACARI
ADVOGADO: DALTON CAVALCANTI REIS, VIRGÍNIA SANTANA CORRÊA OLIVEIRA, JOSE ORLANDO ROCHA DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO
PROCURADOR(A): REGINA HELENA RAMOS REIS

125 - 0000754-65.2008.805.0124 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPARICA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE ITAPARICA
ADVOGADO: CARLOS FREDERICO PINTO FRAGA, GIOVANNA FORTI MENDONÇA
APELADO: RODOTEC EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

126 - 0000820-45.2008.805.0124 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPARICA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE ITAPARICA
ADVOGADO: CARLOS FREDERICO PINTO FRAGA, GIOVANNA FORTI MENDONÇA
APELADO: MARIA CRISTINA OLIMPIO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

127 - 0074827-96.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: ANTONIA CELESTINO CONCEIÇÃO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

128 - 0002905-13.2003.805.0113 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0002905-13.2003.805.0113 - 0

COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: SUPERMERCADO TIO JOÃO LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: CINTHYA VIANA FINGERGUNT
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

129 - 0000894-02.2008.805.0124 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPARICA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE ITAPARICA
ADVOGADO: CARLOS FREDERICO PINTO FRAGA, GIOVANNA FORTI MENDONÇA
APELADO: PANIFICADORA PARIPE LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

130 - 0000866-34.2008.805.0124 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPARICA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE ITAPARICA
ADVOGADO: CARLOS FREDERICO PINTO FRAGA, GIOVANNA FORTI MENDONÇA
APELADO: GUILHERME DOMINGOS CAVALHEIRO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

131 - 0003833-72.2004.805.0001 - 0 REEXAME NECESSÁRIO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: MANDADO DE SEGURANÇA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 1ª VARA DA INFANCIA E JUVENTUDE
INTERESSADO: DANILO COSTA SILVA NUNES ASSI.POR, GICELIA COSTA SILVA NUNES
ADVOGADO: PLÍNIO REBOUÇAS DE MOURA
INTERESSADO: COORDENADORA DA COMISSAO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO (CPA) DO COLEGIO ESTADUAL HAMILTON DE JESUS LOPES.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSE CUPERTINO AGUIAR CUNHA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
PROCURADOR(A): JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA

132 - 0000875-93.2008.805.0124 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPARICA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE ITAPARICA
ADVOGADO: CARLOS FREDERICO PINTO FRAGA, GIOVANNA FORTI MENDONÇA
APELADO: JOSE OLIVA D. DE MIRANDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

133 - 0001594-12.2007.805.0124 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPARICA
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: FRANCISCO G. DA SILVA JUNIOR
APELANTE: MUNICÍPIO DE ITAPARICA
ADVOGADO: CARLOS FREDERICO PINTO FRAGA, GIOVANNA FORTI MENDONÇA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

134 - 0133959-50.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: SARA JANE RIBEIRO DO PATROCINIO
APELADO: ATRATIVA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

135 - 0037477-93.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: BUSCA E APREENSÃO
VARA: 31ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO HONDA S/A
ADVOGADO: NELSON PASCHOALOTTO
APELADO: MARIA DA ANUNCIACAO GOES
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

136 - 0005806-72.1998.805.0001 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0005806-72.1998.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: VARA DE AUDITORIA MILITAR
EMBARGANTE: MARCO ANTONIO DOS ANJOS VIANA
ADVOGADO: MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERRARI SANTANA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
PROCURADOR(A): CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS

137 - 0000472-39.2005.805.0057 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0000472-39.2005.805.0057 - 0
COMARCA: CICERO DANTAS
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: ANDREIA DAS NEVES DA SILVA PEREIRA
EMBARGADO: SEBASTIAO BATISTA DINIZ
ADVOGADO: GEAN CHARLES FÉLIX CANARIO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

138 - 0002408-25.1995.805.0001 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0002408-25.1995.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: MULTILOCK LOCACAO DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: DAVID BITENCOURT LUDUVICE NETO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

139 - 0005806-72.1998.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0005806-72.1998.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: VARA DE AUDITORIA MILITAR
EMBARGADO: MARCO ANTONIO DOS ANJOS VIANA
ADVOGADO: MARCOS LUIZ CARMELO BARROSO
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERRARI SANTANA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
PROCURADOR(A): CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS

140 - 0012826-97.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: POÇÕES
ORIGEM: EXECUÇÃO
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO: IGOR DA SILVA SOUSA, PAULO ROCHA BARRA
AGRAVADO: ADEMILTON FERREIRA DE ALMEIDA
AGRAVADO: CARMOZINA ALVES DE SOUZA DE JESUS RIBEIRO
AGRAVADO: MARILENE R. NASCIMENTO DE ALMEIDA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

141 - 0045546-56.2006.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0045546-56.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGADO: MILTON BONFIM
ADVOGADO: ROBERTO DE OLIVEIRA ARANHA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERRARI SANTANA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

142 - 0045546-56.2006.805.0001 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0045546-56.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGADO: MILTON BONFIM
ADVOGADO: ROBERTO DE OLIVEIRA ARANHA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERRARI SANTANA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

143 - 0010071-03.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 14ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: MARLEIDE LIMA CAMPOS
ADVOGADO: LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA
AGRAVADO: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: NILSON VALOIS COUTINHO NETO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

144 - 0009570-49.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: JOÃO RIBEIRO BARRETO
ADVOGADO: DÉBORA SOUTO COSTA, ANTONIO CARLOS SOUTO COSTA, VIVALDO NASCIMENTO LOPES NETO
AGRAVADO: BV FINANCEIRA S.A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

145 - 0011985-05.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: CAUTELAR INOMINADA
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: LILIAN DE NOVAES COUTINHO FIUZA
AGRAVADO: VIRGILIO JOSE PEREIRA NETO
ADVOGADO: ANDRÉ LUIZ CORREIA DE AMORIM, RODRIGO CEZAR SILVA ARAUJO, LUCAS LANDEIRO PASSOS, JOÃO LEONARDO SOUZA DA COSTA, ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

146 - 0013658-33.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: GAVIÃO
ORIGEM: COBRANÇA
VARA: VARA CÍVEL
AGRAVADO: FLAVIA CUNHA ALEXANDRE SILVA
ADVOGADO: LEILA GORDIANO GOMES, DANIELA ALMEIDA NASCIMENTO
AGRAVANTE: MUNICIPIO DE GAVIAO
ADVOGADO: FRANCISCO TADEU CARNEIRO FILHO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

147 - 0009022-24.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: VALDIR MAGALHAES SENA
ADVOGADO: LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA
ESTAGIARIO: JOSELITO FREITAS DE SOUSA
AGRAVADO: BANCO FINASA S/A
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

148 - 0010596-82.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISIONAL
VARA: 12ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: NICOLA GAETA
ADVOGADO: ANGELO FRANCO GOMES DE REZENDE, CRISTIANA CABUSSU BARRETO, FERNANDA MACHADO DE ASSIS, JULIANA AMORIM ARAÚJO
AGRAVADO: MANOEL DA COSTA FONSECA JUNIOR
ADVOGADO: REINALDO SABACK SANTOS, NILSON VALOIS COUTINHO NETO, MARCIA KARINA ANDRADE SAMPAIO, TIAGO SANTOS RIBEIRO, GLEYDSON LEANNDRO CARNEIRO PEREIRA, VITOR GUILHERME DE CARVALHO SILVA
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

149 - 0014857-90.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: VERA LUCIA SANTOS DA SILVA
DEFENSOR: MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES
AGRAVADO: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: MARCIO PRISCO NOVATO
RELATOR(A): DES(A). MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO

150 - 0040496-44.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: DESPEJO
VARA: 23ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MERCANTIL DE CEREAIS JR LTDA
APELANTE: JOSE DA SILVA REIS
APELANTE: JACI SOUZA REIS
ADVOGADO: ANA MARIA FRANCO
APELADO: VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S/A
ADVOGADO: RENATA MARQUES LIMA DANTAS, CAMILA DE ANDRADE LIMA, UMBERTO LUCAS DE OLIVEIRA FILHO, GUILHERME HENRIQUE MARTINS MOREIRA, EDUARDO DE FARIA LOYO, THIAGO FRANCISCO DE MELO CAVALCANTI
RELATOR(A): DES(A). GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

SALVADOR, 25 DE JANEIRO DE 2011.

BEL. CARLOS HENRIQUE SOUZA ANDRADE
DIRETOR DA SECRETARIA

## *TERCEIRA CÂMARA CÍVEL*

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015262-29.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: RAULINO SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO: OAB/BA 22.428 - DORIVANA SANTOS SILVA
AGRAVADO: SINSEG - SINISTRO DE SEGUROS LTDA
RELATORA: DESEMBARGADORA HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

RAULINO SOARES DOS SANTOS interpõe recurso de Agravo de Instrumento contra decisão do Douto magistrado da 1ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Jacobina, que nos autos da Ação Ordinária, indeferiu o pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça, sob a alegação de que não ficou demonstrado nos autos a sua hipossuficiência.

Insurge-se contra tal decisão sob o argumento de que não possui recursos pecuniários suficientes para arcar com os custos do processo, sem que isto afete o sustento próprio e o de sua família.

Afirmam, por fim, que a Lei nº 1.060/50, em seu artigo 4º, não exige a prova da hipossuficiência, mas, apenas, a simples afirmação na petição inicial. Tendo assim procedido, entendem ser equivocada tal decisão.

Com tais fundamentos, requer o efeito suspensivo para o recurso, pugnando pelo seu provimento no mérito.

Foram atendidos pelo Agravante os requisitos legais de admissibilidade, exceto o preparo, tendo em vista que o seu pleito visa modificar a decisão que indeferiu o pedido de gratuidade da Justiça, motivo pelo qual conheço o recurso.

É o RELATÓRIO, em síntese.

DECIDO.

No caso submetido a exame, vislumbro a possibilidade da interposição do Agravo, na forma de Instrumento, pois, a decisão do Juízo a quo que indeferiu o pleito de gratuidade da Justiça, sob a fundamentação que o Agravante não comprovou nos autos a sua insuficiência de recursos, poderá obstar o acesso à Justiça.

A orientação predominante na Corte Superior de Justiça é no sentido de que "dispõe o art. 4º da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza. (...) Assim sendo, esta Corte já firmou entendimento no sentido de que tem presunção legal de veracidade a declaração firmada pela parte, sob as penalidades da lei, de que o pagamento das custas e despesas processuais ensejará prejuízo do sustento próprio ou da família (REsp n. 710624/SP, Quarta Turma, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 29.08.2005)" (REsp 653.887/MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 2ª Turma, DJ 06.03.2007).

Neste mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ALEGADA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - REQUISITO NÃO EXIGIDO PELA LEI Nº 1.060/50.
- Nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
- A concessão da gratuidade da justiça, de acordo com entendimento pacífico desta Corte, pode ser reconhecida em qualquer fase do processo, sendo suficiente a mera afirmação do estado de hipossuficiência." (REsp 400.791/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 02.02.2006).

No caso em análise, verifico que, atendendo a legislação específica, o Agravante afirmou na peça inicial (fls. 19) não ter condições de arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, viabilizando, assim, a concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça.

Por tais razões, DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA, suspendendo os efeitos da decisão hostilizada, com fulcro no artigo 527, inciso III, do Código de Processo Civil, inclusive para dispensá-lo do recolhimento das custas recursais.

Oficie-se ao Douto Juiz precedente, dando-lhe ciência desta decisão e solicitando informações, no prazo de lei.

Intime-se a parte Agravada para oferecer contrarrazões no prazo legal da espécie.

Publique-se. Intime-se

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0013991-82.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: EVERTON LUIZ SANDES
ADVOGADO: OAB/BA 14048 AELTON DANTAS RAINER
AGRAVADO: PABLO JEFFERSON CERQUEIRA SOUZA
ADVOGADO: OAB/BA 29848 CLEBSON RIBEIRO PORTO
RELATORA: Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO
EVERTON LUIZ SANDES interpôs agravo de instrumento contra a decisão de fls. 10-v/12-v, nos autos da Ação Reparatória por Danos Materiais e Morais, ajuizada pelo Agravado, que indeferiu liminarmente a impugnação à nomeação de perito, ao fundamento da falta de descrição de fato justificador da alegada inimizade, e ante a falta de qualquer prova nesse sentido.

Argumenta que o Juiz de Direito da 1ª Vara de Relações de Consumo, Cíveis, e Comerciais da Comarca de Teixeira de Freitas deveria ter determinado a intimação do perito para manifestar-se sobre a impugnação, para, só após isso, decidir a questã.

Requer a atribuição de efeito suspensivo.

Instrui a minuta com os documentos de fls. 08/42.

É o relatório.

DECIDO.

Ressalte-se, inicialmente, que o feito aponta para a idéia de urgência do provimento almejado nesta Instância, não sendo razoável impor à Agravante que aguarde a fase de eventual recurso de apelação da decisão final, para ter a pretensão recursal avaliada, o que patenteia a incompatibilidade do caso com a modalidade retida, regra hoje inserta no Código de Processo Civil.

É a orientação que se extrai do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. RECURSO TIRADO CONTRA DECISÃO LIMINAR EM MEDIDA CAUTELAR. PROCESSAMENTO. NECESSIDADE.
- Em se tratando de decisões liminares ou antecipatórias da tutela, o agravo contra elas interposto deve ser, obrigatoriamente, de instrumento. Dada a urgência dessas medidas e os sensíveis efeitos produzidos na esfera de direitos e interesses das partes, não haveria interesse em se aguardar o julgamento da apelação. Precedentes.
(...)" Grifei
(AgRg no RMS 27605/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2009, DJe 17/12/2009)

Recebo o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.

Do exame dos autos, em especial do documento de fl. 40, vê-se que, como bem observou o juiz da causa, o agravante alega a existência de inimizade com o perito sem informar o suposto motivo, sequer apresentando provas ou indicando quais pretenderia produzir.

Restou inviabilizada, pois, a possibilidade de aferir a existência concreta de inimizade entre a parte agravante e o perito nomeado.

Em suma, não vislumbro no presente recurso, de forma concreta, a prova inequívoca e a verossimilhança das alegações a ensejar o acolhimento da pretensão recursal.

Sendo assim, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, impositivo é o indeferimento da liminar.

Nestes termos, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO POSTULADO PARA O RECURSO.

Notifique-se, imediatamente, o juízo recorrido para que preste as informações de estilo, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal da espécie.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 10 de Janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015106-41.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: JOSENILDA DE CARVALHO PINHO E OUTROS
ADVOGADO: OAB/BA 11.021 - ANTÔNIO JORGE MOREIRA GARRIDO JÚNIOR
RELATORA: DESEMBARGADORA HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

JOSENILDA DE CARVALHO PINHO E OUTROS interpõem recurso de Agravo de Instrumento contra decisão proferida pelo Douto Juiz de Direito da 24ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca da Capital, que nos autos da Ação de Usucapião, processo nº 0086392-76.2010.805.0001, manteve a decisão que indeferiu o pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça, rejeitando os seus Embargos de Declaração.

O julgador precedente indeferiu o pleito, esclarecendo que a isenção de custas pode ser parcial, sob o fundamento de que a impossibilidade de custear o processo é situação fática, podendo, por isso, ser modificada no transcorrer do processo.

Insurgem-se contra tal decisão sob o argumento de que o entendimento do julgador procedente acarreta a insegurança jurídica e contribui para a morosidade da marcha processual, pois, para cada ato processual, teriam que pleitear a gratuidade da Justiça e, conseqüentemente, aguardar a decisão judicial.

Informam, ainda, não possuem recursos pecuniários suficientes para arcarem com os custos do processo, sem que isto afete o sustento próprio e o de sua família, como descrito nas Declarações de Pobreza apresentada nos autos, uma vez que auferem, juntos, a renda mensal de R$1.368,88 (um mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Afirmam, por fim, que a Lei nº 1.060/50, em seu artigo 4º, não exige a prova da hipossuficiência, mas, apenas, a simples afirmação na petição inicial. Tendo assim procedido, entendem ser equivocada tal decisão.

Com tais fundamentos, requer o efeito suspensivo para o recurso, pugnando pelo seu provimento no mérito.

Foram atendidos pelos Agravantes os requisitos legais de admissibilidade, exceto o preparo, tendo em vista que o seu pleito visa modificar a decisão que indeferiu o pedido de gratuidade da Justiça, motivo pelo qual conheço o recurso.

É o RELATÓRIO, em síntese.

DECIDO.

Inicialmente a parte autora requereu os benefícios da gratuidade da Justiça, e, como tal questão cinge-se ao objeto do presente recurso, concedo o benefício requerido.

No caso submetido a exame, vislumbro a possibilidade da interposição do Agravo, na forma de Instrumento, pois, a decisão do Juízo a quo que indeferiu o pleito de gratuidade da Justiça, sob a fundamentação que os Agravantes tem condições econômicas de recolher as custas iniciais do processo, poderá obstar o acesso à Justiça.

A orientação predominante na Corte Superior de Justiça é no sentido de que "dispõe o art. 4º da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza. (...) Assim sendo, esta Corte já firmou entendimento no sentido de que tem presunção legal de veracidade a declaração firmada pela parte, sob as penalidades da lei, de que o pagamento das custas e despesas processuais ensejará prejuízo do sustento próprio ou da família (REsp n. 710624/SP, Quarta Turma, relator Ministro Jorge Scartezzini, DJ de 29.08.2005)" (REsp 653.887/MG, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 2ª Turma, DJ 06.03.2007).

Neste mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - ALEGADA NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - REQUISITO NÃO EXIGIDO PELA LEI Nº 1.060/50.
- Nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50, a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.
- A concessão da gratuidade da justiça, de acordo com entendimento pacífico desta Corte, pode ser reconhecida em qualquer fase do processo, sendo suficiente a mera afirmação do estado de hipossuficiência." (REsp 400.791/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, 2ª Turma, DJ 02.02.2006).

No caso em análise, verifico que, atendendo a legislação específica, os Agravantes afirmaram na peça inicial (fls. 10) não terem condições de arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, além de terem juntado Declarações de Pobreza, viabilizando, assim, a concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça.

Por tais razões, DEFIRO A LIMINAR PLEITEADA, suspendendo os efeitos da decisão hostilizada, com fulcro no artigo 527, inciso III, do Código de Processo Civil.

Oficie-se ao Douto Juiz precedente, dando-lhe ciência desta decisão e solicitando informações, no prazo de lei.

Intime-se a parte Agravada para oferecer contrarrazões no prazo legal da espécie.

Publique-se. Intime-se

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0014945-31.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ITANA EÇA MENEZES DE LUNA REZENDE
AGRAVADO: CARLOS REIS BARBOSA
ADVOGADO: OAB/BA 28.791 - DANIELA PINTO DE CARVALHO
RELATORA: DESEMBARGADORA HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

ESTADO DA BAHIA interpõe recurso de Agravo de Instrumento contra decisão do Douto Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que nos autos da Ação Ordinária, processo nº 0076958-63.2010.805.0001, concedeu a tutela antecipada requerida pela parte adversa.

Através da referida decisão, o magistrado precedente determinou à Ré que autorizasse e custeasse o tratamento fonoaudiológico do Autor, conforme recomendação médica, através do PLANSERV, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais).

Insatisfeito com o decisum, a Agravante alega que não há nos autos os elementos autorizadores à concessão da antecipação da tutela, sobretudo porque a cobertura assistencial para tratamento fonoaudiológico junto à rede prestadora de serviços de saúde somente deve ser autorizada pelo PLANSERV quando os pacientes se encontrarem internados em unidade hospitalar ou em regime de internação domiciliar, o que afirma não ser o caso dos autos.

Expõe, também, que ao caso em análise não deve ser aplicada a lei nº 9.656/98, sob o argumento de que não existe relação de consumo estabelecida entre o Agravado e o PLANSERV.

Afirma, também, que a manutenção da decisão irá lhe provocar desequilíbrio financeiro, motivo pelo qual requer a concessão do efeito suspensivo ao recurso ou, alternativamente, a determinação de apresentação de caução, pela parte Agravada. Pugna, por fim, pelo provimento do recurso.

Foram atendidos pelo Agravante os requisitos legais relativos à tempestividade e aos traslados, razão pela qual, recebo e dou seguimento ao Agravo.

É o RELATÓRIO, em síntese.

DECIDO

Ressalte-se, de logo, que o feito aponta para a idéia de urgência do provimento almejado nesta Instância, não se afigurando prudente impor à Agravante que aguarde a fase de eventual recurso de apelação da sentença final para ter a pretensão recursal avaliada, patenteando a incompatibilidade do caso com a modalidade retida, regra hoje inserta no Código de Processo Civil.

Recebo o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.

A concessão da antecipação dos efeitos da tutela visa assegurar, provisoriamente, a realização do direito que não pode aguardar o longo trâmite processual.

Sobre o tema, Humberto Theodoro Júnior expõe:

"convém ressaltar que se registra, nas principais fontes do direito europeu contemporâneo, o reconhecimento de que, além da tutela cautelar destinada a assegurar a efetividade do resultado final do processo principal deve existir, em determinadas circunstâncias, o poder do juiz de antecipar, provisoriamente, a própria solução definitiva esperada no processo principal. São reclamos de justiça que fazem com que a realização do direito não possa, em determinados casos, aguardar a longa e inevitável demora da sentença final." (in Curso de Direito Processual Civil, vol. I, 39a edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 2003, p. 332). Grifei.

O deferimento da antecipação dos efeitos da tutela, no caso concreto, será possível quando ficar demonstrada nos autos a existência de prova inequívoca e a verossimilhança das alegações, bem como o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Evidenciando-se nos autos os requisitos autorizadores para a concessão da tutela antecipada, o Juiz terá o dever de deferir o pedido de antecipação, fundamentando, para tanto, a sua decisão.

Lecionando sobre a obrigatoriedade da antecipação da tutela quando presentes os seus elementos autorizadores, Athos Gusmão Carneiro assim discorre:

"Já o juiz, no exercício da jurisdição, analisará os fatos do processo, como postos pelas partes e como decorrentes das máximas de experiência e do 'id quod plerunque accidit', e, sob o princípio da persuasão racional, dirá se, na hipótese, ocorreram ou não os requisitos de concessão da tutela antecipada: se ocorreram, terá o dever de deferir o pedido de antecipação, fundamentando devidamente sua decisão; se não ocorreram, cumpre-lhe denegar o pedido, em provimento igualmente fundamentado." (in Da Antecipação de Tutela, 5ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 2004, p. 21). Grifei

No caso em análise, o julgador precedente concedeu a tutela antecipada, sob o fundamento de que os documentos apresentados com a exordial evidenciam a prova inequívoca e a verossimilhança das alegações do Autor, determinando, conseqüentemente, que a Agravante realizasse o tratamento fonoaudiológico, conforme recomendação médica, sob pena de incidir multa diária fixada em R$500,00 (quinhentos reais).

Sabe-se que, a fim de suspender os efeitos da decisão recorrida, deve a parte Agravante aduzir a existência de fumus boni iuris e o periculum in mora, comprovando-os cabalmente nos autos. No caso em análise, todavia, embora o relevante esforço da Agravante na demonstração dos pressupostos que autorizam a concessão do efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, não vislumbro na hipótese a presença dos referidos elementos autorizadores.

Ressalte-se que o periculum in mora é a possibilidade de ser ocasionado um dano à parte recorrente, pela demora da prestação jurisdicional, enquanto o fumus boni iuris significa a plausibilidade do direito alegado pela parte, isto é, a existência de uma pretensão que é provável, sendo possível ao magistrado conferir através das provas carreadas aos autos.

Da análise dos autos, verifica-se que ambos os elementos encontram-se a favor do Agravado, pois a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem sedimentando o entendimento de que, em situações como a descrita nos autos, cabe do deferimento da medida liminar, ainda que de caráter satisfativo, por prevalecer o direito à saúde e à vida, sobre qualquer outro interesse.

Confira-se.

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. OBRIGAÇÃO DE DAR. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTO NÃO-REGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Em princípio, a prestadora de serviços de plano de saúde está obrigada ao fornecimento de tratamento de saúde a que se comprometeu por contrato, pelo que deve fornecer os medicamentos necessários à recuperação da saúde do contratado.
2. Contudo, essa obrigação não se impõe na hipótese em que o medicamento recomendado seja de importação e comercialização vetada pelos órgãos governamentais.
3. Não pode o Judiciário impor a prestadora de serviços que realize ato tipificado como infração de natureza sanitária, previsto na Lei n. 6.360, art. 66, pois isso significaria, em última análise, a vulneração do princípio da legalidade previsto constitucionalmente.
4. Recurso especial provido.
(STJ, REsp 874.976/MT, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Quarta Turma, j. 01/12/2009, DJe 14/12/2009)

Em suma, em exame não exauriente, denota-se que não há sinais ou evidências de que a referida decisão possa causar à Agravante drásticas ou teratológicas privações, comprometedoras da sua condição econômico-financeira, motivo pelo qual a decisão hostilizada será mantida até o julgamento deste recurso.

Nestes termos, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO POSTULADO PARA O RECURSO.

Oficie-se ao douto Juiz da causa, dando-lhe ciência desta decisão e solicitando informações, no prazo de lei.

Intime-se a parte Agravada para oferecer contrarrazões no prazo legal da espécie.

Salvador, 07 de janeiro de 2011.

Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0014556-46.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: MIRIAM SOARES ATHAYDE
ADVOGADO: OAB/BA 17829 ODACIR CAPELATO FILHO E OUTROS
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: DERALDO DIAS DE MORAES NETO E OUTROS
RELATORA: Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

MIRIAM SOARES ATHAYDE interpôs o presente agravo de instrumento, contra decisão proferida pelo Juízo da 10ª Vara da

Fazenda Pública de Salvador, integrada pelos aclaratórios de fl. 167, nos autos da ação de Execução Fiscal n.º 0069436-97.2001.805.0001 ajuizada pelo Estado da Bahia, que indeferiu a exceção de pré-executividade oposta pela Agravante.

Alega que o Estado da Bahia propôs execução fiscal contra a empresa CARRAPICHO SUPERMERCADOS LTDA., e, como não encontrou a mencionada pessoa jurídica, requereu a expedição de ofícios, objetivado a localização de bens penhoráveis da empresa e dos seus sócios quotistas, inclusive a Agravante.

Tal circunstância ensejou o aforamento da exceção de pré-executividade, com a finalidade de demonstrar a ausência de condições da ação para prosseguimento da execução fiscal em relação à Agravante, pois alegada a sua ilegitimidade passiva, em razão de possuir tão-somente 2% (dois por cento) do capital social e não participar de qualquer ato de gestão da empresa.
Diz que se desligou da sociedade empresarial em 09 de dezembro de 1996, com registro na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, em 03 de janeiro de 1997, conforme alteração contratual de fls. 103/106.

Sustenta que a decisão recorrida carece de reforma, porque contrária ao ordenamento jurídico-tributário pátrio, uma vez que a responsabilidade pela ausência de recolhimento de tributos não pode ser atribuída a mero sócio-quotista que não participava de prática de atos de administração na sociedade.

Requer a atribuição de efeito suspensivo ao agravo, para que seja suspensa a execução fiscal até o julgamento do mérito do presente recurso, instruindo a minuta como os documentos de fls. 14/168.

É o relatório.

DECIDO.

Exsurge dos autos a idéia de urgência do provimento almejado neste agravo, não se afigurando crível nem prudente impor à Agravante que aguarde para ter a presente pretensão recursal avaliada, evidenciando ser incompatível a hipótese deste agravo na modalidade retida.

Recebo-o, portanto, na forma de instrumento.

Ressalta da análise superficial do conteúdo destes autos que estão presentes relevantes indícios de que o decisum recorrido não está em sintonia com o nosso ordenamento jurídico.

É que boa parte das razões da Recorrente, a priori, se compatibilizam com razoáveis e sóbrias decisões dos Tribunais pátrios a respeito da matéria em foco, no sentido de que o sócio meramente cotista não poderá ser responsabilizado pelo crédito tributário devido pela empresa de que foi sócio, salvo quando pratica atos de gestão, razão pela qual deverá integrar o pólo passivo da execução fiscal.

Confiram-se:
TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - DÉBITO DE ICMS - SÓCIO-QUOTISTA - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - INOCORRÊNCIA - ART. 135, III, DO CTN. A prática de atos contrários à lei ou com excesso de mandato só induz a responsabilidade de quem tenha administrado a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, isto é, seu(s) sócio(s)-gerente(s), não alcançando, contrário senso, os meros sócios-quotistas, sem poderes de gestão. Ilegitimidade passiva destes. APELAÇÃO CÍVEL Nº 000.327.052-7/00 - COMARCA DE VARGINHA - APELANTE(S): FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - APELADO(S): MARIA MERCEDES DE PALA SOUZA - RELATOR DES. EDUARDO ANDRADE .publ.19/08/2003. Grifei
PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA - EX SÓCIO-QUOTISTA DE SOCIEDADE LTDA, SEM PODERES DE ADMINISTRAÇÃO - VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA - TEMA NÃO APRECIADO NO TRIBUNAL "A QUO" - PRECLUSÃO - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA - RISTJ, ART. 255 E PARÁGRAFOS - LEI 8.038/90 - PRECEDENTES. - A prática de atos contrários à lei ou em excesso do mandato só induz à responsabilidade dos sócios-gerentes, na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, não atingindo os sócios quotistas, sem poderes de gestão. (...)" (STJ - 2ª Turma, REsp. 238.668/MG, Relator Min. Francisco Peçanha Martins, in DJU de 13/05/2002).Grifei.
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO CONTRA SÓCIO QUOTISTA SEM PODERES DE GERÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. 1. O integrante de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sem função de gerência, não pode ser responsabilizado por dívidas tributárias contraídas pela sociedade, ainda que esta tenha se dissolvido irregularmente. Precedentes. 2. Recurso especial provido. (REsp 808386 / SP / Relator Ministro CASTRO MEIRA / Data do Julgamento 06/02/2007 Data da Publicação/Fonte DJ 26/02/2007 p. 578) (grifei)
PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL PARA BUSCA DOS CO-DEVEDORES. DISSOLUÇÃO REGULAR DA PESSOA JURÍDICA POR MEIO DE PROCESSO FALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO QUOTISTA. SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. DÉBITOS RELATIVOS À SEGURIDADE SOCIAL. LEI 8.620/93, ART. 13. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ.
(...)
5. O CTN, art. 135, III, estabelece que os sócios só respondem por dívidas tributárias quando exercerem gerência da sociedade

ou qualquer outro ato de gestão vinculado ao fato gerador. O art. 13 da Lei n° 8.620/93, portanto, só pode ser aplicado quando presentes as condições do art. 135, III, do CTN, não podendo ser interpretado, exclusivamente, em combinação com o art. 124, II, do CTN.
(...)
8. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 761925 / Relator(a) Ministro LUIZ FUX / Data do Julgamento 24/10/2006 / Data da Publicação/Fonte DJ 20/11/2006 p. 280) (EMENTA PARCIAL, grifei)

Ademais, o periculum in mora a favorecer a Agravante é manifesto, pois a não sustação do andamento da execução fiscal permitirá a constrição do seu patrimônio pelo Agravado, podendo acarretar significativa expropriação e inviabilizar a respectiva reparação, caso venha ao final a ser reformada.

O caso em tela, diante do retratado, se amolda aos contornos dos artigos 527, inciso III e 558 do estatuto processual civil pátrio. Com base nestas razões, sem prejuízo de, ao final, depois de aprofundada análise do mérito recursal, chegar-se poder chegar a conclusão diversa, entendo necessária a suspensão provisória da Execução Fiscal n.º 0069436-97.2001.805.0001, em curso na 10ª Vara da Fazenda Pública de Salvador.

Por conseguinte, DEFIRO A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO, suspendendo o curso da Execução Fiscal n.º 0069436-97.2001.805.0001 até o julgamento final deste.

Notifique-se o juízo de origem para que preste as informações de estilo, dando-lhe imediata ciência do inteiro teor desta decisão.

Intime-se o Recorrido para oferecer contra razões, em conformidade com o inciso V do art. 527 do CPC.

Publique-se.

Salvador, 18 de janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0014764-30.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: SOMESB - SOCIEDADE MANTENEDORA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA
ADVOGADO: OAB/BA 24172 JOÃO ADRIANO FERREIRA SANTOS NAJAR
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE SALVADOR
PROCURADOR: ANDERSON BARROSO
RELATORA: Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

SOMESB - SOCIEDADE MANTENEDORA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA interpôs agravo de instrumento contra a decisão de fl. 39, proferida pelo Juiz da 4ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Salvador, que não conheceu a exceção de pré-executividade interposta nos autos na Execução Fiscal ajuizada pelo Agravado.

Sustenta que a Certidão de Dívida Ativa é nula, eis que não preenche os requisitos previstos no artigo 202 do Código Tributário Nacional e no artigo 2º, parágrafos 5º e 6º da Lei nº 6.830/1980, cabendo a extinção da execução fiscal sem a necessidade de dilação probatória.

Requer a atribuição de efeito suspensivo para que a execução fiscal seja paralisada até decisão final desse recurso.

Instrui a minuta com os documentos de fls. 16/39.

A Juíza Luislinda Dias de Valois Santos converteu o agravo de instrumento em retido, nos termos da decisão de fls. 42/45.

Irresignada, SOMESB - Sociedade Mantenedora de Educação Superior da Bahia interpôs agravo regimental, às fls. 48/56, pleiteando o recebimento do recurso na modalidade agravo de instrumento, único recurso cabível contra decisões prolatadas em ações executivas.

É o relatório.

DECIDO.

Ressalte-se, inicialmente, que o caso sob análise é incompatível com a regra de retenção, prevista na primeira parte do caput

do artigo 522 do Código de Processo Civil, porque a decisão de primeiro grau foi proferida no curso de uma execução de título extrajudicial, onde, em princípio, não se vislumbra a possibilidade do uso de recurso de apelação para apreciação preliminar de agravo retido.

É a conclusão que se extrai do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:

"(...) 2. De acordo com as novidades introduzidas pela Lei 11.187/05, o agravo interposto contra decisão de natureza interlocutória deve, em regra, ser processado na modalidade retida. O agravo de instrumento passou a ser exceção, na medida em que será cabível contra a decisão que causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão de apelação ou em relação aos efeitos em que é recebida.
3. Além das hipóteses previstas na lei, o agravo de instrumento deve ser regularmente processado, em regra, quando interposto contra decisão de natureza interlocutória proferida em execução. (...)" Grifei
(RMS 27.194/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2010)

"(...) III - O recurso cabível contra decisão interlocutória proferida em sede de ação executiva é o agravo de instrumento, sendo o agravo retido incompatível com a sistemática do processo de execução. (...)"
(REsp 418.349/PR, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 01/12/2009)

Nestas condições, reconsidero a decisão de fls. 42/45 para receber o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.

Feito isso, cabe declarar que as alegadas nulidades da Certidão de Dívida Ativa (fl. 17), referentes à falta de indicação da forma de calcular os juros de mora e demais encargos legais e à origem da dívida exigida, podem ser apreciadas independentemente de dilação probatória, em que pese dizer, in casu, a exceção de pré-executividade é meio de defesa apto a provocar a manifestação do Judiciário.

Além disso, o título executivo que instrui a execução fiscal foi emitido em aparente conflito com a regra inserta no artigo 202, incisos II e III do Código Tributário Nacional e no artigo 2º, parágrafos 5º, II e IV da Lei nº 6.830/1980.

Há, por conseguinte, relevância na fundamentação recursal.

O perigo da demora qualificado, previsto no artigo 558 do Código de Processo Civil, também exsurge da situação ora retratada, pois a manutenção do decisum precedente coloca a Agravante na iminência de sofrer efeitos do desfalque patrimonial, oriundo da penhora de bens para a garantia da execução.

Sendo assim, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, impositiva é o deferimento da liminar.

Nestes termos, CONCEDO O EFEITO SUSPENSIVO, para determinar, ao Juiz da 4ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Salvador, a suspensão da tramitação do processo.

Notifique-se, imediatamente, o juízo recorrido para que preste as informações de estilo, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal da espécie.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 10 de Janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015981-11.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: AURINO MOREIRA DOS SANTOS E VERA LEUCIA DE MELO MOREIRA
ADVOGADO: OAB/BA 26790 KELLY SATOMY TUPINAMBÁ SAMANO
AGRAVADO: BANCO ITAU S/A CREDITO IMOBILIÁRIO
RELATORA:Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

AURINO MOREIRA DOS SANTOS e VERA LEUCIA DE MELO MOREITA interpuseram agravo de instrumento contra decisão proferida pelo Juízo da 20ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador, nos autos da Ação Cautelar n° 0099071-11.2010.805.0001, ajuizada contra o Banco Itaú S/A Crédito Imobiliário, que indeferiu pedido liminar para obstar a cessão do crédito hipotecário pela instituição financeira agravada.

Informam que o crédito hipotecário é objeto de discussão nos autos da Ação Ordinária n.º 0128403-96.2005.805.0001, tramitando perante o juízo da 20ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador, com a finalidade de assegurar-lhe a quitação do financiamento imobiliário realizado junto ao Banco Itaú S/A.

Acrescentam que se encontra pendente de julgamento a Execução Hipotecária n.º 0181061-29.2007.805.0001, cujo conteúdo revela a pretensão do Agravado acerca do imóvel vinculado à hipoteca objeto da cessão de crédito.

Dizem que ainda não houve o trânsito em julgado da ação ordinária, considerando que o MM. Juiz a quo não proferiu decisão sobre os Embargos de Declaração opostos com o objetivo de integrar a sentença, nem tão-pouco lhes foi oferecido prazo para apresentar os respectivos embargos nos autos da execução hipotecária.

Tais circunstâncias ensejaram o aforamento de Ação Cautelar com o objetivo de evitar a cessão do crédito hipotecário, a partir da alegação de que a concretização da transferência da hipoteca causará prejuízos à eficácia da ação principal.

Sustentam ser o decisum recorrido contrário ao ordenamento jurídico pátrio, na medida em que violaria o disposto no artigo 286 do Código Civil, além das disposições contidas no artigo 50 da Lei n.º 10.931/2004, assim como dos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, inscritos nos incisos XXXV, XXXVI e LV, do artigo 5º, da Constituição Federal.

Instruíram a minuta com os documentos de fls. 13/75.

É o relatório.

DECIDO.

Exsurge dos autos a idéia de urgência do provimento almejado neste agravo, não se afigurando crível nem prudente impor à Agravante que aguarde para ter a presente pretensão recursal avaliada, evidenciando ser incompatível a hipótese deste agravo na modalidade retida.

Recebo-o, portanto, na forma de instrumento.

Ressalta da análise superficial do conteúdo destes autos que estão presentes relevantes indícios de que o decisum recorrido não está em sintonia com o nosso ordenamento jurídico.

O objeto central do presente recurso diz respeito a contrato de financiamento imobiliário, cuja relevância social não pode ser esquecida pelo Poder Judiciário no momento de proferir as suas decisões, sobretudo a partir das diretrizes contratuais interpretativas estabelecidas pela novel legislação civil.

Dispõe o artigo 421 do Código Civil:

"Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social dos contratos."

Para THEODORO JÚNIOR1:

"A função social do contrato consiste em abordar a liberdade contratual em seus reflexos sobre a sociedade (terceiros) e não apenas no campo das relações entre partes que estipulam (contratantes)".

É inegável, portanto, que a política imobiliária representa elevado significado social, amplamente reconhecido pelo Poder Público, cuja forma de concretização se opera através da edição de diversas normas legais com o objetivo de facilitar o acesso à moradia, ex vi, as regras que disciplinam o sistema financeiro habitacional (SFH), e, mais recentemente, o programa do governo federal: "Minha casa, minha vida".

A mesma linha de intelecção segue a jurisprudência pátria:

ADMINISTRATIVO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. FCVS. CESSÃO DE OBRIGAÇÕES E DIREITOS. "CONTRATO DE GAVETA". TRANSFERÊNCIA DE FINANCIAMENTO. NECESSIDADE DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA MUTUANTE. LEI Nº 10.150, DE 2000 (ART. 20).
(....)
6. Deveras, consoante cediço, o princípio pacta sunt servanda, a força obrigatória dos contratos, porquanto sustentáculo do postulado da segurança jurídica, é princípio mitigado, posto sua aplicação prática estar condicionada a outros fatores, como, por v.g., a função social, as regras que beneficiam o aderente nos contratos de adesão e a onerosidade excessiva.
7. O Código Civil de 1916, de feição individualista, privilegiava a autonomia da vontade e o princípio da força obrigatória dos vínculos. Por seu turno, o Código Civil de 2002 inverteu os valores e sobrepõe o social em face do individual. Dessa sorte, por força do Código de 1916, prevalecia o elemento subjetivo, o que obrigava o juiz a identificar a intenção das partes para interpretar o contrato. Hodiernamente, prevalece na interpretação o elemento objetivo, vale dizer, o contrato deve ser interpretado segundo os padrões socialmente reconhecíveis para aquela modalidade de negócio.
(...)

13. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 838.127/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJe 30/03/2009) - Grifei.

O artigo 286 do Código Civil, por sua vez, estabelece:

Art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.

Discorrendo acerca do dispositivo legal CLÁUDIA LIMA MARQUES tece os seguintes comentários:

"A cessão de direitos ou da posição contratual por parte do fornecedor, muitas vezes utilizada como técnica para poder modificar as cláusulas contratuais iniciais pode abalar o sinalagma funcional e afetar a realização das expectativas legítimas dos consumidores. Logo, deve ser especialmente cuidada, controlada e mesmo evitada, como ensinam os mestres europeus."(in Contratos no Código de Defesa do Consumidor . 4ª ed. São Paulo: RT, 2002. p. 157.)

Portanto, ao Poder Judiciário compete a atribuição de analisar as situações submetidas à sua apreciação e interpretar os casos de vedação da cessão de crédito a partir dos novos princípios norteadores do Direito Civil, principalmente no que tange aos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato.

Assim, entendo que a função social dos contratos de financiamento imobiliário associada à pendência de ação judicial, em que as cláusulas contratuais são objeto de discussão, especialmente quando possível a verificação da ocorrência de quitação do financiamento, revelam que a natureza da obrigação constituída, numa análise preliminar, impede a cessão de crédito hipotecário, nos termos do artigo 286 do Código Civil.

Ademais, o periculum in mora a favorecer os Agravantes é manifesto, pois a não sustação do andamento do leilão hipotecário em relação ao crédito em questão poderá ocasionar danos de difícil reparação, na medida em que ao mesmo está vinculada a unidade imobiliária na qual residem os Agravantes, oferecida como garantia real de pagamento.

A hipótese dos autos, se amolda aos contornos dos artigos 527, inciso III e 558 do estatuto processual civil pátrio. Com base nestas razões, sem prejuízo de, ao final, depois de aprofundada análise do mérito recursal, e poder chegar a conclusão diversa, entendo necessária a suspensão provisória da decisão recorrida.

Por conseguinte, DEFIRO A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO, determinando a suspensão da cessão de crédito hipotecário, até o trânsito em julgado da Ação Ordinária n.º 0128403-96.2005.805.0001 e da Execução Hipotecária n.º 0181061-29.2007.805.0001, ambas em curso na 20ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador.

Notifique-se o juízo de origem para que preste as informações de estilo, dando-lhe imediata ciência do inteiro teor desta decisão.

Intime-se o Recorrido para oferecer contra razões, em conformidade com o inciso V do art. 527 do CPC.

Publique-se.

Salvador, 18 de janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

1 THEODORO JÚNIOR, Humberto. O contrato e sua função social. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 31.
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0014805-94.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: GILDO GONÇALVES DA COSTA
ADVOGADO: OAB/BA 19.542 - ARISTÓTELES ARAÚJO AGUIAR
AGRAVADO: GENIVALDO TEODORO DE MELO
ADVOGADO: OAB/BA 10.889 - IRUMAN RAMOS CONTREIRAS
RELATORA: DESEMBARGADORA HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

PROCESSUAL CIVIL. ACORDO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. EXECUÇÃO. EXTINÇÃO. ARTS 269, III E 794, I DO CPC. RECURSO CABÍVEL. APELAÇÃO. ART. 475-M, §3º, CPC. FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE.

I- Estabelece o artigo 475-M, §3º que "A decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação."

II- A extinção mencionada no referido dispositivo legal, a ensejar a interposição do recurso de Apelação, não atinge somente as hipóteses de nulidade, inexigibilidade do título, ilegitimidade de partes, ou causas impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação, mas, sobretudo, quando a decisão põe fim à execução.

III- Conforme dispõe o artigo 794, I, CPC, a quitação do débito executado extingue a execução, fato que exaure a prestação jurisdicional na instância ordinária.

IV- O princípio da fungibilidade recursal somente poderá ser aplicado quando houver dúvida objetiva quanto ao recurso adequado a ser interposto, hipótese que não ocorre nos autos, já que o CPC é claro ao estabelecer que o recurso cabível contra a decisão que põe fim a execução é o recurso de apelação.

SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

GILDO GONÇALVES DA COSTA interpõe recurso de Agravo de Instrumento contra decisão do Douto Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Itagimirim, que nos autos da Ação de Execução de Título Judicial, processo nº 0000081-61.2006.805.0118, homologou por sentença o acordo celebrado entre os litigantes, declarando, via de conseqüência, extinto o processo com a resolução do mérito.

Ainda na referida decisão o magistrado revogou a concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça outrora deferida em favor do Exequente, determinando o pagamento das custas processuais, como estabelecido no acordo firmado entre as partes, sob o fundamento de que, ao obter ganho financeiro com o processo, o mesmo não faz mais jus a mencionada benesse.

Insurge-se contra tal decisão afirmando que não possui recursos pecuniários suficientes para arcar com os custos do processo, sem que isto afete o sustento próprio e o de sua família, devendo, por isso, ao seu ver, ser mantida a concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça.

Alega, ainda, que a Lei nº 1.060/50, em seu artigo 4º, não exige a prova da hipossuficiência, mas, apenas, a simples afirmação na petição inicial, tendo assim procedido, entende ser equivocada tal decisão que revogou a benesse.

Sob tais argumentos, requer o efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, o seu provimento.

É o RELATÓRIO, em síntese.

DECIDO.

Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto contra a decisão que nos autos da Execução de Título Judicial, atualmente denominada fase de Cumprimento de Sentença, homologou a transação realizada pelas partes e extinguiu o processo com a resolução do mérito, oportunidade em que o magistrado precedente revogou os benefícios da gratuidade da Justiça.

Não obstante os argumentos expendidos pelo Agravante, entendo que o presente recurso deva ter o seu seguimento negado.

Eis as razões.

De início, é importante pontuar que, conforme dispõe o artigo 475-M, §3º, do Código de Processo Civil, "A decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação."
Conclui-se, portanto, que das decisões que resolvem as impugnações ao cumprimento de sentença, cabe, via de regra, o recurso de Agravo de Instrumento e daquelas que, não apenas conclui a fase de cumprimento de sentença, mas põe fim a execução, cabe o recurso de Apelação.

Ressalte-se que a extinção mencionada no referido dispositivo legal a ensejar a interposição do recurso de Apelação não implica somente as hipóteses de nulidade, inexigibilidade do título, ilegitimidade de partes, ou causas impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação, mas, sobretudo, quando a decisão põe fim à execução.

Nesta linha de intelecção vem decidindo os Tribunais Pátrios.

Confira-se aresto do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO- CUMPRIMENTO DE SENTENÇA- PEDIDO DE INCIDÊNCIA DE MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO NÃO ACOLHIDO- BAIXA E ARQUIVAMENTO DOS AUTOS- INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO- NÃO RECEBIMENTO NO 1º GRAU- NATUREZA DA DECISÃO COMBATIDA- NOVA REDAÇÃO DO CPC-ART.475-M, §3º, DO

CPC- CABIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO- RECURSO PROVIDO.- Conforme nova redação do CPC, o art.475-M,§3º, se as decisões prolatadas na fase de cumprimento de sentença implicarem na extinção dessa fase da execução, o recurso cabível é o de apelação.-Recurso conhecido e provido.
(TJMG; processo: 1.0024.04.539947-4/001(1). Relatora: MÁRCIA DE PAOLI BALBINO. j. 04/09/2008. DJ: 23/09/2008)

No mesmo sentido tem decido o Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO/CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. RECURSO CABÍVEL. A decisão que extingue a execução/cumprimento da sentença, que não precisa declarar expressamente a extinção, bastando que de sua determinação se extraia a conclusão, tem natureza de sentença. Desta forma, é impugnável por meio da apelação cível, conforme determina o artigo 513 do Código de Processo Civil. O § 3º do art. 475-M expressamente afirma o cabimento da apelação para recorrer da decisão que extingue a execução. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO (TJRS, Agravo de Instrumento Nº 70038791919, Nona Câmara Cível, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 15/09/2010).

No caso dos autos, o julgador precedente homologou o acordo celebrado entre os litigantes na fase de cumprimento da sentença, extinguindo, portanto, o processo com respaldo nos artigos 269, III e 794, I, ambos do Código de Processo Civil.

É imperioso destacar que, segundo dispõe o inciso I do artigo 794 do Código Processual, a execução será extinta quando o devedor satisfizer a obrigação perante o credor. Por tratar-se de hipótese de extinção da execução, como já exposto, caberá a interposição do recurso de Apelação.

Como demonstra o documento de fl. 58, o Agravado cumpriu os termos do acordo celebrado com o Agravante, pagando-lhe a quantia de R$3.000,00 (três mil reais), exaurindo a prestação jurisdicional na instância ordinária.

Desta forma, insatisfeito com a decisão que homologou o acordo e suspendeu a concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça, deveria o Agravante interpor o recurso de Apelação, pois, como já fundamentado, é recorrível mediante Apelo a decisão proferida na fase de cumprimento de sentença que, além de por fim a esta fase, extingue a execução.

É imperioso destacar que ao caso em análise não será aplicado o princípio da fungibilidade recursal, pois a utilização deste instituto só é cabível quando há dúvida objetiva quanto ao recurso adequado a ser interposto, hipótese que não ocorre nos autos, já que os artigos citados são claros ao estabelecer que o recurso cabível contra a decisão que põe fim a execução é o recurso de apelação.

No mesmo sentido é a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. APLICAÇÃO: IMPOSSIBILIDADE, TENDO EM VISTA A OCORRÊNCIA DE ERRO GROSSEIRO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. HÁ ERRO GROSSEIRO SE NÃO EXISTE DÚVIDA OBJETIVA (OU SEJA, DIVERGÊNCIA ATUAL NA DOUTRINA OU NA JURISPRUDÊNCIA) ACERCA DO RECURSO CABÍVEL. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - Embora não esteja inserto em nenhum dos dispositivos do Código de Processo Civil em vigor, o princípio da fungibilidade ainda pode ser validamente invocado no sistema recursal pátrio. II - O princípio da fungibilidade só tem aplicação quando o recorrente não comete erro grosseiro. Para que o equívoco na interposição de recurso seja escusável é necessário que haja dúvida objetiva, ou seja, divergência atual na doutrina ou na jurisprudência acerca do recurso cabível. Se, ao contrário, não existe dissonância ou já está ultrapassado o dissenso entre os comentadores e os tribunais sobre o recurso adequado, não há que se invocar o principio da fungibilidade recursal. Precedentes do STJ: REsp n. 117.429/MG e REsp n. 126.734/SP. III - É sentença a decisão judicial que indefere liminarmente embargos à execução, já que põe fim ao processo. Por essa razão, o recurso cabível é a apelação, configurando erro grosseiro a interposição de agravo. IV - Recurso especial conhecido e provido. (REsp 154.764/MG, Rel. Ministro ADHEMAR MACIEL, SEGUNDA TURMA, DJ 25.09.2000 p. 86).
Com tais razões, NEGO SEGUIMENTO ao recurso.

Publique-se. Intimem-se. Arquivem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0013703-37.2010.805.000-0
AGRAVANTE: BRASKEM S.A.
ADVOGADO: OAB/BA 21823 LIANE DOS SANTOS MANOLESCU
AGRAVADO: ANTÔNIO FERNANDES DE ALMEIDA
AGRAVADO: ERALDO LIMA ARAUJO

AGRAVADO: GILVANDRO LUIZ SANTOS DE LUCENA
AGRAVADO: JOSE CARLOS OLIVEIRA ANDRADE
AGRAVADO: MANOEL RAIMUNDO PEREIRA DE ALCANTARA
AGRAVADO: MARIA DAS GRAÇAS LIMA TOURINHO
AGRAVADO: RITA MARIA CUNHA DALTRO
AGRAVADO: JAIRO PAMPHILO DOS SANTOS
ADVOGADO: OAB/BA 14384 ROSA MARIA ARAÚJO BOMFIM
ADVOGADO: OAB/BA 30259 WAGNER ARAÚJO BOMFIM
RELATORA: Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

BRASKEM S.A. interpôs agravo de instrumento contra a decisão cautelar proferida nos autos da Ação Declaratória combinada com Indenização por Danos Morais, promovida por Antônio Fernandes de Almeida e outros, em curso perante a 19ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador, tombada sob o número 0083331-13.2010.805.0001.

Informa que a referida decisão deferiu a medida liminar pleiteada, determinando que a primeira e a segunda acionadas, Braskem S.A. e Bradesco Saúde S.A., providenciem, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais) no caso de descumprimento, a entrega imediata dos cartões de identificação dos agravados referentes ao plano 2 QNT - AMSPOLO, bem como não ofereçam obstáculos à utilização do citado plano de saúde.

Relata que os agravados aduzem ser aposentados e ex-funcionários da empresa Braskem S.A., sendo beneficiários do plano de assistência médica supletiva da apólice coletiva da referida empresa, afirmando que tiveram suas carteiras de acesso ao plano recolhidas, e conseqüente negativa de atendimento médico.

Registra que a sobredita ação não envolve qualquer ameaça ao direito de assistência a saúde dos autores, posto que , em que pese ter sido encerrado o Programa AMS-POLO, todos os autores foram incluídos na nova apólice coletiva contratada pela agravante, qual seja a de número 8957, inexistindo descontinuidade de atendimento.

Afirma que, tendo em vista o reduzido número de participantes incluídos no Programa de Assistência COFIC-MAS POLO, o mesmo se tornou insustentável, não restando outro caminho à empresa senão o encerramento deste, o que ocorreu em 01/06/2010, em conformidade com a legislação e as regras correlatas, sendo certo que os autores foram, por diversas vezes, cientificados da alteração do plano de saúde.

Esclarece que a Norma Procedimental nº 0102/02, que regulamenta o "Programa de Assistência Médica Empresarial COFIC-AMS POLO", autoriza a criação de novo programa de benefício com a suspensão daquele, asseverando que não há previsão contratual de contratação vitalícia do Programa AMS POLO.

Alega que os autores não evidenciam a vigência contratual sustentada, tampouco há qualquer prova de ser indevido suposto cancelamento contratual a que foram submetidos. Sustenta, ainda, ser impossível e inviável a emissão de novas cartões de seguro saúde do plano AMS-POLO, em razão do mesmo já ter sido encerrado.

Diz que a decisão ora agravada causará induvidoso risco de dano irreparável à ora agravante, verdadeira financiadora do sistema, pois assim estar-se-ia impondo a esta o custeio de algo não assegurado ao empregado, principalmente dando trato de contrato de seguro saúde aquilo que, em verdade, apresenta-se apenas como programa de benefício suplementar.

Assevera que tramita perante a 6ª Vara Cível da Comarca de salvador, ajuizada pelos ora agravados, ação idêntica à originária do presente agravo de instrumento, tombada sob o número 005238-93.2010.805.0001, tendo sido, neste caso, indeferido o pedido de antecipação da tutela.

Requer o recebimento do agravo, deferindo-se o efeito suspensivo, e, ao final, o seu provimento para "tornar sem efeito a decisão agravada, fazendo prevalecer a desobrigação da agravante manter o contrato MAS POLO-2QNT".

Instrui a minuta com os documentos de fls. 16/165.

É o relatório.

DECIDO.

Ressalte-se, inicialmente, que o feito aponta para a idéia de urgência do provimento almejado nesta Instância, não sendo razoável impor ao Agravante que aguarde a fase de eventual recurso de apelação da decisão final, para ter a pretensão recursal avaliada, o que patenteia a incompatibilidade do caso com a modalidade retida, regra hoje inserta no Código de Processo Civil.

É a orientação que se extrai do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. RECURSO TIRADO CONTRA DECISÃO LIMINAR EM MEDIDA CAUTELAR. PROCESSAMENTO. NECESSIDADE.
- Em se tratando de decisões liminares ou antecipatórias da tutela, o agravo contra elas interposto deve ser, obrigatoriamente, de instrumento. Dada a urgência dessas medidas e os sensíveis efeitos produzidos na esfera de direitos e interesses das partes, não haveria interesse em se aguardar o julgamento da apelação. Precedentes.
(...)" Grifei
(AgRg no RMS 27605/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2009, DJe 17/12/2009)

Recebo o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.

Infere-se, de uma cognição não exauriente, própria do momento, que a decisão recorrida, em princípio, está em sintonia com as regras legais aplicáveis à matéria em discussão.

Observa-se que a questão trazida ao acertamento jurisdicional assenta-se sobretudo no conflito acerca da continuidade da contratação do plano AMSPOLO - 2QNT.

De fato, verifica-se que os ora agravados asseveram na peça incoativa a continuidade do referido plano de assistência à saúde, aduzindo que a agravante permanece retendo os respectivos cartões de identificação do Plano AMSPOLO 2QNT, com validade até 31/10/2011.

Por outro lado, a agravante afirma a descontinuidade do citado plano, em razão do cancelamento efetuado pelas estipulantes, colacionando aos autos o documento de fls. 161/162, que diz respeito a uma carta enviada pela Braskem S.A. aos "aposentados da Ex-Copene, e que fazem parte da apólice do COFIC -AMS Pólo", informando acerca da iminência da descontinuidade do referido plano para o citado grupo.

Atentou-se para esta situação o Juízo de primeiro grau, ao deferir a medida cautelar ora atacada (fl. 300), in litteris:

"Determino também que a 3ª Acionada, COFIC, informe quanto à vigência do plano AMSPOLO - 2QNT, referente à 'sub-fatura 43' do Estipulante Braskem S.A. contratado para o 'grupo de ex-empregados aposentados por invalidez ou não', bem como, informe da continuidade da contratação e/ou apresente documento que informe o cancelamento do mesmo"

Ademais, prescreve a cláusula 11.4 do contrato nº 8615, referente ao "Plano Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar Bradesco Saúde Top Epresarial - Plano por administração", a forma escrita para a comunicação do cancelamento do contrato (fls. 231/262):

"11.4 - A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, renovada automaticamente por períodos anuais, se não houver manifestação contrária de uma das partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias do término de sua validade

A atribuição de efeito suspensivo em agravo de instrumento encontra previsão legal nos artigos 527, inciso III e 558, ambos do CPC, sendo requisitos para o seu deferimento o perigo de lesão grave e de difícil reparação e a relevância da fundamentação.

Do exame perfunctório dos autos não se observa que o agravante tenha juntado qualquer documento hábil a comprovar de forma fulminante o cancelamento do contrato nº 8615, pelo que não se verifica, a priori, relevância na fundamentação recursal. Outrossim, verifica-se, caso fosse acolhido o pedido liminar de suspensão do cumprimento da decisão atacada, a existência do perigo de grave e irreparável dano reverso em relação aos direitos de saúde e vida dos agravados, vez que também não restou demonstrado que os mesmos tivessem aderido ao novo plano de assistência à saúde referente à apólice nº 008957, acrescentado, neste diapasão, que, ao menos em análise preliminar, a aceitação do novo plano pode ser mais oneroso ao beneficiário, vez que importa em pagamento de premio fixo, independente da utilização dos serviços de saúde.

Desta forma, sobrepesando os princípios que ora encontram-se em colisão, verifica-se que, na persistência da dúvida acerca da vigência do contrato COFIC AMS POLO, os valores da vida e da saúde dos beneficiários assume, no caso, preponderância, vez que o risco de sua mitigação apresenta maior grau de irreversibilidade.

Sendo assim, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, inviável é o sobrestamento da medida liminar agravada.

Nestes termos, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO POSTULADO PARA O RECURSO, até o pronunciamento definitivo desta Corte.

Notifique-se, imediatamente, o juízo recorrido para que preste as informações de estilo, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intimem-se os Agravados para contrarrazoarem no prazo legal da espécie.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 18 de Janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015425-09.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: SILVANA RODRIGUES REIS
ADVOGADO: OAB/BA 26.797 - CRISTIANE RAMOS DA SILVA
AGRAVADO: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
RELATORA: DESEMBARGADORA HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

SILVANA RODRIGUES REIS interpõe o recurso de Agravo de Instrumento contra decisão do Douto Juiz de Direito da 6ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca da Capital, que nos autos da Ação Ordinária, processo nº 0088466-06.2010.805.0001, deferiu em parte o seu pedido de antecipação dos efeitos da tutela, determinando a realização de deposito judicial das parcelas no valor contratado.

Insurge-se contra tal decisão, alegando que se tiver de aguardar a prestação judicial final, arcando com o ônus do pagamento de parcelas com juros indevidos ou da inadimplência, certamente sofrerá prejuízos de difícil ou impossível reparação, ante o iminente perigo de lesão a seus patrimônios, com a inscrição do seu nome no cadastro de restrição ao crédito e apreensão do veículo.

Acrescenta que não pretende utilizar-se da via judicial para se eximir do pagamento de suas obrigações, objetivando depositar os valores das parcelas nos moldes da planilha elaborada por profissional habilitado, evitando, assim, os efeitos da mora.

Com tais fundamentos, requer o efeito suspensivo para o recurso, pugnando pelo seu provimento no mérito.

Foram atendidos pela parte Agravante os requisitos legais relativos à tempestividade e aos traslados, ausente o preparo do recurso por ser beneficiária da gratuidade da Justiça, razão pela qual recebo e dou seguimento ao Agravo.

É o RELATÓRIO, em síntese.

DECIDO.

A antecipação de tutela deve ser vista no plano estritamente processual, haja vista a exigência legal de serem preenchidos certos requisitos para a sua concessão.

Dispõe claramente o Código de Processo Civil, no seu artigo 273, que o juiz poderá antecipar a tutela quando a verossimilhança das alegações estiver acobertada pela prova inequívoca, de modo a possibilitar o exame do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, o abuso do direito de defesa ou propósito protelatório do Réu.
Infere-se das informações noticiadas nos autos que a Agravante firmou com o Agravado contrato de financiamento com cláusula de alienação fiduciária, objetivando a aquisição de um veículo.

Em juízo de cognição superficial e não exauriente, próprio desse momento processual, verifico que não procede a pretensão da Agravante, a fim de ser concedida a tutela antecipada nos exatos moldes pleiteados na inicial, porque ausentes os seus elementos autorizadores, quais sejam, o periculum in mora e o fumus boni iuris, conforme se verá a seguir.

No que tange à fumaça do bom direito, os Tribunais pátrios têm decidido, reiteradamente, que nas causas que versem sobre revisão contratual, o financiado pode permanecer na posse do bem fiduciário, como sabiamente entendeu o magistrado precedente, desde que pague integralmente as prestações do mútuo, de acordo com os valores originalmente contratados.

Esse é o entendimento também deste Egrégio Tribunal de Justiça:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. FINANCIAMENTO. ABSTENÇÃO DO LANÇAMENTO DO NOME DO DEVEDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E MANUTENÇÃO DA POSSE DO BEM. ADMISSIBILIDADE, SE O DÉBITO ESTÁ SENDO DISCUTIDO JUDICIALMENTE. DEPÓSITO JUDICIAL DAS PRESTAÇÕES NO VALOR CONTRATADO. AGRAVO A QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL.
Estando em discussão o débito, legítima é a decisão que determina a abstenção do nome do devedor nos órgãos de restrição ao crédito e permite a manutenção do bem financiado em sua posse, devendo ser determinado, contudo, o depósito das parcelas do financiamento no valor pactuado no contrato.
(TJBA, Agravo nº 64769-5/2008, 1ª Câmara Cível, Rel. José Olegário Monção Caldas, j. 15/07/2009)

1. AGRAVO REGIMENTAL. 2. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. 3. DECISÃO QUE DETERMINOU O DEPÓSITO DAS PARCELAS EFETIVAMENTE CONTRATADAS. 4. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE.TRATANDO-SE DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, COM DISCUSSÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, NÃO VERIFICA-SE, EM PRINCÍPIO, DEMONSTRAÇÃO DE PROVA INEQUÍVOCA E VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DA PARTE AUTORA, SENDO INVIÁVEL REPASSAR AO RÉU A ADVERSIDADE ÍNSITA AO TRÂMITE PROCESSUAL. 5. PARA EFEITO DE DEPÓSITO EM JUÍZO DAS PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS, EN-

QUANTO PENDENTE DE JULGAMENTO A AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL, DEVEM PREVALECER ÀS CLÁUSULAS CONTRATUAIS, PORTANTO, O VALOR ORIGINARIAMENTE CONTRATADO 6. RECURSO NÃO PROVIDO.
(TJBA, Agravo Regimental, Processo: 51539-0/2009, Primeira Câmara Cível, Rel. Sara Silva de Brito, j. 04/11/2009)

Ressalte-se, ainda, que não há nos autos nenhum dado concreto que demonstre existir, entre a data da assinatura do contrato e a data da interposição da revisional, modificação da situação da contratante, de tal modo que o cumprimento do pactuado possa lhe causar danos relevantes que lhe impossibilitem o cumprimento da avença.

Em suma, não vislumbro no presente recurso, de forma concreta, a prova inequívoca e a verossimilhança das alegações a ensejar o acolhimento da pretensão recursal.

Nestes termos, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO POSTULADO PARA O RECURSO.

Oficie-se ao douto Juiz precedente, dando-lhe ciência desta decisão e solicitando informações, no prazo de lei.

Intime-se a parte agravada para oferecer contrarrazões no prazo legal da espécie.

Publique-se. Intime-se.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0014887-28.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: SEBASTIÃO BASTOS MATOS
ADVOGADO: OAB/BA 9338 ABDENACULO GABRIEL DE SOUSA FILHO
AGRAVADOS: JOVINIANO DE SOUSA FILHO E SUELY NETO DE ARAUJO
ADVOGADO: OAB/BA 27313 VINICIUS DOURADO LOULA SALUM
RELATORA:Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

SEBASTIÃO BASTOS MATOS interpôs gravo de instrumento contra decisão proferida pelo Juízo da Vara Cível da Comarca de Barra do Mendes, nos autos do Mandado de Segurança n° 0000929-09.2010.805.0021, impetrado contra ato atribuído ao Presidente e ao Tesoureiro da Câmara Municipal de Barra do Mendes, que deferiu pedido liminar para determinar o pagamento dos subsídios dos Agravados no patamar fixado pela Lei Municipal n.º 09/2008, qual seja, R$ 3.680,00 (três mil seiscentos e oitenta reais).

Informa que os Agravados impetraram mandado de segurança argüindo ilegalidade na prática do ato administrativo da Câmara Municipal de Barra do Mendes que, a partir do mês de março de 2010, promoveu a revisão dos subsídios dos vereadores, reduzindo-o ao valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Acrescenta que o ato impugnado estaria revestido de legalidade, pois autorizado pelos artigos 6º e 8º da Lei Municipal n.º 793/2008, que possibilitariam a revisão do subsídio dos vereadores para adequá-los aos limites constitucionais e legais.

Diz que em razão da crise econômica e financeira pela qual passou o país e a redução das receitas municipais, aliada à diminuição do repasse dos duodécimos pelo Poder Executivo, bem como a entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 58/2009, alterando os artigos 29 e 29-A da Constituição Federal para modificar o percentual do limite total de despesas do Poder Legislativo em municípios com até 100.000 (cem mil) habitantes para 7% (sete por cento), obrigou à edição de ato para reduzir o subsídio dos vereadores.

Sustenta haver praticado o ato dentro dos limites de gestão e direção do Presidente da Câmara Municipal de Barra do Mendes e, portanto, qualquer ingerência do Poder Judiciário no mérito da decisão seria uma afronta ao princípio constitucional da separação dos poderes.

Afirma que a ação mandamental apresenta vícios que impedem o deferimento da decisão recorrida, uma vez que a inicial não apontaria a autoridade coatora; a Câmara de Vereadores não foi ouvida antes da concessão da medida, conforme artigo 2º da Lei n.º 8.437/93; além da proibição de concessão de medida liminar ou tutela antecipada contra a Fazenda Público, nos termos do artigo 1º da Lei n.º 9.494/97.

Instruiu a minuta com os documentos de fls. 18/80.

É o relatório.

DECIDO.

Exsurge dos autos a idéia de urgência do provimento almejado neste agravo, não se afigurando crível nem prudente impor à Agravante que aguarde para ter a presente pretensão recursal avaliada, evidenciando ser incompatível a hipótese deste agravo na modalidade retida.

Recebo-o, portanto, na forma de instrumento.

É pacífico na doutrina e jurisprudência que o disposto no artigo 1º da Lei n.º 9494/97 impõe uma interpretação restrita, restando consagrado que a antecipação de tutela contra o Poder Público é possível, desde que a matéria submetida ao acertamento jurisdicional não esteja inserida nas hipóteses legais de vedação, ou seja, reclassificação ou equiparação de servidor público, concessão de aumento de vencimento ou extensão de vantagens.

Nesse sentido, é a jurisprudência pátria dominante:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESIGNAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA ESTATAL (ART. 5º. LXXIV, DF?88). ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE.
1. É possível a concessão de antecipação dos efeitos da tutela em face da Fazenda Pública, como instrumento de efetividade e celeridade da prestação jurisdicional, sendo certo que a regra proibitiva, encartada no art. 1º, da Lei 9.494?97, reclama exegese estrita, por isso que, onde não há limitação não é lícito ao magistrado entrevê-la. Precedentes do STJ: AgRg no REsp 945.775?DF, QUINTA TURMA, DJ de 16?02?2009; AgRg no REsp 726.697?PE, SEGUNDA TURMA, DJ de 18?12?2008; AgRg no Ag 892.406?PI, QUINTA TURMA, DJ 17?12?2007; AgRg no REsp 944.771?MA, SEGUNDA TURMA, DJ De 31?10?2008; MC 10.613?RJ, Rel. PRIMEIRA TURMA, DJ 08?11?2007; AgRg no Ag 427600?PA, PRIMEIRA TURMA, DJ 07?10?2002.
2. A tutela reversível não esgota o objeto da demanda proposta ab origine, a qual objetiva a designação de Defensor Público para a Comarca de Aripuanã-MT.
3. O aresto que confirma a tutela de urgência sob fundamento de que inocorreu afronta à separação constitucional dos poderes, mercê de ter afirmado a cláusula pétrea do acesso à justiça, contém fundamentos insindicáveis pelo Superior Tribunal de Justiça.
4. É assente no Egrégio Superior Tribunal de Justiça que: "É possível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública desde que a pretensão autoral não verse sobre reclassificação, equiparação, aumento ou extensão de vantagens pecuniárias de servidores públicos ou concessão de pagamento de vencimentos' (REsp 945.775?DF, QUINTA TURMA, DJ de 16?02?2009)
5. Hipótese de antecipação dos efeitos da tutela concedida nos autos de Ação Civil Pública, promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, para determinar que o demandado providenciasse, no prazo de vinte dias, a designação de Defensor Público para a Comarca de Aripuanã-MT, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 15.000,00 na hipótese de descumprimento (fls. 12?19).
6. In casu, o bem jurídico tutelado - direito à assistência judiciária estatal assegurado pela Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV - transcende à proibição erigida quanto ao deferimento da tutela de urgência.
7. Recurso Especial desprovido. (REsp 934.138?MT, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10?11?2009, DJe 04?12?2009) - Grifei.

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO PARA FINS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INVIABILIDADE.
1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.
2. O acórdão embargado entendeu, com apoio na jurisprudência dominante do STJ, que a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública é possível nas hipóteses em que não incidam as vedações previstas na Lei 9.494?97, quais sejam demandas sobre reclassificação, equiparação, aumento ou extensão de vantagens pecuniárias de servidor público ou concessão de pagamento de vencimentos. [...] (EDcl no AgRg no REsp 944.771?MA, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 21.08.09) - Grifei.

ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - INDENIZAÇÃO - FAZENDA PÚBLICA - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - VEDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI N. 9.494?97 - INAPLICABILIDADE - NATUREZA ALIMENTAR DO DÉBITO - PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS - ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DESTA CORTE.
1. A antecipação de tutela em desfavor da Fazenda Pública pode ser concedida, quando a situação não está inserida nas impeditivas hipóteses do art. 1º da Lei n. 9.494?97. Precedentes.
2. É entendimento deste Tribunal que o referido artigo deve ser interpretado de forma restritiva, de modo a não existir vedação legal à concessão de antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública nas hipóteses em que envolvam o pagamento de verba de natureza alimentar, como ocorre no presente caso.
3. O caráter alimentar da verba pressupõe que ela é necessária à sobrevivência do beneficiado; o fato de não ser a única forma de sobrevivência do necessitado não retira a natureza alimentar da verba. A antecipação de tutela foi concedida com fulcro nos elementos probatórios dos autos.

4. Assim, para modificar tal entendimento, como requer o recorrente, seria imprescindível exceder os fundamentos colacionados no acórdão vergastado, o que demandaria incursão no contexto fático-probatório dos autos, defeso em sede de recurso especial, nos termos do enunciado 7 da Súmula desta Corte de Justiça.
5. Este Tribunal tem admitido a concessão de medidas liminares de natureza satisfativa, excepcionalmente, face às peculiaridades do caso concreto. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 726697?PE, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 18.12.08)

Ademais, a prévia intimação do Poder Público para a concessão de liminar ou antecipação dos efeitos da tutela, como estabelecido no artigo 2º da Lei n.º 8.437/93, apesar de norma cogente, tem sua aplicação mitigada pelo Superior Tribunal de Justiça sempre que o julgador verificar a possibilidade de produção de danos decorrentes do cumprimento da medida antecipatória.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. MENOR CARENTE. LIMINAR CONCEDIDA SEM PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO PODER PÚBLICO. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE EXCEPCIONAL. MUNICÍPIO. LEGITIMIDADE.
PRECEDENTES DO STJ. DESPROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.
1. Excepcionalmente, o rigor do disposto no art. 2º da Lei 8.437/92 deve ser mitigado em face da possibilidade de graves danos decorrentes da demora do cumprimento da liminar, especialmente quando se tratar da saúde de menor carente que necessita de medicamento.
2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.
3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Município configurada.
4. Recurso especial desprovido.
(REsp 439.833/SP, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28.03.2006, DJ 24.04.2006 p. 354) - Grifei.

Acrescenta a Ministra Eliana Calmon, relatora do Recurso Especial nº 1.018.614 - PR (2008?0002999-4), in verbis:

"...O comando legal que impõe a necessidade de audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público para pronunciamento no prazo de 72 (setenta e duas) horas somente se aplica quando o magistrado entender cabível, como na hipótese dos autos, a concessão da liminar. Em caso de indeferimento da liminar, sequer é necessária a oitiva dos entes públicos.
Tal dispositivo, a despeito de cogente, não comina qualquer tipo de sanção ou nulidade em caso de descumprimento da obrigação ali estabelecida.
Ainda assim, entendo que o vício decorrente da sua inobservância somente poderia ser declarado pelo Poder Judiciário se demonstrado prejuízo à defesa do Ente Público.
De fato, o Código de Processo Civil, em seu art. 249, § 1º, assevera que não se repetirá o ato nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte e, no art. 250, que o erro de forma acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo-se praticar os que forem necessários, a fim de se observarem, no que possível, as prescrições legais, acolhendo o princípio da instrumentalidade das formas e dos atos processuais.
Não se apresenta razoável, sob o ponto de vista da utilidade prática do processo, desfazer o ato judicial baseado no poder geral de cautela, se não demonstrado prejuízo à defesa do ato administrativo pelo Poder Público através dos demais mecanismos processuais colocados à sua disposição pela legislação (agravo de instrumento e pedido suspensão de execução de medida liminar - art. 4º da Lei 8.437?92).
Registre-se que, na hipótese dos autos, houve oportunidade para que a recorrente se defendesse e obtivesse, via agravo de instrumento, o efeito suspensivo da liminar concedida em primeiro grau de jurisdição. Assim, a não adoção do procedimento não causou qualquer prejuízo à defesa da recorrente contra a decisão concessiva da liminar."

Da leitura dos autos detecta-se o caráter alimentar da verba em questão, associado ao fato de que o pleito liminar não configura concessão de aumento de vencimento ou extensão de vantagens, pois, em verdade o que se postula é a manutenção de valores anteriormente recebidos com fundamento no diploma legal do município que fixou o valor do subsídio dos vereadores para a legislatura relativa ao período 2009/2012.

Impende, então, verificar a presença dos pressupostos legais para a concessão do efeito suspensivo requerido pelo Agravante.

Assim, no que concerne ao pedido de atribuição liminar de efeito suspensivo, em juízo de cognição superficial e não exauriente, próprio desse momento processual, não vislumbro a presença simultânea dos requisitos exigidos para tanto.

Orienta ARAKEN DE ASSIS em seu "Manual dos Recursos", ed. 2007, pág. 516, ao tratar da suspensão dos efeitos da decisão agravada:

"Por conseguinte, só cabe ao relator suspender os efeitos da decisão e, a fortiori, antecipar os efeitos da pretensão recursal, respeitando dois pressupostos simultâneos: a relevância da motivação do agravo, o que implica prognóstico acerca do futuro

julgamento do recurso no órgão fracionário, e o receio de lesão grave e de difícil reparação resultante do cumprimento da decisão agravada até o julgamento definitivo do agravo ..." Grifei

Os Tribunais pátrios têm a mesma linha de intelecção, bem expressada no seguinte aresto:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL. Mostrando-se preenchidos os requisitos do art. 273 do CPC, diante da verossimilhança da alegação e receio de dano irreparável ou de difícil reparação e não havendo perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, é de ser concedida a antecipação de tutela recursal, a fim de ser restabelecido o pagamento do benefício de aposentadoria complementar do agravante. Agravo provido, por maioria." (Agravo de Instrumento Nº 70022473847, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 09/04/2008)

No caso em análise, a fundamentação apresentada pelo Recorrente carece de relevância porque, em primeira e superficial cognição, vejo que a decisão hostilizada não padece dos equívocos suscitados pelo Agravante, inclusive se considerarmos, que está em sintonia com o nosso ordenamento jurídico.

O objeto central da discussão é a legalidade da redução do subsídio de vereadores por ato administrativo do Presidente da Câmara de Vereadores, em contrariedade à Lei Municipal que os fixou para aquela legislatura.

O artigo 29 da Constituição Federal determina que o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subseqüente, o que pressupõe a elaboração de lei, cujo projeto tenha sido objeto de deliberação e aprovação pelo legislativo local.

A redução do subsídio dos vereadores, bem como de salários de funcionários da Câmara de Vereadores, por meio de ato unilateral da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Mendes, viola as normas constitucionais insertas nos artigos 7º, incisos VI, VII e X, além do artigo 29, inciso VI, que dispõe:

"Art. 29 - (...)
VI - subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I." - Grifei.

Nessa direção sinaliza a jurisprudência pátria:

CONSTITUCIONAl, ADMINISTRATIVO e processual civil. CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZ ALTA. RESOLUÇÃO DE MESA Nº 034/2001. REDUÇÃO dOS subsídios de vereadores. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR CONCEDIDA NA ORIGEM. REDUÇÃO DE VENCIMENTOS. INCABIMENTO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO FERIDOS. SEGURANÇA CONCEDIDA. NÃO-PROVIMENTO EM GRAU RECURSAL. APELAÇÃO NÃO PROVIDA. SENTENÇA CONFIRMADA EM REEXAME NECESSÁRIO.(TJRS - Reexame Necessário n.º 70004864765, dES. Wellington Pacheco Barros, DJ: 05/02/2003) - Grifei.

Portanto, sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e, ainda, não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente e profunda análise deste, entendo ser necessária a manutenção do ato judicial agravado.

Por tais razões, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO.

Notifique-se o juízo a quo para que preste as informações de estilo.

Publique-se.

Intimem-se.

Salvador, 18 Janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0014355-54.2010.805.000-0
AGRAVANTE: BRADESCO SAÚDE S.A.
ADVOGADO: OAB/BA 19142 CAROLINA DE BRITO FERNANDES
ADVOGADO: OAB/SP 115762 RENATO TADEU RONDINA MANDALITI
AGRAVADO: ANTÔNIO FERNANDES DE ALMEIDA
AGRAVADO: ERALDO LIMA ARAUJO
AGRAVADO: GILVANDRO LUIZ SANTOS DE LUCENA

AGRAVADO: JOSE CARLOS OLIVEIRA ANDRADE
AGRAVADO: MANOEL RAIMUNDO PEREIRA DE ALCANTARA
AGRAVADO: MARIA DAS GRAÇAS LIMA TOURINHO
AGRAVADO: RITA MARIA CUNHA DALTRO
AGRAVADO: JAIRO PAMPHILO DOS SANTOS
ADVOGADO: OAB/BA 14384 ROSA MARIA ARAÚJO BOMFIM
ADVOGADO: OAB/BA 30259 WAGNER ARAÚJO BOMFIM
RELATORA: Desembargadora HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

BRADESCO SAÚDE S.A. interpôs agravo de instrumento contra a decisão cautelar proferida nos autos da Ação Declaratória combinada com Indenização por Danos Morais, promovida por Antônio Fernandes de Almeida e outros, em curso perante a 19ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador, tombada sob o número 0083331-13.2010.805.0001.

Informa que a referida decisão deferiu a medida liminar pleiteada, determinando que a primeira e a segunda acionadas, Braskem S.A. e Bradesco Saúde S.A., providenciem a entrega imediata, no prazo de vinte e quatro horas, dos cartões de identificação do plano 2 QNT - AMSPOLO (Saúde Dental) do titular e dependentes, bem como não ofereçam obstáculos à utilização do citado plano de saúde.

Relata que os agravados aduzem ser aposentados e ex-funcionários da empresa Braskem S.A., tendo direito a utilizar a assistência médica fornecida pela Braskem (estipulante), com fundamento no contrato nº 8615, bem como com amparo em convenção coletiva e na Norma de Procedimento nº 102-02, norma interna da empresa Braskem S.A.. Narra que os ora agravados alegam que usufruíam do PLANO 2QNT AMSPOLO, o qual era custeado pela empresa Braskem S.A., sendo que aqueles apenas realizavam o pagamento da co-participação, limitado aos 20% dos rendimentos mensais, tendo os mesmos se insurgido contra o seu cancelamento e o oferecimento para o ingresso no contrato - apólice 8957 onde participam os funcionários ativos da estipulante e há pagamento de prêmios mensais.

Diz que a decisão ora agravada causará incomensuráveis prejuízos à ora agravante, pois se trata de apólice coletiva antes firmada pela estipulante em benefício de seus ex-funcionários, na qual a agravante não possui qualquer autonomia para incluir ou excluir os beneficiários indicados, mormente porque a referida apólice foi cancelada pela estipulante, não tendo a agravante condições de reativá-la, consubstituindo-se, portanto, para esta, em uma obrigação inexequível.
Assevera que tramita perante a 6ª Vara Cível da Comarca de salvador, ajuizada pelos ora agravados, ação idêntica à originária do presente agravo de instrumento, tombada sob o número 005238-93.2010.805.0001, tendo sido, neste caso, indeferido o pedido de antecipação da tutela.

Sustenta que, em outubro do ano de 2009, as estipulantes, tiveram que encerrar o plano coletivo administrado, como possibilitado pela Norma de Procedimento nº 102-02, tendo sido concretizado o encerramento em 01/07/2010, afirmando que foi oferecido aos usuários/beneficiários outro plano coletivo de assistência à saúde.

Argumenta que não existe risco à vida dos agravados, pois estes estão segurados pela apólice nº 008957, já tenho sido enviadas aos mesmos as carteiras de identificação.

Requer o recebimento do agravo, deferindo-se o efeito suspensivo, e, ao final, o seu provimento para "reformar a r. decisão agravada, revogando-se a tutela antecipada deferida".

Instrui a minuta com os documentos de fls. 19/598.

É o relatório.

DECIDO.

Ressalte-se, inicialmente, que o feito aponta para a idéia de urgência do provimento almejado nesta Instância, não sendo razoável impor ao Agravante que aguarde a fase de eventual recurso de apelação da decisão final, para ter a pretensão recursal avaliada, o que patenteia a incompatibilidade do caso com a modalidade retida, regra hoje inserta no Código de Processo Civil.

É a orientação que se extrai do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. RECURSO TIRADO CONTRA DECISÃO LIMINAR EM MEDIDA CAUTELAR. PROCESSAMENTO. NECESSIDADE.
- Em se tratando de decisões liminares ou antecipatórias da tutela, o agravo contra elas interposto deve ser, obrigatoriamente, de instrumento. Dada a urgência dessas medidas e os sensíveis efeitos produzidos na esfera de direitos e interesses das partes, não haveria interesse em se aguardar o julgamento da apelação. Precedentes.

(...)" Grifei
(AgRg no RMS 27605/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2009, DJe 17/12/2009)

Recebo o agravo, portanto, na excepcional forma de instrumento.

Infere-se, de uma cognição não exauriente, própria do momento, que a decisão recorrida, em princípio, está em sintonia com as regras legais aplicáveis à matéria em discussão.

Observa-se que a questão trazida ao acertamento jurisdicional assenta-se sobretudo no conflito acerca da continuidade da contratação do plano AMSPOLO - 2QNT.

De fato, verifica-se que os ora agravados asseveram na peça incoativa a continuidade do referido plano de assistência à saúde, aduzindo que a agravante permanece retendo os respectivos cartões de identificação do Plano AMSPOLO 2QNT, com validade até 31/10/2011, apresentando como prova de sua alegação o documento de fl. 184 dos autos, referente a comprovante de autorização para realização de exames, no qual consta informação de validade assinada com a data de 31/08/2011.

Por outro lado, a agravante informa a descontinuidade do citado plano, em razão do cancelamento efetuado pelas estipulantes, colacionando aos autos os documentos de fls. 279/281, que dizem respeito a uma carta enviada pela Braskem S.A. aos "aposentados da Ex-Copene, e que fazem parte da apólice do COFIC - AMS Pólo", informando acerca da iminência da descontinuidade do referido plano para o citado grupo.

Atentou-se para esta situação o Juízo de primeiro grau, ao deferir a medida cautelar ora atacada (fl. 300), in litteris:

"Determino também que a 3ª Acionada, COFIC, informe quanto à vigência do plano AMSPOLO - 2QNT, referente à 'sub-fatura 43' do Estipulante Braskem S.A. contratado para o 'grupo de ex-empregados aposentados por invalidez ou não', bem como, informe da continuidade da contratação e/ou apresente documento que informe o cancelamento do mesmo"

Com efeito, prescreve a cláusula 11.4 do contrato nº 8615, referente ao "Plano Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar Bradesco Saúde Top Epresarial - Plano por administração", a forma escrita para a comunicação do cancelamento do contrato (fls. 231/262):

"11.4 - A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, renovada automaticamente por períodos anuais, se não houver manifestação contrária de uma das partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias do término de sua validade"

A atribuição de efeito suspensivo em agravo de instrumento encontra previsão legal nos artigos 527, inciso III e 558, ambos do CPC, sendo requisitos para o seu deferimento o perigo de lesão grave e de difícil reparação e a relevância da fundamentação.

Do exame perfunctório dos autos não se observa que o agravante tenha juntado qualquer documento hábil a comprovar de forma fulminante o cancelamento do contrato nº 8615, pelo que não se verifica, a priori, relevância na fundamentação recursal.

Outrossim, verifica-se, caso fosse acolhido o pedido liminar de suspensão do cumprimento da decisão atacada, a existência do perigo de grave e irreparável dano reverso em relação aos direitos de saúde e vida dos agravados, vez que também não restou demonstrado que os mesmos tivessem aderido ao novo plano de assistência à saúde referente à apólice nº 008957, acrescentado, neste diapasão, que, ao menos em análise preliminar, a aceitação do novo plano pode ser mais oneroso ao beneficiário, vez que importa em pagamento de premio fixo, independente da utilização dos serviços de saúde.

Desta forma, sobrepesando os princípios que ora encontram-se em colisão, verifica-se que, na persistência da dúvida acerca da vigência do contrato COFIC AMS POLO, os valores da vida e da saúde dos beneficiários assume, no caso, preponderância, vez que o risco de sua mitigação apresenta maior grau de irreversibilidade.

Sendo assim, e sem que esta decisão vincule o entendimento desta Relatora acerca do mérito recursal, e não sendo inviável a hipótese de se chegar a conclusão diversa após minudente análise, inviável é o sobrestamento da medida liminar agravada.

Nestes termos, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO POSTULADO PARA O RECURSO, até o pronunciamento definitivo desta Corte.

Notifique-se, imediatamente, o juízo recorrido para que preste as informações de estilo, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intimem-se os Agravados para contrarrazoarem no prazo legal da espécie.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 18 de Janeiro de 2011.

HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0045077-05.2009.805.0001-0
APELANTE: LOJAS RIACHUELO S/A
ADVOGADA: OAB/BA 22387 TÂMARA DOS REIS DE ABREU
ADVOGADA: OAB/BA 14983 FLÁVIA PRESGRAVE BRUZDZENSKY
APELADA: ARLETE XAVIER SOARES
ADVOGADA: OAB/BA 27846 ALINE XAVIER SOARES
RELATORA: HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI - CONVOCADA

PROCESSUAL CIVIL. ACORDO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DO FEITO. art. 269, III, CPC. INCIDÊNCIA.

I. A transação extrajudicial, quando firmada em benefício a todos os litigantes, deve ser homologada judicialmente, pacificando-se o conflito de interesses havido entre as partes, atingindo-se, assim, o escopo maior da Justiça.

II- A celebração de acordo entre as partes em litígio afasta o interesse de agir, culminando na perda do objeto do recurso.

III- A teor do disposto no artigo 269, III do Código de Processo Civil, a homologação do acordo extrajudicial acarreta a extinção do processo com a resolução do seu mérito.

ACORDO HOMOLOGADO.

EXTINÇÃO DO PROCEDIMENTO RECURSAL.

DECISÃO

ARLETE XAVIER SOARES propôs, no Juízo da 1ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Civeis e Comerciais da da Comarca da Capital, Ação Indenizatória por Danos Morais contra o LOJAS RIACHUELO S/A, alegando que o seu nome foi indevidamente registrado nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito.
A sentença de fls. 60/60-v julgou procedente o pedido de pagamento de indenização por danos morais, fixada em R$3.000,00 (três mil reais).
Irresignada, Lojas Riachuelo S/A interpôs Recurso de Apelação (fls. 62/77), sustentando a inexistência de danos morais e, sucessivamente, a necessidade de redução do quantum indenizatório.
Requereu o provimento do recurso, com a conseqüente improcedência da ação.
Contra-razões apresentadas às fls. 80/88, pugnando pelo improvimento do recurso.
Ascenderam os autos à este Egrégio Tribunal de Justiça que foram distribuídos à Terceira Câmara Cível, cabendo-me a função de relatora.
Às fls. 92/93, as partes peticionaram informando a realização do acordo, pondo fim ao litigio, requerendo a sua homologação.

É o relatório.

O escopo maior da Justiça traduz-se na tentativa incansável da pacificação dos conflitos submetidos à sua apreciação. Por isso, havendo acordo satisfatório a ambos interessados, não há motivo para o Judiciário se negar a chancelar o mesmo.
O querer do julgador não pode se sobrepor ao anseio de composição das partes, e é por isso que o acordo pode ser firmado em qualquer fase do processo, inclusive após o trânsito em julgado da sentença.
O Código de Processo Civil, ao discorrer sobre os poderes, os deveres e a responsabilidade do Juiz, determina, em seu artigo 125, IV, que: o magistrado dirigirá o processo competindo-lhe "tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes" .
Isto porque, se a jurisdição é a atuação estatal destinada a definir uma lide levada ao exame do Poder Judiciário, através da aplicação do direito objetivo, a conciliação visa facilitar que as próprias partes obtenham solução para o conflito, não se incluindo como atividade integrante do ofício jurisdicional, mas paralela a ele.
Lecionando sobre o tema, Nelson Nery Júnior expõe que:
"As partes não podem, uma vez estabelecida à relação jurídica processual e instaurada a litispendência, evitar o resultado da jurisdição (princípio de inevitabilidade), pois têm de cumprir o comando emergente da sentença, independentemente de resultado. Mas, mediante transação sobre o objeto litigioso, podem, até depois de transitada em julgado a sentença, pactuar diversamente do que consta do decreto judicial, sem que isto signifique desrespeito à atividade jurisdicional." (in Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos. 4a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 342).
Ainda sobre o tema, Theotonio Negrão arremata:
"O juiz, no exercício de sua função jurisdicional, não deve concorrer para a instabilidade das relações jurídicas entre as partes" (STJ - RT 692/182)." (in Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, 37ª edição, Ed. Saraiva, p. 243).
Conforme a composição extrajudicial das partes noticiada nestes autos, às fls. 92/93, inegavelmente leva à perda do objeto do Recurso.

O artigo 158 do Código de Processo Civil dispõe que:

"Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais."

Em comentário ao referido artigo, Theotônio Negrão leciona que:

"A conciliação (arts. 449 e 584-III, LJE 22 § ún.) e a transação judicial (arts. 584-III, 794-II c/c art. 795; art. 842 do CC-CC rev. 1028-I) devem ser tomadas por termo e homologadas por sentença (dispensando o termo, na transação feita por instrumento público ou particular: LJE 57- "caput"; RT 541/181, 550/110)." (in Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, Ed. Saraiva, 35ª ed).

Sobre o tema, vale ainda destacar as lições de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery:

"Recurso prejudicado - É aquele que perdeu seu objeto. Ocorrendo a perda do objeto, há falta superveniente de interesse recursal, impondo-se o não conhecimento do recurso. Assim, ao relator cabe julgar inadmissível o recurso por falta de interesse, ou seja, julgá-lo prejudicado" (in Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil extravagante em vigor, RT, 6ª ed., São Paulo, 2002, p. 930).
Na mesma linha de intelecção é a orientação da Jurisprudência. Neste sentido, é o aresto do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul abaixo transcrito:
"PROCESSUAL CIVIL. ACORDO. HOMOLOGAÇÃO.
Estando em termos acordo formalizado entre as partes, impõe-se a homologação como requerido. Acordo homologado. Extinto o feito. Prejudicado o exame do recurso. Decisão unânime."
(Embargos de Declaração nº 70011885183, Décima Câmara Cível, Relator Jorge Alberto Schreiner Pestana, publicação: 11/07/2005, TJRS).

Diante do exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO, extinguindo o processo com a resolução do mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil.
Determino a baixa dos autos com seu conseqüente arquivamento, e ciência da presente homologação ao Juízo a quo.

Salvador, 13 de Janeiro de 2011.

HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0015460-66.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: PAULO SERGIO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: OAB/BA 26326 SARA BERENICE DIAS DE ARANDAS
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
RELATORA: DESEMBARGADORA HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

DECISÃO

PAULO SERGIO DO NASCIMENTO interpôs agravo de instrumento contra decisão proferida nos autos da Ação Declaratória de Nulidade de Ato Jurídico c/c Reintegração em cargo público, ajuizada contra o Estado da Bahia, em curso na Vara da Auditoria Militar da Comarca de Salvador, que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para reintegrar o Agravante aos quadros da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Relata que ajuizou ação ordinária, alegando como fundamento para seus pedidos, que foi arbitrariamente demitido do cargo de Soldado da PM/BA, após processo administrativo disciplinar instaurado com o objetivo de apurar comportamento irregular, consistente em desacato e desobediência ao seu superior hierárquico.

Diz que restou provado no aludido processo administrativo disciplinar tratar-se de pessoa doente, dependente de álcool, em constante estado de embriaguez, e responsável pelo comportamento irregular apurado.

Alega que a sua demissão e o indeferimento da antecipação de tutela objurgada são decisões que afrontam o princípio da dignidade da pessoa humana, carecendo de ser reformada por meio deste agravo.

Sustenta estar presente a fumaça do bom direito e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação e, assim, requer a atribuição de efeito suspensivo ativo ao agravo, para que seja concedida a sua imediata reintegração no cargo de Soldado da Polícia Militar do Estado da Bahia, e, ao final, o seu provimento, no sentido de confirmar o pleito antecipatório.

Instrui a minuta com os documentos de fls. 11/252.

É o RELATÓRIO.

DECIDO.

O artigo 522 do Código de Processo Civil normatiza que:

"Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento."

O inciso II do artigo 527 do mesmo diploma legal, em sintonia com aquele dispositivo, determina que o relator, ao receber o agravo o converterá em "... retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa."

Infere-se que o agravo retido passou a ser a regra, não sendo mais possível ao recorrente optar por uma ou outra modalidade, salvo nas situações excepcionais previstas no Código.

Assim, a possibilidade de ajuizamento do agravo de instrumento foi reduzida a alguns casos. Exemplificando: quando há urgência no provimento recursal almejado, expressa permissão de ordem legal, como se vê do artigo 475-H do CPC ou quando o agravo retido se afigura incompatível com o caso concreto.

Fora dessas hipóteses excepcionais, só se pode admitir a interposição do agravo pela forma retida, sendo obrigatório ao relator efetivar a conversão.

No caso sob análise, dos argumentos e da prova lançados nos autos, observa-se que, em que pese ser aparentemente relevante a fundamentação recursal apresentada, não está configurado o periculum in mora qualificado exigido para o recebimento do recurso na modalidade instrumental.
É que não existe risco ou possibilidade do cumprimento da decisão objurgada causar lesão grave ou de difícil reparação ao Agravante, não conduzindo à urgência de seu reexame por meio deste recurso.

Acrescente-se que em situações como a submetida ao acertamento jurisdicional a jurisprudência comunga do entendimento de que inexiste dano irreparável imediato ao servidor que pretende a reintegração ao cargo público de que foi exonerado/demitido, pois na hipótese de procedência do seu pedido, ocorrerá a recondução ao cargo, com a recomposição de todas as perdas financeiras havidas no período.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNIICPAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REINTEGRAÇÃO NO CARGO. INEXISTE RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO À MEDIDA EM QUE, SE ACOLHIDA A TESE DO RECORRENTE E JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO, HAVERÁ A REINTEGRAÇÃO POSTULADA, INCLUSIVE COM RECOMPOSIÇÃO DE EVENTUAIS PERDAS FINANCEIRAS. INCABÍVEL MEDIDA DE CARÁTER SATISFATIVO. AGRAVO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70006729024, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ângela Maria Silveira, Julgado em 08/10/2003)

Não é a hipótese, portanto, de receber o agravo como instrumento, conforme abalizada orientação de ARAKEN DE ASSIS:

"Por definição, inexistindo o receio de "lesão grave e de difícil reparação", o agravo de instrumento não é cabível, devendo o relator convertê-lo em retido (art. 527, II); (...)."
(in Manual dos Recursos, ed. 2007, pág. 515)

O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento que respalda a conclusão acima esposada, como se depreende do julgado transcrito:

"PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO.
1 - A regra geral para o agravo é o retido. A exceção é o agravo de instrumento, apenas se detectada, no caso concreto, urgência ou perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação.
2 - (...)
3 - Recurso especial não conhecido."
(REsp 1009098/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2009, DJe 22/06/2009)

Nestes termos, CONVERTO EM RETIDO O AGRAVO, determinando a sua remessa ao Juízo de origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000149-64.2010.805.0249-0
ORIGEM DO PROCESSO: SERROLÂNDIA
APELANTE: DEM - DEMOCRATAS
APELANTE: PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
ADVOGADO: PAULO RODRIGUES DE OLIVEIRA
APELADO: CÂMARA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA
ADVOGADO: RODRIGO ISAAC DE FREITAS MARTINS
ADVOGADO: CÁSSIO CARVALHO BATISTA
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando que a ação originária trata-se de Mandado de Segurança.
Considerando, ainda, que o Ministério Público de primeiro grau interveio no feito (fls. 101/105).

Determino a remessa dos autos à Douta Procuradoria de Justiça para pronunciamento, nos termos do art. 53, V, X e XI, do Regimento Interno dessa Corte.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
REMESSA NECESSÁRIA Nº 0000219-59.2009.805.0009-0
ORIGEM DO PROCESSO: ANAGÉ
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ANAGÉ
INTERESSADO: SINSERV - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE CARAÍBAS
ADVOGADO: LUCAS LIMA TANAJURA
INTERESSADO: REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA
ADVOGADO: GLAUCO VINICÍUS DANTAS DE QUEIROZ SOUSA
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Encaminhem-se presentes autos à Douta Procuradoria de Justiça, conforme requerido no parecer ministerial nº. 1861/2010 (fls. 128/129).

Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003730-58.2010.805.0000-0
ORIGEM DO PROCESSO: CANDEIAS
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE CANDEIAS
ADVOGADO: MÁRCIO NASCIMENTO CASTRO ALVES E OUTROS
AGRAVADO: BRASQUÍMICA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
ADVOGADO: LEONARDO DE SOUZA REIS E OUTROS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando que as informações prestadas pelo juiz a quo foram encaminhadas através de fax-símile (fl. 38).

Considerando, ainda, que a Certidão de fl. 40, foi proferida em 21/12/2010.
Determino a remessa dos autos à Secretaria da Terceira Câmara Cível para que certifique-se a existência dos originais junto à Distribuição.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0023038-97.1998.805.0001-0
ORIGEM DO PROCESSO: SALVADOR
APELANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO: RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA
ADVOGADO: LUIS EDUARDO PIRES SANTOS
APELADO: NILSE OLIVEIRA DE FREITAS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando a ausência de certidão nos autos sobre o cumprimento ou não do despacho proferido pelo juiz a quo (fl. 52), determino a remessa do presente processo ao Juízo de origem para sanar a irregularidade apontada.
Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0115381-78.1999.805.0001-0
PROCESSO DE ORIGEM: SALVADOR
APELANTE: CULTROSA CULTURAS TROPICAIS S/A
APELANTE: EDUARDO GILENO BRANDÃO
ADVOGADO: CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA E OUTROS
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: ANEILTON JOÃO REGO NASCIMENTO
APELANTE: BANCO DO BRASIL
APELADO: CULTROSA CULTURAS TROPICAIS S/A
APELADO: EDUARDO GILENO BRANDÃO
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando a ausência de certidão sobre a intimação dos apelados CULTROSA CULTURAS TROPICAIS S/A e EDUARDO GILENO BRANDÃO para apresentar contra-razões ao recurso de apelação interposto por BANCO DO BRASIL S/A (fls. 158/168), determino o retorno dos presentes autos ao Juízo de origem para que a serventia proceda à devida intimação, a fim de sanar a irregularidade apontada, evitando, desse modo, futura alegação de nulidade.
Cumpra-se.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0008702-71.2010.805.0000-0
PROCESSO DE ORIGEM: 0000741-59.2009.805.0018 - BARRA
AGRAVANTE: AGRO INDUSTRIAL JULU LTDA
AGRAVANTE: ÁLVARO JOBAL SALVAIA JÚNIOR
ADVOGADO: JOSÉ LAERTE JOSUÉ
AGRAVADO: JOSEFA LIMA DA PAZ
ADVOGADO: JOSÉ FRANCOLINA FERREIRA SANTOS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Encaminhe-se presente processo à Secretaria da Terceira Câmara Cível para que a ele seja apensado o agravo de instrumento nº. 0006086-26.2010.805.0000-0.

Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0013512-57.2008.805.0001-0
ORIGEM DO PROCESSO: SALVADOR
APELANTE: OFICINA CONCÓRDIA PEÇAS E REBOQUES LTDA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS FERREIRA MELHOR
ADVOGADO: ANDRÉ LUÍS REHEM DE ALMEIDA
APELADO: WM PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO DE MELO FILHO
ADVOGADO: MANUELA BLOIZI IGLESIAS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando o petitório de fl. 323, encaminhe-se presente processo à Secretaria da Terceira Câmara Cível, para que providencie a inscrição do nome do novo advogado, Dr. André Luís Rehem de Almeida, na capa dos autos, conforme requerido.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0016534-58.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR
AGRAVANTE: REINALDO LUIZ ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: EDUARDO GONCALVES DE AMORIM
AGRAVADO: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DECISÃO

Vistos, etc....
Cuidam os autos de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, agitado contra decisão que nos autos da Ação Revisional de Contrato nº 0016534-58.2010.805.0001, proposta por REINALDO LUIZ ALVES DOS SANTOS, em trâmite na 16ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais, de Salvador, concedeu parcialmente a liminar para determinar que a parte Ré se abstenha de promover a busca e apreensão do veículo em questão, assim como de inserir ou excluir - caso já tenha sido efetuado a inserção - o nome do Autor nos cadastros de proteção ao crédito, tais como, SPC e SERASA e outros afins a nível nacional, bem como cartórios de protesto, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o deslinde da questão. Determinou, ainda, que a parte autora deposite mensalmente o valor contratado à disposição do Juízo, mediante guia cartorária, bem como as parcelas vencidas, se houver, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de revogação da liminar.

Em suas razões, aduz o Agravante que a decisão recorrida impede aos que efetivamente busquem a prestação jurisdicional, para depositar o que entende ser devido sem as exorbitantes taxas e juros cobrados pelas instituições financeiras.

Alega ser razoável, enquanto discutida em juízo a relação negocial entre as partes, não permanecer o nome do consumidor nos cadastros restritivos de crédito.

Pugna pela concessão do efeito suspensivo para que seja determinada a realização dos depósitos em juízo nos valores que entende devidos, a manutenção do mesmo na posse do bem, assim como, a abstenção do Agravado de inscrever o nome do Recorrido nos órgãos proteção ao crédito. Ao final, requer o provimento do recurso.

Sucintamente relatados, passo a decidir, já que presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso.

É o breve relatório.

Decido.
No caso em exame, a decisão de conceder ou revogar uma liminar, como antecipação da tutela, se funda em critérios próprios e pessoais de discricionariedade do Juiz que, atento ao disposto em lei, profere a decisão que entende cabível na espécie, somente sendo lícito ao Tribunal modificá-la em caso de evidente ilegalidade ou abusividade.

No plano do direito material, a posição dominante do próprio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é no sentido de que o depósito dos valores pertinentes às parcelas mensais de contrato de financiamento para bens de consumo, nas hipóteses de pedido de revisão, deve proceder respeitando o quantum pactuado pelas partes no contrato primitivo.

Em conseqüência, o valor da parcela contratada deve ser definido como o valor das prestações vencidas e vincendas a serem depositadas, até decisão final.

Isto porque, a alteração de cláusulas contratuais de forma unilateral, pode vulnerar todo o contrato, com iminência de prejuízo de uma parte em detrimento da outra, especialmente em face da probabilidade sempre ocorrente de acidentes com o bem dado em garantia, além da natural depreciação do valor em decorrência do natural uso.

Por outro lado, havendo-se imposto o depósito das parcelas nos valores avençados no instrumento, autoriza-se, como medida razoável, a manutenção do Agravante na posse do bem objeto do contrato em litígio e, que seja determinado ao Agravado que se abstenha de proceder com a inscrição do nome do Recorrido em cadastro restritivo de crédito.

Portanto, não tendo vislumbrado os requisitos ensejadores para a concessão da pretendida suspensividade, que fica indeferida, converto o feito em agravo retido, nos termos do art. 527, II, do CPC.
Remetam-se os autos ao juízo da causa, para serem apensados aos principais.
Publique-se e intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0016793-53.2010.805.0000-0 - SALVADOR
AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: NILSON VALOIS COUTINHO NETO
AGRAVADO: VILOBALDO MIRALHA ALVES FILHO
ADVOGADO: ANTONIO PEREIRA DE CERQUEIRA
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DECISÃO

Vistos, etc...
Cuidam os autos de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, agitado contra decisão que nos autos da Ação Revisional de Contrato nº 0146611-89.2009.805.0001, em curso na 16ª Vara das Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais, de Salvador, deferiu parcialmente a liminar pleiteada, para determinar que a parte Ré se abstenha de promover a busca e apreensão do veículo em questão, assim como de inserir ou excluir - caso já tenha sido efetuado a inserção- o nome do Autor nos cadastros de proteção ao crédito, tais como SPC e SERASA e outros afins a nível nacional, bem como cartórios de protesto, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o deslinde da questão. Determinou, ainda, que a parte Autora deposite mensalmente o valor contratado à disposição do Juízo, mediate guia cartorária, bem como as parcelas vencidas, se houver, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de revogação da liminar.

Em suas razões, sustenta o Agravante que a decisão recorrida fora proferida de forma arbitrária, uma vez que a concessão de tutela antecipada configura verdadeiro abuso de direito para com o Agravante, pois impediu - o de exercer o seu direito de credor para que informe aos órgãos competentes a inadimplência do Agravado, sem prazo para cumprimento, cominando multa diária exorbitante por eventual descumprimento.

Salienta que a multa diária fora arbitrada em prazo exíguo para cumprimento e em valor excessivo, a qual merece ser reduzida sob a orientação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Por fim, pugna pela concessão do efeito suspensivo, para que seja afastada a multa ou reduzida para 20% (vinte por cento) da condenação. Ao final, requer o provimento do recurso.

Sucintamente relatados, passo a decidir, já que presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso.

À vista do pedido liminar para concessão de efeito suspensivo, na forma do que dispõe o Regimento Interno desta Corte, passo a proferir decisão monocrática.

No caso em tela, trata-se de pedido de sobrestamento da decisão liminar concedida pelo Juízo a quo, que determinou ao Agravante a proceder com a retirada do nome do Agravado dos cadastros de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), em caso de descumprimento do decisum.

No caso em exame, a decisão de conceder ou revogar uma liminar, como antecipação da tutela, se funda em critérios próprios e pessoais de discricionariedade do Juiz que, atento ao disposto em lei, profere a decisão que entende cabível na espécie, somente sendo lícito ao Tribunal modificá-la em caso de evidente ilegalidade ou abusividade.

Nessa senda, no que tange ao valor da multa fixada, é de ver-se que seu arbitramento contém em si um caráter inibitório, razão pela qual somente será cobrada caso venha o Agravante descumprir com o comando judicial determinado, afastando-se, assim,

a alegação de lesão grave e de difícil reparação a que estaria sujeito o Agravante com a manutenção da decisão agravada até decisão final da ação originária.

Outrossim, não persiste o argumento de prazo exíguo para cumprimento do quanto determinado pelo a quo, uma vez que ao pleito liminar deferido deve ser dado efetivo e imediato cumprimento, na medida em que havendo-se imposto o depósito das parcelas nos valores avençados conforme o instrumento original, demonstra-se desarrazoado a manutenção do nome da parte agravada em Cadastros Restritivo de Crédito.

Nestes termos, ausente prova da suposta lesão grave ou de difícil reparação a que se sujeitaria o Agravante com a manutenção da decisão agravada até o final da ação originária, CONVERTO O PRESENTE AGRAVO DE INTRUMENTO EM RETIDO, determinando a sua remessa ao juízo de origem para indispensável ciência e apensamento.
Publique-se e intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0016851-56.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: EMBASA - EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S.A
ADVOGADO: JOSÉ LEONI MACHADO BOA SORTE E OUTROS
AGRAVADO:MARIVALDO SILVA NETTO
ADVOGADO:MARIVALDO SILVA NETTO
RELATORA: Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

D E C I S Ã O
Vistos, etc....

Cuidam os autos de Agravo de Instrumento interposto por EMBASA - EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S.A, contra a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0044305-08.2010.805.0001, impetrado por MARIVALDO SILVA NETTO, onde fora deferida medida liminar, determinando ao Diretor Presidente da Empresa Baiana de Aguas e Saneamento S.A que atribua ao Impetrante, ora Agravado, imediatamente, cinco pontos referentes à prova de títulos, reclassificando-o no certame, com divulgação de novo resultado geral do concurso, no prazo de 48 horas, sob pena de incidência de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), bem como a apuração de responsabilidade criminal por eventual desobediência da ordem judicial.

Em suas razões, aduz o Agravante o descabimento da medida liminar, uma vez que resultou em julgamento antecipado da lide, tendo o a quo emitido, claramente, juízo de valor quanto ao mérito da causa.
Sustenta que o Agravado não comprovou devidamente o exercício profissional da advocacia, visto que os documentos por este apresentados não atende às normas regulamentares.
Argumenta quanto a necessidade de obediência à norma editalícia, não podendo dela se afastar a autoridade administrativa, sob pena de nulidade.
Por fim, pugna pela concessão do efeito suspensivo ao agravo e que ao final seja provido o presente recurso.

É o Relatório.
Decido.
Presentes os requisitos de admissibilidade recursais, conheço do presente agravo.

À vista do pedido liminar para concessão de efeito suspensivo, na forma do que dispõe o Regimento Interno desta Corte, passo a proferir decisão monocrática.

O Agravante requer a suspensividade da decisão agravada, tendo em vista que, a decisão de 1º grau, a qual determinou que o Agravante atribua ao Agravado, imediatamente, cinco pontos referentes à prova de títulos, reclassificando-o no certame, com divulgação de novo resultado geral do concurso, pode acarretar-lhe lesão grave ou de difícil reparação.

Compulsados os autos, observa-se que assiste razão ao Agravante em seu pleito recursal, mostrando-se relevantes os fundamentos do seu pedido.

Com efeito, verifica-se que a concessão da liminar, de fato, esgotou o objeto da ação mandamental e, por conseguinte, à vista da prolação inaudita altera pars, deixou de observar os preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, assegurados pela Carta Magna de 1988.

Outrossim, vale ressaltar que, mesmo com o deferimento da suspensividade pleiteada, não há risco de perecer o direito, do Agravado caso, ao final, seja julgada procedente a ação mandamental originária. Em suma, significa dizer que o aguardo do

transcurso do presente recurso, até que o pleito seja apreciado definitivamente, não importará na ineficácia da medida.

Por tudo quanto exposto, constatados os requisitos ensejadores da tutela cautelar, CONFIRO AO PRESENTE RECURSO O EFEITO SUSPENSIVO PLEITEADO, determinando de imediato o sobrestamento dos efeitos da decisão ora vergastada, nos moldes dos artigos 527, III, e 558 do Código de Ritos.

Oficie-se ao Juízo a quo dando-lhe ciência desta decisão, bem como solicitando as informações de praxe.

Intime-se o agravado para, querendo, apresentar suas contra-razões no prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se, intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0017026-50.2010.805.0000-0 - CAMAÇARI/BA
AGRAVANTE: SAMUEL DE JESUS SANTOS
ADVOGADO: AGNALDO EDSON RAMOS FERREIRA E OUTROS
AGRAVADO: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: VINICIUS MOREIRA BATISTA
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DECISÃO

Vistos, etc....
Cuidam os autos de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, agitado contra decisão que nos autos da Ação de Busca e Apreensão nº 0006937-45.2010.805.0039, proposta por BANCO FINASA S/A, em trâmite na 1ª Vara do Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais, da Comarca de Camaçari/BA, deferiu a liminar requerida para determinar a busca e apreensão do bem descrito na exordial.
De início, pleiteia o Recorrente os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Aduz, em suas razões, merecer reforma a decisão agravada, tendo em vista que não foi a parte ré, ora recorrente devidamente constituída em mora, eis que a notificação extrajudicial é inválida, por ter sido praticada por Oficial de Cartório incompetente para o ato.

Ressalta o ajuizamento antecipado de ação revisional com o intuito de discutir as cláusulas pactuadas, as quais entende serem abusivas.
Sustenta a ausência dos requisitos necessários para o deferimento do pleito liminar e embasa suas alegações no Código de Defesa do Consumidor.

Pugna pela reforma da decisão agravada, para que seja determinada a imediatada suspensão da busca e apreensão do veículo objeto em discussão. Ao final, requer seja provido o recurso.

É o relatório.

Decido

De uma análise perfunctória dos autos, tem-se que o presente recurso se encontra intempestivo.

Estabelece o Código de Ritos em seu artigo 522, o seguinte:

"Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.(grifei)
[…]."

No caso em tela, observa-se que o Agravante, sem aguardar o ato de formalização de ciência da decisão recorrida, ou seja, a juntada do mandado de citação, compareceu aos autos por meio da apresentação de contestação, protocolizada em 18/11/2010.

Como se sabe, nos termos do artigo 214, §1º do Código de Ritos, o comparecimento espontâneo aos autos supre não apenas a citação, mas também a intimação da parte que, no ultimo caso, realiza-se, via de regra, por meio de advogado regularmente constituído. Isto acontece, porque a sua finalidade, qual seja, ciência e convocação para comparecimento ao processo, já foi alcançada.

Desta forma, cumpre destacar que o termo inicial para interposição do recurso se iniciou da ciência inequívoca da decisão recorrida pelo Réu, ora Agravante, que restou demonstrada com o seu comparecimento espontâneo aos autos, por meio da apresentação de sua peça de defesa.

Nessa senda, não observou o Recorrente a tempestividade do recurso, descumprindo-se, assim, o especificado no art. 522 do CPC, pois o prazo para a interposição do Agravo, começou a ser contado a partir do dia 19/11/2010, sexta-feira, data subseqüente à do protocolo da contestação, expirando em 29/11/2010, segunda-feira. Portanto, extemporâneo o presente recurso interposto em 16/12/2010, uma vez que transcorrido o decênio legal.

Assim sendo, encontra-se intempestivo o aludido recurso, visto que decorrido o período estatuído para a prática desse ato processual, que é peremptório.

Nesse sentido, impõe-se o juízo negativo de admissibilidade ao agravo, em conformidade com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL - COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO - ART. 214 DO CPC - CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA RECORRENTE - PRECEDENTES - SÚMULA 83/STJ.
1. O comparecimento espontâneo do réu nos autos, para apresentar defesa, supriu o vício porventura existente, nos termo do art. 214, § 1º, do CPC.
2. O Tribunal de origem manifestou-se no mesmo sentido da jurisprudência desta Corte. Incidência da Súmula 83/STJ.
Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 1295184/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 29/06/2010)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 522 DO CPC. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO. TERMO INICIAL. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO AOS AUTOS.
1. O termo a quo do prazo para interposição de agravo de instrumento, instituído pelo art. 522 do CPC, contra liminar concedida inaudita altera pars, começa a fluir da data da juntada aos autos do mandado de citação, exceto na hipótese de comparecimento espontâneo aos autos ou retirada dos mesmo de cartório, pelo advogado da parte, formas de inequívoca ciência do conteúdo da decisão agravada, fluindo a partir daí o prazo para a interposição do recurso. Precedentes do STJ: REsp 591250/RS, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, Quarta Turma, DJ 19.12.2005; REsp 698073/SE, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 28.11.2005; REsp 430086/PR, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Terceira Turma, DJ 10.03.2003; REsp 258821/SE, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, Quarta Turma, DJ 18.12.2000;
2. "A regra geral do artigo 241 do CPC não exclui, mas ao revés, convive, com outras hipóteses especiais em que se considera efetivada a intimação. Nesse sentido, enquandra-se a teoria de 'ciência inequívoca'. Assim, inicia-se o prazo da ciência inequívoca que o advogado tenha do ato, decisão ou sentença, como, v.g., a retirada dos autos do cartório, o pedido de restituição do prazo, etc". (FUX, Luiz; Curso de Direito Processual Civil, 3ª Ed. Rio de Janeiro, Forense, 2005, pág. 358).
3. In casu, consoante assentado pelo Tribunal local: "Frise-se que, in casu, a certidão de carga dos autos comprova, efetivamente, que a retirada dos autos pelo d. Procurador da Fazenda Pública ocorreu antes da juntada dos autos do mandado de intimação do decisum. Assim é certo afirmar que, desde aquela data, o recorrente teve ciência inequívoca da decisão ora impugnada, marco inicial do prazo recursal." (fl. 160), e a petição de interposição do Agravo de Instrumento foi protocolizada em 12 de março de 2007, portanto, após o transcurso do decêndio, previsto no art. 522 do CPC, o que revela a intempestividade do recurso.
4. Agravo regimental desprovido.
(AgRg no REsp 1055100/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2009, DJe 30/03/2009)

A não-observância do prazo legal de 10(dez) dias caracteriza, inexoravelmente, a intempestividade do recurso, acarretando seu não conhecimento.

Oficie-se o Juízo a quo, comunicando o inteiro teor dessa decisão.

Publique-se e intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
REMESSA NECESSÁRIA
APELAÇÃO Nº 0134032-85.2004.805.0001-0 - SALVADOR - MANDADO DE SEGURANÇA
APELANTE: IMA - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE
PROCURADOR JURÍDICO: LEONARDO MELO SEPULVEDA OAB/BA 7.506
APELADO: J R TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: SÉRGIO DUTRA RIBAS OAB/BA 13.903 E OUTROS
RELATORA: DES. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DECISÃO

Cuidam os autos de apelação interposta pelo IMA - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE insurgindo-se contra a sentença de 1º grau que concedeu a segurança pleiteada, "determinando que o Impetrado CRA se abstenha de vincular a interposição do recurso da Impetrante à realização de depósito prévio no valor da multa aplicada".

Em suas razões, o Apelante sustentou a constitucionalidade da exigência do depósito prévio para acesso à instância recursal administrativa, acostando excertos de precedentes jurisprudenciais consentâneos com este entendimento.

Ademais, asseverou que não houve qualquer ilegalidade em sua conduta administrativa, uma vez que se limitou a cumprir as prescrições da lei estadual 7.799/01 e do Decreto 7.967/01, atinentes à matéria.

Diante das razões expostas, encerrou requerendo o provimento do apelo, com a reforma da sentença recorrida.

Apesar de intimada, a parte apelada não apresentou contra-razões, consoante certidão de fls. 81.

A Douta Procuradoria de Justiça, por um de seus representantes, apresentou parecer às fls. 90/93, opinando pelo não conhecimento da apelação e do reexame necessário.

É o relatório. DECIDO.

Cuidam os autos originários de mandado de segurança impetrado pela empresa JR Transportes Ltda, em face de conduta administrativa adotada pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA, condicionando a recepção de recurso administrativo ao pagamento da multa aplicada em razão de infração ambiental.

Ao julgar o feito, o MM Juiz de Direito de 1º grau entendeu pela concessão da segurança, amparando-se em diversos precedentes jurisprudenciais, indicativos de que a exigibilidade de pagamento de depósito prévio para processamento de recurso na via administrativa viola o devido processo legal e seus consectários do contraditório e da ampla defesa, ainda que se trate de procedimento administrativo.

A este respeito, impõe-se esclarecer que, diversamente do quanto assentado nas razões de apelo, a jurisprudência brasileira não é pacífica quanto à possibilidade de exigência do depósito prévio para processamento da via recursal administrativa, mas, ao revés, posiciona-se em sentido diametralmente oposto, obstando tal exigibilidade como condição de procedibilidade recursal administrativa.

Com efeito, tem-se verificado que os recentes julgados dos Tribunais Superiores inclinam-se no sentido de que a exigência do pagamento de depósito prévio no processo administrativo viola a Constituição Federal, especialmente no que toca ao princípio do contraditório e ampla defesa:

RECURSO ADMINISTRATIVO - DEPÓSITO - §§ 1º E 2º DO ARTIGO 126 DA LEI Nº 8.213/1991 - INCONSTITUCIONALIDADE. A garantia constitucional da ampla defesa afasta a exigência do depósito como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo.
(STF - Tribunal Pleno, RE nº 389.383/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 29.06.2007, p. 31)

02 - RECURSO ADMINISTRATIVO - DEPÓSITO - § 2º DO ARTIGO 33 DO DECRETO Nº 70.235/72 - INCONSTITUCIONALIDADE. A garantia constitucional da ampla defesa afasta a exigência do depósito como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo.
(STF - Tribunal Pleno, RE nº 388.359/PE, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 22.06.2007, p. 17)

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - EXIGÊNCIA LEGAL DE PRÉVIO DEPÓSITO DO VALOR DA MULTA COMO CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO - OCORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO AO ART. 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL FIRMADA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RECURSO DE AGRAVO PROVIDO.
A exigência legal de prévio depósito do valor da multa, como pressuposto de admissibilidade de recurso de caráter meramente administrativo, transgride o art. 5º, LV, da Constituição da República. Revisão da jurisprudência: RE 390.513/SP (Pleno).
(STF - 2ª T., RE-AgR nº 504.288/BA, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 29.06.2007, p. 128)

05 - EMENTA: 1. Recurso extraordinário: conhecimento. Caso em que, apesar de constar da interposição do recurso extraordinário a alusão ao artigo 101, III, da Constituição Federal como regra constitucional a autorizar o seu cabimento, pelas razões recursais depreende-se claramente a alegação de violação do artigo 5º, XXXIV, a, e LV, da Constituição pelo acórdão recorrido, bem como a exposição dos fatos pertinentes ao deslinde da controvérsia. 2. Processo Administrativo: depósito da multa. Em recente julgamento, o Supremo decidiu que a exigência do depósito do valor da multa, como condição de admissibilidade do recurso na esfera administrativa, é inconstitucional, por violar as garantias constitucionais do direito de petição, do contraditório, e da ampla defesa (RREE 388.359, 389.383, e 390.513, M. Aurélio, e ADIns 1.922 e 1.976, Joaquim, Inf. 461 e 462).
(STF - 1ª T., RE-AgR-AgR nº 402.904/PE, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 14.09.2007, p. 36)

_____

06 - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO. DEPÓSITO PRÉVIO. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. LEI 8.213/91. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. ENTENDIMENTO REFORMULADO PARA ACOMPANHAR A ATUAL JURISPRUDÊNCIA FIRMADA PELA SUPREMA CORTE. AGRAVO PROVIDO.
1. Este Superior Tribunal de Justiça consagrou orientação no sentido da legalidade da exigência do depósito prévio como condição de admissibilidade de recurso administrativo, por entender que o referido requisito recursal não se incompatibilizava com a norma inserta no art. 151, III, do CTN, assim como o Supremo Tribunal Federal também firmou entendimento jurisprudencial na linha da constitucionalidade do referido depósito recursal.
2. Todavia, aquela Suprema Corte, revendo o posicionamento anterior, nas sessões do Pleno de 28 de março e 2 de abril de 2007, passou a entender no sentido da inconstitucionalidade da "exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade de recurso na esfera administrativa", sob o fundamento de que sua exigência "ofende o art. 5º, LV, da CF - que assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes -, bem como o art. 5º, XXXIV, a, da CF, que garante o direito de petição, gênero no qual o pleito administrativo está inserido, independentemente do pagamento de taxas" (Informativo 461/STF).
3. Naquela ocasião, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade: (a) do art. 32 da Medida Provisória 1.699-41/98, convertida na Lei 10.522/2002 (RE 383.359/PE, Rel. Min. Marco Aurélio, e ADI 1.976/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa); (b) dos §§ 1º e 2º do art. 126 da Lei 8.213/91, com redação dada pela Medida Provisória 1.608-14/98, convertida na Lei 9.639/98 (RE 389.383/SP e RE 390.513/SP, Rel. Min. Marco Aurélio); (c) do art. 250 do Decreto-Lei 5/75, com a redação da Lei 3.188/99, ambos do Estado do Rio de Janeiro (AgRg no AI 398.933/RJ e AgRg no AI 408.914/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence); (d) do caput do art. 19 da Lei 8.870/94 (ADI 1.074/DF, Rel. Min. Eros Grau).
4. Infere-se, portanto, que, com o reconhecimento pela Corte Suprema da incompatibilidade entre a exigência do depósito prévio e os princípios consagrados no art. 5º, XXXIV e LV, da Constituição Federal - direito de petição e garantia do contraditório e da ampla defesa -, e com a conseqüente declaração de inconstitucionalidade das normas que disciplinavam a matéria, não há como manter o entendimento anteriormente firmado por este Superior Tribunal de Justiça no sentido da legalidade da exigência do mencionado depósito recursal, em virtude da inafastável supremacia da Constituição Federal em face da legislação federal.
5. Agravo regimental provido.
(STJ - 1ª T., AgRg no Ag. nº 809.695/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJ 02.08.2007 p. 361)

Aliás, diante deste entendimento, o Supremo Tribunal Federal houve por bem convertê-lo em verbete sumular, editada conforme a súmula vinculante nº 21:
É INCONSTITUCIONAL A EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO OU ARROLAMENTO PRÉVIOS DE DINHEIRO OU BENS PARA ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A este respeito, considerado-se que a a sentença de 1º grau se encontra consentânea com a jurisprudência e entendimento sumular do Supremo Tribunal Federal, calha a consideração referida pela Douta Procuradoria de Justiça no tocante à aplicabilidade do parágrafo 1º do artigo 518 do CPC, in verbis:

Art. 518. Interposta a apelação, o juiz, declarando os efeitos em que a recebe, mandará dar vista ao apelado para responder. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 13.12.1994)
§ 1o O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal. (Renumerado pela Lei nº 11.276, de 2006)

Assim, diante das razões expostas, aplicando as disposições constantes do artigo 518§1º do Código de Processo Civil, não conheço da apelação interposta pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), negando-lhe seguimento, bem como à remessa necessária, considerando-se a motivação acima apresentada.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL: 0165703-53.2009.805.0001-0
APELANTE: DANIEL AUGUSTO OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADO: ANTÔNIO CARLOS SOUZA FERREIRA OAB/BA 11.889
APELADO: BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADO: UBALDO DE SOUZA SENNA NETO OAB/BA 26.005 E OUTROS
RELATORA: DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DECISÃO

Trata-se de apelação cível, de número epigrafado, interposta por DANIEL AUGUSTO OLIVEIRA DE SOUZA, contra sentença proferida nos autos da ação revisional n.º 0165703-53.2009.805.0001, em trâmite na 7ª Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Salvador- Ba.

Apesar da interposição da presente apelação e contra-razões de recorrido, vê-se, às fls. 84/86, que os litigantes informam a realização de acordo extrajudicial e requerem a sua homologação, no qual foi renunciado pelas partes o prazo recursal, através de petição devidamente subscrita por seus procuradores, que detém poderes específicos e especiais para desistir e transigir, não padecendo a transação e o pedido de desistência recursal de qualquer vício formal.

O art. 162, XVI, do RITJ/BA dispõe que cabe ao relator manifestar-se sobre a homologação de transação e desistência do recurso.

Diante do quanto exposto, HOMOLOGO O ACORDO DE FLS. 84/86, celebrado entre as partes, extinguindo o presente apelo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, III, do CPC. Dê-se baixa dos autos ao Juízo de origem para que seja verificada a existência de custas complementares e tomadas as providências de praxe, inclusive quanto à expedição de alvará judicial na forma pleiteada pelas partes.

Publique-se. Intime-se.

Salvador, 24 de Janeiro de 2011

Desa. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0000032-31.2005.805.0255-0 - TAPEROÁ
APELANTE: MUNICÍPIO DE TAPEROÁ
ADVOGADO: ALESSANDRO DA SILVA MONTEIRO
APELADO: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO: CARLOS MONIZ DE ARAGÃO GOES DE OLIVEIRA OAB/BA 19.456 E FABIANA CRISTINA VERGANI OAB/BA 22.462
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

A teor da redação do artigo 12, II do CPC, converto o julgamento do feito em diligência, determinando a intimação da parte apelada, a fim de juntar a certidão de diplomação do Sr. Prefeito, como representante judicial do Município de Taperoá, no prazo de 05 (cinco) dias.

Salvador, 25 de janeiro de 2011

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0000042-47.2001.805.0245-0 - SENTO SÉ
APELANTE: COMERCIAL CARVALHO
ADVOGADO: OSMÁRIO LOPES RIBEIRO OAB/BA 7.705
APELADO: MUNICÍPIO DE SENTO SÉ
ADVOGADO: ANTÔNIO JOSÉ DE SOUZA GUERRA OAB/BA 15.003 E OUTROS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando o requerimento de intervenção do Ministério Público, em 1º grau, deferida pelo juízo de piso, e a indicação de

eventual apuração de ato de improbidade administrativa, encaminhem-se os autos à Douta Procuradoria de Justiça, para manifestação.

Salvador, 15 de setembro de 2010

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0000783-38.2009.805.0106-0
APELANTE: GIZA MAIANE DE PINHO BRITO
ADVOGADO: THEOBALDO RODRIGUES ALMEIDA OAB/BA 12.828
APELADO: IVAM PINHO DE ROSA
ADVOGADO: GUSTAVO LUIS DE ALBUQUERQUE CARDOSO OAB/BA 17.485
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Estando o presente feito dentro dos requisitos exigidos no artigo 4º da Resolução n.º 039/2009 deste TJ/BA, devolvo os autos à Secretaria da Terceira Câmara Cível para que encaminhe os mesmos ao Núcleo de Conciliação do 2º Grau, a fim de que seja tentada a conciliação nesta instância processual.
Publique-se para efeito de intimação.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO Nº 0002411-78.2005.805.0146-1 - JUAZEIRO
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ANDRÉ ANGELO RAMOS COELHO MORORÓ
APELADO: SINVAL FILHO ROLIM
ADVOGADO: PAMELA VIVAS DURANDO OAB/PE 24.386
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando-se a matéria ventilada nos presentes autos, encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça, para pronunciamento.

Salvador, 24 de Janeiro de 2011

Desª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0005092-24.2003.805.0103-0 - ILHÉUS
APELANTE: MABE HORTOLÂNDIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA
ADVOGADO: REINALDO SABACK SANTOS OAB/BA 11.428 E OUTROS
APELADO: IVANE LAURETE PEROTTI
ADVOGADO: KELLY CRISTINA SOUZA MONTEIRO OAB/BA 20.510 E OUTROS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Converto o julgamento do feito em diligência para determinar o retorno dos autos ao Juízo de Origem a fim de se certificar a apresentação, ou não, das contra-razões pela parte apelada, em cumprimento ao quanto determinado no despacho de fls. 182.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0013757-59.2007.805.0080-0 - FEIRA DE SANTANA
APELANTE: DANILO DE CERQUEIRA NASCIMENTO, representado por DANITO DE JESUS NASCIMENTO E GERONICE OLIVEIRA DE CERQUEIRA
ADVOGADO: MOACIR FERREIRA DO NASCIMENTO OAB/BA 9.061
APELADO: MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Compulsando os autos, verifico a necessidade de conversão do julgamento em diligência, uma vez que, da determinação de intimação do apelado para apresentação de contra-razões (fls. 44), vislumbra-se, tão somente, a publicação no Diário Oficial da Justiça (fls. 45). Entretanto, tratando-se de Ente Público, tem a prerrogativa de intimação pessoal.

Nesses termos, retornem-se os autos ao Juízo de Origem para que se proceda a intimação do Município de Feira de Santana para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso de fls. 35/43.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0014137-60.2009.805.0000-0
ORIGEM: PALMAS DE MONTE ALTO
AGRAVANTE:MUNICIPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO
ADVOGADO: PAULO ROBERTO NOBRE CARDOSO
AGRAVADO: DELFINA NOGUEIRA LARANJEIRA
ADVOGADO: MIGUEL ARCANJO MONTALVÃO PIRES E OUTROS
RELATORA: DESª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Considerando o noticiado falecimento da Agravada, conforme petitório de fls. 366/368 e certidão de fl. 369, converto novamente o julgamento em diligência, para que sejam os herdeiros indicados intimados, através da advogada subscritora, a fim de apresentarem o termo de inventariança.

Determino, ainda, ao SECOMGE que proceda com a retificação do nome da parte agravada, na qual deverão figurar os requerentes descritos na aludida petição de fls. 366/368, bem como, proceda a alteração fazendo constar na capa dos autos o nome da patrona Dra. Maria Laranjeira Scolaro.

Publique-se. Intime-se

Salvador, 25 de janeiro de 2011.
Desª DAISY LAGO RBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0014744-39.2010.805.0000-0
ORIGEM: SALVADOR
AGRAVANTE: HAPVIDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA
ADVOGADO: MARCUS VINICIUS BRITO PASSOS SILVA E OUTROS
AGRAVADO: ITANA ROCHA SOARES FRANCA
ADVOGADO: CANDICE SANTANA FERNANDES
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Trata-se de petição protocolada por HAPVIDA - ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA (fls.141/142), pleiteando a desistência do presente recurso.

Contudo, é de se ressaltar que o presente feito já foi analisado por esta Relatora que, em decisão de fls. 136/138, converteu o agravo em retido, nos termos do art. 527, II, do Código de Processo Civil, determinando a remessa dos autos ao Juízo da causa, a fim de que sejam apensados ao processo principal.

Desta forma, não há qualquer possibilidade de cabimento do presente pleito, razão pela qual resta impossível sua apreciação.

Salvador, 25 de fevereiro de 2010.

Desª. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0015180-92.2010.805.0001-0
APELANTE: SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO: IVÃ AUGUSTO LEÃO DE OLIVEIRA FÉDULO OAB/BA 22.329
APELADO: JACIRA ALVES DA COSTA
ADVOGADO: LÁZARO AUGUSTO PINTO OAB/BA 19.186
RELATORA: DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Da análise do feito, vislumbra-se que, apesar de não haver sido citada, a parte ré, ora apelada, veio aos autos às fls. 37/41, informando a existência de ação revisional de cláusulas contratuais e pugnando pelo sobrestamento do feito.

Assim, verificando a inexistência de intimação da parte apelada para contra-arrazoar o feito, converto o julgamento em diligência, fazendo retornar os autos ao Juízo de Origem para que se proceda a devida intimação da parte para oferecimento de contra-razões ao apelo, no prazo de lei, em homenagem ao princípio do devido processo legal.

Salvador, 24 de Janeiro de 2011.

Desª. Daisy Lago Ribeiro Coelho
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0015468-43.2010.805.0000-0
PROCESSO DE ORIGEM Nº 0015562-85.2010.805.0001
SUSCITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DOS FEITOS DE RELAÇÃO DE CONSUMO. CÍVEIS E COMERCIAIS DA COMARCA DE SALVADOR
SUSCITADO: JUIZ DE DIREITO DA 14ª VARA DOS FEITOS DE RELAÇÃO DE CONSUMO. CÍVEIS E COMERCIAIS DA COMARCA DE SALVADOR
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Tendo em vista o quanto previsto no Regimento Interno deste Tribunal, artigo 239 combinado com 119 do CPC, requisite-se informações do Juízo suscitado, sobre o presente conflito de competência, encaminhando-lhe cópias dos documentos de fls. 03/13; 46/48.

Após, encaminhem-se os autos à Douta Procuradoria de Justiça para manifestação.

Salvador, 24 de Janeiro de 2011

DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0017471-39.2008.805.0000-0- FEIRA DE SANTANA/BA
AGRAVANTE:RUBEM CERQUEIRA TEXEIRA
ADVOGADO: JOSÉ JORGE RIBEIRO KRUSCHEWSKY
AGRAVADO: MARIA DA FATIMA ARAUJO
ADVOGADO: RUBEM FERREIRA GOMES
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Em que pese as informações contidas no petitório de fls. 945/946, observa-se que objeto do presente recurso já se encontra exaurido, restando inviável, portanto, o atendimento do quanto pleiteado pelo Recorrente.

Publique-se. Cumpra-se

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0030931-61.2006.805.0001-0 - SALVADOR
APELANTE: REINALDO DE SOUZA
ADVOGADO: LEON DE SOUZA VENAS OAB/BA 26.715 E E OUTROS
APELADO: BANCO BMC S/A
ADVOGADO: AYNA CAVALCANTE PEREIRA OAB/CE 15.231-B E OUTROS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Converto o julgamento do feito em diligência para determinar o retorno dos autos ao Juízo de Origem a fim de se proceder a intimação da parte apelada para, querendo, oferecer contra-razões, sob pena de violação ao princípio do devido processo legal, com os consectários do contraditório e ampla defesa.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
RELATORA

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0045590-41.2007.805.0001-0
APELANTE: DEUGRACIA FRANCISCA GENÊ DE AGUIAR
ADVOGADO: ABÍLIO FREIRE DE MIRANDA NETO OAB/BA 18.149
APELADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: MARCELO SALLES DE MENDONÇA OAB/BA 17.476 E OUTROS
RELATORA: DESª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

DESPACHO

Estando o presente feito dentro dos requisitos exigidos no artigo 4º da Resolução n.º 039/2009 deste TJ/BA, devolvo os autos à Secretaria da Terceira Câmara Cível para que encaminhe os mesmos ao Núcleo de Conciliação do 2º Grau, a fim de que seja tentada a conciliação nesta instância processual.
Publique-se para efeito de intimação.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Desª DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
Relatora

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
PUBLICAÇÃO DA PAUTA DE JULGAMENTO

FEITOS QUE DEVERÃO SER JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL A REALIZAR-SE EM 01 DE FEVEREIRO DE 2011, A PARTIR DAS 08:30 HORAS, NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA - 5ª AVENIDA, 3º ANDAR, SALA 01.

ATENÇÃO

OS PEDIDOS DE PREFERÊNCIA PARA JULGAMENTO DEVERÃO SER ENCAMINHADOS À SECRETARIA DA MESA, NO DECORRER DOS 30 (TRINTA) MINUTOS ANTERIORES AO INÍCIO DA SESSÃO

1 - 0069572-84.2007.805.0001 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0069572-84.2007.805.0001 - 1
COMARCA: SALVADOR

VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: JULIANA DANTAS DA GAMA, AUGUSTO SÁVIO DE C.ALBERGARIA BARRETO, DAIANA LINS ANDRADE AZEVEDO
EMBARGADO: ELIETE DE SANTANA CAMPOS
ADVOGADO: CAROLINE LEAL SILVA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

2 - 0003606-75.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0003606-75.2010.805.0000 - 0
COMARCA: CAMAÇARI
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: PEROXY BAHIA INDUSTRIA QUIMICA LTDA
ADVOGADO: LUCAS BALDOINO ROSAS BIONDI, MARCELO BRAGA DE ANDRADE, ANDRE MONTEIRO DO REGO, WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO, ANTONIO CESAR JOAU E SILVA
AGRAVADO: EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA
ADVOGADO: EDUARDO LIMA SODRÉ
AGRAVADO: EVONIK DEGUSSA GMBH
ADVOGADO: FLÁVIA SMARCEVSCKI PEREIRA, CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA, EDUARDO LIMA SODRÉ, RAQUEL CARNEIRO SANTOS PEDREIRA FRANCO, MARCELO CINTRA ZARIF, FABIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH
RELATOR(A): DES. SINÉSIO CABRAL FILHO
OBSERVAÇÃO: PEDIDO VISTA 3º JULGADOR DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

3 - 0000008-88.2007.805.0107 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0000008-88.2007.805.0107 - 0
COMARCA: IRAMAIA
VARA: VARA CÍVEL
EMBARGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: RENATA BOLZAN JAURIS
EMBARGANTE: EVINO CARVALHO MEDRADO
ADVOGADO: CARLOS AMADO FLORES CAMPOS
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

4 - 0008215-04.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0008215-04.2010.805.0000 - 0
COMARCA: CAMAÇARI
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: MUNICIPIO DE CAMACARI
ADVOGADO: DALTON CAVALCANTI REIS, JOSE ORLANDO ROCHA DE CARVALHO
AGRAVADO: PEROXY BAHIA INDUSTRIA QUIMICA LTDA
ADVOGADO: REGINA MARIA RIBEIRO TRAVASSOS, ANTONIO CESAR JOAU E SILVA
AGRAVADO: EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA
ADVOGADO: FLÁVIA SMARCEVSCKI PEREIRA, EURICELE TORRES SOUSA
RELATOR(A): DES. SINÉSIO CABRAL FILHO
OBSERVAÇÃO: PEDIDO VISTA 3º JULGADOR DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

5 - 0001509-78.2005.805.0000 - 0 MANDADO DE SEGURANÇA
COMARCA: MARAGOGIPE
IMPETRANTE: MANOEL DA SILVA SANTOS
ADVOGADO: GILENO DE OLIVEIRA FELIX
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE MARAGOGIPE
LITISCONSORTE: ALFREDO CERQUEIRA BOAVENTURA NETO
ADVOGADO: CHRISTINA BARBOSA DE OLIVEIRA
LITISCONSORTE: DEBORA COELHO FERREIRA
ADVOGADO: CHRISTINA BARBOSA DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
PROCURADOR(A): TEREZINHA MARIA LÔBO SANTOS

6 - 0168835-94.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: JOSE GERALDO ARAUJO TEIXEIRA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

7 - 0016749-75.2003.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0016749-75.2003.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: ETELVINA MARIA SANTOS SILVA CARDOSO
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

8 - 0036478-73.1992.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: R A CONFECCOES LTDA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANTENOGENES FARIAS CONCEICAO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

9 - 0002343-98.1993.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: FABIANA DUARTE ALMEIDA
APELADO: LABORAGRIS AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL S/A
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

10 - 0001718-71.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: VARA DE ACIDENTE DE TRABALHO
AGRAVANTE: ROSA MARIA D 'ASSUNCAO FERREIRA
ADVOGADO: DERVANA SANTANA SOUZA COIMBRA, RAFAELA CARVALHO BATISTA DA SILVA
AGRAVADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL: ELIANE VIRGINIA CASTRO CORDEIRO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): ADEMARIO RODRIGUES

11 - 0037579-43.1995.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
APELADO: ENGEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: IZABEL C L GUIMARAES
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

12 - 0055783-33.1998.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0055783-33.1998.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: FLORENCIO D ALBUQUERQUE
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GIOCONDA LADEIA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

13 - 0000121-68.2000.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: A A MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

14 - 0000413-58.1997.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

APELADO: DUPLIKE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

15 - 0001607-36.2000.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MARIA ELZA LEITE ROLEMBERG ALVES
APELADO: HATAL REPRESENTACOES E TRANSPORTES LTDA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

16 - 0000005-16.2000.805.0096 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0000005-16.2000.805.0096 - 0
COMARCA: IBIRATAIA
VARA: VARA CÍVEL
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: MARCELO DAS VIRGENS MARCELINO
PROCURADOR DO ESTADO: ELIETE SAMPAIO LECERDA SENRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

17 - 0031994-29.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: CIA COM E PREDIAL URBANA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

18 - 0031667-94.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: GALETO RESTAURANTE LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO DO REGO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

19 - 0063499-72.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: JOSE SILVA COSTA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

20 - 0000156-53.1985.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
APELADO: ITABUNA COMERCIAL DE CACAU LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

21 - 0018875-11.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PATRICIA LOBO DA ROSA BORGES
APELADO: FAUSTINA CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

22 - 0072080-52.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: SOLEMAR SORVETERIA FRASA I COM DE ALIMENTOS

PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

23 - 0035567-22.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PLINIO LOPES DA COSTA
APELADO: SUCATAO DO DANILAO COMERCIO DE PECAS NOVAS E USADAS LTDA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

24 - 0001917-13.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
APELADO: CIEX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: CRISTINA SACRAMENTO BARROS SILVA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

25 - 0019858-44.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: TINTAS NACOR INDUSTRIA DE TINTAS E MASSAS DO BRASIL LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: RENE RIBEIRO
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

26 - 0001376-48.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: AP COMERCIO DE BEBIDAS LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

27 - 0140200-06.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: EDU AUTO ELETRICA LTDA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

28 - 0056324-66.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: EURICO SIMOES DE PAIVA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

29 - 0011259-72.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: CINASA - EMP COMERCIO E IND LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

30 - 0037253-15.1997.805.0001 - 1 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: PROPARTI
PROCURADOR DO MUNICIPIO: DAVID BITTENCOURT LUDUVICE NETO

RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

31 - 0038458-79.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: DIST DE PETROLEO LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

32 - 0163390-95.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: LUCIANO CAMPOS DA SILVA
APELADO: JOSE C S DE CARVALHO OUTS
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

33 - 0195325-17.2008.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0195325-17.2008.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: FRANCINEIDE MARQUES DA CONCEIÇÃO SANTOS, MARCELO MIGUEL ROSSI
EMBARGADO: VILBERTO PEREIRA BORGES FILHO
EMBARGADO: MARA REGO VIEIRA RIHAN
ADVOGADO: GUILHERME TEIXEIRA DE OLIVEIRA, FRANCISCO EDUARDO NAMBU
EMBARGADO: GILDRO LISBOA
EMBARGADO: PEDRO DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

34 - 0000094-79.2009.805.0013 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: APORÁ
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: JOSE PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: ÁGUEDA VÉRAS DE MACEDO, JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA
APELADO: UNIBANCO AIG SEGUROS S/A
ADVOGADO: ANA LUCIA FALCAO DONATO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

35 - 0010303-15.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: FERNANDO RIBEIRO CORREIA JUNIOR
ADVOGADO: CLÁUDIO ANDRÉ ALVES DA SILVA, ANA KARINA PINTO DE CARVALHO SILVA
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
AGRAVADO: COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR
PROCURADOR DO ESTADO: NACHA GUERREIRA SOUZA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): RITA MARIA SILVA RODRIGUES

36 - 0011651-68.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: CICERO DANTAS
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
IMPETRANTE: RICARDO ALMEIDA NUNES DA SILVA
PACIENTE: ALISSON DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO: SHIRLEI ALMEIDA DA SILVA, RICARDO ALMEIDA NUNES DA SILVA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE CICERO DANTAS V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS

37 - 0015304-78.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0015304-78.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR

VARA: 32ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: LUCIANA PINTO SIMAN
ADVOGADO: ANA VIRGINIA MENZEL, MANUELA BASTOS DE MATOS
AGRAVADO: CONDOMINIO EDIFICIO AGUA MARINA
ADVOGADO: DANIELE DA HORA SANTANA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

38 - 0020129-96.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: CLAUDIA JUNQUEIRA LEITE BITTENCOURT
APELADO: GILBERTO DAS VIRGENS SOUZA
DEFENSOR: MELISA FLORINA LIMA TEIXEIRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

39 - 0074816-86.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO FIAT S/A
ADVOGADO: LUCAS GUIDA DE SOUZA, LUCAS NASCIMENTO EVANGELISTA
APELADO: CORPOVITAL INSTITUTO DE TERAPIA CORPORAL LTDA ME
ESTAGIARIO: SAMUEL VITORIO DA ANUNCIAÇÃO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

40 - 0152225-75.2009.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0152225-75.2009.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 24ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGADO: MARCONDES FRANCO DA SILVA
ADVOGADO: MARLA NOGUEIRA CINTRA
EMBARGANTE: BV FINANCEIRA S/A -CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: FABIO RICARDO DA SILVA BEMFICA, CELSO DE FARIA MONTEIRO, NILSON VALOIS COUTINHO NETO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

41 - 0009144-91.2007.805.0113 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0009144-91.2007.805.0113 - 0
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: ROBSON BARRETO FEDULO, MARYANA PRIMITIVO MATOS SILVA, ALISSON DEMOSTHENES LIMA DE SOUZA
EMBARGADO: IVANETE SILVA MENEZES
ADVOGADO: MARIA HELENA BORGES HENRIQUE DE CASTRO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

42 - 0002037-73.2009.805.0000 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) REEXAME NECESSÁRIO 0002037-73.2009.805.0000 - 0
COMARCA: BREJÕES
ORIGEM: BREJÕES
VARA: VARA CÍVEL
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE NOVA ITARANA
ADVOGADO: EDILTON DE OLIVEIRA TELES
EMBARGADO: CAMARA MUNICIPAL DE DE VEREADORES DE NOVA ITARANA
ADVOGADO: JANJORIO VASCONCELOS SIMOES PINHO, JOSÉ ANTÔNIO SAMPAIO GOMES, JEAN CARLOS VASCONCELOS SIMÕES PINHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): ADEMARIO RODRIGUES

43 - 0002852-85.2010.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL: JOSUE DE SOUZA BRANDAO NETO

APELADO: SIDNEI DA COSTA OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO CONRADO MOREIRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA

44 - 0035587-03.2002.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0035587-03.2002.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: LOCSERV - LOCACAO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
PROCURADOR DO MUNICIPIO: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO REGO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

45 - 0019409-86.2009.805.0080 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
VARA: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BRUNO LOCADORA DE VEICULOS LTDA
APELANTE: CARLOS ROGÉRIO RIBEIRO DE LACERDA
APELANTE: BANCO SANTANDER
ADVOGADO: ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO, JAMILE BÁRBARA DA HORA SERRANO
APELADO: BRUNO LOCADORA DE VEICULOS LTDA
APELADO: CARLOS ROGÉRIO RIBEIRO DE LACERDA
ADVOGADO: JOSÉ ROBERTO CAJADO DE MENEZES, FABRÍCIO DANTAS SIMAS
APELADO: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

46 - 0099387-34.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: HUMBERTO DE A GONCALVES
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

47 - 0047658-56.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ITAUCARD S/A
ADVOGADO: RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA, ANA LÍVIA SILVA MARQUES COSTA
APELADO: NADIJA OLIVEIRA MACEDO
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

48 - 0038625-62.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: ALBERTO DE CASTRO LIMA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

49 - 0011597-56.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: STILL REV NORDESTE COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PATRICIA LOBO DA ROSA BORGES
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

50 - 0000035-80.2001.805.0269 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: URUÇUCA
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

APELADO: DISTUL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS URUCUCA LTDA
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

51 - 0002121-18.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: GENTILE CERQUEIRA CONFECCOES E MIUDEZAS LTDA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EMANUEL FARO BARRETTO
ESTAGIARIO: LUIZ FILIPE SA DE FREITAS
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

52 - 0004019-92.2006.805.0141 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JEQUIÉ
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE JEQUIE
ADVOGADO: ELIO MANOEL RIBEIRO RIBEIRO
APELADO: JOSINERY DA SILVA SANTOS
ADVOGADO: ANTONIO ITALMAR PALMA NOGUEIRA FILHO
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

53 - 0003072-38.2006.805.0141 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JEQUIÉ
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: CATIA CILENE FONTES DO CARMO
ADVOGADO: ANTONIO ITALMAR PALMA NOGUEIRA FILHO
APELANTE: MUNICIPIO DE JEQUIE
ADVOGADO: MANOEL MONTEIRO FILHO
RELATOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

54 - 0116476-12.2000.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: BALMAK COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DES(A). DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

55 - 0035341-22.1993.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0035341-22.1993.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: FERNANDO BRANDAO FILHO
EMBARGADO: MERCADINHO OLIVEIRA REIS LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: FERNANDO BRANDAO FILHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

56 - 0001942-26.1998.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0001942-26.1998.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: DOMO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: SHEILI FRANCO DE PAULA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

57 - 0110514-08.2000.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0110514-08.2000.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: SOFTEL SUPERMERCADO RESTAURANTE LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ROSANA BARBOSA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

58 - 0154457-70.2003.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0154457-70.2003.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: RAIMUNDA DA SILVA ROSA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: MARIZELIA CARDOSO SALES
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

59 - 0017390-63.2003.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0017390-63.2003.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: IMOBILIÁRIA VIANA BRAGA S/A
PROCURADOR DO MUNICIPIO: SHEILI FRANCO DE PAULA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

60 - 0003248-77.2001.805.0113 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0003248-77.2001.805.0113 - 0
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: DISTRIBUIDORA ITABRAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

61 - 0000508-78.2003.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITABUNA
APELADO: MARIA DE JESUS PAIM
PROCURADOR DO MUNICIPIO: NAIANA ALMEIDA CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

62 - 0044283-67.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: JOAO BATISTA SANTOS PEREIRA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO REGO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

63 - 0057159-54.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: JOSE C DAS CHAGAS FILHO
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

64 - 0018148-91.1993.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0018148-91.1993.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: NEW JEANS COMERCIO DE ROUPAS LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: CRISTINA SACRAMENTO BARROS SILVA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

65 - 0009568-07.2005.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: SER E VIVER INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

66 - 0004071-04.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: JAMIL CABUS NETO
APELADO: JOSE DE OLIVEIRA CUNHA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

67 - 0069349-49.1998.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0069349-49.1998.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: NARIO JOSE DOS SANTOS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: SHEILI FRANCO DE PAULA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

68 - 0051528-32.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: FELICIANO E SILVA LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

69 - 0149517-62.2003.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0149517-62.2003.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: HELMUT F O PAFFENHOLZ
PROCURADOR DO MUNICIPIO: SHEILI FRANCO DE PAULA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

70 - 0005218-31.1999.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0005218-31.1999.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: ARMANDO D DA COSTA LIMA BRAGA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

71 - 0048498-86.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: CLOVIS LIMA RIBEIRO
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

72 - 0035150-35.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: CLARA MARIA WEBER
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

73 - 0060362-24.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADILSON BRITO AGAPITO
APELADO: GT COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

74 - 0071033-72.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MARIA ELZA LEITE ROLEMBERG ALVES
APELADO: STYL S COMERCIO E INDUSTRIA DE ROUPAS LTDA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

75 - 0048341-16.1998.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0048341-16.1998.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: IMOB VIANA BRAGA SA
EMBARGADO: JAIME DE FREITAS BARROS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

76 - 0044769-18.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: JOSE PEDREIRA NETO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

77 - 0069927-12.1998.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: ERIK CORNELIS LOEFF
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GIOCONNDA LADEIA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

78 - 0149539-23.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: SERGIO MIRANDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

79 - 0023202-43.1990.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: RITA FERREIRA DINIZ
PROCURADOR DO MUNICIPIO: JOSE ANTONIO GARRIDO
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

80 - 0129680-21.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: MANOEL MEDINA SILVA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

81 - 0000167-62.1997.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA

VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
APELADO: COMERCIAL DE CALÇADOS SOUZA LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

82 - 0013817-17.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: THEOCRITO CALIXTO DA CUNHA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: GISANE TOURINHO DANTAS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

83 - 0014153-60.1999.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: CAMPOS BAQUEIRO LTDA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

84 - 0014473-30.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0014473-30.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 13ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: ADOLFO CEZIMBRA TAVARES NETTO
ADVOGADO: EPIFANIO ARAUJO NUNES, MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM
AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

85 - 0004633-93.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0004633-93.2010.805.0000 - 0
COMARCA: CAMAÇARI
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: MUNICIPIO DE CAMACARI
ADVOGADO: ANDREA NEVES CERQUEIRA
AGRAVADO: SOL EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
ADVOGADO: HELDER SILVA DOS SANTOS, GUSTAVO MATTA LIMA, NATALIA RIOS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

86 - 0008830-91.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
VARA: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: AUBERICO JOSE BARRETO DE ANDRADE JUNIOR
ADVOGADO: ADRIANO BASTOS SILVA
AGRAVADO: PONTO FRIO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

87 - 0005252-23.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SALVADOR
VARA: 13ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
IMPETRANTE: ANEILTON JOAO REGO NASCIMENTO
PACIENTE: DIMAS TELES DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO: ANEILTON JOÃO REGO NASCIMENTO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 13ª VARA FAMILIA, SUCES. ORF. INTERD. E AUSENTES.
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
PROCURADOR(A): CLEONICE DE SOUZA LIMA

88 - 0002437-53.2010.805.0000 - 2 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0002437-53.2010.805.0000 - 0
COMARCA: RIACHÃO DAS NEVES
AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: RISELY PIRES MACIEL DIAS, ANEILTON JOÃO REGO NASCIMENTO
AGRAVADO: PAULO MARCOS BORGES

ADVOGADO: JACSON RONALDO TOMBINI, VINICIUS FASOLIN SANTETTI
AGRAVADO: ANGELA YOUKO HIGUTI ZUFFA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

89 - 0011421-26.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0011421-26.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 8ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: RODRIGO DA GAMA BLUMETT
ADVOGADO: VITOR EMANUEL LINS DE MORAES, IGOR SOUZA DE JESUS, AGNELO BATISTA MACHADO NETO
AGRAVADO: BANCO GMAC S/A
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

90 - 0047332-53.1997.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0047332-53.1997.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: BAR E RESTAURANTE CABANA DO GAUCHO LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: PEDRO LEONARDO SUMMERS CAYMMI
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

91 - 0018138-47.1993.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
APELADO: MOLDEK DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA
PROCURADOR DO ESTADO: MARIA JOSE R. COELHO LINS DE A. SENTO SE
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

92 - 0036289-56.1996.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: ANGELA SILVA GOMES
PROCURADOR DO MUNICIPIO: JOSE ANDRADE SOARES NETO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

93 - 0155441-54.2003.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0155441-54.2003.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: ALICE PEREIRA FERREIRA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDRÉA CLAUDIA RIBEIRO OLIVEIRA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

94 - 0132626-63.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: JOAO REIS DE JESUS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

95 - 0129673-29.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: RENATO CRUZ SANTOS
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

96 - 0006833-69.2003.805.0113 - 0 APELAÇÃO

COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: ALMEIDA LINS COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

97 - 0002614-13.2003.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: TOME E TOME LTDA
APELANTE: FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PAULO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

98 - 0001330-25.1997.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0001330-25.1997.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: SOMEDES DISCOS E TAPETES LTDA
EMBARGANTE: ALINE SOLANO S.CASALI BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ANGELI MARIA GUIMARAES FEITOSA
PROCURADOR DO ESTADO: FERNANDO BRANDAO FILHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

99 - 0033586-21.1997.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELADO: PAULO C B B DA SILVEIRA
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

100 - 0003610-15.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 18ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: FERREIRA FERRAZ INCORPORACOES LTDA
ADVOGADO: ZUREL DE QUEIROZ CUNHA JUNIOR
AGRAVADO: HELDER JOSE DA SILVA SANTANA
ADVOGADO: LANA KELLY LAGO CRISÓSTOMO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

101 - 0006988-76.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: SINPOJUD - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: CLAUDIO FABIANO BÔAMORTE BALTHAZAR, GOYA LAMARTINE DA COSTA E SILVA, DANILO SOUZA RIBEIRO
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ROBERTO FIGUEIREDO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): ITANHY MACEIÓ BATISTA

102 - 0004559-39.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
VARA: 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: SUDAMERIS GENERALI COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA.
ADVOGADO: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO
AGRAVADO: MARIA DA CONCEIÇAO FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSÉ ALBERTO DALTRO COELHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

103 - 0011742-61.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR

VARA: 31ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVADO: ADELSON DA SILVA BORGES
ADVOGADO: ANA PAULA GUIMARÃES BORGES
AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: UBALDO DE SOUZA SENNA NETO, CAROLE CARVALHO DA SILVA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

104 - 0065988-38.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: DIEGO DA MATTA MURITIBA
ADVOGADO: FABIANO SAMARTIN FERNANDES, MOEMA DE OLIVEIRA ALVES DIAS
APELADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: DEYSE DEDA CATHARINO GORDILHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): NÁGILA MARIA SALLES BRITO

105 - 0001987-13.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 13ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
AGRAVANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
ADVOGADO: NICOLAU FREDERES, ANGELINO GARAVELLO
PROMOTOR PUBLICO: AURISVALDO MELO SAMPAIO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): ILONA MÁRCIA REIS

106 - 0009884-92.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: ITAPETINGA
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: CIANNA CARNEIRO MORAIS PEREIRA, TEILA ROCHA LINS D' ALBUQUERQUE
AGRAVADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO POLAR LTDA
ADVOGADO: LEANDRO NONATO DA SILVA OLIVEIRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

107 - 0013037-36.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 24ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: SANTA CASA DE MISERICORDIA DA BAHIA
ADVOGADO: KATHIA NORBERTO MATTOS, ARCHIMEDES CUSTODIO ALMADA DE MELLO JUNIOR, ROMOLO DIAS COSTA NETO, CANDICE DE ALMEIDA ROCHA, THAIS ANDRADE DAS NEVES, HUMBERTO VIEIRA BARBOSA NETTO, VANIA APARECIDA SILVA
AGRAVADO: DEBORA ANISIA CONCEICAO NASCIMENTO
ADVOGADO: BRUNI ROCHA FIGUEIRÊDO, JOSE RODRIGUES DA SILVA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): MARIA IVONE SOUZA ROCHA

108 - 0061550-32.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 31ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO BMG S/A
ADVOGADO: MARCELO KELNER CARVALHAL PINHEIRO
APELADO: CLAUDIO DE JESUS NASCIMENTO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

109 - 0000014-12.2002.805.0062 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: CONCEICÃO DO ALMEIDA
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: ANTONIO LUIZ BRASILEIRO NETO
ADVOGADO: ANTONIO LUIZ BRASILEIRO NETO
APELADO: CLAUDIO RODOLFO BORGES CONI
ADVOGADO: JOSE LUIZ MAIA BORGES
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

110 - 0017400-37.2008.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: RIACHÃO DAS NEVES
AGRAVANTE: DORGIVAL DOS SANTOS BOMFIM
AGRAVANTE: MUNICIPIO DE RIACHAO DAS NEVES
AGRAVANTE: VALDIR DE SOUZA PEREIRA
AGRAVANTE: ALINE DE BRITO SANTOS
AGRAVADO: DEREK BATISTA DA SILVA
ADVOGADO: JORGE LUIZ CAMANDAROBA CASTELO BRANCO
AGRAVANTE: MARCILIANO DE SOUZA MELO
ADVOGADO: DANIEL CORREIA DE LACERDA NETO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): NÁGILA MARIA SALLES BRITO

111 - 0009425-90.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: NOVA SOURE
VARA: VARA CÍVEL
AGRAVANTE: CASSIO LUIS DA SILVA BISCARDE
ADVOGADO: KATIA SIMONE ARAÚJO DE ALMEIDA BISCARDE
AGRAVADO: MUNICIPIO DE NOVA SOURE
ADVOGADO: ANTONIO ROBERTO VALENÇA BOVE, TARCÍSIO BIONDI CARVALHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
PROCURADOR(A): MÍRIA VALENÇA GOIS

112 - 0119715-14.2006.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0119715-14.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: CANDEIAS ASSESSORIA DE VENDAS LTDA
ADVOGADO: JOSÉ MÁRIO SANTOS GOMES, SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS
EMBARGADO: AFFINIA AUTOMOTIVA LTDA
ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES, EMANUEL FERNANDES DA CUNHA MOURA, LUIZ TADEU VIANA DE MELO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

113 - 0003046-40.2006.805.0141 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JEQUIÉ
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE JEQUIE
ADVOGADO: MANOEL MONTEIRO FILHO
APELADO: ADRIANA RESENDE CRUZ
ADVOGADO: ANTONIO ITALMAR PALMA NOGUEIRA FILHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

114 - 0006311-50.2006.805.0141 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JEQUIÉ
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE JEQUIE
ADVOGADO: MANOEL MONTEIRO FILHO
APELADO: DINORA SANTANA RODRIGUES
ADVOGADO: ANTONIO ITALMAR PALMA NOGUEIRA FILHO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

115 - 0003988-20.2010.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL: MANUELITA HERMES ROSA OLIVEIRA FILHA
APELADO: ELI SILVANA SILVA REGIS
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO CONRADO MOREIRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

116 - 0081247-39.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO

COMARCA: SALVADOR
VARA: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO: ALBERTO BRANCO JUNIOR
APELADO: CLAUDIA REGINA CARVALHO SILVA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

117 - 0044268-15.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 21ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: PAULO HENRIQUE FERREIRA
APELADO: CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

118 - 0003021-53.2002.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
VARA: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: DEMETRIO LOURES RAFAEL DOS SANTOS, MARCIO CUNHA RAFAEL DOS SANTOS
APELADO: EDNACI TORRES CHAUSSE
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

119 - 0059810-15.2005.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 2ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
APELANTE: JOSE FERNANDO BARRETO NOGUEIRA
ADVOGADO: ABDUL LATIF RODRIGUES HEDJAZI
APELADO: ANA CRISTINA DE AGUIAR NOGUEIRA
APELADO: JOAO MAURICIO DE AGUIAR NOGUEIRA
APELADO: CAIO MAURICIO DE AGUIAR NOGUEIRA
ADVOGADO: IURI VASCONCELOS BARROS DE BRITO, MANUELA BARATA LIMA FIGUEREDO MEYER, SÔNIA CARDOSO DÓREA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

120 - 0098187-89.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: JAIME ANDRADE PAES MENDONCA
ADVOGADO: GEISY FIEDRA RIOS PINHEIRO DE ALMEIDA, ERMIRO FERREIRA NETO
APELANTE: TIM CELULAR S/A
APELADO: TIM CELULAR S/A
ADVOGADO: GISELE ALEXANDRA DA SILVA VALENÇA, CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA , GUILHERME BRAGA DOS SANTOS, POLLYANNA S. GOMES
APELADO: JAIME ANDRADE PAES MENDONCA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

121 - 0000056-18.2009.805.0094 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: IBIRAPITANGA
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: MUNICIPIO DE IBIRAPITANGA
ADVOGADO: SILVIO JOSÉ NUNES ARMEDE
APELADO: JUCIMERE SANTOS BULHOES
ADVOGADO: LEANDRO SANTOS BARRETO, MARCELO MENDONCA TEIXEIRA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

122 - 0190464-85.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

APELANTE: DANILO SILVA CERQUEIRA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO TAVARES GRISI, TIAGO CHAVEZ PINHEIRO COSTA
APELADO: BANCO BMG S/A
ADVOGADO: RODOLFO GERD SEIFERT, NILSON SALUM CARDOSO DOURADO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

123 - 0046174-06.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: AFONSO MARIA DE ARAUJO
ADVOGADO: EPIFÂNIO DIAS FILHO
APELADO: BANCO GMAC S/A
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO, VITOR HUGO ZIMMER SERGIO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

124 - 0130405-15.2000.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: SUMAIA RODRIGUES CHALUB
APELANTE: HADBA JAPUR CHALUB NETA
ADVOGADO: MARIA TEREZA COSTA DA ROCHA, WALDOMIRO AZEVEDO SILVA
APELADO: BANEB-BANCO DO ESTADO DA BAHIA S/A
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

125 - 0107172-42.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 10ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
APELANTE: VANDA LUCIO VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: NADIALICE FRANCISCHINI DE SOUZA
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS
PROCURADOR(A): REGINA HELENA RAMOS REIS

126 - 0104132-28.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: FUNDACAO BAHIANA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIENCIAS
ADVOGADO: GEORGIA COSTA LIMA BOMFIM, SARA VIEIRA LIMA SARACENO, NALA COLARES NETO, GASPARE SARACENO
APELADO: ADESALDO ARAUJO FERRO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA
REVISOR(A): DESA. AIDÊ OUAIS

127 - 0006543-34.2005.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 20ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: AIS ASSOCIAÇÃO PARA INVESTIMENTO SOCIAL
ADVOGADO: MARCELO CINTRA ZARIF, IURI VASCONCELOS BARROS DE BRITO
AGRAVADO: ARTHUR LEITE DA SILVEIRA FILHO
AGRAVADO: ATLANTES TRADING- IMPORTACAO, EXPORTACAO, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
ADVOGADO: LUCAS VASCONCELOS PERRONE, HELIO MENEZES JUNIOR
RELATOR(A): DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA

128 - 0043770-89.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 30ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S/A
ADVOGADO: RUY SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA, MARCOS ANTONIO SILVA DIAS
APELADO: BENEDITO BARBOSA DA SILVA REP.POR,ZENAIDE T. BARBOSA DA SILVA.
ADVOGADO: ROSALVO MESSIAS TEIXEIRA DA ROCHA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

129 - 0002240-72.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELADO: CLAUDIA BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: GISELE FERREGUETT
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

130 - 0000259-71.2008.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELADO: LIDIA APARECIDA ESTEVES
ADVOGADO: FLORISVINDA DOS REIS PONTES
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: GISELE FERREGUETT
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

131 - 0001368-09.2009.805.0036 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: CAETITÉ
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA, LUIS EDUARDO PIRES SANTOS
APELADO: HERBERT TEIXEIRA BORGES
ADVOGADO: MARCO ANTONIO GUANAIS AGUIAR ROCHAEL FILHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

132 - 0145772-64.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 25ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: GISLENE DUMONT PASCOAL
ADVOGADO: CRISTIANE RAMOS DA SILVA
APELADO: BANCO GMAC S/A
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

133 - 0002246-79.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELADO: YEDDA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: LUCIANO LEITE AFONSO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

134 - 0004521-77.2008.805.0103 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ILHÉUS
VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: IVANILDA SOUZA SANTOS
APELANTE: PETYAN INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO: AGENOR PEREIRA NERY JUNIOR
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

135 - 0001151-14.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELADO: ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: LUCIANO LEITE AFONSO

RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

136 - 0084490-93.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: BANCO FINASA S/A
APELANTE: LUTE DESIGN PROGRAMAÇAO VISUAL, PROJETOS E PRODUÇOES ARTISTICAS LTDA
ADVOGADO: JORGE MARBACK CARDOSO E SILVA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

137 - 0006161-67.2008.805.0022 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: BARREIRAS
VARA: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MUNICIPIO DE BARREIRAS
ADVOGADO: JAIRES RODRIGUES PORTO
APELADO: SINDSEMB - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BARREIRAS
ADVOGADO: JULIANA FERREIRA NOGUEIRA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

138 - 0194554-39.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 32ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO BRADESCO S.A
ADVOGADO: CAROLINA DE BRITTO FERNANDES
APELADO: ADELSON RUI BARRETO MORAES
ADVOGADO: LÚCIO MOURA SARNO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

139 - 0019140-56.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 25ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: ANTONIO FERREIRA DA SILVA
APELANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: VINICIUS MOREIRA BATISTA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI (REVISOR SUBSTITUTO)

140 - 0113026-46.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 25ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: NIVIANE FREITAS ALVES
APELANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A
ADVOGADO: LUCAS GUIDA DE SOUZA, LUCAS NASCIMENTO EVANGELISTA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

141 - 0000405-49.1998.805.0080 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
ORIGEM: FEIRA DE SANTANA
VARA: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: FERNANDO AVILA NONATO
APELADO: JOSE RAIMUNDO LOPES FARIAS
ADVOGADO: RUY CARLOS KASTALSKI
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

142 - 0000349-16.1998.805.0080 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
VARA: 1ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
DEFENSOR: ALEXANDRA SOARES DA SILVA

APELADO: ANTONIO CARLOS BRANDÃO BASTOS
APELANTE: PATRICIA TEIXEIRA BASTOS, REP. POR IRACI TEIXEIRA BASTOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
PROCURADOR(A): ELNA LEITE ÁVILA ROSA

143 - 0005032-90.2005.805.0229 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SANTO ANTÔNIO DE JESUS
VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: ROQUE GALVÃO SANTOS
ADVOGADO: ARTUR RIBEIRO BARACHISIO LISBÔA, ANDRE BARACHISIO LISBOA
APELANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: HUMBERTO ATAIDE SANTIAGO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

144 - 0001474-19.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELADO: OSVALDO CONCEIÇÃO
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: DARTAIAN CHAVES MENEZES
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

145 - 0000605-56.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: DARTAIAN CHAVES MENEZES
APELADO: ADALTRO DE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

146 - 0001682-03.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: DARTAIAN CHAVES MENEZES
APELADO: JUELENA CHAVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

147 - 0000064-83.2000.805.0199 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: POÇÕES
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: JULIO ALBERTO SOARES DO NASCIMENTO
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: JANAÍNA DE OLIVEIRA BARROS, PAULO ROCHA BARRA
APELADO: ZENILZA BLESA SOARES
ADVOGADO: MARTINHO NEVES CABRAL
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

148 - 0051374-62.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: RAMON CESTARI CARDOSO, LUCAS GUIDA DE SOUZA, LUCAS NASCIMENTO EVANGELISTA, CELSO MARCON
APELADO: OLIVAL PINTO SOARES
ADVOGADO: LUCIANA OLIVEIRA DE SOUZA

RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

149 - 0001521-90.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELADO: SILVANIR FONTOURA MATIAS
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: JHANSHY AMARANTE SANTOS TEIXEIRA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

150 - 0085298-30.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 21ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: GERSON ARAUJO NEPOMUCENO
ADVOGADO: CRISTIANE RAMOS DA SILVA
APELADO: DIBENS LEASING S/A
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

151 - 0002060-56.2007.805.0172 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MUCURI
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: MUNICIPIO DE MUCURI
ADVOGADO: LUCIANO LEITE AFONSO
APELADO: VANUZA SANTOS SILVA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: CASSILANDIO JOAQUIM DE SOUZA CARNEIRO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

152 - 0051564-69.2001.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
VARA: 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ALTAMIRANDO LIMA AZEVEDO
ADVOGADO: ANTONIO DOS SANTOS CARVALHO LIMA FILHO
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: DARIO LIMA EVANGELISTA, LUCIANA MARIA PARANHOS PIMENTA DA SILVA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

153 - 0000070-86.2009.805.0260 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: TREMEDAL
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: TNL PCS S/A E PAGGO ADMINISTRADORA DE CREDITO LTDA
ADVOGADO: ADRIANA ROBERTA VIANA CERQUEIRA, LARISSE RAMOS PINTO
APELADO: ROGERIO BARA MARINHO
ADVOGADO: RUY HUMBERTO FERRAZ LOPES
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

154 - 0000034-68.2009.805.0155 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: MACARANI
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: ZILMAR CARVALHO DE SOUZA
APELANTE: RENATO COSTA PEREIRA
APELANTE: DIANA FREIRE CAMPOS
APELANTE: JAILSON COSTA PEREIRA
APELANTE: JANDIRA SAMPAIO SANTANA MARIANO
ADVOGADO: JESULINO FERREIRA DA SILVA FILHO, GILMAR PEDROSO DE ALMEIDA
APELADO: ANTONIO CARLOS MACEDO ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL DE MACARANI
ADVOGADO: CAMILA RIBEIRO FERNANDES
APELADO: ZILMAR CARVALHO DE SOUZA
APELADO: RENATO COSTA PEREIRA

APELADO: DIANA FREIRE CAMPOS
APELADO: JAILSON COSTA PEREIRA
APELADO: JANDIRA SAMPAIO SANTANA MARIANO
APELANTE: ANTONIO CARLOS MACEDO ARAUJO, PREFEITO MUNICIPAL DE MACARANI
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
PROCURADOR(A): TEREZINHA MARIA LÔBO SANTOS

155 - 0158978-82.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: LINDAURA DE ALMEIDA BELMONTE
ADVOGADO: LEON SOUZA VENAS, VILSON MARCOS MATIAS DOS SANTOS
APELADO: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

156 - 0003573-88.1987.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 14ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: HOSPITAL ESPANHOL - REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICENCIA
ADVOGADO: JULIANA REIS SANTOS
APELADO: PAULO SERGIO SOARES VASCONCELOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

157 - 0000109-91.2002.805.0078 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: EUCLIDES DA CUNHA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MUNICIPIO DE EUCLIDES DA CUNHA
ADVOGADO: ALEXANDRE BRITO LUZ
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ALTAMIR EDUARDO SANTANA GOMES
APELADO: MANOEL JOSE DE LIMA
ADVOGADO: JOSE MILTON DE CARVALHO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

158 - 0039928-96.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ANTONIO ERNESTO LEITE RODRIGUES
APELADO: LUCIANO HERCULANO LIMA DIAS
ADVOGADO: FABIANO CAVALCANTE PIMENTEL
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
PROCURADOR(A): MARIA IVONE SOUZA ROCHA

159 - 0080972-61.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 25ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: RICARDO KIYOSHI TAKEUTI NAKAMURA, LUIS EDUARDO PIRES SANTOS
APELADO: MANOEL SOARES DOS SANTOS
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

160 - 0000099-42.1999.805.0146 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JUAZEIRO
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: EVERALDO SANTANNA OLIVEIRA JUNIOR
APELADO: BISCOITOS XICOS LTDA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

161 - 0000367-94.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 12ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: MARCELO MIGUEL ROSSI
APELADO: JOSE BATISTA DE ALMEIDA
ADVOGADO: MATHEUS AUGUSTO DE ALMEIDA CARDOZO
RECURSO ADESIVO: JOSE BATISTA DE ALMEIDA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

162 - 0144426-78.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 9ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: JOSE RAIMUNDO DA CRUZ
ADVOGADO: CRISTIANE RAMOS DA SILVA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

163 - 0093713-75.2004.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0093713-75.2004.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: PIMENTEL SERVICOS AUXILIARES DE CONSTRUCÃO CIVIL LTDA
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ROSANA BARBOSA
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

164 - 0129711-41.2003.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0129711-41.2003.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
EMBARGADO: JOSE NOGUEIRA JUNIOR
PROCURADOR DO MUNICIPIO: ANDERSON SOUSA BARROSO
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO

165 - 0092941-54.2000.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: AGF BRASIL SEGUROS S/A
ADVOGADO: REGINA MARIA PEDROSA DE VASCONCELOS
APELADO: GERALDO DOS SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO: ADRIANO JOSÉ MAGALHÃES
RELATOR(A): DESA. DAISY LAGO RIBEIRO COELHO
REVISOR(A): DESA. HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

166 - 0119715-14.2006.805.0001 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0119715-14.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGADO: CANDEIAS ASSESSORIA DE VENDAS LTDA
ADVOGADO: JOSÉ MÁRIO SANTOS GOMES, SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS
EMBARGANTE: AFFINIA AUTOMOTIVA LTDA
ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES, EMANUEL FERNANDES DA CUNHA MOURA, LUIZ TADEU VIANA DE MELO
RELATOR(A): DES. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA

SECRETARIA DA 3ª CÂMARA CÍVEL, 25 DE JANEIRO DE 2011.
BELA. RITA DE CÁSSIA M. FERREIRA
DIRETORA DE SECRETARIA

## *QUARTA CÂMARA CÍVEL*

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0016850-71.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: ROGERIO SCHLAEPFER FADUL
AGRAVANTE: ISABELA REIS FADUL
ADVOGADO: FERNANDO ROBERTO MARQUES SANTOS
ADVOGADO: RODRIGO DE SOUZA CHIPRAUSKI
ADVOGADO: EDUARDO DANGREMON SALÓES DO NASCIMENTO
AGRAVADO: ISADORA REGIS REIS SCHLAEPFER FADUL
ADVOGADO: VICENTE MAIA BARRETO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCELLE MENDES MENDONÇA
ADVOGADO: EDUARDO BOULHOSA GONZALEZ
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

D E C I S Ã O

Vistos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 0016850-71.2010.805.0000-0, em que agravantes ROGÉRIO SCHLAEPFER FADUL E ISABELA REIS FADUL, sendo agravada ISADORA REGIS REIS SCHLAEPFER FADUL.
ROGÉRIO SCHLAEPFER FADUL e sua mulher ISABELA REIS FADUL, qualificados nos autos, interpõem Agravo de Instrumento da decisão proferida pelo MM. Juízo da 9ª Vara de Família, Comarca desta Capital que, nos autos da Ação de Alimentos nº0138760-96.2010.805.0001, fixou verba provisória, em prol da filha adotiva do casal, no equivalente a 03 (três) salários-mínimos (fls.68/70).
Em suas razões, os agravantes descrevem circunstâncias que reputam incompatíveis com o escopo da obrigação alimentícia, aduzindo, em especial, o afastamento voluntário do lar, para residir com um namorado, optando a agravada por coabitar em regime de união estável, ostentando autonomia financeira e capacidade de prover o próprio sustento, inclusive o custeio de curso universitário.
Pugna pelo provimento do agravo, com a outorga dos efeitos preconizados no art. 527,III, da Lei de Ritos, eventualmente a redução da verba.
O recurso vem no prazo e se faz acompanhar das peças indispensáveis à sua interposição.
É o breve relatório.

Examinados, decido.
A partir do implemento da maioridade do filho, cessa o poder familiar, preservando-se, todavia, o dever de solidariedade decorrente da relação parental, somente diante da comprovada necessidade do pensionamento e até completa formação educacional do filho alimentando.
É o denominado dever residual do poder familiar, sendo corolário o direito aos alimentos, previsto no art. 1694, do Código Civil, derivando, por outro lado, da mesma lei substantiva que a partir do "casamento, a união estável ou o concubinato do credor, cessa o dever de prestar alimentos", conforme a dicção do art. 1.708 do CC.
Aqui, a matéria fática está a envolver fortes excludentes de responsabilidade, não se podendo impor aos agravantes, initio litis, qualquer ônus relativo à manutenção da autora, que já é maior de idade, vive fora do convívio paterno e materno, encontrando-se, inclusive, inserida no mercado de trabalho desde 2008, com o que deixa de ser notório ou presumido o direito a alimentos. De sua vez, sendo circunstancial e temporária a condição de desemprego, afigura-se descabido o pleito de natureza alimentar, à falta de circunstância extraordinária que o justifique.
Nesse sentido, o entendimento a que me filio:"ALIMENTOS. FILHA MAIOR, CAPAZ E APTA AO TRABALHO. FIXAÇÃO. DESCABIMENTO. Os alimentos decorrentes do dever de sustento, que é inerente ao poder familiar, cessam quando os filhos atingem a maioridade civil, mas persiste obviamente a relação parental, que pode justificar a permanência do encargo alimentar. Para que se estabeleça o encargo alimentar em favor da filha maior, é imprescindível a prova cabal da necessidade. Descabe fixar pensão de alimentos quando a filha é maior, capaz, apta ao trabalho, já tendo vida independente. (Agravo de Instrumento Nº 70040357972, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 17/12/2010)."
Eis porque determino a imediata sustação da ordem de 1º grau, ex vi do art. 527,II, do CPC.
Ciência ao ilustre magistrado de piso, requisitando-se informações
Intime-se a ex adversa para contrarrazões de estilo.
Colha-se o opinativo ministerial, retornando-me após.
P.R.I
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0016822-06.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: RSCG, REP. POR LINDINALVA RIBEIRO DE SOUZA
ADVOGADO: JAMILE COSTA VIEIRA
AGRAVADO: JONALDO FALCAO CARDOSO GOMES
ADVOGADO: PAULO ROBERTO BRITO NASCIMENTO
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS F NASCIMENTO

ADVOGADO: CARLA ANDREA BRITO NASCIMENTO SANTOS
ADVOGADO: ALMIR ROGERIO SOUZA DE SÃO PAULO
ADVOGADO: RUY JOSÉ DE ALMEIDA FILHO
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

D E C I S Ã O

R.S.C.G., REP. POR LINDINALVA RIBEIRO DE SOUZA, interpôs Agravo de Instrumento da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família, Comarca de Salvador, autos da Ação de Alimentos promovida contra JONALDO FALCÃO CARDOSO GOMES, de que resultou deferida a pretensão initio litis, fixando-se a verba alimentar no valor de R$1.767,00 (mil, setecentos e sessenta e sete reais), a ser descontado em folha de pagamento do acionado.
Em razões, a agravante defende a revisão dos provisórios, à luz do princípio da proporcionalidade, mormente porque recai sobre a genitora o custeio de despesas com a moradia do menor, e seus consectários (condomínio, energia, empregada doméstica, internet, telefone), além de vestuário, lazer, transporte escolar, atividades físicas, medicações, e despesas extraordinárias, merecendo adequar-se a verba à realidade fática ostentada.
Salientando, outrossim, que os contracheques apresentados pelo réu - lastro do arbitramento judicial - não espelham o atual status remuneratório, requer o provimento do agravo, pugnando, de logo, pela antecipação dos efeitos da tutela recursal, para majorar-se o valor dos provisórios ou convertê-los em percentual, a incidir sobre os vencimentos auferidos pelo alimentante.
É o breve relatório.
Decido.
Ao exame da postulação, afigura-se razoável o acautelamento vindicado.
Considerando-se que a verba alimentícia deve traduzir-se sempre em prestação ajustada à renda auferida pelo obrigado e, em que pese reservar-se à fase instrutória o exame acurado das possibilidades do genitor X necessidades da menor, mais coerente a conversão do valor em percentual a incidir sobre os vencimentos do réu, o que, inclusive, muito subsidiará o presidente do feito, na justa quantificação do ônus definitivo, à luz do binômio legal do art. 1694, 1º, do CC.
Outorgo, assim, a antecipação da tutela recursal, determinando a promoção dos cálculos, tomando-se como parâmetro o valor de R$1.767,00 (mil, setecentos e sessenta e sete reais) para encontrar-se o percentual que deverá refletir-se sobre os vencimentos do agravado.
Ciência imediata ao Juízo, requisitando-se informações.
Intime-se o agravado para contrarrazões de estilo.
Após, vistas ao Ministério Público.
P.R.I
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Apelação Nº: 0000316-68.2008.805.0082-0
APELANTE: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADO: EDEMILSON KOJI MOTODA
APELADO: PEDRO SOUZA DE JESUS
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

D E S P A C H O

Vistos.
Converto o feito em diligência para determinar ao SECOMGE que dê baixa no SAIPRO, no Embargos de Declaração de terminação "2" e "3", em virtude de se tratar de um único Embargos de Declaração, devendo, restar, apenas,a numeração com final "1".
À Secretaria da Câmara para as diligências supra.
Após, retornem- me conclusos.

Salvador, 25 de Janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Apelação Nº: 0039969-15.1997.805.0001-0
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
APELADO: MERCANTIL MOREIRA CONSTRUCOES LTDA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

Vistos etc.

Acolho o pedido da petição de fls. 76/77 dos autos e determino o encaminhamento do feito à Secretaria Especial de Recursos, para análise e processamento do recurso especial (fls. 47/55).

Baixas de estilo.

P.R.I.

Salvador, de janeiro de 2011

4ª CÂMARA CÍVEL
Apelação Nº: 0000750-24.1999.805.0001-0
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: ANTONIO MARIO RIBEIRO
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

Vistos etc.
Acolho o pedido da petição de fls. 82/83 dos autos e determino o encaminhamento do feito à Secretaria Especial de Recursos, para análise e processamento do recurso especial (fls. 53/60).

Baixas de estilo.

P.R.I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011

4ª CÂMARA CÍVEL
Apelação Nº: 0066006-45.1998.805.0001-0
APELANTE: MUNICIPIO DE SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: EVELIN DIAS DE CARVALHO
APELADO: VICTORINA P S MACEDO
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

Vistos etc.

Acolho o pedido da petição de fls. 94/95 dos autos e determino o encaminhamento do feito à Secretaria Especial de Recursos, para análise e processamento do recurso especial (fls. 65/73).

Baixas de estilo.

P.R.I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011

4ª CÂMARA CÍVEL
Apelação Nº: 0024367-28.1990.805.0001-0
APELANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
APELADO: TECHNOR S/A INDUSTRIA COMERCIO DE MAQUINAS PESADAS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FABIANA DUARTE ALMEIDA
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

Vistos etc.

Acolho o pedido da petição de fls. 100 dos autos e determino o encaminhamento do feito à Secretaria Especial de Recursos, para análise e processamento do recurso especial (fls. 51/66).

Baixas de estilo.

P.R.I.

Salvador, 25 de janeiro de 2011

4ª CÂMARA CÍVEL
Apelação Nº: 0112683-21.2007.805.0001-0
APELANTE: BANCO FINASA S/A

ADVOGADO: LUCAS GUIDA DE SOUZA
ADVOGADO: RAMON CESTARI CARDOSO
ADVOGADO: CELSO MARCON
APELADO: GENESIA DE JESUS CERQUEIRA
ESTAGIÁRIO: MAX CARDOSO CAMPOS
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

D E C I S Ã O

Vistos.
Ante o pedido de fls. 103 requerendo a suspensão da ação, intimem-se as partes para se manifestarem quanto ao cumprimento do acordo de fls. 104/106 e quanto ao interesse no prosseguimento do feito, sob pena da omissão implicar na extinção do feito sem resolução do mérito.
Comunique-se e intimem-se as partes.
Publique-se.

Salvador, 25 de Janeiro de 2011.
4ª CÂMARA CÍVEL
Embargos de Declaração Nº: 0013700-82.2010.805.0000-1
EMBARGANTE: REYJANE DE OLIVEIRA DEIRO
ADVOGADO: MATHEUS DE OLIVEIRA BRITO
EMBARGADO: BANCO GE CAPITAL S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO PESSOA CARDOSO

D E C I S Ã O

Vistos, etc.
Inconformada com a decisão de fl. 119 que negou provimento ao recurso para confirmar o pagamento das parcelas no valor contratual, interpôs a agravante os presentes Embargos de Declaração.
Em suas razões, aponta a existência de contradição entre o posicionamento desta relatoria e o STJ e anota a finalidade prequestionadora do recurso, com o fim de interpor recurso especial. Sob tal fundamento, requer o acolhimento dos embargos, inclusive com aplicação do efeito modificativo.
Este o breve relatório.
Os Embargos de Declaração se constituem em remédio processual com a finalidade de eliminar omissão, obscuridade ou contradição no julgado, atribuindo-lhe, excepcionalmente, efeito modificativo quando, ao sanar um dos vícios descritos, induza à alteração da parte conclusiva.
Contudo, este recurso não se aplica ao feito, porque os termos da decisão são claros, verificando-se a inexistência da alegada contradição, ao tratar do tema questionado no recurso de agravo de instrumento. Por outro lado, não se pode negar que apesar da finalidade prequestionadora, a suposta contradição não reside no julgado, mas sim entre este e o posicionamento do STJ.
Em verdade, o recurso revela apenas a insatisfação da embargante, isto porque a matéria foi devidamente discutida na fundamentação da decisão recorrida. Por outro lado, necessário salientar que o julgador não está obrigado a oferecer pronunciamento sobre toda a matéria exposta e, muito menos, vincular-se a posicionamento ainda não pacífico de tribunais superiores.
Ademais, a decisão recorrida foi lançada nos termos do entendimento pacífico desta Quarta Câmara Cível, sendo impertinente, portanto, qualquer alteração.
Para dirimir quaisquer dúvidas, necessária a colação da fundamentação:
"Entendi que a questão não se resolveria através do recurso de agravo, mas possível o retido. No curso do tempo e de discussão sobre a matéria, sempre ressalvada minha posição, mas respeitando a maioria, a Câmara firmou entendimento uniforme de que para discussão de cláusulas contratuais, enquanto pendente de julgamento a ação de revisão contratual, indispensável a manutenção do avençado inclusive no que se refere aos valores originalmente combinados."
"Entende-se também legítima a posse do veículo com o devedor enquanto discutido o contrato, impedida a inscrição de seu nome no cadastro de maus pagadores durante a pendência judicial, desde que sejam efetuados os pagamentos/depósitos nos valores contratados."
Conforme visto, como apontado nas razões do recurso, não há como se vislumbrar contradição no julgado.
Pretendeu, em verdade, a embargante, provocar nova discussão sobre a matéria já decidida, objetivando decisão a seu favor.
Pacífico o posicionamento jurisprudencial no sentido de descaber o manejo de embargos de declaração: "para corrigir os fundamentos de uma decisão" (Bol AASP 1.536/112); ou "com a indevida finalidade de instaurar nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada" (RTJ 164/793); "para correção de errônea apreciação de prova, com alteração do julgado", ou ainda "para o reexame de matéria sobre a qual a decisão embargada havia se pronunciado, com inversão, em conseqüência, do resultado final" (RSTJ 30/412).
Não há como prosperar o presente recurso, absolutamente impróprio para o fim colimado.
Pelo exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.
Publique-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0000246-98.2011.805.0000-0
AGRAVANTE: REMAZA NOVATERRA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
ADVOGADO: CAROLE CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO: ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA
AGRAVADO: PEDRO FIALHO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: EPIFÂNIO DIAS FILHO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO PESSOA CARDOSO

DESPACHO

Vistos, etc.
Intime-se o douto advogado para assinar o recurso no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de negativa de seguimento por inadmissibilidade.
Publique-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0016983-16.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: ERIC HILTON II SIQUEIRA CAMPOS
ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES
ADVOGADO: CAROLINA OLIVEIRA SERRA DA SILVEIRA
AGRAVADO: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: NOEME LORDELO GUIMARÃES TAVARES
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: MARIZELIA CARDOSO SALES
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO PESSOA CARDOSO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto contra decisão que, em execução fiscal, rejeitou exceção de pré-executividade apresentada pelo executado.
Pela leitura da petição recursal e provas trasladadas, tem-se, ao menos nesta prefacial análise e sem prejuízo da posterior apreciação pelo Colegiado, que a decisão recorrida, fundamentada, não é portadora de vício capaz de autorizar a pretendida suspensão de seus efeitos.
Não convence a tese de que é nula a citação se no mandado existe apenas uma letra divergente do nome do citando. Ademais, o breve retardo do feito não trará prejuízos ao agravante, ainda que ocorra penhora de bem, que poderá ser levantada, caso seja provido o agravo e julgada procedente sua exceção de pré-executividade.
Indefiro, pois, o efeito suspensivo requerido.
Intime-se o agravado, para que ofereça contrarrazões, no prazo legal, podendo o Julgador de primeiro grau prestar informações, querendo, independentemente de notificação.
Publique-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0017064-62.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO
ADVOGADO: CAROLINA DE BRITTO FERNANDES
ADVOGADO: CAIO MEDICI MADUREIRA
ADVOGADO: ALESSANDRA CRISTINA MOURO
AGRAVADO: EDILIA ALVES DE SOUZA
ADVOGADO: LEONARDO BRUNO ARAUJO DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO PESSOA CARDOSO

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto contra decisão que, em Ação de Obrigação de Fazer, determinou que o réu, ora agravante, emitisse, no prazo de 03 (três) dias, boleto de quitação de débito referente ao contrato firmado com a agravada, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais).
A análise prefacial dos autos indica a necessidade de concessão parcial do efeito suspensivo pretendido, até que este recurso seja apreciado pela Turma Julgadora. Entendo ser excessivo o valor da multa diária, fixada em R$ 1.000,00 (um mil reais), admitindo, portanto, sua redução para R$ 100,00 (cem reais).
Assim sendo, defiro parcialmente o pedido de atribuição de efeito suspensivo.
Intime-se a agravada para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo legal.
Oficie-se ao juiz da causa, dando-lhe ciência da decisão que poderá prestar informações, caso entenda necessárias.
Publique-se. Intime-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0017141-71.2010.805.0000-0
AGRAVANTE: JOSEVAN DE SANTANA JUNQUEIRA
ADVOGADO: PERICLES NOVAIS FILHO
AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO PESSOA CARDOSO

D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu pedido de assistência judiciária gratuita.
Colhe-se dos autos que o agravante declarou que não possui condições de arcar com as despesas judiciais, tendo-se em mente, em primeira análise, que a manutenção da decisão agravada poderá causar-lhe prejuízos de difícil reparação, com a extinção da ação. Pode-se então vislumbrar, ao menos nesta prefacial análise, subsídios para a concessão do postulado efeito suspensivo. Defiro-o, pois, para sustar os efeitos da decisão agravada e conceder os benefícios da assistência judiciária gratuita ao recorrente, até decisão ulterior.
Observe-se que, nos termos da lei, a gratuidade poderá ser revogada, se provada a inexistência ou o desaparecimento do requisito essencial à sua concessão (art. 7º da Lei 1.060/50), além de ser o requerente condenado ao pagamento de até o décuplo das custas judiciais, caso seja provada a falsidade da alegação (art. 4º, §1º).
Oficie-se a juíza da causa, que poderá prestar informações, caso entenda necessárias.
Intimem-se o agravado, por AR, no endereço indicado à fl. 14, para, querendo, oferecer contrarrazões, no prazo legal.
Publique-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

PAUTA DE JULGAMENTO
FEITOS QUE DEVERÃO SER JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª CÂMARA CÍVEL A REALIZAR-SE EM 01 DE FEVEREIRO DE 2011 A PARTIR DAS 14:00 HORAS, NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA - 5ª AVENIDA

ATENÇÃO

OBSERVAÇÃO: OS PEDIDOS DE PREFERÊNCIA PARA JULGAMENTO DEVERÃO SER FORMULADOS PELOS ADVOGADOS, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, ATÉ 30 (TRINTA) MINUTOS ANTES DO INÍCIO DA SESSÃO

1 - 0049060-80.2007.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 7ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ANA CELESTE BRITO DO LAGO
APELADO: MARIA MARLENE SANTANA DOS SANTOS
APELADO: JOSE DOS SANTOS
ADVOGADO: MAURICIO COSTA FERNANDES DA CUNHA
ADVOGADO: ISAAC WOLNEY MELLO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

2 - 0003302-64.2009.805.0274-0 - Apelação
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
ORIGEM: VITÓRIA DA CONQUISTA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: CREUSA DE AGUIAR CRUZ
ADVOGADO: REBECA AMALIA DE SOUZA ALCANTARA
APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
APELADO: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO: PATRÍCIA HEINER BATHOMARCO
ADVOGADO: JOÃO DANIEL NOGUEIRA BARROS
ADVOGADO: WILTON DOS SANTOS MELLO JÚNIOR
ADVOGADO: MARIA AUXILIADORA GARCIA DURÁN ALVAREZ
ADVOGADO: MARIANA NETTO DE MENDONÇA PAES
ADVOGADO: CÉSAR BRAGA RODRIGUEZ MARTINS
ADVOGADO: CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

3 - 0006637-06.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE
ADVOGADO: JOSE CARLOS COELHO WASCONCELLOS JUNIOR
ADVOGADO: MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA FERNANDES NEVES
ADVOGADO: INDAIA MENEZES LEMOS
AGRAVADO: ANARILDA PIMENTEL COSTA
ADVOGADO: INACIO PATRICIO DE ALMEIDA NETO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

4 - 0112053-62.2007.805.0001-1 - Embargos de Declaração
COMARCA: SALVADOR
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MÁRCIA SALES VIEIRA
EMBARGADO: MARIA AUXILIADORA DE SOUZA PONTES
EMBARGADO: VERA LUCIA FONSECA CERQUEIRA
EMBARGADO: HILDETE MARIA ARAUJO AROCA
ADVOGADO: IZABEL BATISTA URPIA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

5 - 0151202-36.2005.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ADRIANA MARIA FREAZA BASTOS
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
ADVOGADO: AILSON LOBÃO BASTOS
APELADO: UCSAL UNIVERSIDADE CATOLICA DO SALVADOR
ADVOGADO: FERNANDO AZEVEDO
PROMOTOR PÚBLICO: ANA CLÁUDIA MARTINS BARROS SPÍNOLA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

6 - 0001549-52.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: CELENE SEIXAS VIANA
ADVOGADO: MARCOS ANDRÉ DE ALMEIDA MALHEIROS
APELADO: ROBERTO ALEXANDRE SCHLEAPFER FADUL
ADVOGADO: ALEXANDRE FRANCO QUEIRÓS
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

7 - 0001029-29.2004.805.0229-0 - Apelação
COMARCA: SANTO ANTÔNIO DE JESUS
APELANTE: ROBERTO BEZERRA DANTAS
APELANTE: COELBA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DA BAHIA
ADVOGADO: IGOR COUTINHO SOUZA
ADVOGADO: AQUILES DAS MERCES BARROSO
ADVOGADO: MARCELO DOMINGUES CARLIN
ADVOGADO: MARIA SAMPAIO DAS MERCES BARROSO
ADVOGADO: ABÍLIO DAS MERCÊS BARROSO NETO
APELADO: ROBERTO BEZERRA DANTAS
APELADO: COELBA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DA BAHIA
ADVOGADO: IGOR COUTINHO SOUZA
ADVOGADO: AQUILES DAS MERCES BARROSO
ADVOGADO: MARCELO DOMINGUES CARLIN
ADVOGADO: MARIA SAMPAIO DAS MERCES BARROSO
ADVOGADO: ABÍLIO DAS MERCÊS BARROSO NETO
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

8 - 0000037-21.2002.805.0235-0 - Apelação
COMARCA: SÃO FRANCISCO DO CONDE

ORIGEM: SÃO FRANCISCO DO CONDE
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: RITA DE CASSIA SANTANA
ADVOGADO: MOEMA BARRETO DA SILVA
ADVOGADO: NOELCI VIRIATO LEON
APELADO: ESPOLIO DE MARIA DE LOURDES GREGORIO, REP. POR ANALICE G. DOS SANTOS, DORALICE DE MATOS
APELADO: ESPOLIO DE MARIA DE LOURDES GREGORIO, REP. POR ELIZANGELA GREGORIO,ANTONIO G.FILHO,EDMILSON GREGORIO
APELADO: ESPOLIO DE MARIA DE LOURDES GREGORIO, REP. POR EDNALVA G. DE S.,NILZETE G. SILVA E ELIZETE G. BULCÃO
ADVOGADO: JOSÉ WANDERLEY OLIVEIRA GOMES
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO
9 - 0000077-81.2004.805.0057-0 - Apelação
COMARCA: CICERO DANTAS
ORIGEM: CICERO DANTAS
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: MANUELA PEIXOTO SAMPAIO TASIC
APELADO: JOSE VALTER DOS SANTOS
ADVOGADO: PAULO CARDOSO DE OLIVEIRA BRITO NETO
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

10 - 0000419-97.2002.805.0078-0 - Apelação
COMARCA: EUCLIDES DA CUNHA
ORIGEM: EUCLIDES DA CUNHA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ERIVALDO MOREIRA SILVA
ADVOGADO: THIANCLE DA SILVA ARAÚJO
APELADO: IOMAR DANTAS CANÁRIO
ADVOGADO: OBERTA MINÉA DA SILVA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

11 - 0000782-88.2009.805.0256-0 - Apelação
COMARCA: TEIXEIRA DE FREITAS
ORIGEM: TEIXEIRA DE FREITAS
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: NÉLIA APARECIDA ROCHA FONSECA
ADVOGADO: GINE ALBERTA RAMOS ANDRADE KINJYO
APELADO: LUCIARA ABDIAS CRUZ
APELADO: GILBERTO LACERDA DA SILVA
APELADO: MARIA ROSA FERREIRA SILVA LACERDA
ADVOGADO: LUCIANO PEREIRA BARBOSA
ESTAGIÁRIO: ALENE DE PAULA SAMPAIO
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

12 - 0000332-37.2010.805.0216-0 - Apelação
COMARCA: RIO REAL
ORIGEM: RIO REAL
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO ESTADO DA BAHIA
APELADO: ÚRSULA NEIDE DOS REIS
ADVOGADO: LUIZ CESAR DONATO DA CRUZ
PROCURADOR JURÍDICO: MARIA AUXILIADORA TORRES ROCHA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

13 - 0037280-75.2009.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR

ORIGEM: SALVADOR
VARA: 24ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MARIO ERNANI HOLANDA FILHO
ADVOGADO: JOÃO NUNES SENTO SÉ FILHO
APELADO: BV FINANCEIRA S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO
ADVOGADO: CELSO DAVID ANTUNES
ADVOGADO: MAURO JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: TATIANA MARIA BANDEIRA DO VALLE
ADVOGADO: GABRIELA VIANA MENEZES
ADVOGADO: MARCELO TOURINHO DANTAS
ADVOGADO: SORAYA JONES EL-CHAMI
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

14 - 0041859-37.2007.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: IZOLINA LUCIA KRUSCHEWSKY DE SOUZA
ADVOGADO: ABÍLIO FREIRE DE MIRANDA NETO
ADVOGADO: THIAGO BECK
APELADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: BRUNO NASCIMENTO DE MENDONÇA
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

15 - 0002482-45.1996.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: FAZENDA PUBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: LEONCIO OGANDO DACAL
APELADO: ANTONIO FERNANDO FREITAS GUIMARAES
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

16 - 0011031-56.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 22ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: PETROLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS
ADVOGADO: REBEKA MORAES OH DE MELO
ADVOGADO: RUBEM NOGUEIRA JUNIOR
ADVOGADO: THÁRCIO FERNANDO SOUSA BRITO
AGRAVADO: CONAMED CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICA LTDA
ADVOGADO: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES
RELATOR: DES(A) CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

17 - 0058578-41.2000.805.0001-1 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ALVORADA S/A
APELANTE: DESENBAHIA-AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A
ADVOGADO: JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO
ADVOGADO: CAROLINA DE BRITTO FERNANDES
ADVOGADO: MARCELO JOSE MONTEIRO DA COSTA
APELADO: SPEC ENGENHARIA LTDA
APELADO: EMANUEL CARLOS DA SILVA LOPES
ADVOGADO: OTONEY REIS DE ALCÂNTARA
ADVOGADO: LAIR ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: RAFAEL FERREIRA IVO VIANA
ADVOGADO: HELIO JORGE REGIS ALMEIDA
RELATOR: DES(A) MARIA GERALDINA SÁ DE SOUZA GALVÃO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

18 - 0191816-15.2007.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO
APELADO: JOILSON SANTOS DA SILVA
ADVOGADO: EDUARDO GONCALVES DE AMORIM
RELATOR: DES(A) MARIA GERALDINA SÁ DE SOUZA GALVÃO
Substituído por: DES(A) HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

19 - 0000134-90.2008.805.0144-0 - Apelação
COMARCA: JITAÚNA
ORIGEM: JITAÚNA
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: GARGILL AGRICOLA S/A
ADVOGADO: LOURICE HAJE SALUME LESSA
APELADO: ADENILSON OLIVEIRA SANTANA
ADVOGADO: DANIEL ANDRADE MATOS
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

20 - 0073056-15.2004.805.0001-1 - Embargos de Declaração
NO(A) 0073056-15.2004.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
EMBARGANTE: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO: ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO
ADVOGADO: VERBENA MOTA CARNEIRO
EMBARGADO: TANIA REGINA NASCIMENTO DOS SANTOS
ADVOGADO: CHARLES PITHON BARRETO
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

21 - 0012923-97.2010.805.0000-1 - Agravo Regimental
NO(A) 0012923-97.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: GANDU
AGRAVANTE: N&N IRMÃOS LANCHONETE E RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO: LEONOV PINTO MOREIRA
ADVOGADO: FERNANDO GUTHIERRE PINTO MOREIRA
AGRAVADO: NELSON LEITE LEAL
ADVOGADO: FERNANDO SEVERINO DE ANDRADE
ADVOGADO: MILENA MOREIRA LEITE LEAL
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

22 - 0000012-33.2008.805.0094-0 - Apelação
COMARCA: IBIRAPITANGA
ORIGEM: IBIRAPITANGA
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: MUNICÍPIO DE IBIRAPITANGA
ADVOGADO: SILVIO JOSÉ NUNES ARMEDE
APELADO: ANTONIO CLEMENTE PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO: LEANDRO SANTOS BARRETO
ADVOGADO: MARCELO MENDONCA TEIXEIRA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

23 - 0010634-94.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: ITABUNA
AGRAVANTE: EVANDRO DA SILVA CARVALHO
ADVOGADO: ANA MARIA COSTA CARVALHO
AGRAVADO: MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
ADVOGADO: ANTONIO SOARES DE SOUZA
RELATOR: DES(A) MARIA GERALDINA SÁ DE SOUZA GALVÃO
Substituído por: DES(A) HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

24 - 0008954-79.2007.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: ILHÉUS
ORIGEM: ILHÉUS
VARA: VARA JURI, EXEC. PENAIS,MEN E DELITOS DE IMPRENSA
AGRAVANTE: MUNICIPIO DE ILHEUS
ADVOGADO: PAULO JORGE DE FREITAS TELLES DE MENEZES
ADVOGADO: VINICIUS BRIGLIA PINTO
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PÚBLICO : MARIA AMELIA SAMPAIO GOES
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

25 - 0011373-67.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
AGRAVANTE: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
ADVOGADO: ANGELICA ALIACI ALMEIDA COSTA
ADVOGADO: MARCELO COSTA MASCARO NASCIMENTO
ADVOGADO: ARACE LEAL IVO VALADAO
ADVOGADO: AMAURI MASCARO NASCIMENTO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DUMET FARIA
ADVOGADO: IVAN AUGUSTO LUNA
ADVOGADO: JAMES RODRIGO DE SENNA COSTA
ADVOGADO: MARIA AUXILIADORA LOPES COSTA
ADVOGADO: MARIA ELISABETE PINHEIRO SANTOS
AGRAVADO: TANIA MARIA ROSEMBERG MENDES
ADVOGADO: RITA DE CASSIA COSTA BRANDÃO DE MIRANDA
RELATOR: DES(A) MARIA GERALDINA SÁ DE SOUZA GALVÃO
Substituído por: DES(A) HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

26 - 0011517-75.2009.805.0000-1 - Agravo Regimental
NO(A) 0011517-75.2009.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
AGRAVANTE: HABITACIONAL CONSTRUCOES S/A
ADVOGADO: CELSO LUIZ DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DAVI FONTES MENDES GALVÃO
AGRAVADO: MUNICÍPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO REGO
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

27 - 0010802-96.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: CAMAÇARI
AGRAVANTE: PRONOR PETROQUIMICA S/A
ADVOGADO: CAIO DRUSO DE CASTRO PENALVA VITA
ADVOGADO: FABIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH
AGRAVADO: VIRGINIA LUCIA LEMOS CARDOSO POR SI E REPRES. RUBEM CALLIGA C. FILHO E LEONARDO CALLIGA CARDOSO
ADVOGADO: JOICE BARROS DE OLIVEIRA LIMA
RELATOR: DES(A) MARIA GERALDINA SÁ DE SOUZA GALVÃO
Substituído por: DES(A) HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI

28 - 0139584-60.2006.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 20ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S/A
ADVOGADO: SÉRGIO RAIMUNDO TOURINHO DANTAS
ADVOGADO: JENNER AUGUSTO DA SILVEIRA KRUSCHEWSKY
ADVOGADO: ANDRÉA CHRISTINE SERRA DA COSTA SANTOS
ADVOGADO: ERIKA VALVERDE PONTES KERCKHOF
ADVOGADO: ADRIANA ROBERTA VIANA CERQUEIRA
APELADO: JOANA AMERICA SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FLORIMAR DOS SANTOS VIANA
ADVOGADO: IGOR NUNES BRITO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

29 - 0149571-28.2003.805.0001-1 - Embargos de Declaração
NO(A) 0149571-28.2003.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: S/A NACIONAL C. A. SANCA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

30 - 0179473-84.2007.805.0001-1 - Embargos de Declaração
NO(A) 0179473-84.2007.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
EMBARGANTE: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: THAÍS LARISSA SCHRAMM CARVALHO
ADVOGADO: IOLANDA ANDRADE SOUSA
EMBARGADO: JOSE ANTONIO DE MACEDO
ADVOGADO: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS
REVISOR: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

31 - 0004892-13.2008.805.0274-0 - Apelação / Reexame Necessário
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
ORIGEM: VITÓRIA DA CONQUISTA
VARA: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADO: ARILANO KLEBER MEDEIROS BOTELHO
APELADO: RENILDE DA SILVA ROCHA
ADVOGADO: KLEIDSON ASSIS SANDES LIMA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

32 - 0076796-39.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: MANOEL MESSIAS CARVALHO DE JESUS
ADVOGADO: CARLOS GUSTAVO DA SILVA GÓMEZ
APELADO: ESTADO DA BAHIA
ESTAGIÁRIO: GABRIEL DA CUNHA DO BOMFIM
PROCURADOR DO ESTADO: MARIANA MATOS DE OLIVEIRA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

33 - 0125845-49.2008.805.0001-2 - Embargos de Declaração
NO(A) 0125845-49.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
EMBARGADO: ALEXANDER DA SILVA LIMA PEREIRA
ADVOGADO: ANTONIO JOÃO GUSMÃO CUNHA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

34 - 0064631-43.1997.805.0001-0 - Apelação
COMARCA:
ORIGEM: SALVADOR
VARA: FAZENDA PUBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: IZABEL C L GUIMARAES
APELADO: TALISMA PRESENTES LTDA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

35 - 0001442-76.2008.805.0043-0 - Apelação
COMARCA: CANAVIEIRAS
ORIGEM: CANAVIEIRAS
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A-BANCO MULTIPLO
ADVOGADO: LUCIO SALES CERQUEIRA

ADVOGADO: PERPÉTUA LEAL IVO VALADÃO
APELADO: GENIVALDO SILVA DE SANTANA
ADVOGADO: GILDÁSIO DOS SANTOS LIMA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

36 - 0074591-76.2004.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 23ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: WANDERLEY TONETTI
ADVOGADO: FLÁVIA SMARCEVSCKI PEREIRA
APELADO: ADALMARE VELAME DE AZEVEDO
APELADO: JOANA AUGUSTA VELAME AZEVEDO
ADVOGADO: ALANO BERNARDES FRANK
ESTAGIÁRIO: THIANA CABRAL
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

37 - 0007560-53.2006.805.0103-0 - Apelação
COMARCA: ILHÉUS
ORIGEM: ILHÉUS
VARA: 4ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO DO BRASIL S.A
ADVOGADO: DANIELLE CERQUEIRA BALTHAR
ADVOGADO: VINICIUS MISAEL PORTELA
APELADO: ANA ANGELICA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: NELSON MALINARDI
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE
REVISOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

38 - 0000130-91.1999.805.0201-0 - Apelação
COMARCA: PORTO SEGURO
ORIGEM: PORTO SEGURO
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ALTINO LISBOA
APELANTE: ARINDA SILVA NOGUEIRA
APELANTE: NAILTON OLIVEIRA DE SOUZA
APELANTE: JOSE FERREIRA DOS SANTOS
APELANTE: GERALDO PEREIRA DOS SANTOS
APELANTE: FRANCISCO NOIA
APELANTE: ARLINDO PEREIRA DE OLIVEIRA
APELANTE: INOCENCIO CARDOSO DA SILVA
APELANTE: AMARANTE RODRIGUES ROSA
APELANTE: JOÃO LADISLAU DOS SANTOS
APELANTE: NARCISO DE SOUZA LIMA
APELANTE: JOSE CARDOSO PIRES
APELANTE: ANANIAS MOREIRA DE JESUS
APELANTE: MARIA DA PENHA HERMELI RODRIGUES
APELANTE: GERALDO ESTEVÃO DA SILVA
APELANTE: JOANA OLIVEIRA FERREIRA
APELANTE: LIBINITZ VIEIRA DA CUHA
APELANTE: ESPOLIO DE IDELSON DE ALMEIDA PASSOS, REP. POR ALIRIA JOSE DE SOUZA PASSOS
APELANTE: ESPOLIO DE IRACY RIBEIRO COSTA,REP. POR FRANCISCO NOIA
ADVOGADO: SILVA MOREIRA
ADVOGADO: VALDIVINO CLARINDO LIMA
ADVOGADO: SANDER WESLEY DE CERQUEIRA
ADVOGADO: MARIA JULIA PIEDADE SPALLA FERREIRA
APELADO: BRASIL HOLANDA DE INDUSTRIA S/A
ADVOGADO: BRUNO DE ALMEIDA MAIA
ADVOGADO: ANTONIO ROBERTO PRATES MAIA
ADVOGADO: ARY FONSECA BASTOS FILHO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

39 - 0009896-43.2009.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR

ORIGEM: SALVADOR
VARA: 30ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: CONSTRUTORA AKYO LTDA
ADVOGADO: MARIA AMELIA DE SALLES GARCEZ
ADVOGADO: DANILO MUNIZ DIAS LIMA
AGRAVADO: JOSE DE ALMEIDA RAMOS
AGRAVADO: ALDERIVA DE OLIVEIRA RAMOS
ADVOGADO: JOSE CARLOS TABOADA
ADVOGADO: DIOGENES DANIEL SOUZA DA SILVA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

40 - 0003397-05.2003.805.0113-0 - Apelação
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: ITABUNA
APELANTE: FRANCISCO REGO VIEIRA
ADVOGADO: JOSE RENAN OLIVEIRA MOREIRA
APELADO: LUCIDIO HIPOLITO BRAGA LIBORIO
ADVOGADO: ANTONIO ROBERTO DE O. CARVALHO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

41 - 0042038-73.2004.805.0001-2 - Embargos de Declaração
NO(A) 0042038-73.2004.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: JOSE RAIMUNDO MOREIRA DE SOUZA
EMBARGADO: MANOEL SANTANA DE AZEVEDO
EMBARGADO: CLEBER ALVES SANTANA
EMBARGADO: ANTONIO CARLOS DA CRUZ
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

42 - 0042038-73.2004.805.0001-3 - Embargos de Declaração
NO(A) 0042038-73.2004.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: JOSE RAIMUNDO MOREIRA DE SOUZA
EMBARGADO: MANOEL SANTANA DE AZEVEDO
EMBARGADO: CLEBER ALVES SANTANA
EMBARGADO: ANTONIO CARLOS DA CRUZ
EMBARGADO: GERSON LOPES CORREIA
EMBARGADO: CRISTIANO VIEIRA DA COSTA
EMBARGADO: JOSEVAL QUEIROS DA SILVA
EMBARGADO: JAILSON GUSMAO
ADVOGADO: FABIANO SAMARTIN FERNANDES
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

43 - 0001233-71.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 17ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

44 - 0192145-27.2007.805.0001-2 - Embargos de Declaração
NO(A) 0192145-27.2007.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: MARCIA SALES VIEIRA
EMBARGADO: PAULO CESAR MUNIZ

ADVOGADO: CARLA FERREIRA VIANA
ADVOGADO: ALINE MACEDO SANTOS
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

45 - 0192145-27.2007.805.0001-3 - Embargos de Declaração
NO(A) 0192145-27.2007.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: MARCIA SALES VIEIRA
EMBARGADO: PAULO CESAR MUNIZ
ADVOGADO: CARLA FERREIRA VIANA
ADVOGADO: ALINE MACEDO SANTOS
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

46 - 0010836-08.2009.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: CAMAÇARI
ORIGEM: CAMAÇARI
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: CARLOS CLEITON COVA MARTINS
ADVOGADO: RAFAEL NOGUEIRA CAMPELO DE MELO
AGRAVADO: MANOEL FERREIRA DE MOURA
ADVOGADO: CARLOS MAURICIO DE C VELLOSO
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS
REVISOR: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

47 - 0008266-11.2003.805.0113-0 - Apelação
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: ITABUNA
VARA: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ALBERICO CEZAR PITANGA
ADVOGADO: JORGE ALVES DE ALMEIDA
APELADO: COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: MILENA GILA FONTES
ADVOGADO: ERIKA BATISTA DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO: PAULO ABBEHUSEN JUNIOR
ADVOGADO: HELENA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS
ADVOGADO: MARCOS BASTOS RIBEIRO SANTOS
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

48 - 0010819-35.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 11ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: PAULO ABBEHUSEN JUNIOR
ADVOGADO: MILENA GILA FONTES
AGRAVADO: NEITANIA BRAGA DE ARAUJO LIMA
AGRAVADO: NEUZA MAIA
AGRAVADO: GREICE BRAGA DE ARAUJO LIMA, POR SI E REP. LETICIA CRISTINA ARAUJO MACHADO
ADVOGADO: ERIVALDO PEREIRA SILVA
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

49 - 0001207-73.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: PORTO SEGURO
ORIGEM: PORTO SEGURO
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

50 - 0011969-85.2009.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR

VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
ADVOGADO: ANA ELVIRA MORENO SANTOS NASCIMENTO
AGRAVADO: FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE SALVADOR
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

51 - 0008318-11.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: ITAPEBI
ORIGEM: ITAPEBI
VARA: VARA CÍVEL
AGRAVANTE: MUNICIPIO DE ITAPEBI
ADVOGADO: LUCIANO GENNER NOVATO PINTO
AGRAVADO: CAMARA DE VEREADORES DE ITAPEBI
ADVOGADO: ADELINO WALTER FERREIRA
ADVOGADO: LINDOLFO ANTONIO NASCIMENTO REBOUÇAS
ADVOGADO: PAULO DE TARSO SILVA SANTOS
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

52 - 0000308-75.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: CELSO LUIZ BRAGA DE CASTRO
AGRAVADO: ERIK PALACIO BOSON
AGRAVADO: JOAO SOARES VIANA NETO
AGRAVADO: RICARDO FERNANDES DE OLIVEIRA
AGRAVADO: YANE MARCELLE PEREIRA SILVA
AGRAVADO: NG KIN SUN
ADVOGADO: ERIK PALACIO BOSON
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

53 - 0000308-75.2010.805.0000-1 - Embargos de Declaração
NO(A) 0000308-75.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ERIK PALACIO BOSON
EMBARGANTE: JOAO SOARES VIANA NETO
EMBARGANTE: RICARDO FERNANDES DE OLIVEIRA
EMBARGANTE: YANE MARCELLE PEREIRA SILVA
EMBARGANTE: NG KIN SUN
ADVOGADO: ERIK PALACIO BOSON
EMBARGADO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: CELSO LUIZ BRAGA DE CASTRO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

54 - 0018837-86.2003.805.0001-1 - Embargos de Declaração
NO(A) 0018837-86.2003.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUCIANO CAMPOS DA SILVA
EMBARGADO: CORSA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

55 - 0141082-65.2004.805.0001-1 - Embargos de Declaração
NO(A) 0141082-65.2004.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: MUNICIPIO DO SALVADOR
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: LUCIANO CAMPOS DA SILVA
EMBARGADO: MANOEL LOPES DA SILVA
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

56 - 0000143-59.2003.805.0263-0 - Apelação
COMARCA: UBAÍRA
ORIGEM: UBAÍRA
VARA: VARA CÍVEL
INTERESSADO: EMBASA - EMPRESA BAHIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S/A
INTERESSADO: CARLOS ELIAS DOS SANTOS
ADVOGADO: GEOVANE DIAS ROCHA (BA-3720)
REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DE UBAIRA VARA CIVEL
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

57 - 0000314-71.2007.805.0264-0 - Apelação
COMARCA: UBAITABA
ORIGEM: UBAITABA
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: MARIANA ANDRADE BORGES
ADVOGADO: HARIANNA DOS SANTOS BARRETO
ADVOGADO: VOKTON JORGE RIBEIRO ALMEIDA
APELADO: JOSE CARLOS BOTELHO
ADVOGADO: ROGÉRIO LEITE BRANDÃO FERREIRA
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

58 - 0001518-90.2004.805.0124-0 - Apelação
COMARCA: ITAPARICA
ORIGEM: ITAPARICA
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: COELBA - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO: SANDRA BADARÓ SALLES DE MENDONÇA
ADVOGADO: MARCELO SALLES DE MENDONÇA
ADVOGADO: BRUNO NASCIMENTO DE MENDONÇA
ADVOGADO: EMANUELA CAMPOS MOTA
ADVOGADO: MARCOS SALLES DE MENDONÇA
ADVOGADO: JULIO CURSINO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO: RAFAEL FIUZA ALMEIDA
ADVOGADO: RAFAEL MARTINEZ VEIGA
ADVOGADO: JULIANA MOTA PIRES FERREIRA
ADVOGADO: EDSON ALVES BRAGA JUNIOR
APELADO: ANA MARIA DAS MERCES COELHO
ADVOGADO: ALICE DE ASSIS CAMPOS
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

59 - 0003059-35.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
AGRAVANTE: MARIA CELINA TORRES OLIVEIRA
ADVOGADO: PAULO ANDRÉ LOPES PONTES CALDAS
ADVOGADO: PEDRO NIZAN GURGEL DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ANGELA MASCARENHAS SANTOS
ADVOGADO: PEDRO CESAR SERAPHIM PITANGA
ADVOGADO: MARCOS OLIVEIRA GURGEL
ADVOGADO: MARCELO GOMES SOTTO MAIOR
ADVOGADO: RUI DE MACEDO CHAVES
AGRAVADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

60 - 0004247-63.2010.805.0000-0 - Habeas Corpus
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 13ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
IMPETRANTE: CLAUDIO SIMOES DURANDO BRAGA
PACIENTE: ALESSANDRO COSTA DOS ANJOS
ADVOGADO: CLÁUDIO SIMÕES DURANDO BRAGA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 13ª VARA FAMILIA, SUCES. ORF. INTERD. E AUSENTES.
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

61 - 0004835-08.1999.805.0113-0 - Apelação
COMARCA: ITABUNA
ORIGEM: ITABUNA
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ANTONIO ROBERTO TELES BOMFIM
ADVOGADO: DELCE SACRAMENTO BORGES
APELADO: BANEB-BANCO DO ESTADO DA BAHIA S/A
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

62 - 0008250-29.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: TAMARA OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADO: CÍCERO DIAS BARBOSA
ADVOGADO: CLÉCIO DA ROCHA REIS
APELADO: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

63 - 0010150-16.2009.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
ORIGEM: FEIRA DE SANTANA
VARA: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: GMAC - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DANTAS GOES MONTEIRO
AGRAVADO: MAIANA WANESSA RODRIGUES SANTOS
ADVOGADO: ELEOMAR MOREIRA DIAS BARBOSA
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

64 - 0006843-31.2005.805.0150-1 - Apelação
NO(A) 0006843-31.2005.805.0150-0 - Apelação
COMARCA: LAURO DE FREITAS
ORIGEM: LAURO DE FREITAS
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MARIA DE FATIMA COSTA MEDRADO
ADVOGADO: LUCIO FLAVIO ANDRADE LOPES
ADVOGADO: RICARDO LUIZ DE ALBUQUERQUE MEIRA
APELADO: JOSE DIAS DE MELO
APELADO: VALDELICE FREITAS DE MELLO
ADVOGADO: ANGELO RAMOS PEREIRA
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

65 - 0011245-40.2006.805.0274-0 - Reexame Necessário
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
ORIGEM: VITÓRIA DA CONQUISTA
VARA: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
ADVOGADO: GABRIELA SOARES CRUZES AGUIAR (BA-18908)
OUTROS: INTERESSADO - INSPETOR FAZENDARIO DA INSPETORIA DE FISCALIZACAO
OUTROS: INTERESSADO - RAFAEL SILVA SAMPAIO
OUTROS: REMETENTE - JUIZ DE DIREITO DE VITORIA DA CONQUISTA 1ª VARA DA FAZENDA PUBLICA
RELATOR:DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

66 - 0110598-67.2004.805.0001-2 - Agravo Regimental
NO(A) 0110598-67.2004.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
AGRAVANTE: PERFUMARIA E COSMETICOS LTDA
ADVOGADO: MARCELO NEESER NOGUEIRA REIS
ADVOGADO: IZAAK BRODER
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS NOGUEIRA REIS
ADVOGADO: SERGIO NEESER NOGUEIRA REIS
ADVOGADO: JOÃO ALBERTO PEREIRA LOPES JUNIOR
ADVOGADO: TÂNIA MARIA MOTTA NOGUEIRA REIS
ADVOGADO: MAURICIO SANTANA DE OLIVEIRA TORRES
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: SELMA REICHE BACELAR
RELATOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

67 - 0068670-97.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MARCELO FERREIRA LEMOS
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS SOUTO COSTA
APELADO: BANCO GMAC S/A
ADVOGADO: ALEXANDRE IVO PIRES
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

68 - 0095563-72.2001.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: CELSO COELHO JARDIM
APELANTE: TEREZA MIRANDA JARDIM
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO SOARES BORGES
APELADO: BANCO ITAU S/A
ADVOGADO: AIRTON DE SOUZA LIMA
RELTOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

69 - 0142051-41.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ED WILSON PIRES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FÁBIO TINEL PINHEIRO DE MATOS
APELADO: PORTOSEG S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: CARLOS MARCELO SOUTO DE ABREU
ADVOGADO: CAROLE CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO: UBALDO DE SOUZA SENNA NETO
RELTOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

70 - 0145070-21.2009.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO: LIA DIAS GREGORIO
ADVOGADO: FABIO MACEDO PIMENTEL
ADVOGADO: LUCAS NASCIMENTO EVANGELISTA
ADVOGADO: CELSO MARCON
ADVOGADO: ARISTON TELES DE CARVALHO NETO
APELADO: ISRAEL MELO MEIRELES
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

71 - 0017700-93.2008.805.0001-1 - Embargos de Declaração
NO(A) 0017700-93.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
EMBARGANTE: ANAILTON AUGUSTO DA SILVA
EMBARGANTE: JORGE LUIS AVILA DOS SANTOS
ADVOGADO: ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS
ADVOGADO: MARIA TEREZA COSTA DA ROCHA
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

72 - 0017700-93.2008.805.0001-2 - Embargos de Declaração
NO(A) 0017700-93.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
EMBARGANTE: ANAILTON AUGUSTO DA SILVA
EMBARGANTE: JORGE LUIS AVILA DOS SANTOS
EMBARGANTE: ANAILTON AUGUSTO DA SILVA
ADVOGADO: ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS

ADVOGADO: MARIA TEREZA COSTA DA ROCHA
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: NACHA GUERREIRO SOUZA AVENA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

73 - 0017700-93.2008.805.0001-3 - Embargos de Declaração
NO(A) 0017700-93.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ANAILTON AUGUSTO DA SILVA
EMBARGANTE: JORGE LUIS AVILA DOS SANTOS
ADVOGADO: ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS
ADVOGADO: MARIA TEREZA COSTA DA ROCHA
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
RELATOR: DES(A) PAULO ROBERTO BASTOS FURTADO
Substituído por: DES(A) GARDENIA PEREIRA DUARTE

74 - 0122001-91.2008.805.0001-0 - Apelação
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
APELADO: DAVI RICARDO DE SANTANA LUZ
APELADO: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA
APELADO: ANTONIO MARCOS GOMES DOS SANTOS
APELADO: RONDINELLI SILVA DAMASCENO
APELADO: ELIEL PEREIRA
APELADO: LUCIVAL MARQUES DA SILVA
APELADO: REINALDO OLIVEIRA DA SILVA
APELADO: JOSE AUGUSTO DO NASCIMENTO COSTA
APELADO: VERONICA MICHELLE MELO DOS SANTOS
APELADO: MARCOS VENICIUS SILVA NASCIMENTO
APELADO: AUGUSTO GONCALVES BRITO
APELADO: JOSENILTON SILVA DA CRUZ
APELADO: ANDRIO RAMOS SANTOS
APELADO: LAERCIO DA SILVA SANTANA
APELADO: RICARDO SILVA COSTA
APELADO: ENEILTON SILVA DOS SANTOS
APELADO: HENRIQUE DEOLINO ARAUJO DOS SANTOS
APELADO: LUIS MARIO SOARES DA SILVA
APELADO: LUCAS ARAUJO DOS REIS
ADVOGADO: ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS
PROCURADOR DO ESTADO: JOSE HOMERO SARAIVA CAMARA FILHO
RELATOR: DES(A) MARIA GERALDINA SÁ DE SOUZA GALVÃO
Substituído por: DES(A) HELOÍSA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
REVISOR: DES(A) JOSÉ OLEGARIO MONÇÃO CALDAS

75 - 0009025-76.2010.805.0000-1 - Agravo Regimental
NO(A) 0009025-76.2010.805.0000-0 - Agravo de Instrumento
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
ADVOGADO: ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA
ADVOGADO: CARLOS MARCELO SOUTO DE ABREU
AGRAVADO: TENNYSON CARVALHO DE SANTANA JUNIOR
RELATOR: DES(A) ANTONIO PESSOA CARDOSO

CELINA ABREU
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA CÍVEL

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0000527-54.2011.805.0000-0
AGRAVANTE: LETICIA ROSA OLIVEIRA CAMBUI
AGRAVANTE: PEDRO DE JESUS CAMBUI
ADVOGADO: ARNULFO PIEROTE SILVA
ADVOGADO: MONA LISA MACHADO TRINDADE
AGRAVADO: JOSE ALBERTO SCALON
AGRAVADO: JUAREZ DE SOUZA MESQUITA
AGRAVADO: JACIMA DE SOUZA MESQUITA LIMA
AGRAVADO: DERALDO DE SOUZA MESQUITA JUNIOR
AGRAVADO: WAGNER SABBAG MESQUITA
AGRAVADO: MARIZA ARMINDA MESQUITA
AGRAVADO: KLEBER JOSE MESQUITA
AGRAVADO: JOAO DOMINGOS SCALON
AGRAVADO: STEFANIA MARTINS DA CONCEIÇÃO SCALON
AGRAVADO: ADROALDO ANTONIO MESQUITA
AGRAVADO: MARIA LYGIA DE OLIVEIRA CAMPOS MESQUITA
AGRAVADO: VERA LUCIA MEDALHA MESQUITA
AGRAVADO: SONIA MARIA MESQUITA DE MELLO FREITAS
AGRAVADO: PEDRO EUGENIO DE MELLO FREITAS
ADVOGADO: ELIZANGERA REGO NASCIMENTO
ADVOGADO: EZEQUIEL JOSE DO NASCIMENTO
ADVOGADO: EDUARDO JOSE DO NASCIMENTO
ADVOGADO: ANA PAULA DO NASCIMENTO VITTORETTI MADIA
ADVOGADO: MAURÍCIO DURVAL RIBEIRO FERREIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO PESSOA CARDOSO

D E C I S Ã O

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão de fls. 22/23 que, em Embargos de Terceiros, deferiu parte do pedido inicial, para determinar a restituição do imóvel mencionado no item 6, pela área originalmente prevista na matrícula do imóvel (seis hectares).
Entendo relevantes os argumentos dos recorrentes, uma vez que a situação fática não permite a constatação imediada da verossimilhança das alegações a amparar pedido de restituição do bem, feito em ação de inventário, sendo necessário, para tanto, maior analise dos fatos, com produção de farta prova documental para esclarecimento de aspectos em sua maioria intrínsecos ao caso em si. Na hipótese fática, tal decisão aparenta ser ainda mais equivocada quando evidenciada a posse mansa, pacífica e sem oposição dos agravados sobre a propriedade disputada. Além disso, a documentação acostada aos autos e testemunhos, revelam, a principio, a regularidade da posse e propriedade do imóvel pelos recorrentes. Como se não bastasse, o meio para obtenção do mandado de reintegração do imóvel em questão deixa margem a certos questionamentos, uma vez que sua expedição se deu em sede de ação de Inventário.
Os pressupostos legais que autorizam a concessão do efeito suspensivo se apresentam, assim, favoráveis aos agravantes, o que implica necessariamente no deferimento do pedido formulado na inicial do recurso.
Oficie-se ao juiz da causa, que poderá prestar informações, caso entenda necessárias.
Intime-se as partes interessadas, para apresentar contrarrazões.
Publique-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

4ª CÂMARA CÍVEL
Agravo de Instrumento Nº: 0000041-69.2011.805.0000-0
AGRAVANTE: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: HORACIO ROQUE BRANDAO
AGRAVADO: GH COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ADVOGADO: BRUNO MATOS PITHON
ADVOGADO: DALVIO JOSE DE ALMEIDA JORGE
ADVOGADO: SAMUEL PEREIRA DE MATTOS
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO PESSOA CARDOSO

D E C I S Ã O

PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA interpôs o presente agravo contra decisão de fls. 345/346, proferida pelo Juízo da 15ª Vara dos Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador que, nos autos da Ação de Execução de Sentença, acolheu as razões da execução e rejeitou a Impugnação à Execução apresentada pelo agravante, determinando a expedição de alvará para levantamento de valor penhorado após efetivação de caução real pelo exequente.
Em averiguação mais detalhada dos pressupostos de admissibilidade, observa-se que a agravante recorreu no dia 07/01/2011 (fls. 02) contra os termos da decisão de fls. 345/346, disponibilizados no Diário Eletrônio da Justiça no dia 29/11/2010. A

publicação considerada no dia 30/11/2010, tem como termo inicial para contagem do prazo para apresentação do recurso o dia 01/12/2010 e termo final o dia 10/12/2010. Em assim sendo, o presente agravo revela-se claramente intempestivo.
Diante de tais circunstâncias, não possui condições de prosperar o recurso porque manifestamente inadmissível.
Nego, pois, seguimento ao Instrumento, com espeque no art. 557, caput, do CPC.
Em razão disso, condeno a recorrente ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor corrigido da causa, na forma do parágrafo 2º, art. 557, do CPC.
Publique-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

QUARTA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0009137-79.2009.805.0000-0
AGRAVANTE : MARY NASCIMENTO SILVA
ADVOGADO : EDUARDO GONÇALVES DE AMORIM
AGRAVADO : BANCO FINASA S/A
RELATORA : DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

D E S P A C H O

Compulsando os autos, constatei que a intimação do agravado foi devolvida pelo correio sem o devido cumprimento, informando que o mesmo mudou-se.
Assim sendo, determino a expedição de nova intimação ao agravado, através Oficial de Justiça, nos parâmetros estabelecidos na interlocutória proferida, com a urgência que o caso requer.
Após, voltem-se os autos conclusos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
RELATORA

QUARTA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010982-20.2007.805.0000-0
AGRAVANTE : CLINICA SANTA HELENA S/C LTDA
ADVOGADO : JOAQUIM PINTO LAPA NETO E OUTROS
AGRAVADO : PRIMA FACTORING E OUTRO
RELATORA : DESA. CYNTHIA MARIA PINA RSENDE

D E S P A C H O

A Secretaria da Quarta Câmara Cível, às fls. 60, certifica a não localização do AR referente a intimação do agravado PRIMA FACTORING.
Inexistindo nos autos, até a presente data, comprovação da intimação do 1º agravado, referente a decisão proferida às fls; 44/46, determino a expedição de nova intimação ao agravado Prima Factoring, nos moldes assentados na r. decisão supra citada.
Após o que, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.
Cumpra-se.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
QUARTA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO Nº 0000805-10.1999.805.0054-0
APELANTE : JOANA FRANCISCA DE CARVALHO
ADVOGADO : OAB/BA 2.327 - RUY CONCEIÇAÕ PEDREIRA
APELADO : JOÃO PIRES DE CARVALHO
ADVOGADO : OAB/BA 7.092 - JUVENAL MUNIZ BARRETO FILHO
RELATORA : DESa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

DESPACHO

Cumpra-se o quanto determinado às fls. 170.

Publique-se.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

DESa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
QUARTA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003355-48.1996.805.0000-0
AGRAVANTE: FABIO NOVAES TEIXEIRA SOARES
ADVOGADO : OAB/BA 3.664 - MARIA D'AJUDA MUNIZ PIRES DE SOUZA
AGRAVADO : TEREZA MARIA ARIZE SOARES
ADVOGADO : OAB/BA 6.604 - LUIZ ALBERTO DOURADO DE CARVALHO
RELATORA : DESa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

DESPACHO

Tendo sido interposto o presente agravo em 12/11/96, e diante do longo prazo decorrido entre o último despacho (16/09/97) e a redistribuição do processo (16/12/10), sem qualquer movimentação em todo este período, intime-se o Agravante para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, sobre o interesse em prosseguir com a peça recursal, sob pena de arquivamento.

Publique-se.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

DESa. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
QUARTA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0015444-15.2010.805.0000-0 DE ALAGOINHAS
AGRAVANTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS: MILENA GILA FONTES E OUTROS
AGRAVADO : ANTONIO MARCOS FERREIRA GONÇALVES
ADVOGADO : BENJAMIM MORAES DO CARMO
RELATORA: DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

D E C I S Ã O

A Caixa Seguradora S/A interpôs o presente agravo de instrumento para adversar interlocutória proferida pelo M.M. Juiz de Direito da 2ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo Cíveis e Comerciais da Comarca de Alagoinhas que, nos autos do Procedimento Ordinário nº 0005791-11.2009.805.0004 deferiu o pleito intróito para conceder a medida liminar, a fim de determinar ao réu, que excluísse o nome do autor de qualquer cadastro de proteção ao crédito, no prazo de cinco dias a partir da intimação.

Aduziu, preliminarmente, a ilegitimidade da empresa ré, tendo em vista que não foi a agravante quem inscreveu os dados do agravado nos serviços de proteção ao crédito e é sabido que qualquer ato realizado administrativamente por uma entidade empresarial apenas pode ser desfeito pela própria e nunca por terceiro, a menos que advenha de ordem judicial.

Sinalizou, assim, a necessidade de concessão do efeito suspensivo ativo à decisão de primeiro grau, tendo em vista a impossibilidade jurídica de cumprimento da mesma e a fundamentação do presente recurso.

No mais, em seu longo arrazoado, abordaram questões meritórias, objeto de enfrentamento pelo M.M. a quo em juízo de cognição exauriente.

Concluíram sua narrativa pugnando a impressão de efeito suspensivo ao presente recurso, a fim de que sejam obstados os efeitos da interlocutória invectivada.

Eis, em epítome , o relato. Decido.

No caso vertente, ressumem dos autos, exaustivamente compulsados, elementos fáticos e documentais que demonstram que as questões suscitadas em sede de agravo, por se encontrarem imbricadas com o mérito da própria impetração, não comportam apreciação nesta via estreita, sob pena de supressão de instância, devendo o julgador se fixar nos estreitos limites da decisão interlocutória recorrida.

Neste sentido:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - MATÉRIA NÃO EXAMINADA NA PRIMEIRA INSTÂNCIA - INEXISTÊNCIA DE DECISÃO A RESPEITO DA CONTROVÉRSIA - RECURSO NÃO CONHECIDO - 'Ressalvadas as matérias conhecíveis de ofício, o Tribunal, em sede recursal, somente pode se manifestar sobre a matéria que foi decidida na instância a quo, sob pena de supressão de um nível de jurisdição' (ACMS nº 96.002021-4, Des. Trindade dos Santos). (TJSC - AI 97.003 930-1 - 2ª C.C. - Rel. Des. Newton Trisotto - J. 21.08.1997)".

Assim, é inconteste que a preliminar ventilada deve ser suscitada e analisada no Juízo de base.

Ademais, entendo que a agravante faz parte da caixa Econômica Federal podendo cumprir perfeitamente o determinado pelo magistrado de piso.

A presente celeuma recursal cinge-se apenas aos aspectos pertinentes a lesividade que a interlocutória poderá ou não acarretar à órbita jurídica do agravante.

O professor Humberto Theodoro Júnior assevera que:

"Os requisitos para alcançar-se uma providência de natureza cautelar são, basicamente, dois:
I - Um dano potencial, um risco que corre o processo principal de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do periculum in mora, risco esse que deve ser objetivamente apurável;
II - A plausibilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança, ou seja, o fumus boni iuris" (Curso de Direito Processual Civil, 33ª edição, Forense, 2002, vol. 2, p. 343).

Recomenda-se, assim, prudência ao julgador na apreciação das tutelas de urgência, que não devem ser concedidas de forma desmedida, com base em meras alegações ou documentos unilaterais. Não se concluindo, ainda que minimamente, pela fumaça do bom direito, não deve essa ser deferida, mormente se evidenciado evidente perigo de dano inverso.

É a lição de Reis Friede que:

"Mas ao lado da aparência do bom direito do requerente, deve necessariamente alinhar-se, como já por diversas vezes advertimos não só a existência do periculum in mora, como ainda a certeza da não-produção do periculum in mora inverso e a própria relevância dos fundamentos do pedido do autor encaminhados ao juiz".

Entretanto, é certo que é indevida a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, quando a dívida está sendo discutida em juízo e, havendo fundado motivo, pode ser suspenso o protesto do título exigido, enquanto se discute judicialmente o valor realmente devido.

Neste sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MATÉRIA DO CONTRATO SUB JUDICE - INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SUSTAÇÃO DOS PROTESTOS - TUTELA ANTECIPADA. É indevida a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, quando a dívida está sendo discutida em juízo. Havendo fundado motivo pode ser suspenso o protesto do título exigido, enquanto se discute judicialmente o valor realmente devido.
AGRAVO DE INSTRUMENTO N° 1.0344.09.048430-6/001 - COMARCA DE ITURAMA - AGRAVANTE(S): HSBC BANK S.A. - BANCO MÚLTIPLO - AGRAVADO(A)(S): LUIZ ANTÔNIO VALENÇA PINTO E OUTRO(A)(S) - RELATORA: EXMª. SRª. DESª. HILDA TEIXEIRA DA COSTA Data do Julgamento: 25/06/2009 Data da Publicação: 14/07/2009

"EMENTA: AGRAVO - REVISÃO CONTRATUAL - SERASA E SPC - PEDIDO LIMINAR - CABIMENTO
Faz jus o agravante ao benefício da antecipação de tutela, uma vez que se encontra em juízo a discussão sobre a legalidade de cláusulas contratuais, e até o desenlace da demanda, é salutar que não se permita a inclusão do nome do recorrente nos órgãos de proteção ao crédito, vale dizer, SPC e Serasa". (TAMG., Ag. Inst. 424.758-1, Rel. Juiz Saldanha da Fonseca, j. 24.09.03).

Caracterizado o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, pelos efeitos negativos do registro em bancos de dados e demonstrada à verossimilhança, com a inserção do nome do agravado durante a discussão do débito em juízo, fez-se necessária a concessão da tutela antecipada pretendida para que a parte agravante se abstenha de incluir o nome e CPF do agravado nos cadastros de inadimplentes ou os retire, caso já os tenha incluído.

O registro em bancos de dados restritivos, como cediço, impede o devedor de obter empréstimos ou efetuar qualquer tipo de comra que não mediante pagamento em espécie, causando-lhe inúmeros transtornos.

No presente caso, insta salientar que não há perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, visto que comprovado, após o trânsito em julgado da ação originária, que o agravado é, efetivamente, devedor, o seu nome poderá ser, novamente, inscrito no cadastro de inadimplentes.

Em relação a sustação do protesto, corroboro com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"Tutela antecipada. SPC. Serasa. Contratos de dívida sub judice. Estando sub judice a matéria relacionada com os contratos e títulos da dívida, cabe deferir o pedido de sustação dos efeitos dos registros e protestos feitos contra os devedores com base naqueles contratos. Recurso conhecido em parte e provido" (REsp nº 213.580-RJ, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ de 22/11/1999).

E, analisando atentamente as razões invocadas pela agravante para a reforma da decisão, percebo que não restaram configurados em favor da parte os requisitos imprescindíveis para o recebimento do agravo em seu efeito suspensivo.

Ante o exposto, tendo em vista a ausência dos requisitos necessários à sustação da decisão vergastada, nos moldes do artigo 527, II, Código de Ritos, converto o presente Agravo em retido, determinando a remessa dos autos ao juízo de origem, para que sejam apensados aos autos originários.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
QUARTA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0134746-74.2006.805.0001-1 NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0134746-74.2006.805.0001-0
EMBARGANTE : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : ELIANE ANDRADE LEITE RODRIGUES
EMBARGADO : OSVALDO GOMES DASILVA E OUTROS
ADVOGADO : IZABEL BATISTA URPIA
RELATORA : DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

D E S P A C H O

Devido ao caráter infringente imprimido aos Embargos de Declaração, dê-se vistas ao Embargado, na forma do art. 531, do Código de Processo Civil.

Publique-se.
Cumpra-se.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
RELATORA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
QUARTA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0016191-62.2010.805.0000-0
AGRAVANTE : QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A
ADVOGADO : MAGIDE JARALLAH DRACOULAKIS NUNES E OUTROS
AGRAVADO : GUILHERME AUGUSTO GUERREIRO MACEDO
ADVOGADO : ANA VIRGÍNIA DA SILVA GUERREIRO
RELATORA : DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE

D E C I S Ã O

QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A interpôs o presente agravo de instrumento, com pleito de suspensividade, contra decisão interlocutória proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 8ª Vara dos Feitos de Relação de Consumo, Cíveis

e Comerciais da Comarca de Salvador que, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer, deferiu pleito liminar para determinar a imediata inclusão do agravado Guilherme Augusto Guerreiro Macedo, na qualidade de participante, em um dos planos sucessores da OAB/SALUS, sob pena de incidir em multa diária no valor de R$ 50,00(cinquenta reais), determinando ainda a manutenção das condições contratadas, bem como cumpridas todas as carências nos termos do plano anteriormente existente.
Aduz que o agravado era beneficiário do Plano de Assistência à Saúde oferecido pela CAAB - Caixa de Assistência aos Advogados da Bahia ( OAB-Salus), posto que sua genitora é advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Bahia, e que a fim de viabilizar a migração dos beneficiários do OAB- Salus para o Plano de Assistência á Saúde Promédica Proteção Médica à Empresas S/A ou para a Apólice de Seguro Saúde, Coletiva por Adesão, estipulada com a Sul América Seguro de Saúde S/A, destinada exclusivamente à Advogados e estagiários inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Bahia, expediu comunicado dando-lhe conta de que, em razão de dificuldades financeiras, o referido plano seria extinto.
Cita a Resolução Normativa da ANS, CONSU nº 195 e 196, bem como entendimentos doutrinários em socorro da sua tese, ao tempo em que pugna pela impressão de efeito suspensivo ao presente recurso, e, no mérito, cassada a interlocutória, ora objetada.

É, pela via estreita, o escorço dos autos.

Conheço da presente irresignação, posto que presentes os pressupostos de admissibilidade.
É consabido que, ninguém, a não ser o Juiz que preside o processo é quem melhor poderá aferir o momento processual exato para o acolhimento do pleito liminar em matéria de Ação Ordinária, não cabendo a superior instância usurpar as atribuições jurisdicionais do Douto a quo para deferir pedido liminar de sustação dos efeitos da interlocutória que antecipou a tutela de urgência, máxime quando o Juízo Primevo, diante das circunstâncias do caso concreto, houver vislumbrado a existência dos requisitos autorizadores da concessão da medida, inclusive, no que pertine a probabilidade de ocorrência de grave violação do interesse público.
A tutela jurisdicional de urgência de natureza antecipatória destina-se a acelerar a produção de efeitos práticos do provimento, ainda que em caráter provisório, para abrandar o dano causado pela demora do processo.
Por outro lado, a sua admissibilidade está condicionada a inequívoca verossimilhança, ou seja, elementos probatórios suficientemente fortes para a formação da convicção pelo julgador à respeito da existência do direito afirmado pela parte autora e de prova inequívoca apresentada.
Como não se trata o instituto da tutela antecipada de medida cautelar concedida diante de regras e princípios disciplinadores dessa espécie no ordenamento processual vigente, mas, tratando-se, como se trata, de prestação jurisdicional cognitiva, consistente na outorga adiantada da proteção que se busca no processo de conhecimento, a qual, verificados os pressupostos da lei, é anteposta ao momento procedimental próprio, penso que, no caso presente, o Douto a quo vislumbrou a existência de elementos capazes de autorizar a concessão da tutela pleiteada, já que a tutela antecipada dos efeitos da sentença de mérito, não é tutela cautelar, porque não se limita a assegurar o resultado prático do processo, nem tampouco garantir a viabilidade da realização do direito afirmado pelo autor, mas tem por objetivo conceder, de forma antecipada, o próprio provimento jurisdicional pleiteado ou seus efeitos práticos.
Ademais a interferência do Órgão ad quem, nesta fase processual vergastaria o princípio do juiz natural, bem como configuraria odiosa e inadmissível supressão de instância, prática veementemente repudiada por nossa sistemática processual, eis que implicaria numa indevida incursão no direito de fundo.
Ademais, deferir um pleito liminar de natureza antecipatória, nesta fase processual, quando evidentes os pressupostos autorizadores do seu acolhimento, não traduz conduta ensejadora de dano grave e de difícil reparação na órbita patrimonial do agravante, até mesmo porque em se tratando de provimento jurisdicional de urgência de natureza precária, poderá ser revogado, a qualquer tempo, pelo Juiz da causa, quando verificar a insubsistência das circunstâncias fáticas que autorizaram a sua concessão.
Destarte, o fundamento do pedido não se me afigura relevante, e dos autos exsurge a incerteza de que é iminente o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, nesta fase processual de inequívoca reversibilidade, pois, enquanto não prolatada a sentença de mérito, poderá o julgador, a qualquer tempo, renovar as razões de sua certeza.
Isto posto, não vislumbro a suscetibilidade de dano grave e de difícil reparação, nesta fase prematura do processo, que a interlocutória invectivada possa acarretar ao direito do Agravante, bem como não ressume dos autos a possibilidade de dano iminente capaz de justificar o processamento do recurso sob a forma instrumental, razão pala qual converto-o em retido, e assim o faço com espeque jurídico no art. 527 , inciso II do CPC, devendo os presentes autos serem remetidos ao Juízo de origem e apensados aos autos da ação possessória, no qual fora proferida a decisão, ora objurgada.
Publique-se.
Cumpra-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
RELATORA

## *QUINTA CÂMARA CÍVEL*

QUINTA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000614-43.2000.805.0146-0 - JUAZEIRO
APELANTE: LOJAS ARAPUÃ S/A.
ADVOGADA: ANA MARIA MARCONDES CÉSAR
APELADO: LUIZ AUGUSTO AGUIAR DA SILVA
ADVOGADO: EURIDICE DE CARVALHO MELO PITA
RELATOR: EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

D E C I S Ã O

Não se conformando com a sentença de fls. 59/67, que acatou o pedido e a condenou no pagamento de R$ 5.000,00, a título de danos morais, Lojas Arapuã S/A. interpôs o apelo de fls. 69/79, pugnando pela reforma do julgado com o conseqüente afastamento do pleito indenizatório.
O recurso, em virtude de sua intempestividade, não merece seguimento.
Efetivamente, a teor da fl. 68, evidenciadora da intimação da sentença aos litigantes, o prazo recursal começou a fluir no dia 04/08/2009, vindo a findar-se no dia 18/08/2009, sendo que este recurso, como mostra a fl. 69, só foi interposto no dia 21/08/2009, fora, portanto, do prazo legal para tanto.
Ante o exposto, por ser o apelo intempestivo, com base no art. 557 do C.P.C., NEGO-LHE SEGUIMENTO.
Publique-se. Intime-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
RELATOR

ODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
QUINTA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0050637-25.2009.805.0001-0
APELANTE: GILVAN SILVA DOS SANTOS
ADVOGADOS: MATHEUS DE MACEDO NUN'ALVARES
APELADO: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADOS: LUCIANA MASCARENHAS NUNES e outros
RELATOR: DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

DECISÃO

A presente Apelação Cível (fls. 18/21) foi interposta por GILVAN SILVA DOS SANTOS contra a Sentença (fls. 14/17) prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara dos Feitos relativos às Relações de Consumo, Cível e Comercial da Comarca do Salvador que, nos autos da Ação de Revisão de Contrato nº 0050637-25.2009.805.0001, por si ajuizada contra o DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - ora apelado - julgou improcedente prima facie o pedido, com supedâneo no art. 285-A do CPC, ao fundamento de que inexiste abusividade nas cláusulas contratuais.
Em suas razões recursais, o recorrente alegou (a) a abusividade das taxas de juros contratuais, porque, nos termos do art. 4º da Lei 1.521/51 não pode exceder a 20% (vinte por cento) do valor financiado; (b) a existência de onerosidade excessiva; (c) a ilegalidade da capitalização dos juros; (d) ilegalidade da correção monetária e de cumulada cobrança de comissão de permanência e correção monetária.
Apoiado em tais razões, requereu o provimento deste Apelo para reformar a decisão de 1º grau.
Em contrarrazões de fls. 33/41, o apelado, por sua vez, refutou todos os argumentos do recorrente, pugnando pela manutenção integral da Sentença.
Da análise dos autos, verifica-se que a Sentença hostilizada contem nulidade insanável que a vulnera absolutamente. Isto porque a utilização do regramento do art. 285-A do CPC exige o cumprimento de requisitos que afetam a validade do ato judicial e que culminam na nulidade absoluta do referido ato se não observados.
Eis o teor do caput do citado artigo: "Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada" (negritou-se).
Tal artigo trata daquilo que se convencionou designar de "julgamento de processos repetitivos", em que se conferiu ao juiz autorização para julgar improcedente prima facie (portanto, resolvendo o mérito) o pedido do autor, mediante a simples leitura da petição inicial e antes mesmo de citar a parte ré, desde que já tenha julgado anteriormente e no mesmo sentido "casos idênticos".
É facilmente percebida a importância dos precedentes judiciais que servirão de paradigma e modelo para processos futuros em que se discutam as mesmas "teses jurídicas" enfrentadas nas ações anteriormente julgadas de forma idêntica.
Alguns requisitos despontam, portanto, como necessários para que se tenha a aplicação do julgamento de mérito lastreado em "casos repetitivos".

O primeiro requisito é que a matéria alegada na petição inicial seja unicamente de direito. Como enfatiza Fredie Didier Jr. (in Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento, vol. 1, Editora Juspodivm, 7ª edição, 2007, p.420), "trata-se de causa cuja matéria fática possa ser comprovada pela prova documental. É hipótese excepcional de julgamento antecipado da lide (art. 330, CPC), que passa a ser autorizado, também, antes da citação do réu, se a conclusão do magistrado é pela improcedência".

Os professores Luiz Guilherme Marinoni e Sérgio Cruz Arenhart (in Curso de Processo Civil: processo de conhecimento, vol. 2, Editora RT, 6ª edição, 2007, pp. 98/99) lembram que a aplicação deste artigo "somente é possível quando a matéria controvertida for unicamente de direito. Isto porque, envolvendo questão de fato, as particularidades do caso concreto poderão impor soluções diferentes, de modo que a conclusão lançada em um processo pode não servir para o outro".

Pela análise deste primeiro requisito, constata-se que a Sentença hostilizada, no que tange à comissão de permanência e sua cumulação com juros de mora ou outro fator de correção imputou a improcedência da ação como consequência do descumprimento pelo autor do ônus de colacionar aos autos a cópia do contrato firmado entre as partes já que assim concluiu, in verbis: "há possibilidade de o credor exigir a comissão de permanência (em caso de inadimplência), desde que não seja cumulada com juros de mora nem com outro fator de correção, não tendo sido demonstrado este bis in idem" (fls. 43) (negritou-se).

Ora, numa relação jurídica consumerista é fato notório que muitas Instituições Financeiras não encaminham a cópia do contrato devidamente assinado aos consumidores. Assim, quem tem o ônus de trazer aos autos tal cópia é a Instituição e não o consumidor, sob pena de a solução da causa fixar qual o instituto jurídico que incidirá na hipótese de inadimplência contratual, se a comissão de permanência, se os juros de mora, se a correção monetária, ou se outro fator.

Ou seja, se no contrato houver a estipulação cumulada de índices (comissão de permanência e juros de mora ou correção monetária) em total dissonância com os precedentes insculpidos nas Súmulas 30 e 296 do STJ, ficará o consumidor indubitavelmente penalizado por não ter trazido aos autos a cópia do contrato diante de equivocada inversão do ônus contra o consumidor.

Lembre-se, v.g., que se ele fosse o responsável pela juntada de tal documento, a ação deveria ser extinta sem a resolução do mérito por ausência de documento indispensável, não podendo o mérito ser enfrentado.

Não se pode olvidar que esta Sentença produz coisa julgada material, impedindo a repropositura da ação. Então pergunta-se: no caso de o contrato firmado entre as parte autorizar a cumulação da comissão de permanência com juros de mora, v.g., é o consumidor quem deve suportar o ônus de não colacionar o contrato aos autos, mesmo sendo fato incontroverso tratar-se de contrato de adesão pré-estabelecido unilateralmente pela Instituição Financeira? A resposta é evidentemente negativa, razão pela qual a Sentença hostilizada é nula neste particular por não preencher o primeiro requisito de validade insculpido no art. 285-A, caput, do CPC, já que a resolução da questão dependia de produção de prova documental.

Todo o raciocínio acima desenvolvido deve ser aplicado à solução dada pelo Magistrado no que tange à prática de anatocismo, porque foi registrado na Sentença que "a capitalização dos juros, inclusive, é permitida se contratualmente prevista" (fls. 43). Aqui também o consumidor suportou indevido ônus de não colacionar o contrato aos autos. Quem tem o ônus de trazer aos autos tal cópia é a Instituição e não o consumidor, sob pena de a solução da causa fixar que os juros devem ser aplicados de forma simples e não capitalizada.

Acrescenta-se quanto à capitalização dos juros que este Tribunal de Justiça da Bahia já decidiu, por outro lado, que "a capitalização dos juros, ainda que convencionada, não pode ser tolerada, porque cria desvantagens excessivas para o consumidor, sendo nula a clausula que a prevê, porque iníqua e abusiva perante o CDC. A súmula 121 do Supremo Tribunal Federal expressamente a proíbe: 'é vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada'". (TJBA - Apelação Cível nº 9091-6/2001, 2ª Câmara Cível, Rel. Juiz Convocado Jatahy Fonseca Júnior, julgada em 05/05/2009); No mesmo sentido, dentre outros: TJBA - Apelação Cível nº 28316-0/2006, 2ª Câmara Cível, Rel. Juiz Convocado Jatahy Fonseca Júnior, julgada em 05/05/2009; TJBA - Apelação Cível nº 43978-6/2008, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Roberto Gonçalves, julgada em 20/01/2009; TJBA - Apelação Cível nº 64545-6/2008, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Roberto Gonçalves, julgada em 10/02/2009.

À evidência está demonstrada a primeira mácula da Sentença hostilizada.

O segundo requisito é a exigência de que a "tese jurídica" ventilada na ação em curso tenha sido exatamente a mesma de outra ação em que se tenha julgado improcedente o pedido.

O que se exige é que os "casos" sejam idênticos. E que sejam idênticos quanto ao direito, pois os fatos, em tal situação, não influenciarão o julgamento final, posto que irrelevantes para a convicção do julgador. Em outras palavras: ainda que os fatos tenham ocorrido da forma narrada pelo autor, o convencimento do juiz já estará devidamente formado quanto às "consequências jurídicas" dos mesmos.

É preciso pormenorizar os casos utilizados como precedentes, não bastando afirmar que eles existem. Como lembra Jean Carlos Dias, citado por Fredie Didier Jr. (in Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento, vol. 1, Editora Juspodivm, 7ª edição, 2007, p.421), "o dispositivo não autoriza a simples juntada de uma cópia da sentença-tipo, ou seja uma cópia reprográfica da sentença já proferida, mas sim que seu teor, seu conteúdo, seja reaproveitado para solucionar a nova demanda". É preciso demonstrar que a ratio decidendi das sentenças-paradigmas sirvam à solução do caso em concreto posto em julgamento.

A repetição dos paradigmas no bojo da própria Sentença, indicando o caso e a solução, além de se reproduzir o teor daquelas Sentenças antes prolatadas é indispensável para a validade do novo decisum.

O autor, em eventual Recurso de Apelação, tem o direito de argumentar que o seu caso concreto não se amolde nas decisões tomadas como parâmetros, mas para isso precisa que tais precedentes estejam minuciosamente registrados na Sentença hostilizada.

Ora, em decorrência da força conferida aos precedentes, é indispensável que eles estejam consignados na própria Sentença de improcedência prima facie, sob pena de nulidade absoluta.

O douto Magistrado afirmou que "os presentes autos se enquadram perfeitamente na hipótese aqui esquadrinhada, sendo o

convencimento deste julgador em casos que tais pela improcedência da pretensão da parte autora" (fls. 41). Furtou-se, contudo, de apontar os paradigmas descrevendo o caso e a solução, além de reproduzir o teor daquelas Sentenças antes prolatadas. Da leitura da Sentença hostilizada, não se pode extrair quais foram os casos precedentes que serviram de modelo para a sua prolação.
À evidência está demonstrada a segunda mácula da Sentença hostilizada, pois os precedentes não foram consignados no decisum ora analisado.
Como terceiro requisito necessário para que se possa aplicar a regra do art. 285-A está a necessidade de que não apenas um, mas pelo menos dois "casos idênticos" tenham sido julgados anteriormente, sendo certo que tais processos servirão como paradigma para a ação que será julgada a posteriori.
Este requisito é um corolário lógico da expressão "outros casos idênticos" na redação do estudado artigo e seu cumprimento está intrinsecamente ligado ao cumprimento do requisito antecedente que, na hipótese vertente não foi observado no momento da prolação da Sentença.
O quarto requisito que apenas será registrado aqui obter dictum: a Sentença do julgador, para permitir a extinção liminar com julgamento do mérito, precisará ser de improcedência e jamais de procedência. E tal improcedência precisa ser total, de modo que a eventual improcedência parcial não permite a solução da ação sem que se tenha a citação do réu. E isso se dá por uma razão muito simples: a "improcedência parcial" significa, em verdade, a "procedência parcial", o que, para acontecer, exige, por evidente, tenha o réu sido citado para apresentar a sua resposta ao pedido autoral.
Ressalte-se ademais que os julgamentos paradigmas não necessariamente precisam ter sido de improcedência absoluta. O que importa é que a parte deles que eventualmente tenha julgado improcedente o pedido seja o único ponto agora discutido na ação posta para julgamento.
Por tudo o quanto exposto, vislumbro que o douto Juiz de 1º grau, ao prolatar a Sentença de improcedência prima facie ora hostilizada, não obedeceu aos requisitos de validade indispensáveis insculpidos no art. 285-A do CPC, razão pela qual fica evidenciada a nulidade absoluta do referido ato judicial.
Em sendo assim, decreto, de ofício, a nulidade da Sentença hostilizada, devolvendo os autos ao juízo de origem para o prosseguimento da ação originária, seja com a prolação de nova Sentença, desde que obedecidos os requisitos do art. 285-A do CPC, seja para intimar o réu para responder a demanda, sob as penalidades da lei, com o seguimento normal do processo.
Publique-se para efeitos de intimação.
Salvador, 10 de janeiro de 2011.

José Cícero Landin Neto
Desembargador Relator

ODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
QUINTA CÂMARA CÍVEL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
QUINTA CÂMARA CÍVEL
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000243-46.2011.805.0000-0
AGRAVANTE: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS: PATRÍCIA SOUTO VIANA
AGRAVADO: ALEX MELO DE ANDRADE
ADVOGADO: EPIFÂNIO DIAS FILHO
RELATOR: DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

DECISÃO

O presente Agravo de Instrumento foi interposto por BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO contra decisão do MM. Juiz de Direito da 30ª Vara dos Feitos relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comercias da Comarca de Salvador que, nos autos da Ação de Revisão Contratual nº 00123197-96.2008.0001, ajuizada por ALEX MELO DE ANDRADE, ora agravado,deferiu parcialmente a antecipação de tutela pleiteada, determinando que: "ao Réu que se abstenha de protestar os títulos vinculados ao contrato em debate e de lançar o nome da parte autora nos cadastros restritivos de crédito, SPC e SERASA e outros, por conta da dívida em discussão, ou, se já efetivado o registro, proceda à exclusão no prazo de 24 horas, ficando a mesma mantida na posse do bem em questão, enquanto pendente a lide, condicionada a eficácia desta decisão ao depósito, em juízo, pela parte Autora, das parcelas vencidas e vincendas, nos valores contratados, isto é, R$ 434,44 - as primeiras no prazo de cinco dias e as demais na data de seus vencimentos mensais, com a ressalva de que tal autorização não significa concordância deste juízo com os valores depositados, devendo eventuais diferenças serem por ela complementadas no final, ficando estipulada multa cominatória diária no valor de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), caso ocorra descumprimento deste decisum". (negritou-se)
O recorrente interpôs, tempestivamente, o presente Agravo visando inicialmente a concessão de efeito suspensivo para obstar os efeitos da r. decisão hostilizada até que seja decidido definitivamente o mérito recursal. Rogou, ao final, pelo provimento ao Instrumento para reformar integralmente a decisão recorrida.
Sustentou que a decisão agravada deve ser reformada em face da ausência de verossimilhança das alegações do agravado e da irreversibilidade da tutela concedida.
Asseverou que as prestações do contrato firmado foram acordadas por ambas as partes e por isso não poderia o juiz a quo determinar que se abstivesse de inserir os dados do agravado nos órgãos de proteção ao crédito.

Defendeu a legalidade e legitimidade dos cadastros de proteção ao crédito, bem como a impossibilidade de inversão do ônus da prova.
Afirmou que a autorização para manter o agravado na posse do bem financiado carece de fundamentação jurídica e enseja prejuízo total ao recorrente.
Impugnou o valor da multa cominada na decisão agravada para a hipótese de descumprimento da ordem ali estipulada sob a alegação de que a mesma se mostra excessiva e desproporcional.
Desta forma, sustenta não estarem presentes os requisitos autorizadores para o deferimento da tutela antecipada, nos moldes determinado pelo art. 273 do CPC.
Juntou os documentos indispensáveis e outros que julgou convenientes.
Conforme a jurisprudência sedimentada neste Tribunal de Justiça, é pacífico o direito de discutir judicialmente o contrato, visando a revisão de suas cláusulas - porque o art.51, IV do CDC assim faculta - e, ao mesmo tempo, manter-se na posse do veículo e impedir a inscrição do nome do devedor em cadastros restritivos de crédito, desde que seja efetuado o depósito em Juízo as prestações no exato valor contratado.
Veja-se: "TJBA - Ação de revisão de cláusulas contratuais com pedido de tutela específica. permanência do mutuário na posse do veículo financiado. Admissibilidade. A ação de revisão contratual submete a higidez da dívida ao crivo do judiciário, sendo viável o deferimento da tutela específica para assegurar a permanência do mutuário na posse do bem e obstar sua inscrição nos cadastros de inadimplentes, enquanto questionado judicialmente o contrato todavia, é indiscutível a obrigação da agravada de pagar as parcelas do finaciamento no valor ajustado, sendo legítimo apenas discutir os encargos, que afirma ilegais." (TJBA. Quarta Câmara Cível. Processo nº.28.639-3/2003. Rel: Des. Paulo Furtado). "TJBA - Agravo de Instrumento. Liminar deferida em ação de revisão de contrato de financiamento com pedido de tutela antecipada. Decisão determinado o pagamento das prestações em valor inferior ao contratado. Proibição da inscrição do devedor nos registros dos órgãos de proteção ao crédito e manutenção do veículo na sua posse. provisoriedade da medida. Agravo provido parcialmente. em sede de tutela antecipada em ação de revisão contratual de financiamento de créditos, não cabe autorizar ao devedor a depositar em juízo parcelas menores as contratadas, antes de instruir o feito para constatar eventuais cobrança de juros exorbitantes e encargos abusivos." (TJBA. 4ª Câmara Cível. Processo nº. 22.183-6/2003. Rel. Des. Antônio Pessoa Cardoso). "TJBA - Agravo de Instrumento. Ação revisional de contrato. Possibilidade de manutenção do agravado na posse do bem. Condicionamento ao depósito das parcelas segundo o valor pactuado. Jurisprudência dominante. Agravo de instrumento parcialmente provido. Não obstante o ajuizamento da ação revisional afaste momentaneamente a mora do agravado, o entendimento jurisprudencial dominante admite a manutenção do devedor na posse do bem, desde que condicionada ao depósito das parcelas vencidas e vincendas conforme contratualmente avençado. Isso porque não se revela aceitável o pagamento das parcelas vincendas tomando-se por base o valor do principal financiado, acrescido de parcelas e índices afirmados unilateralmente pelo consumidor, mormente quando a apreciação inicial da demanda se fez em juízo perfunctório, típico das medidas liminares." (TJBA. Agravo de Instrumento nº. 4.363-1/2008. Rel. Des. Rubem Dário Peregrino Cunha).
Nesse sentido, dentre outros: TJBA - AI 8664-7/2009 - 1ª C.Cív. - Rela. Desa. Maria da Purificação da Silva (DPJ 09/03/2009 - fls. 23 do Caderno 1); TJBA - AI 8665-6/2009 - 1ª C.Cív. - Rela. Desa. Sara Silva Brito (DPJ 06/03/2009 - fls. 31 do Caderno 1); TJBA - AI 7732-7/2009 - 1ª C.Cív. - Rela. Desa. Vera Lúcia Freire de Carvalho (DPJ 06/03/2009 - fls. 31 do Caderno 1); TJBA - AI 13395-/2009 - 2ª C.Cív. - Rel. Des. Clésio Rômulo Carrilho Rosa (DPJ 27/03/2009 - fls. 36 do Caderno 1); TJBA - AI 12935-22009 - 2ª C.Cív. - Rel. Des. Clésio Rômulo Carrilho Rosa (DPJ 27/03/2009 - fls. 39/40 do Caderno 1); TJBA - AI 8101-8/2009 - 3ª C.Cív. - Rela. Desa. Rosita Falcão de Almeida Maia (DPJ 06/03/2009 - fls. 58 do Caderno 1); TJBA - AI 8561-1/2009 - 3ª C.Cív. - Rela. Desa. Daisy Lago Ribeiro Coelho (DPJ 27/03/2009 - fls. 60 do Caderno 1); TJBA - AI 2048-7/2009 - 3ª C.Cív. - Rel. Des. Sinésio Cabral Filho (DPJ 05/03/2009 - fls. 48 do Caderno 1); TJBA - AI 8641-5/2009 - 4ª C.Cív. - Rel. Des. José Olegário Monção Caldas (DPJ 11/03/2009 - fls. 93/4 do Caderno 1); TJBA - AI 8566-6/2009 - 4ª C.Cív. - Rel. Juiz Convocado José Alfredo Cerqueira da Silva (DPJ 11/03/2009 - fls. 93 do Caderno 1); TJBA - AI 10065-8/2009 - 4ª C.Cív. - Rela. Juíza Convocada Gardênia Pereira Duarte (DPJ 26/03/2009 - fls. 60/61 do Caderno 1); TJBA - AI 13643-3/2009 - 4ª C.Cív. - Rel. Des. Antônio Pessoa Cardoso (DPJ 25/03/2009 - fls. 70 do Caderno 1); TJBA - AI 8545-2/2009 - 5ª C.Cív. - Rel. Des. Antônio Roberto Gonçalves (DPJ 13/03/2009 - fls. 69 do Caderno 1); TJBA - AI 9800-0/2009 - 5ª C.Cív. - Rela. Desa. Lícia de Castro L. Carvalho (DPJ 23/03/2009 - fls. 86 do Caderno 1).
Logo, decidiu com acerto o douto Juiz de 1ª grau, que deferiu medida liminar para determinar que o agravante se abstivesse de negativar o nome do agravado nos órgão de proteção ao crédito em decorrência do contrato sob discussão, de protestar os títulos relativos ao mesmo e garantir a manutenção do bem na posse da consumidora-devedora, condicionado a eficácia de tal decisão ao depósito em juízo das parcelas vencidas e vincendas do contrato de financiamento nos valores contratualmente fixados.
Pondere-se, ademais, que decisões judiciais liminares que autorizam o devedor-fiduciante a efetuar o depósito judicial das prestações da dívida em valor aleatório e inferior ao efetivamente contratado e que, com isso, proíbam o credor-fiduciário de praticar quaisquer atos tendentes ao cumprimento da avença são passíveis de causar ao referido credor (ora agravado), mesmo numa perfunctória análise, lesão grave e de difícil reparação, configurando, portanto, hipótese de periculum in mora inverso, mormente se se considerar que o bem objeto da alienação fiduciária em garantia se consubstancia em um veículo automotor cuja desvalorização se dá em razão da deterioração decorrente do simples uso do próprio carro.
E mais, estando o presente Agravo em confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal conforme consignado acima, abre-se a oportunidade ao próprio Relator de pôr fim a demanda recursal apreciando, monocraticamente, o seu mérito. É o quanto disposto no art. 557, caput, do CPC, que estabelece: "Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior." (negritou-se).
Cândido Rangel Dinamarco (in A reforma da reforma, Malheiros, 2002, p.188/189) sustenta que "não é necessário que a jurisprudência seja dominante do plenário de um dos tribunais indicados no art. 557 - podendo tratar-se de uma linha adotada

majoritariamente [rectius: dominante] em seus órgãos fracionários sem que a propósito haja qualquer manifestação daquele".
E na 5ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, do qual sou membro integrante, o posicionamento uníssono é no sentido de que a garantia da manutenção na posse do bem financiado, a abstenção de protestos e de inscrição em órgãos restritivos só será admissível se o devedor depositar mensalmente os valores contratualmente avençados. Repugna a Colenda Câmara qualquer decisão que viabilize a modificação unilateral do contrato, tomando-se por base o valor do principal financiado, acrescido de parcelas e índices afirmados unilateralmente pelo consumidor, mormente quando a apreciação inicial da demanda se faz em juízo perfunctório, típico das medidas liminares.
O posicionamento adotado pela 5ª Câmara Cível é comungado pelas demais Câmaras de modo dominante. Ou seja, não ocorre dissensão entre as Câmaras capaz de enfraquecer o conceito de jurisprudência dominante.
Diante do exposto e com fundamento no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento.
Publique-se para efeito de intimação.

Salvador, 21 de janeiro de 2011.

DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
RELATOR

QUINTA CÂMARA CÍVEL - TJ/BA
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000873-92.2009.805.0220-0
ORIGEM: COMARCA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA
APELANTES: JOSIMAR SILVA FANTECELLE E OUTROS
ADVOGADOS: JONAS SOSSAI E ANDRÉ FRANCISCO LUCHI
APELADO: GERALDO ARIGONI
ADVOGADOS: GERALDO ARIGONI E JOSÉ EDUARDO SOUZA DA SILVA
RELATORA: DESA. SILVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF

DESPACHO

Dispõe o art. 1º do Decreto Judiciário nº 010/2005 que o porte com a remessa e o retorno de autos processuais, em caso de recurso, será pago através de GR - Guia de Recolhimento. Se interposto diretamente no SECOMGE da capital, o porte será no valor de R$10,00 (dez reais); se no interior, R$20,00 (vinte reais).
Considerando que não há nos autos comprovante do pagamento do porte com a remessa e o retorno do presente recurso, determino a intimação do apelante para, querendo, proceder a complementação do preparo do presente recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de negativa de seguimento do recurso, por deserção, com fulcro no § 2º, do art. 511, do CPC.
Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Desa. SILVIA CARNEIRO ZARIF
Relatora

QUINTA CÂMARA CÍVEL - TJ/BA
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000372-51.2011.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE SALVADOR
AGRAVANTE: CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA
ADVOGADO S: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES, VITOR PIRES BARRETO DE OLIVEIRA, FABIO LUIZ DA CAMARA FALCÃO, FLÁVIA LUBIESKA KISCHELEWSKI, MARISTELA SCHWERZ, ANGELIANE MARIA DA CAMARA FALCÃO, CARLA DADALTO BADIANI, DANIELA RUTH CABRAL ESPINHEIRA, HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA, VICTORIA ESPINHEIRA FAINSTEIN, KARLA PAIVA MACHADO, LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO, MARIA ESTHER PIRES E SILVA.
AGRAVADO: AREIA ENERGIA S/A
ADVOGADOS: MARIA DAS GRAÇAS BORGES NUNES FERNANDES, DJALMA NUNES FERNANDES JUNIOR, VIVIAN BORGES NUNES FERNANDES MAGALHÃES, PEDRO COELHO DE SOUZA MONTEIRO MAGALHAES, DJALMA NUNES FERNANDES NETO, ALDEISA FONTES MONTEIRO, ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA MACHADO, ANDRÉ MARTINS BASTOS, ARTUR CARLOS DO NASCIMENTO NETO, EVILASIO PEDRO EVANGELISTA RIOS, JOÃO GLICÉRIO DE OLIVEIRA FILHO, MARCELO LYRIO SOUZA, THAIZE DE CARVALHO CORREIA, ABELARDO SAMPAIO LOPES NETO, FELIPE BARROCO FONTES CUNHA E GABRIEL MENDES MASCARENHAS.
RELATORA: Desa. SILVIA CARNEIRO ZARIF

DESPACHO

Dispõe o art. 1º do Decreto Judiciário nº 010/2005 que o porte com a remessa e o retorno de autos processuais, em caso de recurso, será pago através de GR - Guia de Recolhimento; se interposto diretamente no SECOMGE da capital, o porte será no valor de R$10,00 (dez reais); se no interior, R$20,00 (vinte reais).

Considerando que não há nos autos comprovante do pagamento do porte com a remessa e o retorno do presente recurso, determino, com fulcro nos arts. 511, caput e § 2º c/c 525, §1º, ambos do CPC, a intimação da parte agravante para, querendo, proceder a complementação do preparo do presente recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de negativa de seguimento ao agravo, por deserção.
Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desa. SILVIA CARNEIRO ZARIF
Relatora

QUINTA CÂMARA CÍVEL - TJ/BA
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0017134-79.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE SALVADOR
AGRAVANTE: AREIA ENERGIA S/A
ADVOGADOS: PEDRO COELHO DE SOUZA MONTEIRO MAGALHÃES, DJALMA NUNES FERNANDES JUNIOR E FELIPE BARROCO FONTES CUNHA
AGRAVADA: CCB CONSTRUTORA CENTRAL DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS: HENRIQUE SILVA DE OLIVEIRA, FLAVIA LUBIESKA KISCHELEWSKI E FABIO LUIZ DA CAMARA FALCÃO
RELATORA: Desa. SILVIA CARNEIRO ZARIF

DESPACHO

Dispõe o art. 1º do Decreto Judiciário nº 010/2005 que o porte com a remessa e o retorno de autos processuais, em caso de recurso, será pago através de GR - Guia de Recolhimento; se interposto diretamente no SECONGE da capital, o porte será no valor de R$10,00 (dez reais); se no interior, R$20,00 (vinte reais).
Considerando que não há nos autos comprovante do pagamento do porte com a remessa e o retorno do presente recurso, determino, com fulcro nos arts. 511, caput e § 2º c/c 525, §1º, ambos do CPC, a intimação da parte agravante para, querendo, proceder a complementação do preparo do presente recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de negativa de seguimento ao agravo, por deserção.
Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Desa. SILVIA CARNEIRO ZARIF
Relatora

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA QUINTA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO

FEITOS QUE DEVERÃO SER JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUINTA CÂMARA CÍVEL A REALIZAR-SE EM 01 DE FEVEREIRO DE 2011, A PARTIR DAS 08:30 HORAS

1 - 0109864-82.2005.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EMBARGOS A EXECUÇÃO
VARA: 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ROSANA JEZLER GALVAO
APELADO: TELEMAR NORTE LESTE SA
ADVOGADO: MAURICIO SANTANA DE OLIVEIRA TORRES, MARCELO NEESER NOGUEIRA REIS, SACHA CALMON NAVARRO COELHO
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO

2 - 0125001-12.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: RENATO DUNHAM
APELADO: JOSE ALBERTO VAZ SANTOS
APELADO: JOSVALDO PEREIRA DE BRITO
APELADO: ARILSON DE SANTANA NASCIMENTO E OUTROS
ADVOGADO: CARINA CATIA BASTOS DE SENNA
ESTAGIARIO: ROBERTO COSME F. BARBOSA
RELATOR(A): DES(A). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
REVISOR(A): DES. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (REVISOR SUBSTITUTO)

3 - 0020065-62.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: JOSE HOMERO SARAIVA CAMARA FILHO
APELADO: ADILDA FERNANDES MINEIRO FALCAO
APELADO: CLEONICE FERNANDES PEREIRA
APELADO: WANILDA SOUZA SANTOS E OUTROS
ADVOGADO: MARCIO DUARTE MIRANDA
RELATOR(A): DES(A). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
REVISOR(A): DES. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (REVISOR SUBSTITUTO)

4 - 0125299-38.2001.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: WANDA MARIA COUTO REIS
ADVOGADO: NAIA VIEIRA JASMIN, HENRIQUE BORGES GUIMARÃES NETO
APELADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MARIANA MATOS DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
REVISOR(A): DES. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (REVISOR SUBSTITUTO)

5 - 0135147-15.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: PERPETUA LEAL IVO VALADAO
ESTAGIARIO: LARISSA FRAGA DE GAFFGA
APELADO: ANTONIO CARLOS DA SILVA
APELADO: PAULO HENRIQUE VIANA MENEZES
ESTAGIARIO: THIAGO MATIAS
APELADO: DERIVALDO SANTOS PASSOS E OUTROS
ADVOGADO: FABIANO SAMARTIN FERNANDES
RELATOR(A): DES(A). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
REVISOR(A): DES. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (REVISOR SUBSTITUTO)

6 - 0058634-45.1998.805.0001 - 0 APELAÇÕES CÍVEIS SIMULTÂNEAS
COMARCA: SALVADOR
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: FRANCISCO SERGIO SANTOS RAIMUNDO
ADVOGADO: EDUARDO COUTINHO, LUIZ MONTAL
APELANTE: UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ADVOGADO: JOSÉ MESSIAS BATISTA DIAS
APELADO: UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
APELADO: FRANCISCO SERGIO SANTOS RAIMUNDO
RELATOR(A): DES(A). VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO
REVISOR(A): DES. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (REVISOR SUBSTITUTO)

7 - 0073830-06.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: AÇÃO CIVIL COLETIVA
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO DIBENS S/A
ADVOGADO: REGINA POLI CASTRO, CARLA MILANI ZANETTE, MARIA LUCILIA GOMES, MARIA DAS GRACAS RIBEIRO DE MELO MONTEIRO
APELADO: JOSE DOMINGOS DE JESUS
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL

8 - 0100118-88.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO CONTRATUAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

APELANTE: MARIA ISABEL DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARILENE DA NOVA CARVALHO
APELADO: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: DAIANA MONTINO CARNEIRO
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (REVISOR SUBSTITUTO)

9 - 0068550-54.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: FABIO JOSE SOUSA GOMES
ADVOGADO: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM
APELADO: BANCO FINASA S/A
ADVOGADO: LUCIANA MASCARENHAS NUNES, LINDOÍCIO ARAÚJO DOS SANTOS JÚNIOR
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (REVISOR SUBSTITUTO)

10 - 0000048-39.2010.805.0148 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: LAJE
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: VARA CÍVEL
APELANTE: AVON COSMÉTICOS LTDA.
ADVOGADO: JOÃO GABRIEL BITTENCOURT GALVÃO, MARCUS VINÍCIUS MENEZES MARTINS, SÓCRATES DE PÁDUA BARRETO CORREIA
APELADO: MARLENE ROSA DOS SANTOS
ADVOGADO: JORGE LUIZ ANDRADE BULHÕES
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

11 - 0123023-05.1999.805.0001 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) APELAÇÃO 0123023-05.1999.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: SALVADOR
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO: CNEC - CONSORCIO NACIONAL DE ENGENHEIROS CONSULTORES S/A.
ADVOGADO: CARLOS BARRAL, SERGIO NOVAIS DIAS
PROCURADOR DO ESTADO: MIGUEL CALMON DANTAS
RELATOR(A): JUIZ(A) SUBSTITUTO(A) NADJA DE CARVALHO ESTEVES

12 - 0003378-42.2006.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: CAUTELAR
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MARCOS SAMPAIO
AGRAVADO: JUSTINIANO ZILTON ROCHA
AGRAVADO: EMILIANO JOSE DA SILVA FILHO
AGRAVADO: JOSE CARLOS DOURADO DAS VIRGENS E OUTROS
ADVOGADO: JERÔNIMO LUIZ PLACIDO DE MESQUITA
ESTAGIARIO: ANDRE PEIXOTO LESSA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: ADEMÁIO RODRIGUES
RELATOR(A): DES(A). VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO

13 - 0008513-64.2008.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: ESPLANADA
ORIGEM: ARRESTO
VARA: VARA CÍVEL
AGRAVANTE: ALBERTO MENDES DE LIMA
ADVOGADO: MICHEL SOARES REIS, MARIA FERNANDA RIBEIRO SERRAVALLE, CARLOS ANDRÉ DO NASCIMENTO, ANDRÉ REQUIÃO MOURA
AGRAVADO: ALEXANDRINA DE OLIVEIRA PIMENTA
ADVOGADO: JUAREZ FERREIRA MACHADO
RELATOR(A): DES(A). VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO

14 - 0007216-58.2004.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0007216-58.2004.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EMBARGOS A EXECUÇÃO
VARA: 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ULTRA LOCK COM. E IMP. DE MAQUINAS E PECAS LTDA
ADVOGADO: LEONARDO DE SOUZA REIS
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: RENE RIBEIRO
RELATOR(A): DES(A). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

15 - 0009604-92.2008.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO
VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: FUNCEF FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS
ADVOGADO: ANA CRISTINA PACHECO COSTA NASCIMENTO MEIRELES, PATRICIA LIMA DÓRIA, ANA CLAUDIA GUIMARÃES VITARI, CARLOS FREDERICO GUERRA ANDRADE, BRUNA SAMPAIO JARDIM, JOSÉ ALFREDO CRUZ GUIMARÃES
AGRAVADO: SINESIO JOSE SANTOS MATOS
RELATOR(A): DES(A). VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO

16 - 0002918-57.2003.805.0001 - 4 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0002918-57.2003.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGADO: DESENBAHIA AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA SA
ADVOGADO: LUCIANA BARRETO NEVES, MARCELO BRAGA DE ANDRADE E OUTROS
EMBARGANTE: MILCO S/A
ADVOGADO: ALANO BERNARDES FRANK
RELATOR(A): DES(A). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO
PROCURADOR(A): ILONA MÁRCIA REIS

17 - 0010024-97.2008.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SAO GONCALO DOS CAMPOS
ORIGEM: AÇÃO CIVIL PUBLCA
VARA: VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: OSMAN BAGDEDE
PROCURADOR DO ESTADO: ANTONIO ERNESTO L. RODRIGUES
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR PUBLICO: MARCIA MORAIS DOS SANTOS VAZ
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ EDIVALDO R. ROTONDANO
RELATOR(A): DES(A). VERA LUCIA FREIRE DE CARVALHO

18 - 0007567-34.2004.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA
AGRAVADO: PSH PRODUTOS E SERVICOS HOSPITALARES LTDA
ADVOGADO: FERNANDO ROBERTO MARQUES SANTOS, EDUARDO DANGREMON SALÓES DO NASCIMENTO, VICENTE MAIA BARRETO DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). VERA LÚCIA FREIRE DE CARVALHO

19 - 0106395-23.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: AÇÃO CIVIL COLETIVA
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ANDERSON BARRETO DA CRUZ
ADVOGADO: CRISTIANE RAMOS DA SILVA
APELADO: BANCO PANAMERICANO S/A
ADVOGADO: ANA CRISTINA NERY DE SOUSA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARIA IVONE SOUZA ROCHA
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

20 - 0201966-55.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: AÇÃO CIVIL COLETIVA
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: GEOVALDO LIMA PASSOS
ADVOGADO: DINA MARIA DE ALMEIDA PINHEIRO
APELADO: BANCO FINASA BMC S/A
ADVOGADO: ANDERLÉA LEMOS SILVA
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

21 - 0021648-77.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: WAGNER COSTA REY
ADVOGADO: LÁZARO AUGUSTO DE ARAÚJO PINTO
APELADO: BANCO ITAU S/A
ADVOGADO: LUCAS GUIDA DE SOUZA, FABIO MACEDO PIMENTEL
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

22 - 0154221-16.2006.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: AÇÃO CIVIL COLETIVA
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: HENRIQUE JOAO MORAIS
ADVOGADO: WALTER ALVES SOARES
APELADO: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO: ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO, VERBENA MOTA CARNEIRO
ESTAGIARIO: LIDIANE OLIVEIRA DA SILVA
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

23 - 0061642-54.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: INDENIZATÓRIA (REPARAÇÃO DE DANOS)
VARA: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: PRAIA GRANDE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO: MAURICIO COSTA FERNANDES DA CUNHA
APELADO: ANDEILTON BRASIL LOBO
ADVOGADO: ARTUR JOSE PIRES VELOSO
RELATOR(A): DES(A). DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL (JUIZ CONVOCADO)
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

24 - 0009405-58.1994.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MARCIO CESAR BARTILOTTI
APELADO: ROBERTO PIMENTEL LEBRE
ADVOGADO: CÉSAR AUGUSTO PRISCO PARAISO
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

25 - 0077741-26.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO CONTRATUAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: GERSONITA VIRGENS DA SILVA
ADVOGADO: EDUARDO GONCALVES DE AMORIM
ESTAGIARIO: BARBARA DOURADO
ESTAGIARIO: CAMILO VELAME SILVA
APELADO: BANCO ITAU S/A

ADVOGADO: PAULO ROBERTO CASTRO SANTANA, NELSON PASCHOALOTTO, JURANDIR ROZALIM JUNIOR
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

26 - 0010169-85.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: INVENTÁRIO
VARA: 5ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
AGRAVANTE: DARCI MARIA PEREIRA SANTOS
AGRAVANTE: JOSE CARLOS DE SENA
AGRAVANTE: CARLOS ALBERTO PEREIRA DE SENA REP. POR MARIA ELIZABETE SENA BARRETO DE ARAUJO
AGRAVANTE: ANTONIO CARLOS PEREIRA DE SENA
AGRAVANTE: WALLAS JOSE PEREIRA DE SENA
AGRAVANTE: FRANCISCO CARLOS PEREIRA DE SENA
AGRAVANTE: JAMIRE DE SENA FERREIRA
AGRAVANTE: MARIA ELIZABETE SENA BARRETO DE ARAUJO
ADVOGADO: WALTER BRANDÃO DE UZEDA E SILVA
AGRAVADO: ESPÓLIO DE JOSÉ MARQUES DE SENA REP. POR SUA INVENTARIANTE VALDETE MARIA DE SENA DIAS
ADVOGADO: HENRIQUE JOSÉ LUSTOSA FONSECA, ELISABETE LUSTOSA FONSECA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RITA MARIA SILVA RODRIGUES
RELATOR(A): DES(A). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

27 - 0007926-71.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: BARRA
ORIGEM: GUARDA
VARA: VARA CÍVEL
AGRAVANTE: AIRSON AFONSO
DEFENSOR: ANA MARIA VALENTE FERREIRA
AGRAVADO: EDITE RABELO RODRIGUES
ADVOGADO: BONIFÁCIO CAMANDAROBA JUNIOR
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

28 - 0004099-52.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: DESTITUIÇÃO DE PATRIO PODER
VARA: 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
AGRAVANTE: MARIA STELLA MELLO ZAMORA, POR SI E REP. LAURA STELLA ZAMORA MELLO
ADVOGADO: BALDOINO DIAS SANTANA JUNIOR, JOÃO MATHEUS DE ARAUJO SILVA
AGRAVADO: JUAN CARLOS ZAMORA CASTILLO
ADVOGADO: RICARDO TEIXEIRA DA SILVA PARANHOS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: PAULO MARCELO COSTA
RELATOR(A): DES(A). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

29 - 0109042-59.2006.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: INDENIZATÓRIA (REPARAÇÃO DE DANOS)
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: OSVALDO BORGES NASCIMENTO FILHO
ADVOGADO: POLLYANNA MAGALHÃES RODRIGUES
APELANTE: M. FERNANDES SERRA & CIA LTDA
ADVOGADO: FABRICIO MALTEZ LOPES E OUTROS
ESTAGIARIO: LARISSA LACERDA DE OLIVEIRA E SOUZA
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

30 - 0009557-50.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: CONCEIÇÃO DO COITÉ
ORIGEM: INDENIZATÓRIA (REPARAÇÃO DE DANOS)
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: JULIO SIMOES LOGISTICA S/A
ADVOGADO: NELSON NOBUYUKI HAYASHI, ELISABETE MARIA RAVANI GASPAR, ÉSIO JOSÉ B. MARCHIORI FILHO, ARMANDO DE SOUZA MESQUITA NETO
AGRAVADO: TEREZA JOVELINA DA SILVA
AGRAVADO: JOSE DA SILVA DE JESUS

AGRAVADO: ODETE DA SILVA DE JESUS
AGRAVADO: JERONICE DE JESUS ALMEIDA
AGRAVADO: GILSON DA SILVA DE JESUS
AGRAVADO: CLAUDIA DA SILVA ARAUJO
AGRAVADO: ANTONIO NEMESTO DA SILVA DE JESUS
AGRAVADO: GILDETE DA SILVA DE JESUS
AGRAVADO: MARIA RITA DA SILVA DE JESUS
AGRAVADO: JOAO DA SILVA DE JESUS
ADVOGADO: LEILA GORDIANO GOMES, LEOVEGILDO MARCIO SILVA MASCARENHAS, ARIADNE LOPES DE SANTANA, MATHEUS MASCARENHAS BOAVENTURA, DANIELA ALMEIDA NASCIMENTO
RELATOR(A): DES(A). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

31 - 0045563-24.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO CONTRATUAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MILTON SILVA SOUZA
ADVOGADO: IRAN DOS SANTOS D'EL-REI
APELADO: BANCO GMAC S/A
ADVOGADO: ALEXANDRE IVO PIRES
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

32 - 0161525-32.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: REVISÃO CONTRATUAL
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: CARMELITO CONCEICAO
ADVOGADO: EDUARDO GONCALVES DE AMORIM
APELADO: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO: ALDANO ATALIBA DE ALMEIDA CAMARGO FILHO, VERBENA MOTA CARNEIRO, CRISTIANO MOTA PEREIRA, GUSTAVO LUCAS MACIEL DOS SANTOS, JAMILE BÁRBARA DA HORA SERRANO
ESTAGIARIO: LIDIANE OLIVEIRA DA SILVA
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

33 - 0153460-14.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MARILENE FRAGA DE SOUZA
ADVOGADO: HERMINALVO EMANUEL MONTEIRO DE LIMA, THAÍS GONSALVES DOS SANTOS RIBEIRO
APELADO: BV FINANCEIRA S/A -CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: MAURO JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA, LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO, MARCELO TOURINHO DANTAS, SORAYA JONES EL-CHAMI, ANDRÉ ROMEROS GUIMARÃES DE OLIVEIRA, GABRIELA VIANA MENEZES, MILENA FERRAZ GARCIA
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

34 - 0087757-39.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: JOSE LOPIS CHAVES
ADVOGADO: ABÍLIO FREIRE DE MIRANDA NETO
APELADO: BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO: JULIANNE HAGENBECK ANDRADE REIS, LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

35 - 0158561-32.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 29ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: RENILTON SANTOS COSTA

ADVOGADO: ANGELITA MASCARENHAS CARNEIRO DIAS
ESTAGIARIO: NEWTON RODRIGUES DIAS
APELADO: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO: MAÍRA TRAVIA PARALEGO, LUCAS NASCIMENTO EVANGELISTA
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

36 - 0013370-85.2010.805.0000 - 1 AGRAVO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 2ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: CLAUDIO JOSE SILVA LIMA
ADVOGADO: WILKER FABIAN MAGALHÃES MURITIBA, MARIANNA OLIVEIRA AUGUSTO, THAIS OLIVEIRA AUGUSTO
AGRAVADO: BANCO FINASA S/A
RELATOR(A): DESA. ILZA MARIA DA ANUNCAÇÃO

37 - 0086232-32.2002.805.0001 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0086232-32.2002.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS
ADVOGADO: LEONEL WALLAL NORONHA
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: JOSÉ CARLOS WASCONCELOS JR.
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

38 - 0086232-32.2002.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0086232-32.2002.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS
ADVOGADO: LEONEL WALLAL NORONHA
EMBARGADO: JOSE PINHO GOES
EMBARGADO: HELIO SANTANA DIAS
PROCURADOR DO ESTADO: JOSÉ CARLOS WASCONCELOS JR.
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

39 - 0131307-84.2008.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0131307-84.2008.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: MANDADO DE SEGURANÇA
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGADO: RENIEL REIS DE ANDRADE
ADVOGADO: ANTONIO JOÃO GUSMÃO CUNHA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANO FERRARI SANTANA
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

40 - 0011170-08.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: BARREIRAS
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
AGRAVANTE: RIBEIRO NETO TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA SORRISO TRANSPORTES
ADVOGADO: SARRARA KEILANNE DE SOUZA FERNANDES, JOSE ALEXANDRE DE LUNA, LUIZ EDUARDO PRADEBON, JOSÉ EDUARDO CHEMIN CURY
PROCURADOR DO ESTADO: RENE RIBEIRO
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

41 - 0178594-14.2006.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0178594-14.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR

ORIGEM: EMBARGOS A EXECUÇÃO
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: CINTRA e CIA LTDA
ADVOGADO: SERGIO COUTO DOS SANTOS
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: CINTHYA VIANA FINGERGUT
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

42 - 0092568-52.2002.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0092568-52.2002.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: JACINTO MARTINS DE SOUZA
EMBARGADO: JOSE RENATO PEREIRA DOS SANTOS
EMBARGADO: JOSÉ LUIZ DOS SANTOS E OUTROS
ADVOGADO: ABDIAS AMANCIO DOS SANTOS FILHO
PROCURADOR DO ESTADO: ANDRÉA GUSMÃO
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

43 - 0179364-07.2006.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0179364-07.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EMBARGOS A EXECUÇÃO
VARA: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: LENON COMERCIO CALCADOS E CONFECCOES LTDA
ADVOGADO: MARGARETH SÁ ANDRADE SIMÕES, JOSE CARLOS TABOADA
PROCURADOR DO ESTADO: CLÁUDIO CAIRO GONÇALVES
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

44 - 0086232-32.2002.805.0001 - 3 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0086232-32.2002.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
EMBARGANTE: JOSE PINHO GOES E OUTRO
ADVOGADO: LEONEL WALLAL NORONHA
PROCURADOR DO ESTADO: JOSÉ CARLOS WASCONCELOS JR.
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

45 - 0001506-10.2008.805.0036 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: CANDEIAS
ORIGEM: INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE VEÍCULO
VARA: CIVEL
APELANTE: MARIA DA GLORIA DA SILVA
ADVOGADO: JOSE ANTONIO GUIMARÃES DE MEIRELES
APELADO: NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADO: MARCELO VINICIUS DOURADO DO NASCIMENTO
ESTAGIARIO: NILDA ADRIANA M. CALASANS BATISTA
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

46 - 0000048-17.1990.805.0091 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: IBICARAÍ
ORIGEM: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELADO: CARLOS AMILTON OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO: MARIA JOSE DE JESUS
APELANTE: CARGRILL AGRICOLA S/A
ADVOGADO: OTAVIO AUGUSTUS CARMO
ESTAGIARIO: MATHEUS SOUZA GALDINO
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

47 - 0000028-15.1997.805.0274 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
ORIGEM: EXECUÇÃO
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: CREDIC - COOPERATIVA. DE CRÉDITO RURAL CONQUISTA LTDA
ADVOGADO: WILSON MOREIRA DOS SANTOS
APELADO: NIVALDO ARAUJO OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

48 - 0067415-12.2005.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 11ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
APELANTE: ALEXANDRE PERSSON
ADVOGADO: OACIR SILVA MASCARENHAS, LEONARDO DE MOURA LANDULFO JORGE, FERNANDA BERG
APELADO: ELIZABETE CHAGAS PERSSON
ADVOGADO: LUCILA MORETZSOHN WICKS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ EDIVALDO R. ROTONDANO
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

49 - 0013064-19.2010.805.0000 - 3 AGRAVO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: PETROBRÁS - PETROLEO BRASILEIRO S.A
ADVOGADO: JOSIANE SIMIONI, LUCIANA CHAMUSCA FERREIRA GUERRA, UBENILSON COLOMBIANO MATOS DOS SANTOS, RUBEM NOGUEIRA JUNIOR
AGRAVADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 6ª VARA CIVEL
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

50 - 0011610-04.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: CONCEICÃO DO JACUÍPE
ORIGEM: REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE
VARA: VARA CÍVEL
AGRAVANTE: UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
ADVOGADO: LUCIANA MASCARENHAS NUNES, MARÍLIA CAROLINE RIBEIRO DOS SANTOS, LUANA CAL OLIVEIRA
AGRAVADO: SOCORRO DE FATIMA A. RIBEIRO
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

51 - 0039319-50.2006.805.0001 - 9 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0039319-50.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGADO: BOMPRECO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADO: GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA, VIVIANE VALE DE OLIVEIRA, IVO DE OLIVEIRA LIMA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: RENE RIBEIRO
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

52 - 0039319-50.2006.805.0001 - 8 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0039319-50.2006.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
VARA: 10ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: BOMPRECO BAHIA SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADO: IVO DE OLIVEIRA LIMA, GLÁUCIO MANOEL DE LIMA BARBOSA, VIVIANE VALE DE OLIVEIRA
EMBARGADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: RENE RIBEIRO
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

53 - 0132965-56.2002.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: DILZA MATTOS DA SILVA
ADVOGADO: JOÃO ALFREDO REIS SILVA
APELADO: ESTADO DA BAHIA

PROCURADOR DO ESTADO: JOSE HOMERO SARAIVA CAMARA FILHO
RELATOR(A): DES(A). LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

54 - 0014716-71.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO
VARA: 19ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVADO: UNIBANCO S/A
ADVOGADO: LUCIANA MASCARENHAS NUNES, NOILSON MOREIRA DIAS, LEONARDO DE ALMEIDA CERQUEIRA LIMA, MARÍLIA CAROLINE RIBEIRO DOS SANTOS, VICTOR PARANHOS DOS SANTOS SOUSA, ANDRÉA SAYURI NISHIYAMA, ANA PAULA TORRES MUNIZ, VANESSA DA SILVA SANTANA , PABLO SALGADO ZENHA FERNANDEZ
ESTAGIARIO: ROMULO PACHECO BARBERINO
AGRAVANTE: FLAVIA LARISSA CAVALCANTI DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FLAVIA LARISSA CAVALCANTI DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

55 - 0002489-49.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: NAELSON PEREIRA DE ARAUJO
ADVOGADO: JOSÉ LAÉRCIO CARNEIRO RIOS E OUTROS
AGRAVADO: INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL: RAQUEL BEZERRA MUNIZ DE ANDRADE
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

56 - 0014741-84.2010.805.0000 - 1 AGRAVO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EXECUÇÃO FISCAL
VARA: 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
AGRAVANTE: GLUTINI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO: MARCOS ANTONIO SILVA DIAS, BOLIVAR FERREIRA COSTA
AGRAVADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ELIETE SAMPAIO LACERDA SENRA
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

57 - 0015562-88.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0015562-88.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: JOSE CALISTO DE ALMEIDA
ADVOGADO: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM, EPIFANIO ARAUJO NUNES
AGRAVADO: BANCO PANAMERICANO S/A
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

58 - 0014717-56.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: EMBARGOS DO DEVEDOR
VARA: 19ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVADO: UNIBANCO S/A
ADVOGADO: LUCIANA MASCARENHAS NUNES, NOILSON MOREIRA DIAS, LEONARDO DE ALMEIDA CERQUEIRA LIMA, MARÍLIA CAROLINE RIBEIRO DOS SANTOS, VICTOR PARANHOS DOS SANTOS SOUSA, ANDRÉA SAYURI NISHIYAMA, ANA PAULA TORRES MUNIZ, VANESSA DA SILVA SANTANA , PABLO SALGADO ZENHA FERNANDEZ
AGRAVANTE: FLAVIA LARISSA CAVALCANTI DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FLAVIA LARISSA CAVALCANTI DE OLIVEIRA
ESTAGIARIO: ROMULO PACHECO BARBERINO
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

59 - 0064080-19.2004.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0064080-19.2004.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: JOSE ARAUJO DA SILVA
PROCURADOR DO ESTADO: ROBERTO LIMA FIGUEIREDO
RELATOR(A): DES(A). LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO

60 - 0000117-81.1996.805.0271 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0000117-81.1996.805.0271 - 0
COMARCA: VALENÇA
ORIGEM: REPARAÇÃO DE DANOS
VARA: 1ª VARA DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERC
EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: EVERALDO SANTANNA OLIVEIRA JUNIOR, FRANCINEIDE MARQUES E OUTROS
EMBARGADO: CARLOS ALBERTO BAHIA COELHO
ADVOGADO: MARCOS DE OLIVEIRA LIMA, LEONARDO DE CASTRO DUNHAM
RELATOR(A): DES(A). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

61 - 0000042-09.2008.805.0243 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0000042-09.2008.805.0243 - 0
COMARCA: SEABRA
ORIGEM: COBRANÇA
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL S/A
ADVOGADO: RUY SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA, MARCOS ANTONIO SILVA DIAS
EMBARGADO: EDIVAR PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: LOURIVAL ROSA DE FREITAS
RELATOR(A): DES(A). ILZA MARIA DA ANUNCIAÇÃO

62 - 0001271-83.2010.805.0000 - 0 AGRAVO DE INSTRUMENTO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: CAUTELAR INOMINADA
VARA: 8ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
AGRAVANTE: JIMMY CAVALCANTI CALIXTO
ADVOGADO: LUCAS ANDRADE KREJCI, MARIA AUGUSTA ANDRADE KREJCI
AGRAVADO: ANDREA NASSAR
DEFENSOR: JULIANA COELHO DA SILVEIRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: REGINA HELENA RAMOS REIS
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

63 - 0005280-22.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
VARA: 1ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: GILDO RIBEIRO JUNIOR
ADVOGADO: LUIZ RICARDO LEAL E SOUZA, ORLANDO DA MATA E SOUZA
APELADO: FININVEST VISA
RELATOR(A): DES(A). LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

64 - 0140677-87.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: BUSCA E APREENSÃO E GUARDA DE MENOR
VARA: 10ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
APELANTE: LUIZ ANTONIO ARAUJO DE OLIVEIRA
APELANTE: JUSSICLEIA FREIRE DOS SANTOS
ADVOGADO: SUELI VELOSO SILVA
APELADO: JORGE ALVES DOS SANTOS
APELADO: JOSEFA FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: KLEBER JORGE CARVALHO BEZERRA
PROCURADOR DE JUSTIÇA: TEREZINHA MARIA LOBO SANTOS
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

65 - 0000003-65.1997.805.0059 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: COARACI
ORIGEM: ALVARÁ JUDICIAL
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS

APELANTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ROBERTO DE ALBUQUERQUE ARLEO BARBOSA E OUTROS
APELADO: MIGUEL REGINALDO DO NASCIMENTO
APELADO: EDNA REGINALDA NASCIMENTO
APELADO: ELIANA REGINALDA NASCIMENTO
APELADO: REINALDO REGINALDO NASCIMENTO
APELADO: ROSANA REGINALDA NASCIMENTO
ADVOGADO: EMERSON DE OLIVEIRA BRANDÃO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: TEREZINHA MARIA LOBO SANTOS
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

66 - 0000083-19.2007.805.0240 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SAPEAÇU
ORIGEM: AÇÃO CÍVEL PÚBLICA
APELANTE: ELADIO BORGES LIMA
ADVOGADO: FABRÍCIO NASCIMENTO FERREIRA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: JADER SANTOS ALVES
RELATOR(A): DESA. LÍCIA DE CASTRO L CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
PROCURADOR(A): WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ

67 - 0007205-29.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: NATALINO BARBOSA GOMES
ADVOGADO: ROBERTO DE OLIVEIRA ARANHA
APELADO: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: JOSE HOMERO SARAIVA CAMARA FILHO
RELATOR(A): DES(A). LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

68 - 0007057-11.2010.805.0000 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0007057-11.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 30ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: PETROBRAS PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: AMARILDO DE MOURA ROCHA
AGRAVADO: FRANCISCO JOSE DA SILVA CALABRICHI
ADVOGADO: ANELISE DE ARAÚJO CONCEIÇÃO PIÑEIRO, ANDRÉA CHRISTINE SERRA DA COSTA SANTOS
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

69 - 0074389-94.2007.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0074389-94.2007.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: WILSON CARDOSO DA SILVA
EMBARGADO: NILDETE AZEVEDO DEIRO
EMBARGADO: PEDRO DE OLIVEIRA
EMBARGADO: ANTONIO JOSE DA SILVA
EMBARGADO: LUIZ FERREIRA DA SILVA
EMBARGADO: EDVALDO ALMEIDA DA SILVA
EMBARGADO: JOAO ARCANJO DE OLIVEIRA
EMBARGADO: JOSE MAURINO MATOS BARRETO
EMBARGADO: JOSE RIBEIRO DE BRITO
EMBARGADO: HUMBERTO DE SOUZA MAIA
EMBARGADO: JOAO PEDREIRA DA SILVA FILHO
EMBARGADO: ALCIDES DA PAIXAO FILHO
EMBARGADO: RAIMUNDO EVANGELISTA SANTOS
EMBARGADO: WALDEMIRO MAIA DE SOUZA

EMBARGADO: VALDEMAR DA CUNHA PASSOS
EMBARGADO: EMIDIO SILVA DE OLIVEIRA
EMBARGADO: JOAQUIM JOSE DE SOUZA
EMBARGADO: JUSTO VIANA SANTOS
EMBARGADO: JOSE BATISTA DOS SANTOS
EMBARGADO: AILTON CAZUMBA
EMBARGADO: ALOISIO CIRIACICO CERQUEIRA
EMBARGADO: ANTONIA FREITAS MAIA
EMBARGADO: ANTONIO FONSECA DOREA
EMBARGADO: ANTONIO MARIO DE ASSIS
EMBARGADO: ARGEU DA SILVA ARAUJO
EMBARGADO: BOLIVAR MARQUES DOURADO
EMBARGADO: CARLOS DE LIMA EVANGELISTA
EMBARGADO: DOMINGOS JORGE DE CERQUEIRA
EMBARGADO: EDEZIO PANCRACIO FERNANDES
EMBARGADO: GERALDO RIBEIRO LOPES
EMBARGADO: JOSE CANDIDO DA CONCEICAO
EMBARGADO: MARIO MAIA DE SOUZA
EMBARGADO: MAURO AMANCIO DE JESUS
EMBARGADO: ORLANDO ROQUE DOS SANTOS
EMBARGADO: RAULINDO DOS SANTOS
EMBARGADO: ROSALVO BATISTA RAMOS
EMBARGADO: VALDOMIRO HELIODORIO DOS ANJOS
EMBARGADO: VICENTE BOA VISTA DA SILVA
EMBARGADO: HERALDO LIMA
EMBARGADO: JACINTO DIAS DE ALMEIDA
EMBARGADO: MANOEL RAIMUNDO SANTOS
EMBARGADO: FRANCISCO BATISTA ALVES
EMBARGADO: JOSE PEREIRA DIAS
EMBARGADO: MONOEL MECIAS DA SILVA
ADVOGADO: ROBERTTO LEMOS E CORREIA
EMBARGADO: ANA CELESTE BRITO DO LAGO
PROCURADOR DO ESTADO: ANA CELESTE BRITO DO LAGO
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

70 - 0199206-36.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: MARIA DA CONCEIÇAO GANTOIS ROSADO
APELADO: JOSUE BISPO PEREIRA
ADVOGADO: ABDIAS AMANCIO DOS SANTOS FILHO, ELIANA FRANÇA CORREIA
RELATOR(A): DES(A). LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

71 - 0087962-34.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
VARA: 10ªVARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
APELANTE: MAGDA APARECIDA DURKES
ADVOGADO: PEDRO MANSO CABRAL
APELADO: JORGE LUIZ COSTA SULZ DE ALMEIDA
ADVOGADO: DIOGENES DANIEL SOUZA DA SILVA
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

72 - 0020047-36.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: DJALMA SILVA JUNIOR
APELADO: PEDRO CANARIO DE QUEIROZ
APELADO: JOSE AUGUSTO SANTOS CRUZ

APELADO: DIVALDO SILVA MAIA
APELADO: JOSE PEREIRA DA SILVA
APELADO: ZENILDO COELHO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: IZABEL BATISTA URPIA
RELATOR(A): DES(A). LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

73 - 0077925-55.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 3ª VARA DE FAMÍLIA SUCES.ÓRFÃOS INTERD. E AUSENTES
APELANTE: JOVINA OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: JOÃO CLYMACO TEIXEIRA
APELADO: MARIA LUCIANA DOS SANTOS
ADVOGADO: ADILSON PINHEIRO GOMES
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

74 - 0004173-07.2003.805.0274 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
ORIGEM: INDENIZATÓRIA (REPARAÇÃO DE DANOS)
VARA: 5ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: ROBERIO FARIAS PINHEIRO
ADVOGADO: FRANCISCO FABIO BATISTA
APELADO: NEIDE VANDA DOS ANJOS SANTOS FIGUEIREDO
ADVOGADO: JOSE CLAUDIO PEREIRA
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

75 - 0000054-63.2005.805.0199 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: POÇÕES
ORIGEM: GUARDA DE MENOR
VARA: V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: MARLUCIA RODRIGUES DE JESUS
ADVOGADO: CLAUDIA APARECIDA CHULUK SILVA
APELADO: ELIZEU BRITO PEIXOTO
ADVOGADO: ALOISIO RIBEIRO FREIRE FILHO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

76 - 0001831-63.2005.805.0141 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JEQUIÉ
ORIGEM: INDENIZAÇÃO
VARA: 3º V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: RITA LUISE VELANES PINHEIRO, NAYARA DOS SANTOS SOUZA
APELADO: DEYVISON ERRICO AUSTREGESILO BATISTA
ADVOGADO: ROGÉRIO SILVA TORRES
RELATOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
REVISOR(A): DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ

77 - 0002882-26.2007.805.0146 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0002882-26.2007.805.0146 - 0
COMARCA: JUAZEIRO
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGADO: JOSE MOREIRA DA ROCHA
ADVOGADO: PATRICIA BUSMA DE MENEZES
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: NACHA GUERREIRO SOUZA AVENA
RELATOR(A): DES(A). LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO

78 - 0088362-92.2002.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0088362-92.2002.805.0001 - 0

COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EMBARGANTE: ESTADO DA BAHIA
EMBARGADO: EXPEDITO DE ALMEIDA BRANDAO
EMBARGADO: PEDRO ARAUJO COTIAS
EMBARGADO: CRISTIANO BRAGA DE ALMEIDA
EMBARGADO: EDUARDO SILVA SANTOS
EMBARGADO: CLAILTON BISPO DA SILVA
EMBARGADO: WASHINGTON NASCIMENTO DE SOUZA
EMBARGADO: ADEMAR NASCIMENTO SILVA
EMBARGADO: DENIVALDO SANTANA DE SENA
EMBARGADO: EDVALDO FERREIRA DIAS
EMBARGADO: JORGE DIAS MEDRADO
ADVOGADO: CLEUDSON SANTOS ALMEIDA
PROCURADOR DO ESTADO: NACHA GUERREIRO SOUZA AVENA
RELATOR(A): DES(A). LÍCIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO

79 - 0074035-45.2002.805.0001 - 1 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) APELAÇÃO 0074035-45.2002.805.0001 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 30ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
EMBARGANTE: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DA BAHIA
ADVOGADO: ADRIANO GONDIM DE MATOS COUTO, MARCELO BRAZIL FERREIRA
EMBARGADO: MARIA NICEAS PEREIRA
ADVOGADO: ALOYSIO MORAES PORTUGAL JUNIOR
RELATOR(A): DES(A). LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO

80 - 0016271-26.2010.805.0000 - 1 AGRAVO REGIMENTAL
NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO 0016271-26.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
VARA: 6ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
AGRAVANTE: JOSELICE ROCHA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIA DA SAÚDE DE BRITO BOMFIM, EPIFANIO ARAUJO NUNES
AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S/A
RELATOR(A): DES(A). JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

81 - 0141432-53.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
ORIGEM: ORDINÁRIA
VARA: 7ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
APELANTE: ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR DO ESTADO: ADRIANA MEYER BARBUDA GRADIN
APELADO: ADALBERTO OLIVEIRA PITON DA SILVA
APELADO: ANTONIO FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA
APELADO: ANTONIO JORGE FERREIRA MELO E OUTROS
ADVOGADO: ROBERTTO LEMOS E CORREIA
RELATOR(A): DES(A). LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

82 - 0000036-41.2004.805.0146 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JUAZEIRO
ORIGEM: INDENIZAÇÃO
VARA: 3ª V DOS FEITOS DE REL DE CONS CIV E COMERCIAIS
APELANTE: CLAUDIO VIEIRA GOMES
ADVOGADO: RICARDO CARVALHO DOS SANTOS
APELADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO
RELATOR(A): DES(A). LICIA DE CASTRO LARANJEIRA CARVALHO
REVISOR(A): DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO

QUINTA CÂMARA CÍVEL,25 DE JANEIRO DE 2011.
BELA. DENISE MANSUR JOYCE
DIRETORA DE SECRETARIA DE CÂMARA

## *SEÇÃO CRIMINAL*

ORGÃO: SEÇÃO CRIMINAL
CLASSE: AÇÃO PENAL - SALVADOR
PROCESSO: 0002748-35.1996.805.0000-0 (31666-1/00)
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR : FERNANDO STEIGER TOURINHO DE SA
RÉU: GLEIDE JOSÉ DE SANTANA - EX-PREFEITO MUNICIPAL DE UBATÃ
ADVOGADO: PAULO CABRAL TAVARES
IMPETRADO: M.M JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME DE RIACHÃO DO JACUÍPE
RELATOR: DESEMBARGADOR MOACYR PITTA LIMA

DESPACHO

Junte-se a petição anexa (nº 85205-8/2010), aos autos da Restauração de Autos nº 0019231-86.2009.805.0000-0, referente à Ação Penal acima referida.
Salvador, 7 (sete) de janeiro de 2011.

Des. Eserval Rocha
Presidente da Seção Criminal

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SEÇÃO CRIMINAL

FICAM PUBLICADAS AS CONCLUSÕES DO VENERANDO ACÓRDÃO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS

0002964-05.2010.805.0000 - 0 REVISÃO CRIMINAL
COMARCA: SALVADOR
REQUERENTE: GENIVALDO MARQUES
DEFENSOR: FABIANO CHOI
ESTAGIARIO: FERNANDA BONFIM BARBOSA
DEFENSOR: DRA. HELIA BARBOSA
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. VILMA COSTA VEIGA
PROCURADOR(A): SÔNIA MARIA DA SILVA BRITO
DECISÃO: JULGOU-SE PROCEDENTE PARA MODIFICAR O REGIME PARA SEMI-ABERTO, Á UNANIMIDADE.

Manoel Leone da Silva Filho
Técnico de Nível Médio

## *PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª Turma Criminal

PUBLICAÇÃO PARA FINS DE INTIMAÇÃO

REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS AUTOS DE APELACAO CRIME N° 0001221-32.2008.805.0225-0
COMARCA: ACAJUTIBA
VARA: CRIME
NºDE ORIGEM: 1842148-5/2008
EMBARGANTE: LUCAS DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
ADVGADO: ALÍCIO SILVA ANDRADE FILHO OAB/BA 23608

DESPACHO DE FLS. 252:" Defiro o pedido de fls.243/244, para determinar a republicação da decisão de fls.232/235, fazendo constar o nome do Bel. Alício Silva Andrade, inserindo-o no sistema de processamento de dados deste Tribunal, para que possa receber as notificações judiciais.
Publique-se. Intime-se. Salvador,01/12/2010.(a) Des.Abelardo Virgínio de Carvalho. Relator.

Secretaria da PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, 25 de janeiro de 2011

Bela. MARIA DE LOURDES REZENDE DA ROCHA
Diretora da Câmara

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 1ª Turma Criminal

PUBLICAÇÃO PARA FINS DE INTIMAÇÃO
REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS AUTOS DE APELACAO CRIME N° 0001221-32.2008.805.0225-0
COMARCA: ACAJUTIBA
VARA: CRIME
NºDE ORIGEM: 1842148-5/2008
EMBARGANTE: LUCAS DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS
ADVOGADO: ALÍCIO SILVA ANDRADE FILHO OAB/BA 23608

CONCLUSÃO DA DECISÃO DE FLS. 232/235.
"Ante o exposto, conheço dos embargos declaratórios, acolhendo-os em parte".Sala das Sessões, 30 de julho de 2010.(a)Des. Abelardo Virgínio de Carvalho. Presidente/Relator.

Secretaria da PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, 25 de janeiro de 2011.
Bela. MARIA DE LOURDES REZENDE DA ROCHA
Diretora da Câmara

ORGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
CLASSE: AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA
PROCESSO: Nº. 0002530-84.2008.805.0000-0 - TANQUE NOVO
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR : CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS
PROMOTOR : ANTÔNIO FAUSTINO DE ALMEIDA
RÉUS : ÉLSON NEVES DE OLIVEIRA - PREFEITO MUNICIPAL DE TANQUE NOVO, ANÍZIO MARQUES DA SILVA, MARIA CARNEIRO MARQUES DA SILVA, JOÃO NEVES DE OLIVEIRA
ADV : CUSTÓDIO LACERDA BRITO
RELATOR : DESEMBARGADOR ESERVAL ROCHA

DESPACHO

I - Considerado o novo endereço indicado pelo Ministério Público às fls. 2539, delego a colheita do depoimento da testemunha, Constâncio Francisco da Silva, a um dos Juízes das Varas Crimes desta Capital, a ser especificado mediante distribuição da respectiva Carta, domiciliado no endereço acima mencionado, devendo o juíz ordenado designar a data da respectiva audiência e praticar todos os demais atos inerentes à apontada designação.

Expeça-se a respectiva Carta de Ordem dirigida ao juíz supra referido, instruindo-as com cópia do 1º Vol. até às fls. 172 e do vol. 11, até as fls. 1930.

II - Por outro lado, em que pese a Juíza de Direito da Vara Crime de Lauro de Freitas ter informado às fls. 1974, em resposta ao ofício de fls. 1964, a designação de audiência para o dia 17 (dezessete) de setembro de 2009, mas, entretanto, tendo em vista a ausência de resposta ao ofício posterior de fls 2534, requisitando novas informações acerca do cumprimento da respectiva Carta de Ordem, Reitere-se, COM URGÊNCIA, os termos do ofício de fls. 2534, assinando o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ressaltando a possibilidade de ser remetida à Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal e ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), cópia integral do presente processo, para a adoção das providências cabíveis.

PI

Salvador, 7 (sete) de janeiro de 2011.

Des. Eserval Rocha
Relator

ORGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
CLASSE: AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA
PROCESSO: Nº. 0005492-12.2010.805.0000-0 - IRAMAIA
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR : ROMULO DE ANDRADE MOREIRA
PROMOTOR : JOSE JORGE MEIRELES FREITAS
RÉU : JOSÉ RODRIGUES DE CARVALHO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL DE IRAMAIA
RELATOR : DESEMBARGADOR ESERVAL ROCHA

DECISÃO

I - Trata-se de Ação Penal Originária ajuizada contra o prefeito Municipal de Iramaia, acusado da prática do crime previsto no artigo 1º, VII, do Dec-Lei nº 201/67.
Consoante notícia constante dos autos c/c consulta realizada no site do TRE/BA, o Prefeito ora denunciado teve seu mandato cassado em fevereiro de 2010 pela apontada Corte Eleitoral.

II - Como se sabe:

Em sessão realizada em 15/09/2005, por ocasião do julgamento da ADIN nº 2797, o Plenário da Suprema Corte, por maioria de votos (7 x 3), declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 10.628/2002, que alterou a redação do art. 84 do Código de Processo Penal, restando, assim, suprimida a prerrogativa de foro para ex-ocupantes de cargos públicos ou mandatos eletivos. Aplicação do efeito vinculante, disposto no art. 202, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45" (STJ , REsp 750969/PR, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 15/12/2005).

Por outro lado, em que pese a alegação do Ministério Público de fls. 206/207 no sentido de que "o avanzil acionado ainda não foi definitivamente despojado de seu mandato, eis que tramitam medidas judiciais que têm, em tese, o condão de reverter o mencionado afastamento", tal fato não é suficiente para manter a prerrogativa de foro, pois o foro especial pressupõe o efetivo exercício do cargo ou do mandato, até porque a mencionada prerrogativa é funcional e não pessoal.

Assim, terminado o exercício da função, seja por perda ou término do mandato, cessa também a competência funcional, ainda que, em tese, tal situação possa ser revertida, hipótese em que o acusado, retornando ao exercício do cargo, volta a possuir prerrogativa de foro.

Nesse sentido se manifestou o pretório excelso:

Foro especial ou prerrogativa de foro. Inexistência. Ex-Governador. Cessação do Exercício da função pública. Afastamento por decisão do TSE sujeita a recurso dotado de efeito apenas devolutivo. Recurso extraordinário inviável. Seguimento Negado. Precedente. Não tem direito a foro especial, ou a prerrogativa de foro, quem tenha sido destituído da função Pública cujo exercício lho assegurava (STF, Segunda Turma, RE 599650/RR - Roraima, Rel. Min. Cezar Peluso, DJE 23/10/2009).

O Min. Cezar Peluso, ao proferir seu voto o qual foi unanimemente acompanhado pelos demais julgadores, destacou que:

conforme consignou o Min. Sydney Sanches no voto proferido na Questão de Ordem no Inq nº 687 (DJ de 09.11.2001), de sua relatoria, oportunidade na qual a Corte cancelou a súmula 394, "a prerrogativa do foro visa a garantir o exercício do cargo ou do mandato, e não a proteger quem o exerce. Menos ainda quem deixa de exercê-lo".
Assim, a única circunstância hábil a justificar o foro especial é o exercício atual e efetivo da função pública, sob pena de, admitindo-se interpretação ampliativa do instituto, transformá-lo em privilégio de caráter pessoal, coisa de todo incompatível com o princípio republicano. Confira-se, a respeito, trecho do voto do Min. Celso de Mello, Relator do Inq. Nº 1.376:
"[...] é inqüestionável que a prerrogativa de foro, instituída em nosso sistema constitucional, tem a sua existência justificada pela necessidade de preservar-se a dignidade da função e de proteger-se a independência de seu exercício. Assinale-se, no entanto, que a prerrogativa de foro - que traduz matéria de direito estrito - tem por destinatários, unicamente, aqueles que se encontram in officio, não se estendendo, por isso mesmo, àqueles que não mais detenham certas titularidades funcionais no aparelho do Estado.
Na realidade, insista-se, a prerrogativa de foro, tal como prevista na Constituição da República, acha-se estabelecida ratione numeris, destinada a compor o estatuto jurídico de determinados agentes públicos, enquanto ostentarem essa particular condição funcional, porque vocacionada, sempre nas hipóteses definidas no texto constitucional, a proteger aquele que está a exercer ou a titularizar determinada função pública, não se estendendo, porém, por absoluta incompatibilidade com o princípio republicano, aos ex-ocupantes de certos cargos públicos.
É por tal razão que esta Suprema Corte já se manifestou no sentido de que, tratando-se de determinados ocupantes de cargos públicos, inexiste, quanto a eles, situação de privilégio der caráter pessoal. Trata-se, ao contrário, de uma prerrogativa de ordem estritamente funcional, que, prevista, em sede constitucional, destina-se a proteger - enquanto derrogação extraordinária dos postulados da igualdade e do juiz natural - aquele que se acha e que ainda se encontra no desempenho de determinado ofício público.

Na verdade, o que deve legitimar o reconhecimento da competência originária do Supremo Tribunal Federal deve ser, unicamente, a atualidade do exercício do mandato ou da titularidade de determinadas funções públicas que justificam a prerrogativa de foro. Nada deve conduzir à preservação dessa competência originária, ainda que mediante invocação da perpetuatio judisdictionis, quando cessado, como na espécie, o desempenho funcional do cargo ou do mandato cuja titularidade justificava a aplicação, sempre excepcional, da regra constitucional concernente à prerrogativa de foro" (Inq-AgR nº 1.376, Rel.Min. Celso de Mello, DJ de 16.03.2007).
in casu, o recorrente foi efetivamente afastado do exercício do cargo de Governador de Estado em razão da decisão do Tribunal Superior Eleitoral no RESPE nº 21.320, donde, cessado o exercício da função, não há excogitar foro especial.
Anoto que é de todo adiáforo que tal decisão ainda não tenha transitado em julgado, pois os recursos eleitorais não têm efeito suspensivo (art. 257, do Código Eleitoral)

III - Com efeito, e considerando que ante a mencionada declaração de inconstitucionalidade na ADIN nº 2797, remanesce a competência do juízo de 1º grau para o processamento e julgamento da presente Ação Penal, determino o encaminhamento dos autos ao juízo da Comarca de Iramaia, por ser o competente para apreciação do feito.

PI
Salvador, 7 (sete) de janeiro de 2011.

Des. Eserval Rocha
Relator

ORGÃO: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
CLASSE: AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA
PROCESSO: Nº. 0001785-41.2007.805.0000-0 (34017-9/2007) - CIPÓ
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR : HERMENEGILDO VERGÍLIO DE QUEIROZ
PROMOTOR : ANTÔNIO FAUSTINO DE ALMEIDA
RÉU : JAILTON FERREIRA MACEDO - PREFEITO MUNICIPAL DE CIPÓ
ADVOGADOS : SAMUEL QUEIROZ DA SILVA JÚNIOR, MATHEUS CARDOSO COUTINHO E OUTROS
RELATOR : DESEMBARGADOR ESERVAL ROCHA

DESPACHO

Tendo em vista a certidão de fls. 654 da Secretaria da Primeira Câmara Criminal, oficie-se ao Juízo ordenado requisitando informações acerca da devolução da Carta de Ordem de fls. 653.
Salvador, 7 (sete) de janeiro de 2011.

Des. Eserval Rocha
Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

FICA PUBLICADA A CONCLUSÃO DO VENERANDO ÀCORDÃO JULGADO EM 25/01/2011, PARA CONHECIMENTO DAS PARTES.

0006224-90.2010.805.0000 - 0 REVISÃO CRIMINAL
COMARCA: GLÓRIA
REQUERENTE: JANILSON FREIRE DE SOUZA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
Substituído por: JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA SEIXAS
REVISOR(A): DES. VILMA COSTA VEIGA
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): ELZA MARIA DE SOUZA
OBSERVAÇÃO: PUBLICAÇÃO DE ACORDÃO
DECISÃO: REVISÃO CRIMINAL IMPROCEDENTE. UNÂNIME.

SECRETARIA DA PRIMEIRA CÃMARA CRIMINAL
SALVADOR,26/01/2011
MARIA DE LOURDES REZENDE DA ROCHA
Diretora da Primeira Câmara Criminal-.ABJ

## *PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - PRIMEIRA TURMA*

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000082-36.2011.805.0000-0
ORIGEM DO PROCESSO: COMARCA DE SALVADOR
IMPETRANTE: CHARLES ANTÔNIO DA SILVA BRITO
PACIENTE: CHARLES ANTÔNIO DA SILVA BRITO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 2ª VARA SUMARIANTE DO JÚRI
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

DECISÃO

CHARLES ANTÔNIO DA SILVA BRITO, preso e recolhido em uma das celas do Presídio de Valença, privado de sua liberdade de ir e vir, por força de prisão preventiva decretada pelaMM. JUIZ DE DIREITO DE DIREITO DE SALVADOR 2ª VARA SUMARIANTE DO JÚRI, apontada como autoridade coatora, impetrou, em seu favor, Habeas Corpus, com pedido de liminar.
Colhe-se do processo que o paciente encontra-se preso desde 15 de janeiro de 2009, por força de prisão preventiva, acusado da prática de homicídio qualificado.
Sustenta o impetrante, em síntese, ser ilegal a custódia, em razão do excesso de prazo à conclusão do feito, porquanto o paciente encontra-se preso desde janeiro de 2009 e, até a presente data, o processo não alcançou o seu termo final.
Cediço é que a concessão de liminar em processo de habeas corpus é medida excepcional, somente admissível quando inequivocamente demonstrada a ilegalidade do ato impugnado e evidenciados o periculum in mora, entendido como a efetiva possibilidade de lesão grave, de difícil ou impossível reparação, e o fumus boni iuris, ou seja, a plausibilidade do direito subjetivo postulado.
Ausentes, como na hipótese, tais requisitos, resta sem respaldo o pedido de provisão liminar.
Diante disto, em se cuidando de situação justificadora da concessão in limine do pedido, INDEFIRO o pleito de antecipação da tutela.
Determino ainda que:
1) Requisitem-se as informações ao MM. JUIZ DE DIREITO DE DIREITO DE SALVADOR 2ª VARA SUMARIANTE DO JÚRI; PROCURADORIA DE JUSTIÇA2) Após, remetam-se os autos à douta .
P.I.
Salvador, 24 de janeiro de 2011

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000252-08.2011.805.0000-0
ORIGEM DO PROCESSO: COMARCA DE LAURO DE FREITAS
IMPETRANTE: RENATA MARCELINO E LÚCIA MARIA PALMEIRA FERREIRA AROUCA
PACIENTE: ANDERSON AQUINO DOS SANTOS E IMPETRADO:
JUIZ DE DIREITO DE LAURO DE FREITAS 1ª VARA CRIME, DO JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

DECISÃO

RENATA MARCELINO e LÚCIA MARIA PALMEIRA FERREIRA AROUCA impetrou Habeas Corpus, com pedido de liminar, em favor deANDERSON AQUINO DOS SANTOS, preso e recolhido em uma das celas da Cadeia Pública de São Desidério, privado da sua liberdade de ir e vir, em decorrência de Prisão Preventiva decretada pelo MM. JUIZ DE DIREITO DE DIREITO DE LAURO DE FREITAS 1ª VARA DE CRIME, DO JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE, autoridade apontada coatora.
Em suas razões, noticiam ter sido o paciente preso em 09 de dezembro de 2009, pela suposta prática do delito capitulado no do art. 33 da Lei 11.343/06. Sustentam não estarem presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, alegando ser réu primário, ter bons antecedentes e trabalhar no distrito da culpa. Também aduzem que, no caso em tela, livrar-se-á solto da acusação. Afirmam não apresentarem perigo à sociedade, pois não é contumaz na prática de delitos.
Afirmaram também que até a presente data, a instrução criminal não fora encerrada.
Outrossim, em síntese, pretende-se a revogação de sua prisão, argumentando que não se fazem presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, constrangimento que se avulta em se tratando de indiciado primário, exercendo atividade laborativa lícita, de bons antecedentes e com residência fixa e, em face do excesso de prazo a conclusão do feito.
Juntou documentos de fls. 07/25.
É o Relatório.

Sabe-se que a concessão de liminar em processo de habeas corpus é medida excepcional, somente admissível quando inequivocamente demonstrada a ilegalidade do ato impugnado e evidenciados o periculum in mora, entendido como a efetiva possibilidade de lesão grave, de difícil ou impossível reparação, e o fumus boni iuris, ou seja, a plausibilidade do direito subjetivo postulado.

Ausentes, como na hipótese, tais requisitos, resta sem respaldo o pedido de provisão liminar, visto ser impossível abranger a questão de mérito do writ sem ultrapassar os limites da cognição sumária do Relator.
Diante disto, não se cuidando de situação justificadora da concessão in limine do pedido,indefiro o pleito de antecipação da tutela.
Determino ainda que:
1) Requisitem-se as informações aoMM. JUIZ DE DIREITO DE DIREITO DE LAURO DE FREITAS 1ª VARA DE CRIME, DO JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE;
2) Após, remetam-se os autos à doutaPROCURADORIA DE JUSTIÇA.
P.I.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

PrimeiraCâmara Criminal -Primeira Turma Criminal
Habeas Corpus nº 0000100-57.2011.805.0000-0
Origem: Comarca de Porto Seguro
Impetrante: Frederico Lisboa Moura
Paciente: Geovane Oliveira Brito
Impetrado: Juiz de direito de Porto Seguro 1ª Vara Crime
Relator: Mario Alberto Simões Hirs

DECISÃO

Frederico Lisboa Moura impetrou Habeas Corpus, com pedido de liminar, em favor de Geovane Oliveira Brito, preso e recolhido em uma das celas do Presídio da Cadeia P[ública de Porto Seguro, privado da sua liberdade de ir e vir, em decorrência de Sentença penal prolatada pelo MM. JUIZ DE DIREITO DE Porto Seguro 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE, autoridade apontada coatora.
Aduziu o impetrante que a custódia do paciente foi efetuada no dia 13 de dezembro de 2010, em processo crime nº 0017391-20.2009.805.0201, onde foi condenado a pena de 10 (dez) anos e 05 (cinco) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e 500 (quinhentos) dias multa pela prática do crime tráfico de substância entorpecente e porte ilegal de arma de fogo.
Assevera que o MM a quo negou ao paciente o direito de apelar em liberdade, aduzindo de forma genérica estarem presentes os requisitos ensejadores da prisão cautelar, apesar de ter respondido ao processo em liberdade.
Outrossim, afirma que o paciente tem o direito de apelar em liberdade, eis que a decisão foi desmotivada.
Desta forma, sustenta que há coação ilegal, em face do desrespeito ao disciplinamento normativo a que se subordina tal medida extrema, pois que o juízo não reconheceu o direito do paciente de apelar da decisão sem recolher-se à prisão.
Juntou documentos que achou necessários.
É o Relatório.

Sabe-se que a concessão de liminar em processo de habeas corpus é medida excepcional, somente admissível quando inequivocamente demonstrada a ilegalidade do ato impugnado e evidenciados o periculum in mora, entendido como a efetiva possibilidade de lesão grave, de difícil ou impossível reparação, e o fumus boni iuris, ou seja, a plausibilidade do direito subjetivo postulado.
Ausentes, como na hipótese, tais requisitos, resta sem respaldo o pedido de provisão liminar, visto ser impossível abranger a questão de mérito do writ sem ultrapassar os limites da cognição sumária do Relator.
Diante disto, não se cuidando de situação justificadora da concessão in limine do pedido, indefiro o pleito de antecipação da tutela.
Determino ainda que:
1) Requisitem-se as informações ao MM. JUIZ DE DIREITO DE Porto Seguro 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE;
2) Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria de Justiça.
P.I.
Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000155-08.2011.805.0000-0
ORIGEM DO PROCESSO: COMARCA DE PAULO AFONSO
IMPETRANTE: ANTÔNIO FERNANDES DANTAS MONTALVÃO E CAMILA MATOS MONTALVÃO
PACIENTE: SILVIO DE SOUZA SILVA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE PAULO AFONSO VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

DECISÃO

SILVIO DE SOUZA SILVA, preso e recolhido em uma das celas do Presídio de Paulo Afonso, privado da sua liberdade de ir e vir, em decorrência de Sentença penal prolatada pelo MM. JUIZ DE DIREITO DE PAULO AFONSO VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE, autoridade apontada coatora.
ANTÔNIO FERNANDES DANTAS MONTALVÃO e CAMILA MATOS MONTALVÃO impetraram Habeas Corpus, com pedido de liminar, em favor de

Aduziram os impetrantes, em síntese, que a custódia do paciente foi efetuada no dia 04 de julho de 2007, em processo crime nº 0001079-33.2008.805.0191, onde, após julgamento, foi condenado a cumprir pena de 15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado.

Asseveraram que o MM a quo negou a SILVIO DE SOUZA SILVA o direito de apelar em liberdade, aduzindo estarem presentes os requisitos ensejadores da prisão cautelar.
Outrossim, afirmaram que o paciente tem o direito de apelar em liberdade, eis que é primário, possuidor de residência fixa, profissão definida, e que o mesmo não se enquadra nos casos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, não tendo, suporte para ser mantida a mesma, até porque desmotivada.
Desta forma, sustentou que há coação ilegal, em face do desrespeito ao disciplinamento normativo a que se subordina tal medida extrema, pois que o juízo não reconheceu o direito do paciente de apelar da decisão sem recolher-se à prisão.
Juntou documentos.
É o relatório.

Cediço é que a concessão de liminar em processo de habeas corpus é medida excepcional, somente admissível quando inequivocamente demonstrada a ilegalidade do ato impugnado e evidenciados o periculum in mora, entendido como a efetiva possibilidade de lesão grave, de difícil ou impossível reparação, e o fumus boni iuris, ou seja, a plausibilidade do direito subjetivo postulado.
Ausentes, como na hipótese, tais requisitos, resta sem respaldado o pedido de provisão liminar.
Diante disto, não se cuidando de situação justificadora da concessão in limine do pedido, INDEFIRO o pleito de antecipação da tutela.

Determino ainda que:
1. Requisitem-se informações ao MM. JUIZ DE DIREITO DE PAULO AFONSO VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE;
2. Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria de Justiça.
P.I.
Salvador, 24 de janeiro de 2011

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - TJBA (1ª Turma).
HABEAS CORPUS Nº 0015647-74.2010.805.0000-0.
ORIGEM: JEREMOABO-BA. (Vara Criminal).
IMPETRANTE: BEL. MANUEL ANTÔNIO DE MOURA.
PACIENTE: CARLOS ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA.
IMPETRADO: DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JEREMOABO-BA.
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.

DESPACHO:

Notifique-se o advogado do paciente a fim de que venha se manifestar acerca do possível equívoco fincado às páginas 102/106 (paciente Genário da Silva não coincide com o da impetração).

P. I.

Cidade do Salvador, 18.01.2011.

Mario Alberto Simões Hirs.
Relator.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - TJBA (1ª Turma).
HABEAS CORPUS Nº 17198-89.2010.805.0000-0.
ORIGEM: BARREIRAS-BA. (Vara do Júri).
IMPETRANTE: BEL. VIVALDO DO AMARAL ADAES.

PACIENTES: GERALDO ALVES CARDOSO NETTO, VALERI NASCIMENTO SOUZA FERREIRA, ALESSIO TAVARES DA CUNHA JUNIOR E DANIEL MARQUES REGO.
IMPETRADO: DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BARREIRAS-BA.
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.

DESPACHO:

Cumpra-se a determinação de folha 32 (solicitação de informações), após, vista ao MP.

P. I.

Cidade do Salvador, 18.01.2011.

Mario Alberto Simões Hirs.
Relator.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - TJBA (1ª Turma).
HABEAS CORPUS Nº 17210-06.2010.805.0000-0.
ORIGEM: MEDEIROS NETO-BA. (Vara Criminal).
IMPETRANTE: BEL. DANIEL SANTOS LEMOS.
PACIENTE: PATRÍCIA SOUZA OLIVEIRA.
IMPETRADO: DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MEDEIROS NETO-BA.
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.

DESPACHO:

Cumpra-se a determinação de folha 47 (solicitação de informações), após, vista ao MP.

P. I.

Cidade do Salvador, 18.01.2011.

Mario Alberto Simões Hirs.
Relator.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - TJBA (1ª Turma).
HABEAS CORPUS Nº 17257-77.2010.805.0000-0.
ORIGEM: EUCLIDES DA CUNHA-BA. (Vara Criminal).
IMPETRANTE: BELA. MARIA IZABEL MACHADO.
PACIENTE: MARCIO SANTANA VENTURA.
IMPETRADO: DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE EUCLIDES DA CUNHA-BA.
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.

DESPACHO:

Cumpra-se a determinação de folha 17 (solicitação de informações), após, vista ao MP.

P. I.

Cidade do Salvador, 18.01.2011.

Mario Alberto Simões Hirs.
Relator.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - TJBA.
RESTAURAÇÃO DOS AUTOS NA APELAÇÃO CRIME Nº 0000558-56.1993.805.0113-0.
ORIGEM: ITABUNA-BA. (2ª Vara Criminal).
APELANTE: JOSÉ CARLOS VIEIRA DOS SANTOS.
ADVOGADO: BEL. MANOEL MESSIAS DE FARIAS NETO.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
PROMOTORA DE JUSTIÇA: BELA. CINTHIA PORTELA LOPES.
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DOUTORA VERA LÚCIA DE AZEREDO COUTINHO.
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.

Despacho:

Retornando os autos em 01.12.2010 (doc. folha 168), após análise e em condições de proferir julgamento determino a remessa dos presentes á censura do eminente Desembargador Revisor com o necessário Relatório:
.
Inicialmente, observa-se que os autos da então Apelação Criminal nº 42005-5 foram restaurados no juízo primeiro, e, na forma do artigo 547, do CPP ("Julgada a restauração, os autos respectivos valerão pelos originais") foram redistribuídos a fim de que esta relatoria julgasse a dita Apelação Criminal.

Trata-se de Apelação Criminal interposta contra sentença que condenou José Carlos Vieira dos Santos da imputação indicada na exordial de folhas 02/03 que o acusou (prática) do crime previsto nos artigos 214, caput, c/c o artigo 224, alínea "a" e 226, inciso II, do Código Penal, narrando a preambular acusatória que o recorrente em 01.08.1993, por volta das 19h00min, no interior da sua residência, aproveitando-se que se encontrava sozinho com a adolescente e babá de seus filhos, Renilde Severo dos Santos, então com 13 (treze) anos, pegou a vítima à força despindo-a e utilizando-se de violência a constrangeu à prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, consistente em morder o seio esquerdo e apertar o direito; apalpar as regiões pudentes, além de introduzir o dedo em sua vagina, advindo o decreto sancionador, após regular instrutório criminal, de 09 (nove) anos de reclusão em regime inicial fechado.

Irresignado interpôs o sentenciado recurso de apelação (148 e razões recursais às folhas 149/154) pretendendo sua absolvição ao argumento de que inexistiam provas cabais para a condenação.

As Contrarrazões apresentadas pela Promotora de Justiça (fls.155/159) pugnaram pelo total improvimento do feito, peça referendada pela assistente de acusação às folhas 227/234.

O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça ás folhas 165/169 (Parecer nº 4968/2010 - Dra. Vera Lúcia de Azeredo Coutinho) foi pelo total improvimento do recurso.

P. I.

Salvador, 08 de Dezembro de 2010.

Mario Alberto Simões Hirs.
R e l a t o r

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - TJBA.
HABEAS CORPUS Nº 0013574-32.2010.805.0000-0.
ORIGEM: SALVADOR-BA. (2ª Vara Criminal).
IMPETRANTES: BÉIS. ADRIANO ALMEIDA FONSECA, TIAGO ÁVILA DE SOUZA E MARCELA PINHEIRO DA SILVA.
PACIENTE: JOÃO CARLOS CUNHA CAVALCANTI.
IMPETRADA: DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL.
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DOUTORA LÍCIA MARIA DE OLIVEIRA.
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.

Despacho:

Inclua-se em pauta para julgamento, observando o quanto requerido pelos doutos impetrantes (folha 548), assim que houver disponibilidade.

P. I.

Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Mario Alberto Simões Hirs.
Relator.

PRIMEIRA TURMA CRIMINAL - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0013754-70.2008.805.0274-0
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA/BA.
APELANTE: LUCAS DA CONCEIÇÃO ALBUQUERQUE
ADVOGAGO: BEL. COSME ANTÔNIO RIBEIRO SANTANA - OAB/BA 26.035
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA
RELATOR: DES. MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

DESPACHO:

Retornando os autos em 24/11/2010 (doc. folha 156 v.), após análise e em condições de proferir julgamento determino a remessa dos presentes à censura do eminente Desembargador Revisor com o necessário relatório:

Cuida-se de Apelação Criminal interposta contra sentença que condenou Lucas da Conceição Albuquerque da imputação indicada na exordial de folhas 02/03 que o acusou do crime previsto no artigo 157, § 2º, inciso I, c/c o art. 71, ambos do CP, c/c o art. 14, da lei nº 10.826/03, c/c o art. 69 do CP, narrando a preambular acusatória que o denunciado, no dia 21/11/2008, por volta das 10:00 hs, nas imediações da Av. Goiás, Bairro Brasil, na cidade de Vitória da Conquista/Ba., subtraiu, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo (revólver calibre 38), um aparelho celular da marca Sony Ericsson pertencente à Sra. Simone Santos Rodrigues e, que após o cometimento do delito acima narrado, evadiu-se em uma bicicleta, também utilizada no roubo acima, tendo em seguida, nas imediações da Av. Serrinha, Bairro Brasil, abordado a Sra. Solange Oliveira Abreu, ameaçando-a com a mesma arma de fogo que portava (Auto de Exibição e Apreensão à fl. 21 e Entrega fls. 22/23). Por fim, abordou a Sra. Maria Sônia Lima Sousa, munido da citada arma de fogo e, exigiu, mediante grave ameaça, o aparelho celular de marca Samsung, evadindo-se em seguida.
Consta, ainda, na preambular acusatória que, no momento da prisão do denunciado, o mesmo encontrava-se portando uma arma de fogo do tipo revólver, marca ignorada, calibre 38, nº serial 1231269, salientando que a arma não estava registrada.
A Denúncia fora recebida em 21/01/2009 (fl. 33 v.). O Laudo de Exame Pericial (Balística) às fls. 38/39. A Defesa Prévia foi ofertada em 26/02/2009 (fl. 40), ofertando o Parquet suas alegações finais às fls. 90/96 requerendo seja julgada parcialmente procedente a peça preambular, condenando-se o Réu nas penas do art. 157, c/c o art. 71, parágrafo único, ambos do CP, absolvendo-o da imputação constante do art. 14, da Lei n. 10.826/2003.
Antecedentes criminais constam às fls. 47; 48 e 68.
A Defesa do acusado, por sua vez, às fls. 98/102, em alegações finais, pugnou pela improcedência da denúncia e, por conseguinte sua absolvição, e, no caso de não ser esse o entendimento, que seja aplicada a atenuante prevista no art. 65, inciso I, do CP, uma vez que o Réu na época dos fatos, era menor de 21 (vinte e um) anos de idade e, ainda, que sejam considerados a primariedade e os bons antecedentes.

Às fls. 111/116 adveio à sentença prolatada pela magistrada, Dra. Carmem Stela Sampaio Pereira que julgando procedente, em parte, a denúncia, condenou o acusado como incurso nas sanções do art. 157, c/c o art. 71, parágrafo único, do CP e absolveu-o com relação ao delito do art. 14, da Lei n. 10.826/2003, fixando-lhe à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, deixando de aplicar a atenuante da menoridade relativa, por ter sido fixada a pena no mínimo legal. Indicou, ainda, o aumento previsto no crime continuado e levando-se em consideração o número de infrações praticadas, elevou a pena em 1/6 (um sexto), resultando a sanção definitiva em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão a ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto, além, da preprimenda pecuniária, fixada em 13 (treze) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.

Irresignada a Defesa interpôs Recurso de Apelação (fl. 127), emprestando a este as razões apresentadas nas alegações finais (fls. 98/102) e, ao final, pleitea a reforma da r. Decisão de fls.

As Contrarrazões ministeriais foram apresentadas às fls.131/135 pugnando pelo improvimento do recurso, mantendo-se a sentença atacada, por seus próprios fundamentos.

O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às fls. 146/152 (Parecer nº 4802/2010 - datado de 27/07/2010) - Dra. Maria de Fátima Campos da Cunha foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu improvimento.
P. I.
Salvador, 18 de janeiro de 2011.

Des. Mario Alberto Simões Hirs
Relator

pRIMEIRA Câmara Criminal - PRIMEIRA Turma Criminal
Habeas Corpus nº 0015151-45.2010.805.0000-0
Origem: Comarca de Senhor do Bonfim
Impetrante: defensoria pública do estado da bahia
defensor público: ANTÔNIO RAUL BORGES PALMEIRA
Paciente: renato josé dos santos
Impetrado: Juiz de Direito de senhor do bonfim Vara CRIME, JÚRI, EXECUÇõES pENAIS E INFÂNCIA E jUVENTUDE
PROCURADORA DE JUSTIÇA: VERA lÚCIA DE aZEREDO COUTINHO
Relator: Mario Alberto Simões Hirs

Decisão

Trata-se de habeas corpus com pedido liminar impetrado por Antônio Raul Borges Palmeira, Defensor Público, em favor de Renato José Dos Santos, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito de Senhor do Bonfim Vara Crime, Júri, Execuções Penais e Infância e Juventude.
Noticiam os autos que o paciente foi denunciado e pronunciado, em 27 de outubro de 1997, como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal. Tendo sido designada a data de 11 de novembro passado para a realização do Julgamento pelo Tribunal do Júri.
Sustenta o impetrante que o Juiz a quo, em outubro de 1997, teria obrado em excesso de linguagem na decisão de Pronúncia, aduzindo que aquele teria usurpado a competência da Corte Popular ao emitir juízo de valor acerca dos fatos narrados na denúncia, o que tornaria dificultosa a sua defesa do paciente em plenário.

Pretendia, liminarmente, a suspensão do julgamento, até o julgamento do mérito da impetração, no qual requer a cassação da decisão de pronúncia.
Instrui a inicial com os documentos de fls. 08 a 16.
A liminar foi indeferida.
Às fls. 28/31, o parecer da douta Procuradora de Justiça Vera Lúcia de azeredo Coutinho, opinando pela denegação da ordem.
É o relatório.
O pedido está prejudicado.
In casu, requereu o paciente a concessão da ordem para fazer cessar a coação ilegal por ato do MM. Juiz de Direito de Senhor do Bonfim Vara Crime, Júri, Execuções Penais, Infância e Juventude.
Ocorre que com a publicação da sentença absolvendo o paciente, consoante informação do cartório, não há que se falar em nulidade da decisão de Pronúncia.
Com essas considerações julgo Prejudicado o presente habeas corpus em face da perda do objeto da proposição, determinando o Arquivamento do feito.
P.I
Salvador, 19 de janeiro de 2010.

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

primeira Câmara Criminal - PRIMEIRA TURMA JULGADORA
Habeas Corpus nº 0000005-27.2011.805.0000-0
Origem do Processo: Comarca de FEIRA DE SANTANA
Impetrante: JOÃO LOPES DOS SANTOS
Paciente: JEDEON SANTOS GONÇALVES
Impetrado: Juiz de Direito de FEIRA DE SANTANA 1ªVARA CRIME
Relator: Mario Alberto Simões Hirs

DESPACHO

Cumpra-se o determinado na fl. 13.
P.I.
Salvador, 19 de janeiro de 2011

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

primeira Câmara Criminal
Habeas Corpus nº 0017228-27.2010.805.0000-0
Origem do Processo: Comarca de SALVADOR
Impetrante: ANDRÉ LUÍS DO Nascimentos LOPES E ANDRÉIA LUCIARA ALVES DA SILVA LOPES
Paciente: ALINE BATISTA DOS SANTOS
Impetrado: Juiz de Direito de SALVADOR 2 VARA DE TÓXICOS
Relator: Mario Alberto Simões Hirs

DESPACHO

Cumpra-se o determinado nas fls. 64/65.
P.I.
Salvador, 19 de janeiro de 2011

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

primeira Câmara Criminal - PRIMEIRA TURMA JULGADORA
Habeas Corpus nº 0000020-93.2011.805.0000-0
Origem do Processo: Comarca de UBAITABA
Impetrante: FERNANDO AUGUSTO SÁ HAGE
Paciente: JESSÉ CLÁUDIO CARDOSO DOS SANTOS
Impetrado: Juiz de Direito de UBAITABA VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES
PENAIS E INFÂNCIA E JUVENTUDE
Relator: Mario Alberto Simões Hirs

DESPACHO

Cumpra-se o determinado nas fls. 155/156.
P.I.
Salvador, 19 de janeiro de 2011

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

1ª TURMA CRIMINAL - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME Nº 0000787-52.2009.805.0146-0
COMARCA: JUAZEIRO/BA
APELANTES: ROBÉRIO DIAS DOS SANTOS E UALÉCIO SANTOS LIMA
DEFENSORES PÚBLICOS: BÉIS. WESCLEI AMICES MARQUES PEDREIRA E VIRDÁLIO DE SENNA NETO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA AUXILIAR NA 2ª INSTÂNCIA: DRA. ISABEL ADELAIDE DE ANDRADE MOURA
RELATOR: DR. PAULO CÉSAR BANDEIRA DE MELO JORGE (JUIZ CONVOCADO)
REVISOR: DES. MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

DESPACHO

Solicito a inclusão em pauta, assim que haja disponibilidade.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Mario Alberto Simões Hirs
Revisor

primeira Câmara Criminal - PRIMEIRA TURMA JULGADORA
Apelação: nº 0170300-75.2003.805.0001-0
Origem do Processo: Comarca de Salvador
Juiz de Direito: ALFREDO SANTOS COUTO
Apelante: FÁBIO BISPO SOUZA E ELIZANGELA NASCIMENTO DA CRUZ
DEFENSOR PÚBLICO: ROGÉRIO CEZIMBRA DE PINHO FILHO
Apelado: Ministério Público
Promotor de Justiça: PAULO ROBERTO COELHO BRANDÃO
Relator: Mario Alberto Simões Hirs

Despacho

Cumpra-se a Promoção ministerial de fl. 334/336;
Após, vistas a Procuradoria de Justiça.
P.I.

Salvador, 19 de janeiro de 2011

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

1ª TURMA CRIMINAL - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME Nº 0000020-63.2005.805.0175-3
COMARCA: MUTUÍPE/BA
APELANTE: ADILSON SOUZA REIS
ADVOGADO: BEL. ANTONIO ROBERTO LEITE MATOS - OAB/BA 9117
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DRA. ELZA MARIA DE SOUZA
RELATOR: DES. ABELARDO VIRGÍNIO DE CARVALHO

DESPACHO

Solicito a inclusão em pauta, assim que haja disponibilidade.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Mario Alberto Simões Hirs
Revisor

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - TJBA.
APELAÇÃO CRIME Nº 32-76.2004.805.0219-0.
APELANTE: ELAIDA DE FÁTIMA OLIVEIRA CAMPOS LIMA.
ADVOGADO: BEL. HUGO NAVARRO SILVA.
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: BEL. ALEXANDRE C. F. CAVALCANTI.
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DOUTORA MARYJANE AUXILIADORA ALVES CALDAS COUTINHO.
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS.

DESPACHO:

Inclua-se em pauta, assim que houver disponibilidade.

P. I.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

Mario Alberto Simões Hirs.
R e l a t o r.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - PRIMEIRA TURMA CRIMINAL
APELAÇÃO: Nº 0011816-10.2004.805.0103-0
ORIGEM: VARA CRIME DA COMARCA DE ILHÉUS
JUIZ DE DIREITO: RAIMUNDO ALVES DE SOUZA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORA DE JUSTIÇA:SILVIA CORREI DE ALMEIDA
APELADO: CLERALDO SANTOS SOUZA
DEFENSOR DATIVO: ROBSON CAVALCANTE NASCIMENTO
REVISORA: VILMA COSTA VEIGA
RELATOR: MARIO ALBERTO SIMÕES HIRS

DESPACHO

O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu denúncia contra CLERALDO SANTOS SOUZA, dando-o como incurso nas sanções do art. 155, § 4°, I, do Código Penal, isso porque tentou subtrair para si 06 (seis latas de leite condensado e 34 (trinta e quatro) pares de chinelos, pertencentes a CENTRAL DE ABASTECIMENTO DA CESTA DO POVO de Ilhéus.
O fato ocorreu em 30/12/200, sendo a denúncia foi recebida em 19/01/2001(fl. 02).
O réu foi citado e interrogado, confessando a participação no delito.
Finda a instrução criminal, após a oitiva das testemunhas, encerrou-se o sumário de culpa com a oferta de Alegações Finais, momento em que a Promotoria de Justiça requereu a condenação do réu nos termos da Denúncia.
Chamado a manifestar-se, CLERALDO SANTOS SOUZA,requereu a sua absolvição.
Às fls. 82/83, o Juiz do feito prolatou sentença, publicada em 11/12/2002, julgando a Denúncia procedente, condenando CLERALDO SANTOS SOUZA, as penas de 08 (oito) meses de detenção e 10 dias multa.
Inconformado, o MINISTÉRIO PÚBLICO apelou, objetivando a reforma do decisum, pugnando pelo afastamento da causa de diminuição da pena prevista no § 2° do art. 155, do Código Penal.
Contra-arrazoou a Defesa.
Subiram os autos a esta Corte em junho de 2004, sendo redistribuídos em dezembro de 2010, cabendo a mim a nova relatoria.
Aqui, o Procurador de Justiça, João Paulo Cardoso de Oliveira, em parecer exarado às fls. 137/147, opinou pela prejudicialidade do apelo.

É O RELATÓRIO. A EMINENTE DESEMBARGADORA REVISORA.
P.I.

Salvador, 21 de Janeiro de 2011

Mario Alberto Simões Hirs
Relator

## *PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - SEGUNDA TURMA*

Habeas Corpus n.º 0017204-96.2010.805.0000-0
Comarca: Jeremoabo/BA
Impetrantes: Bel. Josemy Araújo Lopes, Bel. Cícero Dias Barbosa e Bel. Clécio da Rocha Reis
Paciente: Carlos Alberto Alves de Oliveira
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Crime da Comarca de Jeremoabo/BA
Relator: Des. Nilson Castelo Branco

Despacho

Vistos.

Defiro o requerimento de fls. 81/85.
Aguarde-se as informações solicitadas à Autoridade Coatora.
Em seguida, dê-se vista à Procuradoria de Justiça para elaboração do parecer opinativo.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Nilson Castelo Branco
Relator

*PUBLICAÇÃO CORRETIVA

Habeas Corpus nº: 0000104-94.2011.805.0000-0
Comarca: Pé de Serra/BA
Impetrante: Bel. Rodrigo Marques Mendez OAB/BA 28186
Bel. Antônio Glorisman dos Santos 11089
Paciente: Adilson Pinheiro Tersett
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Crime da Comarca de Pé de Serra/Ba
Relator: Des. Nilson Castelo Branco

Despacho

Vistos.

O pedido de liminar já foi apreciado às fls. 81/82, estando devidamente fundamentado. Nada a reconsiderar, tendo em vista que o requerente não trouxe aos autos novos elementos fático-probatórios.
Aguarde-se o recebimento das informações já solicitadas, conforme determinado na decisão acima mencionada.

Publique-se. Intime-se

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Nilson Castelo Branco
Relator

Habeas Corpus nº: 0017262-02.2010.805.0000-0
Comarca: Salvador/BA
Impetrante: Bel. Francisco de Assis Junior OAB/BA 12698
Paciente: Adailto Alvino de Almeida
Carlos Magno Costa Cutrim
Impetrado: Juiz de Direito da 17ª Vara Crime da Comarca de Salvador/Ba
Relator: Des. Nilson Castelo Branco

Despacho

Vistos.

O pedido de liminar já foi apreciado às fls. 31/32, estando devidamente fundamentado. Nada a reconsiderar, tendo em vista que o requerente não trouxe aos autos novos elementos fático-probatórios.

Aguarde-se o recebimento das informações já solicitadas, conforme determinado na decisão acima mencionada.

Publique-se. Intime-se

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Nilson Castelo Branco
Relator

Habeas Corpus nº: 0017261-17.2010.805.0000-0
Comarca: Salvador/BA
Impetrante: Bel. Francisco de Assis Junior OAB/BA 12698
Paciente: Eduardo dos Reis Vasconcelos
Impetrado: Juiz de Direito da 17ª Vara Crime da Comarca de Salvador/Ba
Relator: Des. Nilson Castelo Branco

Despacho

Vistos.

O pedido de liminar já foi apreciado às fls. 23/24, estando devidamente fundamentado. Nada a reconsiderar, tendo em vista que o requerente não trouxe aos autos novos elementos fático-probatórios.
Aguarde-se o recebimento das informações já solicitadas, conforme determinado na decisão acima mencionada.

Publique-se. Intime-se
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Nilson Castelo Branco
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - SEGUNDA TURMA
Habeas Corpus n° 0016417-67.2010.805.0000-0
Comarca: Cruz das Almas
Impetrante: Antonio Evaristo Souza dos Santos
Paciente: José Paulo de Santana Bune
Advogado: Antonio Evaristo Souza dos Santos
Relator: DES. LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

DESPACHO

O advogado Antonio Evaristo Souza dos Santosimpetra habeas corpusliberatório, em favor do pacienteJosé Paulo de Santana Bune,indicando, como autoridade coatora, o MM. Juiz de Direito da Vara Crime da comarca de Cruz das Almas.

Examinando-se os autos, vê-se que o impetrante não pleiteou a concessão de medida liminar.

Assim sendo e assim o é, requisitem-se informações à autoridade, indigitada coatora.

Prestadas estas, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - SEGUNDA TURMA
Habeas Corpus n° 0016733-80.2010.805.0000-0
Comarca: Vitória da Conquista
Impetrante: Defensoria Pública
Paciente: Jhon Pablo de Jesus Cruz
Defensora: Josefina Marques de Mattos Moreira
Relator: DES. LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

DESPACHO

A Defensoria Pública impetra habeas corpusliberatório, em favor do paciente Jhon Pablo de Jesus Cruz, indicando, como autoridade coatora, o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Vitória da Conquista.

Examinando-se os autos, vê-se que a impetrante não pleiteou a concessão de medida liminar.

Assim sendo e assim o é, requisitem-se informações à autoridade, indigitada coatora.

Prestadas estas, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - SEGUNDA TURMA
Habeas Corpus n° 0016778-84.2010.805.0000-0
Comarca: Salvador
Impetrante: Defensoria Pública
Paciente: Janisson Conceição dos Santos
Defensora: Soraia Ramos Lima
Relator: DES. LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

DESPACHO

A Defensoria Pública impetra habeas corpusliberatório, em favor do pacienteJanisson Conceição dos Santos, indicando, como autoridade coatora, o MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de tóxicos da comarca de Salvador.

Examinando-se os autos, vê-se que a impetrante não pleiteou a concessão de medida liminar.

Assim sendo e assim o é, requisitem-se informações à autoridade, indigitada coatora.

Prestadas estas, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - SEGUNDA TURMA
Habeas Corpus n° 0016878-39.2010.805.0000-0
Comarca: Feira de Santana
Impetrante: Marcia Valéria dos Santos Souza Pimenta de Melo
Paciente: Jorge Conceição dos Santos e Elza de Abreu
Advogada: Marcia Valéria dos Santos Souza Pimenta de Melo
Relator: DES. LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

DESPACHO

A advogada Bela. Marcia Valéria dos Santos Souza Pimenta de Melo impetra habeas corpusliberatório, em favor dos pacientesJorge Conceição dos Santos e Elza de Abreu, indicando, como autoridade coatora, o MM. Juiz de Direito da Vara de Tóxicos e Acidentes de Veículos da comarca de Feira de Santana.

Examinando-se os autos, vê-se que a impetrante não pleiteou a concessão de medida liminar.

Assim sendo e assim o é, requisitem-se informações à autoridade, indigitada coatora.

Prestadas estas, dê-se vista à Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

Primeira Câmara Criminal - 2ª Turma
Habeas Corpus n° 0017229-12.2010.805.0000-0
Comarca: Salvador
Impetrantes: André Luis do Nascimento Lopes e Andréia Luciara Alves da Silva Lopes
Paciente: Carlos Alberto Santos Santana
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Tóxicos de Salvador
Relator: Des. Lourival Almeida Trindade

DESPACHO

Perlustrando-se o caderno processual, verifica-se, às fls. 212-213 que, malgrado a decisão, prolatada pelo eminente Des. Nilson Castelo Branco, no Plantão Judiciário de 2º Grau, haja determinado a colheita de informações à autoridade coatora, tal diligência não foi cumprida.

Assim, solicite-se, novamente, com a máxima urgência, a prestação de informações à autoridade impetrada, a serem prestadas, no prazo de cinco dias, no habeas corpus encimado.

Após, encaminhar à Procuradoria de Justiça.

Publique-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

Primeira Câmara Criminal - 2ª Turma
Habeas Corpus n° 0017252-55. 2010.805.0000-0
Comarca: Itabuna
Impetrantes: Cosme José dos Reis e Cosme José dos Reis Júnior
Paciente: Tiago Alves Nunes
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Crime da Comarca de Itabuna
Relator: Des. Lourival Almeida Trindade

DESPACHO

Perlustrando-se o caderno processual, verifica-se, às fls. 41-42 que, malgrado a decisão, prolatada pelo eminente Des. Nilson Castelo Branco, no Plantão Judiciário de 2º Grau, haja determinado a colheita de informações à autoridade coatora, tal diligência não foi cumprida.

Assim, solicite-se, novamente, com a máxima urgência, a prestação de informações à autoridade impetrada, a serem prestadas, no prazo de cinco dias, no habeas corpus encimado.

Após, encaminhar à Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

Primeira Câmara Criminal - 2ª Turma
Habeas Corpus n° 0017329-64.2010.805.0000-0
Comarca: Salvador
Impetrantes: João Damasceno Borges de Miranda
e Horlan Real Mota
Paciente: Silene Nogueira dos Santos
Relator: Des. Lourival Almeida Trindade

DESPACHO

Perlustrando-se o caderno processual, verifica-se, à f. 58, que, malgrado a decisão, prolatada pela MM. Juíza do Plantão Judiciário 2º Grau, haja determinado a colheita de informações à autoridade coatora, tal diligência não foi cumprida.

Assim, solicite-se, novamente, com a máxima urgência, a prestação de informações à autoridade impetrada, a serem prestadas, no prazo de cinco dias, no habeas corpus encimado.

Após, encaminhar à Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - SEGUNDA TURMA
APELAÇÃO CRIME Nº 0002589-12.2005.805.0248-0
COMARCA: SERRINHA
APELANTE: FÁBIO SALES COSTA E OUTRO
ADVOGADO: MARCELO FERNANDEZ CARDILLO DE MORAIS URANI
e OUTROS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATOR: DES. LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

DESPACHO

Perlustrando-se os autos infere-se que FABIO SALES COSTA apelou, às fls. 233, tendo, na ocasião, pugnado pela apresentação das razões recursais, nesta superior instância, as quais, até o presente momento, não foram apresentadas.

Assim, diligencie-se, no sentido de que seja intimado o apelante para oferecer as razões do apelo e, em seguida, seja dada vista do processo ao apelado para apresentar a contrariedade ao recurso, em lhe convindo.

Por fim, após o cumprimento de tais diligências, encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça para novo pronunciamento.

Publique-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Lourival Almeida Trindade
Relator

Habeas Corpus nº: 0000187-13.2011.805.0000-0
Comarca: Ilhéus/Ba
Impetrante: Bel. Ivanilson de Souza Pontes OAB/BA 23447
Paciente: Fábio Santos de Assis
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Crime da Comarca de Ilhéus/Ba
Relator: Des. Nilson Castelo Branco

Despacho

Considerando que inexiste pedido liminar no presente mandamus, solicitem-se informações à apontada autoridade coatora, com urgência, dando-se vista, após, à Douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Intime-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Nilson Castelo Branco
Relator

Habeas Corpus nº: 0000828-98.2011.805-0000-0
Comarca: Jequié/Ba
Impetrantes: Bel. Misael Barros Correia Júnior OAB/BA 25696
Paciente: Marcos Sandro Nascimento de Andrade
Relator: Des. Nilson Castelo Branco

DECISÃO

Vistos.
Trata-se de uma ordem de Habeas Corpus impetrada pelo Bel. Misael Barros Correia Júnior, com pedido de liminar, em favor de Marcos Sandro Nascimento de Andrade, apontando como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Crime da Comarca de Jequié/Ba.
Em síntese, alega o Impetrante que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 23.10.2010, por suposta infringência aos arts. 33, caput, da Lei 11.343/2006 e art. 218-B do Código Penal, estando a sofrer constrangimento ilegal por força do indeferimento do seu pedido de liberdade provisória, uma vez que inexistem os requisitos autorizadores da prisão cautelar.
Sustenta, ainda, que o Paciente é primário, de bons antecedentes, não tendo ocorrido qualquer violência que justifique a prisão como fundamento da ordem pública, bem como que não há nos autos qualquer evidência de que o Paciente esteja obstacularizando as investigações, nem de que esteja se furtando à aplicação da lei penal, razão pela qual não há motivos suficientes para a sua segregação.
Pugna pelo deferimento liminar da ordem, acostando os documentos de fls. 13/45.

Decido.

É cediço que a concessão de liminar em Habeas Corpus é medida excepcional, visto que não é prevista em nosso ordenamento jurídico, sendo sustentada sua possibilidade no campo jurisprudencial.
A concessão de liminar é apenas cabível na hipótese de flagrante ilegalidade e diante da necessidade e presença do periculum in mora, possibilidade de lesão grave e de difícil ou impossível reparação, como também o fumus boni juris, plausibilidade do direito subjetivo deduzido.
Nada obstante, verifico que a decisão combatida (fls. 25/27) se deu nos seguintes termos:
"O requerente foi denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, caput c/c art. 40 da Lei 11.343/06 e art. 218-B do Código Penal, cuja denuncia traz comprovada a materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria imputada ao réu e a Paulino Hermano de Souza.
Consta da peça acusatória (autos nº0007691-69.2010.805.0141) que o requerente foi preso em flagrante, momento em que fornecia droga (crack) a adolescente Leidiane da Silva Bispo, de 15 anos de idade, em pagamento pela relação sexual mantida anteriormente, na casa de Paulino Hermano de Souza, local em comumente utilizado como casa de prostituição na cidade de Manoel Vitorino.
O só fato da possibilidade da adolescente já haver praticado fatos semelhantes não exime a responsabilidade do requerente, tanto na exploração sexual, como no fornecimento de drogas a menor, sendo que a isenção de culpa por sua parte somente poderá ser provada durante o curso da alção penal.
(…)
Diante do exposto, a custódia cautelar do réu, Marcos Sandro Nascimento de Andrade, tem por finalidade garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, pressupostos do art. 312 do CPP, razão pela qual INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA" (sic)

Dos documentos que instruem o mandamus, num primeiro súbito de vista, extrai-se que a decisão de fls. 25/27 aparenta estar devidamente fundamentada e em consonância com as provas colhidas no curso do Inquérito Policial (fls. 28/45), não se podendo, neste momento processual, averiguar qualquer ilegalidade na medida decretada.
Assim, não se verificando, de plano, a ausência de plausibilidade da medida cautelar, é recomendável o indeferimento da medida pretendida, com a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora para, após, sujeitar a apreciação da ação autônoma impugnativa ao colegiado.
Por tais razão, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à digna autoridade apontada como coatora.

Em seguida, vista à Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011

Des. Nilson Castelo Branco
Relator

Habeas Corpus nº 0000694-71.2010.805.0000-0
Comarca: Paratinga/Ba
Impetrante: Bel. Washington Luiz Alves Carrilho
Paciente: Jurandir Rodrigues da Silva
Relator: Des. Nilson Castelo Branco

DECISÃO

Vistos.

Cuida-se de ordem de habeas corpus impetrada pelo Bel. Washington Luiz Alves Carrilho, com pedido de provimento liminar, em benefício do paciente Jurandir Rodrigues da Silva, preso em 07.05.2010 pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, §2º, incisos I, II e IV do Código Penal.
Aponta como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Crime da Comarca de Paratinga, ao argumento, em suma, que o Paciente sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção em face da existência de ilegal e injustificado excesso prazal na formação da culpa, haja vista que já se encontra segregado há mais de 09 meses sem que a instrução tenha sido concluída.
A inicial se fez juntar com os documentos de fls. 08/97.
Compulsando os autos, não vislumbro, ao menos em primeira análise, a presença dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, indispensáveis para a concessão do pedido initio litis, notadamente porque os documentos acostados se mostram insuficientes para demonstrar, de plano, a existência do alegado excesso prazal, ou mesmo que tal demora possa ser atribuída exclusivamente ao aparelho estatal. Assim, indefiro o pedido de liminar.
Solicitem-se as informações à apontada autoridade coatora, até mesmo para que ela indique eventual prática de atos processuais supervenientes e sobre o estágio atual do processo, a serem prestadas no prazo de lei.

Após, dê-se vista à Procuradoria de Justiça para confecção de parecer opinativo.
Em seguida, voltem-me conclusos.

Publique-se. Intime-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011
Des. Nilson Castelo Branco
Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
2ª TURMA DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
FICAM PUBLICADAS AS CONCLUSÕES DOS VENERANDOS
ACÓRDÃOS DE HABEAS CORPUS E APELAÇÕES,JULGADOS NA SESSÃO DO DIA 20/01/2011.PARA CONHECIMENTO DAS PARTES:
OBS: APELAÇÕES JULGADAS NA SESSÃO DO DIA 16/12/2010 Nº 0000777-43.2009.805.0005-0, 0064609-62.2009.805.0001-0, 0000640-07.2007.805.0078-0,0078951-59.2001.805.0001-0

0014708-94.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SALVADOR
PACIENTE: AUGUSTO MASCARENHAS PALMEIRAS
IMPETRANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 2ª VARA DO JURI SUMARIANTE
DEFENSOR: ELAINA ROSAS
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SHEILA MARIA DA GRAÇA DE MELO ANDRADE
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA PARCIALMENTE. UNÂNIME.

0014592-88.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SANTO ANTÔNIO DE JESUS
PACIENTE: VAGNER ROGERIO DE ALMEIDA NASCIMENTO
IMPETRANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSOR: CESAR U. O. M. DA COSTA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SANTO ANTONIO DE JESUS 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC PEN INFANCIA E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): LÍCIA MARIA DE OLIVEIRA
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA. UNÂNIME.

0015249-30.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: JEQUIÉ
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE JEQUIÉ 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE
IMPETRANTE: NILTON DE SENA OLIVEIRA
PACIENTE: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO(S): NILTON DE SENA OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SIMONE ISAURA ROCHA CAETANO DO NASCIMENTO
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA. UNÂNIME.

0016046-06.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: ITORORÓ

PACIENTE: JOÃO PEREIRA BISPO
PACIENTE: JAMILTON PEREIRA COSTA
ADVOGADO(S): LUCIANO MENEZES SANTANA
IMPETRANTE: LUCIANO MENEZES SANTANA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE ITORORÓ VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MOISÉS RAMOS MARINS
DECISÃO: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

0015683-19.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SANTO ESTEVÃO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SANTO ESTEVÃO VARA CRIME
IMPETRANTE: ANTONIO GALILEU OLIVEIRA DE SÃO BERNARDO
PACIENTE: PAULO FONSECA DA SILVA
ADVOGADO(S): ANTONIO GALILEU OLIVEIRA DE SÃO BERNARDO
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): CLEUZA BOYDA DE ANDRADE
DECISÃO: ORDEM PREJUDICADA. UNÂNIME.

0015297-86.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: PORTO SEGURO
PACIENTE: FERNANDO ALVES BENTO
DEFENSOR: JOSE RENATO BERNARDES DA COSTA
IMPETRANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE PORTO SEGURO 1ª VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INF E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): VERA LÚCIA AZEREDO COUTINHO
DECISÃO: ORDEM PREJUDICADA. UNÂNIME.

0008537-24.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: URUÇUCA
IMPETRANTE: NATANAEL PEREIRA DA SILVA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE URUÇUÇA SUBSTITUTO DA VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE
PACIENTE: NATANAEL PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S): NATANAEL PEREIRA DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): CLEUZA BOYDA DE ANDRADE
DECISÃO: ORDEM PREJUDICADA. UNÂNIME.

0014788-58.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
PACIENTE: JOSE GERALDO CARDOSO FILHO
ADVOGADO(S): FERNANDA OLIVEIRA DIAS, FERNANDO DE OLIVEIRA SILVA
IMPETRANTE: FERNANDO DE OLIVEIRA SILVA
IMPETRANTE: FERNANDA OLIVEIRA DIAS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE FEIRA DE SANTANA 1ª VARA CRIME
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA. UNÂNIME.

0014889-95.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SIMÕES FILHO
PACIENTE: MAFRAN SOUZA MOURA
ADVOGADO(S): JEAN BERNARD IWAI DRUMOND
IMPETRANTE: JEAN BERNARD IWAI DRUMOND
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SIMOES FILHO VARA CRIME, JURI, EXEC. PENAIS E INFANCIA EJUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MARYJANE AUXILIADORA ALVES CALDAS COUTINHO
DECISÃO: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

0014890-80.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SIMÕES FILHO
PACIENTE: MAFRAN SOUZA MOURA
ADVOGADO(S): JEAN BERNARD IWAI DRUMOND

IMPETRANTE: JEAN BERNARD IWAI DRUMOND
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SIMOES FILHO VARA CRIME, JURI, EXEC. PENAIS E INFANCIA EJUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MARYJANE AUXILIADORA ALVES CALDAS COUTINHO
DECISÃO: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

0016117-08.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: GUANAMBI
IMPETRANTE: VANDILSON PEREIRA COSTA
PACIENTE: GERSON ROCHA MARQUES JUNIOR
ADVOGADO(S): VANDILSON PEREIRA COSTA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE GUANAMBI VARA CRIME JÚRI EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MOISÉS RAMOS MARINS
DECISÃO: ORDEM PREJUDICADA. UNÂNIME.

0015355-89.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: CASTRO ALVES
PACIENTE: ERIVALDO SAMPAIO TORRES
ADVOGADO(S): MUCIO SALLES RIBEIRO NETO
IMPETRANTE: MUCIO SALLES RIBEIRO NETO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE CASTRO ALVES VARA CRIME JURI EXEC PENAIS INF E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SÔNIA MARIA DA SILVA BRITO
DECISÃO: NÃO SE CONHECEU. UNÂNIME.

0014992-05.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: RIBEIRA DO POMBAL
PACIENTE: DOMINGOS BISPO DA PAIXÃO
ADVOGADO(S): BRENNO DE MELO GOMES CALASANS
IMPETRANTE: BRENNO DE MELO GOMES CALASANS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE RIBEIRA DO POMBAL VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INF E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): CLEUZA BOYDA DE ANDRADE
DECISÃO: ORDEM PREJUDICADA. UNÂNIME.

0012246-67.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
IMPETRANTE: GERALDO VALE DO ESPIRITO SANTO JUNIOR
PACIENTE: WAGNER FLÁVIO ALVES MENDES
IMPETRADO: JUIZ DE DE DIREITO DE FEIRA DE SANTANA VARA DO JÚRI E DELITOS DE IMPRENSA
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): MOISÉS RAMOS MARINS
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA. UNÂNIME.

0014375-45.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
PACIENTE: ROBERVALDO MOREIRA DE BARROS
IMPETRANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSOR: CLAUDIO BAHIA FELICISSIMO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE VITORIA DA CONQUISTA 1ª VARA CRIME
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): MARYJANE AUXILIADORA ALVES CALDAS COUTINHO
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA. UNÂNIME.

0014453-39.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SALVADOR
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 1ª VARA DE TOXICOS
IMPETRANTE: ANTONIO RENATO SAMPAIO MENDONCA
PACIENTE: JOELSON DA EXALTACAO SANTOS
ADVOGADO(S): ANTONIO RENATO SAMPAIO MENDONÇA
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): CLEUZA BOYDA DE ANDRADE
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA.UNÂNIME.

0013324-96.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: CAMAÇARI
IMPETRANTE: RUI SOUZA NUNES
PACIENTE: ROBERT DE JESUS SARAIVA
PACIENTE: DENILSON LIMA SANTANA
ADVOGADO(S): RUI SOUZA NUNES
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE CAMAÇARI 1ª VARA DE TÓXICOS
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): WANDA VALBIRACI CALDAS FIGUEIREDO
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA. UNÂNIME.

0011843-98.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: RUY BARBOSA
PACIENTE: PAULO RICARDO BORGES ALVES
ADVOGADO(S): LEONARDO MATTA PIRES MOSCOSO
IMPETRANTE: LEONARDO MATTA PIRES MOSCOSO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE RUY BARBOSA VARA CRIME JURI EXEC. PENAIS INF E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): MARIA DE FÁTIMA CAMPOS CUNHA
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA. UNANIME.

0013079-85.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: JEQUIÉ
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE JEQUIÉ 1ª VARA CRIME JÚRI EXEC PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE
IMPETRANTE: NILTON DE SENA OLIVEIRA
PACIENTE: TIAGO OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO(S): NILTON DE SENA OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA.UNÂNIME.

0006255-89.2010.805.0201 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: PORTO SEGURO
IMPETRANTE: JULIANA SANTOS LIMA FIGUEIREDO
PACIENTE: SERGIO RICARDO CONCER DE SOUZA
ADVOGADO(S): JULIANA SANTOS LIMA FIGUEIREDO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE PORTO SEGURO VARA CRIME, JURI, EXEC. PENAIS, INFANCIA E JUVENTUDE
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS
DECISÃO: ORDEM PREJUDICADA. UNÂNIME.

0009823-37.2010.805.0000 - 2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO(A) HABEAS CORPUS 0009823-37.2010.805.0000 - 0
COMARCA: SALVADOR
EMBARGANTE: PAULO AUGUSTO DE SOUZA VIEIRA
EMBARGADO: CARLOS ALBERTO DA ROCHA GUIMARAES
ADVOGADO(S): EDWARD SIQUEIRA NETO, PAULO AUGUSTO DE SOUZA VIEIRA
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
DECISÃO: EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE. UNÂNIME.

0005461-89.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SALVADOR
IMPETRANTE: ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS
IMPETRANTE: RODRIGO CEZAR SILVA ARAÚJO
PACIENTE: UBIRATAN NASCIMENTO BARRETO
PACIENTE: JOELSON DE JESUS MIRANDA
ADVOGADO(S): RODRIGO CEZAR SILVA ARAUJO, ABDON ANTONIO ABBADE DOS REIS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR CARTÓRIO SUMARIANTE DA 2ª VARA DO JÚRI
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SIMONE ISAURA ROCHA CAETANO DO NASCIMENTO
DECISÃO: CONCEDEU-SE A ORDEM EM EXTENSÃO DE BENEFÍCIO.UNÂNIME.

0064609-62.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: LUCIVAN SANTOS NOGUEIRA

DEFENSOR: LILIANA SENA CAVALCANTE
APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
PROMOTOR PUBLICO: MAURICIO CERQUEIRA LIMA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
Substituído por: JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA SEIXAS
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): LEONOR SALGADO ATANAZIO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL. UNÂNIME.

0000412-74.2006.805.0043 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: CANAVIEIRAS
RECORRENTE: OLEGARIO EUGENIO DOS SANTOS NETO
DEFENSOR: FABIANNE DE OLIVEIRA SOUZA
RECORRIDO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: JULIANA SANTOS ROCHA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
2º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): CLEUZA BOYDA DE ANDRADE
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0000777-43.2009.805.0005 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ALCOBAÇA
APELANTE: SIDNEI DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO(S): ANTONIO CONCEICAO OLIVEIRA DIAS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: WALACE CARVALHO MESQUITA DE BARROS
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
Substituído por: JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA SEIXAS
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SÔNIA MARIA DA SILVA BRITO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL. UNÂNIME.

0000640-07.2007.805.0078 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: EUCLIDES DA CUNHA
APELANTE: IRINEU DE JESUS SILVA
ADVOGADO(S): MARIA IZABEL MACHADO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: MONIA LOPES DE SOUZA GHIGNONE
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
REVISOR(A): DES. LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
3º JULGADOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL. UNÂNIME.

0001767-91.2010.805.0201 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: PORTO SEGURO
APELADO: DANIEL SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO(S): ANTÔNIO APOSTOLO DE LIMA, WALTER FERREIRA DOS SANTOS FILHO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: SILVANA BRITO SUAREZ
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): SIMONE ISAURA ROCHA CAETANO DO NASCIMENTO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0035736-52.2009.805.0001 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: SALVADOR
RECORRENTE: ANA CAROLINA CHAVES CASTRO
ADVOGADO(S): CLAUDNEY JEFFERSON SANTOS DE ALMEIDA
RECORRIDO: WALTER FERREIRA DE AZEVEDO JUNIOR
ADVOGADO(S): ANTÔNIO ALCEBÍADES VIEIRA BATISTA DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA

2º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SÔNIA MARIA DA SILVA BRITO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO.UNÂNIME.

0007659-52.2008.805.0103 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ILHÉUS
APELANTE: IRINEU SOUZA DOS SANTOS
DEFENSOR: ELIZETE REIS DOS SANTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: SILVIA CORREA DE ALMEIDA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): RICARDO RABELO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0004970-66.2009.805.0146 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JUAZEIRO
APELANTE: JOSE CLAUDIO DOS SANTOS
ADVOGADO(S): LUCIANO ALVES DE SA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: MARCIO HENRIQUE PEREIRA DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MOISÉS RAMOS MARINS
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO.UNÂNIME.

0078951-59.2001.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELADO: LUIZ CARLOS ALVES
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: CLAUDIA CARVALHO CUNHA DOS SANTOS
DEFENSOR: MAIRA SOUZA CALMON DE PASSOS
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
Substituído por: JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA SEIXAS
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO POR MAIORIA, DESIGNADO O REVISOR PARA LAVRAR O ACORDÃO.

0032594-45.2006.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
APELANTE: ALAN AZEVEDO DE MELO
ADVOGADO(S): NIVALDA OLIVEIRA SENA
PROMOTOR PUBLICO: GILBERTO COSTA AMORIM JÚNIOR
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SOLANGE RIOS
DECISÃO: DECRETOU-SE A PRESCRIÇÃO.UNÂNIME.

0000233-34.2010.805.0130 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITARANTIM
APELANTE: MAGNO GIGANTE DE QUEIROZ
ADVOGADO(S): JESULINO FERREIRA DA SILVA FILHO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: SUZILENE MARIA RIBEIRO SOUSA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): LÍCIA MARIA DE OLIVEIRA
DECISÃO: REJEITADAS AS PRELIMINARES, NO MÉRITO, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL E DECRETOU-SE A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. UNÂNIME.

0000057-28.2003.805.0089 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: GUARATINGA
APELADO: VALDIVIO DOS SANTOS
ADVOGADO(S): GUTEMBERG SILVA DUARTE
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: VALERIA MAGALHAES PINHEIRO DE SOUZA
DEFENSOR: BEL. RAUL PALMEIRA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): WANDA VALBIRACI CALDAS FIGUEIREDO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL. UNÂNIME.

0137635-30.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
APELANTE: VALMIR CAETANO FALCAO
DEFENSOR: EDUARDO CAMILL BRAUN CARREIRA
PROMOTOR PUBLICO: CLAUDIA CARVALHO CUNHA DOS SANTOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO: VALMIR CAETANO FALCAO
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SIMONE ISAURA ROCHA CAETANO DO NASCIMENTO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DA DEFESA E DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. UNÂNIME.

0176571-27.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
APELADO: SILVANA GOMES BRUGNI DA CRUZ
PROMOTOR PUBLICO: DORIVAL JOAQUIM DA SILVA
DEFENSOR: MARCELO BORGES DE FREITAS
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS
DECISÃO: RECURSO IMPROVIDO. UNÂNIME.

0036467-53.2006.805.0001 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: SALVADOR
RECORRENTE: GILDEMAX DE JESUS SANTOS
DEFENSOR: PEDRO JOAQUIM MACHADO
ESTAGIARIO: GABRIELA FREIRE
RECORRIDO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: CASSIO MARCELO DE MELO
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
2º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MARIA DE FÁTIMA CAMPOS CUNHA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0117257-92.2004.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA
PROMOTOR PUBLICO: CASSIO MARCELO DE MELO
APELADO: MARCOS ANTONIO DO CARMO
DEFENSOR: MAURICIO SAPORITO
ESTAGIARIO: SERGIO MURILO SANTOS SILVA
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0056837-48.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
APELANTE: ALDINEI RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO(S): CONCEICAO DE MARIA ANDRADE VIANA
PROMOTOR PUBLICO: OSCAN ARAUJO DA SILVA
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): MOISÉS RAMOS MARINS
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0010863-90.2006.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
APELANTE: ROBSON SILVA MOURA
ADVOGADO(S): ANTONIO GLORISMAN DOS SANTOS
PROMOTOR PUBLICO: RAMIRES TYRONE DE A. CARVALHO
ESTAGIARIO: GABRIEL DA SILVEIRA MENDES
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): LEONOR SALGADO ATANAZIO
DECISÃO: NÃO CONHECIDO E, DE OFÍCIO, REFORMOU-SE A SENTENÇA EM RELAÇÃO A PENA MULTA. UNÂNIME.

0000013-77.2002.805.0013 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: APORÁ
APELANTE: PAULO ENRIQUE NERY MENDES
ADVOGADO(S): RONALDO GALVÃO ALVES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: VIRGINIA RIBEIRO MANZINI LIBERTADOR
ADVOGADO: BEL.FABIO MANOEL ANDRADE COSTA
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): JOÃO PAULO CARDOSO DE OLIVEIRA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0015569-80.2010.805.0000 - 0 HABEAS CORPUS
COMARCA: SALVADOR
PACIENTE: EDSON DOS REIS SILVA
ADVOGADO(S): ADEMARIO CASTRO GOMEZ
IMPETRANTE: ADEMARIO CASTRO GOMEZ
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DE SALVADOR 2ª VARA DE TOXICOS
RELATOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): MOISÉS RAMOS MARINS
DECISÃO: ORDEM CONCEDIDA.UNÂNIME.

0215414-95.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: GEFERSON PINTO AZEVEDO
ADVOGADO(S): NIAMEY KARINE ALMEIDA ARAUJO, VINÍCIO DOS SANTOS VILAS BÔAS
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: MARILENE PEREIRA MOTA
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
2º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). VILMA COSTA VEIGA
PROCURADOR(A): ELZA MARIA DE SOUZA
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0003113-43.2009.805.0256 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: TEIXEIRA DE FREITAS
APELANTE: SAMARONE SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO(S): PAULO ROGÉRIO TEIXEIRA DE ANDRADE
APELADO: MINISTERIO PUBLICO

PROMOTOR PUBLICO: GILBERTO RIBEIRO DE CAMPOS
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): WANDA VALBIRACI CALDAS FIGUEIREDO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL. UNÂNIME.

0083665-23.2005.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
APELANTE: ROBSON GONCALVES MOTA
DEFENSOR: ROGERIO CEZIMBRA DE PINHO FILHO
PROMOTOR PUBLICO: ROQUE DE OLIVEIRA BRITO
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): SIMONE ISAURA ROCHA CAETANO DO NASCIMENTO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0000003-29.2008.805.0205 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: PRESIDENTE JÂNIO QUADROS
RECORRENTE: VALDENOR PACHECO DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ANTÔNIO ALVES DE LIMA JÚNIOR
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
PROMOTOR PUBLICO: MARIA SALETE JUED MOYSES
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
2º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0001320-30.2007.805.0033 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: BUERAREMA
APELANTE: MARIA APARECIDA ALVES PEREIRA
ADVOGADO(S): LUIZ REIS GUEDES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: MAURICIO JOSE FALCAO FONTES
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): LEONOR SALGADO ATANAZIO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0036244-13.2000.805.0001 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: SALVADOR
RECORRENTE: ANTONIO CARLOS FRANCA CERQUEIRA
DEFENSOR: GUSTAVO VIEIRA SOARES
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: CLEUSA BOYDA DE ANDRADE
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
2º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): LEONOR SALGADO ATANAZIO
DECISÃO: REJEITADA A PRELIMINAR, NO MÉRITO, NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0000188-85.2009.805.0026 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: BOA VISTA DO TUPIM
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: MARIANA TEJO M. DE OLIVEIRA
APELANTE: ADEBALDO BARBOSA JÚNIOR
ADVOGADO(S): ERDENSON GIACOMOSE REIS
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
Substituído por: JOÃO BOSCO DE OLIVEIRA SEIXAS
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

PROCURADOR(A): ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
DECISÃO: CONHECEU-SE DO APELO, DANDO-SE PARCIAL PROVIMENTO POR MAIORIA, DESIGNANDO O REVISOR PARA LAVRAR O ACÓRDÃO

0015803-21.2007.805.0274 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
APELANTE: MAURICIO SANTOS BERTOLO
ADVOGADO(S): FERNANDO LÚCIO CHEQUER FREIRE DE SOUZA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: GUSTAVO EMANUEL MUNIZ
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL. UNÂNIME.

0000875-33.2006.805.0199 - 1 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: POÇÕES
RECORRENTE: ELIEZER SILVA PEREIRA
ADVOGADO(S): TIAGO MARTINIANO CAMPOS MEIRA
RECORRIDO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: CARLOS ROBSON OLIVEIRA LEAO
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
2º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

0060060-09.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
APELANTE: ANA CRISTINA DE JESUS FERREIRA DOS SANTOS
DEFENSOR: ANDRE G. S. PEREIRA
PROMOTOR PUBLICO: LUCIANA A. M. CAFE DE JESUS
RELATOR(A): DES(A). ESERVAL ROCHA
REVISOR(A): DES. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
3º JULGADOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
PROCURADOR(A): SÔNIA MARIA DA SILVA BRITO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO.UNÂNIME.

0002601-06.2009.805.0274 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
APELANTE: LÚCIO SILVA SANTOS
DEFENSOR: CLAUDIO BAHIA FELICISSIMO
ESTAGIARIO: TAINARA DE OLIVEIRA RODRIGUES
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: GUSTAVO EMANUEL MUNIZ
RELATOR(A): DES(A). LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE
REVISOR(A): DES. ESERVAL ROCHA
3º JULGADOR(A): DES(A). NILSON SOARES CASTELO BRANCO
PROCURADOR(A): VERA LÚCIA AZEREDO COUTINHO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO. UNÂNIME.

DECORRIDO O PRAZO DE LEI, DOS PROCESSOS ORA PULICADOS SERÃO ENCAMINHADOS AO ARQUIVO JUDICIÁRIO.
SALVADOR-BAHIA 26/01/2011.

MARIA DE LOURDES REZENDE DA ROCHA
Diretora da Primeira Câmara Criminal-.ABJ

## *SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0026414-42.2008.805.0001-0
apelantes: SILVIO LIMA MACHADO E OUTROS
ADVOGADOS: CRISTIANO LAZARO FIUZA FIGUEREDO E OUTROS
apelado: ministério público
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DESPACHO:

Determino a remessa dos autos ao juízo de origem para que o Ministério Público seja intimado a oferecer as contrarrazões, bem como para que seja providenciada a lavratura das certidões comprobatórias da publicação da sentença recorrida e do trânsito em julgado do ato condenatório para o órgão ministerial.

Após, à Procuradoria de Justiça.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
REVISÃO CRIMINAL Nº 0016999-04.2009.805.0000-0
REQUERENTE: MARTILIANO URÇULINO RIBEIRO
DEFENSOR PÚBLICO: HÉLIA BARBOSA
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DESPACHO

Encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do artigo 309,do RITJBA.
Após, voltem-me conclusos.
Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Carlos Roberto Santos Araújo
RELATOR

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia - Segunda Câmara Criminal
Desaforamento de julgamento nº 0014236-93.2010.805.0000-0
Requerente: Orlando Goes de Souza
Advogado: Taurino Araújo Neto
Relator: Des. Carlos Roberto Santos Araújo

DESPACHO:

Determino à Secretaria da Câmara que encaminhe ao Juízo de origem, através de fac-símile, os documentos requisitados à fl. 139. Tão logo sejam prestadas as informações pelo magistrado a quo no prazo do art. 427, §3º do CPP, junte-se e encaminhem-se os autos à Douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Carlos Roberto Santos Araújo
Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0011016-79.2004.805.0103-0
apelantes: magno nogueira da silva e outros
advogados: orlando imbassahy da silva filho e outros
apelado: ministério público

RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DESPACHO:

Trata-se de apelação criminal na qual figurou como relator o r. Juiz Substituto Dr. Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira, que lançou relatório às fls. 454 a 456.

Ocorre que o art. 39, §3º do Regimento Interno desta Corte preceitua que "(...) Encerrado o período de convocação, os processos em poder do juiz convocado serão conclusos ao Desembargador substituído, ressalvados aqueles em que haja lançado relatório ou que tenham sido incluídos em pauta de julgamento. (ALTERADO CONFORME EMENDA REGIMENTAL Nº 02/2009, PUBLICADA EM 21/09/2009 - sem destaques no original).

Diante do exposto, determino a remessa dos autos ao SECOMGE para que o presente feito seja redistribuído ao referido Magistrado, nos termos do dispositivo regimental.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000873-05.2011.805.0000-0, pojuca
IMPETRANTE: carlos milton franca junior e outros
PACIENTE: anderson santana de souza
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, jÚri, exec. Penais, infância e juventude
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
DECISÃO

Os bacharéis Carlos Milton Franca Junior, Danilo Oliveira Lima Sanders e Luiz Pablo dos Santos Lima ingressaram com o presente habeas corpus, em favor de Anderson Santana de Souza, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Crime, Júri, Execuções Penais. Infância e Juventude da Comarca de Pojuca-BA.

Afirmam que o paciente foi preso em flagrante, em 12 de janeiro de 2011, após uma "batida" policial na residencia deste, sem qualquer mandado judicial, quando foi encontrada uma arma de fogo naquele local. Diante disso, a Autoridade policial entendeu ser o caso de "flagrante delito" pela prática do art.14 (porte ilegal de arma), da lei 10826/2003.

Esclarecem que o paciente não poderia ter sido indiciado no tipo previsto no art. 14 da Lei 10826/2003, pois a suposta arma fora encontrada no interior de sua residência, o que obrigatoriamente far-se-ia incidir na conduta do art. 12 da lei 10.826/2003 e a própria autoridade policial poderia arbitrar fiança, que somente não foi possível em face da má qualificação do suposto delito.

Sustentam que o paciente é primário, honesto, trabalhador, pai de família e possui residência fixa, não havendo motivos para a manutenção da prisão em flagrante e tal fato, por si só, autoriza a concessão de sua liberdade provisória, sendo um direito seu.

Aduzem que, após a manifestação ministerial, no qual o promotor requereu a emissão de parecer conclusivo sobre a liberdade provisória depois da instrução criminal, os autos foram conclusos para a decisão do impetrado, o qual deferiu o requerimento do Parquet, sem, contudo, oferecer qualquer fundamentação para tanto, negando-se, consequentemente, o direito do réu de responder ao processo em liberdade.

Pugnaram pela concessão da medida liminar, bem como seja julgada procedente a ordem de Habeas Corpus, pois o paciente possui os requisitos legais para responder o processo em liberdade.

Juntaram documentos de fls. 11/39.
Brevemente relatado, passo à análise do pedido de liminar.
A medida liminar consiste na obtenção prévia e antecipada daquilo que só se obteria ao final, quando da prolação da decisão definitiva. Fundada em requisitos, quais sejam, fumus boni iuris e periculum in mora, o magistrado, antevendo a existência destes no caso concreto, antecipa os efeitos do provimento jurisdicional definitivo.
No caso em apreço, da análise dos documentos colacionados à inicial, vislumbra-se a presença dos requisitos autorizadores da liminar.
Sabe-se que a prisão cautelar, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, é medida excepcional que só se justifica quando presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam: fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade do crime e indícios de autoria, e periculum libertatis, que visa aferir a necessidade de garantia da ordem pública e econômica, a conveniência da instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal.
As circunstâncias pessoais do paciente são favoráveis, tendo em vista que ele é primário, tem bons antecedentes, possui ocupação lícita, família constituída e residência fixa no foro onde ocorreu o delito.
A ocupação lícita do paciente está comprovada pelas declarações fls. 26/28.

O paciente não responde a nenhuma outra ação penal, militando em seu favor o princípio da presunção de inocência, que não pode ser derrogado sem provas convincentes. É certo que as condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não bastam para assegurar a liberdade provisória, mas possibilitam inferir o real potencial criminógeno do réu, que, neste caso, não se mostra como uma pessoa de má índole e voltada para a prática de crimes.
O Juízo de primeiro grau indeferiu a liberdade provisória sem tecer quaisquer considerações acerca dos requisitos da prisão preventiva, não demonstrando a imprescindibilidade da medida, o que evidencia o flagrante constrangimento ilegal.
Verifica-se dos autos que ao negar o pedido de liberdade provisória, apenas asseverou a douta Juíza que deferia o requerimento do Ministério Público de apresentar parecer conclusivo sobre a liberdade provisória depois da instrução criminal, indeferindo, portanto, o pleito da Defesa, sem esclarecer se estão presentes os requisitos da prisão ante tempus.
Observa-se, portanto, que a d. magistrada de primeiro grau não fundamentou concretamente seu decisium, em relação aos requisitos da custódia cautelar.
Ora, como é sabido, a prisão cautelar, em razão do princípio constitucional da inocência presumida, necessita da demonstração dos elementos objetivos, indicativos dos motivos concretos autorizadores da medida constritiva. Somente após a observância destes preceitos, é que poderá ser validamente ordenada (art. 93, inc. IX, da Carta Magna), o que, in casu, inocorre.
Por isso, não vejo obstáculo à concessão da liberdade provisória.
Configura-se, pois, na espécie, constrangimento ilegal, eis que as condições pessoais do paciente são favoráveis e da valoração dos elementos informativos contidos nos autos não se constata a existência dos requisitos autorizadores da custódia preventiva.
Assim, defiro a liminar para conceder a liberdade provisória ao paciente.
Expeça-se alvará de soltura, se por al. não estiver preso, que deverá ser cumprido depois que o paciente firmar o compromisso legal de comparecer a todos os atos subseqüentes do processo e não se ausentar sem autorização do distrito da culpa.
Requisitem-se informações à culta magistrada. Após, se em termos, dê-se vista destes à d. Procuradoria de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. Carlos Roberto Santos Araújo
RELATOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000532-76.2011.805.0000-0
IMPETRANTE: GILDO LOPES PORTO JUNIOR
PACIENTE: MILTON FABIANO RAMOS GONÇALVES
advogado: GILDO LOPES PORTO JUNIOR
IMPETRADO: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE TÓXICOS DA COMARCA DE SALVADOR
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DECISÃO:

Vistos, etc.

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de MILTON FABIANO RAMOS GONÇALVES apontando-se como autoridade coatora o MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE TÓXICOS DA COMARCA DE SALVADOR.

Informa o Impetrante que em 09 de julho de 2010 o Paciente teria sido preso pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/2003 c/c art. 71 do Código Penal e art. 16 da Lei nº 10.826/2003, encontrando-se custodiado até a presente data. Esclarece que em 28 de outubro do mesmo ano foi recebida a denúncia e a audiência inaugural fora designada para o dia 10 de dezembro. Aduz, ainda, que em 11 de novembro de 2010 foi requerida liberdade provisória em favor do paciente, a qual foi denegada sob o argumento de que a audiência de instrução já teria sido marcada. Ocorre que, segundo o Impetrante, este ato não pôde ser realizado, em virtude do não comparecimento das testemunhas.

Afirma que o Paciente é réu primário, com bons antecedentes e residência fixa, motivos pelos quais requer a concessão de liminar com fins ao relaxamento da prisão, eis que estaria sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução do feito.

Junta os documentos de fls. 11 a 15.

A despeito dos argumentos apresentados, inviável a concessão de liminar. É que a análise sumária dos argumentos trazidos com a inicial não evidencia, nesse momento, a presença dos requisitos caracterizadores da medida cautelar postulada. Não há nos autos elementos que tragam a certeza da existência da ilegalidade manifesta, capaz de causar dano irreparável ao paciente, caso a medida não seja concedida de plano. Diante do exposto, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações, com remessa posterior à Procuradoria de Justiça.
Intime-se, publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000344-83.2011.805.0000-0
IMPETRANTE: RAIMUNDO nONATO DO SACRAMENTO
PACIENTE: Edno cruz dos santos
advogado: RAIMUNDO nONATO DO SACRAMENTO
IMPETRADO: MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE itaparica
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DECISÃO:

Vistos, etc.

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de Edno Cruz dos Santos apontando-se como autoridade coatora o MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ITAPARICA.

Informa o Impetrante que em 10 de junho de 2010 o Paciente teria sido preso na Comarca de Nazaré e transportado para o município de Vera Cruz, onde encontra-se recolhido na 24ª Delegacia de Polícia, sem justa causa, eis que somente no dia 22 de junho do mesmo ano teve sua prisão preventiva decretada por participação na chacina ocorrida na localidade de Barra do Gil.

Aduz, ainda, que o respectivo Inquérito Policial, tombado sob o nº 033/2010, que estaria tramitando há mais de 07 (sete) meses ainda não teria sido concluído, razão pela qual requer a concessão de liminar no presente writ para lhe seja garantido o direito de aguardar em liberdade a instrução do processo.

Junta os documentos de fls. 11 a 13.

A despeito dos argumentos apresentados, inviável a concessão de liminar. É que a análise sumária dos argumentos trazidos com a inicial não evidencia, nesse momento, a presença dos requisitos caracterizadores da medida cautelar postulada. Não há nos autos elementos que tragam a certeza da existência da ilegalidade manifesta, capaz de causar dano irreparável ao paciente, caso a medida não seja concedida de plano. Diante do exposto, indefiro a liminar.

Req. informações, com remessa posterior à Procuradoria de Justiça.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000430-54.2011.805.0000-0
IMPETRANTE: LUIZ CARLOS AMORIM DOS SANTOS
PACIENTE: LUIZ CARLOS AMORIM DOS SANTOS
IMPETRADO: MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DECISÃO:

Vistos, etc.

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUIZ CARLOS AMORIM DOS SANTOS apontando-se como autoridade coatora o MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS.

Informa o Impetrante que figura como réu na ação penal tombada sob o nº 0002764-87.2010.805.0229 e fora preso em flagrante no dia 03/04/2010 pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2003 e que, embora encontre-se custodiado há 09(nove) meses, não teria sido sequer citado, razão pela qual requer a concessão de liminar no presente writ para lhe seja garantido o direito de aguardar em liberdade a instrução do processo.

Não junta documentos.

A despeito dos argumentos apresentados, inviável a concessão de liminar. É que a análise sumária dos argumentos trazidos com a inicial não evidencia, nesse momento, a presença dos requisitos caracterizadores da medida cautelar postulada. Não há nos autos elementos que tragam a certeza da existência da ilegalidade manifesta, capaz de causar dano irreparável ao paciente, caso a medida não seja concedida de plano. Diante do exposto, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações, com remessa posterior à Procuradoria de Justiça.

Intime-se, publique-se.

Salvador, 20 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000328-32.2011.805.0000-0
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE: JOSENILTON BARBOSA DOS SANTOS
DEFENSOR: ELIANA DE SOUZA BATISTA C. REIS
IMPETRADO: MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE INHAMBUPE
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DECISÃO:

Vistos, etc.

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSENILTON BARBOSA DOS SANTOS apontando-se como autoridade coatora o MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXECUÇÕES PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE INHAMBUPE.

Informa o Impetrante que o Paciente foi preso em flagrante em 15 de dezembro de 2010 como incurso nas penas do art. 121, §2º, II do Código Penal e que em 17/12/2010 foi requerida sua liberdade provisória, a qual fora denegada em razão da decretação da prisão preventiva, fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública (gravidade da infração penal e repercussão social), dentre outros.

Entretanto, aduz o Impetrante que os fundamentos suscitados pela autoridade coatora seriam vagos, eis que não restaram demonstrados nos autos.

Afirma, por fim, que segundo depoimentos prestados pelas testemunhas na fase inquisitiva, o Paciente é pessoa pacata, trabalhadora, que nunca foi dada a atos de violência, que nunca andou armada e não tem qualquer passagem pela polícia, razões pelas quais requer a concessão de medida liminar com fins à revogação do ato prisional.

Junta os documentos de fls. 10 a 44.

A despeito dos argumentos apresentados, inviável a concessão de liminar. É que a análise sumária dos argumentos trazidos com a inicial não evidencia, nesse momento, a presença dos requisitos caracterizadores da medida cautelar postulada. Não há nos autos elementos que tragam a certeza da existência da ilegalidade manifesta, capaz de causar dano irreparável ao paciente, caso a medida não seja concedida de plano. Diante do exposto, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações, com remessa posterior à Procuradoria de Justiça.
Intime-se, publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000318-85.2011.805.0000-0
IMPETRANTE: COSME ANTONIO RIBEIRO SANTANA
PACIENTE: GILMAR DA SILVA CARDOSO
ADVOGADO: COSME ANTONIO RIBEIRO SANTANA
IMPETRADO: MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME DA COMARCA DE VITÓRIA DA CONQUISTA
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DECISÃO:

Vistos, etc.

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de GILMAR DA SILVA CARDOSO apontando-se como autoridade coatora o MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME DA COMARCA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.

Informa o Impetrante que o Paciente foi preso em flagrante no dia 28 de julho de 2010 como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 e que o respectivo inquérito policial foi concluído em 16/11/2010 e distribuído em 18/11/2010, o que denotaia constrangimento ilegal por excesso de prazo, tendo em vista que a instrução criminal ainda não teria sido iniciada.

Por tais razões, requer seja concedida liminar no presente Habeas Corpus.

Junta os documentos de fls. 06 a 12.

A despeito dos argumentos apresentados, inviável a concessão de liminar. É que a análise sumária dos argumentos trazidos com a inicial não evidencia, nesse momento, a presença dos requisitos caracterizadores da medida cautelar postulada. Não há nos autos elementos que tragam a certeza da existência da ilegalidade manifesta, capaz de causar dano irreparável ao paciente, caso a medida não seja concedida de plano. Diante do exposto, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações, com remessa posterior à Procuradoria de Justiça.
Intime-se, publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0000319-70.2011.805.0000-0
IMPETRANTE: COSME ANTONIO RIBEIRO SANTANA
PACIENTE: ADO QUEIROZ SANTOS
ADVOGADO: COSME ANTONIO RIBEIRO SANTANA
IMPETRADO: MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME DA COMARCA DE VITÓRIA DA CONQUISTA
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO

DECISÃO:

Vistos, etc.

Trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de ADO QUEIROZ SANTOS apontando-se como autoridade coatora o MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIME DA COMARCA DE VITÓRIA DA CONQUISTA.

Informa o Impetrante que o Paciente foi preso em flagrante no dia 12 de maio de 2010 como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 e arts. 302, 304, 306 e 309 da Lei nº 9.503/1997 e a audiência de instrução não teria sido, até a presente data, sequer designada, o que denotaria constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Por tais razões, requer seja concedida liminar no presente Habeas Corpus.

Junta os documentos de fls. 05 e 06.

A despeito dos argumentos apresentados, inviável a concessão de liminar. É que a análise sumária dos argumentos trazidos com a inicial não evidencia, nesse momento, a presença dos requisitos caracterizadores da medida cautelar postulada. Não há nos autos elementos que tragam a certeza da existência da ilegalidade manifesta, capaz de causar dano irreparável ao paciente, caso a medida não seja concedida de plano. Diante do exposto, indefiro a liminar.

Requisitem-se informações, com remessa posterior à Procuradoria de Justiça.
Intime-se, publique-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
RELATOR

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0017320-05.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE FEIRA DE SANTANA
IMPETRANTE: NARCISO QUEIROZ DE LIMA E JOSEMY ARAUJO LOPES
PACIENTE: JOSÉ HÉLIO DA SILVA CARVALHO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO PLANTONISTA DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA - BAHIA
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DESPACHO

Trata-se de habeas corpus cujo pedido de liminar foi, devida e fundamentadamente, indeferido pela eminente Juíza Plantonista Joanice Maria Guimarães de Jesus (fl. 27), no exercício das funções referentes ao Plantão Judiciário.
Em assim sendo, cumpra-se a parte final da referida decisão, requisitando-se informações à autoridade impetrada.
Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0014584-14.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE CAPIM GROSSO
IMPETRANTE: MANOEL BOULHOSA GONZALEZ
PACIENTE: NILTON CRUZ GONZAGA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE CAPIM GROSSO-BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
DECISÃO

O advogado Manoel Boulhosa Gonzalez impetrou, em favor do Paciente Nilton Cruz Gonzaga, habeas corpus, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da Vara Crime, Júri, Exec. Penais, Infância e Juventude da Comarca de Capim Grosso-Bahia.
O impetrante informa que o Paciente responde a Ação Penal, acusado da prática do delito previsto no artigo 14, caput, da Lei 10.826/2003.
Argui, em apertada síntese, que o réu foi preso em face à denúncia anônima, tendo sido sua residência invadida por policiais e que, posteriormente, teve sua liberdade concedida mediante a Ação de Liberdade Provisória, autos de nº 0000461-58.2010.805.0049, com pagamento de fiança e que o processo ainda não se findou e já perdura por 7 (sete meses),pelo que não se deve submeter o Paciente ao constrangimento ilegal de responder uma Ação Penal de maneira despicienda, quando não se aventa a possibilidade de crime, aduzindo a necessidade de trancamento da Ação Penal.
Requer a concessão liminar da ordem e sua confirmação em definitivo.
A inicial, de fls. 02/18, veio acompanhada dos documentos de fls. 19/250.
O deferimento de medida liminar, em sede de habeas corpus, não encontra previsão legal, tendo seu cabimento sido resultado de construção jurisprudencial e doutrinária. Destaca-se que, sendo os efeitos da medida liminar satisfativos, esta apenas deve ser deferida em caráter excepcional, que somente se justifica quando demonstrado inequivocadamente o constrangimento ilegal a que esteja submetido o Paciente.

Ainda assim, enquanto medida cautelar, a liminar em habeas corpus não deve representar antecipação dos efeitos da decisão meritória, devendo-se cingir-se às hipóteses de acautelamento do direito pleiteado e não de sua satisfação. Neste sentido já se posicionou o Supremo Tribunal Federal:
"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. LIBERDADE PROVISÓRIA. LIMINAR SATISFATIVA. INDEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. PRETENSÃO QUE IMPLICA A ANTECIPAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DE MÉRITO. INADMISSIBILIDADE. INDEFERIMENTO MANTIDO. AGRAVO REGIMENTAL DENEGADO.
O pedido formulado em sede de cognição sumária não pode ser deferido pelo Relator quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito.
A liminar, em sede de habeas corpus, de competência originária de Tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando se fizerem presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.

Alegações que não convencem, de plano, a soltura da ré, por não vislumbrar, primo oculi, qualquer ilegalidade no aresto atacado.
Indeferimento da liminar mantido.
Agravo Regimental a que NÃO SE CONHECE." (AgRg no AgRg no HC 51.180/SP, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 12.03.2007. Grifos nossos).

Tratando-se a concessão de liminar de um juízo de probabilidade quanto a decisão favorável do processo em relação a quem é beneficiário da medida cautelar, não verifica este Magistrado, pelo menos neste exame inicial, os requisitos autorizadores da liminar pleiteada, razão pela qual a indefiro.

Oficie-se ao MM. Juízo de Direito da Vara Crime, Júri, Exec. Penais, Infância e Juventude da Comarca de Capim Grosso-Bahia, para prestar as informações de praxe, no prazo de cinco dias.
Após o envio das informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.
Publique-se. Intime-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2010.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0000519-77.2011.805.0000-0
ORIGEM:COMARCA DE SALVADOR
IMPETRANTES: ANDRE LUIS DO NASCIMENTO LOPES E ANDREIA LUCIARA ALVES DDA SILVA LOPES
PACIENTE: ANA CLÁUDIA DE OLIVERA MACIEL
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE TÓXICOS DA COMARCA DE SALVADOR-BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
DECISÃO

Os advogados André Lopes e Andréia Lopes impetraram habeas corpus em favor da Paciente Ana Cláudia de Oliveira Maciel , apontando como autoridade coatora o MM. Juízo da 1ª Vara de Tóxicos da Comarca de Salvador - Bahia.
Informam que a Paciente responde a Ação penal, acusado da prática do delito previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006, estando custodiado desde 21/08/2010, sem ter sido concluída a instrução criminal.

Alegam, em apertada síntese, a configuração do constrangimento ilegal em relação à liberdade da Paciente, em decorrência do excesso prazal na formação da culpa, aduzindo que a instrução criminal vem se arrastando por um longo período, sem previsão para o término, que se trata de ré presa , há mais de 5(cinco) meses,que se encontra com indevida restrição forçada de sua liberdade.
Requerem a concessão liminar da ordem e sua confirmação em definitivo, almejando a soltura do Paciente.
A inicial, de fls. 02/09, veio acompanhada dos documentos de fls. 10/130.
O deferimento de medida liminar, em sede de habeas corpus, não encontra previsão legal, tendo seu cabimento sido resultado de construção jurisprudencial e doutrinária. Destaca-se que, sendo os efeitos da medida liminar satisfativos, esta apenas deve ser deferida em caráter excepcional, que somente se justifica quando demonstrado inequivocadamente o constrangimento ilegal a que esteja submetido o Paciente.

Ainda assim, enquanto medida cautelar, a liminar em habeas corpus não deve representar antecipação dos efeitos da decisão meritória, devendo-se cingir-se às hipóteses de acautelamento do direito pleiteado e não de sua satisfação. Neste sentido já se posicionou o Supremo Tribunal Federal:
"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. LIBERDADE PROVISÓRIA. LIMINAR SATISFATIVA. INDEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. PRETENSÃO QUE IMPLICA A ANTECIPAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DE MÉRITO. INADMISSIBILIDADE. INDEFERIMENTO MANTIDO. AGRAVO REGIMENTAL DENEGADO.
O pedido formulado em sede de cognição sumária não pode ser deferido pelo Relator quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito.
A liminar, em sede de habeas corpus, de competência originária de Tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando se fizerem presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.
Alegações que não convencem, de plano, a soltura da ré, por não vislumbrar, primo oculi, qualquer ilegalidade no aresto atacado.
Indeferimento da liminar mantido.
Agravo Regimental a que NÃO SE CONHECE." (AgRg no AgRg no HC 51.180/SP, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 12.03.2007. Grifos nossos).

Tratando-se a concessão de liminar de um juízo de probabilidade quanto a decisão favorável do processo em relação a quem é beneficiário da medida cautelar, não verifica este Relator, pelo menos neste exame inicial, os requisitos autorizadores da liminar pleiteada, razão pela qual a indefiro.

Oficie-se ao MM. Juízo da 1ª Vara Crime da Comarca de Salvador - Bahia, para prestar as informações de praxe, no prazo de cinco dias.
Após o envio das informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.
Publique-se. Intime-se.
Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS N.º 0014789-43.2010.805.0000-0
ORIGEM: FEIRA DE SANTANA
IMPETRANTES: FERNANDO DE OLIVEIRA SILVA E FERNANDA OLIVEIRA DIAS
PACIENTE: JONATAS WELLINGTON DE JESUS SANTOS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA DO JURI E DELITOS DE IMPRENSA DA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA-BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DECISÃO

Trata-se de ação de Habeas Corpus, através da qual os advogados impetrantes sustentam a ilegalidade da manutenção da prisão do paciente por excesso prazal.
Liminar indeferida, às fls. 25/26, pelo Juiz Convocado Paulo César Bandeira de Melo Jorge.
O feito foi redistribuído (fl. 29), cabendo-me o munus da relatoria.
Consoante certidão de fl. 28, in casu, apesar de solicitadas e não prestadas, entendo indispensáveis as informações da autoridade impetrada.
Em assim sendo, cumpra-se a parte final da decisão de fls.25/26, requisitando-se informações à referida autoridade .

Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 24 de janeiro de 2011.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0014019-50.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE BARRA DO CHOÇA
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSOR: VINÍCIUS RIBEIRO FREIRE
PACIENTE: ANDRÉ DOS SANTOS NOVAIS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JURI, EXEC. PENAIS, INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE BARRA DO CHOÇA - BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DESPACHO

Reitere-se o despacho de fl. 17, para ser cumprido no prazo de cinco dias , sob pena de relato de omissão à Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME Nº 0000004-41.2004.805.0209-0 - RETIROLÂNDIA
APELANTE: ELIERMISON ARAÚJO DA SILVA
ADVOGADO: GABRIEL ARCANJO DE OLIVEIRA NETO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATOR: Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DECISÃO

Vistos etc.
Juízo negativo de admissibilidade, porquanto extemporâneo o recurso (preclusão temporal).
Ao contrário do que sustenta o parecer ministerial à fl. 150, o réu ficou intimado da sentença (certidão: fl. 130-v), POR ÚLTIMO, em 26.10.2009, uma segunda-feira, iniciando-se o correlato prazo recursal no dia 27.10.2009, como reconhece o próprio defensor, à fl. 131. Logo, o aludido prazo recursal de cinco dias (CPP, art. 593, I) in casu restou ultimado desde 02.11.2009 (termo final); e o apelante só interpôs seu recurso em 03.11.2009 (fl. 133), fazendo-o, pois, de maneira obviamente intempestiva.
[ Precedente do STJ ]

Por tal razão, e malgrado o opinativo ministerial, NÃO CONHEÇO DO RECURSO, porque intempestivo.
Publique-se de imediato.
Intimem-se.
Cidade do Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIME Nº 0000347-79.2009.805.0009-0 | ANAGÉ
APELANTES: SILVANO COSTA RIBEIRO e outros
ADVOGADOS: DJALMA EVANDRO NOBRE e outros
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATOR: Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DECISÃO

Vistos, etc.
Em consulta ao SAIPRO, pude constatar, regimentalmente, a prevenção da Primeira Câmara Criminal, que julgou, inclusive, o Recurso em HC nº 0012155-72.2003.805.0274-0, cujo recorrido, SILVANO COSTA RIBEIRO, também figura como réu-apelante no apelo em epígrafe.
Logo, ORDENO A URGENTE REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO, VIA SECOMGE, A DESEMBARGADOR DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, que deverá relatá-lo doravante.
Cidade do Salvador, 24 de janeiro de 2011.

Des. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS Nº 0012965-49.2010.805.0000-0
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE: EDUARDO REISDAMASCENO
DEFENSOR: EVA FERREIRA DA SILVA
RELATOR: DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
DESPACHO:
À Superior Instância.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

Des. Carlos Roberto Santos Araújo
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0016971-02.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE INHAMBUBE
IMPETRANTE: JOSEMY ARAÚJO LOPES
PACIENTE: ANDERSON FERREIRA DE JESUS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE INHAMBUBE-BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DESPACHO

Encaminhem-se os autos à Secretaria da Segunda Câmara Criminal a fim de que seja juntado o acórdão referente ao habeas corpus de nº 2292-94.2010.805.0000-0.

Após a juntada do referido acórdão, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.
Em seguida, voltem-me conclusos.
Publique-se. Intimem-se.

Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0016940-79.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE ITACARÉ
IMPETRANTE: REVERSON PEREIRA DE JESUS
PACIENTE: REVERSON PEREIRA DE JESUS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE ITACARÉ-BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DESPACHO

Encaminhem-se os autos à Secretaria da Segunda Câmara Criminal a fim de que seja juntado o acórdão referente ao habeas corpus de nº 8597-94.2010.805.0000-0.
Após a juntada do referido acórdão, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.
Em seguida, voltem-me conclusos.
Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0016756-26.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE SALVADOR
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSOR: ROGÉRIO CEZIMBRA DE PINHO FILHO
PACIENTE: JOSÉ MARTINS DOS SANTOS FILHO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA 13ª CRIME DA COMARCA DE SALVADOR - BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS

DESPACHO

Requisitem-se as informações, no prazo legal, por não ser o caso o de deferimento de ofício da mesma e não haver pedido de liminar.

Recebidas as informações, dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça para os devidos fins.

Publique-se. Intimem-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2011.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS 0016970-17.2010.805.0000-0
ORIGEM: COMARCA DE SERRINHA
IMPETRANTE: JOSEMY ARAÚJO LOPES
PACIENTE: BRUNO RAMOS MENDES SANTOS
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIME, JÚRI, EXEC. PENAIS INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SERRINHA-BAHIA.
RELATOR: DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
DECISÃO

O advogado Josemy Araújo Lopes impetrou, em favor do Paciente Bruno Ramos Mendes, habeas corpus, apontando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da Vara Crime, Júri, Exec. Penais, Infância e Juventude da Comarca de Serrinha-Bahia.

Informa que o Paciente responde a Ação Penal, acusado da prática do delito previsto no artigo 33 e 35 da Lei 11.343/2006, estando custodiado desde 05 de setembro de 2010, por força da decretação de prisão preventiva.
Argui, em apertada síntese, a configuração do constrangimento ilegal em relação à liberdade do Paciente, em decorrência do excesso prazal na formação da culpa, aduzindo que a defesa em nada contribuiu ou está contribuindo para o retardamento do feito, que a instrução criminal ainda não se iniciou e que se encontra com indevida restrição forçada de sua liberdade.
Requer a concessão liminar da ordem e sua confirmação em definitivo.
A inicial, de fls. 02/14, veio acompanhada dos documentos de fls. 15/51.
O deferimento de medida liminar, em sede de habeas corpus, não encontra previsão legal, tendo seu cabimento sido resultado de construção jurisprudencial e doutrinária. Destaca-se que, sendo os efeitos da medida liminar satisfativos, esta apenas deve ser deferida em caráter excepcional, que somente se justifica quando demonstrado inequivocadamente o constrangimento ilegal a que esteja submetido o Paciente.

Ainda assim, enquanto medida cautelar, a liminar em habeas corpus não deve representar antecipação dos efeitos da decisão meritória, devendo-se cingir-se às hipóteses de acautelamento do direito pleiteado e não de sua satisfação. Neste sentido já se posicionou o Supremo Tribunal Federal:
"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. LIBERDADE PROVISÓRIA. LIMINAR SATISFATIVA. INDEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL. PRETENSÃO QUE IMPLICA A ANTECIPAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DE MÉRITO. INADMISSIBILIDADE. INDEFERIMENTO MANTIDO. AGRAVO REGIMENTAL DENEGADO.
O pedido formulado em sede de cognição sumária não pode ser deferido pelo Relator quando a pretensão implica a antecipação da prestação jurisdicional de mérito.
A liminar, em sede de habeas corpus, de competência originária de Tribunal, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando se fizerem presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.
Alegações que não convencem, de plano, a soltura da ré, por não vislumbrar, primo oculi, qualquer ilegalidade no aresto atacado.
Indeferimento da liminar mantido.
Agravo Regimental a que NÃO SE CONHECE." (AgRg no AgRg no HC 51.180/SP, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 12.03.2007. Grifos nossos).

Tratando-se a concessão de liminar de um juízo de probabilidade quanto a decisão favorável do processo em relação a quem é beneficiário da medida cautelar, não verifica este Relator, pelo menos neste exame inicial, os requisitos autorizadores da liminar pleiteada, razão pela qual a indefiro.

Oficie-se ao MM. Juízo de Direito da Vara Crime, Júri, Exec. Penais, Infância e Juventude da Comarca de Serrinha-Bahia, para prestar as informações de praxe, no prazo de cinco dias.
Após o envio das informações, dê-se vista dos autos à douta Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.
Publique-se. Intime-se.
Salvador, 25 de janeiro de 2010.

DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
Relator

SECRETARIA DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
CÂMARA CRIMINAL - TURMAS CRIMINAIS

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

0125504-67.2001.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: LAIS TELES FERREIRA
APELADO: JANETE CARVALHO NOGUEIRA
APELADO: TÂMARA DE CARVALHO NOGUEIRA
ADVOGADO(S): NARCISO RAMOS DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): RICARDO RABELO
DECISÃO: DECLAROU-SE EXTINTA A PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.USOU A TRIBUNA O BEL.DR.NARCISO RAMOS DE OLIVEIRA,EM FAVOR DO PACIENTE.

0000386-16.2009.805.0126 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITAPETINGA
APELANTE: NATANAEL DE JESUS MATOS
ADVOGADO(S): NATANAEL OLIVEIRA DO CARMO, DANIELLE ALMEIDA LUZ

APELANTE: DONIS SANTOS CATUABA
DEFENSOR: JEANE MEIRA BRAGA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: JOSE JUNSEIRA ALMEIDA DE OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): MÔNICA BARROSO COSTA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0045319-71.2003.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: JUTAIR DE SOUZA SANTOS
DEFENSOR: ROGERIO CEZIMBRA DE PINHO FILHO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: PAULO ROBERTO COELHO BRANDAO
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0053160-10.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: DANIEL SANTOS BORGES
DEFENSOR: JOSE BRITO MIRANDA DE SOUZA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: MARIA DAS GRACAS POLLI
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): SÔNIA MARIA DA SILVA BRITO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0108572-62.2005.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: VALNEI DE BRITO SILVA
DEFENSOR: ALDA MONTEIRO GONCALVES
DEFENSOR: RITA DE CASSIA MOURE ORGE LIMA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: SANDRA PATRICIA OLIVEIRA
ESTAGIARIO: ANGELO MACIEL SANTOS REIS
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): MÔNICA BARROSO COSTA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0017003-04.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: WASHINGTON XAVIER VENTURA
DEFENSOR: ALDA MONTEIRO GONCALVES
PROMOTOR PUBLICO: AIRTON JUAREZ CHASTINET MASCARENHAS JUNIOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): LEONOR SALGADO ATANAZIO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0007400-74.2007.805.0141 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: JEQUIÉ
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
APELANTE: MARISA ALMEIDA COSTA
DEFENSOR: PEDRO RODRIGUES NETO

PROMOTOR PUBLICO: MAURICIO PESSOA GONDIM DE MATOS
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
REVISOR(A): JUIZ SUBSTITUTO PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): CLEUZA BOYDA DE ANDRADE
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO E DE OFÍCIO REDUZIU-SE A PENA NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0003022-21.2009.805.0201 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: PORTO SEGURO
APELANTE: THIAGO RANGEL DA SILVA
DEFENSOR: PRISCILLA BERTO SILVA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: DIONELES LEONE SANTANA FILHO
RELATOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS (JUIZ CONVOCADO)
REVISOR(A): DES. IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
3º JULGADOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
PROCURADOR(A): SOLANGE RIOS
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0001598-79.2010.805.0080 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: FEIRA DE SANTANA
APELANTE: TIAGO GOMES DO NASCIMENTO
DEFENSOR: MELINA DANTAS PRATES
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: VERENA LIMA DE OLIVEIRA LEAL
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): SIMONE ISAURA ROCHA CAETANO DO NASCIMENTO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0160450-21.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: LUIZ ANTONIO BISPO DOS SANTOS
DEFENSOR: RITA DE CASSIA MOURE ORGE LIMA
APELANTE: FERNANDO BARBOSA SANTOS
DEFENSOR: ALDA MONTEIRO GONÇALVES
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: SANDRA PATRICIA OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO AOS APELOS,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0162934-09.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
APELADO: GILMAR LIMA DOS SANTOS
PROMOTOR PUBLICO: ELIANA ELENA PORTELA BLOIZI
DEFENSOR: FABIANO CHOI
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): LUCIA BASTOS FARIAS ROCHA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0001255-40.2005.805.0248 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SERRINHA
APELANTE: GENÁRIO XAVIER DE OLIVEIRA
APELANTE: MARCOS PAULO NUNES
ADVOGADO(S): NARCISO QUEIROZ DE LIMA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: NUBIA ROLIM DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ

REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): VERA LÚCIA AZEREDO COUTINHO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0004875-11.2007.805.0274 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: VITÓRIA DA CONQUISTA
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: GUSTAVO EMANUEL MUNIZ
APELADO: JONAS ALVES DE SOUZA NETO
ADVOGADO(S): CLAUDIO MARQUES PEREIRA
APELADO: EDILTON FERREIRA SANTOS
ADVOGADO(S): JOSE CORREIA DOS SANTOS
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
DECISÃO: REJEITADA A PRELIMINAR,NO MÉRITO NEGOU-SE PROVIMENTO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0091054-98.2001.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: PAULO JOSE ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO(S): JOAO CARLOS SANTOS NOVAES
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0139166-20.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
APELANTE: MARCELO DOS SANTOS
DEFENSOR: ANDRE G. S. PEREIRA
APELANTE: JOAO DE JESUS
PROMOTOR PUBLICO: LUCIANA A M. CAFE DE JESUS
RELATOR(A): DES(A). PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE (JUIZ CONVOCADO)
REVISOR(A): DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS (REVISOR SUBSTITUTO)
3º JULGADOR(A): DES(A). NAGILA MARIA SALES BRITO
PROCURADOR(A): AIRTON OLIVEIRA SOUZA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0025359-22.2009.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: AUGUSTO JUNIO LIMA CAMPOS
DEFENSOR: ROGERIO CEZIMBRA DE PINHO FILHO
DEFENSOR: ALAN ROQUE SOUZA DE ARAUJO
ESTAGIARIO: ANA CRISTINA LIMA DE LIMA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: ROQUE DE OLIVEIRA BRITO
RELATOR(A): DES(A). PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE (JUIZ CONVOCADO)
REVISOR(A): DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS (REVISOR SUBSTITUTO)
3º JULGADOR(A): DES(A). NAGILA MARIA SALES BRITO
PROCURADOR(A): WANDA VALBIRACI CALDAS FIGUEIREDO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0040579-26.2010.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: ATAIDESON SANTANA DOS SANTOS
DEFENSOR: ISABELA GUEDES MOREIRA DA SILVA
ESTAGIARIO: JOÃO JORGE P. Q. JR.
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: JOSE PEREIRA DE OLIVEIRA
ESTAGIARIO: THALES DA SILVA BRITO

RELATOR(A): DES(A). PAULO CESAR BANDEIRA DE MELO JORGE (JUIZ CONVOCADO)
REVISOR(A): DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS (REVISOR SUBSTITUTO)
3º JULGADOR(A): DES(A). NAGILA MARIA SALES BRITO
PROCURADOR(A): ENY MAGALHÃES SILVA ARAÚJO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0016207-81.2008.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: JOSE UBIRATAN ALMEIDA BEZERRA
APELADO: ALEXANDRE DA SILVA
ADVOGADO(S): ANTONIO GLORISMAN DOS SANTOS, RODRIGO MARQUES MENDEZ
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): WANDA VALBIRACI CALDAS FIGUEIREDO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0000036-60.2010.805.0007 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: AMÉLIA RODRIGUES
APELADO: MINISTERIO PÚBLICO
APELANTE: MIRALVA GOMES DE MORAES
ADVOGADO(S): JOÃO CARLOS DA SILVA COUTO
APELANTE: ANDRE LUIZ CARVALHO PEREIRA
ADVOGADO(S): OYAMA MATTOS JAQUEIRA BARRETTO
PROMOTOR PUBLICO: MARIANA MEIRA PORTO DE CASTRO
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): LUIZ AUGUSTO DE SANTANA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO AOS APELOS,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0002232-73.2010.805.0113 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: ITABUNA
APELANTE: EVERALDO VIEIRA DE MELO JUNIOR
ADVOGADO(S): WELLINGTON RODRIGUES DE MATOS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: RENATA BARROS DACACH ASSIS
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
REVISOR(A): DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0002623-11.2003.805.0004 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: ALAGOINHAS
RECORRENTE: EDNALDO ALVES DA CRUZ
ADVOGADO(S): JOAO ROCHA DE OLIVEIRA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: ROQUE DE OLIVEIRA BRITO
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
2º JULGADOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): LUCIA BASTOS FARIAS ROCHA
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0000364-72.1991.805.0001 - 1 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: SALVADOR
RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: ANTONIO LUCIANO SILVA ASSIS
DEFENSOR: GUSTAVO VIEIRA SOARES
RECORRIDO: HILDEBRANDO GOMES DAS CHAGAS

RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
2º JULGADOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): ENY MAGALHÃES SILVA ARAÚJO
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0001957-14.2006.805.0001 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: SALVADOR
RECORRENTE: CASSIO DE ARAUJO COSTA
DEFENSOR: PEDRO JOAQUIM MACHADO
ESTAGIARIO: GABRIELA FREIRE
RECORRIDO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: CASSIO MARCELO DE MELO
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
2º JULGADOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): LEONOR SALGADO ATANAZIO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0000014-06.1999.805.0098 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: IBITITÁ
RECORRENTE: URBANILTON CARDOSO DOURADO
ADVOGADO(S): EDIVALDO ARAUJO
RECORRIDO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: JOAO MANOEL SANTANA RODRIGUES
RELATOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
2º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
3º JULGADOR(A): DES(A). NAGILA MARIA SALES BRITO
PROCURADOR(A): ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0005043-33.2008.805.0256 - 0 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
COMARCA: TEIXEIRA DE FREITAS
RECORRENTE: LUCIANO DE JESUS PEREIRA
DEFENSOR: RODRIGO FERREIRA LIMA
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR PUBLICO: GILBERTO RIBEIRO DE CAMPOS
RELATOR(A): DES(A). IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
2º JULGADOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
3º JULGADOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS
PROCURADOR(A): MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS
DECISÃO: DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL,NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

0138108-50.2007.805.0001 - 0 APELAÇÃO
COMARCA: SALVADOR
APELANTE: FELIX JOSE CARDOSO E SILVA
ADVOGADO(S): GERSONARA VIEIRA SANTANA, PAULA CASTRO MACIEL DA SILVA, ZILAN DA COSTA E SILVA MOURA, CIBELE ANDRADE PESSOA DE FREITAS, AMANDA DIAS D' ANDREAMATTEO, THIAGO VAZ DE SOUZA RIBEIRO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO
PROMOTOR PUBLICO: SANDRA PATRICIA OLIVEIRA
RELATOR(A): DES(A). JEFFERSON ALVES DE ASSIS (JUIZ CONVOCADO)
REVISOR(A): DES. IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
3º JULGADOR(A): DES(A). CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
PROCURADOR(A): LIDIVALDO BRITTO
DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO E DE OFÍCIO MODIFICOU-SE O REGIME NOS TERMOS DO ACÓRDÃO.UNÂNIME.

Maria Auxiliadora de O. Farias
Secretária Adjunta

# MINISTÉRIO PÚBLICO

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## SECRETARIA GERAL

ATO Nº 020/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 166, da Lei Complementar nº 11/96, resolve, suspender as férias do Procurador-Geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, no período de 21 a 30/01/2011.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 24 de janeiro de 2011.

RÔMULO DE ANDRADE MOREIRA
Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos

ATO Nº 021/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no § 1º, do artigo 268, da Lei Complementar nº 11/1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº. 31/2008 e tendo em vista o quanto se comprova através do expediente nº 003.0.10675/2011, resolve homologar a escolha dos Promotores de Justiça Marcos Santos Alves Peixoto e Maria Imaculada Jued Moysés como Coordenador e Suplente, respectivamente, da Promotoria de Justiça Regional de Brumado, no período de janeiro a dezembro/2011.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 022/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 166 da Lei Complementar nº 11/96, resolve suspender as férias do Procurador de Justiça Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, no dia 25/01/2011, a fim de participar da sessão do Conselho Superior do Ministério Público.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 023/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 166, da Lei Complementar nº 11/96, resolve, suspender as férias do Assessor Especial Cristiano Chaves de Farias, nos dias 25, 26 e 27/01/2011.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 024/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 166, da Lei Complementar nº 11/96, e tendo em vista o quanto se comprova no expediente protocolizado sob nº 003.0.11020/2011, resolve, suspender as férias do Promotor de Justiça Aurisvaldo Melo Sampaio, no dia 27/01/2011, a fim de participar de audiência referente ao inquérito civil que apura a responsabilidade pelo incêndio que ocasionou danos a consumidores deste Estado, ocorrido nas instalações da empresa denominada TNL PCS S/A (OI), em trâmite na 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 025/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. tendo em vista o quanto requerido no expediente protocolizado sob o no 003.0.11567/2011, resolve, na forma do Art. 186, II, da Lei Complementar Estadual nº 011/1996, autorizar, com a concordância do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, o afastamento do Promotor de Justiça Almiro Sena Soares Filho, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Cidadania da Capital, atualmente desempenhando função de Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, a partir de 26 de janeiro de 2011, para exercer o cargo de Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 044/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os Promotores de Justiça abaixo relacionados, para exercer as funções do Ministério Público no Plantão Judiciário, sem prejuízo de suas atribuições, na forma seguinte:

| Promotores de Justiça | Titularidade | Período |
|---|---|---|
| José Renato Oliva de Mattos | 7ª Promotoria de Justiça Criminal - 2º Promotor de Justiça da Capital | 24 a 31/01/2011 |
| Jandira Lima de Góes | 8ª Promotoria de Justiça Criminal - 3º Promotor de Justiça da Capital | 31/01 a 07/02/2011 |
| Davi Gallo Barouh | 8ª Promotoria de Justiça Criminal - 3º Promotor de Justiça da Capital | 07 a 14/02/2011 |

Eu, Antônio Ferreira Villas Boas Neto, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 24 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 045/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o quanto se comprova no expediente protocolizado sob nº 003.0.10632/2010, resolve alterar a escala de substituição para os afastamentos e impedimentos dos Promotores de Justiça das Comarcas do interior do Estado, da seguinte forma:

| PROMOTORIA DE JUSTIÇA | 1º SUBSTITUTO | 2º SUBSTITUTO | 3º SUBSTITUTO |
|---|---|---|---|
| 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barreiras | 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barreiras | 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barreiras | 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barreiras |

Eu, Antônio Ferreira Villas Boas Neto, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 24 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 046/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e com fundamento no art. 127, § 2º da Constituição Federal e no art. 136 da Constituição do Estado da Bahia, bem como no art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

RESOLVE

Art. 1º Publicar o Cronograma Financeiro - Exercício 2011, na forma do anexo único.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria nº. 034/2011.

Art. 3º Os efeitos desta Portaria retroagem a 01 de janeiro de 2011.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 DE JANEIRO DE 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ORÇAMENTO 2011

**CRONOGRAMA FINANCEIRO**

| | FT | Orçamento Atual | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total da Unidade** | | **343.318.817** | **55.167.150** | **33.834.698** | **33.834.698** | **24.444.667** | **23.844.667** | **23.844.667** | **23.625.667** | **23.625.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **24.541.667** | **29.471.937** |
| **Próprias do Tesouro** | | 340.141.000 | 54.477.333 | 33.100.698 | 33.100.698 | 23.760.667 | 23.760.667 | 23.760.667 | 23.541.667 | 23.541.667 | 23.541.667 | 23.541.667 | 24.541.667 | 29.471.937 |
| | **00** | 340.121.000 | 54.457.333 | 33.100.698 | 33.100.698 | 23.760.667 | 23.760.667 | 23.760.667 | 23.541.667 | 23.541.667 | 23.541.667 | 23.541.667 | 24.541.667 | 29.471.937 |
| | **01** | 20.000 | 20.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Outras do Tesouro** | | | | | | | | | | | | | | |
| | **09** | 672.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | **13** | 2.000.000 | 500.000 | 500.000 | 500.000 | 500.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | **31** | 505.817 | 105.817 | 150.000 | 150.000 | 100.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total Atividade** | | **330.207.000** | **51.371.667** | **30.015.032** | **30.015.032** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **24.541.667** | **29.471.937** |
| **Próprias do Tesouro** | **00** | **330.207.000** | **51.371.667** | **30.015.032** | **30.015.032** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **23.541.667** | **24.541.667** | **29.471.937** |
| Pessoal | | 299.707.000 | 48.830.000 | 27.473.365 | 27.473.365 | 21.000.000 | 21.000.000 | 21.000.000 | 21.000.000 | 21.000.000 | 21.000.000 | 21.000.000 | 22.000.000 | 26.930.270 |
| Manutenção | | 30.500.000 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 | 2.541.667 |
| **Total Projeto** | | **13.111.817** | **3.795.484** | **3.819.667** | **3.819.667** | **903.000** | **303.000** | **303.000** | **84.000** | **84.000** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| **Próprias do Tesouro** | | **9.934.000** | **3.105.667** | **3.085.667** | **3.085.667** | **219.000** | **219.000** | **219.000** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| | **00** | 9.914.000 | 3.085.667 | 3.085.667 | 3.085.667 | 219.000 | 219.000 | 219.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | **01** | 20.000 | 20.000 | 0 | | | | | | | | | | |
| Superintendência | 00 | 1.314.000 | 219.000 | 219.000 | 219.000 | 219.000 | 219.000 | 219.000 | | | | | | |
| | 01 | 20.000 | 20.000 | | | | | | | | | | | |
| Fundo de Modernização | 00 | 8.600.000 | 2.866.667 | 2.866.667 | 2.866.667 | | | | | | | | | |
| **Outras do Tesouro** | | **3.177.817** | **689.817** | **734.000** | **734.000** | **684.000** | **84.000** | **84.000** | **84.000** | **84.000** | **0** | **0** | **0** | **0** |
| | **09** | 672.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | 84.000 | | | | |
| | **13** | 2.000.000 | 500.000 | 500.000 | 500.000 | 500.000 | | | | | | | | |
| | **31** | 505.817 | 105.817 | 150.000 | 150.000 | 100.000 | | | | | | | | |

PORTARIA Nº 047/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o quanto se comprova no expediente protocolizado sob nº 003.0.8333/2011, resolve designar o Promotor de Justiça André Luís Lavigne Mota, substituindo na 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Irecê, para auxiliar nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Comarca de Irecê, no período de 24 a 31/01/2011, sem prejuízo de suas atribuições.

Eu, Antônio Ferreira Villas Boas Neto, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 24 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 049/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o quanto se comprova do expediente nº 003.0.9030/2011, resolve revogar a designação da Promotora de Justiça Soraya Meira Chaves, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Tanhaçu, para auxiliar nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Comarca de Brumado, cessando, assim, os efeitos das Portarias nºs 332/2009 e 558/2009, publicadas no DPJ de 18/06/2009 e 07/10/2009, respectivamente.

Eu, Antônio Ferreira Villas Boas Neto, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 050/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o Promotor de Justiça Roberto de Almeida Borges Gomes para substituir o Promotor de Justiça Marcelo Henrique Guimarães Guedes, nas Coordenações do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente - CEAMA e da Central de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado da Bahia - CEAT, nos dias 26 e 27/01/2011, sem prejuízo de suas atribuições.

Eu, Antônio Ferreira Villas Boas Neto, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 051/2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve designar a Promotora de Justiça Juçara Azevedo de Carvalho, titular da 4ª Promotoria de Justiça Criminal - 7º Promotor de Justiça da Capital, para exercer as funções do Ministério Público nas audiências da 14ª Vara Criminal da Capital, no dia 27/01/2011, sem prejuízo de suas atribuições, cessando, assim, os efeitos da Portaria nº 038/2011, publicada no DJE de 20/01/2011, relativos ao Promotor de Justiça Davi Gallo Barouh.

Eu, Antônio Ferreira Villas Boas Neto, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, 25 de janeiro de 2011.

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSOS DEFERIDOS PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA:

ANA CÂNDIDA SILVEIRA BARBOSA. Promotora de Justiça de Governador Mangabeira. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 2º período do exercício de 2010, em análise, de 11/01 a 09/02/2011, ficando a fixação do período do gozo aguardando o envio da escala anual de férias da Promotoria de Justiça Regional, para o exercício de 2012. 003.0.6778/2001
ANA CÂNDIDA SILVEIRA BARBOSA. Promotora de Justiça de Governador Mangabeira. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 21/02 a 22/03/2011, para gozo de 21/06 a 20/07/2011. 003.0.6778/2011.
ANA CARLA FONSECA LAGO NEVES, Promotora de Justiça da Capital. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 11 a 30/01/2011, para gozo de 01 a 20/05/2011. 003.0.222639/2010.
ANA EMANUELA CORDEIRO ROSSI MEIRA, Promotora de Justiça de Brumado. 180 dias de licença à gestante, no período de 14/01/2011 a 12/07/2011. 003.0.7055/2011.
ANNA KRISTINA SANTOS LEHUBACH PRATES, Promotora de Justiça de Teixeira de Freitas. Férias relativas ao 2º período de 2007 para gozo de 11 a 30/01/2011. 003.0.10499/2011.

AURIMAR SILVA, Promotor de Justiça da Capital. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/02/2011, para gozo de 11 a 30/05/2011. 003.0.7558/2011.

BRUNO DE AZEVEDO SANFRONT, Promotor de Justiça de Ipirá. Autorização para ausentar-se da Promotoria de Justiça no período de 24 a 26/01/2011, para tratar de assunto particular. 003.0.9304/2011.

CARLOS FREDERICO BRITO DOS SANTOS, Procurador de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/02/2011, para gozo no período de 09 a 28/02/2011. 003.0.5133/2011.

CECÍLIA PONDÉ LUZ DO NASCIMENTO, Promotora de Justiça da Capital. 01 mês de licença prêmio, relativas ao 2º quinquênio, para gozo no período de 01 a 30/09/2011. 003.0.8529/2011.

CLEONICE DE SOUZA LIMA, Procuradora de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 2º período do exercício de 2008, do período de 01 a 20/03/2011, para gozo no período de 12/02 a 03/03/2011. 003.0.10362/2011.

CLEONICE DE SOUZA LIMA, Procuradora de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2008, do período de 11 a 20/07/2011, para gozo no período de 02 a 11/02/2011. 003.0.10363/2011.

CLEONICE DE SOUZA LIMA, Procuradora de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 2º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/06/2011, para gozo no período de 01 a 20/12/2012. 003.0.9445/2011.

DINALMARI MENDONÇA MESSIAS, Promotor de Justiça de Eunápolis. Pagamento de auxílio natalidade, em razão do nascimento de seu filho Eduardo Lucas Lacerda Messias no dia 17/01/2011. 003.0.7858/2011.

ELZITA BARROS DA RESSUREIÇÃO, Promotora de Justiça aposentada. Adiantamento de 50% da gratificação natalina do exercício de 2011, para pagamento em maio, mês do aniversário da requerente. 003.0.6493/2011.

HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO, Promotor de Justiça da Capital. Férias relativas ao plantão de julho/2001, para gozo de 01 a 30/07/2011. 003.0.222332/2010.

JOANA PEDREIRA PHILIGRET BAPTISTA, Promotora de Justiça de Santo Estêvão. 01 mês de licença prêmio, relativas ao 1º quinquênio, para gozo no período de 01/02 a 02/03/2011. 003.0.7771/2011.

LEANDRO MARQUES MEIRA, Promotor de Justiça de Brumado. Licença Paternidade no período de 14 a 21/01/2011. 003.0.7052/2011.

LÚCIA HELENA RIBEIRO DA CRUZ, Promotora de Justiça da Capital. Autorização para ausentar-se da Promotoria de Justiça no período de 08 a 10/02/2011, para tratar de assunto particular. 003.0.9550/2011.

MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS, Promotora de Justiça da Capital. Férias relativas ao 1º período do exercício de 2008 e 2º período do exercício de 2010, suspensas nos dias 11 e 12/02/2008, 22, 26 e 29/07/2010 e de 03 a 06/08/2010, para gozo de 17 a 25/01/2011. 003.0.4998/2011.

MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA, Procuradora de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 2º período do exercício de 2007, do período de 11 a 30/09/2011, ficando a fixação do período do gozo aguardando a confecção da escala anual de férias dos Procuradores de Justiça, obedecendo os critérios de alternância e antiguidade. 003.0.9981/2011.

MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA, Procuradora de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 2º período do exercício de 2005, do período de 01 a 20/08/2011, para gozo no período de 01 a 20/09/2011. 003.0.9985/2011.

NATALINA MARIA SANTANA BAHIA, Procuradora de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/02/2011, ficando a fixação do período do gozo aguardando a confecção da escala anual de férias dos Procuradores de Justiça, obedecendo os critérios de alternância e antiguidade. 003.0.8772/2011.

NIDALVA DE ANDRADE BRITO OLIVEIRA, Promotora de Justiça da Capital. 01 mês de licença prêmio, relativas ao 1º quinquênio, para gozo no período de 11/03 a 09/04/2011. 003.0.3520/2011.

NIDALVA DE ANDRADE BRITO OLIVEIRA, Promotora de Justiça da Capital. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/02/2011, para gozo de 11/02 a 02/03/2011. 003.0.4242/2011.

PAULO GOMES JUNIOR, Promotor de Justiça da Capital. Férias relativas ao plantão de julho/1997 para gozo de 01 a 30/04/2011. 003.0.4307/2011.

RITA MARIA SILVA RODRIGUES, Procuradora de Justiça. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/02/2011, para gozo no período de 02 a 21/05/2011. 003.0.2783/2011.

SEBASTIÃO COELHO CORREIA, Promotor de Justiça de Juazeiro. Autorização para ausentar-se da Promotoria de Justiça no período de 24 a 28/01/2011, para acompanhar sua filha menor a consultas médicas em consultório especializado na cidade de Salvador. 003.0.9810/2011.

SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA, Promotora de Justiça da Capital. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/02/2011, para gozo de 11/02 a 02/03/2011. 003.0.6205/2011.

SOLANGE ANATÓLIO DO ESPÍRITO SANTO, Promotora de Justiça de Barra do Choça. Autorização para ausentar-se da Promotoria de Justiça no período de 07 a 10/02/01/2011, para tratar de assunto particular. 003.0.2816/2011.

THELMA LEAL DE OLIVEIRA, Promotora de Justiça de Nazaré. Autorização para ausentar-se da Promotoria de Justiça no período de 31/01 a 04/02/01/2011, para tratar de assunto particular. 003.0.9283/2011.

VERENA LIMA DE OLIVEIRA LEAL, Promotora de Justiça de Feira de Santana. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 01 a 20/02/2011, para gozo de 11/02 a 02/03/2011. 003.0.6965/2011.

WALDEMIR LEÃO DA SILVA, Promotor de Justiça da Capital. Transferência, a pedido, das férias relativas ao 1º período do exercício de 2011, do período de 11 a 30/01/2011, para gozo de 21/05 a 09/06/2011. 003.0.4499/2011.

INQUÉRITOS CIVIS INSTAURADOS:

ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IGAPORÃ

Inquérito Civil nº 272.0.160696/2010
Objeto: Apurar a notícia de possível ocorrência de irregularidades na realização de concurso público, ocorrido em 14/03/2010, para provimento de cargos públicos dos quadros do Poder Executivo municipal de Igaporã.
Data de Instauração: 21/01/2011
Representante: Sindicatos dos Servidores da Prefeitura de Igaporã-Ba.
Representado: Newton Francisco Neves Cotrim

ORIGEM: 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ILHÉUS

Inquérito Civil nº IC SIMP 001.0.10858/2011
Objeto: apurar ausência de cobrador nos ônibus urbanos do município de Ilhéus.
Data de Instauração: 21/01/20111
Interessado: Eriverton de Oliveira Nascimento

ORIGEM: 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADANIA DA CAPITAL
Área:Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
SIMP nº 003.0.2550/2011
Objeto: apura possíveis irregularidades na aquisição de publicações escolares, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Salvador, INSTAURA o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO PRELIMINAR, com fundamento no art. 77, § 1. º da Lei Complementar Estadual sob n. º 11, de 18 de Janeiro de 1996
Data de Instauração: 07.01.2011
Representado: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Salvador
Área:Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
SIMP nº 003.0.151291/2010
Objeto: apurar possível pratica de ato de improbidade administrativa pelo Delegado Titular da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos que, segundo o Representante, extrapolou prazo legal estatuído para a apuração de conduta penalmente reprovável, INSTAURA o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO PRELIMINAR, com fundamento no art. 77, § 1. º da Lei Complementar Estadual sob n. º 11, de 18 de Janeiro de 1996
Data de Instauração: 05.10.2010
Representado: Delegado Titular da Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos

ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RUY BARBOSA

Área: Infância e Juventude
Inquérito Civil nº SIMP 694.0.11583/2011
Objeto: APURAÇÃO DA FALTA DE REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
Data de Instauração: 19 DE JANEIRO DE 2011
Representante: CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RUY BARBOSA/BA
Representado: GESTOR MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

ORIGEM: 4ª e 5° PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CIDADANIA DA CAPITAL

Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em convênio firmado entre a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECIT e o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado:Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECIT e o Movimento de Organização Comunitária - MOC.

Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em convênio firmado entre a Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho - SUDET, autarquia vinculada à Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia e o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho - SUDET e o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em convênios firmados entre a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em convênios firmados entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia - SEDES o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia - SEDES e o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em transferências efetuadas pelo Fundo Estadual de atendimento à Criança e ao Adolescente ao Movimento de Organização Comunitária - MOC, á título de subvenções sociais destinadas a atender o projeto "Fortalecendo Direitos e Construindo Redes" sobre Direitos da Criança e do Adolescente.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Conselho Gestor do Fundo Estadual de atendimento à Criança e ao Adolescente e o Movimento de Organização Comunitária - MOC.
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em transferências efetuadas pela Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica - SUDEB ao Movimento de Organização Comunitária - MOC, á título de subvenções sociais destinadas a atender o Convênio n° 146/2009.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica - SUDEB e o Movimento de Organização Comunitária - MOC .
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em transferências efetuadas pelo Instituto de Gestão de Águas e Clima do Estado da

Bahia - INGÀ ao Movimento de Organização Comunitária - MOC, á título de subvenções sociais destinadas a atender o Convênio n° 15/2009.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Instituto de Gestão de Águas e Clima do Estado da Bahia - INGÀ e o Movimento de Organização Comunitária - MOC .
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em convênios firmados entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia - SEDES e o Centro de Assessoria do Assuruá, bem como no repasse de contribuições e auxílios, à título de transferências à municípios para aplicação em despesa de capital, à essa entidade civil.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia - SEDES e o Centro de Assessoria do Assuruá.
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em transferências efetuadas pelo Instituto de Gestão de Águas e Clima do Estado da Bahia - INGÁ ao Centro de Assessoria do Assuruá, à título de subvenções sociais destinadas a atender ao Convênio n° 23/2009.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Instituto de Gestão de Águas e Clima do Estado da Bahia - INGÁ e o Centro de Assessoria do Assuruá.
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em repasses de recursos do Estado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER ao Instituto Brasil de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER e o Instituto Brasil de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
Área: Cidadania
Sub-área: Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público
Inquérito Civil SIMP nº 003.0.129602/2010
Objeto: Apurar possíveis irregularidades em repasses de auxílios pelo Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social ao Instituto Brasil de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, no importe de R$ 3.637.726,10 (três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e vinte e seis reais e dez centavos).
Data de Instauração: 25/01/2011
Representante: Heraldo Rocha, Misael Neto, Carlos Gaban, Paulo Azi, Clóvis Ferraz, Eliedson Ferreira, Gildásio Penado, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Sandro Régis, Elmar Nascimento e Fernando Torres.
Representado: Superintendência de Habitação do Estado da Bahia gestora do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e o Instituto Brasil de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA

EDITAL Nº 01/2011

O Promotor de Justiça Substituto da Comarca de Bom Jesus da Lapa, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com disposto no art. 10, §1º, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como art. 26, §2º, ambos da Resolução n.º 06/2009 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do MP-BA, FAZ SABER a todos que o

presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que foi promovido o arquivamento do Inquérito Civil nº 676.0.127980/2010, instaurado para apurar a superlotação carcerária e problemas estruturais na custódia da Delegacia de Polícia Civil local, tendo em vista a propositura antecedente de Ação Civil Pública (Processo n. 1646394-2/2007), cujos autos serão submetidos à apreciação e homologação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei.

Bom Jesus da Lapa-BA, 10 de janeiro de 2011.

ANDRÉ LUIS SILVA FETAL
Promotor de Justiça Substituto

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BOM JESUS DA LAPA

EDITAL Nº 02/2011

O Promotor de Justiça Substituto da Comarca de Bom Jesus da Lapa, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que foi promovido o arquivamento do Procedimento Investigatório Criminal nº 676.0.64581/2010, instaurado para apurar a imputação de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, porquanto confirmado o teor da notitia criminis e, por via de consequência, esgotado o seu objeto, mormente em face da propositura superveniente de Ação Penal Pública, no bojo da qual foi requerida e deferida a prisão preventiva do investigado, encontrando-se o feito criminal em fase de apresentação de memoriais de razões finais.
Bom Jesus da Lapa-BA, 10 de janeiro de 2011.

ANDRÉ LUIS SILVA FETAL
Promotor de Justiça Substituto

Promotoria de Justiça de Itacaré/BA
EDITAL n.º 03/2011
Inquérito Civil nº 371.1.106833/2006/2010
A Promotoria de Justiça da Comarca de Itacaré/BA, por intermédio de sua Promotora de Justiça sub assinada, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 10 da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 26, §3º, da Resolução n.º 006/2009 do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, COMUNICA aos proprietários das barracas de praia: COSTA DO SOL, CABANA DO AMIGÃO, CABANA ARIRAMBA, CABANA CORAIS, CABANA MARÉ ALTA, POUSADA E RESTAURANTE BRISA DO MAR, CABANA PARADISE, CABANA E RESTAURANTE DO COSTINHA, ITACAREZINHO RESTAURANTE, CABANA GIRASSOL, CABANA DA NÚBIA, CABANA PARAÍSO TROPICAL, CABANA MAHALO, CABANA DA XIMBICA, CABANA BRISAS DO MAR, e ao MUNICÍPIO DE ITACARÉ, bem como a todos os demais interessados, inclusive para efeito de eventual apresentação de razões escritas ou juntada de documentos, o ARQUIVAMENTO do procedimento em epígrafe, instaurado com a finalidade de averiguar as condições de sanitárias das Barracas de Praia do Município de Itacaré.
Itacaré, aos 24 de janeiro de 2011.

Aline Valéria Archangelo Salvador
Promotora de Justiça

## *SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA*

## *COMISSÃO DE LICITAÇÃO*

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Protocolo: nº 217205/2010 - Pregão Presencial nº 89/2010 - Objeto: Aquisição programada, por registro de preços, de móveis - Licitantes Vencedores: Lote I - Serraria Operária Ltda. - Valor total: R$ 515.000,00 ; Lote II - Ravad Comércio e Representações Ltda. - Valor total: R$ 690.000,00 ; Lote III - Flexform Indústria Metalúrgica Ltda. - Valor total: R$ 696.119,60 - Critério de julgamento: Menor Preço. Parecer: nº 024/11 - Data da Homologação: 25/01/2011.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Protocolo: nº 222180/2010 - Pregão Presencial nº 90/2010 - Objeto: Serviços de telefonia, com locação de plataforma de comunicação - Licitante Vencedor: NEC do Brasil S/A - Valor total: R$ 129.000,00 - Critério de julgamento: Menor Preço. Parecer: nº 012/11 - Data da Homologação: 25/01/2011.